



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

ROGER CARLOS FERREIRA ALVES SANTOS

**CORPOS SUPÉRFLUOS SOCIALMENTE NECESSÁRIOS: O
CASO DOS ENTREGADORES CICLISTAS DE APLICATIVOS
DE ARACAJU (SE)**

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
2024**

ROGER CARLOS FERREIRA ALVES SANTOS

**CORPOS SUPÉRFLUOS SOCIALMENTE NECESSÁRIOS: O
CASO DOS ENTREGADORES CICLISTAS DE APLICATIVOS
DE ARACAJU (SE)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora Dr.^a Tania Elias Magno da Silva

Coorientador: Professor Dr. Ivan Fontes Barbosa

**SÃO CRISTÓVÃO – SE
2024**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237c Santos, Roger Carlos Ferreira Alves
Corpos supérfluos socialmente necessários : o caso dos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE)/ Roger Carlos Ferreira Alves Santos; orientadora Tania Elias Magno da Silva. - São Cristóvão, SE, 2024.
332 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Sociologia do trabalho. 2. Trabalho informal - Aracaju (SE)
3. Emprego precário. 4. Trabalhadores autônomos. 5. Neoliberalismo. 6. Ciclista - Emprego. I. Silva, Tania Elias Magno da, orient. II. Título.

ROGER CARLOS FERREIRA ALVES SANTOS

**CORPOS SUPÉRFLUOS SOCIALMENTE NECESSÁRIOS: O
CASO DOS ENTREGADORES CICLISTAS DE APLICATIVOS
DE ARACAJU (SE)**

Banca Examinadora

Professora Dr.^a Tania Elias Magno da Silva – Orientadora – PPGS – UFS

Professor Dr. Ivan Fontes Barbosa – Coorientador – PPGS – UFS

Professor Dr. José Antônio Spineli Lindozo – Examinador Externo – PPGCS – UFRN

Professor Dr. Jacob Carlos Lima – Examinador Externo – CECH – UFSCAR

Professora Dr.^a Vilma Soares de Lima Barbosa – Examinadora Interna – PPGS – UFS

Professor Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior – Examinador Interno – PPGS – UFS

São Cristóvão, 08 de fevereiro de 2024.

Aos meus pais, Djanira e José Carlos, pelo amor, cuidados, orientações e incansáveis esforços a fim de garantir a mim e a meus irmãos uma educação de qualidade, além de uma formação pautada por valores éticos e morais para que nós nos encaminhássemos na vida. Externando minha profunda admiração, gratidão e respeito, pois, em cada realização e conquista alcançada, vocês perpassam em minha trajetória. Meus amores sublimes.

Aos meus filhos, Arthur e Alice, que me ensinam e me inspiram cotidianamente na perene busca em ser pai e um ser humano melhor. A tarefa é árdua, mas perseguimos o objetivo. Os seus rostos e os seus choros anunciando suas presenças neste mundo, ainda na maternidade, serão a imagem e os sons que levarei comigo sempre. Os seus nascimentos me fizeram renascer e a minha existência ganhou outro sentido. Meus amores incondicionais.

Ao meu irmão, Ronaldo ou simplesmente Rone (*in memoriam*), que partiu bruscamente, mas jamais será esquecido, tamanha a pulsão de vida que exalava. A última conversa que tivemos foi justamente sobre o desenvolvimento e andamento das nossas pesquisas. A dor é imensa, mas vou me lembrar de ti, por meio do teu sorriso, alegria e presença marcante. Meu amor fraterno.

AGRADECIMENTOS

Às trabalhadoras e aos trabalhadores, seja do âmbito formal seja do informal, produtivo ou improdutivo, material ou imaterial, vocês movem o mundo e protagonizam suas histórias, apesar das circunstâncias adversas. Em especial, às entregadoras e entregadores de aplicativos (ciclistas e *motoboys*) que me permitiram, *in loco*, conhecer, aprender e apreender a dinâmica e a realidade das pessoas que exercem essa atividade de trabalho mediada por tecnologias digitais. Não obstante a precarização do trabalho e a precariedade da vida de muitos, há resistência e luta no seu (re)fazer-se como integrantes da *classe-que-vive-do-trabalho*.

À minha família – minha companheira Thaise e aos meus filhos Arthur e Alice, porto seguro e alento nessa trajetória de pesquisa. Aos meus pais Djanira e José Carlos; aos meus irmãos Ricardo, Rosana e Rone (*in memoriam*); sobrinhos, tios, tias, primos, primas, cunhados, cunhadas; enfim, todos que demonstraram preocupação e emitiram palavras de incentivo no convívio social durante esse processo.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Tania Elias Magno da Silva, pela oportunidade e acolhimento a mim proporcionados por sua vocação ao diálogo sociológico ampliado e transdisciplinar. És um exemplo de dignidade, uma referência de mulher, intelectual e educadora, que tem contribuído para a formação de muitas gerações, prosseguindo o seu caminho nas searas educacional e de pesquisa, sempre atenta às questões sociais e aos problemas contemporâneos. Sua sensibilidade e olhar subjazem ao desenvolvimento deste trabalho. Peço desculpas por minhas falhas e limitações, mas saiba que me sinto honrado por ter sido seu orientando.

Ao Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa, pela gentileza e coragem em assumir o leme dessa orientação na etapa final. Agradeço a honestidade intelectual, os cuidados e indicações que apararam arestas e excessos no texto. Manifesto meu reconhecimento.

À Prof.^a Dr.^a Vilma Soares de Lima Barbosa, pela consideração, dileção e cuidados durante a condução da disciplina Colóquio de Doutorando I. A partir daquele momento, estabelecemos uma relação de amizade e respeito, bem como passei a contar com uma coorientação enriquecedora e uma interlocução qualitativa por meio das sugestões de autores e leituras relevantes a esta pesquisa. Sinto-me um privilegiado pelo auxílio luxuoso.

Ao Prof. Dr. Péricles Moraes de Andrade Júnior, pela tarefa árdua de assumir a condição de membro examinador interno a poucos dias da defesa, e que, apesar dessas circunstâncias, entregou significativos aportes para a lapidação do texto. Expresso minha gratidão.

Ao Prof. Dr. José Antônio Spineli Lindozo, pelo aceite em participar dessa banca, abrilhantando e proporcionando um salto qualitativo à conclusão deste trabalho. Sou grato.

Ao Prof. Dr. Jacob Carlos Lima, referência nos estudos e pesquisas na área da *Sociologia do Trabalho*, pelas relevantes considerações e ponderações na culminância e desfecho desta pesquisa. Meus agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Leomir Cardoso Hilário, que em 2018 tive a grata surpresa de conhecer durante uma atividade acadêmica na UFS. Destaco sua atenção, generosidade, acessibilidade e contundência. A sua perspectiva teórico-analítica contribuiu de forma significativa às minhas reflexões entre subjetividade e trabalho, além de me proporcionar uma melhor compreensão

acerca das relações possíveis entre sociologia e psicologia social no processo de qualificação. Rendo-lhe minha profunda admiração.

Ao Prof. Dr. Rogério Proença de Sousa Leite, que acompanhou meus passos nas disciplinas Epistemologia e Sociologia, e Seminário de Tese, proporcionando leituras, debates e reflexões que se inscrevem no desenvolvimento desse trabalho. Muito obrigado por ampliar os horizontes e possibilidades do olhar sociológico.

Ao Departamento de Educação Física (DEF), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), aqui representado por Hamilcar Dantas, Randeantony Nascimento (Rande), Sérgio Dorenski, José Américo (Mequinho) e Jurinha Lobão (*in memoriam*). A concretização deste momento carrega o DNA de vocês, meus mestres e amigos.

Da UFS, seja na graduação ou na pós-graduação (Mestrado em Educação), entre tantos aprendizados e vivências marcantes, resalto ainda o Prof. Cícero Cunha (Introdução à Filosofia), a Prof.^a Verônica Marques (Introdução à Sociologia), a Prof.^a Marta Cruz (Sociologia da Educação) e a Prof.^a Maria Helena (PPGED). Vocês, por meio de seus ensinamentos e aulas, reverberam nas minhas influências e inclinações acadêmicas, até hoje. Uma menção especial à Prof.^a Lúcia Aranha (DSS), que me orientou durante o Mestrado no PPGED da citada universidade, à qual externo profunda gratidão e admiração pela condução serena e afetuosa, além da grande propriedade acadêmica, marcando indelevelmente a minha inserção no universo acadêmico da pesquisa.

Ao Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação (NPSE), aqui representado nas pessoas das professoras e amigas Dilma Oliveira e Maria José; dos professores e amigos Acácio, Marcos e Fernando, além de outros que, desde a graduação, me ensinam sobre a ética e o rigor científico, o sentido de grupo, a organização de eventos e muitas outras lições de vida. Vocês são fontes de inspiração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFS), nas pessoas dos professores Rogério Proença, Petrônio Domingues, Romero Venâncio, Frank Marcon, Marcos Aurélio, Marcelo Ennes, Fernanda Petrarca, Tania Magno, Paulo Neves, Sandra Raquel, Vilma Soares e Ivan Barbosa, pelas aulas, olhares e perspectivas, num profícuo intercâmbio de saberes, experiências e conhecimentos; aprendizados que levarei comigo sempre.

À Dayanne e Jonatas, que, junto à secretaria do PPGS, auxiliaram-nos sempre com atenção e consideração, dirimindo as dúvidas burocráticas em relação aos prazos, requerimentos e outras demandas durante o curso. Muito obrigado por tudo.

Às irmãs e irmãos da turma 2019, do Doutorado em Sociologia (PPGS-UFS), Rosinadja (Rosi) “*Nossa Liderança*”; Eduardo (Dudu), Luiz Paulo, Josevânia (Josi), Ana, Wendel, Ivan, Nelson e os demais, pela irmandade, amizade, convivência e oportunidade de crescimento. Hernany e Dorival (Dori), em particular, foram interlocutores ainda mais próximos, compartilhando das angústias, das incertezas, dos recuos, dos avanços e da esperança durante esse processo. Minhas irmãs e irmãos, os diálogos e intercâmbios de ideias e dúvidas sobre os nossos projetos de vida e pesquisa também se inscrevem na essência deste texto. Vocês fazem parte da minha existência.

Às amigas e amigos de espaços de interação social diversos, sintam-se abraçados e representados em nome de Anderson Vasco (o responsável pela qualidade dos gráficos),

Waleska (a responsável pelo *Abstract*), Manuela Rodrigues (a responsável pelo *Résumé*), Marco Arlindo (entre tantas conversas profícuas, emergiu a ideia do empreendedorismo de subsistência), Gleise (uma interlocutora sagaz com relevantes contribuições), Antônio José (participação na edição do vídeo-síntese), Angélica, Antoniel (Zinho), Diogo, Mariza, Márcio (Tio Marcinho), Kelma, Genival (Geninho), Rosemary, Assis, Damaris, Rodrigo Amorim, Jussara, Carol, Dayane, Aristela, Wânia, Benedito (Bené), José Dias, Roseane, Lázaro, Rodrigo Marques, Sr. Gildázio, Giovanni, Ewerton (Ewa), Luige, *Grupelho Crítica*, entre outros. Agradeço por trabalharem, caminharem, pedalarem, conviverem, debaterem, viajarem; em suma, por partilharem comigo momentos nesta caminhada, sempre incentivando, ouvindo e contribuindo direta ou indiretamente. Guardo vocês no lado esquerdo do meu peito.

À amiga Cristiane Montalvão e ao amigo Igor Macêdo, também orientandos da Prof^a. Tânia, parceria forte, sugerindo e enriquecendo as possibilidades desta pesquisa, além do principal, o afeto, apoio e a amizade que me fizeram levantar quando estive caído. Vocês são admiráveis. Vocês são referências para mim.

Às professoras Nathália Dória Oliveira e Karine dos Anjos Santos, pela aplicação dos questionários aos entregadores ciclistas de aplicativos. Uma contribuição imensurável ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao professor Adilson Oliveira Almeida, pela amizade e afeto, além de imprimir a qualidade textual aos meus escritos desde o mestrado, por meio da sua atenta e rigorosa revisão, prestando contribuições relevantes à finalização deste trabalho. Gratidão.

A vida sob o aspecto da pessoa em sua singularidade é una, mas o viver é coletivo. Somos atravessados por interações, contatos, afetos e relações sociais. Neste sentido, embora a escrita e o desenvolvimento de uma tese, por vezes, identifiquem-se como uma tarefa ou fardo solitário, esse resultado traz impressa a marca dos encontros e momentos amenos e conflituosos, produtivos e prazerosos, sábios e epistemológicos acumulados em todas as minhas andanças existenciais até o presente momento.

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem.

(Karl Marx, Crítica da filosofia do direito de Hegel)

Os indivíduos podem ser liberados apenas se forem ao mesmo tempo elevados acima dos grupos sociais que são infinitamente mais limitados, desamparados e infelizes que eles. Os libertadores apelam para impulsos que mantinham os indivíduos liberados presos à frustração social e à submissão: apelam para o ressentimento, a inveja, a crueldade, o ódio ao companheiro mais fraco. Estes impulsos florescem somente num sistema social antagônico e, fomentando-os, o regime perpetua o sistema dominante na estrutura do caráter dos indivíduos e faz que suas reivindicações e protestos passem dos executores para suas vítimas.

(Hebert Marcuse, Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo)

O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, *não é um assombro filosófico*. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história em que se origina é insustentável.

(Walter Benjamin, Sobre o conceito da história – Tese 8)

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo investigar as repercussões psicofísicas da *datificação* e da *vigilância* – duas facetas não excludentes do capitalismo neoliberal – na constituição dos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, especificamente daqueles que integram o rol dos corpos supérfluos socialmente necessários. O incentivo ao empreendedorismo pelas plataformas digitais – *startups* ou *food techs* – empresas que promovem a conexão entre estabelecimentos comerciais, consumidores e entregadores não visa conferir-lhes autonomia, apesar do *slogan* *you are your own boss*. Assim sob a premissa de liberdade ilimitada, oculta um sutil e eficaz processo de submissão desses corpos, pela instauração da *feitorização de si*, ao inflexionar as técnicas de poder da sociedade disciplinar pelas *novas técnicas de poder* da ordem neoliberal. Se outrora se partia da docilização dos corpos, as novas técnicas aludidas interferem diretamente no controle das subjetividades e das emoções, posto que esse é um atalho à docilização corporal pela *(auto)exploração*. As *novas técnicas de poder* e os *dispositivos de saber-poder instrumental* contribuem, por meio de uma eficaz e onipresente *pedagogia do algoritmo*, uma dominação social efetiva através do ideal do *self-made-man*. Portanto, a pesquisa social aqui delineada tomou como ponto de partida o *processo de vida real* dos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), a fim de compreendermos o uso dos seus corpos na *sociedade tecnológica avançada*, sob uma perspectiva periférica. A capital sergipana, em sua singularidade, constituiu-se no recorte espacial da pesquisa, delimitando empiricamente o recorte teórico do nosso escopo investigativo. Foi mister captar o entrelaçamento entre a estrutura social e a *práxis* fetichizada desses sujeitos que trafegam pelas vias dessa cidade e as orientações ao agir humano dos que sobrevivem exercendo essa atividade. Representantes dos *novos desvalidos*, eles experienciam no corpo, aqui compreendido sob a categoria da totalidade, a precarização do trabalho num processo de formalização da informalidade e a precariedade existencial instituída. Aproximamo-nos metodologicamente de uma *flânerie* que englobou momentos distintos por meio das seguintes ferramentas e instrumentos na coleta de dados: a) observações diretas registradas em diário de campo, b) questionário e c) entrevistas semiestruturadas. A população dos trabalhadores informais que atuam no serviço de transporte mediado por tecnologias abrange motoristas, além de entregadores *motoboys* e ciclistas de aplicativos. Considerando que os ciclistas realizam uma atividade com predominância de esforço físico, em virtude de o seu instrumento de trabalho para deslocamento ser a bicicleta, eles compuseram a amostra. O material compreendeu os registros no diário de campo, a aplicação de 41 questionários e a realização de nove entrevistas. Entre os entrevistados majoritariamente do gênero masculino, destacamos uma única entregadora ciclista (gênero feminino) e um não-binário. Havia um entregador em transição para uma ocupação formal, e dois deles não exerciam mais a função de entregador ciclista de aplicativo. O critério da seleção era que atuassem ou tivessem atuado por no mínimo três meses. A discussão pautou-se na compreensão do uso dos corpos sob a razão neoliberal, no bojo da *plataformização* do trabalho a partir dos efeitos de degradação física, moral, psíquica e cognitiva que as promessas de liberdade ilimitada impõem aos sujeitos sob tais circunstâncias. Assim, sem quaisquer garantias de retorno ou sucesso, ao preço singelo de tornarem-se *patrões de si* ou do fator sorte, esses protótipos dos *novos desvalidos* são fiadores dos seus *corpos-empresendimentos* diante das consequências sociais do trabalho *plataformizado* no capitalismo contemporâneo.

Palavras-chave: Corpo. Precarização do trabalho. Novos desvalidos. Neoliberalismo. Entregadores ciclistas de aplicativos.

ABSTRACT

The present research aimed to investigate the psychophysical repercussions of *datafication* and *surveillance* – two non-exclusive facets of the neoliberal capitalism – on the constitution of subjects' *performance under unequal circumstances*, specifically those who are part of the list of socially necessary superfluous bodies. The encouragement of entrepreneurship by digital platforms – startups or food techs – companies that promote the connection between commercial establishments, consumers and delivery people is not intended to grant them autonomy, despite the *slogan you are your own boss*. Thus, under the premise of unlimited freedom, a subtle and effective process of submission of these bodies is hidden through the establishment of self- exploration by inflecting the power techniques of the disciplinary society with the *new power techniques* of the neoliberal order. If previously the starting point was the docilization of bodies, the new techniques mentioned directly interfere with the control of subjectivities and emotions, as this is a shortcut to body docilization through (self) exploration. *New power techniques and instrumental knowledge-power devices* contribute, through an efficient and omnipresent *algorithmic pedagogy*, to successful social domination through the ideal of the *self-made man*. Therefore, the social research outlined here took as its starting point the *real-life process* of cyclist app delivery drivers in Aracaju (SE) to understand the use of their bodies in *advanced technological society* from a peripheral perspective. The capital of Sergipe, in its singularity, constituted the spatial scope of the research, empirically delimiting the theoretical scope of our investigative scope. It was necessary to capture the intertwining between the social structure and the fetishized *praxis* of these subjects who travel the streets of this city and the guidelines for human action of those who survive carrying out this activity. Representatives of the new *underprivileged* they experience in their bodies, here understood under the category of totality, the precariousness of work in the formalization of informality process and the existential precariousness established. We approached methodologically a *flânerie* that encompassed different moments through the following tools and instruments in data collection: a) direct observations recorded in a field diary, b) a questionnaire, and c) semi-structured interviews. The population of informal workers who work in technology-mediated transport services includes drivers, as well as *motorcycle couriers*, and app cyclists. Considering that cyclists carry out an activity with a predominance of physical effort, since their work tool for commuting is the bicycle, they comprised the sample. The material included records in the field diary, the application of 41 questionnaires, and nine interviews. Among the mostly male interviewees, we highlight a single cyclist delivery driver (female) and a non-binary person. There was a delivery man in transition to a formal occupation, and two of them no longer worked as app cyclist delivery men. The selection criteria were that they worked or had worked for at least three months. The discussion was based on understanding the use of bodies under neoliberal reasoning within the platformization of work based on the effects of physical, moral, psychological, and cognitive degradation that the promises of unlimited freedom impose on subjects under such circumstances. Thus, without any guarantee of return or success, at the simple price of becoming *their own bosses* or the luck factor, these prototypes of the new *underprivileged* are guarantors of their *enterprise bodies* in the face of the social consequences of platformization of work in contemporary capitalism.

Keywords: Bodie. Precariousness of work. New underprivileged. Neoliberalism. Cyclist app delivery drivers.

RÉSUMÉ

La présente recherche vise à étudier les répercussions psychophysiques de la datafication et de la surveillance – deux facettes indissociables du capitalisme néolibéral – sur la constitution de sujets performants dans des circonstances inégales, notamment ceux qui font partie de la liste des corps superflus socialement nécessaires. L'encouragement à l'entrepreneuriat par les plateformes numériques – *startups ou food tech* – entreprises qui favorisent la connexion entre les établissements commerciaux, les consommateurs et les livreurs ne vise pas à leur donner de l'autonomie, malgré le slogan vous êtes votre propre patron. Ainsi, sous le principe d'une liberté illimitée, se cache un processus subtil et efficace de soumission de ces corps, à travers la mise en place d'un devenir surveillant de soi, en infléchissant les techniques de pouvoir de la société disciplinaire avec les nouvelles techniques de pouvoir de la ordre néolibéral. Si dans le passé on a commencé par la docilisations des corps, les nouvelles techniques évoquées interviennent directement dans le contrôle des subjectivités et des émotions, car il s'agit d'un raccourci vers la docilisations du corps par (l'auto)exploration. Les nouvelles techniques de pouvoir et les dispositifs instrumentaux de savoir pouvoir contribuent, grâce à une pédagogie des algorithmique efficace et omniprésente, à une domination sociale effective à travers l'idéal de self-made-man. Par conséquent, la recherche sociale présentée ici a pris comme point de départ le processus réel des chauffeurs-livreurs cyclistes pour plateformes numériques à Aracaju (SE), pour comprendre l'utilisation de leur corps dans une société technologique avancée, d'un point de vue périphérique. La capitale de Sergipe, dans sa singularité, constituait le champ spatial de la recherche, délimitant empiriquement le champ théorique de notre champ d'investigation. Il était nécessaire de capturer l'imbrication entre la structure sociale et la praxis fétichisée de ces sujets qui parcourent les rues de cette ville et les lignes directrices de l'action humaine de ceux qui survivent en exerçant cette activité. Représentants des nouveaux défavorisés, ils expérimentent dans leur corps, ici entendu sous la catégorie de totalité, la précarité du travail dans un processus de formalisation de l'informalité et la précarité existentielle établie. Méthodologiquement, nous avons abordé une flânerie qui englobait des moments distincts à travers les outils et instruments de collecte de données suivants : a) observations directes enregistrées dans un journal de terrain, b) questionnaire et c) entretiens semi-structurés. La population de travailleurs informels qui travaillent dans service de transport médiatisé par des plateformes numériques comprend des chauffeurs, ainsi que des coursiers à moto et des cyclistes. Considérant que les cyclistes, pour utiliser un vélo, exercent une activité dans laquelle l'effort physique prédomine, ils ont été sélectionnés pour composer notre échantillon. Le matériel comprenait des enregistrements du journal de terrain, l'application de 41 questionnaires et la tenue de neuf entretiens. Parmi les interviewés majoritairement masculins, nous soulignons un livreur cycliste célibataire (femme) et une personne non binaire. Il y avait un livreur en transition vers une profession formelle, et deux d'entre eux que ne travaillaient plus comme livreurs en vélo. Les critères de sélection étaient qu'ils travaillaient ou avaient travaillé pendant deux mois. La discussion était basée sur la compréhension de l'utilisation des corps dans le raisonnement néolibéral, dans le cadre de la plateformes du travail basée sur les effets de dégradation physique, morale, psychologique et cognitive que les promesses de liberté illimitée imposent aux sujets dans de telles circonstances. Ainsi, sans aucune garantie de retour ou de réussite, au simple prix de devenir leur propre patron ou du facteur chance, ces prototypes des nouveaux défavorisés sont les garants de leurs corps-entreprises face aux conséquences sociales de la plateformes du travail dans le capitalisme contemporain.

Mots-clés: Corp. Précarité du travail. Nouveaux défavorisés. Néolibéralisme. Chauffeurs-livreurs cyclistes pour plateformes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Ponto de apoio localizado no antigo Hipermercado Extra.....	44
Figura 2 Entregadores ciclistas de aplicativo de Aracaju (SE) – Sujeitos da pesquisa.....	46
Figura 3 Pesquisador <i>Flâneur</i>	48
Figura 4 Empreendedor de subsistência.....	116
Figura 5 Carlitos dos tempos modernos na <i>sociedade tecnológica avançada</i>	163
Figura 6 Empreendedor de subsistência em ação.....	178
Figura 7 O descanso dos <i>bikeboys</i>	203
Figura 8 Como desmobilizar uma greve.....	235
Figura 9 Taxa de entrega e promoção na interface do aplicativo <i>James</i>	237
Figura 10 A liberdade enquanto aguardam os chamados.....	257
Figura 11 O escritório do entregador.....	266
Figura 12 O pesquisador <i>flâneur</i> pela ótica do entregador <i>flâneur</i>	271

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 Autodeclaração étnico-racial.....	199
Gráfico 2 Faixa etária.....	201
Gráfico 3 Plataformas digitais mais utilizadas.....	225
Tabela1 Entregadores(as) ciclistas de aplicativos entrevistados(as).....	49
Tabela 2 Trabalho – uma tipologia em diagrama.....	138
Tabela 3 Registros da <i>flânerie</i> ciclística pelos aplicativos <i>Strava</i> e <i>Relive</i>	268

LISTA DE SIGLAS

ABECS – Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais

AI – Artificial Intelligence

ALAS – Asociación Latinoamericana de Sociología

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil

BC – Banco Central

BICEN – Biblioteca Central

BK – Burguer King

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBO – Código Brasileiro de Ocupações

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CI – Carteira de Identidade

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DSS – Departamento de Serviço Social

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPS – Global Positioning System

GPA – Grupo Pão de Açúcar

GTs – Grupos de Trabalho

IA – Inteligência Artificial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFS – Instituto Federal de Sergipe

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IoT – Internet of Things

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas

ISA – Industrialização por Substituição de Importações

MG – Minas Gerais

MEI Digital – Microempreendedor Individual Digital

MPL – Movimento Passe Livre

MPs – Medidas Provisórias

MPT – Ministério Público do Trabalho

OCP – Observatório do Cooperativismo de Plataforma

OL – Operador Logístico

OMS – Organização Mundial de Saúde

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PL – Partido Liberal

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

RJ – Rio de Janeiro

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SMTT – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UKBA – UK Border Agency

UNIMEP-SP – Universidade Metodista de Piracicaba

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UV – Ultravioleta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
Em cena: os sujeitos da pesquisa.....	43
CAPÍTULO 1 – CONDIÇÃO HUMANA E RACIONALIDADE MODERNA: O DESENCONTRO ENTRE A RAZÃO E A EMANCIPAÇÃO.....	52
1.1 – Corpos, labor e revoluções: o sonho de liberdade	58
1.2 – Do corpo privilegiado: liberdade, igualdade e fraternidade para quem?.....	63
1.3 – Uma performance espiritual precária: o uso dos corpos no capitalismo industrial.....	71
1.3.1 – O corpo subordinado ao ritmo do capital: o domínio do tempo abstrato.....	79
1.3.2 – O exclusivismo dos direitos: homens e não-homens.....	81
1.4 – O progresso tecnológico e a precariedade existencial dos trabalhadores.....	89
CAPÍTULO 2 – LONGO OU BREVE? NOTAS SOBRE O TRABALHO E O USO DOS CORPOS NO SÉCULO XX.....	94
2.1 – O uso dos corpos sob a organização científica do trabalho.....	100
2.2 – A crise do fordismo e a gestação do sujeito neoliberal.....	110
2.3 – Corpos compartilhados: tecnologias digitais, neoliberalismo e mercado.....	127
2.4 – À guisa de uma flânerie de pesquisa.....	141
2.4.1 – O campo da <i>Sociologia do Trabalho</i> e a produção acadêmica sobre os entregadores ciclistas de aplicativos: um balanço preliminar.....	148
2.5 – O sentido do jogo na atividade de entregador ciclista de aplicativo: a expressão de um habitus constituído a partir de uma experiência social precária.....	154
CAPÍTULO 3 – CORPOS QUE FALAM: AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE PECULIARES CORPOS SUPÉRFLUOS SOCIALMENTE NECESSÁRIOS.....	185
3.1 – Um perfil analítico-descritivo provisório de sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais: os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE).....	187
3.2 – Corpos outsiders: entre o risco e a liberdade de empreender a própria pele.....	206

3.3 – As repercussões psicofísicas do trabalho de entregas por aplicativos aos corpos periféricos.....	231
CAPÍTULO 4 – A <i>FLÂNERIE</i> NA CONSTRUÇÃO DE UMA CARTOGRAFIA DA EXPERIÊNCIA SOCIAL DOS ENTREGADORES CICLISTAS DE APLICATIVOS DE ARACAJU (SE).....	281
4.1 – Vídeo-síntese (QR code).....	282
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	302
APÊNDICES.....	324
APÊNDICE A – Instrumento: Questionário.....	325
APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	328
APÊNDICE C – Instrumento: Roteiro da entrevista semiestruturada.....	329

INTRODUÇÃO

Meu corpo não é meu corpo,
 é ilusão de outro ser.
 Sabe a arte de esconder-me
 e é de tal modo sagaz
 que a mim de mim ele oculta.
 Meu corpo, não meu agente,
 meu envelope selado,
 meu revólver de assustar,
 tornou-se meu carcereiro,
 me sabe mais que me sei.

(...)

(Carlos Drummond de Andrade, *As contradições do corpo*, 1984).

Há uma imagem literária magistral que, ao nosso olhar, representa as sagas de improváveis protagonistas, a exemplo de Coriolano, Tio Filipe, Maria Melona, Zerramo e Lampião¹. Arquétipos dos destituídos de privilégios são os corpos prescindíveis dos ocupantes das posições invisibilizadas e mais baixas na estratificação social. Os personagens citados dão vida ao romance *Os desvalidos*², do escritor sergipano Francisco José Costa Dantas. Embora sejam tipos ficcionais, personificam muitas pessoas que existem no real, as quais suas vidas, trajetórias e corpos são invisibilizados.

A menção a esse texto não foi fortuita. Logo de início pretendemos demarcar um *ponto de vista periférico*³, posto que a representação evocada, além de emblemática, delineia uma perspectiva a partir dos excluídos. Os indesejáveis expostos na trama são análogos aos muitos seres humanos que, na contemporaneidade, almejam apenas sobreviver diante da “*falta de sorte*”, dos infortúnios e do sofrimento, produzindo-se/reproduzindo-se nos *apriorísticos* tempo

¹ Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, teve uma existência real e ganhou notoriedade como o Rei do Cangaço. Independentemente da emissão de quaisquer juízos de valor sobre o seu legado, ele continua a povoar o imaginário social dos nordestinos. O Cangaço foi um movimento circunscrito ao sertão do Nordeste brasileiro. Seu surgimento teve motivos diversos, “a injustiça, a falta de esperança e a revolta não foram únicas [...] Do meio do povo sertanejo, rude e maltratado, surgiram os cangaceiros mais convictos de que lutavam pela sobrevivência” (Ferreira; Amaury, 2009, p. 25).

² Essa palavra de conotação adjetivada para se referir aos sujeitos desprestigiados do pós-abolição foi muito empregada na Primeira República brasileira (1889-1930) e no início da Era Vargas (1930-1945). Durante o governo de Nilo Peçanha foram criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, e a justificativa assentou-se na oferta de uma educação exclusiva aos “*pobres e humildes desvalidos da sorte*” (Niskier, 2004, p. 1 grifo nosso). Embora não seja o escopo desta pesquisa, é mister registrar as marcas da dualidade educacional no país, em que aos membros das classes despossuídas destinava-se uma educação técnica e manual, ao passo que para os integrantes dos segmentos privilegiados era garantida uma formação intelectual. Na contemporaneidade, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem, nos Institutos Federais (IFs), os desdobramentos e transformações das políticas públicas educacionais originadas do impulso civilizatório da Primeira República.

³ Embora partamos de argumentos e análises distintas, inspiramo-nos em Hilário (2016), no sentido de evidenciar a face destrutiva e o colapso do capital a partir da periferia (lugar ou não-lugar), em que as ilusórias promessas do capitalismo no esteio da modernidade confirmam a trajetória catastrófica como sendo o seu logar êxito.

e espaço – categorias históricas – na paradoxal condição de corpos supérfluos socialmente necessários.

Quanto aos sujeitos circunscritos na configuração vigente do capitalismo sob a razão neoliberal existe uma alternativa para suas subsistências a fim de que possam conferir uma suposta atribuição de sentido às suas vidas, a saber, se (auto)proclamarem empreendedores. Estaríamos diante de uma solução razoável oferecida pelo neoliberalismo em sua marcha civilizatória e catastrófica para amenizar o sofrimento e assegurar uma existência plena a todos? Essa é a manifestação do *senso de honra*⁴ que orienta as ações das pessoas na obtenção de prestígio perante os outros? Se o for, quais as influências objetivas e subjetivas que municiam a construção social desse *senso de honra*? Ao retomarmos aqui o conceito de *desvalido*, não estamos banalizando a concretude das classes sociais, tampouco corroborando acriticamente com as premissas que alardearam o fim do trabalho⁵. Na contramão dessas análises, o nosso propósito é ressaltar as desigualdades sociais na ordem do dia, a partir de um ponto de vista ou lugar de classe periférico. A exploração da força de trabalho não foi abolida, mas revestiu-se de uma *pseudoconcreta práxis* fetichizada, manifesta pela *(auto)exploração* introjetada e naturalizada.

As críticas ao capitalismo não podem negligenciar a sua inclinação à inovação. Contudo, sem visar ao alcance da emancipação humana, ao que Jameson (2001) contundentemente afirmou, o capitalismo é esvaziado de *telos* social. Ainda que o tom inovador seja uma marca da dinâmica capitalista, as novas formas de exploração do trabalho que também surgem como frutos dessas mudanças atuam para ampliar a *valorização do valor*.

⁴ Por um lado, o *senso de honra* por nós mencionado inspirou-se em Bourdieu (2021), sobre as disposições cultivadas ou *habitus*, que implicam um sentido do jogo. Mas o que aqui pretendemos expressar é justamente um *senso de honra* neoliberal, promotor de disposições estruturadas sob essa ordem social e econômica, que leva os sujeitos a tomarem a narrativa do empreendedorismo (precarização do trabalho e a precariedade da existência, por encontrarem-se imbuídos do sentido do jogo vigente. Sem pretensões de qualificar as virtudes ou fragilidades do *habitus* do citado autor, retomaremos alguns pontos posteriormente, em consonância ao atendimento das demandas desta pesquisa.

⁵ Existe uma quantidade significativa de estudos e análises que se contrapõem aos autores que anunciaram o fim do trabalho. Em alguns casos, percebemos tratar-se de uma disputa de campos de conhecimentos; em outros, análises diagnósticas de pensadores que buscaram a partir da realidade do Norte global, explicar as transformações e impactos das inovações tecnológicas aos processos de trabalho. Também ressaltamos um aligeiramento em classificar e/ou colocar todos os que fizeram algum diagnóstico sobre esse fenômeno numa certa uniformidade, negligenciado as matrizes conceituais e epistemológicas dos autores. Entre os que se destacaram, no sentido de gerar uma mobilização da crítica, seja na contraposição ou aceitação das suas análises, destacamos, entre outros: Offe (1989, 1994), Schaff (1990), Kurz (1993), Rifkin (1995) e Habermas (2012). Fazemos uma ressalva quanto à recepção de Robert Kurz, afirmando que ele é um dos expoentes da “*crítica do valor*”, um dos fundadores do *Krisis* e posteriormente do *Exit!*. Não é o nosso propósito discorrer sobre esse ponto, mas houve uma certa incompreensão acerca dos seus argumentos, sobretudo aqueles expostos no texto “*O colapso da modernização*” (1993).

Tais métodos impulsionados pelo desenvolvimento atual das forças produtivas, aliados ao elevado nível de conhecimento técnico-científico acumulado historicamente, não se restringem ao denominado mundo do trabalho; sem dúvida, impregnam todos os interstícios sociais que têm entre suas tantas facetas o aporte da *smartificação*⁶, um possível aperfeiçoamento do processo de racionalização na *sociedade tecnológica avançada*⁷.

A *práxis* social manifesta pelos seres humanos é fetichizada. Por esta razão, o que afirmamos sobre uma *pseudoconcreticidade* prevalecente corresponde às concepções do cotidiano assentadas numa apreensão de naturalidade dos fenômenos, concebidos como algo previamente fixado, em que os sujeitos têm dificuldade em captá-los no desenrolar das relações sociais (Kosik, 2002).

A tecnologia *smart* que se expressa em muitos equipamentos eletroeletrônicos massificados e utilizados no dia a dia baseou-se nos princípios de previsão e cálculo, o que, no sentido weberiano, é chamado de desencantamento. O *smartphone*, artefato convertido em objeto do desejo, tornou-se⁸, por excelência, o aparelho que simboliza a nossa imersão numa vida *smartificada*.

Propondo um diálogo nem tão improvável, é admissível que entrou em cena um peculiar *caráter blasé* (Simmel, 2003). Temos indícios suficientes para afirmarmos que nos encontramos frente a novas formas de resistência ou de conformação das subjetividades, diante da velocidade e fugacidade pouco assimiláveis das transformações no bojo da atual configuração do capitalismo? Os cidadãos do mundo globalizado, (des)conectados digitalmente, vivem nas cidades que se traduzem como *smart cities* (ou não), e além de consumidores, ao menos no cultivo de um permanente desejo de consumir e que, para satisfazê-lo, são indiferentes, feitorizam-se a si próprios, não importando o preço. Uma jornada sem sofrimento e superação jamais será glorificada.

A posse do *smartphone*, aliada à prática do *download*, instalação e utilização de aplicativos variados disponibilizados pelas plataformas digitais em sua onipresença, converteu-nos indistintamente em produtores de dados. Implicitamente revela-se uma nova ética do

⁶ O adjetivo inglês *smart* é traduzido diretamente para o português como inteligente. Assim, convivemos de maneira familiar com essa tecnologia expressa nas *smart cities*, *smart tv*, *smartphone* etc. Esses equipamentos são dotados de *Artificial Intelligence* (AI), tecnologia em crescente popularização nos mais diversos segmentos sociais. Aqui, ainda não é o momento para uma maior problematização, mas podemos adiantar que compartilhamos das preocupações de Morozov & Bria (2019), que, a partir das experiências da *smart city*, observaram como houve um assentamento dos seus pressupostos à lógica e aos mecanismos de regulação neoliberais. Lembrando que a AI não é neutra.

⁷ É inequívoca a inspiração no termo sociedade industrial avançada, empregado por Marcuse.

⁸ A vida *smartificada* aqui empregada é a *vida danificada* ou *vida lesada* nos termos das reflexões de Adorno (2001).

trabalho, não necessariamente a de cunho protestante, orientando as ações num mundo agora repleto de empreendedores. Seriam eles os sujeitos afetados pela preocupação narcisista que Sennett (2014) identificou diante da emergência de uma nova classe média na década de 1970? Só que agora esse narcisismo e a classe correspondente encontram-se emergindo na configuração da *sociedade tecnológica avançada* no século XXI.

Voltando aos peculiares heróis ainda analógicos que conclamamos, eles sequer viviam em cidades, mas em não-lugares. Enfrentavam a fome, a seca, o coronelismo, a polícia, o cangaço e todas as agruras que recaíam sobre a pecha dos *desvalidos* e subalternos. Aparentemente reduzidos a joguetes das forças sociais em suas coerções e opressões, tinham os destinos individual e coletivo traçados numa jovem nação pós-abolicionista e republicana.

Em suas (des)aventuras, Coriolano, ao refletir sobre sua existência, exprimiu resignação e orgulho afirmando: “É certo que fui patrão de mim mesmo a vida toda, mas só Deus sabe a quanto custo! Mesmo assim não me arrependo: *uma coisa é trabalhar por conta própria, bem outra é ser feitorizado a interesse alheio*” (Dantas, 2012, p. 157 grifo nosso).

A luta pela subsistência e os meios encontrados para alcançá-la num modo de vida imerso na precariedade não destituíam Coriolano de adotar estratégias ou formas de resistir para seguir *batalhando*⁹ pelo seu lugar ao sol. Esse *senso de honra* pautado na dignidade do trabalho era a bússola orientadora na busca – a qualquer custo – em superar sua condição de *ralé*¹⁰. O plano romanesco em tela exprime a sensibilidade, a estética, a potência e a subjetividade do autor e do texto literário, revelando-nos essas nuances da experiência a partir de um olhar sobre a realidade numa manifestação de crítica social.

Resguardadas as proporções à realidade concreta, Coriolano, (auto)proclamado patrão de si mesmo, seria um empreendedor? Como um protótipo do sujeito que visamos conhecer a fundo, ele expressa as dimensões do sofrimento físico e do sofrimento psíquico que se impõem aos fatores de si mesmos não ficcionais.

A aclamação e o incentivo ao empreendedorismo em voga promovem a divulgação massificada sobre suas vantagens, apresentando-o como uma alternativa magistral para elucidar o problema do desemprego, dirimindo o papel do Estado ao fomento de políticas públicas que garantam o direito ao trabalho; um contrassenso que não é novo. Entretanto, a narrativa exaustivamente veiculada oculta que o fato de trabalhar para si autonomamente, no caso

⁹ Souza (2012) apresenta-nos o conceito *batalhadores*, tensionando a possibilidade de emergência de uma nova classe social, evidentemente no contexto contemporâneo, que se distingue da *ralé*, mas também não é classe média e tampouco alta. Retomaremos essa discussão em outro momento.

¹⁰ Essa denominação será melhor explicitada adiante, mas é uma referência à *ralé estrutural* (Souza, 2018a).

especificamente inovador e tutelado pela mediação de alguma plataforma digital, também denominada de empresa de transporte privado e entregas (*delivery*) por aplicativo¹¹, responsável por disponibilizar a interface tecnológica desse serviço aos usuários, exprimindo a *condição absurda* de desamparo sempre naturalizada, além de fomentar um sentimento de autoculpabilização pelos fracassos, que não são poucos. Aqui, nossa alusão ao sentido do absurdo diz respeito a uma recusa, mas também ao reconhecimento do esvaziamento de sentido da existência humana. Discorrendo sobre o problema, Camus (2020, p. 115) nos diz que “no mundo absurdo, o valor de uma noção ou de uma vida se mede por sua infecundidade”.

Galgar os degraus que levam da ojeriza da *ralé* à celebração da conquista do *status* de *batalhador* evidencia o cultivo de uma forte e nova ascese pelos empreendedores no culto capitalista neoliberal. Considerando Weber (2004), podemos falar de uma disposição ou vocação; entretanto, convém lembrar que essa inclinação não é natural, mas o resultado de um longo processo educacional. A autoassunção a um tipo peculiar de empreendedorismo assemelha-se a uma vocação destinada a certos corpos afeitos ao trabalho precário.

Por que se preocupar com o acesso ao emprego se graças à autodeterminação, agora, as pessoas se realizam trabalhando para si mesmas? A autogestão de si comunga com os valores neoliberais que preconizam um Estado isento de assumir quaisquer compromissos com as políticas públicas dirigidas ao social, em que o acesso ao trabalho é um dos direitos sociais previstos. Romper a sina da feitorização por outrem seria a motivação que promove o engajamento em se tornar *patrão de si* mesmo? Trabalhar para si figura com a *pseudoconcreticidade* que livrará as pessoas do destino inelutável de serem alheamente feitorizadas.

O jovem¹² Marx (2004, p. 24) já havia enfatizado que “a existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria”. Embora a imersão na precarização e na precariedade dos membros da classe trabalhadora seja histórica, aprofundou-se sua capilarização em todas as graduações sociais como expressão de uma existência reificada para muitas pessoas.

É por esse motivo que antes de avançarmos, não podemos esquecer os ecos do passado escravocrata brasileiro que ainda reverberam entre nós. A simbologia do cidadão livre não se

¹¹ Grosso modo, as plataformas digitais constituem-se em modelos de negócios que permitem, por meio das tecnologias informacionais e digitais que lhes são características, a conexão entre os usuários e as empresas de ramos diversificados na prestação de serviços.

¹² O sentido do adjetivo *jovem* é provocativo. Certamente o conjunto das obras marxianas (com ou sem a colaboração de Engels) teve um contexto específico. Mas seguimos as vertentes de Fromm (1964) e Lukács (2012), por exemplo, que não comungam com uma cisão epistemológica entre um jovem e um maduro Marx. Mas essa é uma questão que transcende os objetivos desta pesquisa.

desatou do *modus operandi* inerente à estrutura fundamentada na colonialidade que marca o imaginário coletivo, impondo às pessoas negras uma coisificação inata.

Em sua aguçada análise, Ramos (1950) enfatizou que a garantia da liberdade no campo jurídico através da Lei Áurea no Brasil não assegurou à massa dos corpos negros – que a partir daquele momento foram estatuídos como livres – os meios para exercerem a cidadania numa república, haja vista a ausência de lastro psicológico, de educação, de socialização e de preparação para esse propósito.

Nesses termos, a formação de subjetividades desvinculadas de uma lógica colonial ainda é uma tarefa do porvir, posto que a racionalidade moderna, em sua instrumentalidade, mantém compromissos inabaláveis com uma *barbárie civilizada*¹³. Apesar de uma suposta *era digital-informacional* fundamentada na *smartificação*, não é incomum pessoas serem resgatadas realizando trabalho *análogo* ao escravo no Brasil. Os casos de escravidão moderna na contemporaneidade não são uma exclusividade nacional; sua abrangência é global.

Os fatos noticiados até nos provocam alguma comoção, geralmente passageira; eles não nos causam revolta e nem afetam os índices de alta e baixa das bolsas de valores. Isso indica a seletividade da nossa solidariedade. Na contracorrente do artigo 4º da “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (DUDH)¹⁴, pessoas ainda são submetidas à infâmia do trabalho escravo em pleno século XXI.

O Ministério Público do Trabalho (MPT)¹⁵ ainda¹⁶ vem atuando consistentemente para coibir essa prática que remete à permanência e cultivo de uma mentalidade típica de senhor de

¹³ O esclarecimento não impediu a escravidão de povos africanos, cuja liberdade tardiamente concedida foi impulsionada mais pela baixa produtividade dessa mão de obra desqualificada diante do processo de industrialização. Lembremos também que foram justamente as nações civilizadas da Europa, aquelas que se lançaram ao surto imperialista visando solucionar os problemas econômicos e empresariais. Num mundo já civilizado, não houve qualquer escrúpulo para a “[...] repartição colonial do planeta” (Hobsbawm, 2002, p. 72). Poderíamos mencionar também o Holocausto dos judeus como expressão dessa barbárie civilizada. Segundo Löwy (2000), apesar de a história humana ser marcada por eventos bárbaros em todos os tempos, o emprego racional de forças destrutivas desproporcionais, sob a bandeira da civilização, teve no século XX o palco das transgressões de todos os limites possíveis, quando a racionalidade moderna serviu ao extermínio planejado de seres humanos.

¹⁴ No pós-guerra, após tantas atrocidades – barbáries civilizadas – cometidas, a Declaração visando à proteção universal dos direitos humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Artigo 4º - Ninguém será mantido em escravatura ou servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

¹⁵ Jair Messias Bolsonaro, presidente da república na época, estabeleceu, por meio de medidas provisórias (MPs), respectivamente a MP 905/2019 e a sua substituta, MP 955/2020, alterações à combatida legislação trabalhista. Apesar do imbróglcio entre revogação e proibição de reedição das MPs aludidas, o seu teor enquanto estavam vigentes era afeito à flexibilização do trabalho e fragilização das garantias aos direitos dos trabalhadores. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/139757>> Acesso em: 12 de outubro de 2022.

¹⁶ Não bastasse a explosão de casos dos resgates de trabalho escravo, o deputado federal Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, do Partido Liberal (PL), descendente da *Família Real*, vem buscando apoio e assinaturas para encampar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), a fim de extinguir o MPT e as cortes de justiça próprias

engenho (Ribeiro, 1995). Muitos corpos, independentemente do gênero, são submetidos a essa indignidade, mas, notadamente, os casos que foram destaques dos programas jornalísticos no ano 2022 explicitaram que as mulheres negras¹⁷ são as maiores afetadas na seara da escravidão moderna no espaço doméstico¹⁸.

As questões étnico-racial e de gênero não compõem o escopo desta pesquisa, mas faz sentido mencioná-las, à medida que desnudam alguns motivos relacionados ao fato de certos corpos carregarem um estigma que os relega à condição de propriedade alheia, apontando para o que Goffman (2004) diz sobre os traços que alguns indivíduos apresentam e se impõem sobre as relações sociais, neutralizando o olhar para outros atributos; *per si*, as pessoas negras são estigmatizadas do ponto de partida. As relações sociais na *sociedade tecnológica avançada* reforçam as motivações subjacentes que orientam o comportamento humano a naturalizar a escravidão sob outra roupagem.

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹ sobre a diferença de acesso das pessoas pretas (9,1%) e pardas (47%), que correspondem a 56,1 % da população brasileira, atestam que há uma profunda disparidade entre brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas, envolvendo os indicadores sociais: áreas de trabalho, distribuição de renda, moradia, educação, violência e representação política²⁰. No âmbito da informalidade, não causa espanto o fato de o perfil étnico-racial dos que realizam trabalho precário por meio das plataformas digitais delinear-se, segundo os indicadores, majoritariamente por pessoas pretas e pardas.

da área trabalhista. <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-casos-analogos-a-escravidao-deputado-quer-fim-do-ministerio-publico-do-trabalho/>> Acesso em: 27 de abril de 2023.

¹⁷ Em maio de 2022, repercutiu o caso de uma mulher negra de 84 anos que foi explorada por três gerações de uma família no Rio de Janeiro, trabalhando por 72 anos como empregada doméstica, sem receber salários e em condições análogas à de escravo, conforme averiguado pela fiscalização. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>> Acesso em: 4 de outubro de 2022.

¹⁸ Tornam-se adultas sem completar os estudos, isso quando têm o direito de estudar. O salário é irregular (ou não é pago), negligencia-se o acesso a direitos como férias, regulamentação da jornada e 13º salário, há restrições para saírem de casa, o pagamento pecuniário é substituído por comida e roupas, além de dormirem num quatinho nos fundos das residências, sob a prerrogativa de serem tratadas como se fossem um membro da família.

¹⁹ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) 2021, sobre a autodeclaração étnico-racial dos brasileiros: os brancos são 47% da população. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,9%2C1%25%20como%20pretos>> Acesso em: 29 de novembro de 2022.

²⁰ Embora a questão racial não seja o mote desta nossa pesquisa, ela também atravessa o estudo. Não é fortuito o fato de a maioria dos ciclistas entregadores de aplicativos serem pretos ou pardos, conforme apontado pelo instrumento de questionário aplicado. Essa questão será esclarecida adiante. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>> Acesso em: 29 de novembro de 2022.

É importante ressaltar que o pano de fundo ficcional dos infortúnios vividos pelos pobres-diabos encravados nos rincões nordestinos circunscreve-se à primeira metade do século XX, quando se processaram mudanças econômicas, sociais e culturais em escala planetária. No contexto que ambienta o romance *Os desvalidos*, a jovial república passava por uma transição na sua economia, impulsionada externamente pelas consequências da *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918) internacionalmente, e internamente, pela *Revolução de 1930* que marcou o rompimento da base econômica agroexportadora, até então predominante, substituída por uma nova base produtiva de cunho urbano-industrial (Freitag, 1986, Oliveira, 2013).

A tardia modernização no âmbito da sociedade e economia brasileiras trazia consigo um legado não desejável dos seus antecedentes históricos colonial e imperial. É importante a inferência de Oliveira (2013) sobre o atraso da industrialização nacional, ao observar que esse processo foi orientado pelas demandas da acumulação e não do consumo, foi essa a condição objetiva que plasmou a peculiar revolução burguesa à brasileira e a convergência entre o *arcaico* e o *novo*, que, sob a viabilização da legislação trabalhista, edificou pela relação capital/trabalho as condições viáveis à acumulação da classe ascendente.

A distinção entre o trabalho intelectual valorizado, destinado às classes dirigentes e elites, contrapondo-se ao ranço do trabalho manual, abjeto, compatível com as classes inferiores e populares, além da forte simbologia com o passado escravagista, confirmava a naturalização das desigualdades sociais marcadas por uma tênue violência subjacente à predominância ideológica do discurso meritocrático, fundamentador da manutenção de privilégios (Souza, 2018b). Era mister ao atendimento da acumulação explorar a força de trabalho dos integrantes das classes subalternas; afinal, a posição de classe dominante foi obtida arduamente por mérito, nascimento e posses.

Ao nos reportarmos à literatura²¹, o intento foi trazer elementos compreensíveis ao ritmo da disforme e catastrófica marcha civilizatória da modernidade e do progresso. A esse respeito, reafirmamos o *processo de vida real* a partir da periferia como o ponto de partida. Nesse sentido, um grupo peculiar de sujeitos vem chamando a atenção, pois os seus corpos, além de supérfluos, são também invisibilizados e periféricos, atuantes na realização de atividades de transporte de mercadorias, utilizando uma bicicleta²², um *smartphone* e uma *bag* (uma sacola térmica que carregam nas costas) como instrumentos de trabalho.

²¹ Consideramos que a literatura, o cinema, a poesia e as artes, em suas diversas manifestações, são possibilidades para abordagem de questões sociológicas, como alienação, reificação, desigualdades sociais, entre outras, por expressarem os olhares acerca do mundo como uma construção social.

²² No perfil do *Instagram*, Mensageira Cósmica (@amensageiracosmica), houve uma postagem no dia 21 de janeiro de 2022, em que os usos da bicicleta como meio de transporte podem ser: a) ciclomobilidade, utilizada

Se, a exemplo de Coriolano, fizerem um balanço das suas vidas, o que esses novos padrões de si mesmos teriam para se resignar e se orgulhar? Aqui, explicitamos de forma inequívoca o nosso alinhamento com um ponto de vista a partir dos perdedores e da *tradição dos oprimidos*²³, em que os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE)²⁴ e seus corpos, sujeitos desta pesquisa, são uma fração desse universo de oprimidos.

Existem *desvalidos* na contemporaneidade ou todos foram convertidos em empreendedores? Encontramo-nos em mais um período de transição no bojo do capitalismo periférico numa nação emergente. E não podemos negligenciar que a eclosão de uma pandemia catalisou consequências sociais degradantes, sobretudo aos países e populações vulneráveis. Entretanto, o novo coronavírus não foi a causa primária da crise instaurada. A busca pela acumulação ilimitada de capital é o desiderato do sistema produtor de mercadorias. Para Jappe *et al.* (2020, p. 21-22), “o processo de crise não começou de modo algum em 2020 sob o efeito do vírus, ou em 2008, sob o efeito da crise das *subprimes*. Ele se origina de uma contradição insolúvel e inerente ao capitalismo”.

O *processo de vida real* em escala planetária foi atravessado pela pandemia. A cidade Wuhan, a capital da província de Hubei, na República Popular da China, foi o epicentro da propagação do *Sars-CoV-2*. Dessa localidade, o vírus iniciou sua marcha global. A ação preliminar e comprovadamente eficaz, segundo as recomendações baseadas na ciência para abrandar sua disseminação, exigiu dos governos medidas pouco populares, a exemplo da adoção do isolamento social²⁵.

Em face da baixa empregabilidade formal que já vigorava, o *coronavirus disease* 2019²⁶, ao aportar oficialmente no Brasil, com o registro estatístico do primeiro caso datado em

como meio de locomoção, e b) ciclologística, utilizada para o transporte de produtos e mercadorias de um local a outro. Ainda de acordo com essas informações, podemos inferir que o trabalho de entregador ciclista de aplicativo atende à micromobilidade, por se tratar de um meio de transporte leve, para cobrir pequenas distâncias, e também se enquadra ao ciclismo utilitário, uma referência ao uso da bicicleta sem a finalidade esportiva ou de lazer, mas utilizada como um meio de transporte.

²³ Em Benjamin (2012), essa tradição consiste numa forma de resistência e sublevação dos dominados, dos que não tiveram voz garantida, em suma, do ponto de vista dos vencidos e ocultados pela história dos vencedores, urgindo a necessidade de se escrever a história a partir de outra perspectiva.

²⁴ Cientes da importância das palavras, a menção ao termo entregador ciclista de aplicativo não segrega as mulheres que também exercem essa atividade. Explicitaremos melhor adiante que o gênero feminino era minoritário enquanto estávamos coletando os dados. Esta constatação foi baseada no trabalho de campo e nos dados estatísticos.

²⁵ Tais ações sanitárias tomadas pelos governos em todo o mundo repercutiram de forma distinta e foram, geralmente, muito criticadas pela população. Alguns países levaram a cabo o *lockdown*, considerado uma medida mais extrema, aliado ao uso de tecnologias para monitoramento e controle das pessoas. No Brasil, houve muita confusão no aspecto da contenção do contágio, em virtude do desalinhamento das medidas do Governo Federal em relação aos estados e municípios, além da postura negacionista.

²⁶ Vale mencionarmos que, apesar das mutações que originaram variantes mais transmissíveis como a delta, o avanço da vacinação fez diminuir as taxas de transmissibilidade e mortalidade.

26 de fevereiro de 2020, ampliou os níveis de desemprego devido à necessidade de redução do quadro de grandes empresas, aliado ao encerramento das atividades de muitos estabelecimentos comerciais, sobretudo os micros e pequenos empreendedores. Não é preciso muito esforço para deduzir que todos os corpos foram afetados pela pandemia, mas a graduação foi diferenciada pelo lugar ou situação de classe.

Houve um aprofundamento das disparidades socioeconômicas com nuances ainda mais trágicas no hemisfério Sul, região que abriga a maior parte das periferias do mundo globalizado. Demarcamos a posição teórico-metodológica que assumimos, alinhada à tradição crítica nos termos de uma reflexão sobre os aspectos catastróficos da modernidade, portanto, em mais uma crise manifesta do capital. Com efeito, nos diz Menegat (2019, p. 56) que

os ponteiros do relógio das catástrofes circulam o mundo sem trégua e, uma vez que o trabalho que antes fazia o papel de mediação social se torna menos, é do espetáculo de horror destas mesmas catástrofes que se cria, enquanto projeção de um medo sem fim, o tênue consenso encobridor daquilo que terminou. Ao que parece, o reflexo religioso em que se representava o processo social, ao perder sua força dinâmica na objetividade, se desloca agora para uma modalidade cruel de sentir comum.

No cenário pandêmico, o isolamento social, uma medida eficaz ao combate de disseminação viral, em acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), posicionou na linha de frente os entregadores, que, no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), estão registrados sob o número geral 5191, que designa os motociclistas (mais conhecidos por *motoboy*s) e os ciclistas de entrega rápida²⁷, empreendedores de si e representantes daquela parcela da população “[...] condenada a exercer todos os trabalhos mais duros, humilhantes, sujos, pesados e perigosos” (Souza, 2013, p. 150). Explicita-se a crueldade desse *sentir comum*²⁸ numa sociedade desigual, em que o *senso de honra* promove algumas disposições que condenam certos corpos a essa condição.

²⁷ Os subcódigos 5191-05, 5191-10 e 5191-15 referem-se retrospectivamente à ciclista mensageiro, motofrentista e mototaxista. O 5191-05 também recebe as alcunhas de *bikeboy* e condutor de bicicleta no transporte de mercadorias.

²⁸ O inalienável direito à vida torna-se uma exclusividade, um privilégio, o que não é novidade e tampouco restrito ao cenário pandêmico. A rejeição de vacinas por nações mais pobres atesta essa situação, e os motivos não foram necessariamente o negacionismo dos governantes e das populações, mas a iminência do vencimento das doses oferecidas, aliado à falta de infraestrutura para armazená-las sob refrigeração. Países pobres rejeitaram mais de 100 milhões de doses de vacinas contra a Covid em dezembro, diz a Unicef. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/01/13/paises-pobres-rejeitaram-mais-de-100-milhoes-de-vacinas-contracovid-em-dezembro-diz-unicef.ghtml>> Acesso em: 29 de novembro de 2022.

Ao completar o triênio da deflagração da pandemia²⁹, a propagação encontra-se numa fase de estabilização³⁰. Sobre os níveis de ocupação e emprego, os dados do trimestre de agosto a outubro de 2022 divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE indicaram um aumento na taxa de pessoas ocupadas que superou a série histórica iniciada em 2012. No entanto, não há muito o que comemorar diante de 9 milhões de pessoas desocupadas – apesar de ser o menor nível desde 2015 –, de 13,4 milhões de pessoas sem carteira assinada no setor privado, de 39 milhões de trabalhadores informais e de 4,2 milhões de desalentados³¹.

O show de horrores espetacularizado das catástrofes preencherá, ao ofertar a solução do empreendedorismo, a lacuna outrora ocupada pelo trabalho no papel de mediador social? As contradições irresolutas do capitalismo no tocante à diminuição de posto de trabalhos formais e a redução da demanda por trabalho vivo na produção não implicaram o fim da centralidade do trabalho, muito menos a liberação dos seres humanos para usufruir do tempo livre.

Os muitos Coriolanos e Coriolanas experienciam nos seus corpos os desdobramentos da ofensiva neoliberal, compreendida em termos de mudanças operadas por meio do processo de reestruturação produtiva iniciado aproximadamente em meados da década de 1970, e que apresenta sua maturidade, por assim dizer, sob a atual fase do capitalismo neoliberal. Não estamos atribuindo uma relação causal do impacto tecnológico num sentido unilateral, mas é inegável que toda conquista nesse campo, quando aplicada aos processos de trabalho, almeja diminuir a dependência do trabalho vivo³² nas atividades produtivas.

Num momento de retração de empregos formais, as pessoas não são liberadas da necessidade de trabalhar; o que acontece, na verdade, é uma migração ao exercício compulsório do empreendedorismo. Esta ofensiva engendrou alterações que podem distinguir-se, por um

²⁹ Os dados informados por fontes oficiais são dinâmicos e o número de contaminados e mortos são atualizados diariamente. No tocante à vacinação no Brasil, alternativa concreta para frear a disseminação, ao fim do mês de setembro de 2021 quase 70% da população recebeu a 1ª dose da vacina e cerca de 40% foi completamente imunizada com a 2ª dose ou a dose única. O número de mortos enquanto elaborávamos este texto aproximava-se dos 700 mil. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>> Acesso em: 29 de setembro de 2021. Quando essa pesquisa foi concluída, a pandemia completava 4 anos.

³⁰ Apesar da inação do Governo Federal do Presidente Jair Messias Bolsonaro e do Ministério da Saúde, bem como de alguns setores negacionistas da sociedade, a cobertura vacinal comprovou sua eficácia. Paulatinamente houve a retomada das atividades e rotinas aos padrões anteriores à pandemia.

³¹ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35632-desemprego-segue-em-queda-e-chega-a-8-3-no-trimestre-encerrado-em-outubro>> Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

³² O trabalho vivo na apreensão marxiana é a utilização da força de trabalho, ou seja, do corpo do trabalhador e sua totalidade humana, porém, objetificada para o atendimento das demandas e processos de trabalho característicos do capitalismo. “(O próprio homem, visto como personificação da força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva e consciente, e o próprio trabalho é a manifestação externa, objetiva, dessa força).” (Marx, 2002, p. 238).

lado, na restituição do papel do mercado como instância mediadora das relações sociais no âmbito da economia; por outro, na arena política, confirma a vigência do ideário do Estado mínimo como a alternativa possível e viável à manutenção da democracia (Netto, 2001).

O entrelaçamento das dimensões política e econômica não deve ser reduzido a um contra-ataque à estagnação do fordismo, seguindo uma cartilha de princípios liberais reformulados, mas, sobretudo, sob a perspectiva da edificação de novos ordenamentos produtivos/reprodutivos que repercutem na totalidade da vida social.

Ao admitirmos uma correlação entre a emergência de um *novo capitalismo* para expressar a ordem neoliberal, a partir do pensamento de Sennett (2012), esse conceito refere-se ao triunfo do mercado por meio de uma ruptura nas dimensões institucional, social e dos indivíduos em relação à burocracia e à solidez do fordismo. Paradoxalmente fomos desengajados, mas não nos foi concedida mais liberdade. Em suma, “uma das grandes ironias do modelo da nova economia é que, ao livrar-se da jaula de ferro, ele serviu apenas para reinstaurar esses traumas sociais e emocionais numa nova forma institucional” (Sennett, 2012, p. 49). A jaula de ferro externa não deixa de existir; ela se internaliza. A opressão passa a refletir-se no caráter social dos sujeitos.

Um *novo capitalismo* exige a correspondência de um *novo espírito*. Ao tratarmos da motivação que impulsiona os trabalhadores a venderem sua força de trabalho livremente, Boltanski e Chiapello (2009) admitem que ela não está reduzida à satisfação das necessidades pessoais, uma vez que os valores dos salários não são capazes de garantir o engajamento das pessoas que precisam trabalhar. Os autores prosseguem em sua análise atentando-nos para o fato de que há uma nova ideologia coesa e estimuladora das capacidades mobilizadoras, com o fito de criar as inovadoras disposições que levam ao novo engajamento. Todavia, a questão não deve ser reduzida a uma nova ideologia promotora de engajamento.

A novidade reside num *modus operandi* produtor dos peculiares sujeitos empreendedores que, por sua vez, serão multiplicadores em escala ampliada de relações competitivas. Assim, diante da perseguição à autorrealização, tais sujeitos submetem-se às dificuldades por eles próprios produzidas através de uma espiral de adaptação das suas subjetividades (Dardot e Laval, 2016).

Forjar sujeitos empreendedores tem como contrapartida a adoção de alguns princípios, entre eles, o expresso a seguir: “*estude, enquanto eles dormem. Trabalhe, enquanto eles se divertem. Lute, enquanto eles descansam. Depois viva, o que eles sempre sonharam*”³³. Há uma

³³ Não encontramos a autoria, mas é corriqueira a postagem da frase em muitas publicações de perfis motivacionais nas redes sociais, além de facilmente encontrada se digitada em qualquer ferramenta de busca na internet.

primazia de existir para alcançar uma espécie de redenção *a posteriori*, algo como uma vida após a ascese da abnegação. Contribuindo a essa discussão, Petras (1999) observou alguns impactos da ideologia neoliberal, explicitando-nos a relação inversamente proporcional do aumento na deterioração dos padrões de vida (produção/reprodução), como uma forma de desinteresse e desmobilização política de classe.

Nessa chave analítica que atribui importância ao papel da subjetividade, outra reflexão atenta-nos para essas transformações e o sentido da liberdade, expressando a saída de uma sociedade disciplinar rumo a uma *sociedade de desempenho e cansaço*, persistindo a ânsia pela maximização produtiva incorporada no inconsciente social, sem abrir mão da conhecida disciplina dos termos foucaultianos, a qual não foi abolida, mas assimilada ao *ethos* da pressão por desempenho no processo de subjetivação (Han, 2015).

Não por acaso, o empreendedorismo tornou-se uma palavra de ordem, um tipo de *canto da sereia* que compõe o acervo da gramática da dominação social em voga, em que todos “são empresários de si mesmos” (Han, 2015, p. 23). Entretanto, há uma distinção sobre quem empreende e o que está em jogo ao empreender, não havendo igualdade nessa generalização terminológica. Se Schumpeter (1985) concebeu o empreendedor como aquele que tem criatividade para fomentar o desenvolvimento econômico por meio de sua inventividade e capacidade de inovação, combinando os meios produtivos já existentes, poderíamos questionar o que há de inovador em alçar o próprio corpo ao *status* de empreendimento? Isto nos indica que nos encontramos diante da constituição de um novo sujeito.

Destrinchando a acepção schumpeteriana, o empreendedor é um empresário, representado pelos *grandes homens de negócios* capazes de gestar ideias inovadoras a fim de contribuir à superação das crises econômicas. Tais empreendedores alcançavam o sucesso individual e empresarial, por meio da sua criatividade meritocrática e inatamente adquirida. Devido à sua persistência, fibra, foco, sorte e, claro, berço, dinheiro e herança, jamais descreditavam nos seus sonhos. Guerreiros que são, torna-os realidade.

Se o sujeito benthamiano em declínio alinha-se ao empreendedor idealizado por Schumpeter, suas qualidades do cálculo e previsão que visavam ao mercado e à produtividade das indústrias foram substituídas pela ética da competitividade e do desempenho individual, que marcam o sujeito neoliberal – *neossujeito* – em formação (Dardot e Laval, 2016). Com efeito, as *novas técnicas de poder* não rechaçam a liberdade; ao contrário, a grande *expertise* e o seu tom inovador sabem muito bem como explorá-la (Han, 2020).

Mercado evoca competitividade e a busca da produtividade, outrora uma qualidade ideal das indústrias bem-sucedidas. São esses alguns dos valores que, apesar de se impregnarem nos sujeitos indistintamente, têm efeitos diferenciados conforme as classes sociais.

E quando havia o descompasso entre a criatividade inatamente adquirida e a ausência de capital econômico? Além dos investimentos do capital de risco, o Estado também agraciou alguns eleitos para a consumação dessa união feliz. Não obstante, a inegável capacidade criativa e competência inovadora de Steve Jobs³⁴, por exemplo, para o desenvolvimento tecnológico e econômico da *Apple*, a partir de uma modesta empresa que funcionou, inicialmente, numa mítica garagem, assevera-nos Mazzucato (2014, p. 127 grifo nosso) que,

[...] só produziram crescimento e lucros maciços porque a *Apple* conseguiu surfar na onda de investimentos enormes feitos pelo Estado em tecnologias ‘revolucionárias’ que deram sustentação ao *iPhone* e ao *iPad*: a internet, o GPS, telas sensíveis ao toque [*touch-screen*] e tecnologias de comunicação. Sem essas tecnologias financiadas com recursos públicos, não teria havido nenhuma onda para surfar totalmente.

Os usuários dos serviços oferecidos pelas plataformas digitais para o exercício de alguma atividade de trabalho – motoristas, entregadores etc. – (auto)denominados de empreendedores, fomentam o desenvolvimento econômico de qual maneira? Entendemos que essa atividade encontra uma melhor definição no termo *empreendedorismo de subsistência*³⁵, que consiste numa subclassificação do sujeito neoliberal empreendedor de si. Para esses, distintamente de Jobs, empresariar a si é promover os seus corpos ao empreendimento, a fim de garantirem os requisitos básicos para a sobreviverem.

Na configuração da sociedade disciplinar em conformidade com as análises de Foucault (2003), prevaleciam as forças coercitivas que partiam objetivamente das instituições para moldar e disciplinar os indivíduos. Han (2020), ao comparar o tipo de sujeito disciplinado, descreveu-o como uma toupeira, mas agora, os sujeitos introjetam os valores que culminam na *(auto)exploração*. Por isso, o sujeito da sociedade do desempenho é comparável a outro animal, uma serpente, que representa as novas dinâmicas e formas de movimento do *novo capitalismo*.

³⁴ Steve Paul Jobs foi um empreendedor estadunidense, que faleceu em 2011. Muito citado nas redes sociais com frases motivacionais a ele atribuídas, inegavelmente teve um papel destacado no desenvolvimento das revolucionárias tecnologias da informação. Além de cofundador da *Apple Inc.*, foi presidente e diretor executivo dessa empresa de tecnologia e tornou-se um magnata do ramo. Apesar de sua morte, é celebrado como um importante *Coach*, inspirando milhões de candidatos a empreendedores bem-sucedidos em todo o mundo.

³⁵ Cf. *Empreendedorismo de subsistência*. Disponível em: <<https://createbrasil.com.br/empreendedor-de-subsistencia/>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

Dialogando com Elias (1993), explicita-se a dimensão civilizadora ancorada na manutenção de um esforço de previsão e controle das condutas, na busca pela distinção e prestígio, que, apesar de partir das classes superiores, tornou-se o balizador dos comportamentos esperados em todos os níveis de estratificação social. Do disciplinamento corpóreo para colonização da vontade, fora constatado que conduzir primeiramente a vontade, os desejos e as emoções reduzem o caminho para domar e dobrar os corpos supérfluos, que também partilham dos valores éticos da competição e da busca por desempenho, só que numa escala desigual.

Há uma pretensa promoção de uma autonomia assentada nos anseios das pessoas de trabalharem para si mesmas. Seu âmago é uma forma peculiar de dominação social que, sob a emergência e disseminação das plataformas digitais, aparenta um invólucro de bem-estar, mas que oculta o fato de a racionalidade neoliberal ser incompatível com quaisquer perspectivas de autonomia e emancipação dos sujeitos. Prevaecem relações imbricadas ao fetichismo do capital, que, sob uma aparência de ordenamento civilizatório racional, oculta sua essência. Não restam dúvidas de que “a estruturação da decadência da sociedade burguesa se dá, neste novo contexto, como organização da presença da barbárie” (Menegat, 2003, p. 218).

Centenas de milhares de corpos, diante das escassas alternativas e opções de ocupações formais, experienciam a precarização do trabalho. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimam cerca de 1,5 milhão de motoristas e entregadores exercendo atividades de trabalho vinculadas às plataformas digitais. Esse seleto grupo perfaz aproximadamente 6% da chamada categoria que trabalha por conta própria, que se integra ao conjunto dos empregados do setor privado sem carteira (Lapa, 2021).

Por exemplo, os *motoboys* e ciclistas alçam seus corpos ao empreendimento, submetendo-se às adversidades do trabalho informal, realizando uma atividade precária sob a aparência de um trabalho autônomo intermediado por tecnologias digitais. Diante do aumento exponencial da modalidade de serviços *delivery*³⁶ e do distanciamento social recomendado pelas medidas restritivas para a contenção do novo coronavírus, os entregadores de aplicativos engendraram um protagonismo às avessas, tornaram-se socialmente necessários, numa inversão proporcional ao caráter descartável dos seus corpos.

Por essa razão, ainda que vislumbremos a constituição de um sujeito de desempenho, não estamos tratando de algo homogêneo, mas distinto e desigual no seio das classes sociais e

³⁶ Fabrício Bloisi, proprietário da plataforma digital *iFood*, afirma na revista “*Isto é dinheiro*”, que transcorridos pouco mais de um ano do início da pandemia, os pedidos mensais saltaram de 22 milhões para 60 milhões atualmente.

da manifestação do sofrimento social, psíquico e físico sob a razão neoliberal. Na ambiência contemporânea, a questão do sofrimento ganha novos contornos, e a depender das circunstâncias de tormento, o sofrimento passa a ser até bem-vindo. O cultivo de uma avidez pelo sofrimento glorificável reflete-se na necessidade de manutenção de uma imagem de prestígio e de vencedor, independentemente das circunstâncias, comprovando que “a serpente encarna acima de tudo a culpa (*Schuld*), as dívidas (*Schulden*), que o regime neoliberal emprega como meio de dominação” (Han, 2020, p. 31 grifo do autor).

Trazendo essa discussão para o âmbito do trabalho precário por meio dos aplicativos, se o *corpo-empreendimento* for bem gerido para fazer cumprir as metas traçadas (ou a satisfação dos desejos), o sucesso não tardará, porque as oportunidades estão ao alcance de todos os que cultivam uma *mindset*³⁷ (algo como mentalidade ou atitude mental) de vencedor, de herói, de guerreiro; daqueles que convertem a dor em prazer. Eis a metafísica do sucesso em que “[...] tudo é possível em todos os domínios de atividade, desde que se tenha vontade de ganhar” (Ehrenberg, 2010, p. 48). Será que numa sociedade de classes, as regras do jogo asseguram condições de igualdade nas disputas? Quais os parâmetros para se medir a vontade ou a falta de vontade?

Contrariamente à perseverança de Steve Jobs, para a maioria dos aspirantes a realizarem feitos empreendedores épicos, não há um investimento maciço do Estado, apesar de sua sincera autodeterminação. Estão por sua própria conta e risco. Muitos deles são beneficiados por programas sociais de transferência de renda, mas o mercado se arrepia com esse tipo de gasto promovido pelo Estado para fins sociais. Por outro lado, as denominadas empresas de tecnologia, também conhecidas por *startups*, são injetadas por montantes milionários de capital de risco. As garantias e alguma margem de segurança que promoveram as subjetividades durante a fase do Estado de bem-estar social na esteira do fordismo foram extirpadas.

É importante trazer uma sucinta reflexão acerca do neoliberalismo no Brasil, que alterou o padrão da industrialização baseada na substituição de importações (ISI), desmantelando as cadeias produtivas outrora firmadas. Ou seja,

a transição para o neoliberalismo incorporou na formulação de políticas públicas os interesses do capital como um todo, por meio da transferência para o setor financeiro da capacidade estatal de alocar recursos e controlar o nível e a composição da produção, do emprego, do investimento e do consumo (Saad Filho e Moraes, 2018, p. 118-119).

³⁷ Autores que utilizam essa abordagem tornam-se facilmente *best-sellers*. Aqui, tomamos como referência sobre esse conceito: DWECK, C. S. **Mindset**: a nova psicologia do sucesso. Objetiva: São Paulo, 2017.

Tacitamente, a sociedade encontra-se numa modelação pelos princípios da empresa; ao que para Dardot e Laval (2016), não se restringe aos trabalhadores formais, uma vez que, ao disparar gatilhos de envolvimento e realização pessoal, os trabalhadores informais também são seres desejantes, assimilando as culpas e as dívidas, meios eficazes de assegurar a dominação social, através do ilusório sonho de trabalharem para si mesmos.

Podemos festejar os entregadores ciclistas de aplicativos que permanecem *on-line* entre dez e doze horas diariamente, durante seis e muitas vezes sete dias por semana como patrões de si mesmos? Estimativas atribuem que cerca de 20% da população brasileira adulta³⁸ – o que equivale a aproximadamente 32,4 milhões de pessoas – passou a utilizar alguma plataforma digital como forma de trabalho e obtenção de renda. Desse percentual, cerca de 16% têm nos aplicativos a única fonte de rendimentos e 15% garantem parte da renda por meio dessa modalidade de trabalho³⁹ realizando serviços variados (jornalistas, treinadores de AI, curtidores, comentadores e criadores de conteúdos nas redes sociais etc.).

As plataformas digitais indubitavelmente impactaram as relações sociais e a força produtiva; ou como preferem os ideólogos do Vale do Silício (*Silicon Valley*), encontramos num momento do florescer de um *mindset* disruptivo. Os aplicativos fazem parte do dia a dia de muitas pessoas, sejam os de compras, os de conteúdo digital para divulgação de imagens e produtos, as redes sociais, os de transações bancárias e pagamentos, os de relacionamentos, os que monitoram atividades físicas, os *streamings* de vídeos e músicas, os que conectam consumidores e a prestação de algum tipo de serviço que abrange a hospedagem, a educação, o transporte, as entregas, o *marketing* digital, entre outros. Essa ampliação conectiva de forma eletrônica e digital com a internet simbolizada pelas redes, consoma a amplitude do seu impacto à sociabilidade pela agregação de diversas áreas e serviços (Castells, 1999).

Interessam-nos as *startups* que oferecem a mediação de serviços no ramo de transportes destinados aos entregadores em particular, mas sobretudo as relações estabelecidas entre as partes envolvidas, por meio da leitura e aceitação dos *termos e condições de uso* dos aplicativos, o que afirmamos consubstanciar um processo de formalização da informalidade. Visamos a compreender para além das empresas de tecnologia que atuam nesse nicho, e o sentido das repercussões dessa regulamentação travestida a um grupo seletivo de sujeitos, que, para sobreviverem, dependem da adesão a esse tipo de trabalho precarizado.

³⁸ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/12/cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda>> Acesso em: 09 de julho de 2021.

³⁹ *Ibid.*

Chamayou (2020, p. 250) desmistifica as novas regulamentações sob a orientação neoliberal; afinal, “os mesmos regimes normativos duros ou rígidos que julgamos impossível de encontrar quando se trata de direitos sociais e ambientais são instituídos sem muita dificuldade assim que vistos como necessários para garantir as condições de acumulação”. As chamadas *big techs*, em franco momento de ascendência, têm garantidas as condições aludidas e representam empresas de tecnologia localizadas em sua maior parte nos Estados Unidos, as quais se ampliam também na China (Morozov, 2018).

Devemos destacar que esses monopólios tecnológicos, baseados em plataformas de dados, estão em expansão devido às

[...] crescentes aspirações das elites globais no sentido de o setor de tecnologia não só conseguir tirar a economia mundial da crise – o que explica por que o imenso crescimento desse setor responde pela maior parte do crescimento nas atuais bolsas de valores –, como também garantir uma transição suave para um modelo econômico muito diferente, desprovido das características parasitárias e rentistas que se notam no atual clima econômico (Morozov, 2018, p.144).

Pressupomos, frente a esse cenário de transformações sociais, o caso *sui generis* dos entregadores ciclistas de aplicativos como uma representação da quintessência da informalidade no âmbito da própria informalidade. Isso porque, se comparados aos entregadores *motoboy*s, também trabalhadores por aplicativos e precários, os ciclistas, ao pedalarem e percorrerem as ruas das cidades executando os trajetos de entregas, realizam uma atividade ainda mais desgastante fisicamente.

A dialética apreende que toda alienação é autoalienação, por isso Petrovic (2001), ao tratar dessa temática, além de expor as suas diferenças e aproximações em Hegel e Marx, demonstrou-nos que a alienação de si mesmo, ou autoalienação, não é uma forma específica de alienação, mas sim a intrínseca estrutura básica desse fenômeno. Deixemos essas considerações mais claras:

Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga –, assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho dos ricos (Marx, 2004, p. 26).

O cenário do escrito marxiano supracitado referia-se ao capitalismo industrial na sua versão mais avançada, partindo da realidade concreta da Inglaterra na época. Os entregadores ciclistas de aplicativos, protótipo dos *neossujeitos*, embora atuantes no terceiro setor, tanto são

reduzidos à abstração e necessidades fisiológicas, portanto, coisas (corpos-mercadoria) que se encontram disponíveis perante as flutuações ditadas pelo mercado, ao atendimento das *big techs* expressas nas plataformas digitais que oferecem serviços logísticos de transporte e entregas (*delivery*).

As conceituações uberização do trabalho (Alves, 2019; Antunes, 2018; Filgueiras; Antunes, 2020; Fontes, 2017; Gaia, 2019) e plataformização do trabalho (Grohmann, 2020, 2021), em suas distinções analíticas, propõem divergindo e convergindo o andamento de uma reconfiguração contemporânea da organização do trabalho. Podemos dizer que a uberização do trabalho remete a uma plataforma digital, e a plataformização do trabalho especifica o caráter dessas tecnologias, no sentido de uma divisão social do trabalho no *novo capitalismo*, que, sob uma aparência de liberdade, mantém aqueles que trabalham nessas circunstâncias submetidos a um controle ubíquo, travestido de autoiniciativa.

Embora se evidenciem novas características no capitalismo contemporâneo, a lógica do sistema mantém sua essência na propriedade privada dos meios de produção e na busca do lucro como motivação da atividade econômica, pela exploração da força de trabalho no imbricado setor produtivo visando a um excedente para a troca. Esses são aspectos genéricos, mas ao longo do processo histórico as formas de regulamentação da propriedade privada, do incentivo às atividades econômicas e da compra e venda da força de trabalho sofreram alterações conforme o desenvolvimento das forças produtivas vigentes. Não seria errôneo admitir que no seio do capitalismo, desmembram-se capitalismos, e embora aludem e expressem traços *sui generis*, constituem-se em tendências que não se repelem, mas se complementam.

Entre essas possíveis inclinações, o *capitalismo de plataforma* é uma configuração que corresponde à ascensão das plataformas digitais como uma inovação no âmbito dos negócios, atuando por meio de monopólios que extraem e controlam uma magnitude de dados, e a datificação em larga escala é a luz no fim do túnel encontrada pelo capital a fim de recuperar o crescimento econômico ocasionado pelo declínio da rentabilidade industrial (Srnicek, 2019).

Outra visão apresenta-nos a vertente do *capitalismo de vigilância*⁴⁰, partindo da ascensão de um novo poder – o *poder instrumentário* – que utiliza o fluxo de informações e dados para fins obscuros e lucrativos, haja vista o mapeamento e a previsibilidade do

⁴⁰ A vigilância não é um aspecto novo, os termos da autora apresentam uma densa análise em articulação aos meios tecnológicos contemporâneos, TICs. Sob o capitalismo a vigilância tornou-se uma premissa, segundo Giddens (1991, p. 69) “o sistema administrativo do Estado capitalista e dos Estados modernos em geral, tem que ser interpretado em termos do controle coordenado que ele consegue sobre arenas territoriais delimitadas”. Contemporaneamente, os meios indiretos predominam como a forma de vigilância através das *novas técnicas de poder*.

comportamento humano passível de ser moldado em larga escala, em que os seus desdobramentos ameaçam os direitos humanos e a soberania das pessoas (Zuboff, 2020).

Ao argumentar sobre a expansão da esfera cultural que denominou de sociedade da imagem, Jameson (2001) já vislumbrava que a avalanche de imagens devassava a privacidade pela observação, análise e medida registrada em bancos de dados. Tal pressuposição indica-nos que a *plataformização* e a *vigilância* não são novidades, porém, o desenvolvimento tecnológico ampliou sua eficácia, provocando uma alteração na nossa percepção e relação existencial frente ao tempo-espaço, ao insuflar a identidade consumista por meio do excesso de informações e estímulos aos quais somos submetidos diuturnamente, destacando-se os gatilhos de consumo e estilo de vida veiculados pelas *tecnologias da informação e comunicação* (TICs), que se expressam nas plataformas digitais.

Existem muitas outras elaborações e conceitos⁴¹ que visam captar e diagnosticar as *mimeses* do capitalismo, mas entendemos que as nuances dessas duas acepções concatenam-se ao fio condutor desta pesquisa, até mesmo porque as demais não são excludentes entre si, apesar das discrepâncias. E mais urgente do que bater o martelo quanto à precisão conceitual para a atual conformação do capitalismo, é mister ponderarmos que em sua onipresença e impessoalidade, os desdobramentos e frutos das TICs encontram algumas barreiras em virtude de a mediação do consumo de produtos materiais facilitado pelos aplicativos somente se concretizar por meio do recebimento do produto pelo consumidor. E esta ação não pode prescindir dos sujeitos entregadores ciclistas de aplicativos para a manutenção do circuito *produção-circulação/distribuição-consumo* através do transporte dos produtos que precisam chegar aos consumidores.

Na linguagem administrativa e empresarial, não é acidental a compreensão de logística como uma ferramenta racional, que confere aporte ao circuito em questão, sobretudo a fim de dar vazão ao fluxo de mercadorias numa sociedade de consumidores vorazes. As plataformas digitais de serviços de transporte cumprem uma das etapas da logística que retroalimenta as esferas supracitadas.

Se o ato de consumo pode ser iniciado virtualmente (imaterial), a sua efetivação é material e concreta. O papel dos transportes no tocante ao processo de produção no seio da

⁴¹ Morozov (2018) cunhou o termo *capitalismo dadocêntrico* para se referir ao modelo afeito ao Vale do Silício, que visa à conversão de todos os aspectos da existência em ativos. Numa linha mais otimista com a chamada economia do compartilhamento, Sundararajan (2018) estabeleceu a definição *capitalismo de multidão* para designar a emergência de um novo sistema econômico baseado na mediação tecnológica digital, a partir das redes de multidão que, segundo ele, em virtude da descentralização característica, impactarão o acesso ao emprego, às regulações estatais e à vida social em escala ampliada.

circulação “[...] é um ponto crucial de similitude entre a produção material que predomina na indústria e a produção imaterial (ou não) que ocorre nos serviços privatizados: há um processo de produção dentro do processo de circulação” (Antunes, 2018, p. 41).

Inequivocamente, o ponto de partida do professor Ricardo Antunes é a reflexão marxiana entre a relação da produção capitalista e os custos de transporte, em que “a indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo” (Marx, 2014, p. 231).

As plataformas digitais promovem uma conexão por meio da interface das TICs materializadas nos aplicativos desenvolvidos de forma específica para cada segmento dos consumidores, conforme classificação a seguir: a) fornecedores/empresas, b) consumidores/usuários e c) trabalhadores/entregadores. Nesta tríade os segmentos envolvidos são clientes/consumidores, que participam de forma intrincada e intermediada tecnologicamente pela plataforma digital correspondente e o serviço oferecido (Filgueiras e Antunes, 2020). Convém ainda recordarmos, com Basso (2018, p. 206)), sobre um certo alarde acerca de uma *sociedade dos serviços*, uma vez que todas as formas ofertadas, dos transportes à telecomunicação, da manutenção e reparos das máquinas-mercadorias, da educação das massas, da saúde etc., inequivocadamente “[...] todos são serviços para acumulação de capital e para a reprodução das relações sociais (mercantis)”.

As empresas de tecnologia ganham de todos os lados. Os restaurantes, lanchonetes, *fast-foods* etc. pagam uma taxa pela utilização da plataforma digital, os consumidores pagam o valor da corrida, além de um acréscimo no produto (ainda pode reconhecer o desempenho e a qualidade da prestação do serviço, avaliando positivamente o entregador, e ofertar gorjetas) e os entregadores recebem um valor pré-fixado por cada entrega, geralmente abaixo da taxa cobrada ao cliente/consumidor. O principal é que todos os integrantes dessa triangulação dispõem seus dados de localização, preferências de consumo, perfil de vendas etc. para uso irrestrito e sem transparência pelos aplicativos.

Sob chuva ou sol, os entregadores ciclistas de aplicativo são vistos por toda parte e em todos os bairros das cidades, geralmente pedalando nas cicloviárias, ruas e avenidas em suas bicicletas tradicionais ou motorizadas no fluxo do tráfego cotidiano. Nem sempre cumprem as regras de trânsito; é-lhes necessário garantir a agilidade e a pontualidade da entrega e realizam muitas vezes deslocamentos que os põem em risco.

Não pedalam pela manutenção da saúde, por lazer, por esporte ou visando à sustentabilidade. Longe disso, praticam uma atividade física forçosamente como consequência da necessidade de obtenção de rendimentos. A bicicleta, é para esse grupo, tanto o meio de

transporte que promove o deslocamento casa-trabalho e trabalho-casa, quanto o seu instrumento de trabalho, tão imprescindível quanto os telefones celulares e as *bags*⁴². A mercantilização dos seus corpos e da sua força de trabalho é o alicerce da reprodução social das suas existências precárias.

É mister salientarmos que o caráter nômade, dinâmico e de movimento é também uma marca da atividade. Afinal, serpeiam em suas bicicletas, o que sugere a permanência de uma rotinização travestida de flexibilidade. Não há um local fixo de trabalho, mas enquanto aguardam o chamado para as entregas sob demanda – *on demand* – às vezes ficam parados manuseando seus *smartphones* próximos aos *shopping centers*, restaurantes, lanchonetes, *fast-foods*, farmácias etc. Não é incomum receberem a notificação/chamado para as entregas quando estão em deslocamento. Há uma supervisão e controle ubíquos da atividade realizada por esses empreendedores.

A maioria dos entregadores ciclistas de aplicativos são *trabalhadores nuvem*⁴³, tais quais os arquivos que armazenamos nesse quase infinito repositório digital para serem acionados caso precisemos, ou descartados a qualquer momento se ocuparem muito espaço. Essa é a relação das plataformas digitais com esses corpos convertidos numa imensa nuvem humana.

Este fato não é de se estranhar, uma vez que a barbárie é o duplo estrutural do capital, o âmago do seu ordenamento lógico-histórico engendra um perene caráter de inutilidade de pessoas e de regiões em busca do seu desiderato, que é a valorização do capital (Menegat, 2003). O que Marx (2001) conceituou de exército industrial de reserva torna-se um exército de *novos desvalidos* em acelerado crescimento, pessoas em busca de um *senso de honra* que as guie no capitalismo sob a razão neoliberal.

É franca a proliferação de *startups* que oferecem serviços variados a partir de plataformas digitais. De acordo com Slee (2017), a hospedagem, o transporte e a educação

⁴² Essa sacola térmica vem se constituindo num marcador simbólico para se identificarem entre os ciclistas os que são entregadores. Vermelhas, amarelas, pretas, lilases, verdes, laranja etc., as cores representam a plataforma digital na qual o entregador atua – muitos são vinculados a mais de um aplicativo. Alguns usam a *bag* de uma plataforma digital, mas preferem ficar *on-line* por outra de acordo com sua percepção do *modus operandi* que eles julgam mais vantajoso no momento.

⁴³ Essa expressão foi mencionada por um ciclista entregador durante o trabalho de campo, no sentido de diferenciá-lo dos operadores logísticos (OL). Há uma distinção entre os entregadores na plataforma digital *iFood*. Os *Termos de Condições e Uso* dessa plataforma digital para entregadores explicitam o sentido para o OL, que na realidade é um tipo de vinculação que lhe impõe mais obrigações em comparação com o entregador nuvem, sobretudo no tocante ao cumprimento dos horários em que deve permanecer *on-line*, além de não poder rejeitar entregas. Retomaremos esta questão com mais detalhes em outro momento no texto. Merece menção o fato de que houve uma atualização em alguns pontos desses termos. Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/>> Acesso em: 01 de julho de 2021.

perfazem o maior percentual dos serviços disponibilizados ao público. A uberização do trabalho, nomenclatura que alude à plataforma digital *Uber*⁴⁴, substantivou-se e adjetivou-se em virtude da popularização do aplicativo e da quantidade de *downloads* e usuários em todo o mundo. O êxito inicial e aparente dos motoristas *parceiros* em relação aos ganhos e vantagens causou uma empolgação que não tardou a revelar-se *pseudoconcreta* no tocante à autonomia, à satisfação com os rendimentos, às condições e aos direitos de desenvolvimento do trabalho de motorista.

Reiteramos a importância no estabelecimento do debate pelo crivo da análise sociológica, acerca da condição dos entregadores ciclistas de aplicativos da cidade de Aracaju (SE), que em suas singularidades, são parte da totalidade dessa categoria de *novos desvalidos* circunscrita na configuração do capitalismo contemporâneo, uma fração, portanto, da classe trabalhadora que, pelo predomínio físico da atividade combinado à utilização de uma interface digital, comprova a ampliação da precarização do trabalho e as graduações diferenciadas que incidem sobre os lugares de classe.

O corpo aqui apreendido sob a totalidade pressupõe uma não-dissociação entre o corpo e a subjetividade dos entregadores ciclistas de aplicativos imersos nas relações produtivas em vigor, a saber, o crescimento das modalidades de trabalhos informais, (in)flexíveis e precários mediadas pelas tecnologias informacional-digitais.

Ao acompanharmos Foucault (2003), outrora partia-se do adestramento do gesto para se alcançar o domínio da vontade, buscando-se obter o engajamento inicialmente pela força, pela coerção dos corpos, por meio da imposição das técnicas do poder normatizador das instituições características da sociedade disciplinar sobre os corpos individuais. Agora, a interpelação direciona-se às emoções e aos desejos, haja vista que esse é um caminho mais rápido para se administrar totalmente os corpos pelo primado do domínio da vontade.

O que leva as pessoas a trabalharem como entregadores ciclistas de aplicativos em Aracaju? Seria a necessidade de subsistência ou a crença de estarem exercendo uma atividade que aparenta autonomia e liberdade ou a produção de sujeitos conformados a aceitarem as normas sociais? Tornar-se *patrão de si* mesmo representa a conquista de algum tipo de privilégio e *status* social? Propomos, a partir da singularidade de um grupo particular de sujeitos

⁴⁴ A *Uber Technologies Inc.* surgiu em 2009 nos Estados Unidos, mas especificamente na região conhecida como Vale do Silício (*Silicon Valley*), no estado da Califórnia, em São Francisco. A localidade é conhecida por abrigar muitas *startups* ou empresas de tecnologias. Segundo Slee (2017), a *Uber* iniciou oferecendo os serviços de carros luxuosos, com a mediação consumidor-serviço por meio de aplicativo que acionava o motorista do veículo. A mencionada empresa de tecnologia oferece o serviço de transporte de passageiros e ramificou-se também para a entrega de alimentos por meio da sua congênere *Uber Eats* (Slee, 2017).

de desempenho e seus corpos, compreender a universalidade em suas aproximações e distinções das pessoas que estão imersas na realização de trabalho precário tutelado por plataformas digitais do serviço de transporte e as repercussões a sua corporeidade.

Nesses termos, esta pesquisa explicita-se pela problemática visando a uma investigação sociológica, a fim de contribuir aos diagnósticos que engendrem estratégias de leitura, compreensão e perspectivas que partem do real em sua concretude, cabendo-nos indagar: em que medida os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) expressam a *(auto)exploração*, que os tipifica como uma fração dos *novos desvalidos* frente ao processo de subjetivação neoliberal que combina precarização do trabalho e precariedade existencial por meio da *(auto)exploração*?

Portanto, o nosso argumento de tese pode assim ser enunciado: A *datificação* e *vigilância* como signos do capitalismo contemporâneo impõem à corporeidade a busca por desempenho como um *ethos*, e os entregadores ciclistas de aplicativos constituem-se num tipo *sui generis* e tendencialmente crescente de *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, e o uso de seus corpos supérfluos socialmente necessários orienta-se por um *senso de honra* assentado na *(auto)exploração*.

Nesse processo, inferimos que a exploração (objetiva) existe, mas é ocultada pelas *novas técnicas do poder* que, ao mobilizar as motivações e representações desses sujeitos, asseguram a eficácia da dominação social por meio da exploração de si (subjetiva). O exercício e a disponibilidade das pessoas ao trabalho precário é uma tendência marcante, numa conjuntura em que predomina a ampliação da informalidade, também chamada de economia informal – um nicho de transações monetárias, além da oferta de bens e serviços fora do alcance do controle governamental.

Esse fator, que certamente contribui aos elevados níveis das taxas de desemprego, confere ao *empreendedorismo de subsistência* oferecido pelas plataformas digitais e praticado pelos sujeitos entregadores ciclistas de aplicativos uma aparente solução e alternativa ocupacional, geradora de renda. O *sonho brasileiro* a ser conquistado é ser *patrão de si* mesmo. Nesse sentido, a promoção de uma subjetividade neoliberal através da exploração dos desejos em torno de uma suposta liberdade do empreendedor de si constitui-se num meio eficaz de aceitação da dominação social.

Dessa demanda inicial desdobram-se outras igualmente importantes. Assim, objetivamos conhecer quem são os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) no bojo das relações sociais do *novo capitalismo*, quais as suas percepções quanto à *(auto)exploração* à qual são submetidos, como apreendem ou o que apreendem sobre a nova

disciplina do trabalho e a sua submissão ao desempenho pela ubiquidade da programação algorítmica.

É relevante, ainda, delinear e analisarmos aspectos singulares e universais, locais e globais desses sujeitos como possíveis representantes de uma parcela do que denominaremos *novos desvalidos da sociedade tecnológica avançada*. Suas experiências serão explicitadas por meio dos registros de acompanhamento *in loco* no desenvolvimento das suas *práxis* social e rotinas, quando nos aproximamos do *processo de vida real* desses trabalhadores informais, das possibilidades, dos limites, das expectativas, das motivações e das estratégias de resistência daqueles que se encontram imersos numa condição de precarização do trabalho, buscando sobreviver de acordo com um *sensu de honra* que pautou de sentido as suas vidas.

Por conseguinte, a relevância deste estudo reside como uma forma singular de contribuição à *Sociologia do Trabalho*, em diálogo com a *Sociologia do Corpo*. Essa inclinação à corporeidade é o aspecto que compreendemos pouco abordado em relação aos estudos já produzidos. Entretanto, sem compartimentalizar, mais importante do que essa ou aquela sociologia, o momento urge um diálogo ampliado e a articulação com *sociologias necessárias*⁴⁵ a fim de engendrar uma compreensão sociológica dos chamados *aspectos expressivos* do corpo frente ao modo de vida neoliberal, pois “tudo o que for expressivo no corpo, tudo o que comunicar alguma coisa aos homens, tudo o que depender das codificações particulares de um grupo social, é objeto de estudo sociológico (Rodrigues, 1980, p. 46).

Embora se celebre o pós-humano, há muito de expressivo nos corpos e que ainda pode nos dizer muito em vista das particularidades a partir das classes sociais, ao que Boltanski (2004), ressaltou acerca da necessidade de não reduzir o que pode ser dito a respeito dos corpos às determinações sociais, posto que o aspecto biológico é mediado culturalmente, num dinamismo manifesto nas normas, tabus, desejos, repulsões e gostos.

Propondo ampliar os olhares sobre as dimensões subjetivas e expressivas, traremos à interlocução o olhar de Mauss (2003), que denomina de técnicas do corpo o conhecimento ou as formas de uso dos corpos, criadas historicamente e culturalmente pelos seres humanos na vida social. Os entregadores ciclistas de aplicativos servem-se de qual maneira dos seus próprios corpos? Quais os mediadores culturais que atuam sob o desejo de sujeitos que se *(auto)exploram*?

⁴⁵ Acreditamos que está clara a nossa orientação teórico-metodológica diante dos esforços para compreender a realidade social a partir de um recorte específico. Por essa razão, evocar as *sociologias necessárias*, expõe a necessidade de um diálogo ampliado com matrizes diversas da *teoria social*.

O interesse pela articulação entre corpo e trabalho precário não é eventual. Nossa formação num curso de Licenciatura em Educação Física⁴⁶, associada à atuação profissional na área educacional⁴⁷, foi demarcatória ao desenho desta pesquisa. Considerando-se ainda nossa incipiente e entusiasta experiência social na prática ocasional do ciclismo para fins de lazer, em que as motivações não partem da necessidade de subsistência, contrapondo-se à condição dos entregadores ciclistas de aplicativos. A esse grupo, o ciclismo e o pedalar não têm qualquer relação com o tempo livre. O que há de comum aos usos da bicicleta nos dois casos, é o pertencimento ao tipo humano forjado sob o *novo espírito do capitalismo*, um *neossujeito* em gestação.

Frente a uma inclinação e quadro gradativos de um processo de subjetivação fundado na *(auto)exploração*, reiteramos que as novas técnicas e *dispositivos de saber-poder*, por mais que atinjam a todos, aos vulneráveis *corpos-emprego* representados pelos entregadores ciclistas de aplicativos, *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, os impactos sociais, psíquicos e físicos lhes impõem a precarização do trabalho e a precariedade existencial instituídas.

Entendemos que provocar reflexões a partir de uma síntese baseada na interpretação sociológica possibilitará ampliar o conjunto de olhares diversos e dialógicos sobre o fenômeno, abrindo o leque de alternativas e perspectivas para uma compreensão e intervenção na realidade concreta, que aponta para a experiência social e o (re)fazer-se histórico dos entregadores ciclistas de aplicativos frente à dominação social.

Portanto, não há indivíduos no sentido social do termo, ou seja, homens aptos à possibilidade de existir e existentes como pessoas, dotados de exigências próprias e, sobretudo, atuantes no trabalho, a não ser com referência à sociedade que vivem e que forma os indivíduos em seu âmago. Por outro lado, também não há sociedade sem que seu próprio conceito seja mediado pelos indivíduos, pois o processo pelo qual ela se preserva é, afinal, o processo de vida, o processo de trabalho, o processo de produção e reprodução que se conserva mediante os indivíduos isolados, socializados na sociedade (Adorno, 2008, p. 119-120).

Nesse sentido, visamos ir além das determinações e enclausuramentos dos determinismos – econômicos ou tecnológicos – e de uma ordem neoliberal implacável, em que a mediação entre a objetividade social e a promoção de novas subjetividades têm como

⁴⁶ Graduado e licenciado em Educação Física pela UFS, em 2003.

⁴⁷ Professor de Educação Física, da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, nos cursos técnicos integrados de nível médio (agroindústria, agropecuária, aquicultura e manutenção e suporte em informática), do Instituto Federal de Sergipe – IFS, Campus São Cristóvão, desde 2008.

referência o (re)fazer-se desses sujeitos que compõem uma parcela do novo tipo de sujeito trabalhador e das novas modalidades de exploração da força de trabalho na sociedade capitalista contemporânea. Seguiremos nossa exposição acerca do trajeto adotado, da caracterização da pesquisa, da inserção ao campo empírico, da elaboração e definição dos instrumentos de coleta dos dados, enfim, de todo o itinerário metodológico percorrido, a fim de elucidar os questionamentos e os problemas propostos.

Em cena: os sujeitos da pesquisa

O propósito da explanação que segue é trazer ao protagonismo os sujeitos da pesquisa, isso quer dizer, apresentá-los sucintamente num primeiro momento. Afinal, são eles as pessoas de carne e osso que vivem os dilemas perpassados pelo trabalho precário mediado pelas plataformas digitais, imersos numa precariedade existencial, ou no sentido contundente de viração, apreendida em termos de um “[...] movimento permanentemente invisibilizado e pouco conhecido por relações de trabalho que, na vida dos trabalhadores, não têm fronteiras tão claras quanto as categorias de análise buscam expressar” (Abílio, 2021b, p. 943).

Portanto, realizaremos alguns desvios necessários a fim de que certas premissas gestadas no auge da *sociedade industrial avançada* conduzam-nos a uma compreensão dos sujeitos e ao uso dos seus corpos numa *sociedade tecnológica avançada*. Desta aproximação entre uma perspectiva que visa a estabelecer uma dialética entre a objetividade e a subjetividade, apoiamo-nos na constatação a seguir:

É sua missão mostrar não somente como as paixões, desejos e ansiedades modificam-se e desenvolvem-se como um resultado do processo social, mas também como as energias humanas, assim moldadas em formas específicas, por sua vez convertem-se em forças produtivas moldando o processo social (Fromm, 1972, p. 21).

Tal missão está em plena concordância com Soares (2007), pois visamos a estabelecer incipientemente uma conexão possível, não dogmática e não canônica, entre os pressupostos da *Teoria Crítica* e a teoria psicanalítica⁴⁸, no sentido de nos municiarmos metodologicamente por uma “*caixa de ferramentas*”, a fim de podermos examinar os elementos que incidem social e

⁴⁸ Embora seja de suma importância a discussão teórica, não nos deteremos nas críticas que podem ser dirigidas à psicanálise, mas dialogaremos com autores que se propuseram a essa tarefa, lembrando que a orientação empírica desta pesquisa não almeja fazer um balanço epistemológico dos conceitos, dos avanços e limitações teóricas dos pressupostos psicanalíticos.

psiquicamente sobre o segmento dos trabalhadores informais e precários, a partir da reflexividade do *processo de vida real* sob a razão neoliberal. Para tal tarefa, a experiência social dos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) levar-nos-á às análises e discussões a fim de estabelecermos uma possível interpretação sociológica, que capte as atuais forças produtivas atuando frente ao processo social.

Os corpos supérfluos, invisibilizados e periféricos, estão imersos na *práxis* fetichizada do *empreendedorismo de subsistência* orientada pelo *novo espírito do capitalismo*. Portanto, cabe indagarmos a que classe social pertencem os sujeitos aludidos (objetivamente)? Em qual classe social eles se autopercebem inseridos (subjetivamente)?

Lukács (2003) chama nossa atenção sobre o antagonismo entre a consciência de classe e o interesse de classe, que não expressa necessariamente uma contradição, mas sim uma dialética. Sobre essa questão, Hobsbawm (2015a) verificou que as experiências sociais das classes são diferentes, evidenciando interesses e localizações divergentes na ocupação de posições influentes à eclosão de certos acontecimentos, de forma que nem sempre a consciência de classe coincide com o interesse de classe, e vice-versa.



Figura 1 – Ponto de apoio localizado no Hipermercado Extra⁴⁹.

Fonte: Trabalho de campo. Registro fotográfico realizado em 16 de outubro de 2020.

⁴⁹ Atualmente a estrutura abriga uma das filiais da rede Assaí Atacadista, a 3ª unidade na capital Aracaju e a 5ª loja no estado de Sergipe.

No universo das muitas modalidades de trabalhos informais⁵⁰, a amostra dos trabalhadores foi composta pelos peculiares sujeitos que atuam mediados por tecnologias digitais, prestando serviços de transportes de mercadorias e produtos variados, utilizando a bicicleta para deslocamento. Esse meio de transporte e instrumento de trabalho não é exclusividade dos entregadores ciclistas de aplicativos.

A empiria aracajuana confronta-nos com tipos variados de trabalhadores informais ciclistas, a exemplo dos vendedores de picolé, de sorvete, de beiju, de sanduíches, de pipoca, de algodão doce, de bebidas; entregadores de garrações de água mineral, lavadores de carros, jardineiros, *bikeboys*⁵¹, entre outros, que representam essa gama variada de prestação de serviços para os quais é utilizada a bicicleta.

Essa aproximação prévia e sucessiva ao *processo de vida real* dos entregadores ciclistas de aplicativos foi realizada por meio de uma imersão prévia (vide figura 1). A etapa ocorreu nos dias 15 e 16 de outubro de 2020, por meio do instrumento diário de campo e da técnica de observação direta⁵². Foram percorridos alguns dos estabelecimentos comerciais e regiões da cidade⁵³, que, naquele momento, julgamos relevantes ao atendimento dos propósitos da pesquisa; a saber: o hipermercado Extra⁵⁴, o *McDonalds* e o *Burger Kings* (BK)⁵⁵. Estes estabelecimentos, entre outros, apresentavam à época um intenso movimento de compras dos seus produtos, sob o aporte do serviço *delivery* e conseqüentemente a atuação de entregadores de aplicativos, que se expuseram às maiores possibilidades contágio e de computarem nas taxas de mortalidade em decorrência da covid-19.

⁵⁰ Para além da evidência dos trabalhos precarizados com a mediação tecnológica de plataformas digitais, Barbosa e Alves (2021) destrincham com propriedade a variedade de trabalhos precários, expondo o uso dos corpos de muitas pessoas no continente latino-americano.

⁵¹ O neologismo refere-se ao exercício de atividades de entregas diversas, para além da vinculação a alguma plataforma digital, em que os entregadores – tanto do gênero masculino quanto feminino – fazem uso da bicicleta.

⁵² As ações consistiram em observar os entregadores em geral nos locais de espera ou busca de corridas, registrar no diário de campo com anotações (manuscritas). Abordamos e dialogamos com alguns entregadores ciclistas e *motoboy*s, a fim de dirimirmos algumas dúvidas com os entregadores e sua atividade, as condições de trabalho, as horas trabalhadas, o receio de contaminação pelo novo coronavírus etc. Também registramos fotograficamente, com a câmera do aparelho celular *smartphone*, algumas situações visualizadas nesse processo. O uso de máscara e a manutenção de uma distância física foram recomendações seguidas, segundo o preconizado.

⁵³ Esses estabelecimentos encontram-se num raio de localização onde há uma rede de comércio e consumo (Avenidas Hermes Fontes, Adélia Franco, Deputado Sílvio Teixeira etc.). Durante as observações prévias, percebemos uma aglomeração de entregadores de aplicativos em suas imediações.

⁵⁴ A rede Extra do *Grupo Pão de Açúcar* (GPA) decidiu unificar seu nome no ramo dos hipermercados, em torno da marca Assaí. O encerramento das atividades em Aracaju foi momentâneo, a fim de adequar as instalações que outrora abrigaram o Extra, para o Assaí, inaugurado no fim de 2022. Resta informar que, a exemplo da loja antecessora, a atual mantém o serviço de entregas dos produtos por aplicativos próprios e pelas tradicionais plataformas digitais – *iFood*, *Rappy* etc. – para essa finalidade.

⁵⁵ O *McDonalds* e o *Burger King* são duas franquias conhecidas e disseminadas em abrangência transnacional, originadas nos EUA, do ramo de *fast-food*.

Os registros iniciais foram manuscritos em folhas específicas – diário de campo. Esses dados subsidiaram a elaboração de roteiro sobre o que seria observado e registrado nas incursões subsequentes. Essa forma de apontamento foi substituída quando passamos a usar o aplicativo gravador de voz do *smartphone*, a fim de conferir mais agilidade às anotações das percepções diante dos comportamentos, situações e fatos. Os registros armazenados na memória do aparelho celular foram transcritos posteriormente.

Após essa entrada preliminar no campo, o ciclismo ou o pedalar foram os recursos de deslocamento predominante nas observações diretas e acompanhamento dos trajetos de alguns entregadores, a partir do dia 9 de dezembro de 2020. Afirmamos que no dia a dia os entregadores ciclistas de aplicativos orbitavam pelos locais em que trafegávamos e frequentávamos, nas ruas, avenidas e diversos estabelecimentos comerciais da capital, de forma que nos encontramos coincidentemente com alguns dos sujeitos.

Uma pesquisa que visa a estabelecer uma contribuição crítica ao capitalismo contemporâneo não pode negligenciar as plataformas digitais, a exemplo das redes sociais e aplicativos de compartilhamento, como o *FaceBook*, *Instagram* e *WhatsApp*. Elas foram meios importantes na aproximação e manutenção de contato com os sujeitos desta pesquisa, seja para a marcação das entrevistas, seja para a obtenção de outras informações.



Figura 2 – Entregadores ciclistas de aplicativo de Aracaju (SE) – Sujeitos da pesquisa.

Fonte: ANTÔNIO SAMARONE. **O proletariado da Era Digital**. Aracaju. 05 de dez. 2019. *Instagram*: @antoniosamaroned

A *flânerie* ciclística do trabalho de campo foi realizada num primeiro momento nos dias 9, 10 e 18 de dezembro de 2020, a fim de observarmos e registrarmos algumas situações do cotidiano de trabalho dos entregadores em geral, inclusive fotograficamente. Nossa caracterização ao estilo dos entregadores ciclistas de aplicativos permitiu-nos adentrarmos esses espaços sem grandes alterações dos seus comportamentos, pois, além da bicicleta e do celular *smartphone*, os nossos trajes eram semelhantes aos que eles usavam, isto é, uma camisa de proteção ultravioleta (UV), bermuda e tênis.

Apesar de não portarmos a *bag*, a estratégia foi bem-sucedida. Passamos quase desapercibidos ao compartilharmos o espaço e parte das suas rotinas, por exemplo, numa roda de entregadores *motoboys* e ciclistas parcialmente aglomerados, enquanto aguardavam os chamados para as corridas.

Contudo, sempre que conversávamos com alguns deles, esclarecíamos mesmo sem perguntarem o motivo de estarmos ali. No geral, não houve questionamentos contundentes. Tal desinteresse no tocante à nossa presença ou aceitação parcial ao grupo permitiu-nos uma riqueza de observações e tomada de notas durante o tempo de aguardo dos chamados (notificações sonoras das plataformas digitais) em meio aos entregadores, o que se deu no entorno dos estabelecimentos comerciais, nas calçadas, aproveitando as sombras de árvores, sentados no chão, carrinho de supermercado, na grama etc., ou no intervalo entre uma corrida e outra (corrida, na linguagem usual deles, é uma referência às entregas).

Foram aplicados questionários entre os dias 19 de dezembro de 2020 e 2 de janeiro de 2021 e respondidos por 41 sujeitos. Para essa ação do trabalho de campo, contamos com o auxílio de duas pesquisadoras que já haviam trabalhado conosco noutra ocasião⁵⁶.

Efetuamos a organização e tabulação dos dados, e aqueles itens com maior variabilidade foram representados em forma de gráficos (*Excel*). Devemos ressaltar que o propósito desses dados na presente pesquisa assume uma dimensão auxiliar (Triviños, 1987); por isso eles foram relacionados às observações e aos dados coletados, balizando a elaboração de mais um instrumento de coleta de dados: o roteiro da entrevista semiestruturada. O pesquisador *flâneur* que assumimos metodologicamente prosseguiu suas pedaladas em 9 de fevereiro e 30 de abril de 2021. Considerando que os questionários e o observado até aquele momento contemplavam

⁵⁶ Manifestamos mais uma vez os nossos agradecimentos às professoras Nathália Dória Oliveira e Karine dos Anjos Santos, responsáveis pela aplicação dos questionários. Elas foram bolsistas do projeto de implantação dos *Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede CEDES em Sergipe*, que resultou, entre outras pesquisas, no *Diagnóstico sobre as práticas esportivas e de lazer em comunidades quilombolas do estado de Sergipe*, concluído em 2019. Participaram em várias frentes do processo, justificando a experiência relacionada à pesquisa.

o processo de vida real, o passo a seguir seria articular a *flânerie*, colhendo os depoimentos dos sujeitos.



Figura 3: Pesquisador *Flâneur*.

Fonte: Trabalho de campo. Registro fotográfico realizado em 18 de dezembro de 2020.

A partir do dia 24 de maio de 2021 lançamo-nos nessa empreitada, perseguindo o propósito definido pela concretização do roteiro da entrevista semiestruturada a fim de obter a anuência dos entregadores ciclistas de aplicativos, quando, nessa data, conquistamos o primeiro depoimento de um total de nove alcançados durante todo o trabalho de campo.

Dos nove sujeitos conforme indicados na tabela 1 adiante, tivemos uma mulher, sete homens e um não binário. Entre eles, um estava em migração da informalidade à formalidade, conforme já assinalado, e dois não eram mais entregadores. As abordagens foram distintas e serão mais bem detalhadas no capítulo 2, com uma ampliação acerca da metodologia, e no capítulo 3, por meio da análise e da interpretação dos dados.

Para acessarmos os sujeitos, produzimos um singelo *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (Apêndice A), que era lido e, posteriormente, caso fosse manifestada a anuência, era assinado pelos entrevistados. A partir de cópias digitalizada por meio da câmera de um aplicativo para essa finalidade, fazíamos o arquivamento, enquanto os originais ficavam sob a posse deles. Nesse termo, constavam as informações básicas da pesquisa, a instituição, o

programa, o tema, contatos (telefônico e e-mail) e a reafirmação da preservação da confidencialidade das informações prestadas e das identidades dos participantes.

ENTREGADORES(AS) CICLISTAS DE APLICATIVOS ENTREVISTADOS(AS)					
Entrevistado(a)	Identificação	Idade	Gênero	Autodeclaração étnico-racial	Data do depoimento
1	M.	22 anos	Masculino	Preto	24/05/2021
2	S.	24 anos	Masculino	Pardo	26/05/2021
3	N.	35 anos	Masculino	Pardo	04/06/2021
4	P.	33 anos	Masculino	Preto (negro) ⁵⁷	07/06/2021
5	A.	25 anos	Masculino	Pardo	08/06/2021
6	W.	21 anos	Masculino	Pardo	27/08/2022
7	L.	29 anos	Não binário	Pardo (negro) ⁵⁸	03/08/2022
8	B.	27 anos	Feminino	Parda	10/08/2022
9	J.	22 anos	Masculino	Pardo	08/09/2022

Tabela 1: Entregadores(as) ciclistas de aplicativos entrevistados(as). Elaboração própria.
Fonte: Trabalho de campo.

Destacamos que as plataformas digitais como expressão das empresas imbuídas do *novo espírito do capitalismo* são pouco acessíveis ao fornecimento de esclarecimentos. Desta forma, não havia como estabelecer um parâmetro para o percentual da amostra, diante da extensão do desconhecido universo. Balizamos-nos em dados do IBGE, da Aliança Bike etc. Aqui, reafirmamos que a quantidade dos sujeitos entrevistados revelou-nos satisfatoriamente uma diversidade de experiências sociais enriquecidas pelos olhares distintos de pessoas que atuam no exercício de uma mesma atividade de trabalho.

Tais considerações conduzem-nos à organização da pesquisa, que, além dessa introdução, é composta do *primeiro capítulo*, que estabelece uma contextualização do capitalismo a partir da industrialização e das transformações sociais e tecnológicas no bojo da modernidade, tensionando a proposta Iluminista e sua contradição frente aos desígnios da razão como possibilidade emancipatória. Ainda traremos algumas discussões do período fordista,

⁵⁷ P. autodeclarou-se negro. Mas fizemos essa ponderação, para mantermos a classificação de acordo com o IBGE e o Estatuto da Igualdade Racial.

⁵⁸ L. autodeclarou-se uma pessoa negra, mas na tabela consta pardo, em virtude das suas características fenotípicas observadas. A fim de dirimir eventuais dúvidas, a Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, promulgou o *Estatuto de Igualdade Racial*, que no Título I, art. 1º, parágrafo IV, enfatiza: “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm> Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

quando de fato ocorre uma ampliação em termos do aparato tecnológico agregado a um período de elevados níveis de produção e crescimento econômico, resguardando, porém, a dominação social característica de uma sociedade administrada. Seu objetivo não é abordar as fases do capitalismo de forma linear, mas sim refletir sobre os descompassos de uma razão desalinhada à emancipação humana, justamente pelo fato de os vínculos do capital serem destituídos de propósitos sociais, logo, afeitos à barbárie.

O *segundo capítulo* apresenta uma discussão a partir da configuração do capitalismo no seio da reestruturação produtiva da crise do fordismo, tomando como cenário a década de 1970 e a emergência de um padrão de acumulação flexível como manifestação da razão neoliberal e da consequente ofensiva que confere ao mercado o regulador das relações sociais. Em decorrência do *ethos* empresarial pautado em formas de trabalho precarizadas, as dimensões tempo e espaço em sua aparência de liberdade ocultam uma dominação social exclusivamente representada pela exploração das macroestruturas e das instituições que caracterizam o próprio sistema, mas mesclada a uma conjunção de *(auto)exploração* e *(auto)disciplina*, as quais os sujeitos incorporam ao seu modo de ser, pensar e agir.

Ainda ampliamos a descrição metodológica e os instrumentos de coleta de dados, aliando-os a um balanço ao modo de um estado da arte, sobre a produção acadêmica em níveis local e nacional, a qual trata da temática dos trabalhadores por aplicativos, em específico os entregadores ciclistas. Também iniciamos uma, por assim dizer, entrada prévia ao diálogo com os sujeitos da pesquisa, visto que a *flânerie* a partir da realização das observações diretas⁵⁹ situou-nos em contato com os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE). Desta feita, passamos a registrar de forma escrita as nossas primeiras impressões e percepções, que depois foram registradas no aplicativo gravador de voz do *smartphone*, além do registro fotográfico das rotinas, também com o uso desse equipamento, aliado ao acesso às redes sociais de entregadores⁶⁰.

Essa etapa permitiu-nos verificar as relações de autonomia e submissão face a uma espécie de controle algorítmico, no cotidiano de trabalho dos entregadores ciclistas de aplicativos. Evidentemente, a nossa condição de vida não estava atrelada à produção/reprodução da existência por meio dessa modalidade de trabalho precário; contudo,

⁵⁹ De forma sistemática, essa fase foi iniciada nos dias 09, 10 e 18 de dezembro de 2020.

⁶⁰ Fazendo *jus* ao estudo, esses registros foram obtidos por meio de um aplicativo. Registrávamos as distâncias percorridas, o tempo total transcorrido (espera e movimento) buscando com esse procedimento uma aproximação sucessiva ancorada na realidade dos sujeitos participantes, além de estarmos alinhados sob suas perspectivas durante a jornada de trabalho.

captar *in loco* as nuances da atividade desses sujeitos e seus corpos foi crucial para ampliarmos e diversificarmos os olhares e formas de abordagem.

Consideramos o aporte da pesquisa realizada pela Aliança Bike (2019), na cidade de São Paulo, a qual trouxe à tona uma importante caracterização do perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos e se aproximou aos aspectos aludidos. Baseados no instrumento desta pesquisa, elaboramos um questionário com o fito de obtermos registros objetivos e diretos para traçarmos um perfil provisório dos entregadores ciclistas de Aracaju (SE). Portanto, o questionário, articulado aos registros das observações do trabalho de campo, auxiliou na confecção do roteiro da entrevista semiestruturada⁶¹.

O *terceiro capítulo* alia os procedimentos da *flânerie* à perspectiva de um grande intelectual periférico que apontava como o flanco frágil sobre as pesquisas relacionadas ao racismo no Brasil a prioridade do negro-tema dos estudos, em detrimento do negro-vida da realidade (Ramos, 1995). Ao tomarmos também esse pressuposto como orientação metodológica e analítica, buscaremos aglutinar com mais efetividade os elementos do trabalho de campo e da coleta de dados registrados, os indícios gerados pelos questionários e as vozes dos entregadores ciclistas de aplicativos expressas por meio dos seus depoimentos que, numa analogia ao negro-vida – apesar da vulnerabilidade social, não se deixam imobilizar –, encontram-se (re)fazendo-se.

Nesse ponto, podemos dizer que, por caminhos diversos, a *patologia da normalidade*, objeto das investigações de Fromm (1963), sobre o desajustamento da sociedade contemporânea numa aceitação tácita da dominação social reveladora da insalubridade psíquica, encontra ressonância em Ramos (1995), uma vez que, a fim de efetuarmos uma interpretação sociológica a partir de critérios impulsionados pelas realidades global, nacional e local, numa ambiência de barbárie, reificação, precarização do trabalho e precariedade da vida, temos a confirmação da prevalência de uma *patologia social da razão neoliberal* que repercute a um processo de (des)orientação desses *sujeitos de desempenhos desiguais* e suas possibilidades de (re)ação e emancipação frente à *sociedade tecnológica avançada no novo capitalismo*.

À guisa de considerações finais, retomamos a problemática evocada em forma de um balanço, expondo elementos tendenciais acerca da questão do trabalho precário tutelado por

⁶¹ A aplicação dos questionários ocorreu entres os dias 19 de dezembro de 2020 e 02 de janeiro de 2021. Contamos para essa ação, com o auxílio de duas pesquisadoras que já haviam trabalhado conosco noutra ocasião. Manifestamos de antemão os nossos agradecimentos às professoras Nathália Dória Oliveira e Karine dos Anjos Santos.

tecnologias digitais e suas repercussões sociais, psíquicas e físicas a partir dos peculiares *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* expressos pelos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE). Desta maneira, tecemos uma síntese provisória e diagnóstica em torno de uma questão atual e candente, que diz respeito à condição humana reificada frente à dominação social vigente na *sociedade tecnológica avançada* e seus impactos mais acentuados conforme a localização menos prestigiada nas classes sociais.

CAPÍTULO 1 – CONDIÇÃO HUMANA E RACIONALIDADE MODERNA: O DESENCONTRO ENTRE A RAZÃO E A EMANCIPAÇÃO

Se os pobres de Cristo chegaram a crer que suas almas eram tão boas quanto as dos burgueses ou aristocratas, chegariam aos argumentos dos *Direitos do Homem*.

(E. P. Thompson, *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, 1987).

A lógica neoliberal defende ardorosamente o mercado como regulador da vida social, além de conceber o Estado mínimo como modelo político ideal e possível à vilipendiada democracia. As origens desta palavra tão destacada e ameaçada constantemente é uma herança que nos foi legada pelos gregos e integra o conjunto cultural do que convencionamos chamar de civilização ocidental. O seu transcurso foi marcado por transformações, avanços e rupturas, compondo uma espécie de mosaico de influências difusas. Somos tributários de certos princípios das sociedades antigas escravagistas, grega e romana⁶², quanto a alguns valores morais, éticos, estéticos, culturais e civilizatórios.

Mas isso não quer dizer que essa ascendência confere uma identificação espontânea ou coincide com uma evolução linear que resultou na sociedade contemporânea em suas peculiaridades. Enfatizamos tratar-se de injunções simbólicas circunscritas ao que chamamos de Ocidente. Nesses termos, entre as leituras e interpretações possíveis, o mito grego do *Mito de Sísifo* é emblemático como um quadro da reificação contemporânea a qual estão submetidos os *novos desvalidos*.

Uma possível interpretação do mito em tela é nos dada a partir do absurdo, como a marca da existência humana. Nos diz Camus (2020, p. 198): “Deixo Sísifo na montanha! As

⁶² Os homens livres, mas pobres, recebiam a alcunha de *humiliores*; eram os humildes e inferiores. Por sua vez, os homens considerados bons, por serem livres, atendiam pela denominação de *honestiores*; a humilhação dos primeiros era o fato da similaridade das suas atividades com as dos escravos, logo, considerada desonrosa, apesar de serem livres, ao passo que a dedicação às atividades que contemplavam a propriedade da terra, a prática da guerra e a participação na política cabia aos segundos, os verdadeiros homens bons e livres (Chauí, 1999).

peças sempre reencontram o seu fardo. *Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e ergue as rochas.* [...] A própria luta para chegar ao cume basta para encher o coração de um homem. *É preciso imaginar Sísifo feliz*”. Trazendo para os nossos sujeitos, seria a coragem em labutar cotidianamente fazendo entregas de bicicleta, e que, apesar do absurdo, encontram e conferem de alguma forma sentido as suas existências, por meio da luta diária pela sobrevivência.

Em escala planetária centenas de milhares de corpos estão em condição análoga ao célebre suplicante da mitologia. Apesar de imersos em água até o pescoço e cercados de árvores carregadas de frutos acima das suas cabeças – se considerarmos o desenvolvimento científico e tecnológico – estão condenados a sede e a fome, em suma, a uma vida de privações e sofrimento que ratifica o fato de os desígnios da razão moderna não terem estabelecido desde a sua gênese compromissos com a emancipação humana.

Ao discutir os sentidos do *ergon* (uso do corpo) e do *argos* (isento de obra), numa outra formação social, Agamben (2017) ilumina uma possibilidade para a virtude desconsiderada dos artesãos – a sua atividade, apesar de física, produzia uma obra própria –, o que era distintivo em relação às atividades dos escravos, considerados isentos de obra. Mantém-nos de acordo com o seu pensamento a indicação de que, possivelmente, os escravos e o uso dos seus corpos submetidos ao *tripalium* da escravatura guardem alguma injunção simbólica com a atividade que *a posteriori* teria similaridade com o *labor*, o que se manifestou tardiamente no artesão.

Eis que “nesse momento, o escravo entra naquele processo secular que o levará a transformar-se em operário” (Agamben, 2017, p. 35). O artesão, apesar de usar o corpo, ao final, produzia uma obra; ou seja, podemos dizer que objetivava a sua subjetividade. O trabalhador ou operário usa o seu corpo, mas o *telos* não é o seu. Em suma, o artesão manteve o controle sobre todas as etapas do processo de produção da sua obra, embora faça uso do seu corpo. Essa analogia do escravo com o trabalhador moderno não admite uma evolução direta entre eles, mas ressalta o caráter negativo e a falta de autonomia do trabalhador perante o processo de produção.

O *ergon* dos artesãos, alertar-nos-á Chauí (1999), dizia respeito ao que era produzido como obra e não à ação de produzir. Poderíamos dizer que há implicitamente uma questão social dimensionada ao tempo? Afinal, quem precisava dedicar-se às atividades servis não teria muito tempo para produzir obras que permaneceriam como legados à posteridade.

Ora, por qual motivo alguns homens podiam prescindir de dedicar-se aos trabalhos servis e outros não?

O desprezo pela atividade do trabalho, originalmente oriundo de uma apaixonada luta pela libertação da necessidade e de uma impaciência não menos apaixonada com todo esforço que não deixasse vestígio, monumento ou grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se na medida das crescentes exigências do tempo dos cidadãos pela vida na *pólis* e de sua insistência na abstenção (*skholé*) de toda atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço (Arendt, 2015, p. 99-100).

O mito de Sísifo, no sentido alegórico, permite-nos, nas suas entrelinhas, considerarmolo como um quadro emblemático que delinea na contemporaneidade a prevalência de uma condição humana reificada. Em escala planetária, centenas de milhares de pessoas estão em situação análoga ao célebre sentenciado da mitologia, cujas vidas assemelham-se a uma rotina repetitiva; e sempre que chegam ao cume do morro, após o extenuante esforço de empurrar uma rocha pesada, o vislumbre proporcionado pela vista do alto é passageiro; não há tempo para contemplá-lo, pois logo a pedra rolará abaixo. Certamente, essa é uma atividade prisioneira da necessidade, desonerada de quaisquer vestígios virtuosos que mereçam ser lembrados ou se tornem legados.

Muitos corpos estão condenados a esse fardo, no que podemos denominar, por um lado, de *sociedade tecnológica avançada*, marcada pela superprodução, abundância material, elevado nível técnico-científico etc., mas que, por outro lado, condena a uma existência de privações, sofrimentos e catástrofes uma parcela significativa das pessoas, numa inversão diretamente proporcional a quaisquer indícios de uma existência plena. Contemplar a vista do alto do morro sem se preocupar com a pedra é um privilégio distintivo da alocação na estratificação social.

Sísifo, Tântalo ou as Danaides, conforme nos afirmam Adorno e Horkheimer (1985), são figuras míticas, e as punições infernais que lhes foram imputadas consistem sempre na repetição mecânica dos atos, pelo irrevogável arbítrio dos deuses do panteão grego. Algumas das referências fundantes da civilização ocidental indicam-nos que os desígnios da razão moderna em suas injunções simbólicas com a razão grega nasceram sem compromissos emancipatórios. Nesse ínterim, a persistência da necessidade de trabalhar compulsoriamente para assegurar a subsistência atesta o martírio que ainda recai sobre a maior parte dos seres humanos.

O desiderato da sociedade capitalista moderna comunga com a barbárie, com a letalidade, ou como expôs Marcuse (1999), o princípio de desempenho é o balizador do princípio de realidade no bojo da civilização moderna, não havendo espaço para o princípio de

prazer⁶³. O advento da modernidade estabeleceu ao uso dos corpos uma permanência da dissociação entre corpo e espírito de outrora, apesar de a sociedade moderna que fora anunciada como uma nova era prometer levar a humanidade a ultrapassar o anacronismo, as amarras e as fragmentações da era anterior. Essa assertiva foi defendida a partir de uma compreensão da modernidade constituída num tempo autoproclamado e autoconsciente de si.

De um lado, forças sociais travaram embates que levaram à derrocada dos fundamentos do mundo feudal; do outro, a ciência se afirmava como uma fonte dessacralizada de explicação dos fenômenos físicos e naturais. O que essas efervescência e mudança implicaram? Em que se baseava a suposta igualdade (ideal) entres os seres humanos?

Uma vez que o mundo novo, o mundo moderno, se distingue do velho pelo fato de que se abre ao futuro, o início de uma época histórica repete-se e reproduz-se a cada momento do presente, o qual gera o novo a partir de si. Por isso, faz parte da consciência histórica da modernidade a delimitação entre ‘o tempo mais recente’ e a ‘época moderna’: o presente como história contemporânea desfruta de uma posição de destaque dentro do horizonte da época moderna (Habermas, 2000, p. 11).

É explícita a consonância habermasiana com a premissa hegeliana da consciência de liberdade, concebida como o fator determinante das formas sociais do porvir de um mundo novo, de um novo tempo. O passado foi totalmente suplantado? A abertura ao futuro engendraria o novo por si, sem qualquer referência a períodos anteriores? Para Habermas (2000), a novidade instaurada pela modernidade é a autorreferência normativa, a autoorientação sem o balizamento com os modelos de tempos passados. Mas há de se ponderar: nos modos de produção antecedentes, a diferenciação entre as classes sociais e a subjugação de uma classe por outra assentavam-se em pressupostos de uma, por assim dizer, inata desigualdade, concebida pela naturalidade da escravidão ou pela sujeição divina da servidão.

As luzes do Iluminismo também tinham seu *claro-escuro*. Rousseau (2005), inicialmente entusiasta dos ideais da ilustração, passou a criticá-los pela falta de correspondência dos seus princípios com o alcance da plenitude humana⁶⁴. Outro importante filósofo das luzes, ao exortar o *sapere aude*⁶⁵, revelou sua preocupação em relação à ambiguidade do *Aufklärung*, quando, ao indagar se a sociedade da sua época era esclarecida, categoricamente respondeu não, apesar de atestar que vivia num período de esclarecimento (Kant, 1985). Por que a *sociedade*

⁶³ Na reflexão marcuseana, *Eros* não se restringe ao erótico ou ao hedonismo, mas ao que direciona à vida.

⁶⁴ Essa plenitude humana proposta foi concebida para um sujeito universal específico. Os privilegiados, como manifestação dessa plenitude, não deveriam ser concedidos a todos, mas somente aos eleitos.

⁶⁵ Do latim “atreva-se a conhecer” ou “ouse saber”.

tecnológica avançada ainda está distante de ser esclarecida? Quando os seres humanos serão capazes de superar a sua menoridade? Ou melhor, quais seres humanos são capazes de alcançar a maioridade?

Os questionamentos permanecem relevantes e as respostas não são definitivas, mas seguem provisórias e nem tão categóricas. O progresso técnico-científico está em descompasso com quaisquer possibilidades emancipatórias, bem como a sociedade ainda se revela pouco esclarecida, *vis-à-vis* a um tempo de esclarecimento sem precedentes. Sempre com muita propriedade, Adorno (2006) alerta-nos para a desconformidade entre o elevado grau de avanços tecnológicos que não comungam à emancipação; ao contrário, predominam estímulos que engendram subjetivamente impulsos destrutivos afeitos à barbárie.

A modernidade assume, portanto, que “o saber que é poder não conhece barreira alguma, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 18). Algumas referências ao passado não foram abolidas, mas mimetizadas, sustentando a maioridade de poucos na manutenção da menoridade de muitos.

A força de trabalho manifesta e emanada pelos corpos ainda é, na contemporaneidade, uma mercadoria, mas a narrativa prevalecente leva ao mascaramento e à ocultação desse entrelaçamento mercantil, quando evidencia a inclinação dos sujeitos ao empreendedorismo. Seria esse o caminho para superarmos a menoridade da qual somos culpados? Já mencionamos que as relações jurídicas sob as quais se assentavam a antiguidade e o feudalismo eram distintas das que passaram a vigorar no capitalismo; entretanto, a dialética acerca da independência e dependência da *consciência-de-si* demonstra-nos que

o senhor se relaciona mediatamente com o escravo por meio do ser independente, pois justamente ali o escravo está retido; essa é sua cadeia, da qual não podia abstrair-se na luta, e por isso se mostrou dependente, por ter sua independência na coisidade. O senhor, porém, é a potência sobre esse ser, pois mostrou na luta que tal ser só vale para ele como um negativo. O senhor é a potência que está por cima desse ser; ora, esse ser é a potência que está sobre o Outro; logo, o senhor tem esse outro por baixo de si: é este o silogismo [da dominação]. (Hegel, 2014, p. 146).

Como um ser torna-se potência sobre outro? A objetificação do ser humano em servidão voluntária, convertendo-se no *Outro* do senhor, mantém-se como uma necessidade do capitalismo⁶⁶. O *Outro* é a negação do senhor em face do movimento dialético do devir. Talvez

⁶⁶ Deprendemos que Agamben (2017, p. 32) capta no modo de produção vigente na Grécia clássica, a partir das considerações de Aristóteles sobre o escravo, um processo dialético assentado na dependência, quando nos diz: “colocando em uso o próprio corpo, o escravo é, por isso mesmo, usado pelo senhor, e, ao usar o corpo do escravo, o senhor na realidade usa o próprio corpo”.

a pouca compreensão a esse respeito seja a matriz das interpretações que negligenciam a dominação social e desconsideram a luta de classes (a exposição dessa luta como o motor da história é provocativa e cumpriu o papel esperado por um manifesto). Seria a luta de classes um dos elementos propulsores desse motor? A luta tem um sentido de ação, expressando o agir humano. As classes, por sua vez, podem se referir a uma correspondência com as distintas mentalidades dos segmentos que compõem uma sociedade.

O silogismo da dominação revela-nos uma contradição entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores livres. Embora, atualmente, uma polarização entre burguesia e proletariado seja mais complexa e menos delineada, em face da matização da classe trabalhadora, ela persiste sob formas atenuadoras das desigualdades sociais.

Apesar de essa questão apresentar-se implícita, existem fortes indícios que atribuem importância à dimensão corporal no pensamento marxiano, concebida a partir de uma consideração à categoria totalidade. Isso está patente nas elaborações que denotam o ato em que o ser humano se defronta e se apropria da natureza por meio das “[...] forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos [...]”, por meio do envolvimento e mediação entre as atividades corpóreas/físicas e da consciência/espiritual visando à consecução de uma finalidade (Marx, 2002, p. 211).

Foi constatado por Le Breton (2010) que em Marx há uma crítica social que revela as condições precárias de trabalho e de existência da classe proletária nos primórdios da *Revolução Industrial*, ao expor o processo de exploração capitalista sobre o trabalho alienado, incidindo sobre os corpos “livres” dos trabalhadores.

A empiria da realidade concreta indica-nos que o impulso revolucionário de cunho tecnológico-informacional prossegue em ritmo maquinal, ou melhor, para empregar a linguagem vigente na velocidade algorítmica de um clique. Mas a tecnologia resguarda compromissos com o capital, persistindo a reificação como a tônica da sociedade tecnológica avançada do *novo capitalismo* e do seu espírito renovado, o que é um problema crucial a ser submetido ao crivo de uma crítica social radical. É admissível, como expõe Schwab (2016), que nos encontramos na aurora de uma suposta quarta *Revolução Industrial*? A *era digital-informacional* é inclusiva no que se refere ao acesso indistinto das pessoas independentemente das classes sociais?

Aos trabalhadores livres da *sociedade do cansaço*, que estão alijados do mercado de trabalho formal, apresenta-se uma oportunidade para atuarem com atividades de serviços intermediadas por plataformas digitais. Aqui eles não realizam uma venda da sua força de trabalho à maneira que ocorria nos princípios da industrialização, visto que a dimensão de uma

parcial autonomia é inequivocamente trabalho informal, divergindo das demandas do trabalho formal em qualquer setor.

Maciçamente esses trabalhadores estão situados na prestação de serviços, e sua relação ao se colocarem à disposição para o trabalho, assemelha-se a uma espécie de aluguel, compartilhamento ou terceirização de si, haja vista as características voláteis e menos rígidas das instituições e empresas no bojo dessas transformações. A analogia de Sennett (2012) acerca do funcionamento das instituições do *novo capitalismo* comparadas a um tocador de MP3⁶⁷ é cirúrgica, ao antecipar a premissa da nuvem tecnológica, em que a venda direta da força de trabalho é substituída por um grande repositório acionado conforme a demanda (*on demand*), convertendo o proletário de outrora num trabalhador nuvem, integrante do novo exército de reserva de corpos sobrantes.

Esse imenso repositório humano corresponde à massa de pessoas que foram alijadas da perspectiva da formalidade e para as quais foram limitadas as oportunidades de (re)inserção nesse setor, restando-lhes como opção o “[...] trabalho desprovido de direitos (trabalho sem emprego) [...] como um dos modelos desejáveis para a relação entre o capital e os trabalhadores em escala internacional” (Fontes, 2017, p. 61). Cada época histórica atribui o uso dos corpos de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e o correspondente antagonismo de classes.

Assim, o presente capítulo se propõe a abordar aspectos entre os descompassos da razão moderna e da imanente dominação social do capitalismo contemporâneo, que não obstante o visível e sensível desenvolvimento técnico-científico, se encontra destituído de quaisquer vislumbres emancipatórios.

1.1 – Corpos, labor e revoluções: o sonho de liberdade

Faremos uma abordagem aos aspectos em torno do contexto de transição entre a fase liberal do Estado, afeito ao regime concorrencial, e a ascendência do Estado intervencionista, assentado a partir desse momento no regime dos monopólios, tendo por fio condutor o entrelaçamento entre o corpo em meio ao social, ao cultural e ao econômico, no tocante à perpetuação dos privilégios daqueles que não dispõem do uso dos seus corpos para a garantia da sobrevivência.

⁶⁷ O MP3 é a sigla de *MPEG Audio Layer-3*, uma tecnologia obsoleta, mas ao ser lançada, contudo, possibilitou comprimir arquivos de áudio em formato digital. As plataformas digitais de *streaming* de músicas e vídeos, por exemplo, representam uma evolução desse conceito.

Os privilégios revelam-se como o acesso a uma espécie de direito natural instituído por um estrato social exclusivo que, ao longo das ações humanas na história, defende com veemência uma visão de classe em que a posse de uma inata virtuosidade justifica essa distinção. É importante compreendermos essas mudanças e a crucialidade ao estabelecimento da dominação social capitalista no bojo da modernidade, numa reverberação de amplitude aos modos de vida, às diferenças de classe e à racionalidade moderna e instrumental que passou a incidir na *(auto)exploração* da força de trabalho e no uso dos corpos das classes trabalhadoras, especialmente daquelas pessoas que realizam atividades físicas degradantes.

Ao nos apoiarmos numa perspectiva histórica não linear, também demonstramos rompimento com as prerrogativas que concebem a história como um processo no qual a humanidade vai a reboque. Este entendimento nos aproxima da seguinte compreensão:

O passado humano não é um agregado de histórias discretas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do que se vincula com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (por meio do mercado, das relações de poder e subordinação etc.) (Thompson, 2021, p. 75).

Ao enfatizar o *comportamento humano*, os *atores individuais* e as *relações de poder e subordinação*, o eminente historiador marxista britânico confere-nos um aporte para reestabelecermos a imbricação entre indivíduos e sociedade. As ações individuais revelam as intencionalidades subjacentes ao comportamento humano na vida social, sob a mediação das relações de poder e subordinação. Essas ações no *processo de vida real* têm por pressuposto o seguinte fato: “a primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ela gera entre eles e o restante da natureza” (Marx e Engels, 1998a, p. 10). Os seres humanos reais, de carne e osso, agem sobre condições materiais dadas ou produzidas não intencionalmente por esse agir.

É admissível que os sentidos atribuídos ao uso dos corpos adentraram o advento da modernidade, período que por convenção cronológica é situado por volta do século XVII, quando a Europa passou por transformações deveras profundas que influenciaram o comportamento humano dos atores individuais em suas lutas de ruptura, inserção, equilíbrio, manutenção e busca de privilégios a partir das relações de poder e subordinação, impostas, inclusive, nos outros continentes.

Consoante os argumentos de Fromm (1972), cada modo de produção, da antiguidade à nossa época, constituiu-se numa realidade dada aos sujeitos, e as demandas das formas de

exploração e uso dos corpos nos modos de produção correspondentes requerem aspectos diferentes de personalidades, promovendo-se, desta forma, relações sociais também diferenciadas.

As peculiaridades das relações sociais e forças produtivas que demarcam os modos de vida em épocas distintas são, na visão desse autor, fundamentais na determinação das estruturas formadoras do caráter em cada período. Há um encontro dessa visão com o objetivo de Hobsbawm (2015a, p. 35), como historiador, a saber: “que as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história”.

Uma contundente crítica aos princípios da filosofia hegeliana do direito evidencia a discrepância entre o Estado moderno e aquelas organizações sociais que se apresentaram como Estado político na antiguidade e no feudalismo. A concepção do Estado político no período moderno partia de um princípio abstrato, e a constituição da política moderna pautava-se na defesa dos privilégios de classe. Por isso, Marx (2005, p. 52) advertia que

o homem é o princípio real do Estado, mas o homem não livre. É, portanto, a democracia da não-liberdade, da alienação realizada. A oposição abstrata e refletida pertence somente ao mundo moderno. A Idade Média é o dualismo real, a modernidade é o dualismo abstrato.

Opondo-se à dignidade do monarca, constituída, segundo Hegel, pelo nascimento natural, Marx (2005, p. 53 grifo do autor) argumentava que “no ponto culminante do Estado, então, o que decide em lugar da razão é a mera *physis*. O nascimento determinou a qualidade do monarca, assim como ele determina a qualidade do gado”. A determinação das qualidades quanto ao uso dos corpos revela-nos uma construção social do lugar de classe, subsumida ao princípio de nascença, o *locus* do privilégio que possibilita a uns metafisicamente manifestarem qualidades inatas que lhes permitem viver e a outros serem relegados a apenas existir.

Os burgueses passariam a reivindicar racionalmente as suas qualidades provenientes do nascimento, do berço. Isso confirmava que,

nesta vida, os eleitos em nada diferem externamente dos condenados, e mesmo todas as experiências subjetivas dos eleitos em nada diferem externamente dos condenados, e mesmo todas as experiências subjetivas dos eleitos também são possíveis aos condenados – como *ludibria spiritus sancti* [ardilezas do Espírito Santo] –, a única exceção é a firme confiança de quem crê e persevera *finaliter* [até o fim]. Os eleitos são e permanecem, portanto, a Igreja *invisível* de Deus (Weber, 2004, p. 100 grifo do autor).

A nossa ênfase sociológica parte dos fenômenos humanos e das mediações entre objetividade e subjetividade, visando a uma análise diagnóstica para além da aparência fenomênica do uso dos corpos dos eleitos e dos condenados, posto que as desigualdades sociais combinadas às novas formas de exploração do trabalho revelam um novo *ethos* na sociedade contemporânea. Cabe-nos questionar: quais os limites e as possibilidades do agir das classes sociais para reivindicar um uso dos seus corpos sem isentá-los de obras?

A liberdade como ideal, embora raiasse nos céus da formação social erigida sob as ruínas do feudalismo, não ocultou a seletividade de quem seria livre. Aos corpos supérfluos, um novo/velho uso foi atribuído. Mas antes desse salto, deter-nos-emos em alguns aspectos que levaram da transição do capital mercantil ao capital industrial, quando se verificou que nem todas as experiências subjetivas dos eleitos seriam estendidas aos integrantes das classes trabalhadoras (não eleitos).

Uma periodização acerca da gênese do capitalismo concebe aproximadamente o seu início na fase mercantil, por volta do século XV, estendendo-se até o século XVIII, na porção ocidental do continente europeu, quando a expansão ultramarina – Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e França –, caracterizada pela implantação forçada de colônias, estabelecendo o comércio de metais preciosos, especiarias e seres humanos escravizados (Desai, 2001). Limitadamente, os períodos históricos foram classificados atribuindo-se alguns marcos. O início da denominada *Idade Moderna*, não por acaso, foi atribuído à *queda de Constantinopla*, em 1453, e o seu fim foi decretado pela *Revolução Francesa*, em 1789.

Muitos movimentos revolucionários tiveram o continente europeu como palco; mas, sem dúvida, a *Revolução Francesa* não se distinguiu dos seu congêneres por sua exclusividade, haja vista o fato de a vanguarda desse surto de revoltas sociais que expressaram a luta de classes não ser originária da França⁶⁸. Todavia, a sua radicalidade e a participação dos estratos despossuídos da sociedade foram seus diferenciais em relação aos demais (Hobsbawm, 2010). A partir desse país, os anseios e as utopias libertárias e emancipatórias iriam ganhar robustez e se espalhar pelo mundo.

⁶⁸ Por exemplo, a Revolução Gloriosa, em 1688, na Inglaterra, e a Proclamação da Independência Americana, em 1776. Miceli (1987) e Grespan (2003), respectivamente, explicitam com maior riqueza e detalhamento a crise que levou à derrocada do Antigo Regime. O primeiro centra-se nas revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra enfocando a revolução puritana, a república de Cromwell e a revolução gloriosa. A burguesia inglesa foi vanguarda no questionamento aos privilégios da nobreza e do clero, obtendo as primeiras vitórias na arena política e se afirmando como uma classe social relevante. O segundo faz uma historicização das bases filosóficas que fundamentaram o Iluminismo, apresentando o desenvolvimento da doutrina clássica do direito natural, os fisiocratas, o liberalismo, numa confluência de fatores sociais, econômicos, filosóficos e culturais. No entanto, há um maior destaque à *Revolução Francesa*, da sua eclosão ao seu término. É importante frisar e endossar que o direito natural não era extensivo a todas as classes do período; era uma prerrogativa de privilégios exclusivistas.

É relevante um breve recuo para mencionarmos que um processo revolucionário nem tão improvável assim, mas ocultado da história oficial, eclodiu numa colônia ultramarina (periferia), inspirado pela *Revolução Francesa*. A poética declamada por Meireles (2015, p. 83) nos diz: “liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta: que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda!” Ao compreenderem claramente o seu significado, os escravizados liderados por François-Dominique Toussaint L’Ouverture, na colônia francesa de *Saint-Domingue* nas Antilhas, não só alimentaram esse sonho, como também tomaram radicalmente “[...] nas próprias mãos as rédeas da luta pela liberdade, não através de petições, mas por meio de uma revolta violenta e organizada” (Buck-Morss, 2011, p. 138). A *Revolução Haitiana* consagrou-se vitoriosa em 1804, e os escravos mostraram os caminhos possíveis ao alcance de uma liberdade não abstrata. A colônia mais próspera do período foi a primeira a abolir a escravidão⁶⁹, após um levante da maioria oprimida e desprivilegiada.

Ressaltamos que as lutas dos povos oprimidos não se restringiram ao continente ilustrado. Embora a história e sua narrativa oficial não enfatizem, houve resistência nas colônias ultramarinas desde a invasão inicial. A quase aniquilação dos povos originários do Brasil, por exemplo, é emblemática, bem como em todo o continente americano que foi edificado pela exploração da mão de obra escrava de seres humanos oriundos da África. Embora a história abolicionista brasileira seja contada sob o ponto de vista do colonizador, os negros, em face de sua situação social de escravos e da exiguidade material, lutavam contra a infâmia da escravidão (Moura, 2021).

É importante trazermos esses fatos para não considerarmos apenas a perspectiva eurocêntrica, que justificava por um aparato jurídico-teológico o caráter não-humano dos nativos e dos negros. Para Moura (2021), as insurreições baianas do século XIX, levadas adiante a partir de 1835 pelos negros islamizados, contestando as autoridades da cidade de Salvador, foram, sob o aspecto político e social, os mais importantes movimentos de insurgência dos escravizados e seus corpos oprimidos. É preciso romper com a versão oficial da passividade dos negros e seus corpos, diante das injustiças, desigualdades e crimes que lhes foram perpetrados por mais de três séculos.

⁶⁹ No Brasil, destacaram-se os movimentos de resistência e luta coletiva de escravos na ânsia por liberdade e o Quilombo dos Palmares (1630-1695) foi o mais longo. Sobre essa questão, Moura (1981, p. 185) afirma-nos que esse quilombo “foi o que mais tempo durou; o que ocupou – e ocupou de fato – maior área territorial e o que maior trabalho deu às autoridades para ser exterminado”. É importante essa menção para desmistificar que os escravizados eram passivos. Muitos outros movimentos e levantes de resistência contra a opressão aconteceram na história do país.

A revolução em *Saint-Domingue* e outros eventos revolucionários na Europa atestaram que no final do século XVIII a liberdade passou a compor os anseios das classes menos favorecidas acerca de uma existência para além da escravidão e servidão. O colonialismo fundamentava-se na subjugação dos povos de outros continentes, trazendo na sua essência o princípio da virtuosidade etnocêntrica e eurocêntrica em detrimento da ausência da virtuosidade dos que não eram oriundos desse continente, o que era um esteio racional e justificador das ações perpetradas contra os povos “nativos” dos outros continentes.

Na inferência de Elias (1993), as classes altas das nações europeias consideravam o autocontrole um elemento distintivo e assim justificavam o sentido da inferioridade atribuído aos povos não ocidentais, expressando a oposição entre o homem civilizado (autocontrolador das pulsões) e o selvagem não civilizado e incapaz de controlar suas pulsões. Nem sempre a possibilidade da agência é um atributo de certos corpos, uma vez que a concepção do *Outro* como selvagem, expressa sua desumanização. Aquele que não era civilizado receberia um tratamento de acordo com a sua incivilidade. Esta foi uma das justificativas atreladas ao etnocêntrico estatuto civilizador, para as campanhas imperialistas na África e na Ásia iniciadas ao fim do século XIX. Afinal, selvagem é uma classificação para animais, ou não-humanos.

1.2 – Do corpo privilegiado: liberdade, igualdade e fraternidade para quem?

Ainda que idealmente, o sonho de libertação passou a figurar concretamente no horizonte das massas, dos seus movimentos de resistência e das lutas emancipatórias travadas. O seu papel foi crucial e participou ativamente das ações inflamadas pela burguesia francesa, culminando com a derrubada do Antigo Regime (*Ancien Régime*), quando politicamente o poder constituído concentrava-se no monarca absoluto e a economia se pautava nos princípios mercantilistas baseados no metalismo⁷⁰, na balança comercial favorável, no colonialismo, no protecionismo alfandegário e numa intervenção econômica estatal.

Entretanto, o protagonismo de classe coube à burguesia que buscava seu lugar ao sol. O maior propósito em termos de uma ruptura com a ordem vigente não era radical, mas sim parcial. Essa questão é elucidada por Elias (1993), ao trazer elementos que apontam para a convergência entre os interesses da burguesia e da nobreza com a qual ela se contrapunha, no

⁷⁰ Evidentemente, não se trata de reduzir a uma relação causal, mas podemos concordar com Huberman (1986) que a grande quantidade de ouro e prata extraída das colônias do Novo Mundo e levada à Europa influenciou num aumento exacerbado dos preços – inflação – que, conjuntamente com outras mudanças sociais, levou ao declínio do mercantilismo e à ascensão do capitalismo industrial.

sentido de contestar certos privilégios dos nobres, mas sem visar extingui-los; afinal, ambas as classes tinham desejos similares. Entre os integrantes que compunham o *Terceiro Estado* estavam todos aqueles que não eram do clero ou da nobreza, ou seja, a base da sociedade que incluía os segmentos populares urbanos e os camponeses. No polo oposto da divisão de classes, encontravam-se a alta burguesia, a pequena burguesia artesanal, profissionais liberais e os comerciantes (Micelli, 1987).

Recorrendo outra vez a Elias (1993), há indícios dos gatilhos que engendraram o engajamento da burguesia – classe em ascensão – contra a nobreza. Uma vez que ela já havia transposto a satisfação das necessidades básicas, passou a visar, pela determinação do seu caráter e êxito nas atividades econômicas, os meios para assegurar um padrão de vida elevado, conquistando e mantendo o distintivo prestígio social.

Há muitos detalhes e nuances que não cabem abordarmos aqui. Mas é importante destacar que ao contrário dos componentes majoritários da base, a burguesia era composta por uma latente classe média que, sem dúvida, “tinha o talento. Tinha a cultura. Tinha o dinheiro. Mas não tinha na sociedade a situação legal que tudo isso lhe devia conferir” (Huberman, 1986, p. 149).

Seriam o talento, a cultura e o dinheiro virtudes não reconhecidas que eles pretendiam elevar ao *status* de privilégios? Em suas distinções, se estabelece um encontro analítico dos olhares. De acordo com Elias (1993, p. 152), endossou-se que “o mais alto objetivo do burguês como indivíduo era “[...] obter para si e sua família um título aristocrático, com os privilégios que o acompanhavam”. As atividades desenvolvidas por esse segmento não eram servis; pelo contrário, eram produtoras de obra. Então, nada mais legítimo do que assegurarem o reconhecimento social das suas virtudes.

Em suma, a burguesia que não detinha os privilégios de nascimento, mas prestígio monetário e cultural adquirido pela dedicação às atividades comerciais e manufatureiras, adquiriu, de acordo com a linguagem hegeliana, a *consciência de si*. Portanto, o passo seguinte seria alcançar o *reconhecimento* (Hegel, 2014). Por essa razão, desejava ampliar o seu *capital político* – para usarmos um termo contemporâneo –, migrando assim a uma *consciência para si*; ou seja, o direito de usufruir das conquistas do seu trabalho árduo. Em relação à nobreza, a burguesia *consciente de si e para si* lutava para ser reconhecida como o *Outro* hegeliano.

A estrutura social do feudalismo confrontava-se diretamente com as exigências de um crescente mercado consumidor, uma vez que a baixa produtividade agrícola e manufatureira não mais correspondia às novas demandas, e as restrições das guildas e das corporações precisavam ser suplantadas para atender às novas demandas (Grespan, 2003). Na perseguição

ao seu desiderato, a burguesia foi uma classe revolucionária ao manifestar um descontentamento com a nobreza e com certos valores religiosos⁷¹, que condenavam os ganhos comerciais e financeiros das suas atividades. Eis que “o privilégio de nascimento foi realmente derrubado, mas o privilégio do dinheiro tomou seu lugar” (Huberman, 1986, p. 151). Sobre esse ponto, Marx e Engels (1998a) expressaram que toda classe, ao almejar impor sua dominação, engendrava a derrocada da *formação social* precedente, e por isso era essencial a conquista do poder político para o exercício da dominação.

Embora falar de revolução continue a arrepiar as medulas dos conservadores em qualquer tempo histórico, vale ressaltar que

a própria palavra ‘revolução’ era emprestada pela política ao vocabulário das ciências da natureza, mais exatamente da astronomia, onde se referia às órbitas dos planetas, em círculos que retornavam sempre ao seu início. Um novo conceito se delineava aos poucos, contudo, a dinâmica revolucionária francesa, para indicar a instauração de uma nova ordem – não a referência ao passado, desta forma, mas ao futuro que se queria construir (Grespan, 2003, p. 89).

Qual o lugar das classes populares nesse futuro? A burguesia pavimentou-o de acordo com sua visão de mundo. Embora tenha resultado na criação de uma nova ordem política e social, foi a burguesia que se tornou a detentora do poder político nessa condução (Huberman, 1986). O fim do feudalismo proclama a modernidade como a realização de uma época histórica, ao alavancar a ideologia do progresso estabelecendo o que se convencionou a adjetivar de moderno.

Apesar de toda a expectativa kantiana de que enfim o ser humano superaria sua menoridade, somente o otimismo de que um novo tempo se estabelecia não foi capaz de fazer acompanhar ao seu ritmo alguns dos grandes anseios da humanidade depositados na razão iluminista e nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Embora a evocação dessas palavras aguce os sonhos utópicos, elas condensam os valores éticos burgueses, constituindo-se numa impossibilidade emancipatória (Konder, 2000).

Foi sob o bastião da liberdade que os corpos dessacralizados e o único bem disponível em posse dos trabalhadores livres eram vendidos como força de trabalho essencial à emergente industrialização. Pelo crivo das ciências então em evidência como a fonte explicativa dos fenômenos, os corpos tiveram seus usos subordinados ao modelo da máquina, engendrando

⁷¹ A *Reforma Protestante* no século XVI foi uma expressão desse descompasso entre o catolicismo e os interesses burgueses, que ainda buscavam atingir seus propósitos de classe.

práticas sociais e sentidos em conformidade com os desideratos do capitalismo. Convém salientar que o sentido de corpo dessacralizado é uma das consequências dos enlaçamentos entre os avanços no campo das ciências médicas e o advento do individualismo entre os séculos XVI e XVII. O aprofundamento dos estudos e pesquisas na anatomia desenvolveram-se e a partir das constatações obtidas, “o corpo é posto em suspensão, dissociado do homem; ele é estudado por si mesmo, como realidade autônoma” (Le Breton, 2012, p. 72).

Numa análise sobre o termo *homem-máquina*, o título de uma obra do médico francês Julien Offray de La Mettrie⁷², que viveu no século XVIII, Rouanet (2003) observou que por um lado, positivamente insinuou-se uma valorização do corpo; por outro, a sua dessacralização levou à trivialidade do corpo, e as consequências da razão instrumental intensificam sua depreciação. Desta forma, a substituição da dualidade cartesiana por um monismo materialista engendrou implicações paradoxais para explicar e justificar o uso dos corpos na modernidade.

A liberdade exaltada não consistia no estatuto do ser que é livre, uma vez que a força de trabalho tinha sua emanção corpórea determinada pela livre vontade de pessoas sob um princípio jurídico autorreferenciado – contrato – que expressava suas vontades, foi reduzida a uma mercadoria (Marx, 2002). Ainda é mister ponderarmos que a suposta vontade livre está vinculada à objetividade. Isso significa que se trata de uma liberdade cerceada e limitada, restrita a uma *livre escolha* apenas no mundo das mercadorias, em que o lugar ocupado na estratificação social, aliado ao poder jurídico e monetário de cada sujeito em particular, restringe socialmente quaisquer avanços além dessas condições previamente dadas (Kurz, 2010).

Nada mais “natural” que homens, mulheres e crianças fossem convertidos em coisas que podiam ser comercializadas sem qualquer escrúpulo, posto que o trabalho livre se reduziu à manifestação das suas vontades. Para satisfazer as necessidades era preciso submeter-se à *livre escolha* – e única disponível – de trabalhar. O consumo de corpos e a exploração da força de trabalho para atender à voracidade do capital anunciava o que a modernidade concebia por voluntariar-se ao trabalho como expressão da liberdade individual.

Aqui se estabelecem as fronteiras entre as classes favorecidas e as classes despossuídas rompendo a igualdade idealizada. Veblen (2018) atenta-nos para a prevalência de uma diferenciação, a partir da qual as classes do privilégio, por disporem de tempo não produtivo, poderiam dedicar-se ao desenvolvimento espiritual e ao cultivo de hábitos considerados importantes socialmente, o que dificilmente seria acessível aos membros das classes

⁷² *L'Homme machine* (O Homem-Máquina) foi publicado em 1748.

trabalhadoras, por justamente seu tempo encontrar-se afeito à necessidade de trabalhar para sobreviver.

Percorrendo a etimologia da palavra fraternidade, sua origem vem do latim *fraternitas*, que designa uma relação afetuosa e de parentesco entre irmãos. Entretanto, o individualismo – uma conquista tão apreciada pela ética burguesa – destituiu o cultivo de quaisquer sentimentos de irmandade pelos integrantes dos estratos sociais desfavorecidos; e assim esse vocábulo converteu-se no valor ético burguês que mais foi afetado ideologicamente, ora abandonado, ora reduzido à ingenuidade ou, ainda, evocado maliciosamente num exercício de retórica, destituído de quaisquer implicações práticas e muitas vezes restrito à mera caridade (Konder, 2000).

Aos trabalhadores livres reiteramos que lhes restou venderem os seus corpos ao jugo da exploração capitalista. Apesar das lutas levadas a cabo pela classe trabalhadora, as conquistas permaneceram limitadas aos horizontes do capital, atreladas ao que Lafargue (1999), em seu tom provocativo, identificou como o nutrir de uma paixão pelo trabalho, em vez da libertação do trabalho, a qual foi um privilégio assegurado à burguesia. É importante não perdermos de vista essa dimensão relacionada também ao cultivo de um certo estado psicológico para a imposição do trabalho. Podemos acompanhar mais uma vez as reflexões de Elias (1993), para o qual, na esteira do que ele denomina de *processo civilizador*⁷³, a adesão ao trabalho assalariado se impôs autocompulsivamente, transformando e adequando as condutas e orientando-as pela mediação do desenvolvimento de um autocontrole ao desempenho da função social esperada, manifesta pelas ações individuais.

Embora o autor de *O Capital* empregue a alegoria das aranhas e abelhas, a sua constatação em torno do trabalho como atividade específica dos seres humanos – um tipo de ação individual em que estes dirigem sua consciência à consecução de um fim previamente elaborado mentalmente – expõe uma crítica visceral acerca da forma imperante sob o capitalismo, reduzida “[...] a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (Marx, 2002, p. 60). Sobre esta análise, Machado (2020, p. 40), por sua vez, compreende que “na modernidade burguesa qualquer trabalho específico dispendido é automática e simultaneamente abstrato porque já está inserido num determinado modo de (re)produção que é uma totalidade abstrativa”. Para esclarecer quaisquer dúvidas, o próprio Marx (2002), ao tratar da

⁷³ Há uma confluência do conceito de civilização proposto por Elias (2011, p. 23), com uma dimensão de construção social que se autoproclama e constitui-se num fato singular, enfim, “este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. Mas também nos lembra que “Civilização”, não tem um sentido idêntico e comum a todos os países ocidentais.

materialidade da mercadoria, diz-nos que ela encarna o trabalho humano abstrato, por isso diluem-se os vestígios do trabalho concreto⁷⁴.

Os ideais engendrados pela *Revolução Francesa* continuaram irradiando ao longo do século XIX em eventos insurgentes e revolucionários da classe trabalhadora⁷⁵. Embora os contra-ataques conservadores buscassem sufocá-los, o sentimento de liberdade comum designou a revolução de 1848 como a *primavera dos povos*⁷⁶. Obviamente a revolução política não estava *pari passu* à revolução tecnológica, mas esse movimento foi, no continente europeu, o mais radical por contemplar os anseios da esquerda e atormentar as classes dominantes (Hobsbawm, 2002).

A fugacidade da duração das insurgências das massas não extinguiu a emancipação do horizonte das lutas revolucionárias dos trabalhadores. Isso explicita que “os grupos estabelecidos que competem entre si são, assim, compelidos a levar em consideração as exigências da grande massa de *outsiders*” (Elias, 1993, p. 209 grifo do autor). Mas até que ponto essas reivindicações eram consideradas? É importante o que Rouanet (1987) expõe no sentido de a doutrina dos direitos humanos defendida pelo Iluminismo não ficar restrita a uma liberdade formal. Entretanto, as liberdades proclamadas eram formais à apreensão da grande massa de pessoas destituídas de condições que lhes permitissem apreciá-las e compreendê-las por expressarem uma universalidade que ocultava o antagonismo de classes.

A liberdade, ou a ânsia por liberdade – um ideologizado valor ético do homem burguês –, era também um sentimento compartilhado pelos trabalhadores, cujas condições de vida, segundo Engels (2010), oscilavam numa cidade industrializada, a exemplo de Londres, entre o mínimo suportável e a miséria extrema. Em ambas as situações de precarização do trabalho e precariedade da existência, os trabalhadores conviviam com a onipresente ameaça do desemprego. Era mister manter um exército industrial de reserva, ou seja, um contingente de pessoas desempregadas, à medida que o capital variável expresso pela sua força de trabalho era

⁷⁴ Trazendo mais uma vez Marx (2002), a partir de uma situação contemporânea, os *smartphones* são a corporificação do trabalho humano abstrato dispendido pelos trabalhadores desse ramo, prevalecendo, portanto, a realização do trabalho humano abstrato. A essa questão, Antunes (2018, 2019), Chan, Pun e Selden (2019) atentam-nos para o processo de produção global dos equipamentos e suprimentos eletrônicos, a partir da *Foxconn*, empresa localizada na China, e da exploração da força de trabalho, a responsável pela produção dos desejados *iPhones* da *Apple*, explorando o trabalho humano abstrato.

⁷⁵ Não cabe enumerarmos esses movimentos revolucionários, mas o destaque à revolução de 1848 justifica-se no seu caráter de massa, na amplitude e êxito inicial, seguido de um implacável fracasso, em que o temor provocado na burguesia e nos moderados liberais deu-se em virtude da sua composição: trabalhadores pobres. A Comuna de Paris, em 1871, seria nesse mote de agitações sociais o momento emblemático (Hobsbawm, 2002).

transformado em capital constante ou fixo – representado, grosso modo, pelos instrumentos de trabalho e pelas instalações físicas das fábricas (Marx, 2001).

Ainda sobre a liberdade, Polanyi (2012) enfatizou que a economia de mercado que emergiu no bojo do capitalismo industrial engendrou dois tipos de liberdade, tanto as abjetas, a exemplo da liberdade de explorar o outro, quanto a liberdade de consciência. No entanto, a economia, ao constituir-se numa esfera autônoma, considerando “a divisão da soberania entre o governo e a indústria, no século XIX, permitiu que até os pobres gozassem de liberdades que compensavam, em parte, a sua situação miserável” (Polanyi, 2012, p. 225).

Apesar da importância da fase do capitalismo industrial, interessa-nos um avanço à fase monopolista e à efervescência do seu contexto social, cultural, político, econômico e técnico-científico. Foi nessa ambiência em que se constituíram as bases que inovaram as formas de exploração da força de trabalho. Sobre esta questão, precisamos reiterar mais uma vez que o século XIX foi marcado indelevelmente pelos ecos dos dois fatos históricos aos quais já nos referimos: a *Revolução Francesa*, movimento que inspirou os modelos da política e da ideologia de um novo tempo, e a *Revolução Industrial* britânica, que estabeleceu as diretrizes econômicas liberais (Hobsbawm, 2010 grifo nosso).

Não estamos negligenciando os efeitos positivos das conquistas provenientes da ciência para a humanidade, numa mera crítica simplista. Por conseguinte, é admissível a analogia de Marx e Engels (1998b, p. 11) sobre o desencantamento das relações estabelecidas na sociedade burguesa moderna (produção, propriedade e intercâmbio) que “[...] assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças infernais que invocou”.

Por esse motivo, faz-se necessária uma apreensão dos limites e das possibilidades emancipatórias da razão e a não liberação dos trabalhadores, restritos a sujeitos livres no seio de relações mercadológicas, consumando-se na constituição de uma experiência social precária para certos corpos. Apesar dos ideais do *Iluminismo*, o desiderato da sociedade capitalista moderna mostrou-se afeito a uma comunhão com a barbárie e a catástrofe.

Contribuindo a esse debate, Harvey (2015) apreende que a noção da modernidade no sentido de uma ruptura radical é um mito e justifica seu argumento a partir de Saint-Simon e Marx, os quais, embora defendessem a transformação revolucionária da sociedade, admitiam que qualquer mudança social somente seria possível diante das condições já existentes. A luta de classes não pode ser negligenciada, posto que a busca pela manutenção ou ampliação de privilégios é a tônica da dominação social sob o capitalismo.

Weber (1976), à sua maneira compreensiva, apreendeu a luta de classes inferindo acerca da importância de se efetuar a correspondência entre a situação de classe e a situação de

mercado. Se admitirmos que existe uma classe dos proprietários que é livre para comprar, do outro lado há uma classe trabalhadora *igualmente livre*, para vender sua força de trabalho, assentindo ao uso do seu próprio corpo pelas relações sociais e de produção capitalistas.

Entrando nesse debate, Wright (2015) aponta para os cuidados em não reduzirmos a situação de classe a uma oposição baseada numa dualidade, haja vista a complexidade ao se buscar compreender a formação da subjetividade dos trabalhadores, visto que as variáveis das condições e os meios em que as pessoas trabalham não podem ser negligenciados.

Thompson (2021, p. 160), por sua vez, afirma que toda situação de classe evidencia uma experiência (de classe ou social) “[...] que colore a cultura, os valores e o pensamento, sendo por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades e é pela prática que a produção é mantida”.

O *agir humano* e a *dependência mútua entre as pessoas* ocorre pela mediação entre as condições objetivas e as disposições formadas na reciprocidade. Sobre esse aspecto, Marx (2001) enfatizou a relação social capital *versus* trabalho, de maneira a não restar dúvida sobre a consciência e o lugar de cada uma das classes envolvidas na contenda: há aqueles que têm o dinheiro, além disso detêm os meios de produção e subsistência visando ampliar os valores que têm, comprando e explorando a força de trabalho de outrem.

Há no polo oposto da relação os trabalhadores livres, que se vendem a si mesmos, ou seja, a força de trabalho que dispõem nos seus corpos; assim, a liberdade para eles é ilusória, pois “[...] sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito” (Marx, 2001, p. 665).

As consequências sociais das forças infernais invocadas manifestaram todo o seu descontrole, sobretudo no surto de desenvolvimento técnico-científico, observado principalmente a partir do século XX. Com efeito, estamos de acordo com Marcuse (1970, p. 5) ao vislumbrar que “a liberdade na civilização tem seu limite interno na necessidade de ganhar e manter a força de trabalho no organismo – de transformá-lo de sujeito-objeto de prazer em sujeito-objeto de trabalho”.

Ao nos balizarmos no processo histórico, visamos tão-somente esboçar o entrelaçamento entre economia, política, cultura e o uso dos corpos dos trabalhadores na passagem do regime econômico concorrencial ao estabelecimento dos monopólios. Em suma, as novas exigências nos campos social e tecnológico repercutiram nos corpos dos integrantes da classe trabalhadora, a prole supérflua, mas socialmente necessária à relação social capital *versus* trabalho.

1.3 – Uma *performance* espiritual precária: o uso dos corpos no capitalismo industrial

Ao tecer comentários sobre o que escrevia certo autor do século XVII⁷⁷, Marx (2011, p. 175) expôs os indícios da ética que seria esmiuçada posteriormente, constatando que

o culto do dinheiro tem seu ascetismo, sua renúncia, seu autossacrifício – a parcimônia e frugalidade, o desprezo dos prazeres mundanos, temporais e efêmeros; a busca do tesouro eterno. Daí a conexão entre o puritanismo inglês ou também do protestantismo holandês com o ganhar dinheiro.

Ulteriormente esclarecia-nos Weber (2004) que houve a emergência de um moderno e novo tipo humano especializado, o *self-made man*, aquele exitoso e bem-sucedido homem de negócios associado a uma *performance espiritual*, alguém disposto a autossacrificar-se e a desprezar a mundanidade para o alcance de uma riqueza metafísica, almejando a usufruir materialmente. A racionalização exposta no pensamento weberiano, na justificativa da perseguição do alto crescimento econômico como meta, oculta, segundo Thompson (2021), a ideologia capitalista e sua aplicação a uma vaga noção de independência, que na realidade tornava independentes os hábeis homens de negócios, engendrando a dependência dos demais.

Os trabalhadores definitivamente não correspondiam aos respeitados homens de negócios, e sua *performance* menos espiritual era mais corporal ou física, uma *performance* precária. Tais homens poderiam trabalhar até o mais elevado nível de degradação, ou seja, bater recordes – não laureados – de horas trabalhadas, o que não era incomum diante dos incipientes direitos e regulamentações sobre a jornada de trabalho, da insalubridade e da periculosidade no ambiente inicial das fábricas capitalistas. Todavia, ainda que consideremos que eles estivessem imbuídos de uma *performance espiritual* ascética e calvinista, não conseguiriam fazer render o seu dinheiro por mais que se encontrassem afastados de uma vida de gozo espontâneo – e socialmente estavam.

Muitos outros acontecimentos tiveram o seu lugar nesse processo. Mas o que almejamos é propor uma premissa sobre a necessidade do uso dos corpos em qualquer contexto societal, a partir das relações com o lugar de classe dos sujeitos nas relações de manutenção do *status quo* e nas relações de sujeição daqueles que precisam disponibilizar seus corpos à realização de trabalhos físicos compulsórios. O *processo de vida real* dos seres humanos é objetivo e subjetivo, material e imaterial; portanto, é pertinente a advertência de Thompson (2021) para

⁷⁷ Refere-se a William Petty, um economista britânico pioneiro da Economia Política no século XVII, que defendia ferrenhamente a acumulação de ouro e prata, coisas não percíveis que expressavam uma forma universal de riqueza.

que o *agir humano* não seja negligenciado da história. Quais os valores que prevalecem na orientação do comportamento humano que nos impulsiona à ação? Em que medida os valores modificam o comportamento humano? E por sua vez, o comportamento humano também modifica os valores, engendrando novos valores e comportamentos da vida social? Há uma célebre passagem que demonstra à sua maneira essa dialética ao nos dizer que

os homens fazem sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo (Marx, 2003b, p. 15).

Enfatizamos o *agir humano* para além do arbítrio ou da causalidade, mas é importante ressaltar que as configurações históricas das sociedades, ainda que concordemos que expressem fatos ontológicos do ser social, devem considerar a observação de Lukács (2012), que não deixa dúvidas: os fatos históricos que se processam nada têm de teleológicos; há a ação dos seres humanos, mas não há teleologia na história. Cientes das diferenças entre suas matrizes analíticas e epistemológicas, cabe-nos trazer mais uma vez o *método configuracional* de Elias (1993) ao se debruçar na organização da sociedade moderna na esteira do processo civilizador, que operou alterações no agir e nos sentimentos dos seres humanos. Contudo, a direção específica para a qual se encaminhou a sociedade nada teve de planejamento e intencionalidade, mas também não foi uma sequência de eventos caóticos e desestruturados.

A fim de delimitarmos as mudanças objetivas e subjetivas resultantes da *primeira Revolução Industrial*, podemos inferir que ela catalisou processos sociais e econômicos que já estavam em ebulição. Posteriormente, a ascensão da urbanização na conformação das cidades aponta ao que Simmel (2005) chamou com propriedade de *intensificação da vida mental*, visualizada no início do século XX, que, além de aguda, converteu-se ante a velocidade das mudanças numa *violência neuronal* no século XXI (Han, 2015), tanto dos membros das classes detentoras do privilégio quanto das classes populares. Evidentemente, essas últimas, na sua segmentação de classe trabalhadora, precisaram destinar o uso dos seus corpos a algum meio de subsistência.

Convém lembrar que a forma de trabalho assalariado não era a única sobre a qual incidia e incide a exploração no capitalismo. Se enfocarmos o contexto da *sociedade tecnológica avançada*, é patente a coexistência de variados tipos de exploração da força de trabalho, seja sob as prerrogativas formais previstas nas legislações, seja sob as condições informais que

revelam a manutenção de vestígios e analogias com a escravidão e a servidão, impostas a todos aqueles que histórica e socialmente representam os corpos isentos de obra.

Dessa feita, qual a motivação dos trabalhadores “livres” no sentido de colaborarem e firmarem compromissos com as demandas do trabalho fabril? Num tempo em que a ciência se legitimou nas explicações sobre os mistérios de um *mundo desencantado*, havia aspirações cultivadas nas possibilidades emancipatórias da razão moderna. Havia muitas promessas e expectativas, mas pouca concretização, ou o que se concretizava era diverso daquilo a que aspirava a classe trabalhadora. A subordinação real do trabalho ao capital, fenômeno constatado por Marx (2002) a partir da industrialização inglesa, apesar de sua imposição, não foi aceita pacificamente.

Ao *(re)fazerem-se*⁷⁸ como classe, os trabalhadores resistiam a essa subordinação que lhes tirou o controle sobre o ritmo e os processos de trabalho, pelo imperativo de uma *disciplina do trabalho*. Entretanto, eles tinham consciência de que

o fosso entre o *status* de um ‘servente’, um trabalhador assalariado sujeito às ordens e disciplina do patrão, e o de um artesão, que podia ‘ir e vir’ à vontade, era grande o suficiente para que os trabalhadores preferissem derramar sangue a permitir serem empurrados de um lado para o outro. E, no sistema de valores da comunidade, os que resistiam à degradação é que estavam certos (Thompson, 2012, p. 161 III).

Ao se constituírem historicamente como classe, os trabalhadores que estavam sob o jugo da exploração resistiram e alcançaram algumas conquistas traduzidas em direitos. Entre eles, destacamos aquele que visava atenuar os efeitos da exploração, aos quais estavam submetidos os trabalhadores sob a divisão social do trabalho capitalista, a saber, a fixação de uma jornada de trabalho humanamente possível. Os trabalhadores não eram máquinas, e as limitações fisiológicas do uso dos seus corpos exigiam que o tempo destinado ao cumprimento de uma jornada de trabalho prolongada encontrasse um freio moral, haja vista a reprodução do trabalhador, incluindo as necessidades básicas de sono, descanso, alimentação, higiene, vestimenta, moradia etc. (Marx, 2002). Este autor ainda enfatiza que o tempo reprodutivo para a satisfação das necessidades sociais e espirituais deveria ser estabelecido pelo patamar em que

⁷⁸ Referimo-nos aqui ao sentido de Thompson (1987), que apreende o movimento dialético e ativo e histórico de um “autofazer-se” ou *(re)fazer-se* da classe trabalhadora inglesa, mediada pela experiência das ações humanas de alfaiates e tecelões, frente aos condicionantes históricos, em suma, as estratégias e as formas de resistir das classes trabalhadoras frente à exploração capitalista. Compreendemos que o sentido de formação explicitado pelo historiador britânico é de processo, inacabamento e provisoriedade.

se encontra a civilização, na qual a elasticidade confere a esses limites uma gama variável de jornadas de trabalho, num intervalo que compreendia variações de 8h a 18h.

Quais as fronteiras morais aludidas na nascente industrialização? Sob os auspícios da plataformização do trabalho, ainda reside nas relações trabalhistas, sob o *novo capitalismo*, o fervor pela exploração da mercadoria peculiar contida nos seres humanos e manifesta nos seus corpos. A esse respeito faz sentido considerarmos que as conquistas provenientes de revoluções e reformas a fim de garantirem alguns direitos civis e o estabelecimento das modernas condições de trabalho mantiveram-se ancoradas à essência do capitalismo na busca desmedida pela *valorização do valor* (Kurz, 1997).

A quem interessava valorizar o valor? Hobsbawm (2013) menciona a *Lei das Dez Horas*, de 1847, instituída na Inglaterra e as críticas dos economistas que centravam suas preocupações na perda dos lucros dos empregadores com a redução da jornada, posto que a obtenção de lucros consistia no pagamento de salários irrisórios sobre a maior quantidade de horas trabalhadas. A *valorização do valor*⁷⁹, não esqueçamos Marx (2002), tem sua substância no dispêndio de força de trabalho – trabalho abstrato –, e a grandeza atribuída ao valor consiste no tempo de trabalho socialmente necessário das mercadorias.

Embora para o alcance dos nossos intentos a contemporaneidade seja o eixo balizador, as breves e esparsas digressões efetuadas ponderaram acerca da ação humana no processo histórico e a dinâmica das relações de poder subjacente à dominação social inerente ao capitalismo. Toda dominação social comporta alguma permeabilidade, visto que as classes dominadas não são passivas ou inertes. Por vezes, seus ideais e aspirações são estrategicamente reivindicados e forçosamente incorporados. Não obstante, a importância de algumas conquistas sociais – como as lutas que levaram à redução da jornada de trabalho – ainda não materializou o alcance da emancipação diante do predomínio abstrato da liberdade iluminista (Kurz, 1997). A dominação e a liberdade são dimensões dialéticas que expressam, por sua vez, o duplo caráter entre independência e dependência, uma vez que

o duplo sentido do diferente reside na [própria] essência da consciência-de-si: [pois tem a essência] de ser infinita, ou de ser imediatamente o contrário da

⁷⁹ Entre outros, faremos uma menção a Kurz (2014) e Postone (2014), que reiteram a compreensão marxiana sobre esse processo. O primeiro, defende a concepção de Marx, dos postulados de Michael Heinrich, afirmando a dinâmica objetiva da *valorização do valor*, pela substância do trabalho abstrato, além de inferir tratar-se de um processo alheio do que ele concebe como *sujeito automático*. O segundo, analisa a sociedade capitalista moderna, pela dominação do valor que se desdobra numa dominação do capital, ambas correspondem a formas de dominação abstrata, que revelam uma dualidade temporal, em que o valor é a expressão do tempo de trabalho imediato, não obstante, a produção objetivar o tempo histórico. Em suma, a *valorização do valor* é sempre conversão de dinheiro em mais dinheiro; é o fim em si mesmo da relação social estabelecida entre capital e trabalho sob o capitalismo.

determinidade na qual foi posta. O desdobramento do conceito dessa unidade espiritual, em sua duplicação, nos apresenta o movimento do *reconhecimento* (Hegel, 2014, p.142).

A duplicidade entre a independência fundada sobre a dependência pelo antagonismo de classes encontra-se numa etapa de acumulação do capital que diminuiu a utilização do trabalho vivo aos processos de trabalho industrial ou segundo setor; porém ainda há uma transferência ao setor de serviços, onde ocorre uma *(auto)exploração* da força de trabalho humano abstrato. Tal fato implica que o processo de *valorização do valor* apresenta-se também sob uma dupla forma, a saber, o *apartheid* social e a autocontradição sistêmica (Kurz, 1997). Os vislumbres emancipatórios são utópicos, apesar do tangível e real desenvolvimento técnico-científico.

Os descompassos da razão moderna confirmam-se por sua imanente dominação social e suas formas inovadoras de explorar, todavia romantizando e mitigando os efeitos da exploração no *novo capitalismo*. Cientes das discrepâncias entre as matrizes epistemológicas aqui arroladas, Elias (1993) nos fornece um possível entendimento, pois a *(auto)exploração* exigida pelo *novo espírito do capitalismo* também representa o predomínio da regulação ou autocontrole dos sujeitos submetidos aos efeitos do trabalho, no sentido da manutenção de um automatismo que os faça permanecer em conformidade com as demandas do controle externo.

Voltando às circunstâncias das relações de produção burguesas mediatizadas pela subordinação real do trabalho ao capital para fins de extração da mais-valia relativa, quando foi introduzido o maquinário ao processo produtivo, os seus fins mostraram-se pouco afeitos à liberdade e a uma existência digna. Esta era a condição dos proletários a partir de alguns países europeus, ou seja, o mundo civilizado e tributário dos valores eurocêntricos e etnocêntricos⁸⁰.

Enquanto as máquinas a vapor eram implementadas na nascente indústria inglesa, não podemos esquecer que Portugal⁸¹ era o Senhorio do Brasil. Nessa colônia tropical, a civilização se impôs desde o início da ocupação do seu território por volta do século XVI, estatuindo aos povos nativos a escravidão, a fé católica-cristã, as epidemias de pestes e a aniquilação (Ribeiro, 1995). A exploração de metais preciosos pelo sistema colonial nas Américas e a política mercantilista que o sustentava foram essenciais ao desenvolvimento das bases sociais, econômicas e culturais que levaram às contestações da rigorosa intervenção estatal em

⁸⁰ A divisão do Novo Mundo pelo Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, embora não tenha sido aceita pela Inglaterra, França e Holanda, baseou-se na expansão ibérica. Os dois países invadiram e ocuparam com mais afinco o território que *a posteriori* viria a se chamar de América. Aqui vem à tona o princípio que Benjamin (2013) observou, como teológico-jurídico, a fim de justificar a submissão e extermínio dos corpos e almas dos povos nativos ao imperativo da salvação cristã.

⁸¹ Na esteira do Imperialismo, Portugal, até 1975, submeteu Angola como sua colônia no continente africano, que conquistou sua independência ao custo de uma luta e insubmissão incessantes pela liberdade.

detrimento de uma ampliação da liberdade comercial, que engendrou a fase industrial do capitalismo. A Inglaterra ostentou o pioneirismo no que se referia à ascensão da burguesia na participação política.

Ainda sobre a colônia portuguesa, em face da resistência e extermínio dos povos originários ameríndios, posteriormente foram introduzidos e consumidos os corpos de africanos escravizados, constituindo-se na força motriz desse sistema e em face dos seus lucros pela infâmia do comércio escravagista. Por aqui, esse sistema se manteve por mais de três séculos, inclusive sob a égide da modernidade e dos valores iluministas. Os abusos e o uso dos corpos periféricos no idílico paraíso ultramarino foi, para os indígenas e os negros escravizados, um inferno na terra, que tem como uma síntese assaz a expressão *moinhos de gastar gente*, de Ribeiro (1995). Inequivocamente, somos conduzidos ao âmago da colonialidade perpetrado pela matriz europeia, que se espalhou e adentrou a gramática hodierna de forma assertiva, conforme as palavras que não soam neutras e às quais não somos refratários, a exemplo de desenvolvimento, salvação, progresso, civilização, modernização e democracia (Mignolo, 2017).

A redenção dos corpos negros escravizados no continente americano não estava contemplada pelos valores éticos do homem burguês. Na verdade, nem humanos os africanos e os nativos eram considerados. Os corpos dos escravizados personificam o que Castro (2020) conceitua de a *subjetividade como coisa*, que se expressa na objetificação daquilo que não é coisa. Africanos e ameríndios eram seres humanos, mas paradoxalmente o *ethos* social da modernidade atribuiu-lhes um caráter de objeto a fim de atender aos anseios estabelecidos pelos colonizadores.

A liberdade ideal moderna mostrou-se contraproducente à liberdade real e emancipatória. Se atentássemos para o fato que expõe a contradição de uma Europa que gestava uma classe trabalhadora branca, sua emancipação não seria possível enquanto nas colônias do Novo Mundo o chicote continuasse a açoitar os corpos dos africanos escravizados (Marx, 2002). Em face de uma incipiente globalização, a escravidão no mundo colonial latino-americano demonstrou – a exemplo da servidão feudal – sua baixa rentabilidade para a acumulação do capital.

Todavia, a chamada escravidão moderna, ressalta Castro (2020), constituiu-se numa etapa imprescindível ao sistema capitalista, pela exploração da mão de obra dos escravizados nativos e africanos, através da escravidão foi ampliada a produção de matérias-primas, além do saque às reservas de pedras preciosas, engendrando as condições objetivas que permitiram à Europa desenvolver-se comercial e economicamente numa combinação da emergente

*subjetividade como máquina*⁸², ao tempo em que expandia a *subjetividade como coisa*. O capitalismo industrial capitaneado pela Inglaterra, o qual visava a ampliar o mercado consumidor, encetou as demandas que paulatinamente introduziram o trabalho assalariado também nas colônias (Antunes, 2011).

Vale lembrar que os custos dos escravos aliados à inexistência de qualificação tornaram-se obsoletos frente às novas demandas produtivas. Quando posteriormente o aparato tecnológico fundamentado na mecânica e implementado na nascente industrialização não era condizente a uma sociedade moderna e autorreferenciada que os trabalhadores fossem submetidos aos martírios dos escravos da antiguidade ou aos flagelos dos servos do medievo. Não se tratava de fraternidade, mas de racionalidade para extrair o sumo da força de trabalho com maior eficiência⁸³. Os suplícios precisariam de uma justificativa racional que atenuassem sua aparência laboriosa.

Foi preciso que decorressem séculos para o trabalhador ‘livre’, em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, consentir voluntariamente, isto é, ser compelido a vender todo o tempo ativo da sua vida, sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais; seu direito à primogenitura, por um prato de lentilhas (Marx, 2002, p. 313).

As atividades que os escravos e os servos realizavam para assegurar a base econômica dos modos de produção antecedentes recebiam a designação de *tripalium*. Os seus corpos eram submetidos a castigos e punições. A palavra é sugestiva, pois sua etimologia⁸⁴ e derivação latina referem-se a um instrumento de tortura. Essa era a condição dos escravos e servos com a sua atividade produtiva e de intercâmbio com a natureza antes da concepção do trabalho moderno. Cumpre ressaltar que na antiguidade e no feudalismo não se encontra qualquer palavra correspondente a um sentido para o trabalho. Sua acepção a partir do termo latino *labor* tem, entre os seus significados, sofrimento, fadiga ou dor. É mister recordarmos que sob a égide do

⁸² A *subjetividade como máquina* representa um processo de mudança do *ethos* social fundamentado pelas influências do conhecimento científico aplicado ao sistema de máquinas e das leis concorrenciais do mercado. A esse respeito, Castro (2020) observou que o mencionado processo promoveu o esvaziamento da experiência singular, quando o trabalho deslocou o seu sentido para si rumo ao sentido para outro, e assim a experiência sucumbiu à maquinação e a uma precariedade existencial dos trabalhadores.

⁸³ No século XX, a ciência empregará a cronometragem de tempo, numa tácita aplicação dos princípios da razão instrumental. Estudos minuciosos sobre o tempo de realização de movimentos pelos trabalhadores, realizados pelo engenheiro e economista norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), culminaram na organização científica do trabalho.

⁸⁴ Ao nosso entendimento, Botelho (2009) faz uma discussão bem fundamentada e didática que percorre os meandros etimológicos e as consequências práticas, no sentido de explicitar uma clara compreensão histórica do conceito de trabalho.

capital, “a luta pela lei das Dez Horas etc. é a prova de que o capitalista nada mais deseja senão que o trabalhador dilapide suas doses de força vital tanto quanto possível e sem interrupção” (Marx, 2011, p. 228).

Nas formações sociais anteriores ao capitalismo, existiram seus próprios intercâmbios entre os seres humanos e a natureza, mas com uma diferença crucial: essas atividades não se manifestavam sob a forma de trabalho abstrato com vistas à obtenção de valor, e este é o motivo, conforme assinalado acima, de não se existir convergência em línguas de civilizações antigas, ou mesmo nas contemporâneas, para designar a noção abstrata do trabalho (Godelier, 1986).

No imaginário social, o fato de ser um membro da classe trabalhadora sempre é envolto numa contradição, uma vez que fatigar-se e consentir-se voluntariamente ao sofrimento pelo exercício de uma atividade compulsória a fim de suprir as necessidades da vida distancia-se do ideal de uma era que se autorreferenciou moderna. Nem escravos, nem servos, o capitalismo passou a exigir trabalhadores livres, *conditio sine qua non* ao processo civilizatório e à racionalidade instaurada a fim de arrebatar dos seus corpos o máximo das suas capacidades produtivas, isentando-se de qualquer sentimento de culpa. A ciência e seus frutos são aplicados ao conhecimento dos corpos para o estabelecimento do controle e a intensificação dos seus usos modernos, extraindo o suprassumo da força de trabalho. Como consequência,

o antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua pele e apenas espera ser esfolado (Marx, 2002, p. 206).

A conotação negativa do *labor* impregnou-se no trabalho moderno, devido ao caráter de sofrimento que, em maior ou menor grau, a depender do tipo de atividade realizada, impõe-se aos trabalhadores em algum momento sob a batuta do trabalho alienado e abstrato. Se na industrialização não havia mais o senhorio, o dono do escravo e do seu corpo análogo a uma propriedade, ou o possuidor da sujeição do servo por motivo da predestinação divina, em face da sua inferioridade natural, “o homem moderno [...] não tem dúvida de que é livre, mesmo rebaixado a uma mercadoria num período de sua vida e constantemente pressionado pela necessidade ou pelo dever” (Botelho, 2009, p. 8).

A burguesia, ao implodir as bases da hierarquia estratificada do modo de produção predecessor – o Feudalismo –, desempenhou um papel revolucionário. A sua ascensão como nova classe dominante reduziu a dignidade pessoal e as liberdades outrora conquistadas a duras penas, respectivamente a simplificação do valor de troca e a liberdade do mercado, cambiando

a exploração dissimulada em justificativas naturais e divinas, por uma exploração explícita e sem limites (Marx e Engels, 1998b). Eis o motivo que põe em xeque qualquer tentativa de uniformização da racionalidade moderna e das promessas de liberdade, ratificando a impossibilidade de quaisquer vislumbres emancipatórios sob a vigência de uma forma patológica imanente ao ideário racional da modernidade (Kurz, 1997).

Os registros acerca da brutalidade no processo de expropriação das terras comunais na Europa nos séculos XVIII e XIX, bem como os supracitados tratamentos destinados às colônias, demonstraram a constituição da classe trabalhadora desde o seu princípio imersa na precarização do trabalho e na precariedade da vida, compondo uma subclasse frente ao reordenamento jurídico moderno não mais baseado nos fundamentos da sociedade estamental precedente. Isto confirma que “[...] a precarização do trabalho não possui sua gênese existencial numa forma específica de legislação que permita formalmente sua prática, mas na própria existência da mercadoria força de trabalho” (Barros, 2018, p. 34).

A força de trabalho é emanada por pessoas de carne e osso – os trabalhadores e trabalhadoras. E ainda que, sob as lutas revolucionárias e as propostas reformistas, possamos vislumbrar algumas conquistas, somos levados a atestar que tais eventos atuaram na conversão deles em sujeitos do direito civil e das relações contratuais estabelecidas, esse era o protótipo do cidadão da modernidade, ou seja, submetido a um estatuto legal e constituído, no entanto, sem qualquer alteração aos aspectos subjacentes do capitalismo (Kurz, 1997).

1.3.1 – O corpo subordinado ao ritmo do capital: o domínio do tempo abstrato

A condição dos escravos e dos servos era injustificável pela ótica e valores modernos, não por bondade, mas o uso dos seus corpos confluía à base técnica do trabalho na sociedade pré-capitalista. O imperativo do trabalho assalariado nas indústrias fundamentava-se na racionalidade moderna e na divisão social, provocando uma ruptura. Entre suas características, destacaremos o que Hobsbawm (2013) denominou cirurgicamente de *tiranía do relógio*, que, em suas premissas, comunga com as observações de Thompson (1991) sobre a *disciplina do tempo*. Ambas se aproximam por expressarem a regulação da vida e a mecanização do tempo pelo ritmo do trabalho. Mantendo o diálogo entre os historiadores marxistas britânicos, inferimos que a mecanização das fábricas impeliu uma regularidade artificial ao ritmo do trabalho e à vida cotidiana como um todo.

Elias (1993) traz uma correspondência aos dois pontos de vista supracitados, a partir da imposição de uma regularidade comportamental, na qual o desenvolvimento de certos

instrumentos de medição do tempo estabeleceu o autocontrole individual pela introjeção de uma *consciência do tempo*. Poderíamos questionar o que significou socialmente aderir a uma *consciência do tempo*? “Em nossas sociedades, esses ritmos biológicos são regulados e estruturados em função de uma organização social diferenciada, que obriga os homens a se disciplinarem, até certo ponto, pautando seu relógio fisiológico num relógio social” (Elias, 1998, p. 42).

Nas sociedades pré-capitalistas o tempo social abstrato ainda não havia se impregnado completamente à vida social, prevalecendo o que Elias (1998) cunhou de uma *determinação passiva do tempo*. Por exemplo, a regulação do relógio fisiológico no tocante ao sono estava de acordo com o nascer e o pôr do sol. Postone (2014) argutamente faz uma análise densa sobre a imposição do tempo abstrato por meio da oposição ao tempo concreto, aquela forma de computar a passagem do tempo antes do desenvolvimento da sociedade capitalista moderna. Tempo concreto nos remete ao caráter cíclico, embora não se reduza a essa característica, mas principalmente é uma variável dependente. Não era autônomo em relação ao que se atribuía em termos qualitativos ou quantitativos; estava arraigado ao *processo de vida real*.

Ainda seguindo Postone (2014), o tempo abstrato consiste numa variável independente. Além da sua divisão em unidades que se mantêm constantes e destituídas do aspecto qualitativo, a independência aludida refere-se aos eventos, movimentos e ações. De acordo com suas reflexões, a dependência do tempo concreto atrelava-se a um modo de vida das sociedades agrárias, quando os eventos naturais influenciavam o ritmo da vida, da produção e das existências. Pensando no tempo abstrato, a sua independência acompanha a lógica do capitalismo, quando o compasso da vida passa a ser ditado por demandas reguláveis e mensuráveis.

Noutra análise que busca contrapor-se ao entendimento do lazer como um fenômeno trans-histórico, mas por outro lado reforça essa mudança e/ou consciência da temporalidade. Dumazedier (1999, p. 26) ressalta que nas sociedades pré-industriais não existia uma divisão lógica e racional do tempo, pois “o trabalho inscreve-se nos ciclos naturais das estações e dos dias: é intenso durante a boa estação, e esmorece durante a estação má. Seu ritmo é natural, ele é cortado por pausas, cantos, jogos e cerimônias”.

A descrição acerca da condição dos trabalhadores anteriormente ao capitalismo industrial não é alusiva a um bucólico *Éden* onde viviam e trabalhavam os camponeses e os jornaleiros num mundo dos sonhos, mas evidencia a rotinização e a regularidade da fábrica mecanizada, impostas pela divisão racional do trabalho, retirando dos artesãos, por exemplo, a autonomia em começar a semana de trabalho somente na terça-feira (Hobsbawm, 2013).

Um marcador de passagem do tempo social e racional substituiu o relógio fisiológico, mas ainda persistia uma inclinação cultural ao ritmo biológico. Geralmente a “*Santa Segunda-Feira*⁸⁵” era celebrada e venerada como uma espécie de divindade por muitas categorias de trabalhadores, causando vertigem aos moralistas e economistas opositores do trabalho irregular e da vadiagem (Thompson, 1991).

1.3.2 – O exclusivismo dos direitos: homens e não-homens

Antes de avançarmos, é mister retomarmos sucintamente alguns aspectos da *dupla revolução*, conforme o termo utilizado por Hobsbawm (2010), que nos revela o sentido dos impactos econômicos da *Revolução Industrial* Britânica e das transformações sociais da *Revolução Francesa*, bem como suas imbricações aos mais diversos campos das atividades humanas que se disseminaram na esteira da civilização ocidental.

Os celebrados valores éticos e universais burgueses – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – nasceram abstratos. A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*⁸⁶ revelou que sua essência não era afeita à emancipação. De acordo com Hobsbawm (2010, p. 106), “este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária”. A sua universalidade exclusivista contemplava apenas uma classe, a burguesia, e apenas um gênero, o masculino.

Aqui, o sujeito do Iluminismo revela o seu centramento no eu idêntico a si próprio, referendado pela razão (Hall, 2019). Ou também podemos dizer que revelou sua consciência de classe. Afinal, esse grupo social deteve o privilégio de não dispor do uso dos corpos para as atividades baixas e desprestigiadas socialmente (trabalhos manuais). Além de aumentar suas posses, a burguesia desejava obter distinção e valorização social. Mas a ideia do descentramento do sujeito de Hall (2019) será importante para compreendermos adiante as matizações dos diversos sujeitos neoliberais, do desempenho, do consumo, monetários etc., que coexistem em suas diversificadas nuances.

⁸⁵ Não num sentido de divindade, tampouco celebrativo, mas no imaginário social, a segunda-feira é carregada de simbologias, como o dia de retorno ao *processo de vida real*, após o final de semana. A expressão racista “*dia de branco*” é uma referência muito utilizada no Brasil, alusiva à segunda-feira, o dia de retornar ao trabalho, ganhar dinheiro e ser produtivo. Normalmente a contragosto, é como se o relógio biológico fosse acionando momentaneamente, mas interrompido pela sobreposição do relógio social. Por isso, a “*Santa Segunda-Feira*” perdeu os seus veneradores, mas deixou uma fagulha no sentimento das pessoas ao findar o domingo.

⁸⁶ A *Déclaration des Droits de l’Homme et du Citoyen* constitui-se no documento engendrado na candência da Revolução Francesa (1789), o qual define os direitos individuais e coletivos, com base doutrinária assentada nos direitos naturais.

Retomando o fio condutor da história, se na França, no fim do século XVIII, as massas oprimidas retratadas pelos camponeses, artesãos, mulheres, *desvalidos* etc. foram mobilizadas pelo sujeito do Iluminismo, personificado em termos de classe pela burguesia, logo, teriam os seus anseios descartados. Apesar de partirem ao enfrentamento à repressão que lhe impunha a nobreza e o clero, a ascensão da burguesia ao *status quo* das classes do privilégio demonstrou que a luta e as conquistas não seriam extensivas a todos os segmentos sociais da época, pois,

com efeito, cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos (Marx e Engels, 1998a, p. 50).

Os anseios e as aspirações da burguesia e das massas insurgentes compuseram o ideário revolucionário que posteriormente seria abandonado pela nova classe emergente e detentora do *status quo*, a nova classe dos privilégios. A ascensão da burguesia se dá num cenário que expõe a necessidade do controle das massas, o que incitou Le Bon (2008) a uma leitura correta do ponto de vista conservador sobre o fenômeno das massas, ao defender os mecanismos capazes de conter, segundo ele, a irracionalidade e o estado mental dessas forças sociais bárbaras, a fim de manter a nova ordem social estabelecida.

É patente que se mesclam distintas visões de mundo, sociedade e ser humano, mas os saberes legitimados pelas explicações baseadas na ciência em fatos comprováveis e observáveis pautaram-se na diretriz que permitiu a uma classe elevar-se perante as demais, exercendo também uma maior influência por se constituir num paradigma. Destituída da direção de um movimento organizado ou de um programa próprio de ação e muito menos de lideranças, a *Revolução Francesa* tinha uma coesão dos ideais burgueses, inspirados pela doutrina do liberalismo clássico, difundida por agremiações diletantes e pela maçonaria (Hobsbawm, 2010).

Essas são algumas das circunstâncias que sancionaram a premissa de os pensamentos da classe dominante prevalecerem ao processo de dominação social, por justamente expressarem em forma de ideias a consciência que se sobrepõe às relações sociais e materiais vigentes numa dada época (Marx e Engels, 1998a).

A burguesia manifestava sua *consciência em si e para si*. Entretanto, ao ascender, passou a contrapor-se ao proletariado, estabelecendo uma polarização conflituosa, mas necessária, que permitiu a incorporação dos ideais oriundos das lutas sociais às reivindicações

da classe trabalhadora. Contudo, o cultivo permanente de “uma classe oprimida é a condição vital de qualquer sociedade baseada no antagonismo das classes” (Marx, 1991, p. 153).

A evocação do estatuto do direito da liberdade e igualdade iluminista dos sujeitos, diante da legislação e do Estado burguês, de acordo com Kurz (1997), tornou-se anacrônica frente à nova ordem. Os argumentos outrora legitimadores da escravidão e da servidão não mais correspondiam à realidade social das forças produtivas e das relações de produção do capitalismo industrial. Muitas outras ações das classes que detinham o exercício do poder atuaram na gestação e necessidade de manutenção de uma nova classe de destituídos dos meios de produção, que dispunham apenas do uso dos seus corpos, que são a mercadoria imprescindível à acumulação do capital manifestado plena sintonia com a doutrina do liberalismo clássico.

Determinadas relações sociais de produção implicam as correspondentes relações de poder. Tornou-se peremptório justificar a legitimação da regulação e do controle social dos corpos, em que uma classe de desprivilegiados era dominada por outra, quando os direitos e poderes sobre a terra e a propriedade privada dos meios de produção direcionavam e definiam as condições do uso da terra, das relações de trabalho e da maneira pela qual a força de trabalho é apropriada por outrem (Wright, 2015).

Não devemos esquecer que no plano jurídico, as “Leis de Fechamento baixadas por um governo de latifundiários e para os latifundiários eram a ordem do dia. O trabalhador com terra tornou-se o trabalhador *sem-terra* – pronto, portanto, a ir para a indústria como assalariado” (Huberman, 1986, p. 163 grifo nosso). A nobreza ao avançar suas cercas numa patente apropriação indevida pela demarcação das terras comunais, alterou o modo de vida camponês, obrigando muitos a migrarem para as cidades, acarretando numa sensível transformação da paisagem urbana e da relação cidade/campo.

A *revolução social* (francesa) não garantiu o *status* de cidadão pleno a todos os segmentos de classes, tampouco a *revolução tecnológica* (industrial) liberou os trabalhadores para usufruir do tempo livre. Segundo Veblen (2018), a prevalência do consumo do tempo despartado das necessidades produtivas e a posse de terras e riquezas garantidoras de uma existência ociosa mantiveram-se restritas a uma classe. Obviamente, não estamos falando da classe trabalhadora.

Ser cidadão, dispor de tempo ocioso e de uma capacidade pecuniária, era uma prerrogativa restrita à ascendente burguesia. Recordemos que a edificação da indústria moderna trouxe o prolongamento da jornada de trabalho, que ruiu o sonho e a esperança de libertação

dos operários depositadas na maquinaria. Ao contrário, as máquinas foram projetadas para consumir com voracidade ampliada os corpos detentores da força de trabalho. De fato,

todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foram destruídas. As próprias ideias de dia e de noite, rusticamente simples nos velhos estatutos, desvaneceram-se tanto que um juiz inglês, em 1860, teve de empregar uma argúcia verdadeiramente talmúdica para definir juridicamente o que era dia e o que era noite (Marx, 2002, p. 320).

O econômico e o social são esferas que guardam conexões entre si, mas também especificidades a partir do contexto histórico e das condições econômicas objetivas e os motivos econômicos subjetivos que atuaram concomitantemente na orientação do agir e comportamento humanos. Acompanhemos uma inflexão materializada pela primeira *Revolução Industrial*, quando da sua eclosão. Afinal, o que ela representou? No fim do século XVIII, significou a superação dos entraves e grilhões do poder produtivo, levando a uma ampliação voraz, ininterrupta, veloz e ilimitada de relações sociais balizadas pelo ganho monetário. Este fato distingue essa etapa do capitalismo, da fase pré-industrial, quando a produção era completamente dependente das circunstâncias alheias, ditadas pelas forças incontrolláveis da natureza, as estações do ano etc., além da incipiente base técnica que intermediava a produção (Hobsbawm, 2010).

Foi engendrada uma mudança substancial sem precedentes, pois, aos trabalhadores e seus corpos, a quebra dos grilhões deve ser compreendida não somente do ponto de vista tecnológico, mas também da introjeção da consciência do tempo abstrato. Esse processo de passagem de uma subordinação formal do trabalho ao capital promoveu consequências humanas, sociais e psíquicas que *a posteriori* conduziram à subordinação real, passando a exigir dos trabalhadores um desempenho racional e extenuante dos seus movimentos, a fim de acompanhar o ritmo mecânico das máquinas. A produção fundamentada no valor, afirmava Marx (2011), trocava o trabalho vivo pelo trabalho objetivado, e este era o estágio final do desenvolvimento da relação de valor em que o trabalho social manifestava-se antagonicamente ao capital e ao assalariamento. O trabalhador assalariado foi reduzido à condição de coisa, de um objeto qualquer.

Se a manufatura consubstanciou a subordinação formal dos trabalhadores ao capital, o incipiente aparato técnico produtivo desse período do capitalismo concorrencial limitava-se à exploração da força de trabalho ainda relativamente. O advento do trabalho assalariado abriu os caminhos para a implantação do processo de produção capitalista, rompendo uma das últimas

barreiras que ainda resistia, visto que “na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles” (Marx, 2002, p. 482).

Era mister estabelecer essa dissociação a fim de retirar quaisquer vestígios de autonomia e vontade que os trabalhadores ainda mantinham nas oficinas manufatureiras, mesmo sob uma supervisão externa. Aqui se demarca a diferenciação entre a divisão manufatureira e a divisão social do trabalho, consumando “[...] a passagem, enfim, do domínio do processo de trabalho em sua totalidade à inserção no seio de uma organização estruturada em torno de um poder hierárquico e alheio à pessoa do trabalhador (Férrandez Enguita, 1989, p. 16).

A voracidade ilimitada de expansão do capital atestou que “a burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção – por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (Marx e Engels, 1998b, p. 8). A lógica do industrialismo vascularizou-se em todas as formas de trabalho, na urbanização, nos transportes, nos meios de comunicação e impregnou-se em todos os matizes do tecido social (Giddens, 1991).

Esse caráter perenemente revolucionário defrontava-se com alguns freios humanos e morais, sobretudo diante da evidência do exercício do poder e sua repartição desigual. As relações de poder no capitalismo implicam um processo de sujeição dos trabalhadores ao capital. Nesse sentido,

comparado com o trabalho do escravo, este trabalho torna-se mais produtivo por ser mais intenso; o escravo, com efeito, só trabalha sob o acicate do temor exterior e não para a sua existência – que não lhe pertence embora esteja garantida –, ao passo que o trabalhador livre trabalha para as suas necessidades (Marx, 2004a, p. 100).

A dominação social exercida pelo capital se defrontava com alguns obstáculos que foram transpostos pela imposição da *disciplina do trabalho*, da *tiranía do relógio* e da *consciência do tempo* para o atendimento das demandas da produção capitalista. A introjeção desse autocontrole justificava um propósito: motivar os trabalhadores a consentirem o uso dos seus corpos como forma de assegurarem a sua sobrevivência. Homens, mulheres e crianças, ao trabalharem na indústria têxtil, enfrentavam a exploração ditada pelo ritmo da máquina a vapor. A objetividade, a racionalidade e a precarização da linha de produção promoviam uma exposição das suas subjetividades à precariedade na reprodução de suas existências.

Acompanhando o pensamento de Weber (1999), as suas concepções de poder, dominação e disciplina são distintas, mas imbrincadas. Poder, segundo ele, é uma probabilidade

no sentido da imposição de uma vontade particular no bojo de relações sociais, normalmente encontrando resistências; a dominação é a possibilidade do assentimento entre um círculo restrito de pessoas; por fim, a disciplina é a possível capacidade de um grupo ilimitado de pessoas, obedecer prontamente a uma ordem, implicando numa segunda natureza constituída.

Os desdobramentos da primeira *Revolução Industrial* consumaram o golpe de misericórdia ao mínimo de controle que os trabalhadores exerciam sobre o ritmo dos processos de trabalho. Contrariamente à fase concorrencial, o capitalismo industrial balizava-se nas conquistas tecnológicas que pouco contribuíram para amenizar a labuta. Em vez disso, o aparato tecnológico mecânico intensificou o nível de exploração da força de trabalho, agora subordinada a apêndice das máquinas.

Hobsbawm (2015a, 2015b) aponta para questões importantes no sentido de que os trabalhadores não eram meros objetos dos capitalistas, embora o poder estivesse ao lado desses últimos. Em sua análise histórica, esse autor ilumina aspectos importantes das lutas e a formação de uma consciência de classe, das táticas de sabotagem e resistência dos trabalhadores e do *Luddismo*, este compreendido para além de uma reação de arruaça, mas no sentido de que essa estratégia era, naquele contexto, a que assegurava alguma condição aos trabalhadores para alcançarem suas demandas, ou seja, manifestarem sua resistência diante do poder constituído.

A industrialização, observou Marx (2002), ao instituir o instrumental de trabalho, atestou uma condição peculiar: restringiu a atividade humana à mera força motriz da máquina-ferramenta, ao não mais atuar diretamente sobre os objetos de trabalho. Uma vez que forças naturais poderiam desempenhar esse papel, a utilização da força humana como força motriz tornou-se acessória, algo comparável a um apêndice do maquinário. Se dialeticamente toda produção é reprodução da vida, como era constituída a subjetividade dos trabalhadores reduzidos a corpos supérfluos? A esta indagação levanta-se o seguinte ponto de reflexão:

Sempre que os homens estavam em posição de controlar a sua própria vida de trabalho, alternavam períodos de labuta intensa com os de completa preguiça. (Este padrão ainda se mantém entre algumas pessoas que trabalham por conta própria – artistas, escritores, pequenos fazendeiros, e talvez estudantes – e provoca a questão de saber se se trata de um ritmo ‘natural’ para o homem) (Thompson, 1991, p. 59).

No capitalismo nada é natural, embora replique as aparências fenomênicas como naturalizações. Se a força de trabalho é inerente a um ser humano, por qual motivo ele, na sua pretensa “liberdade”, ao pôr em ação essa capacidade especialíssima, o faz para uma demanda exterior? Podemos deduzir que “na produção social da sua existência, os homens estabelecem

relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (Marx, 2003a, p. 5).

A sociedade capitalista, ao acenar o horizonte da liberdade, ao menos idealmente, como possibilidade – o que é pouco provável quando a imobilidade social caracterizava a escravidão e a servidão –, decerto constituiu um mecanismo promotor do envolvimento das pessoas a se inclinarem à realização do trabalho assalariado industrial, ao custo do exercício de uma atividade mecânica ditada por um ritmo alheio a sua vontade. A precarização, reside no fato de a força de trabalho encontrar-se livre no mercado como qualquer outra mercadoria disposta a submeter-se às condições exigidas para cumprir essa finalidade na sociedade moderna (Marx, 2002).

Ao investigar diligentemente a ética do trabalho como ascese, a contribuição de Weber (2004), quando este toma com ponto de partida os valores protestantes, não distingue o capitalista do trabalhador, apesar da importância de apontar os *efeitos psicológicos* quando a ambição por lucro passou a não ser vista mais como pecado, mas como uma vocação. Mas uma condição seria crucial, a saber, qual o lucro que os proletários iriam obter por mais empenhados que fossem? O espírito do capitalismo é constituído pela objetividade social e pela subjetividade psíquica, o que anima a formação do caráter das pessoas que estão inseridas numa dada sociedade frente aos processos de produção/reprodução das suas existências. Esses processos aos quais nos referimos criaram a incorporação de um ritmo de trabalho externo ao possuidor da força de trabalho, uma subjetividade precarizada e regulada alheamente pelo tempo quantitativo e calculável.

Entretanto, antes de Weber, o espírito do capital foi enunciado por Marx (2002, p. 323) por meio da essência da legislação fabril inglesa de 1833 a 1864, sobre a utilização da força de trabalho de menores, limitada a 8 horas diárias. Assim, “de acordo com a antropologia capitalista, a infância acaba aos 10 anos e, no máximo, aos 11 anos”. Os períodos analisados por ambos eram distintos, mas eles confirmam que as ascetes e as ambições tornadas vocações (protestantes ou não) são desiguais e se diferenciam conforme a localização nas classes sociais.

A redução da jornada de trabalho fruto das reivindicações dos trabalhadores foi o passo rumo ao xeque-mate para a intensificação do trabalho e seu ritmo não-natural. Em Marx (2002), a legalidade obrigatória sob o sistema jurídico autorreferenciado burguês nessa aparente redução foi a condição subjetiva que permitiu a extração acentuada da força de trabalho sem alterar o espaço de tempo, justamente pelo emprego da tecnologia manifesta nas máquinas. Essa

mudança marcante das máquinas a vapor e sua introdução nas indústrias reverberaram em todos os poros da vida social.

E tudo isso através da divisão do trabalho; pela supervisão do trabalho; através do relógio; dos incentivos monetários; pela pregação e pelo ensino; pela supressão da feira e dias de folga – formaram-se novos hábitos de trabalho, e impôs-se uma nova disciplina do tempo (Thompson, 1991, p. 76).

Se o tempo apriorístico é uma abstração, o tempo social em suas divisões e segmentações é uma objetividade que passou a dominar os ritmos das atividades humanas, produtivas ou não produtivas. O tempo e o espaço só fazem sentido para os homens a partir de suas representações sociais. Nesses termos, concordamos com Weber (2004, 2010) sobre o “*desencantamento do mundo*”, quando a racionalização banuiu dos horizontes da salvação o seu invólucro místico, e desta forma, a orientação racional das condutas ascéticas tornou-se um fim em si mesmo, uma disposição ascética dos sujeitos econômicos, que, por sua vocação, poderiam, por meio, de uma conduta de vida em consonância ao capitalismo moderno, usar sua vocação a fim de alcançar o sucesso econômico.

O *mundo desencantado* regido pela racionalidade instrumental daria mais um passo com as conquistas científicas ao dominar a tecnologia de produção e uso da energia elétrica. Este seria mais um momento importante e racionalizador subjacente à nova *disciplina do tempo*, além de impactar em novas demandas sociais e culturais pautadas nos valores da modernidade. Contudo, Thompson (1991) põe em dúvida a plena assimilação da nova *disciplina do tempo*. Isto quer dizer que os trabalhadores resistiram (e resistem); afinal, eles são dotados de vontade. Diz-nos Hobsbawm (2015b) que o tormento dos trabalhadores não era o progresso tecnológico em si, mas sim o que poderia ser feito para eles não se tornarem desempregados e manterem um padrão de vida ordinário, e isso perpassava por princípios e valores não monetários, a exemplo da dignidade e da liberdade.

O salto qualitativo do capitalismo industrial, por assim dizer, ocorreu entre o fim do século XIX e o início do século XX. A descoberta da eletricidade, mais uma conquista do contínuo desenvolvimento tecnológico, desempenhou um papel relevante, acelerando a industrialização, a transnacionalização da economia, a urbanização e o que se convencionou chamar de estilo de vida. Para arrematarmos nossa argumentação até este momento, enfatizaremos a ruptura no uso dos corpos pelo capitalismo se comparada aos sistemas escravocrata e servil. A liberdade moderna em sua abstração é a aparência do fenômeno, ao passo que sua essência manifestava uma nova forma de servidão travestida de liberdade.

La Boétie (2017) foi enfático ao constatar que o gosto pela nova servidão tanto agradava, quanto era palatável, sem qualquer subterfúgio. Mas como se impingiu esse gosto, essa nova predisposição a obedecer? Pela divisão social do trabalho e do assalariamento, o capitalismo aperfeiçoou a introjeção de uma obediência voluntária. Recordemos que tanto o escravo quanto o servo são processos resultantes de relações sociais e não de um estatuto ontológico. Seres humanos não nascem escravos ou servos naturalmente; são submetidos a essa condição sob dadas relações e circunstâncias sociais.

Independentemente do nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma região ou país, tudo sucumbiria à mercantilização, como bem nos lembra Wallerstein (1998) ao referir-se à dinâmica histórica do desenvolvimento do capitalismo, quando esse impulso à mercantilização impregnou-se nas relações sociais, sacramentando que a reificação estava na ordem social do capital. O surto de progresso não pararia na configuração da indústria moderna sob o ritmo da máquina a vapor. A ciência, os cientistas e suas pesquisas aprofundariam a abertura do *mundo desencantado* e sua falta de escrúpulos quando se tratava da busca pela acumulação. Esse processo manteve-se no escopo do sistema capitalista, prosseguindo com as suas mimetizações e adequações até à contemporaneidade.

1.4 – O progresso tecnológico e a precariedade existencial dos trabalhadores

A máquina a vapor foi essencial ao capitalismo industrial, mas o sentido de estabelecer quebras de paradigma no bojo desse sistema permite-nos afirmar que foi desencadeada uma *segunda Revolução Industrial*. A ênfase de Marx (2002) ao caráter intensamente revolucionário da indústria moderna, se comparado aos modos de produção que o antecederam, demonstra que a ciência e seus desdobramentos aplicados às forças produtivas alteram continuamente a divisão social do trabalho num movimento de migração de capital e força de trabalho de um ramo produtivo a outro.

O dinamismo é a sua marca quando se trata de ampliar a *valorização do valor*. Para Aranha (1999), o ritmo da produção, ao sofrer alterações substanciais oriundas do desenvolvimento científico aplicadas na base técnica do trabalho, além de corroborar o desiderato do capital – valorização e acumulação ilimitadas –, aprofunda e desmesura a subsunção real do trabalho ao capital.

O propósito manteve-se ancorado à dominação social, uma vez que o ideal republicano foi fundado numa antinomia. Dir-nos-á Silva (2004) que a soberania e a igualdade (abstrata) idealmente conferida a todos eram incompatíveis com os princípios liberais do mercado em

ascensão. Com base na leitura dessa autora, o Estado inscrito numa ordem política teria o papel de garantir uma correspondência que assegurasse o caráter de liberdade e igualdade entre os indivíduos, entretanto, o princípio liberal emergente emanava mais a lógica econômica. Portanto, a aplicação dos princípios democráticos teria afinidade em romper com as corporações. O desejo pela liberdade comercial pode ser sintetizado no tripé a seguir:

1. O aumento da produtividade ocorre com a divisão do trabalho.
2. A divisão do trabalho aumenta ou diminui segundo o tamanho do mercado.
3. O mercado se amplia ao máximo possível pelo comércio livre. Portanto, o comércio livre proporciona a maior produtividade (Huberman, 1986, p. 142).

Mais uma vez recorremos a Silva (2004), que nos apresenta o descompasso entre o papel estatal em assegurar o direito e a condução ao trabalho, sem a obrigação de garantir trabalho a todos, um ponto fulcral do projeto republicano. Prossegue sua argumentação demonstrando que tal direito fosse de fato assegurado, haveria um conflito entre os anseios de um Estado que deveria intervir minimamente no mercado. Daí a compreensão sobre a negligência aos corpos supérfluos que integram a classe trabalhadora, confirmando-se o que Marx (2001) denominou da consumação do despotismo do capital, por meio da lei da oferta e da procura, numa dupla ação, que ao engendrar o aumento da procura por trabalho para fins de acumulação, promove o aumento na oferta de trabalhadores. Essa relação, ao liberar a força de trabalho, atua no sentido do exercício de uma pressão pelo contingente de desempregados – força de trabalho sobrando – reivindicando aos capitalistas uma maior alocação de postos de trabalho, promovendo alguma independência entre a oferta de trabalho e a oferta de trabalhadores.

O comércio livre aumentou exponencialmente a produtividade numa desigualdade que pauperiza as condições de vida dos trabalhadores, ao passo que novas descobertas, a exemplo do telefone, do telégrafo, do fonógrafo, do cinema, do automóvel e do avião, passariam a constituir os modos e estilos de vida modernos (Hobsbawm, 2002). Reiteramos que essas criações relacionadas à melhoria da comunicação, lazer e transportes não seriam facilmente acessíveis às massas, mas símbolos distintivos justamente dos modos e estilos de vida cultivados pelos privilegiados em detrimento dos não privilegiados que não dispunham de tempo para esse cultivo, ou os cultivavam precariamente.

Quando Manacorda (2002) exaltou as mudanças no mundo moderno no campo educacional a partir da importância da educação física e do esporte, acenou com o caráter inovador e a laicidade na valorização do corpo. Em suma, os seres humanos estariam à disposição de si próprios. Entretanto, esse valor atribuído ao corpóreo não se relacionava às

atividades exercidas pela força de trabalho nas indústrias, mas sim ao cultivo do estilo de vida burguês, dispondo do uso dos corpos para si, sem vínculos com o trabalho para a subsistência, o que era privilégio não acessível nos mesmos termos aos membros das classes trabalhadoras. A precariedade existencial os afligia. Não nos esqueçamos de que,

quando os trabalhadores perdiam seu emprego – o que podia acontecer ao fim da tarefa, da semana, do dia ou mesmo da hora – nada tinham a que recorrer salvo a suas economias, sua associação de amparo ou seu sindicato, seu crédito junto a lojistas locais, seus vizinhos e amigos, o penhorista ou a Lei dos Pobres, que ainda representava o único equivalente público daquilo a que chamamos hoje de previdência social (Hobsbawm, 2013, p. 149).

Diante do que foi até aqui exposto, a máquina a vapor seria o símbolo da *primeira Revolução Industrial*. Mas como fora advertido, uma vez iniciado o processo revolucionário de cunho tecnológico, ele se tornaria irrefreável.

Embora haja controvérsia a partir das concepções que não o considerem um processo estanque, o surto inovador provocado pelo emprego da energia elétrica no fim do século XIX foi outro divisor de águas; ou, como alardeiam atualmente, podemos fazer uma equiparação ao dizermos que a utilização dessa fonte/matriz energética provocou transformações nos modos e estilos de vida num caráter disruptivo.

Hobsbawm (2002) destaca ainda sobre essa progressão tecnológica que impactou as relações sociais, a bicicleta, que em sua simplicidade, indubitavelmente foi a máquina criada nesse período com maior afeição às possibilidades emancipatórias dos seres humanos. Os avanços nas ciências biomédicas datados dessa fase também promoveram repercussões às condições de vida em geral. Adiante veremos como a bicicleta no século XXI teve sua possível função emancipatória subsumida à mercantilização de tudo.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que alguns elementos caracterizam as tecnologias da chamada *segunda Revolução Industrial*. Neste sentido, Casttels (2011) reitera que os produtos tecnológicos acima mencionados impactaram a vida cotidiana, sobretudo pela amplificação dos processos produtivos e de distribuição, numa diversidade de produtos, repactuando, assim, o *locus* do poder e da concentração riqueza no cenário mundial, uma vez que o novo sistema tecnológico era subordinado aos países desenvolvidos. Podemos falar concretamente na globalização, mas o autor destaca-nos que a aparência dessa tempestade tecnológica ocultava o desiderato imperialista e as colisões interimperialistas.

Se o tecelão outrora vendia sua força de trabalho ao capitalista, o detentor dos meios de produção – contemporaneamente o entregador de aplicativo – não a vende diretamente, e assim

emerge uma espécie de terceirização de si. Trata-se, pois, de um cliente da plataforma digital que faz a mediação da prestação do serviço oferecido. A civilização industrial objeto das reflexões da *Escola de Frankfurt*⁸⁷ dinamizou-se na civilização tecnológica e informacional que, por meio da aparência fenomênica do empreendedorismo, oculta a mescla de velhas/novas formas de exploração que se incorporam ao acervo da experiência dos que são explorados. No entanto,

o que tem de ser dito é que não se trata de considerar uma forma de vida superior à outra; devemos antes reconhecer que este é um terreno onde o conflito tem de ser profundo; teremos de reconhecer que a História não é apenas um registro de transformações tecnológicas neutras e inevitáveis, mas é também o relato da exploração e da resistência à exploração; e que os valores permanecem, até serem aceitos ou rejeitados (Thompson, 1991, p. 80).

Os trabalhadores, ao tempo em que são explorados e confrontados com os impactos tecnológicos, protagonizam resistências e assim obtêm tréguas na esteira de uma estratificação social pautada num universalismo exclusivista que pretende ser imutável, mas é permeável ou tolera alguns itens das pautas trabalhistas. Afinal, “uma classe, em sua acepção plena, só vem a existir no momento histórico em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal” (Hobsbawm, 2015a). Com isso inferimos que não há uma correspondência unívoca de que essa consciência de si represente a aquisição de uma consciência de classe revolucionária.

O Imperialismo foi mais um ataque eurocêntrico às regiões e países não industrializados, uma vez que havia aumentado em escala global a demanda por produtos primários. Hobsbawm (2002) propõe as seguintes características como síntese da *Era dos Impérios*: a) ampliação da base geográfica econômica, b) pluralismo da economia mundial, c) revolução tecnológica, d) dupla transformação da empresa capitalista (empresa x grande empresa), e) aumento do mercado de consumo em quantidade e qualidade (produção em massa), f) crescimento do setor econômico terciário e g) convergência político-econômica (até mesmo a *mão invisível* que não prescindiria de uma intervenção estatal, quando necessário).

Todos os pontos supracitados são importantes, porém, o que já evidenciava o aumento no setor de serviços, que, inclusive contemporaneamente, é o maior no seio da economia

⁸⁷ A nossa compreensão acerca da alocação de pensadores nessa tradição do pensamento crítico ou *Teoria Crítica* em gerações distintas para fins cronológicos, não parte do pressuposto de um bloco monolítico e uniforme, mas de uma concepção de diversidade de olhares de intelectuais com algum vínculo ao Instituto de Pesquisas Sociais em Frankfurt (*Institut fuer Sozialforschung*) mas que se deslocou em termos da localização da sua produção com o exílio de alguns dos seus representantes fora da Alemanha. Cf. WIGGERSHAUS, R. **A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

mundial, renunciava a imbricação entre as categorias de trabalho, seja produtivo seja improdutivo, material e imaterial, formal e informal etc., os quais, no contexto vigente, independentemente do que lhes é predominante, seja o componente manual ou intelectual do trabalho, a mediação ou não mediação com uma interface tecnológica digital, culminam para assegurar o processo de *valorização do valor*.

A ciência e a tecnologia caminhavam para o rompimento de todas as barreiras e, conseqüentemente, promoviam racionalmente uma intensificação dos processos de trabalho pela extração da *mais-valia relativa*. Aqui, estamos nos referindo à implantação de uma jornada fixa com um tempo de trabalho variável, em que o tempo de trabalho socialmente necessário fora reduzido, e sem alterar a quantidade de trabalho, conseguia-se obter um maior tempo de trabalho excedente (Marx, 2001).

Independentemente de uma plena coesão em torno de uma consciência de classe operária, esse auxílio viria pela formação e fortalecimento dos sindicatos. Foi essa organização que se tornou “[...] uma extensão da personalidade do trabalhador individual, que ela contempla e completa” (Hobsbawm, 2015a, p. 51).

Contudo, o nível de exploração e degradação dos trabalhadores no fim do século XIX sensibilizou até a Igreja Católica e o Vaticano, os quais expressaram a autoridade papal por meio da Carta Encíclica *Rerum Novarum*⁸⁸ (1891), numa advertência direta aos homens ricos e patrões (capitalistas) a fim de que eles não tratassem os trabalhadores como escravos. Isto foi feito com base numa ponderação, e o seu conhecido tom irônico inequívoco já renunciava: “é só na imaginação dos economistas que a máquina vem em auxílio do trabalhador individual” (Marx, 2011, p. 585). Reafirma-se que o trabalho atende às demandas de conversão da energia corporal abstrata em dinheiro. Logo, todas as atividades de trabalho têm uma finalidade servil, ainda que a impessoalidade e o anonimato sejam as características predominantes do sistema (Kurz, 2020).

No próximo capítulo enfatizaremos alguns elementos tanto do ápice quanto do declínio do padrão fordista, culminando na ascendência do neoliberalismo a partir da década de 1970, que não se reduziu a uma remodelagem da doutrina econômica liberal, mas se constituiu na expressão de um novo modo de vida, necessário ao processo de *valorização do valor* na *sociedade tecnológica avançada*, que não brotou espontaneamente; ao contrário, sua gestação foi anterior à década mencionada. Discutiremos também alguns aspectos delineadores em torno

⁸⁸ Autoria do Sumo Pontífice Papa Leão XIII. O italiano Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

da eclosão de novos disruptivos tecnológicos, a partir da chamada *Revolução Informática* e os seus impactos e consequências a partir das alterações na base técnica do trabalho.

Traremos à baila os contatos preliminares com eles, a partir dos registros e anotações no diário de campo, haja vista correspondem a um grupo *sui generis* de pessoas que precisam submeter-se ao *empreendedorismo de subsistência*, sentindo e exprimindo, por meio dos seus corpos periféricos, os efeitos da razão neoliberal. Retomaremos de forma mais detalhada o caminho metodológico e instrumentos da presente pesquisa, justamente no momento de iminência do diálogo direto com os sujeitos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), no capítulo 3.

CAPÍTULO 2 – LONGO OU BREVE? NOTAS SOBRE O TRABALHO E O USO DOS CORPOS NO SÉCULO XX

Hoje, a arte de controle da mente está em processo de se tornar uma ciência. Os praticantes dessa ciência sabem o que estão fazendo e por que o fazem. Eles são orientados em seu trabalho por teorias e hipóteses solidamente estabelecidas em uma base maciça de evidências experimentais. Graças aos novos insights, o pesadelo que foi ‘quase realizado no sistema totalitário de Hitler’ pode em breve ser completamente realizável.

(Aldous Huxley, Retorno ao Admirável mundo novo, 2021).

No horizonte contemporâneo não figura uma perspectiva emancipatória além da *práxis* fetichizada da razão neoliberal, mas ao estabelecermos uma relação de proximidade a modos de ser, pensar e agir contrapostos aos da ordem social vigente, talvez se tornem parte da nossa totalidade as possibilidades de um (re)fazer-se da condição humana, baseada noutros valores para além da subjetividade empreendedora da *(auto)exploração*, da *(auto)disciplina*, da mercantilização da existência e de uma vida *smartificada*; quiçá possam ser substituídos por liberdade, dignidade e vida autêntica. Afinal,

o que quer que toque vida humana ou mantenha uma duradoura relação com ela assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. Por isso os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que adentra o mundo humano por si próprio, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana (Arendt, 2015, p. 12).

O nosso condicionamento e os esforços humanos que adentram o mundo social reverberam numa *práxis* fetichizada. A fase financeira do capitalismo encontra terreno fértil no

século XX, sobretudo a partir da *Primeira Guerra Mundial*. Essa configuração do sistema produtor de mercadorias protagonizou com Taylor⁸⁹ e Ford⁹⁰ – exímios *self-made-man* que corporificaram o sentido do empreendedor schumpeteriano – o aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital, pelas engenhosas inovações e técnicas dos princípios da organização do trabalho.

Imbuído do espírito da racionalização weberiana, Taylor recorreu ao cálculo e às técnicas da previsão, estudando minuciosamente os movimentos dos trabalhadores de forma cronometrada, visando a extrair uma maior eficiência desses corpos, junto ao maquinário de transmissão elétrica por correias. Seu grande feito foi a racional descoberta dos princípios da organização científica do trabalho.

Em suas considerações, Weber (2010) diz-nos que a racionalização é a ruptura com os poderes misteriosos que outrora interferiam na vida humana. Logo, prever e antecipar para racionalizar os movimentos dos trabalhadores na indústria demonstra que nunca se ocultou o propósito da dominação social sobre os corpos; afinal, a magia foi subtraída do mundo, mas o feitiço conjurado libertou forças infernais, porque estas são racionais. A exploração para os fins racionais do lucro encontrava o aporte científico e moralmente justificável na ótica burguesa.

Também empreendedor e *self-made-man*, Ford incorporou as bases científicas abertas por Taylor para extrair e maximizar racionalmente a produtividade do trabalho baseada num método de ostensiva submissão da vontade dos trabalhadores. Importante industrial do ramo automobilístico dos Estados Unidos da América (EUA), Ford padronizou as peças principais, intensificando a linha de montagem em série⁹¹. Os trabalhadores sob a organização do trabalho fordista passaram a submeter sua vontade a outrem para atendimento às demandas da produção e consumo em massa.

Gramsci (1991) aproxima-se, por assim dizer, psicanaliticamente do problema da submissão dessa configuração da organização científica do trabalho, quando nos esclarece que a pressão coercitiva atinge todo o complexo social, fomentando ideologias puritanas que configuram coerções externas numa forma de utilizar a força persuasivamente.

⁸⁹ Frederick Winslow Taylor (1856-1915), engenheiro estadunidense, empenhou-se no desenvolvimento de técnicas que reduzissem “[...] o domínio do operário e aquilo que os empresários denominavam a ‘anarquia da produção’” (CATTANI, 2002, p. 309).

⁹⁰ Henry Ford (1863-1947) foi o fundador e proprietário da *Ford Company* e da *Ford Motor Company* no início do século XX. Seu nome tornou-se a alcunha da organização do trabalho, modelo de racionalização que predominou até a década de 1970, conhecido como fordismo.

⁹¹ Essa incorporação foi possível com a descoberta da eletricidade – tecnologia da segunda Revolução Industrial que substituiu a mecânica pela eletromecânica. Lojkin (1995) diz que a esteira da linha de montagem é erroneamente atribuída a Ford.

Ratifica-se o que Weber (2004) afirmara no sentido da fundamentação do puritanismo na constituição do *ethos* da empresa burguesa e da organização do trabalho, sob o signo da racionalidade. Portanto, “a gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (Braverman, 1980, p. 82).

Não restavam limites para a subordinação real do trabalho ao capital. A partir de então, não apenas o ritmo de trabalho (produção), mas igualmente o ritmo da vida fora do trabalho (reprodução) subsumiram-se à lógica do capital. Aqui se explicita que o uso dos corpos sob uma prerrogativa racional instrumental manteve-se imbuído dos propósitos utilitários, e as justificativas jurídicas asseguravam a tônica da exploração da força de trabalho. Os *self-made-man* e o trabalho por eles realizado seriam sintomáticos em consonância com a linguagem weberiana, da forte presença da graça divina, ao passo que a falta de vontade dos trabalhadores tinha o incentivo psicológico na vocação de disporem dos seus corpos compulsoriamente ao sofrimento. O privilégio dos homens de negócios e sua ascese intramundana confirmavam sua virtuosidade e predestinação ao acúmulo de capital devido à resiliência de caráter inata que os tornava capazes de se fazerem por si próprios.

No entanto, a nova concepção de vida ou *espírito do capitalismo* enunciado por Weber (2004) não era apenas fruto de uma ascese que os levava ao milagre de poupar, mas sim resultante da vocação dos trabalhadores e seus corpos desprivilegiados. A (des)virtuosidade justificava que o uso dos seus corpos se vocacionava ao enriquecimento dos capitalistas. Ora, o *neossujeito* em formação corresponde ao novo tipo humano clamado pela racionalização da produção/reprodução. A racionalização alcançou zonas íntimas e pouco sondáveis das pessoas. Dos instintos sexuais aos desejos de quaisquer demandas, a racionalização por meio das técnicas e novas técnicas do poder atingiu as profundezas da *psique*.

Deve-se destacar o relevo com que os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais dos seus dependentes e pela acomodação de suas famílias; a aparência de ‘puritanismo’ assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também racionalizado (Gramsci, 1991, p. 392).

Numa sociedade que Freud (2020) já apontava para a prevalência do princípio de realidade sobre o princípio do prazer, podemos inferir que as classes “livres” ao enriquecimento numa sociedade liberal são compostas por alguns predestinados. Estes podiam (e podem) contar

com as bênçãos divinas concedidas aos que se dedicam arduamente ao trabalho. Na esteira do pensamento freudiano, a satisfação pode ser adiada e até renunciada, uma vez que o desprazer pode constituir-se num desvio tolerável e procrastinador do prazer.

Buscamos mais uma vez evidenciar os lugares e condições desiguais de classes para o alcance da graça de não ter que exercer trabalhos isentos de obra, devido ao fato de os trabalhadores serem “socialmente” incapazes, recaindo-lhes o conhecido suplício bíblico do livro do *Gênesis* 3:19⁹², a saber, o de *ganhar o pão, com o suor do seu rosto*. Trabalhar era o caminho árduo que levaria alguns eleitos ao alcance das graças prometidas. Talvez por essas circunstâncias, Weber (2004, p. 144) apreendeu o trabalho como o fim em si mesmo da vida, uma prescrição divina, exortando que “a sentença de Paulo: “Quem não trabalha não come”⁹³ vale incondicionalmente e vale para todos. A falta de vontade de trabalhar é sintoma de estado de graça ausente”. A fim de fugir dessa ausência de estado de graça, o castigo não seria mais visto como uma proibição.

Suar o rosto e submeter os corpos a esforços laborais são qualidades ascéticas valorizadas, posto que “a sociedade do desempenho está totalmente dominada pelo verbo modal *poder* em contraposição à sociedade da disciplina, que profere proibições e conjuga o verbo *dever*” (Han, 2019, p. 21). Diríamos que o poder é a outra face da moeda que contém o dever. Não podemos negligenciar as matizações do que se entende por suar o rosto e trabalhar para comer. Definitivamente, a situação de classe e a situação social fazem a aplicação da sentença ser diferenciada de acordo com a inserção de cada pessoa.

Talvez a exploração da força de trabalho no capitalismo guie-se pelo que Weber (2004) mencionou sobre os critérios morais de Deus acerca da utilidade das profissões para finalidades que visam ao coletivo. Entretanto, esse argumento é insatisfatório para explicar o motivo pelo qual os capitalistas lucram, em detrimento de os trabalhadores livres serem os fiadores das próprias peles. O *desencantamento do mundo* precisa explicar que os critérios morais não são divinos, mas uma construção social sob condições desiguais do exercício e domínio do poder, que imputa lugares sociais diferenciados, designando o dever de trabalhar para existir, ao passo que a outros se concede o direito e acesso a privilégios para viverem em conformidade com um estilo de vida nem tão ascético assim.

⁹² Bíblia em português. Disponível em: <https://bibliaportugues.com/kja/genesis/3.htm> Acesso em: 09 de janeiro de 2023. Em Marx (2011, p. 509) consta que a maldição lançada por Jeová foi assim proferida: “Tu trabalharás com o suor do teu rosto!” (Bíblia, Velho Testamento, livro 1 de Moisés (Gênesis) 3,19.

⁹³ O Grupo Krisis (2003, p. 16) retorna ao preceito: “Quem não trabalha não come!”, enfatizando a irracionalidade e anacronismo do trabalho no cenário contemporâneo.

Indubitavelmente, exercer atividades de trabalho restritas ao caráter abstrato é uma das fontes do desprazer, e dificilmente no período inicial de formação da classe trabalhadora industrial assalariada a alguns eleitos foi concedida a permissão de Deus para enriquecerem. Stephen Blackpool é um personagem criado pelo escritor inglês Charles Dickens, em seu romance *Tempos difíceis*, o qual representa o sujeito da sociedade disciplinar. Ele é descrito como um operador de tear numa fábrica, portador de honestidade e disposição ao trabalho, qualidades destacadas da sua índole.

Stephen no berço da *primeira Revolução Industrial*, e Coriolano nos rincões do Brasil agroexportador em transição, têm em comum a aludida maldição de Jeová recaindo-lhes sobre o uso dos seus corpos. A cena que segue é elucidativa e ilustra a condição do trabalhador fabril vinculado ao dever:

Tantas centenas de mãos nessa fábrica; tantas centenas de cavalos-vapor. Sabe-se, com a força de uma única libra de peso, que o fará o motor; porém, nem todos os calculadores da dívida nacional poderão dizer-me a capacidade para o ódio e o amor, para o patriotismo ou o descontentamento, para a decomposição da virtude em vício, ou o inverso, em qualquer momento, na alma de seus silenciosos servos, de rostos compostos e ações reguladas. Não há mistério no motor; há um mistério insondável no mais ínfimo de seus servos, para sempre. Isso supondo que revertêssemos nossa aritmética dos objetos materiais, e governássemos de outra maneira essas terríveis quantidades desconhecidas! (Dickens, 2014, p. 87).

O capitalismo industrial e sua racionalização subjacente balizavam-se nos princípios do cálculo e da previsibilidade. Contudo, a objetividade da máquina contrastava com a subjetividade dos trabalhadores que as operavam, apesar da organização científica do trabalho e dos fundamentos tayloristas de exploração da força de trabalho no século XX, os trabalhadores não se reduziam a meros *gorilas amestrados*.

No bojo de uma *segunda Revolução Industrial* de maior amplitude no mundo – se assim pudermos empregar o termo para designar as distinções em relação à primeira, de origem britânica –, a sociedade estava distante de um período de pacificação. Este fato foi demonstrado pelos dois conflitos bélicos de abrangência global⁹⁴ que expuseram a aplicação tecnológica para fins irracionais e mortíferos, levando a humanidade a adentrar na *Era das catástrofes* (Hobsbawm, 2002). Toda desconfiança no progresso e na razão era justificável diante das atrocidades, genocídios e martírios impostos a povos e países em nome da racionalidade moderna e instrumental.

⁹⁴ Respectivamente nos referimos à *Primeira Guerra Mundial* (1914-1918) e à *Segunda Guerra Mundial* (1939-1945).

Não cabem detalhamentos, posto que o nosso escopo analítico aborda o uso dos corpos, o trabalho, a racionalização aplicada à exploração dos trabalhadores, o não aplacamento das desigualdades sociais e a constituição de uma classe de *desvalidos* no dito mundo civilizado contemporâneo. No entanto, vale enfatizar que o Imperialismo não escondeu sua inclinação totalitária na *sociedade industrial avançada*, mesmo após os horrores das duas grandes guerras e da ascensão do nazismo e do fascismo⁹⁵.

Marcuse (2015) é esclarecedor ao diagnosticar que os regimes totalitários e seus líderes visavam a ir além do terrorismo social na esfera política, mas operar também, em nível subjacente na esfera técnico-econômica, a manipulação das necessidades, dos desejos. Eis que os mistérios outrora insondáveis e íntimos seriam posteriormente submetidos a técnicas manipulatórias refinadas suscitando que exclamemos nem tão perplexos assim: “Oh, admirável mundo novo!” (Huxley, 2014, p. 171). Afinal de contas, o controle das massas sempre esteve na ordem do dia. Se consideramos a perspectiva que concebe a vida como um pendular entre o sofrimento por aquilo que nos faz falta, seguindo do tédio pela posse, a dominação social do capital encontrou na motivação do desejo de consumo a forma eficaz da sua manutenção.

Bem-vindos ao “breve” ou “longo” século XX. Respectivamente Hobsbawm (1995), delimitando o período de 1914-1991, em que a brevidade tem a ver com os extremos, as catástrofes e a intensidade das mudanças societais, compreendendo os marcos históricos que vão da *Primeira Guerra Mundial* ao colapso de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e Arrighi (2013), por sua vez, metodologicamente inspirou-se na *longue durée* de Fernand Braudel⁹⁶, mas imprimindo outra direção em que a atribuição de longevidade refere-se ao século XX, constituindo-se no momento derradeiro de uma longa cadeia de superposições e incorporações sucessivas que culminaram num vasto sistema de trocas da economia capitalista europeia.

As perspectivas dos historiadores supracitados são distintas, mas confluem e se complementam como possibilidades de uma leitura histórica, social e crítica do século em tela, em que se fortaleceram as fusões entre as indústrias e os monopólios engendrando grandes empresas de caráter multinacional, a partir dos regramentos bancário e corporativo que passaram a controlar em níveis comercial e financeiro a economia global. Veremos adiante, e

⁹⁵ Para além de determinações sociopolíticas e estruturais que levaram à ascensão do fascismo, é importante trazer sucintamente o pensamento de Reich (2001) acerca da importância de compreender-se a atuação da ideologia sobre as massas e suas emoções, a fim de não negligenciar a influência da ideologia na economia, quando os fatores econômicos que levaram a uma pauperização das massas, em vez de engendrar a revolução social, desenvolveu-se sob uma forma de ideologia, cindindo a situação econômica da estrutura psíquica das massas.

⁹⁶ Foi um importante e destacado historiador francês, representante da Escola dos *Annales*.

de forma sucinta, como os desdobramentos da *segunda Revolução Industrial* impactaram a dinâmica do trabalho e os modos de vida.

2.1 – O uso dos corpos sob a organização científica do trabalho

O mais famoso manifesto do mundo conclamava a força revolucionária dos trabalhadores a uma ruptura da ordem social burguesa, rumo ao caminho do socialismo e posteriormente do comunismo. Marx e Engels (1998b) enfatizaram que a classe trabalhadora nada teria a perder, além dos grilhões e do jugo da exploração. Mas o agir humano a fim de ganhar o mundo não seria necessariamente o passo adiante consequentemente alcançado, a exemplo de uma exatidão matemática. Ou melhor, a consciência de classe não se elevaria evolutivamente de uma *classe em si* a uma *classe para si*, mas transitaria numa via de mão dupla.

As lutas das classes trabalhadoras por meio da organização sindical legaram-lhes direitos, inclusive os que podem ser considerados parcialmente privilégios sob o ponto de vista de classe. Ser pertencente à classe trabalhadora relacionava-se a um certo orgulho, uma certa identidade coletiva, um *ethos* que atesta essa dialética de um (re)fazer-se objetivo e subjetivo como classe. *A Revolução Russa de 1917*⁹⁷, tornou-se o emblema de que os trabalhadores, juntos, poderiam atingir os seus intentos de classe.

As características do Império Russo simplificadamente eram uma economia baseada na agricultura e o governo despótico do czar. Cumpre ressaltar que mudanças históricas não acontecem por geração espontânea. A revolução de 1905 na Rússia foi a predecessora e segundo Hobsbawm (2002, p. 410), Lenin afirmou que esse primeiro movimento foi uma “revolução burguesa realizada por meios proletários”.

Apesar da tomada do poder pelos bolcheviques e das esperanças de Marx e Engels (1998b, p. 46) em torno da formação de uma consciência de classe pelos trabalhadores, que acirraría a luta de classes ao ponto de culminar numa “[...] transformação violenta de toda a ordem social existente”, parece-nos que o pensamento conservador de Le Bon (2008), acerca da *alma das multidões*, prevaleceu. Para esse autor, apesar da irracionalidade e instabilidade

⁹⁷ Embora despontassem as condições objetivas de uma revolução proletária na Inglaterra, o país mais desenvolvido industrialmente, a Rússia, apesar de agrário, não ficou imune aos ideais revolucionários. Portanto, no prefácio à segunda edição russa de 1882 do *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels destacavam a ação vanguardista dos camponeses russos. Cf. MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998b. p. LXXXIII-LXXXV.

dos seus ânimos, o conhecimento da *alma das multidões* permitiria, ao menos diante da impossibilidade de governá-las, não ser por elas governados.

No âmbito da política, Reich (2001) admite que todas as dificuldades são passíveis de resolução, e por mais drástica que seja uma crise econômica, sempre haverá uma dupla possibilidade: a barbárie ou liberdade social. Façamos nossas apostas no salão do *capitalismo-cassino*, que, ao fazer dos sujeitos e seus corpos suas próprias empresas, requer que cada pessoa adote uma filosofia administrativa para enfrentar as combinações e probabilidades do jogo do mercado (Kurz, 1997).

Essa perspectiva acenava então como uma inflexão e o aprofundamento dar-se-ia a partir de 1970, quando os vestígios da rigidez coercitiva da sociedade disciplinar, gradual, mas não linearmente plasmavam os rumos a uma sociedade de desempenho e de (auto)disciplina. Da exploração da força de trabalho marxiana ao espírito do capitalismo weberiano, passando ao mal-estar freudiano da civilização, até chegar à culminância provisória da decadência dos sujeitos neoliberais, foram longos e estanques processos. Esses pontos serão retomados posteriormente, mas indicam o caminho reverso. Em vez de disciplinar os corpos, seria mais eficaz ao controle social investir na sedução das emoções, manipular os desejos; enfim, partir diretamente ao domínio das subjetividades.

As classes trabalhadoras, principalmente no continente europeu, obtiveram um fortalecimento devido à organização sindical e ao seu contínuo (re)fazer-se. Essa configuração, em maior o menor grau, também se realizou tardiamente em outros países – *Terceiro Mundo*, agora chamados emergentes ou em desenvolvimento – devido à transnacionalização da economia e à abrangência da globalização.

O espectro que passou a rondar o mundo após 1917 e os ideais revolucionários disseminados persistiram alimentados pela tensão da *Guerra Fria*, mas arrefeceram após os eventos de 1991⁹⁸. Não pretendemos fazer uma abordagem da história econômica⁹⁹, mas situar

⁹⁸ Após a Segunda Guerra Mundial e a derrota militar do fascismo, outros países fora do cenário europeu também realizaram suas revoluções rumo ao socialismo real, a exemplo da China, Vietnã, Cuba etc. Décadas depois, a política de Mikhail Gorbachev, na URSS, por meio da *perestroika* (reestruturação) e *glasnost* (transparência), catalisou a derrocada do país que era o emblema do socialismo real, desintegrando outros adeptos, além da queda do muro de Berlim, em 1989, que antes separava a Alemanha em duas versões, a ocidental (capitalista) e a oriental (socialista), decretando o fim da bipolar Guerra Fria. Os diagnósticos aligeirados tomaram esses eventos na sua aparência fenomênica, reduzindo-os ao triunfo do capitalismo sobre o socialismo.

⁹⁹ O século XX, além da Revolução de Outubro de 1917, teve a Primeira Guerra, a crise de 1929, a Segunda Guerra, a ascensão do Nazifascismo e os horrores do Holocausto personificando a *barbárie civilizada*. Apesar da chamada *Era do Ouro*, no pós-guerra se intensificou o conflito entre o capitalismo (EUA e aliados) e o comunismo (URSS e aliados), denominado Guerra Fria. Vale ressaltar, para um aprofundamento, a produção organizada por Löwy (2009), que faz um apanhado de nove revoluções, periodizando do final do século XIX ao longo do século XX, na Europa, América Latina e Ásia, articulando a iconografia, ou seja, um conjunto de imagens fotográficas

o uso dos corpos frente à expansão e ao dinamismo da economia mundial. Em suas matizações e desenvolvimento conforme o Norte e o Sul globais, essas forças impessoais fomentaram em escala planetária um surto de crescimento ilimitado da produção e a criação de novos mercados (Hobsbawm, 2002).

Dessa feita, no enalço do capitalismo no *breve* ou *longo* século interessam-nos alguns desdobramentos revolucionários que transcendem a indústria e a produção. Em concordância com Ory (2008), o tratamento de água e esgoto e os avanços na medicina, tanto nos medicamentos quanto nas cirurgias, promoveram diretamente aos corpos uma ampliação da expectativa de vida. Esse autor prossegue em suas considerações sobre tais mudanças, afirmando que a criação das políticas públicas para administração de um tempo livre desapegado, se comparada à das sociedades não laicizadas, fez emergir uma incipiente cultura do lazer.

Entretanto, o próprio tempo livre ou lazer foi mercantilizado, apesar de ser um momento importante da reprodução social. No entanto, a cultura do lazer oferece-nos produtos da indústria cultural, que uniformiza a lógica econômica como um *ethos*. Assim, seja durante o trabalho, seja no tempo livre (lazer) cada vez mais semelhante ao trabalho, todos reproduzem o modelo dessa lógica econômica e mercantil (Adorno e Horkheimer, 1985).

O marcante personagem Carlitos, do filme *Tempos Modernos*¹⁰⁰, de Charles Chaplin é emblemático e muito referenciado para caracterizar os trabalhadores sob a vigência do capital financeiro e a égide do sistema produtivo taylorista-fordista. Não pretendemos fazer uma análise do seu conteúdo em profundidade, mas, sim, indicar alguns indícios dos impactos psicológicos da racionalização do trabalho em que a disciplinarização do gesto e da vontade de Carlitos manifestava-se por meio de um colapso nervoso, levando-o a reproduzir o gesto de apertar tudo o que lembrasse as peças (porcas¹⁰¹) da sua atividade na linha de montagem fora da fábrica.

Outro arquétipo dos trabalhadores num período mais próximo da reestruturação produtiva da década de 1970 é o protagonista Ludovico “Lulu” Massa, do instigante “*A classe operária vai ao paraíso*¹⁰²”. Lulu, um *operário padrão*, admirado pelos gerentes em virtude do

potentes de cada uma dessas revoluções, acompanhadas de uma reflexão sobre a história, as tensões e o espírito das insurgências, por autores distintos.

¹⁰⁰ *Tempos modernos (Modern times)*. Ficha técnica: direção de Charles Chaplin. 87 min. Lançado em 1936. Produzido nos EUA.

¹⁰¹ Referimo-nos, de acordo com o filme, às peças de metal da linha de montagem, dotada de orifício cilíndrico com uma rosca, a fim de receber um parafuso.

¹⁰² *A classe trabalhadora vai ao paraíso (La classe operaia va in paradiso)*. Ficha técnica: direção Elio Petri. 125 minutos. Lançado em 1971. Produzido na Itália.

seu elevado desempenho produtivo, mas questionado por suas atitudes reacionárias diante dos seus pares, passou a confrontar sua fidelidade patronal ao perder um dos dedos num acidente de trabalho. A obra cinematográfica em tela expõe com realismo os efeitos psicológicos da organização científica do trabalho à vida do trabalhador, seja no trabalho (produção) ou fora dele (reprodução).

Há uma cena em que até dormindo o gesto involuntário do seu dedo era similar ao que fazia no trabalho, além da quantidade de despertadores que o acordavam numa alusão às sirenes da fábrica. Não era fortuita a representação da sua *performance* produtiva, análoga a uma *performance* sexual, sendo a motivação maquinal para repetição dos gestos produtivos e o engajamento no trabalho equivalentes ao ato sexual. O compenetrado Lulu repetia para si mesmo “*uma peça, uma bunda*”, enquanto batia todos os recordes de produção. Entretanto, esse libido não se manifestava tão intensa no desejo por sua mulher quando estava no ambiente doméstico. Este quadro acena para a inexistência da nova direção do progresso que imputou ao corpo humano um aprofundamento no seu uso como instrumento de labuta, ratificando que,

a libido é desviada para desempenhos socialmente úteis, em que o indivíduo trabalha para si mesmo somente na medida em que trabalha para o sistema, empenhado em atividades que, na grande maioria dos casos, não coincidem com suas próprias faculdades e desejos (Marcuse, 1999, p. 59).

Acompanhando ainda os argumentos marcuseanos na sua interpretação filosófica do pensamento de Freud, a alienação é a tônica da cada vez mais especializada divisão social do trabalho, em que os seres humanos exercem atividades num tempo de privação, destituídos de gratificação. Portanto, ao uso dos corpos sob a sociedade administrada é negado o princípio de prazer, condição que se perpetua na *sociedade tecnológica avançada*.

Embora não possamos tratar a questão em termos de uniformidade acerca da sua abrangência, o capitalismo, desde a sua gênese, manifestou sua vocação à globalização; porém, como nos lembra Santos (2000), será no século XX que as conquistas do campo científico e tecnológico, sobretudo as técnicas da informação, vão consolidar sua dimensão transnacional. Ainda segundo o autor supracitado, a globalização não se reduz a um emergente sistema de técnicas, de fato; na verdade combina-se a um ascendente mercado em termos globais, relacionado intimamente às demandas e processos políticos.

Para não perdermos de vista a nossa aproximação ao que Hilário (2016) denominou de uma *visada periférica*, é mister trazermos alguns dados do IBGE, pois, se a população brasileira

que vive em áreas urbanas, hoje, é de 85,72%¹⁰³, até a década de 1950 predominava no país uma população residente em áreas rurais. Ribeiro (1995) aponta que esse aumento foi gradativo, e a mudança definitiva na composição populacional iniciou-se na década de 1960, em decorrência do êxodo rural provocado pela mecanização no campo, que, aliado à industrialização, efetivou-se na década 1970, tornando-se majoritariamente urbana, quando mais da metade da população passou a viver nas cidades.

Vale ressaltar que somente a partir de 1930 é que a nossa industrialização, apesar de temporã, aproveitou-se do período de potencialização da acumulação, uma vez que havia uma grandiosa reserva tecnológica sob a forma de “*trabalho morto*”¹⁰⁴ que foi transferida ao Brasil. Desta forma, aqui os processos de industrialização e urbanização foram tardios em relação aos EUA e à Europa (Oliveira, 2013).

Considerando-se que a República brasileira manteve-se ancorada na manutenção dos privilégios das oligarquias latifundiárias, que inequivocamente dominavam a política e a vida das populações, Ribeiro (1995), embora aponte para uma complementariedade entre os processos de industrialização e urbanização, toca nas contradições sistêmicas, lembrando-nos de que o salto da população urbana e a diminuição da população rural não resultaram em melhores condições de vida nas áreas citadinas. Ao contrário, as massas humanas que migravam do campo às cidades imergiam numa precariedade existencial temperada pela pressão em conseguir ocupar limitados postos de trabalho.

As desigualdades sociais gritantes compõem o encaço da modernização brasileira. A nossa industrialização iniciada na era Vargas é tributária da guerra. Expõe Ribeiro (1995) que a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), e a Vale do Rio Doce (MG) foram as contrapartidas exigidas por Getúlio Vargas aos aliados para apoiá-los seja disponibilizando homens seja colocando à disposição produtos primários. Todavia, vale retomar a crítica aos argumentos duais dos cepalinos¹⁰⁵ levada a cabo por Oliveira (2013), que não deixa de reconhecer suas contribuições, mas ressalta a necessidade de compreender dialeticamente o “moderno” e o “atrasado” na sociedade, na economia e no processo de industrialização nacional.

¹⁰³ Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html> Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

¹⁰⁴ Grosso modo, *trabalho morto* é uma referência de Marx (2002, p. 73) sobre o fato de o trabalho humano em si não ser criador de valor, mas “vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto”. Em suma, é o trabalho corporificado no produto.

¹⁰⁵ O termo faz uma alusão à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Se Coriolano, em *Os desvalidos*, representava as pessoas periféricas do campo diante das mudanças sociais na estrutura brasileira, ainda na literatura, a família de Geraldo Corumba expressa no plano periférico a saga de uma família inteira que migrou de uma área rural para a capital aracajuana em busca de melhores condições de vida. Onde esses contingentes esperavam trabalhar? Segundo Ribeiro (2005), mesmo a pequena Aracaju não ficaria imune à lógica econômica que estimulou a industrialização no país. Com a decadência do modelo agroexportador, as fábricas Ribeiro Chaves & Cia. (Confiança) e Sergipe Industrial constituíram-se em possibilidades de emprego para parcela dos segmentos populacionais que buscavam oportunidades no meio citadino.

Num arrolamento das indústrias têxteis de Sergipe, Dantas (2004) verificou que entre as décadas de 1940 e 1960, tomando o censo industrial como referência, houve uma diminuição do número desses estabelecimentos e dos trabalhadores empregados. Apesar de o país adentrar um novo modelo econômico – substituição de importações –, o setor secundário não seria o mote da economia na menor unidade federativa. Embora houvesse uma baixa participação da indústria, o Anuário Sergipe Socioeconômico de 1970 apontava em sentido inverso o crescimento do setor de serviços no estado a partir da década de 1960 (Dantas, 2004).

A importância econômica industrial em Sergipe voltava-se ao mercado nacional, e embora tenha havido fomento durante as décadas de 1940 e 1950, essa tendência não perdurou. Entre outros fatores, a competição desigual com a região sudeste, a qualidade dos insumos e a obsolescência tecnológica do ramo têxtil contribuíram para sua decadência (Ribeiro, 2005).

Da combinação entre os elementos arcaico e moderno, era patente que o desiderato da acumulação implicou níveis elevados de exploração da força de trabalho, e o (re)fazer-se em nível urbano-industrial exigiu a formação e ampliação do quadro dos trabalhadores rurais ao atendimento das demandas econômicas internas e externas (Oliveira, 2013).

Todavia, as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores permaneciam precárias, apesar da industrialização. Não esqueçamos que a legislação trabalhista brasileira que passou a vigorar concebeu o salário-mínimo restrito à subsistência: calculado com base nas necessidades alimentares para o uso dos corpos nas atividades fabris, seja do ponto de vista da energia para execução das tarefas seja no tocante aos aspectos psíquicos exigidos pela atividade (Oliveira, 2013).

As diferenças se evidenciam, mas o descompasso brasileiro no que tange à industrialização e à urbanização manteve-se atrelado às distinções sociais e ao acesso a privilégios que demarcaram a formação do país. A jovem Albertina Corumba assim expressou o seu lugar social e suas justificativas para reconquistar seu emprego na fábrica:

– Pobre é como boi de carro. Aguenta canga, ferrão, o diabo! E se um dia teima, sem querer trabalhar, o dono grita logo pro carreiro: – ‘Este boi anda cansado; está bom é de ir pra faca’. Pobre é assim. Se não aguenta a lida e afrouxa, morre de fome, que é faca cega: mata devagarinho... (Fontes, 1974, p. 42).

Não é difícil compreender os motivos pelos quais Coriolanos e Albertinas eram seres humanos descartáveis. Isso confirma que numa sociedade periférica como a brasileira prevalece a disseminação de um *senso de honra* pelo trabalho para assegurar a sobrevivência. Sobreviver é uma questão de brio. Por esta razão, o desabafo supracitado equipara a condição social dos trabalhadores em sua precariedade existencial a de um animal, uma vida que se resume a trabalhar para comer. Souza (2018b) esclarece-nos que critérios constituídos classificam o acesso aos privilégios ou as privações. Desta forma, produz-se socialmente uma *ralé estrutural*, que expressa perifericamente o conflito e as tensões de classes num país como o Brasil.

No cenário mundial, as disputas entre as nações imperialistas culminaram com a ascensão dos EUA à potência econômica e militar, tirando da Grã-Bretanha esse posto. Os períodos beligerantes, especialmente ao fim da Segunda Guerra Mundial, delinearam novas dinâmicas: as bases do novo sistema monetário mundial em *Bretton Woods*¹⁰⁶; a racionalização da violência – Hiroshima e Nagasaki –, que revelou o fundamento militar da nova ordem; e a Carta das Nações Unidas, em São Francisco, a qual instituiu novo regramento para a legitimidade do Estado e da guerra (Arrighi, 2013). Essa prevalência da guerra como meio de “resolução” de conflitos numa *sociedade industrial avançada* confirma que “o próprio progresso da civilização conduz à liberação de forças cada vez mais destrutivas” (Marcuse, 1999, p. 65).

Numa perspicaz análise, Hobsbawm (1995) apreendeu que houve uma revolução administrativa no que ele cunhou de guerra total, na qual, apesar do saldo negativo de vidas humanas, o progresso técnico foi acelerado, trazendo impactos à dinâmica industrial, ainda que economicamente os efeitos tenham sido nefastos em particular para os EUA, país que assegurou sua hegemonia econômica em escala global. A manutenção de um Estado de Guerra – *Warfare State* –, intensificou-se durante a *Guerra Fria* (Marcuse, 2015).

Entretanto, não nos debruçaremos sobre todas as nuances desses acontecimentos, e sim nos deteremos especificamente no *modus operandi* dessa lógica do inimigo permanente do capitalismo – a ameaça comunista – que, numa combinação de destruição e desperdício

¹⁰⁶ Os acordos de *Bretton Woods* (cidade localizada no estado de New Hampshire nos EUA), firmados em 1944, representaram um planejamento monetário da ordem política mundial, com a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

racional, proporcionou melhorias aos padrões de vida, expressando-se na crescente aplicação do progresso técnico ao trabalho, no aumento populacional, na manutenção de uma perene economia de defesa, além de uma maior integração dos países capitalistas, tanto política, quanto economicamente (Marcuse, 2015). Não obstante as circunstâncias aludidas, o princípio da *valorização do valor* preservou sua centralidade.

As possibilidades do agir humano diante desse quadro e o papel da classe trabalhadora evidenciam uma consciência de classe, e apesar das discrepâncias entre o centro e a periferia, os sujeitos correspondentes, diante de um crescimento produtivo que estava no limiar da dominação repressiva, encontrou na indústria do lazer o instrumental para o controle das massas e suas almas por meio do entretenimento (Marcuse, 1999).

O fordismo, como uma expressão que duplamente se substantivou e se adjetivou, seja nos termos do gerenciamento científico da produção seja também como padrão produtivo, distinguiu-se do taylorismo, em consonância com a visão de Harvey (2011), por compreender a dependência entre produção de massa e consumo de massa. Isso significou uma reconfiguração da reprodução da força de trabalho, dos métodos de controle e gerenciamento, da dimensão estética e da psicologia, uma vez que a modernização, a democracia, a racionalização e o apelo populista exigiam novos sujeitos. Podemos afirmar, num salto ao pós-guerra, que

a grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados (Hobsbawm, 1995, p. 262).

Nos países em desenvolvimento submetidos a uma economia global, os efeitos desse surto também ocorreram de maneira periférica. Como situamos, a formação da classe trabalhadora brasileira, por exemplo, foi bem distinta da formação da classe trabalhadora inglesa, não obstante a exploração ser uma característica em comum. O contraponto no Brasil foi a peculiar revolução burguesa, pois não houve como na Europa, as tensões entre os proprietários rurais e os burgueses empresários industriais. Em outras palavras, aconteceu uma mudança sem uma ruptura drástica, uma vez que os latifundiários mantiveram uma parcial hegemonia nas relações econômicas externas, uma forma de acumulação primitiva garantidora da reprodução de capital à maneira do modelo agroexportador (Oliveira, 2013).

Em suas discrepâncias, os sujeitos trabalhadores adentraram não uniformemente um período de consumo, o que afetou a subjetividade e a chamada consciência de classe. A administração é a aparência fenomênica que oculta a dominação, e o papel da racionalização e a diversificação de funções conferiram ao poder um anonimato burocrático, diluído no sistema que repele os impulsos agressivos, voltando a agressão a si próprio (Marcuse, 1999). É sob essa manifestação do controle e dominação sociais, incidindo sobre as emoções, que se revelou a insuficiência do fordismo ao processo de acumulação. Em disputa na luta de classes, o controle dos processos de trabalho era uma pauta central. Por esta razão, era mister ampliar a subordinação real do trabalho ao capital, conforme já mencionamos, a fim de que os trabalhadores perdessem quaisquer vestígios desse controle parcial.

Entretanto, Wright (1981), embora acene para o fato de o taylorismo ter-se constituído no ápice desse momento, a coerção e a disciplina mostraram limitações, uma vez que engendravam insatisfações e formas de resistência. Sendo assim, houve no capitalismo perspectivas inversas, criadas pela própria dinâmica do desenvolvimento tecnológico, a partir do surgimento de certas especializações que permitiram – relativamente – a permanência de algum controle dos trabalhadores sobre os processos de trabalho.

Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética inerente aos novos métodos industriais. Compreenderam que ‘gorila domesticado’ é apenas uma frase, que o operário continua ‘infelizmente’ homem e, inclusive, que ele, durante o trabalho, pensa demais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, principalmente depois de ter superado a crise de adaptação. Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, quando compreende que se pretende transformá-lo num gorila domesticado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. A existência desta preocupação entre os industriais é comprovada por uma série de cautelas e iniciativas educativas, que se encontram nos livros de Ford e Philip¹⁰⁷ (Gramsci, 1991, p. 404).

A longa citação é elucidativa dos efeitos que a opressão no trabalho causava, uma vez que a condição de degradação, por mais brutal que fosse, não anulava o ser humano que tinha a força de trabalho. Aqui, não no sentido de um marco, mas nos termos de uma certa ruptura, evidencia-se a utilização de novos métodos e técnicas menos coercitivos e mais mobilizadores da motivação dos trabalhadores.

Essa mudança substancial foi captada por Zaretsky (2006), no bojo da *segunda Revolução Industrial* no esteio do fordismo, sob a massificação do consumo, que passou a ser

¹⁰⁷ Referência de Antônio Gramsci a André Philip, intelectual socialista francês.

a diretriz da economia capitalista. Naquele momento, diz-nos o autor em tela, o fordismo instrumentalizado pela psicanálise, ou a psicanálise a serviço do fordismo, levou a racionalização ao extremo na promoção das individualidades, chegando a alcançar a organização social familiar, incluída no rol das realizações pessoais.

O movimento entre a aceitação e a rejeição de valores trouxe um conflito impactante aos trabalhadores num cenário em que a organização do trabalho apresentava-se bem diferente da época de florescimento do fordismo, até a crise que culminou com o seu esgotamento. Na visão de Marcuse (1999), a ampliação da base material da civilização ocorreu em virtude da exploração do trabalho alienado – *labor*, levando-nos a refletir que se há algum indício de *Eros* nessa imposição do trabalho, longe de gratificar, castiga, pois os desejos de consumo, ao serem realizados, não satisfazem plenamente. O *Eros* que prevalece, além de sublimado, foi abatido.

Na ideia reichiana de que a ordem social está impregnada de fascismo, a consciência deixa de tomar como referência a realidade; ao contrário, faz a ela uma correspondência aos seus desejos e, assim, traz consigo uma duplicidade entre os ideais revolucionários e conservadores, que se expressam na sua estrutura psíquica, tanto em nível da situação social, quanto em nível da ambiência societal totalitária impregnada (Reich, 2001).

Os relativamente altos padrões de empregabilidade (reiteramos que estes se deram sobretudo nos países desenvolvidos) de conquistas dos sujeitos do consumo de massa e de crescimento econômico não perdurariam *ad infinitum*. A *Era do Ouro* era apenas o invólucro do que estava por vir. Ou seja,

o princípio de desempenho, que é o de uma sociedade aquisitiva e antagônica no processo constante de expansão, pressupõe um longo desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada: o controle sobre o trabalho social reproduz agora a sociedade numa escala ampliada e sob condições progressivas (Marcuse, 1999, p. 58).

Numa sociedade mutável e dinâmica, assentada nos pressupostos do capitalismo e em suas demandas de acumulação, ao tempo que a matriz econômica keynesiana proporcionou surtos de desenvolvimento econômico, não podemos esquecer que justamente os sinais da crise do Estado de bem-estar social consistiram, segundo Postone (2014), numa reação para frear o Estado interventor; e esta é uma contradição sistêmica fundamental que demanda uma leitura do social e do econômico, a qual nos encaminha a possíveis quadros compreensivos do esvair da liberdade e da persistência da alienação nos poros de uma *sociedade tecnológica avançada*.

2.2 A crise do fordismo e a gestação do sujeito neoliberal

Muitos seres humanos em escala planetária foram liberados do trabalho, não para a fruição do tempo livre, desenvolvimento das suas potencialidades *onminilaterais* ou o exercício da *poiésis*¹⁰⁸, mas para a imersão numa existência reificada, tal qual a faceta predominante do trabalho precário no setor de serviços em consequência do desemprego estrutural. Isso não significou a desaceleração do setor produtivo. Ao contrário, alguns dos grilhões representados pelo trabalho vivo vão sendo rompidos com as alterações informacionais e digitais na base técnica da produção. Em consonância com Antunes (2018), a introdução do aparato tecnológico-organizacional-digital que caracteriza a flexibilidade das empresas amplia o contingente dos denominados intermitentes globais, uma tendência em nível planetário de descartabilidade da força de trabalho, destituída de direitos e largada à própria sorte.

A *Era do Ouro*¹⁰⁹, compreendida aproximadamente entre 1950 e 1973, entrava em declínio. A *segunda Revolução Industrial* teria sua substituta, a *Revolução Informacional*, também chamada de *terceira Revolução Industrial*. O fordismo teve um papel preponderante na formação de um determinado tipo de sujeito, mas o seu sucessor estava sendo forjado.

O primeiro problema importante decorrente da nova revolução industrial é o de como assegurar a manutenção de um exército de pessoas estruturalmente desempregadas, que perderam seus empregos em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços (Schaff, 1990, p. 27).

Os *neossujeitos* requeridos ao atendimento das demandas desse contexto, também foram marcados pela emergência do neoliberalismo. Ao comentar sobre o sentido foucaultiano de neoliberalismo nos termos de uma nova racionalidade política, Brown (2019) aborda tanto a incorporação dos princípios de mercado pelo Estado e as instituições, quanto a sua impregnação na vida cotidiana dos sujeitos em transição do fordismo, migrando de uma orientação para a troca e satisfação das necessidades rumo aos sujeitos do desempenho, competitivos e empreendedores de si. No plano econômico ocorreu mais uma mudança no padrão de *valorização do valor*, adentrando um modelo de acumulação flexível.

¹⁰⁸ Cf. NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: GOMES, C. M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 27-41.

¹⁰⁹ A Era do Ouro, ou os trinta anos gloriosos, foi um período de crescimento econômico experienciado pelos países centrais no pós-guerra. Contudo, num mundo globalizado, a periferia sentiu alguns dos seus efeitos. Cf. HOBBSAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 253-281.

Ianni (2004) contribui para essa contextualização por apreender que a globalização do capital pautou-se na reprodução ampliada, na diretriz organizadora da produção, distribuição, troca e consumo, por meio de estruturas de poder de abrangência igualmente globais. A estabilidade de alguns empregos e a influência conquistada pelos sindicatos eram dois entraves que precisavam ser modificados frente à nova lógica instaurada.

Todavia, não seria apenas a coerção e a disciplina os meios justificáveis para esse fim. Buscando uma leitura através de Poulantzas (1980), vemos que este discorre sobre o papel do Estado em coagir os corpos dos dominados socialmente, renovando-os, disciplinando-os e consumindo-os ao impor a violência estatal aos corpos. Ora, sabemos que o momento histórico das suas reflexões era outro, mas a violência era apreendida concretamente no sentido de o poder constituído ser exercido sobre corporeidades objetificadas, tanto simbólica, quanto psiquicamente.

Ao seu estilo sagaz, Sennett (2014) nos conduz ao que denominou de ética protestante dos tempos modernos, em que o narcisismo e seu caráter ascético ao ser cultivado mobilizam duplamente os sujeitos ao fechamento e indiferença. O sociólogo estadunidense apreende que o narcisismo suscitado não aproxima as pessoas, mas transpõe psicologicamente as estruturas de dominação da sociedade. Assim, foi criado o terreno fértil ao avanço da (auto)exploração, balizada pela (auto)disciplinadora razão neoliberal. Emerge o cultivo de uma ascese autorregulatória contínua, aliada a uma autoabsorção centrada no eu, levando ao sentimento de que nada pode existir fora do sujeito.

Resguardadas as diferenças entre os eventos revolucionários anteriores nos planos social e econômico, supomos que a eclosão de uma quarta *Revolução Industrial* ou dos seus desdobramentos, é a intensificação da *Revolução Informacional*. Schwab (2016) admite esse novo momento revolucionário-tecnológico vislumbrando-o pela interconexão entre novas áreas do conhecimento – inteligência artificial¹¹⁰ (IA), genética, nanotecnologia, novos materiais, energias renováveis, computação quântica, robótica, internet das coisas¹¹¹, impressão 3D, entre outras – em interação com as esferas físicas, digitais e biológicas, como seus aspectos distintivos em relação às precedentes. Embora todos esses avanços e conquistas sejam sedutores e factíveis, não perdermos de vista que

mesmo o capitalismo mais altamente organizado conserva a necessidade social de apropriação e distribuição privada do lucro como regulador da economia. Ou seja, continua a ligar a realização do interesse geral à dos

¹¹⁰ *Artificial Intelligence* (AI).

¹¹¹ *Internet of Things* (IoT).

interesses particulares. Ao fazê-lo, esse capitalismo continua a enfrentar o conflito entre o potencial crescente de pacificação da luta pela existência e a necessidade de intensificar essa luta; entre a progressiva “abolição do trabalho” e a necessidade de preservar o trabalho como a fonte do lucro. O conflito perpetua a existência desumana daqueles que formam a base humana da pirâmide social – os marginalizados e os pobres, os desempregados e os não-empregáveis, as raças perseguidas pela cor, os confinados nas prisões e manicômios (Marcuse, 2015, p. 84).

As prisões e os manicômios, instituições marcantes da sociedade disciplinar, tornaram-se ineficientes. O custo da vigilância aos moldes das teletelas da distopia *orwelliana* é muito elevado e contraproducente. O personagem Winston Smith, protagonista do romance *1984*, era cauteloso quando ia encontrar-se com Julia, sempre buscava o campo, um local mais afastado da cidade, a fim de fugir das teletelas, além de assegurar uma menor probabilidade dos microfones ocultos nessas áreas longínquas (Orwell, 2009). O Grande Irmão baseado no panóptico de Bentham foi paulatinamente se tornando anacrônico. A vigilância se transmutou numa (auto)vigilância, vigora a analogia do caramujo, todos nós transportamos nossas casas sobre os próprios corpos, o panóptico se personalizou (Bauman, 2013).

O narcisismo foi eleito à base da ética e ascese dos novos tempos, contribuindo ao estabelecimento de nova orientação. A analogia do caramujo anuncia a emergência do panóptico digital, impulsionador de amabilidade, de uma sensação de liberdade e sem coercitividade, posto que a exposição de si é fruto da vontade dos sujeitos, ou seja, “cada um é o panóptico de si mesmo” (Han, 2020, p. 58).

Entre os conflitos perpetuados e perpetrados à existência humana, além do desemprego estrutural, um contingente elevado de seres humanos é classificado como inferior na estratificação social; são pessoas concebidas como coisas/peças passíveis de reposição sob a premissa da nuvem tecnológica; são vidas e existências que não importam ao processo de acumulação de capital. Não obstante sua descartabilidade, o uso desses corpos é condição *sine que non* à manutenção dos privilégios de algumas classes, numa relação desproporcional entre aquelas que extraviam o tempo de um elevado contingente de pessoas que precisam submeter-se ao dito “*comer o pão que o diabo amassou*” para sobreviverem, enquanto os privilegiados têm assegurada sua reprodução no tempo (Souza, 2013).

Entretanto, apresentam-se num aspecto contraditório por serem socialmente necessários à manutenção da dominação social na sociedade administrada ubiquamente pelos algoritmos. A liberdade idealizada é um vislumbre, tal qual o efêmero momento em que Sísifo chega ao cume do morro. A irracionalidade é um efeito não causal, mas inerente a alguns efeitos da tecnologia e ciência, observado por Marcuse (2015), no contexto da *sociedade industrial*

avançada, e suas propriedades e forma de organização que almejam o domínio dos seres humanos e da natureza com maior efetividade não foram abandonadas. A irracionalidade comprova-se afeita à exclusão dos horizontes das possibilidades emancipatórias.

As novas dimensões para a realização humana nos panoramas da sociedade, civilizada, industrial e *smartificada*, são enganadoras. O adjetivo *smart* é uma direta correspondência ao digital, sua tradução significa inteligente ou esperto, portanto, *smartphone*, *smart home*, *smart working* e *smart city* são alguns dos vocábulos que passamos a assimilar sem esforço.

Concordamos com Morozov & Bria (2019) que a lógica *smart*, ao dispor de dados, sensores e algoritmos, engendra uma *metautilidade* mediadora de quaisquer serviços, a exemplo do transporte, saúde, educação etc., retirando as possibilidades do controle e gestão que não os oferecidos pelas plataformas digitais e sua racionalidade neoliberal incompatível com a satisfação das necessidades humanas básicas. Desse modo,

o preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu *em-si torna para-ele*. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 21).

O capital vinculado aos valores da razão instrumental e da modernidade não tem vínculos emancipatórios. Desconsiderar de qualquer análise essa caracterização sistêmica do capitalismo e sua objetividade, substituindo-a por visões idealistas em torno de um potencial libertador, mas ilusório do progresso técnico-científico, é exercício de retórica. Ao expor certo entusiasmo ao que denominou de sociedade informática no seio da *Revolução Informacional*, Schaff (1990) acreditava que haveria a materialização do grande ideal do humanismo.

Enfim, o homem universal seria concebido tanto pela formação *omnilateral*, que o distanciaria das estreitezas da especialização, quanto por ser liberto de encapsulamentos fundados numa identidade nacional, tornando-se um verdadeiro cidadão do mundo. A sociedade informática anunciada apresenta, na esteira do *capitalismo de plataforma e vigilância*, a irracionalidade que não permite a superação da unilateralidade, além de reforçar os discursos e práticas nacionalistas e exclusivistas.

Não compete detalharmos, mas a ideologia subjacente ao Estado-nação impele um contra-ataque ao ideal humanista que apregoa o cidadão do mundo. Ferozmente, os países

desenvolvidos demonstram através das suas práticas em relação aos corpos dos imigrantes¹¹², sobretudo aqueles oriundos da periferia do mundo, que são os corpos sobrantes nas pátrias buscadas como destino. Em outra visão correlata no que concerne ao otimismo, temos a admissão da sociedade contextualizada numa *quarta Revolução Industrial*, que é apreendida a partir da difusão das inovações tecnológicas em seu ritmo veloz e abrangente, conforme a inferência a seguir:

Os atuais disruptores – Airbnb, Uber, Alibaba e afins – que hoje já são nomes bem familiares, eram relativamente desconhecidos há poucos anos. O onipresente iPhone foi lançado em 2007. Mas, no final de 2015, já existiam cerca de 2 bilhões de *smartphones*. Em 2010, o Google anunciou seu primeiro carro totalmente autônomo (Schwab, 2016, p. 16).

Os disruptores¹¹³ impactaram os processos de sociabilidade, impondo a ubiquidade do tecnológico como necessária. É válido recordarmos mais uma vez que, na esfera produtiva, a tecnologia não promoveu a liberação do trabalho; logo, no aspecto privado não é diferente. Podemos inferir que a *smartificação* manifesta-se numa faceta do atual desenvolvimento tecnológico, aprofundando a interiorização da reificação nas subjetividades. É inegável que presenciamos uma maior imbricação entre as dimensões produtivas e improdutivas, entre os setores industrial e de serviços, entre atividades de trabalho físico e intelectual (Antunes, 1999).

Ainda que certas perspectivas vislumbrem apenas os aspectos positivos desse processo, suas generalizações ignoram a realidade dos países periféricos no tocante à exploração do trabalho vivo e produtivo. Desta forma, não podemos negligenciar que a crescente e contínua expansão do chamado trabalho digital em escala planetária não pode esquecer que o cobijado *smartphone* e congêneres exigem, na produção dos seus circuitos e placas, a extração de minério. Por essa razão, ainda que o setor de serviços crie uma aparência de predomínio do trabalho digital, o princípio da cadeia produtiva não prescinde da exploração dos trabalhadores nas minas, a qual é uma atividade de trabalho que não tem nada de leve ou virtual (Antunes, 2018).

O enaltecimento aos disruptores na *sociedade tecnológica avançada* apenas ratifica que “o capitalismo é um sistema de dominação abstrata e impessoal. Em relação a formas sociais

¹¹² Na África, América Latina e Oriente Médio muitos países passam por crises humanitárias, a alternativa se manifesta num fluxo migratório de um enorme contingente de pessoas em busca de asilo nos países desenvolvidos. Recentemente, a retirada das tropas dos EUA do Afeganistão após mais de 20 anos de ocupação fracassada, sob a promessa de instaurar a democracia, é o exemplo tácito dessa condição.

¹¹³ O termo *disrupção* (*disruption*) refere-se aos impactos causados por uma inovação tecnológica, com amplitude nas esferas social, cultural e econômica. Dir-nos-á Morozov (2018) que, apesar de ser uma palavra que compõe a narrativa das *elites digitais*, sempre evocada como algo inevitável e positivo, nem tudo é o que aparenta.

anteriores, as pessoas parecem independentes; mas, na verdade, são sujeitas a um sistema de dominação social que não parece social, e sim ‘objetivo’” (Postone, 2014, p. 149).

Noutra perspectiva, passível de diálogo, Sennett (2012) percebeu que a ampliação da capacidade tecnológica iria impactar como uma impossibilidade de incluir socialmente as massas, em suma, as pessoas mais vulneráveis. As relações sociais subsumidas à lógica monetária convertem as pessoas em objetos, exacerbando o caráter do alheamento e da coisificação (Fromm, 1972).

Quais as estratégias que as plataformas digitais usam para fisgar seus parceiros/trabalhadores? A necessidade e a falta de postos de trabalho pautam o sucesso dessas empresas do *novo capitalismo*. Mas há também o apelo comunicacional e publicitário, a exemplo do *slogan* exposto na interface do aplicativo do *Ifood* para entregadores: “*controle seu tempo e aumente sua renda*” e “*fique disponível para entregar quando você decidir*”¹¹⁴.

Sem dúvida, os Coriolanos e Albertinas são fisgados facilmente. Inequivocamente, a promessa é tentadora num quadro de desemprego estrutural. Ser o senhor do seu tempo e não ter patrão se assemelha a um oásis no meio do deserto. Mas o empreendedorismo é de subsistência, e a liberdade, um simulacro. Os que precisam submeter-se ao exercício desse tipo de trabalho precário não controlam o seu tempo de trabalho nem estão numa posição de decidir quando trabalhar. Não podemos perder de vista que

a questão que se coloca sobre se a tecnologia é ou não neutra, é agora fácil de ser respondida dentro deste limitado quadro de referência. Considere a tecnologia de produção (responsável pelas transformações materiais). Ela é claramente não-neutra num certo sentido, uma vez que foi escolhida ou projetada pelo capital tendo em vista os interesses da valorização [...] O importante é projetar sistemas de informação e de disciplina e a forma pela qual o trabalhador é colocado em relação com a maquinaria, que tenham em mira alcançar outros objetivos (diferentes definições do posto de trabalho, diferentes divisões e rotações de tarefa, diferentes sistemas de poder/política na direção, em vez da valorização) (Brighton Labour Process Group, 1991, p. 28).

Embora a análise tenha incidido sobre o âmbito da produção, é perceptível que hoje sua abrangência se imbrigue ao setor de serviços e à economia informal. Seu crescimento é sensível, e em termos da aplicação tecnológica reforça que sua essência é incutir uma ideia do corpo-

¹¹⁴ O aplicativo para entregadores da plataforma digital *iFood* é acessado por meio dos serviços de distribuição de digital de aplicativos – nas *stores* virtuais – de acordo com os sistemas operacionais *Android*, *iOS*, *Windows Phone* etc., e conforme o fabricante do aparelho (telefone celular tipo *smartphone*). Efetuamos o *download* do aplicativo de entregador da mencionada plataforma digital para acessarmos os *termos e condições de uso* do aplicativo, com o fito de compreendermos suas diretrizes.

empreendimento, por meio da rotinização das tarefas com uso dos processos de *gamification* (gamificação) do trabalho.

Ao nosso olhar, a gamificação empregada como estratégia mobilizadora para fins educacionais e laborais é uma das formas de extensão da dominação social numa *sociedade tecnológica avançada*, administrada pelo algoritmo. Num sentido geral, ela diz respeito à busca do engajamento dos sujeitos para o desenvolvimento de tarefas tomando por base os aspectos motivacionais a partir da dinâmica atrativa dos jogos (Busarello, 2016).

Obter o comprometimento de pessoas que padecem com o desemprego estrutural e o desalento é, no caso das plataformas digitais, a base para consignar a dedicação dos entregadores ao cumprimento das entregas. E justamente “essa dedicação, por sua vez, é traduzida nas soluções do sistema, influenciando o processo de imersão de um indivíduo em um ambiente lúdico e divertido” (Busarello, 2016, p. 14).



Figura 4 – Empreendedor de subsistência.

Fonte: VITOR TEIXEIRA. “Autônomos. Aracaju. 29 de abr. 2019. Instagram: @vitorcartum

Para quem precisa trabalhar a fim de satisfazer as necessidades básicas, realizar entregas sob uma coerção digital pode ser tudo, menos lúdico. Temos uma das facetas que nos põe diante do poder invisível, mas real das plataformas digitais que se isentam de responsabilidades perante a legislação trabalhista e à manutenção da garantia de direitos sociais,

apresentando-se como uma empresa de tecnologia, atribuindo aos entregadores um *status* de clientes e não de empregados. Distanciando-nos de quaisquer romantizações, compreendemos que “a gamificação do trabalho explora o *homo ludens*, que se submete às relações de dominação *enquanto joga*” (Han, 2020, p. 70).

Prevalece sob a gamificação a máxima individualista da iniciativa e capacidade empreendedora individual, nas quais cada um se autogerencia (Sennett, 2012). Pairam muitas dúvidas acerca do autogerenciamento do trabalhador informal, precário e autônomo, uma vez que certamente “a autocoerção é muito mais fatal do que a coerção alheia, pois não é possível haver nenhuma resistência contra ela (Han, 2017, p. 24). Os termos marcuseanos anteciparam esse quadro e são bem elucidativos para refletirmos sobre o contexto atual. Segundo o filósofo,

agora, a cada vez mais completa mecanização do trabalho no capitalismo avançado, enquanto sustenta a exploração, modifica a atitude e o status do explorado. Dentro do conjunto tecnológico, o trabalho mecanizado, no qual as reações automáticas e semiautomáticas preenchem a maior parte (se não o todo) do tempo de trabalho, permanece, como uma ocupação para toda a vida, uma escravidão exaustiva, imbecilizante e desumana – sempre mais exaustiva por conta do aumento da velocidade do trabalho, controle sobre os operadores de máquinas (em vez do produto), e isolamento dos trabalhadores uns dos outros (Marcuse, 2015, p. 60).

A *datificação* do trabalho e o tempo de vida imerso na realização de tarefas por meio da onipresença algorítmica promovem o chamado efeito tornozela eletrônica (Morozov, 2018). Os dados se tornaram uma matéria-prima muito almejada pelo *capitalismo de plataforma e vigilância*, tanto para extração quanto para uso. No entanto, lembremos que são insumos extraídos dos usuários, e apesar de imateriais, passam por um tratamento de refinação, de acordo com os interesses aspirados (Snickerk, 2018).

Os corpos que dispõem sua força de trabalho para as atividades precárias mediadas por tecnologias digitais experienciam uma nova forma de controle do trabalho em constante pressão. A fim de que a atividade seja realizada em menor tempo, o ritmo é ditado pelas combinações algorítmicas sem qualquer domínio dos que atuam sob a plataforma do trabalho, executando longas jornadas, fragilizando os laços de solidariedade, uma vez que a impessoalidade, o anonimato e o caráter competitivo individualista em busca de uma alta reputação dificultam a percepção a qualquer pertencimento de classe.

Eis que “para tentar ‘amenizar’ esse flagelo, propaga-se em todo canto um novo subterfúgio: o ‘empreendedorismo’, no qual todas as esperanças são apostadas e cujo desfecho

nunca se sabe qual será” (Antunes, 2018, p. 38). Esses trabalhadores informais são produtores de dados, e não é difícil imaginar a quais finalidades servirão os dados por eles produzidos.

Tudo isso em meio à falta de transparência, todos os dados dos entregadores tornam-se propriedade das plataformas digitais, mas eles não sabem como ocorrem a determinação e os critérios das suas entregas. A realidade concreta dessa categoria de trabalhador precarizado confirma mais uma vez que “as liberdades e gratificações existentes estão vinculadas aos requisitos de dominação; elas próprias se convertem em instrumento de repressão” (Marcuse, 1999, p. 93).

O instigante documentário *GIG: a uberização do trabalho*¹¹⁵ expõe as denominações dessa nova forma de organização do trabalho no setor de serviços, a saber, *Gig economy* ou economia dos bicos¹¹⁶. O fazedor, o cumpridor de tarefas ou, simplesmente, *uberização* são designações distintas, mas indicativas da precarização do trabalho que, certamente, apesar da *gamification* com o fito de motivar e obter o engajamento do trabalhador, não transcende o flagelo do trabalho no capitalismo.

Um olhar relevante sobre a questão é exposto por Abílio (2021a), transcendendo o mero sentido de viver de bicos que caracteriza a informalidade do trabalho. Assim, a autora, parte do termo *viração* para apreender os movimentos e estratégias das pessoas, a exemplo dos entregadores ciclistas de aplicativos, que se autoadministram buscando sobreviver sem qualquer garantia, sendo levados a abraçar, no caso das plataformas digitais de entregas, o serviço disponibilizado, como uma oportunidade que assegura a reprodução desses trabalhadores e seus corpos periféricos.

Em face da estrutura social posta, os trabalhadores protagonizam papéis e não são meras marionetes conduzidas pela torrente do processo. Ser um trabalhador designa os sujeitos históricos, entretanto, cabe situá-los no bojo das transformações sociais, pois o proletariado clássico de outrora não corresponde mais à polissemia dos membros da classe trabalhadora atualmente. Por classe trabalhadora, partimos do seu dinamismo em continuidade e descontinuidade. Isso quer dizer que é no processo de vida real dos sujeitos históricos que a classe é definida (Thompson, 1987).

¹¹⁵ Ficha técnica: direção de Carlos Juliano Barros, Caue Angeli e Maurício Monteiro Filho. 60 min. Produzido em 2019. Brasil.

¹¹⁶ Fazer bicos é uma constante para os trabalhadores brasileiros. Até os formais complementam suas rendas aos fins de semana ou folgas fazendo bicos.

A terminologia *classe-que-vive-do-trabalho* envolve, conforme nosso entendimento, esse (re)fazer-se da nova morfologia do trabalho e de uma noção ampliada de classe trabalhadora por considerar que

um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar, portanto, a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, na agricultura e nos serviços, seja nas interconexões existente entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais, na indústria de serviços etc. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, o conceito ampliado de classe trabalhadora, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas (Antunes, 2018, p. 31).

No longa-metragem *Você não estava aqui (Sorry me missed you)*¹¹⁷, há uma exposição que retrata o desamparo de uma família inglesa, localizada no que por aqui chamamos de classe média “baixa”. O retrato é o declínio e a afronta à dignidade, quando o pai de família, um integrante da *classe-que-vive-do-trabalho*, o qual experienciou os últimos suspiros da sua alocação no emprego formal, em face da escassez deste, encontra como alternativa uma colocação de motorista que entrega encomendas numa empresa que define a distribuição das tarefas com base na plataformização. O diálogo entre Rick, o pai desempregado, e Maloney, o gerente da franquia, é emblemático sob o ponto de vista do último ao informar as vantagens do novo emprego. Acompanhemos um trecho da conversa:

Vamos só esclarecer algumas coisas para começar. Aqui, você não é contratado, você embarca. Gostamos de dizer ‘embarcar’. Não trabalha para nós, trabalha conosco. Não dirige para nós, presta serviços. Não temos contratos de emprego. Não há metas a cumprir. Você alcança o Padrão de Entrega. Não há salário, há honorários. Ficou claro? Sim. Claro? Sim, está tudo certo. Você não bate ponto, fica à disposição. Se assinar conosco será um motorista franqueado. Senhor do seu destino, Ricky. Isso separa os perdedores dos guerreiros. (Você não estava aqui, 2019, 01:44 min).

A menção ao mencionado filme não foi fortuita. Estamos trazendo uma representação baseada num país do Norte que passou pelo ápice da denominada *Era do Ouro*. A precarização do trabalho é um fenômeno global, mas os seus impactos, conforme o nível de desenvolvimento

¹¹⁷ Filme do cineasta britânico Ken Loach, conhecido pelo seu olhar aguçado e crítico sobre as questões trabalhistas e sociais e o esfacelamento das políticas do Estado de bem-estar social no continente europeu, a partir da situação no Reino Unido. Ficha técnica: direção de Ken Loach. 100 min. Produzido em 2020. Bélgica, França e Reino Unido.

dos países, especialmente nos que historicamente negligenciam as políticas sociais e os direitos trabalhistas – não estamos tomando essa questão por causalidade –, são ainda mais degradantes. Além disso, visualiza-se o desmonte do aparato jurídico protetivo do trabalho e a precariedade da vida em todas as suas dimensões, num país em que parte considerável da população experienciou algumas conquistas das políticas do trabalhismo.

Numa outra cena, ao conversar sobre a possibilidade de aderir a um financiamento para comprar o veículo (tipo van), sua esposa, Abby, argumenta no sentido de fazê-lo declinar dos seus planos de vender o único veículo da família utilizado por ela para o deslocamento das suas atividades.

Empolgadamente ele planejava que com o serviço de entregas ganharia € 1.200 semanais, o que lhe garantiria uma suposta tranquilidade para pagar o financiamento mensal de aproximados € 400, em vez de locar um veículo diariamente por € 65 junto à empresa. Sobre o preço dessa aquisição, sua companheira contra-argumentou: “é, mas seriam 14 horas por dia, seis dias por semana. Eu nunca o veria. Não nos veríamos mais” (Você não estava aqui, 2020, 05:36 min).

A imersão à precarização do trabalho e à precariedade da vida plasma o ideal de liberdade da *sociedade tecnológica avançada*. O enfrentamento ao desemprego estrutural encontrou uma saída milagrosa: todos são empreendedores, basta querer. Para contrapor-se à debilitação do outrora padronizado sistema de emprego pleno, era preciso alterar e substituir as bases do direito trabalhista, do local e jornada de trabalho, em desconformidade com novo padrão baseado na flexibilidade (Becker, 2011).

A ideologia neoliberal e a monetização de tudo impactam sobre a subjetividade (psiquê) e a objetividade (corpo) de centenas de milhares de pessoas – *multidão*¹¹⁸ – que foram alijadas do trabalho formal ou dos que dificilmente irão experienciar essa forma de empregabilidade. Concordamos com Alves (2013, p. 196) acerca de a condição humana e a existencial encontrarem-se subsumidas a uma *condição de proletariedade*, baseada num conjunto de atributos histórico-existenciais, a saber: “subalternidade, acaso e contingência, insegurança e descontrole existencial, incomunicabilidade, corrosão de caráter, deriva pessoal e sofrimento”.

A expressão “nivelar por baixo” encontra, no trabalho mediado por tecnologias digitais realizado pelos entregadores ciclistas de aplicativos, o sentido rigoroso da *condição de proletariedade*. Portanto,

¹¹⁸ Distanciando-nos do conservadorismo de Le Bon, a menção ao conceito de multidão segue o fio condutor de Alves (2013), no sentido do sujeito histórico, que potencialmente a partir da organização e da resistência no bojo da luta de classes, poderá transcender de uma classe *em-si* a uma classe *para si*.

é certo que uma parcela de ‘novos trabalhos’ será criada entre aqueles com mais ‘aptidões’, mais ‘inteligência’, mais ‘capacitações’ (para recordar o ideário empresarial), amplificando o caráter de segregação societal existente. Contudo, é impossível não deixar de alertar, com todas as letras, que as precarizações, as ‘subutilizações’, o subemprego e o desemprego tenderão a aumentar celeremente (Antunes, 2020, p. 15).

Recordamos que antes de Giddens (1991), Marx (2002) se referiu ao termo *Carro de Jagrená*, no Livro I de sua obra *O Capital*, acerca das discussões travadas no plano jurídico sobre o estabelecimento da legislação que definiria a idade e o limite de apenas oito horas de jornada para a exploração do trabalho infantil nas indústrias têxteis britânicas no século XIX, num olhar acerca da trajetória errática da modernidade que produziu catástrofes.

Sob o ponto de vista do sociólogo britânico, a modernidade é conduzida pelos seres humanos (ação), mas sempre na iminência da perda do controle, ou seja, a prerrogativa da contingência. O olhar de Marx, por sua vez, demonstra-nos que de forma análoga ao veículo da divindade hindu, o controle nunca existiu ou foi a finalidade.

Quando corpos masculinos, femininos e infantis foram consumidos, ou melhor, moídos como apêndices da nascente industrialização, sob o aspecto de racionalidade aplicada à produção, a falta de controle tornou-se a norma desde então. Na ocasião, discutia-se o uso de corpos infantis sem qualquer pudor.

Não é de se estranhar, como aponta Löwi (2000), que *a posteriori a barbárie civilizada* do genocídio judeu impetrada pelo nazismo e o lançamento/teste das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki tenham ocorrido sob a chancela do progresso e em nome da civilização, portanto, uma legitimação da barbárie.

O capitalismo do tempo de Marx e a sociedade que serviu como contexto de desenvolvimento das reflexões dos pensadores que compuseram a *Escola de Frankfurt* não são idênticos entre si, muito menos quanto à manifestação fenomênica contemporânea, mas prevalece hoje o sufocamento de *Eros*. Embora a configuração seja distinta, os níveis de desenvolvimento díspares entre países e regiões do globo confirmam a persistência de uma inerente patologia social da racionalidade moderna. À vista disso,

o poder social hoje é mais do que nunca mediado pelo poder sobre as coisas. Quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltaram os traços individuais genuínos, e mais a sua mente se transformará num autômato da razão formalizada (Horkheimer, 2002, p. 134-135).

A culminância desse processo de coisificação encontra nos sujeitos monetários – expressão cunhada por Kurz (1993, 1997) – uma conceituação precisa, que se agrava quando é acrescido o adjunto adnominal sem dinheiro. Aqui o autor atribui essa condição de *sujeitos monetários sem dinheiro* às massas supérfluas de seres humanos em todo o globo que não são mais rentáveis ao capital, mas que precisam de dinheiro para sobreviver. Essas são as condições dos *desvalidos* circunscritos na *era digital-informacional*.

O *capitalismo de plataforma* é marcado por um momento de avanços tecnológicos e material sem precedentes, mas sem quaisquer fins emancipatórios. Se trouxermos algumas palavras¹¹⁹ ao contexto vigente, Horkheimer (2002) explícita uma importante leitura sobre o declínio do indivíduo na *sociedade tecnológica avançada*, em que a responsabilidade não pode ser imputada à tecnologia, tampouco à autopreservação, e muito menos reduzir o problema à produção. Portanto, analogamente e consoante o seu pensamento, um dos fatores que ocasionaram essa decadência na *sociedade industrial avançada* manifesta-se contemporaneamente com as devidas adequações e ocorre em virtude da influência das inter-relações sociais estabelecidas, que têm por parâmetro a plataformização do trabalho e do neoliberalismo. O indivíduo está subordinado à mercantilização da sua subjetividade.

Os trabalhadores haviam obtido vitórias importantes por meio da organização sindical em outros tempos, conquistando direitos e até algum padrão social. Ser um sujeito integrante da classe trabalhadora já foi um certo motivo de orgulho, um sentimento de pertencimento. Convém lançar uma reflexão de Kurz (1997) em forma de indagações: Há perspectiva de realização da emancipação social diante do preenchimento do espaço social por uma mescla de Estado e mercado? Quando haverá concretamente um ser humano autodeterminado produzindo uma existência autônoma?

O próprio autor encontra uma explicação ao afirmar que nos encontramos diante de uma encruzilhada, de um momento irônico. Tendo em vista a patente incapacidade de apreensão da vida em sua totalidade pelo Estado e mercado, os seus desideratos são comprometidos até a medula com a *valorização do valor*; são destituídos de finalidades sociais e emancipatórias (Kurz, 1997).

A atividade dos entregadores ciclistas de aplicativo está destituída dos traços de comunidade. Embora esses entregadores não sejam trabalhadores produtivos na acepção e referência marxiana, contribuem para a esfera dos bens de consumo e serviços, pois as

¹¹⁹ Substituímos industrialismo por plataformização do trabalho e neoliberalismo.

plataformas digitais assumem o perfil do que Kurz (1997) denominou de empresas incorporadoras, cujo interesse é obter ao menos o lucro dos outros investimentos.

A *Uber*, situada no Vale do Silício, possui alguns dos ativos mais valiosos, ou seja, os dados dos seus milhões de usuários, por essa razão, o financiamento do seu capital de risco é assegurado pelo banco de investimentos *Goldman Sachs* (Morozov, 2018). Essa preponderância dos dados como ativos cobiçados, segundo o matemático belga Paul-Olivier Delaey¹²⁰, entrevistado pela RFI Brasil, refere-se a possibilidade da programação dos algoritmos na caracterização dos perfis e inclinações das pessoas, ao que se denomina *need for affection*¹²¹, a capacidade de prever e selecionar as pessoas que são facilmente influenciáveis através de um apelo emotivo, destituído ou com escassa reflexão¹²².

No periférico Brasil frente ao capital globalizado e ao enfrentamento de uma pandemia, os entregadores de aplicativos – *motoboys* e ciclistas – são os seres humanos de segunda e terceira categorias, compulsoriamente lançados na linha de frente; afinal, eles podem computar como números e estatística, desde que a rentabilidade dos investidores e o consumo de mercadorias estejam assegurados. O *need for affection* para quem precisar sobreviver, requer pouca reflexão, não há emoção mais forte do que a necessidade de subsistência.

As novas empresas de tecnologia, conhecidas por *startups*, captaram o que Bourdieu (1998) constatou como a sacralização do poder do mercado, e as regulamentações que outrora asseguravam direitos aos trabalhadores foram destroçadas em nome da liberdade econômica. Encontramos correspondência dos *Contrafogos* bourdieusianos com a profícua análise diagnóstica a seguir, que também visualiza o domínio do econômico e das diretrizes do mercado à sociabilidade, uma vez que

a vida humana como um todo, o conjunto dos compromissos sociais, o restante da cultura e até mesmo os interesses da burocracia estatal devem subordinar-se à ‘produção de rendas atraentes para os acionistas’ e, caso necessário, ser imolados nesse altar. A humanidade, a par de seu ambiente natural, é mantida como refém dos grandes acionistas privados e institucionais (Kurz, 1997, p. 217).

A consequência desse reordenamento nos princípios de acumulação do capital sob o domínio da especulação e do mercado é a chamada crise do trabalho abstrato, porque é essa a

¹²⁰ Fundador da empresa PersonalDataIo. Idem.

¹²¹ Significa, necessidade de sentir emocionalmente essa decisão antes de tomá-la. Trata-se de uma das noções empregadas nos perfis dos influenciadores nas redes sociais. Fonte: <http://br.rfi.fr/ciencias/20181030-como-sao-construidos-os-algoritmos-usados-para-manipular-eleitores> Consulta em 28 de setembro de 2019.

¹²² O que essas pessoas compartilham ou curtem, em termos de conteúdo político ou de consumo, reverbera ao ponto de encorajá-las a acreditar na mensagem ou estimulá-las ao consumo quase irrefletido.

forma vigente no capitalismo, reduzida a mero dispêndio de energia e vida, daqueles que possuem a mercadoria peculiar, força de trabalho. Os seus efeitos ecoam globalmente, e embora existam aspectos *sui generis* entre as regiões e os eixos do mundo, suas repercussões não deixam dúvida de que se trata de um delineamento característico dos grandes centros urbanos, constituindo e ampliando uma subclasse, seja de indivíduos seja de famílias inteiras, que preservam em comum o fato de estarem desempregados, sazonal ou perenemente (Ianni, 2004).

Essa subclasse também compõe o contingente, no caso brasileiro, dos que estão inclusos na denominada *ralé estrutural*, o sentido não é pejorativo, mas pretende evocar o desprezo, o abandono e o esquecimento aos quais são submetidos pelo poder político e pela sociedade os membros de uma classe social, reproduzindo-se e existindo por gerações (Souza, 2018a).

Confirma-se o sentido atribuído por Bourdieu (1998) sobre uma prevalência da condenação à precariedade. Ao se submeterem por necessidade a essa modalidade de ocupação destituída de quaisquer princípios de segurança e amparo, os seus corpos alçados ao empreendimento revelam o desencanto de si. Os resultados dessa desvalorização combinam extenuações física, moral, social e cognitiva, as quais, aliadas à conhecida exploração coercitiva e objetiva de fases anteriores do capitalismo, agora se agregam a uma (*auto*)exploração implícita e subjetiva geradora de elevados níveis de ansiedade, insatisfação e pressão por desempenho. A precariedade da vida é um projeto da ordem neoliberal destinado aos corpos da *ralé*.

O discurso do empreendedorismo coaduna com os pressupostos da ofensiva neoliberal sob a égide do *novo capitalismo*, uma vez que o sujeito neoliberal assume todos os riscos e responsabilidades de si e por si. Por um lado, Beck (2019) acertadamente distribui os riscos da modernização numa escala globalizada, em que a possibilidade de catástrofe afeta a humanidade como um todo, por outro, uma suposta uniformidade dos riscos individuais não abrange linearmente as pessoas, mas as diferenciam a partir da sua situação de classe.

A esse respeito sabemos que o lugar de classe impõe uma maior exposição a certos riscos¹²³, agora concebidos como uma glorificação do sofrimento para o alcance das dádivas almeçadas pelos *neossujeitos*. A interface das plataformas digitais destinadas aos entregadores

¹²³ Muitos filmes de ficção científica focalizam-se nos cataclismos. Eles não deixam de representar as diferenças da situação de classe. Recentemente algumas viagens espaciais idealizadas por bilionários, a fim de voarem no espaço por alguns minutos, atestam que os riscos globais, embora parem sobre a humanidade, não atingem a todos da mesma maneira. Seria a colonização do espaço o rumo seguinte do imperialismo? “Bilionário Richard Branson viaja ao espaço em foguete da Virgin Galactic”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/ao-vivo/bilionario-richard-branson-viaja-ao-espaco-em-foguete-da-virgin-galactic.ghtml>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

é elucidativa a esse respeito. É sedutor, num momento de desalento e baixas expectativas de empregabilidade, estimular o ideal de que é possível “*se tornar chefe de si*”¹²⁴.

Entretanto, introjetar uma autossuficiência não significa alcançar o sucesso prometido, vide a incerteza diante do exercício de uma atividade de trabalho que sequer fornece a esses trabalhadores a garantia de rendimentos mínimos para sua subsistência, por mais que se dediquem, sejam eficientes e obtenham uma avaliação positiva (*likes*¹²⁵) dos clientes/consumidores¹²⁶, além dos riscos de acidentes no trânsito e da exposição a furtos e roubos, sem usufruírem de qualquer direito trabalhista.

Há nas vias urbanas uma espécie de hierarquização do poder, de acordo com o tipo e o tamanho do veículo. Nessa selva de pedra, asfalto e concreto, os entregadores ciclistas de aplicativos e seus veículos leves de tração física são os mais expostos aos riscos de acidentes no trânsito, de uma forma desigual em relação aos demais condutores de veículos automotivos (motocicletas, carros, ônibus e caminhões).

Acerca dos direitos dos entregadores de aplicativos, precisamos fazer uma digressão para não perdermos de vista que em 1º de dezembro de 2021 foi aprovado com vetos o Projeto de Lei nº 1665/20¹²⁷, que previa algumas medidas de proteção social e de saúde aos entregadores de aplicativos enquanto a pandemia fosse considerada um caso de emergência. A medida consistiria no pagamento de um seguro contratado pela empresa de tecnologia, por um período de 15 dias, caso o entregador contraísse a covid-19. Foi um avanço, contudo tímido, uma vez que sua previsão era temporária. Além disso, a morosidade entre sua tramitação e sua aprovação encontrava um momento de transição na retomada das rotinas.

Acompanhando mais uma vez Beck (2011), podemos inferir que os efeitos irracionais provocados às pessoas são desprezíveis, desde que o retorno financeiro dos grandes investidores esteja assegurado, ao preço da fluidez entre as fronteiras do trabalho e do lazer, pela difusão de uma gama de atividades informais e flexíveis. Eis uma das razões pelas quais não estão *pari passu* as conquistas provenientes do desenvolvimento técnico-científico e um desenvolvimento da plenitude humana assentado numa vida decente.

¹²⁴ Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/>> Acesso em: 20 de julho de 2020.

¹²⁵ Termo em inglês que corresponde a curtir; e na cultura das redes sociais significa manifestar-se positivamente sobre os conteúdos postados nas redes sociais.

¹²⁶ A reputação ou boa avaliação demonstra um traço de vigilância marcante subjacente aos famosos aplicativos. No caso dos que trabalham com a sua mediação, as baixas taxas de remuneração oferecidas pelas empresas de tecnologia podem ser compensadas por meio das gorjetas voluntárias dos clientes.

¹²⁷ O autor do projeto foi o deputado federal Ivan Valente (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL/SP). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/833785-camara-aprova-medidas-de-protecao-a-entregadores-de-aplicativo-durante-pandemia/>> Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

Podemos afirmar a partir de Arendt (2015), que o *empreendedor de subsistência* contemporâneo, tal qual o *homo faber*, resguarda por meio da sua (auto)disciplina e (auto)exploração uma justificativa para apreender o esforço individual como um bálsamo para o sofrimento, que, em sua utilidade imediata, é glorificado.

Contudo, dispor do uso do seu corpo em suas integridades psíquica e física, expondo-o ao sofrimento, tem por medida a felicidade, “[...] isto é, a quantidade de dor e de prazer experimentada na produção ou no consumo das coisas” (Arendt, 2015, p. 383). O sujeito de desempenho em formação, portanto, é um fracionamento do sujeito benthamiano, pois não deixa de efetuar o cálculo entre o prazer e a dor. Não esqueçamos que

o eu-capital é serial justamente ao querer fazer de si um ser melhor que todos os outros eus, ao produzir-se a partir da coação muda do mercado do trabalho desregulado e competitivo, por meio de uma consciência de si inteiramente individualizada como empresa em relação de concorrência com os demais (Castro, 2020, p. 337).

Os sujeitos de desempenho têm nos entregadores ciclistas de aplicativos a personificação de peculiares corpos compartilhados, o patrimônio e o capital de que dispõem para lançar ao empreendimento. Nesse jogo disputado numa arena social, a reformulação das regras retirou direitos sociais e trabalhistas, e os corpos sobrantes são concebidos como empreendedores de si, sob a prevalência de uma subjetividade concorrencial, não medindo esforços para assegurar a satisfação dos desejos da consciência de si individualizada e individualista, ao preço do sofrimento glorificado. À maneira das diferenciações sociais postas desde a antiguidade e consideradas as devidas proporções, na contemporaneidade o exercício de uma *vita activa* não é contemplado a esses sujeitos.

Há muito tempo a *Doutrina de Buda*¹²⁸ já asseverava: Viver equivale a sofrer, e as paixões são a fonte do sofrimento¹²⁹. No esteio da modernidade, Schopenhauer (2005), ao dialogar com o pensamento¹³⁰ oriental, também concebeu a vida como sofrimento, pois, ao desejarmos o que não temos, tendemos a percorrer uma senda de sofrimento incessante, em que a satisfação do desejo não implica o cessar do sofrer; ao contrário, quando algum desejo é

¹²⁸ A doutrina budista preconiza o despertar da consciência através do alcance da iluminação. Portanto, um dos sentidos atribuídos à palavra Buda, é aquele que despertou, o desperto.

¹²⁹ BUKKYŌ DENDŌ KYŌKAI. **A doutrina de buda**. 4ª ed. revisada. Tokyo, 1998.

¹³⁰ Não cabe aprofundar essa discussão, apesar da sua relevância. A filosofia como uma forma sistemática do pensar, embora desconsidere em seu etnocentrismo as formas sistemáticas do “amor à sabedoria”, manifestadas por pensadores orientais. O Budismo em sua doutrina da espiritualidade, possui princípios filosóficos. Outro exemplo seria Confúcio, os seus preceitos de justiça, moralidade para um agir correto são filosóficos. Isso sem falarmos de civilizações africanas, em que o Kemet, antes da colonização grega é um caso emblemático.

satisfeito, cessa a nossa paz, visto que a consequência é a manifestação do tédio, numa torrente de produção de novos desejos impulsionados por uma vontade insaciável em não nos entediarmos. A iluminação ou despertar sob a razão neoliberal e os seus peculiares sujeitos não consistem em extirpar o sofrimento.

Podemos dizer que essa nova ascese alimenta justamente o desiderato de um eu adaptável, submisso e flexível, além de pouco capaz de reconhecer-se nos seus pares, o que fragiliza os interesses coletivos e de classe em detrimento das aspirações individuais. Sennett (2014, p. 484), ao tratar da derrocada da cultura pública, o faz com acurada propriedade no que denominou de *tiranía da intimidade*, que longe do coagir brutalmente, emprega meios e formas sutis e sedutoras, em que “uma instituição pode dominar como uma fonte única de autoridade; uma crença pode servir como padrão único para enfrentar a realidade”. A fé e a introjeção do empreendedorismo de si vêm se constituído no padrão para confrontar o real na sociedade contemporânea.

2.3 – Corpos compartilhados: tecnologias digitais, neoliberalismo e mercado

A mundialização do capital constituiu-se num momento peculiar da internacionalização e valorização do capital, caracterizado também pela confluência de dois movimentos diferentes, mas relacionados, a saber: o primeiro fator corresponde ao mais longo período de acumulação de capital iniciado em 1914, e o segundo, à implementação das políticas liberalizantes de Thatcher (Reino Unido) e Reagan (EUA), na década de 1980 (Chesnais, 1996). Essas políticas consumaram-se em privatizações, desregulamentações e retirada de direitos sociais e trabalhistas.

Reiteramos que o capital está vinculado aos valores da modernidade, logo, capital e modernidade são balizados pela peculiar racionalidade que lhe subjaz, desde a fase inicial da industrialização, não obstante ser constatada uma crise da modernidade, que na atual configuração do capitalismo financeiro levou a muitos prognósticos que atestavam uma fase pós-moderna, haja vista a efemeridade e velocidade das mudanças na ordem social.

O *mundo desencantado* é um mundo dessacralizado, onde a dominação social se autojustifica racionalmente como promotora do progresso sem pesar as consequências humanas e sociais. Sob essas circunstâncias, o *desencantamento* de si integra a subjetividade do sujeito neoliberal. O liberalismo, ou melhor, a sua versão neoliberal, conseguiu retirar algumas amarras, e desde então entrou num acelerado ritmo de acumulação e expansão econômica,

inaugurando uma era de exploração ilimitada de recursos naturais e humanos em qualquer parte do planeta (Chesnais, 1996).

Se pensarmos frente ao nível de desenvolvimento material e tecnológico acumulado historicamente, e como esse desenvolvimento apresenta-se na denominada *sociedade tecnológica avançada*, mais uma vez se fragiliza o argumento de que adentraríamos um período de prevalência do tempo livre. Ao contrário, a tônica é a submissão da vida social ao tempo abstrato, que empobrece e precariza a experiência social, tanto objetiva quanto subjetivamente. Ou seja, “o tempo abstrato é uma variável independente, que constitui um quadro independente dentro do qual ocorrem movimentos, eventos e ações. Esse tempo é dividido em unidades iguais, constantes e não qualitativas” (Postone, 2014, p. 234-235).

Se em alguns ramos produtivos a força de trabalho tornou-se supérflua, as pessoas que foram alijadas desse espaço são assimiladas ao trabalho com mediação digital, motivo pelo qual faz sentido debatermos acerca dos *infoproletários* como uma tipificação daqueles trabalhadores que integram o proletariado de serviços e utilizam uma interface tecnológica informacional (Antunes, 2009).

O conceito aludido dialoga com a noção dos *cibertariados*, designando os trabalhadores precarizados que lidam com tecnologias digitais e ferramentas virtuais na realidade concreta (Huws, 2017). O *modus operandi* das novas formas de exploração do trabalho elaboradas distintamente no plano teórico-conceitual complementa-se na concretude e pode ser descrito parcialmente assim,

para as pessoas que estão na nuvem, as principais vantagens residem na liberdade (de trabalhar ou não) e na mobilidade incomparável que desfrutam por fazerem parte de uma rede virtual mundial. Alguns trabalhadores autônomos veem isso como a combinação ideal entre muita liberdade, menos estresse e maior satisfação no trabalho. Embora a nuvem humana ainda esteja em seu início, já há bastante evidência episódica indiciando que ela implica uma terceirização internacional (silenciosa porque as plataformas de nuvem humana não estão listadas nem precisam divulgar seus dados) (Schwab, 2016, p.54).

Entretanto, falta à descrição acima uma clareza quanto ao entendimento de liberdade dos trabalhadores alocados na nuvem, reduzidos ou elevados a uma massa humana, conforme o olhar. A dominação exercida sobre os seus corpos-emprego através da demanda imposta pelas plataformas digitais afasta essas pessoas de exercerem sua autonomia, além de retirar-lhes o poder decisório sobre a chefia de si mesmo. Enfim, a liberdade é fictícia. Não estamos enaltecendo essa modalidade de trabalho informal, no caso, quando não há uma

mediação tecnológica. Apesar disso, a limitada autonomia que possibilitaria algum poder de negociação por parte do elo mais frágil é rechaçada; portanto, esse trabalhador não é autônomo.

A essência do capitalismo monopolista ou financeiro amplia-se com as inovações da *era digital-informacional*; afinal, todos se tornaram produtores da nova mercadoria – os dados –, mas os trabalhadores informais desse ramo ficam à disposição dos ditames algorítmicos e da nuvem tecnológica. Assim, além de produzirem dados, relegam os seus corpos supérfluos ao estatuto de coisa. A narrativa propagadora do empreendedorismo não é mais que um embuste, uma expressão do projeto neoliberal que se assenta no princípio da concorrência (Foucault, 2022). O princípio da concorrência é um exemplo do autocontrole individual autônomo, que orienta o agir humano racional e moralmente, o que de acordo com Elias (2011), refere-se a uma submissão das emoções aos mecanismos de controle.

Cabe indagarmos: quais as vantagens plausíveis acerca da liberdade inerente ao trabalho virtual mediado por tecnologias digitais? Ao manifestar um possível lado obscuro em torno de um evidente processo de terceirização, todavia apreendido em caráter episódico e indicativo, Schwab (2016, p. 55) afirma que “devemos limitar as desvantagens da nuvem humana em termos de possível exploração, enquanto ela não estiver cerceando o crescimento do mercado de trabalho, nem impedindo as pessoas de trabalhar da forma que desejarem”. Quanto às percepções dos sujeitos sobre estarem trabalhando da forma desejada, é algo bem mais profundo do que a visão *pseudoconcreta* acima exposta sobre a aparência do fenômeno.

O mercado de trabalho, no que concerne à oferta de postos em precarização, não para de se ampliar, criando de fato uma nuvem humana de desempregados estruturais, subocupados e desalentados. Vigora uma expansão global da informalidade, cujo aporte na terceirização é o seu mecanismo mais importante. Desta forma, em todos os setores econômicos a informalidade converte-se em norma (Antunes, 2018).

O momento disruptivo em face das inovações tecnológicas deve ser apreendido em suas contradições e não cegamente assumido e celebrado como um processo evolutivo linear. É bem enfatizado por Antunes (2018) que emergiram novas formas de exploração do trabalho tão entrelaçadas que escancaram as tênues fronteiras entre o trabalho produtivo e improdutivo, material e imaterial e as formas como atuam na valorização do capital correlacionada ao setor de serviços e sua nuvem humana.

Estamos falando, na realidade, de corpos supérfluos ou sobrantes, pois, contraditoriamente, o processo de *valorização do valor* passa por uma crise de valorização. Em consonância com Alves (2013), uma parcela da força de trabalho não tem mais relevância ao

metabolismo do capital, e essa crise é a essência fenomênica da imersão dos trabalhadores na precarização do trabalho e na precariedade existencial em escala planetária.

Considerando o padrão da fixidez que outrora predominava na organização do trabalho sob o taylorismo-fordismo, na sociedade tecnológica avançada há uma combinação de alguns dos seus pressupostos aos da acumulação flexível e vice-versa. Contudo, a prevalência de uma forma de organização do trabalho não significa a extinção de formas anteriores. Se pensarmos nos procedimentos utilizados pelas plataformas digitais, é possível discernir uma concatenação do padrão da acumulação flexível (desregulamentação de direitos, atendimento ao padrão de consumo, inovação etc.) com elementos do taylorismo e do fordismo (gerenciamento e controle digital dos trabalhadores na execução das tarefas, rotinização etc.).

As plataformas digitais, já o dissemos, funcionam como uma espécie de panóptico algorítmico capaz de impor a submissão da vontade ao trabalho, sem a presença de um supervisor humano e real do taylorismo-fordismo. Criando dessa maneira, uma ilusão que concebe o trabalhador sob essas circunstâncias, dotado de controle e liberdade com relação à atividade que executa por vontade própria (Woodcock, 2020)

A transnacionalização do capital no século XX ratificou que, “com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização (Marx e Engels, 1998b, p. 9). Por outra leitura, podemos inferir a respeito de nos encontrarmos na esteira de uma possível *quarta Revolução Industrial* em que

[...] as tecnologias emergentes e as inovações generalizadas são difundidas muito mais rápida e amplamente do que nas anteriores, as quais continuam a desdobrar-se em algumas partes do mundo. A segunda revolução industrial precisa ainda ser plenamente vivida por 17% da população mundial, pois quase 1,3 bilhão de pessoas ainda não têm acesso à eletricidade. Isso também é válido para a terceira revolução industrial, já que mais da metade da população mundial, 4 bilhões de pessoas, vive em países de desenvolvimento sem acesso à internet. O tear mecanizado (a marca da primeira revolução industrial) levou quase 120 anos para se espalhar fora da Europa. Em contraste, a internet espalhou-se pelo globo em menos de uma década (Schwab, 2016, p. 17).

Convém discordarmos do empenho analítico acima, ao tempo em que reconhecemos uma incipiente exposição das desigualdades sociais e diferenças da apropriação dos bens materiais provenientes da tecnologia que são oportunizados em termos de acesso de maneira distinta entre os países centrais e os periféricos. A velocidade atribuída à popularização da

internet, por exemplo, é algo bem mais recente, e apesar disso, a amplitude da conexão digital é uma questão que pode ser relativizada.

A PNAD Contínua do IBGE 2018¹³¹ apontou uma tendência de crescimento do acesso à internet pela população brasileira, urbana e rural, nos tipos em domicílio e móvel. Mas existem algumas barreiras que vão desde os equipamentos disponíveis para o acesso – neste caso os celulares vêm sendo os mais utilizados –, passando ainda pela qualidade do serviço oferecido (banda larga fixa ou banda larga móvel), renda *per capita* da família, disponibilidade de oferta do serviço na área, região do país etc.

O progresso como emblema da modernidade, ainda que a crise dos valores a ela inerentes seja patente, não proporcionou aos sujeitos conectados digitalmente por seus *smartphones* experienciar uma vida digna. Morozov (2018) contribui a esse respeito questionando o fatídico “empoderamento do usuário” como a narrativa vazia do Vale do Silício, que apresenta no mote do *solucionismo tecnológico* uma alternativa ao decadente Estado de bem-estar social. Isso implica dizer que podem faltar as condições para as necessidades existenciais básicas, mas não pode faltar conteúdo. Vale lembrar que o acesso à internet como um serviço prestado não é gratuito.

O cenário catastrófico gerido no âmago da ordem neoliberal e seu ordenamento civilizatório reafirmam-nos que “[...] a legitimação da dominação social no capitalismo tardio se dá do mesmo modo nas sociedades avançadas e periféricas” (Souza, 2018b). Em que pese uma periferização das existências em nível planetário, essas nuances são gritantes quando consideradas a partir do contexto nacional, no qual as conquistas sociais foram limitadas, se comparadas às dos países que experienciaram as políticas do período do Estado de bem-estar social¹³², as quais passam por um elevado desmonte.

Não podemos perder de vista que a crise do capital é também a manifestação da falência do processo civilizatório ancorado na barbárie naturalizada, que, em sua abrangência planetária e globalizante, atinge a periferia e o centro, emanando suas energias destrutivas ininterruptamente até que se esgotem (Menegat, 2019). Neste sentido, Alves (2013) reforça que a crise do capital consiste num estado de insegurança e temor globais, sintomas de condições sociais críticas e mórbidas que caracterizam a temporalidade contemporânea.

¹³¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados> Acesso em: 20 de julho de 2020.

¹³² Essas políticas não corresponderam ao alcance da emancipação, mas no seio do capitalismo no pós-guerra, consistiram em avanços e conquistas nos direitos sociais e trabalhistas em muitos países europeus, atendendo a algumas reivindicações da luta das classes trabalhadoras. O aprofundamento sobre o caráter reformista dessas concessões, requer uma reflexão mais apurada que não cabe neste momento.

Compete trazer também nesses diálogos antagônicos uma previsão um tanto precipitada de Schaff (1990) sobre o futuro do trabalho. Em que pese a importância da ciência como força produtiva, a diminuição do trabalho vivo não implicou a extinção do trabalho manual, tampouco a superação da diferença entre execução e concepção. A menor exigência de trabalhadores que realizem atividades manuais não significa que a ciência materializada no maquinário inteligente é a força produtiva primária, muito menos que foram eliminadas as diferenças entre mãos e inteligência demarcadoras do *status quo* e dos privilégios de classes no capitalismo.

Certos pontos de vistas são enunciados de um local que expressa níveis de desenvolvimento econômico e social diversos de outras partes do mundo. A afirmação aqui apresentada é eurocêntrica; e até mesmo nos países desse continente, especialmente naqueles em que as políticas sociais e trabalhistas de outrora proporcionaram um nível de qualidade de vida diferenciado a uma parcela da população, esse aspecto colonizador no tocante à uniformização das transformações exige em contrapartida uma perspectiva periférica para a compreensão do fenômeno na sua peculiaridade. Nesse sentido, vale dizermos que,

no capitalismo avançado, a produção tende a ser cada vez mais invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas TICs o suporte fundamental dessa nova fase de *subsunção real do trabalho ao capital*. Como consequência dessa nova empresa flexível e digital, os intermitentes globais tendem a se expandir ainda mais, ao mesmo tempo que o processo *tecnológico-organizacional-informacional* eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobrando, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro (Antunes, 2018, p. 38).

A conversão de corpos produtivos em corpos dispensáveis expressa-se nos processos de exclusão de trabalhadores outrora qualificados que dificilmente ocuparão os postos de trabalho formal na indústria e nos serviços. No setor industrial esse fato é marcante, uma vez que não aboliu completamente a utilização da força de trabalho, mas que vem reduzindo amplamente a demanda por trabalho vivo. De acordo com Kurz (1997), a produção sob altos níveis de racionalização tecnológica elevou-se exponencialmente. Contudo, numa contradição, ao tempo em que emprega menos capital-valor, priva-se do que lhe confere o seu funcionamento, que é o trabalho abstrato.

A superfluidade leva-nos a pensar o *status* da qualificação, pois muitos jovens que estão finalizando o ensino médio ou já o concluíram, ou ainda os que cursam ou cursaram o ensino superior, terão poucas oportunidades de experienciar o trabalho formal, restando-lhes como alternativas os postos intermitentes globais marcados pela flexibilidade, informalidade e

mediação tecnológica digital. Com efeito, Mészáros (2011, p. 1005) enfatiza: “assim o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual”.

Todo processo de automatização de caráter microeletrônico foi disruptivo no sentido de promover a destruição das relações contratuais e as formas de resistência dos trabalhadores frente à exploração (Chesnais, 1996). A flexibilidade tão aclamada é uma palavra doce para evocar também a plasticidade, aqui compreendida no sentido da capacidade de moldagem e adequação de uma dada matéria. Sendo o corpo concebido pela razão instrumental como uma matéria-prima passível de intervenção, logo, na *era digital-informacional*, a dominação social da sociedade administrada pelo algoritmo exerce sua modelagem sobre o uso dos corpos, conferindo-lhes a plasticidade desejável.

Pensemos a respeito disso, trazendo empiricamente o caso dos entregadores ciclistas de aplicativos, em que o celular e um pacote de dados satisfatório – instrumentos de trabalho tão indispensáveis quanto sua bicicleta e a *bag* –, são suas despesas pessoais. Para acessar um pacote de dados (pré-pago ou plano mensal) básico junto a uma operadora que fornece o serviço, este é mais um gasto que a plataforma digital não lhes repassa. São despesas ao seu encargo; afinal, eles são empreendedores, sendo assim devem assumir os riscos, e se esquivar da dependência.

A flexibilidade e a plasticidade exigidas distanciam-se de um aspecto positivo. São características desejáveis à medida que o sentido atribuído à capacidade de adaptar-se também se relaciona ao que é descartável e prescindível, além de glorificar o esforço árduo como o caminho que leva ao sucesso. Eis que,

depois de viver na Idade da Pedra e da Prata, do Ferro e do Ouro, o homem, por sua vez, tende hoje em dia a tornar-se plástico. O acontecimento do homem plástico e seu corolário, o sujeito digital, vai directamente ao encontro de inúmeras convicções tidas, até hoje, por verdades imutáveis (Mbembe, 2017, p. 28).

Em que pese a admissão de uma relatividade sobre a abrangência da massificação da internet, é patente que vigora na relação entre o processo de vida real e a interface digital “[...] a forma plástica e simulada do vivo, que, aliás, pode agora ser capturada por um código” (Mbembe, 2017, p. 29). Noutra vertente analítica, mas passível de diálogo, Morozov (2018) atenta-nos para o fato de que nossa conexão com o mercado global deixa-nos objetiva e subjetivamente à mercê da identificação por um *QR code*.

Os sujeitos plásticos aproximam-se situacionalmente daquilo que Bourdieu (2011), ao trazer a dimensão do capital simbólico na conformação de certas práticas sociais e da adoção de um estilo de vida, ponderou a respeito das estruturas mentais e estruturas objetivas como aspectos que conferem o *sentido do jogo*, como uma introjeção às suas mentes e aos seus corpos. O *sentido do jogo* sob o *capitalismo de plataforma* é ser empreendedor, adotar um estilo de vida que propicie distinção social (real e simbólica).

A contestação do padrão moderno sólido de outrora, ensejando seu processo de substituição por meio de um diagnóstico que defende o período como modernidade líquida, é um ponto desenvolvido por Bauman (2001), possibilitando-nos pensar que por vias distintas, a plasticidade e a liquefação expressam tendências subjacentes ao capitalismo contemporâneo.

Lucidamente, Jameson (2001) enfatiza que a modernização abrange todos aos países e regiões em que, resguardadas as proporções devidas, as pessoas convivem com veículos, meios de comunicação, indústrias, eletroeletrônicos e bolsas de valores, os produtos da inventividade humana e do desenvolvimento técnico e científico. Numa constatação similar, Bauman (2001) faz uma leitura da sociedade do século XXI, ainda balizada no ideário moderno, e que sua inconclusa modernização mantém-se compulsiva e obsessivamente, combinando destruição criativa e criação destrutiva, visando ao aumento da produtividade e ao estímulo da competição. A produtividade e a competitividade são os motes da inegável criatividade destrutiva schumpeteriana do nosso tempo.

No campo dos direitos, a redução e defasagem das legislações e proteção trabalhistas, por exemplo, caminham *pari passu* à crise estrutural do capital. Convém frisar que essa crise não se dá pela carência ou falta, mas pelo excesso de produção que requer a flexibilidade de corpos plásticos, capazes de se moldarem como sujeitos digitais adaptáveis, (auto)exploráveis e (auto)disciplinados. Esse processo de destruição criativa é mais afeito aos aludidos corpos que, alijados da perspectiva do emprego formal por sua descartabilidade, são classificados na “[...] categoria de trabalho supérfluo” (Mészáros, 2007, p. 145).

A modernização e sua mescla de destruição criativa e criação destrutiva, encontra nos princípios da organização do trabalho, que se caracteriza segundo Dejours (1992, p. 25) pela “[...] divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc” num fomentador do sofrimento psíquico dos trabalhadores. Mediante essa caracterização, podemos afirmar que o ser humano, em consonância com uma visão de totalidade, ao estar submetido às circunstâncias da organização do trabalho que tem subjacente os princípios da

racionalidade moderna, por mais que essa concepção seja dissociativa, a ele se imola o sofrimento psíquico, físico e social.

O sujeito digital em sua plasticidade reduz-se a uma coisa maleável e flexível para submeter-se à vontade de outrem, uma nova disciplina do tempo e do trabalho precarizado, pela aplicação de uma pedagogia do algoritmo, esvaindo-se do seu estatuto de corpo que é (ser) para a unilateralidade de um objeto, o corpo-emprego. Confirma-se mais uma vez, a incongruência do processo civilizatório com a emancipação, uma vez que “o indivíduo paga com o sacrifício do seu tempo, de sua consciência, de seus sonhos; a civilização paga com o sacrifício de suas próprias promessas de liberdade, justiça e paz para todos” (Marcuse, 1999, p. 99).

Contraditoriamente, as relações de trabalho nunca estiveram tão próximas de uma regulamentação beneficiada pelas TICs, através da facilitação dos processos de trabalho, da amenização da labuta diária relacionada ao uso de muitos corpos. No entanto, os seus vínculos com o capital não condizem com as aspirações humano-sociais, uma vez que

a mesma tecnologia que torna a regulação tecnicamente mais fácil é apresentada pelas empresas como fator que inviabiliza a proteção. E esse contraditório e complexo movimento, típico da razão instrumental e de suas engrenagens de dominação, tem impactado fortemente as legislações, as instituições públicas, além de se constituir em um elemento a mais para dificultar e obliterar a criação de laços de solidariedade e de organização da classe trabalhadora (Filgueiras e Antunes, 2020, p. 30).

A liberdade como um valor ético do homem burguês aprofunda-se num caráter abstrato e “na medida em que não consegue ser pensada em termos concretos e universais, acaba por se restringir a determinados níveis da experiência humana ou a determinados setores da sociedade” (Konder, 2000, p. 30). Em La Boétie (2017, p. 72) já havia o questionamento do motivo pelo qual os seres humanos se submetiam voluntariamente: “[...] que condição é mais miserável do que viver assim, sem ter nada que lhe pertença, recebendo de outrem seu conforto, sua liberdade, seu corpo e sua vida?” Na modernidade, as promessas de liberdade não se cumpriram. Transcorridas duas décadas do século XXI, a servidão aprofunda-se social, psíquica e fisicamente. As plataformas digitais através dos dispositivos baseados na lógica algorítmica impõem aos corpos supérfluos uma sujeição disfarçada de autoiniciativa ao empreendedorismo.

O tempo de trabalho e sua disciplina espriam-se a todos os interstícios da vida social, que restringe as potencialidades plenas, aprisionando os trabalhadores, sujeitos digitais de desempenho e (auto)disciplina aqui representados pelo segmento dos entregadores ciclistas de

aplicativos numa unidimensionalidade. Marcuse (2015) havia constatado que a liberdade converteu-se num instrumento de dominação em que a aparente e significativa quantidade de opções disponíveis aos seres humanos não corresponderia necessariamente ao grau de liberdade entre o que podemos escolher e o que escolhemos de fato.

As TICs, que poderiam melhor regulamentar as relações de trabalho, como vimos, assumem uma outra função, promovem um engajamento ao consumo, o substrato da identidade reificada dos sujeitos na *era digital-informacional*. Atestando que “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 100). A dose de conforto imediato que se manifesta nas vidas *smartificadas* por meio de *smartphones*, sensores como *Alexa*¹³³ e congêneres, plataformas digitais diversas etc., incrementa um efeito tampão; ou seja, ficamos surdos e alheios à política e ao que é de fato essencial, não nos atentando à realidade e aos quadros de injustiça e desigualdades sociais (Morozov, 2018).

Urge pensarmos o lugar do corpo nesse cenário de degradação do trabalho mediado pelas plataformas digitais na realidade concreta do século XXI. O corpo sujeito deve ser retomado frente à razão instrumental que dita a tônica das relações sociais no capitalismo, a fim de uma outra lógica que presida os modos de ser, pensar e agir, a fim de estabelecer o tempo qualitativo ao desenvolvimento humano multidimensional, para além das relações de poder que imprimem um ar de naturalidade às desigualdades sociais.

De fato, as “tecnologias da informação e comunicação têm afetado tanto a divisão espacial e temporal do trabalho, que, para muitos de nós, as fronteiras entre trabalho e vida privada formam um emaranhado confuso e poucas relações não são mediadas pela tecnologia” (Huws, 2017, p. 356). Quando nos encontramos com um entregador ciclista de aplicativo (ainda mais expropriado pelo caráter físico e desgastante da atividade), por exemplo, há uma diferença no uso do corpo numa atividade como pedalar para a realização das tarefas de um trabalho remunerado, daquela realizada por pessoas com o fito de praticarem uma atividade física no tempo de lazer.

No primeiro caso o corpo é submetido ao esforço físico sob uma coerção da satisfação das necessidades de produção e reprodução da existência. Ao passo que o exemplo seguinte representa o esforço físico na busca da autossuperação durante a fruição do tempo livre. Ou seja, “a abstenção do trabalho já não é apenas um ato honorífico ou meritório; torna-se um requisito de dignidade” (Veblen, 2018, p. 91).

¹³³*Alexa* é um tipo de assistente virtual desenvolvido pela Amazon.com, Inc., uma gigante multinacional de tecnologia, sediada em Seattle, Washington D.C.

Todavia, a liberdade ainda que considerada nessa situação, revela-nos que

a violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 105).

A dominação social que nos propusemos a abordar de forma sintética materializa-se numa quase generalidade. Os corpos assumem o caráter de supérfluos na medida em que são corpos socialmente necessários num sentido pragmático; cumprem um papel na configuração atual do mundo do trabalho e da classe trabalhadora na mundialização do capital. Para Druck (2018), as condições de existência real da classe trabalhadora assentam-se no fato do surgimento de novidades no tocante aos trabalhadores, às profissões, ao ingresso no mercado, à organização classista e mobilização para a luta e ao âmbito das subjetividades. Continuando seu pensamento, essa autora ressalta a importância de se buscar elementos compreensivos e analíticos a todas essas transformações no movimento do real, a fim de não se perder o fio dialético da luta de classes na *sociedade tecnológica avançada*.

Harvey (2011) afirma-nos a condição de processo do capital no qual a produção/reprodução da existência das pessoas circunscritas ao capitalismo é decorrente da internalização de regras promotoras do estímulo a desejos e pseudonecessidades, modificando profundamente o ritmo da vida social. Perpassados por constantes mudanças expressas num ritmo algorítmico, os entregadores ciclistas de aplicativos encontram nas *startups* certo alento, pois “estas maravilhas da técnica são apontadas como um novo mito redentor do capitalismo, com promessas de paraíso ao alcance de qualquer computador ou de um qualquer telefone móvel da última geração (basta navegar na internet, o resto vem por si...)” (Nunes, 2003, p. 83).

No entanto, ao migrarem do quadro do desemprego rumo ao da precarização, o drama não termina; ao contrário, eleva-se o nível de exploração que viola a dignidade. Cabe evocarmos o pensamento de Mbembe (2017) ao constatar que o terror é a tônica da sociabilidade do capital manifestando, por meio do *poder necropolítico*, total desprezo à vida, não significando necessariamente apenas a repressão e disciplinarização. De fato, há uma lógica de extermínio massivo de forma dosada. Não resta dúvida de que aos corpos alçados ao estatuto de empreendimento imputa-se essa forma milimétrica de massacre por obsolescência planejada.

O *corpo-empreendimento* dos *novos desvalidos* é também um corpo periférico, submisso, derrotado, pressionado e sem expectativas, por estar preso à imediaticidade; em

suma, imerso na precariedade. Os trabalhadores de plataformas digitais ou aplicativos cumprem essa sentença.

Menciona-se a terminologia trabalho digital, mas se considerarmos a definição marxiana sobre a força de trabalho, ela diz respeito a um conjunto de capacidades físicas e intelectuais que os seres humanos têm em seus corpos e personalidade, utilizando-as nos processos de trabalho (Marx, 2002). É evidente que Marx tinha por referência o trabalho produtivo realizado pelos operários/proletários nas indústrias de sua época histórica, mas sem perder as imbricações entre os tipos distintos. Na contemporaneidade, essa sobreposição entre as formas de trabalho produtivo/improdutivo, material/imaterial, intelectual/manual, analógico/digital pode relacionar-se com o conceito de força de trabalho em face das tecnologias digitais. Uma perspectiva plausível nos diz que

a teoria do valor-trabalho é o nó que está no centro da conceituação de Marx do capitalismo como uma relação social. Ela une integralmente três coisas: a necessidade de subsistência dos trabalhadores, seu trabalho e a mais-valia expropriada dos resultados desse trabalho, sem as quais o capital não pode ser acumulado ou o capitalismo se perpetuar (Huws, 2017, p. 322).

Em outras palavras, a coluna vertebral do processo de acumulação do capital é mantida, uma vez que no presente século, quando em termos de desenvolvimento tecnológico o ideal humanista da *poiésis* poderia concretizar-se, assistimos ao que Trenkle (2020) designou sobre as condições de trabalho e vida que remetem fenomenicamente àquelas condições do século XX, a saber, jornadas de trabalho elevadas, condições arriscadas de exercício das atividades, baixa remuneração, trabalhos análogos aos da escravidão; enfim, um contingente elevado de pessoas exercendo trabalho precário em meio a uma existência em precariedade.

	Trabalho remunerado	Trabalho não remunerado
Reprodutivo (produtivo para a sociedade/capitalismo em geral)	A Administração e serviços públicos (incluindo ONGs); serviços privados oferecidos individualmente	B Trabalho doméstico (cuidado de crianças, manutenção do lar etc., incluindo atividades culturais não mercantis)
Diretamente produtivo (para empresas capitalistas individuais)	C Produção de mercadorias, incluindo distribuição	D Trabalho de consumo

Tabela 2: Trabalho – uma tipologia em diagrama (HUWS, 2017, p.325)

Por essa razão, consideramos que a tipologia da tabela 2 exposta anteriormente, que versa sobre as modalidades de trabalho imbricadas na contemporaneidade e elaboradas a partir de *insights* do feminismo, expressa um empenho a fim de demonstrar como se relacionam e são perpassados os tipos de trabalho que, apesar de suas diferenças, articulam o processo de acumulação. O trabalho dos entregadores ciclistas de aplicativos enquadra-se à tipologia do quadrante C adiante. Não corresponde ao trabalho produtivo em termos clássicos, mas contribui diretamente à realização do circuito *produção-circulação/distribuição-consumo*.

Em consonância com Huws (2017), poucas atividades econômicas prescindem do trabalho digital na atualidade, e por isso torna-se muito difícil distingui-las. Esses trabalhadores informais têm a dimensão do seu trabalho digital manifesta no fato de ficarem *on-line*, e esta é a condição *sine qua non* para realização das tarefas. As plataformas digitais atuam na mediação entre o consumidor e a empresa, e a atividade de entrega é o serviço relacionado à distribuição.

Ser flexível não tem um sentido qualitativo, mas explicita a qualidade desejável aos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, naturalizando a

[...] desestruturação da existência, privada, entre outras coisas, de suas estruturas temporais, e a degradação de toda a relação com o mundo e, como consequência, com o tempo e o espaço. A precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher exposto a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável (Bourdieu, 1998, p. 120).

No caso de uma atividade cuja rota é determinada e previamente estabelecida pelo GPS, o chamado é feito por combinações algorítmicas e também é exigido o cumprimento de um tempo de entrega. Não restam dúvidas de que o suposto trabalho digital realizado requer um nível razoável de aptidão física dos entregadores de aplicativos em geral, porém, essas exigências são mais acentuadas no caso dos ciclistas. O corpo-empreendimento mostra-se relevante na contemporaneidade, visto que seu gerenciamento é idêntico ao de qualquer outro patrimônio, e a diferença em relação a esse cada vez menos perceptível (Le Breton, 2003).

A plasticidade e a capacidade de exploração e uso dos corpos pelo capital sobrepõem processos de trabalho mediados por tecnologias digitais na *era digital-informacional*, os quais são combinados visando à sua expansão ilimitada, embora poucas ocupações prescindam dos conhecimentos dos trabalhadores para o exercício das atividades e do emprego de suas capacidades físicas, ainda que restritas a ouvir, falar, usar o teclado ou supervisionar uma tela (Huws, 2017). A questão é que as tecnologias estão empobrecendo a experiência social, porque

tanto os conhecimentos requeridos, quanto as atividades que não renunciam ao físico apresentam poucos espaços à manifestação da criatividade.

Toda apologia em torno de redes e conexões em face da tecnologia em voga não pode negligenciar que a reestruturação produtiva foi uma resposta no plano político à crise estrutural, além de representar o sinal de virada de uma ofensiva neoliberal marcadamente monetarista (Nunes, 2003). Ainda segundo o autor, a garantia e as preocupações com o acesso ao emprego saíram do foco das novas demandas.

Há novos interesses implícitos na esfera política, entre eles, Dardot e Laval (2016) descrevem que o esfacelamento do Estado de bem-estar social e a privatização de empresas públicas consistiram nos objetivos a serem alcançados pela estratégia política a fim de alterar as regras econômicas assentadas no keynesianismo e, conseqüentemente, as relações sociais. O alvo a ser atingido foram os direitos e garantias sociais, além, é claro, da fragilização dos sindicatos (Nunes, 2003, p. 11).

O Estado não pode mais atuar no sentido de retirar dos indivíduos a possibilidade do risco. Ao contrário, deve “[...] pôr em ação, em todos os domínios e em todos os níveis, sobretudo no nível microeconômico do comportamento dos indivíduos, os mecanismos de cálculo econômico individual (Dardot e Laval, 2016, p. 211). Não é de se estranhar a retomada da “[...] tese de que o desemprego é sempre desemprego voluntário” (Nunes, 2003).

Agregou-se a essa conformação uma retração de políticas inclusivas em decorrência da ampliada capacidade tecnológica no trabalho, e uma das conseqüências é o fato de a exclusão sumária afetar ainda mais os que já se encontravam numa condição de maior vulnerabilidade social devido à baixa qualificação para o mercado de trabalho (Sennett, 2012).

A essa constatação sob a égide do triunfo neoliberal e as repercussões aos *sujeitos monetários* e componentes da *ralé estrutural* – caso dos entregadores ciclistas de aplicativos – agrega-se a precariedade da vida como norma, sendo inevitável não se considerar o peso de uma existência degradante à qual são submetidas as pessoas supérfluas e como isso as afeta em termos de dignidade e saúde numa concepção não restrita à ausência de doenças, mas de um estado satisfatório de bem-estar físico, social e psicológico¹³⁴ frente à pressão por desempenho anunciada na esteira da *sociedade do cansaço* (Han, 2015).

Ser flexível é *modus operandi* que impregna a subjetividade dos *desvalidos* no seio do *novo capitalismo*, do qual os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) são uma

¹³⁴ Segundo definição da *Organização Mundial de Saúde* – OMS.

fração emblemática, uma vez que o uso dos seus corpos lançados ao empreendimento apresenta indícios de que a jaula de ferro tornou-se uma estrutura do caráter das pessoas.

Porém, a pressão por desempenho em sua pretensa universalidade afeta os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* em consonância com a localização no bojo da sociedade de classes, em que as experiências sociais não podem ser uniformizadas frente aos que internalizam as disposições à ação a partir de um quadro de precariedade existencial.

2.4 – À guisa de uma *flânerie* de pesquisa

O *processo de vida real* foi o nosso ponto de partida, a fim de nos aproximarmos sucessivamente de elementos que nos permitam compreender nuances da realidade concreta. A capital Aracaju¹³⁵, em sua singularidade, constituiu-se no recorte espacial desta pesquisa, delimitando empiricamente o recorte teórico do nosso escopo investigativo¹³⁶. Com o fito de captar o entrelaçamento entre a estrutura social e a *práxis* dos sujeitos entregadores ciclistas de aplicativos que trafegam por suas vias, bem como as orientações ao agir humano daqueles que obtêm a sobrevivência por meio do exercício dessa modalidade de trabalho precário, afirmamos que esses sujeitos integram o conjunto daqueles que experienciam no corpo e pelo corpo a precarização do trabalho e a precariedade existencial sob o signo do *novo capitalismo*. Para não restarem dúvidas, por *processo de vida real* compreendemos, acompanhando Marx e Engels (1998a), uma referência ao âmbito das condições objetivas e subjetivas, determinadas e independentes da vontade desses sujeitos, na realização da sua atividade de trabalho, produzindo/reproduzindo material e espiritualmente suas existências.

Guiados e monitorados pelo *Global Positioning System* (GPS) dos seus celulares *smartphones*, trabalham pedalando, sempre em deslocamento e aguardando os chamados mediados pelas tecnologias digitais, entregando produtos diversos (alimentos, medicamentos, bebidas etc.), carregando nas costas suas *bags* que simbolizam as empresas de tecnologia. Eis o privilégio pelo uso dos seus corpos como chefes de si mesmos. A narrativa da ordem social

¹³⁵ Aracaju é a capital do estado de Sergipe/SE. Está localizada na Região Nordeste do Brasil, ocupando a faixa costeira ao leste, e é banhada pelo Oceano Atlântico. Foi fundada em 17 de março de 1855, no Governo de Inácio Joaquim Barbosa, que presidia a província de *Sergipe Del Rey*. De acordo com os dados do IBGE (2022), seu território corresponde a 182.163 km², classificada na hierarquia urbana como uma Capital Regional (2A), sendo parte da mesorregião do Leste Sergipano. A população estimada é de 672.614 habitantes, dos quais 34,1% são ocupados. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>> Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

¹³⁶ Notória a nossa alusão à Minayo (1996, p. 105) acerca do entendimento do campo na pesquisa qualitativa, concebido nos termos de um “[...] recorte espacial que corresponde à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”.

neoliberal exalta o *senso de honra* pautado no cultivo da dignidade da vida por meio do trabalho. Quanto mais árdua e sofrida a atividade de trabalho destinada a certos corpos, é mais honesta e glorificada. O sofrimento torna-se desejável e compõe o caminho da ascese precária dos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, que anseiam fazerem-se por si próprios.

Para irmos além da aparência fenomênica, balizamo-nos metodologicamente pelos pressupostos da *Pesquisa Social*, a fim de “[...] penetrar num mundo polêmico onde há questões não resolvidas e onde o debate tem sido perene e não conclusivo” (Minayo, 1996, p. 20). Nosso desiderato é aprofundarmos os conhecimentos, diagnosticarmos os pontos inconclusivos, alimentando o necessário e candente debate sobre corpo, trabalho e plataformas digitais no capitalismo contemporâneo.

O esforço analítico e a orientação metodológica que abraçamos não se reduzem ao fatalismo de que os surtos revolucionários tecnológico-informacionais das últimas décadas são os responsáveis pela configuração societal manifesta. Opomo-nos a uma causalidade unilateral, posto que a manutenção do *status quo* e de certos privilégios tem uma *orientação* política e de classe. Na *sociedade tecnológica avançada* persiste o conflito entre classes sociais antagônicas que expressam os seus interesses, pois a divisão social do trabalho no capitalismo encontra-se distante de sua superação, reforçando as cisões entre o industrial e o agrário, a cidade e o campo, a inteligência e as mãos (Marx e Engels, 1998a).

Ter ou não ter acesso direto a alguns privilégios confirma o lugar social das pessoas e a relação com os seus corpos. Aliado a esses fatores, a incerteza da empregabilidade naturalizada no eufemismo do termo desindustrialização é um manancial que engendra consequência sociais, psíquicas e físicas decorrentes das alternativas de ocupações precarizadas que repercutem numa precariedade existencial. O neoliberalismo é a ordem social que explora por meio das *novas técnicas de poder* os desejos e as emoções, acentuando a condição humana reificada.

Reiteramos que os integrantes desse segmento, ao lerem e aceitarem os *termos e condições de uso* das plataformas digitais para se habilitarem ao exercício das entregas, tornam-se imediatamente parceiros; mas, de fato, passam a constituir o denominado novo proletariado de serviços, subsumidos a uma forma *sui generis* de escravidão digital em curso (Antunes, 2018).

O termo parceiro é retórico; é utilizado para exprimir uma relação unilateral de parceria, haja vista o fato de as imposições das regras serem ditadas pelas *startups*. A adjetivação de parceiro tem entre suas acepções igualdade, semelhança etc., ao passo que a substantivação diz respeito a sócio, cúmplice etc. Em suma, a parceria ou qualquer benefício passam longe. São

inexistentes quaisquer vestígios dessa orientação nas relações “contratuais” entre as partes envolvidas.

Isto posto, “o termo *Pesquisa Social* tem uma carga histórica e, assim como as teorias sociais, reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento da dinâmica social, preocupações e interesses de classe e grupos determinados” (Minayo, 1996, p. 23 grifo da autora). Se do ponto de vista teórico, há uma quantidade significativa de estudos sobre o trabalho precário e a emergência de uma suposta nova organização científica do trabalho pelo algoritmo, o dinamismo social exige que busquemos apreender as nuances a partir de discrepantes situações de classe.

Concordamos com Gil (2014, p. 94), ao afirmar que quando há teoricamente um “[...] conhecimento da população e do subgrupo selecionado”, justifica-se o emprego de uma amostragem não probabilística, a exemplo da amostragem intencional que adotamos nesta pesquisa. No rol dos entregadores em geral, selecionamos os ciclistas em particular por corresponderem a um subgrupo próprio de trabalhadores informais que utilizam a bicicleta e são mediados pelas plataformas digitais (aplicativos) para o desenvolvimento de suas atividades.

Para tal demanda, adotamos as ponderações de Soares (2007), inequivocamente inspirado nos escritos benjaminianos e assim assumimos a postura de um “*Pesquisador flâneur*”. Metodologicamente, esses óculos expressam-se pela ênfase aos pormenores e aos detalhes que geralmente escapam às generalidades, enfim, às sutilezas que tendem a passar despercebidas. A *flânerie* no trabalho de campo foi construída e realizada de maneiras distintas, combinando os meios utilizados, a fim de direcionar o olhar sob um prisma mais próximo ao dos entregadores ciclistas de aplicativos em face das circunstâncias da atividade. Assim, divergindo da pretensa objetividade positivista, a perspectiva metodológica abraçada visou estabelecer através da *flânerie* uma aproximação aos aspectos intersubjetivos dos sujeitos da amostra (Minayo, 1996).

A esse respeito apoiamo-nos em Haguette (2013), ao dizer-nos que a ambiência e as características do grupo, aliadas ao modo de inserção, proporcionaram uma *presença não ativa*. Isso quer dizer que não promoveu alterações significativas no cenário e nas interações sociais manifestas. A partir do observado e assinalado com essa técnica, elaboramos o instrumento questionário.

Na busca pelos pormenores, os aspectos registrados contemplaram as distâncias percorridas nas entregas, o tempo total transcorrido (espera e movimento)¹³⁷, assuntos que

¹³⁷ Fazendo *jus* ao estudo, esses registros foram obtidos por meio de um aplicativo.

conversavam, uso do celular, momento das refeições, exposição a riscos, estado dos seus instrumentos de trabalho, condições de trabalho, meta diária, características étnico-raciais, gênero etc. Com esse procedimento, visávamos efetuar uma observação ancorada na realidade concreta.

Evidentemente, nossas condições de vida não estavam atreladas ao processo de produção/reprodução da existência por meio dessa atividade. No entanto, captar *in loco* situações específicas dos comportamentos desses sujeitos e o uso dos seus corpos num serviço de transporte ciclístico mediado por aplicativos foi crucial para ampliarmos e diversificarmos os olhares e as formas de abordagem.

Como método, a *flânerie* foi iniciada nessa fase, quando passamos a acompanhar entregadores ciclistas de aplicativos durante as corridas. Todavia, as considerações de Minayo (1996) acerca da *observação participante* relacionam-se ao que descrevemos em face da crucialidade da nossa entrada em campo, que foi construída paulatinamente por meio da interação estabelecida com os sujeitos – atores – envolvidos.

A escolha de quem acompanhar foi inicialmente aleatória. O critério era abordar os sujeitos que percebíamos acomodando as sacolas de compras na *bag* ou no guidão da bicicleta enquanto saíam dos estabelecimentos. Apresentávamo-nos sucintamente – expondo uma cópia da credencial estudantil e *Registro Geral* (RG) – pedindo permissão para acompanhá-los. Os consentimentos foram obtidos voluntariamente. Nessas primeiras pedaladas, percorremos pedalando juntamente com os entregadores ciclistas pouco mais de 70km, num tempo de movimentação/deslocamento de aproximadamente 4 horas e um tempo total superior a 20 horas.

A *Pesquisa social* é qualitativa. Assim, em consonância com Triviños (1987), qualidade e quantidade não são excludentes. Quem considera o contrário incorre numa falsa dicotomia. A fim de articularmos os aspectos qualitativos e quantitativos, as questões propostas englobaram faixa etária, classificação étnico-racial, tempo em que atuava como entregador, média dos rendimentos, experiência profissional anterior etc., o que era, de certa maneira, explicitado durante as conversas e entregas.

Em 10 de dezembro de 2020, a título de esclarecimento, um dos entregadores ciclistas de aplicativos que acompanhávamos era um jovem de 23 anos que havia chegado às imediações do supermercado *Pão de Açúcar*¹³⁸ por volta das 9 horas e permaneceu até às 13 horas, aproximadamente. Ele havia feito seis entregas, cada uma no valor de R\$ 6,31, perfazendo uma

¹³⁸ Estabelecimento localizado na Rua José Seabra Batista, s/nº, bairro Jardins, Aracaju-SE.

média – em alguma das entregas a taxa poderia ser acrescida com uma bonificação¹³⁹ – R\$ 37,86. Segundo a informação que nos prestou, sua meta aproximada era R\$ 50,00 diariamente, durante seis dias na semana (jornada de trabalho). Inspirados pelo que observamos, bem como pelos resultados da pesquisa da Aliança Bike (2019), aplicada na cidade de São Paulo, elaboramos um questionário visando, com esse instrumento, obter alguns registros que nos permitissem traçar um perfil “provisório” dos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE).

A seleção dos entrevistados durante a abordagem tinha um filtro, a saber, que o entregador ciclista de aplicativo estivesse atuando por no mínimo três meses nessa atividade mediada por plataformas digitais. Essa era a primeira pergunta feita a eles após nos apresentarmos. Embora fosse uma escolha aleatória, procuramos variar na faixa etária, no período de atuação (antes, durante e depois da pandemia), na autodeclaração étnico-racial, nível de escolaridade, tempo de permanência *on-line*, metas de rendimento, gênero, no horário da abordagem etc.

O aspecto gênero foi também um critério para decidir o fechamento da amostra, uma vez que o número de mulheres entregadoras ciclistas de aplicativos é reduzido, ao menos em Aracaju. Vale ressaltar que diante da situação do quinto entrevistado, na ocasião do depoimento ele estava em transição do trabalho informal de entregador ciclista de aplicativo rumo a uma ocupação formal como consultor de vendas da operadora de celular *Claro*¹⁴⁰ (ele participava de um treinamento, restringindo o seu tempo destinado às entregas). Diante desse fato percebemos que seria relevante entrevistarmos também alguns sujeitos que já haviam atuado como entregadores ciclistas, desde que sua experiência com essa atividade atendesse ao critério geral dos três meses de experiência com entregas.

Conforme aludido, a amostra no universo dos entregadores correspondia ao recorte empírico dos sujeitos ciclistas. Imersos na ambiência do desenvolvimento de suas atividades, fazíamos uma abordagem, explicitávamos as linhas gerais da pesquisa e na sequência o convite para prestarem seus depoimentos.

Esse quantitativo de sujeitos foi delimitado em consonância com o nosso tempo de realização da pesquisa, as dificuldades e receios da exposição durante a pandemia, o que

¹³⁹ Por exemplo, em certos dias e horários, os aplicativos concedem um valor extra por entregas, ou alguma bonificação quando a distância ultrapassa o limite previsto para os ciclistas (entregas num trajeto mais curto, ao passo que os *motoboy*s têm prioridade para os mais longos).

¹⁴⁰ A *Claro S/A* é uma concessionária de [telefonia móvel](#), [telefonia fixa](#), [banda larga](#) e [TV por assinatura](#). Representa uma empresa que caracteriza o novo capitalismo. Os serviços oferecidos são resultados de incorporações, aquisições e fusões de outras empresas. No cenário nacional ocupa a 2ª posição na oferta de telefonia móvel.

ocasionou um atraso no trabalho de campo e o fato de irmos ao encontro deles enquanto estavam trabalhando, entre outros fatores.

Por corresponderem a um grupo *sui generis*, julgamos o número da amostra suficiente à apreensão e compreensão da lógica neoliberal e seus impactos na corporeidade desses *empreendedores de subsistência*, representados pelos entregadores ciclistas de aplicativos frente ao processo de *(auto)exploração*.

A opção pela entrevista semiestruturada estava em consonância com o que Minayo, Deslandes, Gomes (2018) expõem sobre esse instrumento de coleta de dados, ou seja, a combinação entre perguntas fechadas e abertas permite aos entrevistados uma liberdade de expor seus entendimentos e opiniões sobre a temática para além das perguntas elaboradas. As pausas, as dúvidas, os risos; enfim, as respostas lacônicas eram complementadas por perguntas não previstas no questionário, de acordo com as peculiaridades de cada sujeito e as condições de realização das entrevistas.

Outras informações relevantes dos(as) entrevistados(as) foram: a) sete deles declararam solteiro em relação ao estado civil, dois dos quais moravam com um(a) companheiro(a); b) apenas W. e B. tinham filhos (um cada), c) não houve indicação da destinação de parte da renda para pensão alimentícia, d) o peso das rendas com o sustento da família era o principal para W., L. e B. Os demais informaram que colaboravam por morarem ainda com os pais ou dividirem as despesas com seus/suas companheiros(as), e) quanto à escolaridade, quatro cursaram o ensino médio completo, um informou ter nível técnico, um deles tinha nível superior completo (inclusive com mestrado), dois tinham curso superior incompleto, um deles havia abandonado e o outro estava cursando; e f) seis moravam em bairros classificados como periféricos da cidade, a exemplo da Soledade e do Rosa Elze – São Cristóvão – SE (Região Metropolitana ou Grande Aracaju).

O processo de *flânerie*, portanto, deu voz às histórias e relatos dos corpos supérfluos socialmente necessários, cumprindo o papel de uma verdadeira “*caixa de ferramentas*”. Isso quer dizer o emprego de recursos variados para não se deixar satisfazer pela aparência fenomênica do trabalho informal mediado por tecnologias digitais e pintado nos tons pastéis do empreendedorismo.

Na *Pesquisa Social* a ética é um pressuposto. Assim, para resguardar as identidades dos participantes, as anotações das observações diretas, os dados dos questionários e as entrevistas não mencionam os seus nomes, ou informações que os exponham, a fim de preservar a confidencialidade. No tratamento dos depoimentos, a referência aos entrevistados será

impessoal. Escolhemos uma letra do sobrenome, inspirados pelo agrimensor K., do romance *O castelo*¹⁴¹, de Franz Kafka.

As perguntas formuladas partiram dos seguintes eixos: a) aspectos circunstanciais, b) condições de trabalho, c) remuneração, d) percepção do controle impessoal, e) empreendedorismo de si, f) consciência de classe e g) aspectos situacionais. Da conjugação entre eles, manifestaram-se as categorias analisadas: os eixos a, b, c e d visaram captar indicativos da precarização do trabalho e precariedade da vida; em suma, circunstâncias coercitivas dadas pelo ordenamento social.

Por sua vez, os eixos *d, e, f e g* buscaram trazer à tona os elementos que evidenciavam disciplina, (auto)disciplina, motivação, engajamento, *senso de honra* precário, corrosão de caráter, invisibilidade social, ansiedade, sofrimento psíquico, sofrimento psicofísico, desgaste físico, alterações corporais, exploração e *(auto)exploração*. Contudo, não são estanques; são categorias que se perpassam, entre o *analítico* que desnuda as relações essenciais e o *empírico-operacional*, que capta “[...] as contradições do nível empírico da questão” (Minayo, 1996, p. 233).

Ao acolhermos metodologicamente essa perspectiva de pesquisa, fomos buscar o que Benjamin (2021), ao comentar Baudelaire, se referia às qualidades do *flâneur*¹⁴², a saber, a competência de um observador atento aos detalhes, equiparando-o a um detetive capaz de lançar um olhar a *vastos domínios*, a *desenvolver as reações* de acordo com o ritmo e com a *intensificação da vida nervosa* das cidades modernas e a não perder de vista as *coisas fugidias*. Nosso intento foi uma aproximação a essa forma de observar e captar os detalhes durante o trabalho de campo.

Assim, para o tratamento dos dados e informações obtidos, aproximamo-nos dos pressupostos da hermenêutica-dialética. Em outras palavras, buscamos percorrer uma trajetória balizada pelo pensamento crítico. Desta forma, através da conexão entre a hermenêutica e a dialética¹⁴³, visamos apreender “[...] o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações mas com significado específico” (Minayo, 1996, p. 227).

¹⁴¹ Cf. KAFKA, F. **O castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁴² Quanto à inspiração no *flâneur*, reiteramos que parte das interpretações de Walter Benjamin. Entretanto, esse personagem alude a um tempo histórico distinto e à realidade da sociedade europeia. Cientes dessas discrepâncias, consideramos o nosso *flâneur* a partir de uma realidade concreta periférica, logo, um *flâneur* em precariedade.

¹⁴³ Temos ciência das suas diferenças, bases e matrizes teóricas, mas também compreendemos que a dinâmica e a complexidade da realidade social não podem ser vistas sob um olhar único.

A *flânerie* ocorreu também no espaço virtual quando passamos a seguir e analisar alguns perfis específicos de entregadores na rede social *Instagram*¹⁴⁴, e esta foi uma estratégia de conhecermos por meio das postagens algumas visões, percepções e posicionamentos desses trabalhadores informais sobre si próprios.

2.4.1 – O campo da *Sociologia do Trabalho* e a produção acadêmica sobre os entregadores ciclistas de aplicativos: um balanço preliminar

Buscando subsidiar nossa pesquisa, realizamos um preâmbulo ao campo das produções acadêmicas que dialogam direta e indiretamente com os nossos propósitos. Inicialmente de uma forma menos sistemática, verificamos que no âmbito local ainda é carente o quantitativo de dissertações e teses alinhadas à *Sociologia do Trabalho*¹⁴⁵. No Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS)¹⁴⁶, distinguimos a dissertação de Reis (2015) sobre a mobilidade das indústrias de calçados que fecharam as portas em Sergipe, a partir do conceito de crise estrutural do capital no tocante a sua migração para locais em que a exploração da força de trabalho estava destituída das amarras impeditivas da sua expansão ilimitada.

Recentemente, em sua tese, Reis (2022) nos brindou com uma instigante abordagem que entrelaçou a *Sociologia do Trabalho* e a *Sociologia Clínica*, e o objetivo foi contemplar uma análise sobre o capitalismo, o sofrimento psíquico e a formação das subjetividades pelo olhar dos sujeitos motoristas de aplicativos, frente ao neoliberalismo. Ainda no espectro local, fazemos referência à tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep-SP), que originou o livro de Aranha¹⁴⁷ (1999), investigando a relação educação e trabalho no cerne do novo paradigma produtivo, no cenário de uma *Terceira Revolução Industrial* (microeletrônica) e os seus impactos sociais.

¹⁴⁴ Destacamos: A gente não se entrega! (@agentenaoseentrega), Entregadores Antifascistas (@entregadores_antifascistas), Despatronados (@despatronados), Entregadores Ciclistas (@entregadoresciclistas), Entregadores de bike (@entregadoresbikebrasil), Mensageira Cósmica (@amessageiracosmica), Motoboy Brasil (@motoboy.br), Puma Entregas (@pumaentregas), Senhoritas Courier (@senoritas_courier), Resistir para existir (@entregadores.resistencia), Trabalhadores de Apps em Cena (@trabalhadoresdeappsemcena), TransEntrega (@trans.entrega), entre outros.

¹⁴⁵ Evidentemente, outras pesquisas no citado programa foram defendidas no mestrado e doutorado, mas, na impossibilidade de adentrar aos seus conteúdos detalhadamente, não serão mencionadas. Apesar dessas produções, esse fato da carência na área não foi superado, mas é mister destacar alguns orientandos do Prof. Ivan Fontes Barbosa (PPGS-UFS) com textos e reflexões qualitativas e correlatas.

¹⁴⁶ Do PPGS/UFS, teríamos outros trabalhos a acrescentar, o que será realizado em outro momento, em virtude de suas defesas ou publicações terem ocorrido recentemente, de forma que ainda não as acessamos.

¹⁴⁷ Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Machado Aranha é docente do Departamento de Serviço Social (DSS), da UFS.

Vale ainda apontar as publicações de dois livros digitais na perspectiva da *Sociologia do Trabalho*; a saber: a) Barbosa, Xavier, Alves (2020), que organizaram um conjunto de textos produzidos na UFS, a fim de compreender as mudanças do trabalho na contemporaneidade, marcadas pelo paradoxo das elevadas taxas de desemprego e da precarização das relações de trabalho, num cenário tecnológico; e Barbosa, Barbosa e Araújo (2021), organizadores de textos que propuseram refletir sobre os impactos das inovações tecnológicas, na conformação das representações dos sujeitos trabalhadores em face das novas demandas do mundo do trabalho, em que a noção de precariado se destaca.

Ao ampliarmos a dimensão para a Região Nordeste, ressaltamos Druck¹⁴⁸ (2018), que a partir de textos selecionados de Marx e Engels, elaborou um conjunto de reflexões sobre as classes sociais no capitalismo contemporâneo, num refazer-se permanente. Por sua vez, Durães (2006) investigou a precarização dos trabalhadores de rua de Salvador do fim do século XIX ao início do século XXI, por meio de análises pontuais das condições de trabalho, mesclando recursos da historiografia e da pesquisa qualitativa. Já no doutorado, Durães (2011) manteve-se nessa linha de pesquisa, enfocando os camelôs de tecnologia do Rio de Janeiro a fim de compreender a exploração desse trabalho precário e de rua na sociedade brasileira, atuando no processo de *valorização do valor*.

Merece menção o estudo de Barros (2018), que defendeu sua tese junto ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ao fazer uma análise acerca dos fundamentos da precarização do trabalho, a partir dos pressupostos da crítica à economia política.

Tomando como base o horizonte nacional, há as consagradas produções de Alves (2005, 2011, 2013), Antunes (1999, 2005, 2009, 2011, 2018, 2019, 2020), Braga (2014, 2017) e Lima (2002, 2013), as quais são referenciais obrigatórios pelo alcance analítico acerca das relações de trabalho contemporâneas no Brasil e em nível global. Nesse plano também se apresenta relevante o *DigiLabour*¹⁴⁹, que abarca um grupo de pesquisadores de origem transdisciplinar que se debruçam sobre o trabalho dos entregadores de aplicativos em âmbitos nacional e internacional. Outra relevante contribuição desse grupo ocorreu por meio da publicação do *Plano de Ação para Cooperativismo de Plataforma no Brasil*, como uma possibilidade de

¹⁴⁸ Prof.^a Dr.^a Maria Graça Druck de Faria foi docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem uma consistente produção de estudos e pesquisas na área da sociologia do trabalho. Atualmente desenvolve atividades na graduação e pós-graduação da citada instituição de ensino superior.

¹⁴⁹ O *DigiLabour* é um grupo de estudos e pesquisas que enfoca nos estudos que se debruçam sobre mundo do trabalho, suas transformações e o impacto da tecnologia. É coordenado pelo docente Rafael Grohmann, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Disponível em: <<https://digilabour.com.br/>> Acesso em: 02 de junho de 2020.

contraposição à hegemonia das *startups*, a fim de que as tecnologias digitais se baseassem em princípios cooperativistas, comunitários e afeitos à economia solidária¹⁵⁰.

Trata-se de um plano/manifesto ousado, que poderá servir de base aos governantes, no sentido da implementação de políticas públicas para os trabalhadores de plataformas. Essas políticas estão em desconformidade com os pressupostos do *capitalismo de plataforma e vigilância* e da razão neoliberal. Desta forma, não há um indicativo que atribua à perspectiva do cooperativismo a mesma sedução das plataformas digitais e suas *promessas* vãs.

O *DigiLabour* publicou, por meio da organização de Grohmann (2021), um conjunto de entrevistas sobre a ascensão da plataformização do trabalho, que explicita contundente e criticamente a intensificação desse processo durante a pandemia, através de perspectivas variadas, que nos auxiliam na compreensão desse cenário marcado pelas plataformas digitais e suas consequências sociais.

No tocante à uberização, os termos economia de bicos¹⁵¹, *gig economy*, economia do compartilhamento e cooperativismo de plataforma lhe são congêneres; são nomenclaturas sinônimas de precarização. Consideramos que Scholz (2016) e Slee (2017), em seus olhares diferenciados, trazem-nos reflexões bem elucidativas e desmistificadoras, demonstrando que qualquer vestígio de cooperativismo ou de compartilhamento passa longe das plataformas digitais. Scholz (2016) realiza uma analogia da economia do compartilhamento como um *cavalo de Troia*¹⁵². O que aparenta um presente é, na verdade, um retrocesso no tocante aos direitos trabalhistas e ao enfraquecimento sindical. Slee (2017) atenta-nos para as dimensões outrora protegidas das nossas vidas, agora devassadas pela selvageria e desregulação da lógica do mercado.

Outros estudos enfatizam os aspectos jurídicos do fenômeno, entre os quais destacamos, respectivamente, a dissimulação das relações trabalhistas e as formas de burlar a legislação do trabalho. Segundo Alves (2019), a parassubordinação é um *claro-escuro* entre a subordinação à empresa de tecnologia e autonomia daqueles que aderem ao trabalho mediado por aplicativos, tornando-se prestadores de serviços, mas sem a possibilidade de negociação do trabalhador autônomo, além de não contarem com a proteção dos direitos trabalhistas. Por sua vez, Gaia

¹⁵⁰ Disponível em: <<https://digilabour.com.br/manifesto/>> Acesso em: 1º de dezembro de 2022.

¹⁵¹ Ganhar o sustento com bicos não é uma novidade no Brasil. A inovação é a institucionalização por meio das plataformas digitais mediadoras de serviços variados. A empiria nos revela que muitos trabalhadores formais complementam suas rendas fazendo bicos nos dias de folga. Condição que não é incomum na realidade dos muitos brasileiros que exercem o chamado trabalho de “*carteira assinada*”.

¹⁵² Narrada por Homero nos textos *Ilíada* e *Odisseia*, constituiu-se o fator decisivo da longa Guerra de Troia, quando os troianos ganharam dos gregos um cavalo de madeira, enorme e oco, numa suposição de reconhecimento da derrota deles. O cavalo abrigava soldados que à noite atacaram a cidade, levando os gregos a vencerem a guerra. A expressão passou a se referir a algo enganoso, que, sob uma aparência de bem-estar, oculta problemas ou perigos.

(2019) defende que há uma subordinação jurídica disruptiva e um limiar jurídico que vinculam os motoristas da *Uber* ao empregador, que corresponde à própria plataforma digital, responsável pelo gerenciamento e controle da atividade exercida pelos motoristas.

Numa linha similar, a pesquisa de Barbosa (2020) incidiu sobre o andamento de um processo de indução política da precariedade da vida, partindo dos motoristas de plataformas digitais, subsumidos à lógica neoliberal, numa análise e diálogo entre Judith Butler, Pierre Dardot e Christian Laval. Já Nogueira (2022) investigou a necessidade do papel estatal como um meio de controle capaz de assegurar equilíbrio social às relações de trabalho mediadas por plataformas digitais, defendendo a existência da subordinação. E este era o motivo pelo qual os trabalhadores, ao prestarem serviços sob essa mediação tecnológica, deveriam ser protegidos e ter os seus direitos assegurados em conformidade com a legislação trabalhista.

É válido indicar a coletânea de textos organizada por Carelli, Cavalcanti e Fonseca (2020), que discutem os impactos da denominada Revolução Digital ao mundo do trabalho, e suas repercussões à vida dos trabalhadores. Nesse caminho, Oliveira e Pochmann (2020) contribuíram ao nos brindar com textos que se debruçaram sobre os impactos da pandemia de *covid-19* aos gritantes níveis de desemprego, subocupação, perda de direitos trabalhistas, entre outros, na marcha da agenda neoliberal.

Esse é um balanço preliminar sobre a significativa produção acadêmica na área, em que a seleção apresentada não teve uma diretriz sistematizada, apesar de revelar que a *uberização* – apreendida como um atravessador virtual do trabalho autônomo e precário –, embora seja um fenômeno recente, conta com um quantitativo considerável de olhares e inquietações em relação à temática.

Considerando uma consolidação do estado teórico acerca da precarização no campo da *Sociologia do Trabalho*, ressaltamos não se tratar de uma novidade, haja vista que a condição dos proletários na emergência do capitalismo industrial encontrava-se imersa na precariedade, tanto da atividade exercida sob a aspecto do *labor* quanto nas demandas existenciais.

Diante disso, surgiu a necessidade de uma ação organizada e dirigida aos entregadores ciclistas de aplicativos. Posteriormente ao levantamento generalizado supracitado, sistematizamos um levantamento bibliográfico mais rigoroso e específico aos bancos de dados, a fim de garimpar algumas produções tomando o período 2018-2022¹⁵³. O propósito é menos

¹⁵³ Essa delimitação ou marco temporal considerou o ano anterior ao nosso ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o ano posterior à qualificação do texto. Ou seja, um período de efervescência, desde o lançamento dos aplicativos (APPs) específicos para os entregadores ciclistas e todos os impactos da pandemia, desde as fases mais restritivas até a retomada gradual da *normalidade*.

estatístico e quantitativo, e mais discursivo no tocante à necessidade de evidenciar textos e pesquisas; em suma, os olhares e esforços analíticos no campo da sociologia debruçaram-se sobre os entregadores ciclistas de aplicativos e assim dialogam com esta pesquisa.

Principiamos a pesquisa junto ao Repositório Institucional da UFS, prosseguimos na Biblioteca UFS, no Google Acadêmico, no Google, na Biblioteca Eletrônica Científica *Online* ou *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Portal Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Direcionamo-nos em seguida aos portais específicos no campo da Sociologia: Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), *Asociación Latinoamericana de Sociología* (ALAS) e a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS).

A pesquisa aos mencionados bancos de dados empregou distintas combinações entre possíveis palavras-chave. Por exemplo: entregador, ciclista, aplicativo; entregador ciclista, *delivery*, plataforma digital; bicicleta, entregador, aplicativo; uberização, bicicleta, aplicativo etc. Visualizávamos as páginas verificando os títulos, ano, autores, instituição e a disponibilidade para *download*. Os preceitos de inclusão partiram dos trabalhos publicados nos últimos quatro anos, conforme delimitação anteriormente assinalada. Deveriam ser trabalhos completos (não incluir resumos e resumos estendidos). Os resumos eram lidos a fim de verificar o alinhamento com o nosso estudo.

Descartamos monografias e artigos veiculados em cursos e periódicos que não fossem exclusivos de Sociologia. Priorizamos artigos, dissertações e teses que se enquadravam nesse pressuposto. Sob o nosso crivo, selecionamos, quando disponível, nos bancos de dados acessados uma produção de cada ano, ou seja, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Criamos pastas específicas de acordo com a plataforma de busca, a fim de arquivar os textos.

Em consonância com os critérios estabelecidos, em nível local o Repositório Institucional da UFS, encontramos dois artigos de Santos (2020, 2022), que respectivamente propuseram discutir a disseminação do discurso do empreendedorismo permeando os *slogans* e publicidade das plataformas digitais destinadas aos entregadores, sejam *motoboys* sejam *bikers*, confirmando que para esses corpos prevalece o *empreendedorismo de subsistência*, e as relações entre corpo, sociedade, trabalho precário mediado por tecnologia e formação de subjetividades sob o neoliberal.

Da pesquisa ao Google Acadêmico, ressaltamos dois importantes textos de Abílio (2019, 2021b). O primeiro, apresenta os dados de uma pesquisa empírica realizada junto aos motofretistas (*motoboys*) e sua experiência sob o trabalho uberizado, para em seguida analisar comparativamente o trabalho dos *bike boys* (entregadores ciclistas). O segundo se propõe a

compreender os elementos centrais da uberização a partir do trabalho dos *motoboys* e *bike boys*. Ainda desse meio de busca, a Dissertação de Mestrado de Weiss (2022) constitui-se numa pesquisa que objetivou investigar a luta por reconhecimento dos entregadores ciclistas de aplicativos em Porto Alegre (RS), entre os anos 2020 e 2021.

Por sua vez, no SciELO, encontramos de modo respectivo, Tonelo, Mello e Silva & Filho (2022), que pesquisaram os trabalhadores de plataformas digitais, no cenário da pandemia em 2020, enfatizando as relações de emprego e trabalho sob a lógica *on-demand*, o que lhes permitiu traçarem um perfil desses trabalhadores e discutirem as possibilidades de organização coletiva para além das instituições sindicais tradicionais. Nesse mote, Luna e Oliveira (2022) abordaram o contexto da indústria 4.0 e as transformações nas relações de trabalho que provocaram a emergência do denominado novo proletariado de serviços, sob a lógica da uberização e da ideologia do empreendedorismo que atuam fragmentando a organização coletiva desses trabalhadores.

Do Portal Periódicos da CAPES mencionamos o empenho de Vidigal (2021), em analisar a necropolítica a partir das relações entre o Estado neoliberal e o capital, tomando o recorte dos entregadores de aplicativos e os impactos da pandemia do coronavírus nas condições de trabalho desse segmento.

No tocante à SBS, pesquisamos nos anais dos 19º e 20º Congressos Brasileiros de Sociologia, realizados respectivamente em Florianópolis (SC) – 2019 e Belém (PA) – 2020. Buscamos os Grupos de Trabalho (GTs)¹⁵⁴ relacionados à *Sociologia do Trabalho*. Diante dos textos publicados, os que mais se aproximaram da nossa pesquisa foram: Cardoso (2019), que analisou as relações de trabalho mediadas por plataformas digitais, e o caráter fluido que impõe a não percepção de uma subordinação dos trabalhadores aos aplicativos; Moda (2021), que buscou compreender a pretensa autonomia e o controle partindo dos motoristas de aplicativos, por meio de uma empiria que considerou o depoimento de 22 trabalhadores nessa situação; e a autora Silva (2021), cujo propósito foi analisar a dinâmica do trabalho mediado por aplicativos de entrega, a partir da perspectiva teórica do trabalho não clássico, enfocando o controle sobre o processo de trabalho.

Em relação à ALAS, destacamos a publicação de um dossiê e artigos na sua revista eletrônica em 2020¹⁵⁵, em que as temáticas incidiam sobre as transformações na dinâmica do

¹⁵⁴ 19ª SBS 2019 GT 08 – Trabalhadores, sindicatos e ações coletivas; 20º SBS 2021 GT 01 – A era do trabalho virtual.

¹⁵⁵ ALAS – Asociación Latinoamericana de Sociología. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**. Vol 11, Núm. 20 - abril - septiembre 2020.

mundo do trabalho, econômica, social, jurídica e politicamente, frente aos novos processos estruturantes de poder, de organização da vida e de dominação social.

Na ABECS, não encontramos nenhuma referência, talvez pelo fato de a nossa diretriz de busca não ter sido a mais adequada. No entanto, o acúmulo de estudos e olhares incipientemente arrolados subsidiaram-nos a fim de procedermos sociologicamente com a nossa tarefa de análise do real.

2.5 – O sentido do jogo na atividade de entregador ciclista de aplicativo: a expressão de um *habitus* constituído a partir de uma experiência social precária

Como representantes de uma ocupação precária, os entregadores, especificamente os *motoboys*, são figuras conhecidas do trabalho autônomo circunscrito à economia informal. Partindo da realidade periférica aracajuana, muito antes da invasão dos aplicativos, estabelecimentos comerciais distintos – é bem verdade que um contingente reduzido –, a exemplo de restaurantes, lanchonetes, farmácias etc., ofereciam o serviço de *delivery* pelo disk-entrega, e em sua maioria o trabalho era realizado por *motoboys*.

O que há de inovador nessa configuração contemporânea é o uso das tecnologias materializadas pelas plataformas digitais, também chamadas de aplicativos, as quais exercem o papel de uma espécie de atravessador anônimo e virtual que conecta os estabelecimentos comerciais (restaurantes, lanchonetes, *fast-foods*, farmácias, supermercados etc.), os consumidores e os entregadores, como já fora mencionado anteriormente. Convém salientar que nessa triangulação, todos são consumidores do serviço oferecido por essas plataformas digitais, o qual objetiva precipuamente conectar as partes interessadas numa atitude “quase” altruísta dessas empresas de tecnologia. Afinal, como anunciadoras do novo tempo e do *novo capitalismo* e seu espírito renovado,

novas formas de trabalho requerem pessoas que consigam passar facilmente de uma tarefa a outra, de um emprego a outro, de um lugar a outro. Em parte isto se deve à demanda de transformação no mercado global – as organizações devem mudar repentinamente suas funções, suas instalações e produtos (Sennett, 2004, p. 101).

Os entregadores de aplicativos em geral representam uma parcela daqueles que terão, em face das rarefeitas opções de trabalho formal, a escolha em optar compulsoriamente pelas ocupações disponíveis e altamente flexíveis da *era digital-informacional*. Uma condição humana reificada que se intensifica ao vislumbrarmos o pouco alentador contexto pós-

pandêmico. Não se perspectivam alterações substanciais sob a ótica neoliberal. Ao contrário, persiste a desconsideração das análises econômica e social, das relações e estruturas de poder, reduzindo tudo e todos à premissa do livre mercado como regulador da vida social (Nunes, 2003).

A pandemia, como esperado, foi controlada graças ao desenvolvimento das vacinas e das campanhas de vacinação da população; mas em meio às tecnologias *smart*, para milhões de pessoas a alternativa de sobrevivência consistirá em alçar seus corpos ao *status* de empreendimento, destituídos de direitos e garantias sociais, o que é nada mais sugestivo à falácia do empreendedorismo. A inovação para esses sujeitos é metamorfosear os próprios corpos num tipo de empresa capaz de moldar-se às necessidades do mercado global, visto que “[...] para a nova somatologia, o corpo está onde alguma coisa – contemplar, imprimir, regular – está sendo feita em você” (Eagleton, 1998, p. 74).

Administrar e controlar os corpos nunca foi tão plausível; afinal, a disciplina do desempenho foi introjetada como autodisciplina. Não que a coerção externa deixe de atuar, mas é que as pessoas agora se autocoagem facilitando esse processo, pois as subjetividades estão sobrecarregadas de autoculpabilização.

Nos últimos anos foi implementado no Brasil um conjunto de políticas públicas alinhadas à agenda neoliberal, sobretudo intensificado a partir do golpe em 2016¹⁵⁶. Destacamos a Lei nº 13.429/2017¹⁵⁷, conhecida como Lei da Terceirização; a Reforma Trabalhista, expressa na Lei nº 13.467/2017¹⁵⁸, que alterou o teor da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943; e a Reforma da Previdência, pela Emenda Constitucional nº 103/2019¹⁵⁹. Todas essas legislações incidiram na fragilização dos direitos trabalhistas. Não bastassem esses retrocessos, há ainda a Medida Provisória nº 1045/2021¹⁶⁰, que tramitou no Congresso Nacional, e o seu teor, caso ela seja aprovada, chancelará a precarização, pois, entre outros pontos polêmicos, tal MP faculta a contribuição das empresas/empregadores para a previdência dos trabalhadores.

O pacote não se encerra por aí. O Governo Federal encontrava-se elaborando uma proposta para regulamentar os trabalhadores (prestadores de serviços) por aplicativos por meio

¹⁵⁶ É importante salientar que o desmantelamento do que já era insuficiente aprofundou-se com a ascensão de Michel Temer à presidência da República, após o questionável processo de *impeachment* submetido à presidenta Dilma Rousseff.

¹⁵⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

¹⁵⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

¹⁵⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

¹⁶⁰ Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

da contribuição compulsória dos motoristas e entregadores de plataformas digitais a uma espécie de Microempreendedor Individual Digital – MEI Digital¹⁶¹. Todas essas ações e medidas explicitam os rumos recentes das políticas públicas estatais que acentuaram a precarização do trabalho, com o enfraquecimento dos parques direitos outrora conquistados nessa seara, num país periférico, sob a prerrogativa de assegurar a confiança dos investidores e reconquistar a confiança do mercado.

Apesar de concebermos os avanços das tecnologias digitais como desdobramentos e extensão da revolução informacional da década de 1970¹⁶², os efeitos da chamada uberização à dinâmica do trabalho levantam evidências em torno do surgimento de uma nova forma de organização do trabalho fundamentada nos princípios racionais baseados nos algoritmos. Entretanto, as *startups* são as empresas que representam a ideologia subjacente à configuração do capitalismo em voga. Fontes (2017) reconhece, por um lado, o potencial dessas plataformas tecnológicas à contraposição à lógica do capital; por outro, é justamente ao atendimento da voracidade acumulativa dessa lógica que as empresas de tecnologia confluem, reproduzindo mercados de expropriação, mantendo a concentração dos recursos sociais a fim de garantir a extração de mais-valia.

A organização do trabalho ainda está vinculada ao aprofundamento da cisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, em que o predomínio do primeiro representa a atividade valorizada, cabível àqueles aos eleitos dotados da razão. À maioria cabe o infortúnio do desemprego, ou então realizar e experienciar pelo uso dos seus corpos trabalhos considerados degradantes, insalubres e com alto nível de periculosidade (Souza, 2013).

Prevalece o litígio da política apontado por Rancière (2018), a qual consiste, sob o *novo capitalismo*, no erro de cálculo que visa a incluir a parte dos que não têm parte; no caso aqui investigado, os entregadores ciclistas de aplicativos, ou os sem-parte que sofrem os danos causados pelas outras partes. Para não deixar dúvidas, estamos falando de desigualdades sociais.

Não foi por geração espontânea que o número de entregadores de aplicativos¹⁶³ – e de outros segmentos que exercem atividades por meio de plataformas digitais – ampliou-se

¹⁶¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/governo-e-empresas-discutem-mei-digital-para-entregadores.shtml> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

¹⁶² A acumulação flexível foi o paradigma produtivo que surgiu como consequência da citada revolução e do próprio esgotamento do fordismo, no bojo da reestruturação produtiva que alterou a base técnica do trabalho, incorporando a tecnologia microeletrônica a esses processos (Aranha, 1999, Harvey, 2011). A visão de Schwab (2016) defende que no momento encontramos-nos numa quarta revolução industrial.

¹⁶³ No âmbito dos trabalhos precários mediados pelas plataformas digitais, os motoristas de aplicativos também são uma categoria em expansão.

sensivelmente como uma opção de trabalho, ainda que o discurso do empreendedorismo esteja numa cruzada para afirmar que o destino inelutável das pessoas no século XXI é empreender. Todos são empreendedores em potencial; para tanto, basta acreditar e entoar compenetrada e asceticamente o mantra “vae, vae, vae *que a crise vem pra nos fortalecer. Tudo vai passar você vai ver. Que a criatividade vai vencer. Sacode a poeira, olha pra frente e vem fazer acontecer. Que o futuro é feito pra você. Que não tem medo de empreender*¹⁶⁴”.

O fracasso e o êxito, nos discursos ao estilo *coaching* a esse respeito, dependem unicamente do esforço de cada um. O fortalecimento e adaptação do eu visam conferir um maior limite de exposição às adversidades, por isso, a explosão do *coaching*, da *programação neurolinguística* (PNL), da *análise transacional* (AT) e de inúmeros apelos motivacionais, de gestão das emoções, de mestres que ensinam o caminho da prosperidade e o domínio de si (Dardot e Laval, 2016).

O empreendedorismo foi convertido a uma questão de ativação e de autorresponsabilização sintomáticas da prevalência da razão neoliberal. O fortalecimento com as crises ou a coragem ao empreendimento é a qualidade e a força de caráter desejáveis aos exitosos empreendedores de si, cultivadores de uma mentalidade vencedora e criativa, pessoas capazes de crescerem com as adversidades e mostrar *resiliência* diante do sofrimento, capitalizando-o em benefício próprio.

O que há então na capital aracajuana que possa contribuir em termos de uma interpretação da realidade social? Até para um observador desatento não é difícil perceber o padrão de precariedade e informalidade diante do quantitativo de corpos supérfluos que já atuavam como os conhecidos vendedores ambulantes geralmente nos semáforos, bem como uma gama de profissionais que oferecem serviços diversos à margem da cada vez mais escassa formalidade. Acrescenta-se a esse quadro a explosão do contingente de pedintes. Além dos tradicionais peregrinos que vão de porta em porta, há também aqueles que se utilizam da criatividade expondo placas e cartazes que mencionam sua condição de desempregado ou a situação de fome¹⁶⁵ como justificativa para obterem doações.

¹⁶⁴ Assistimos a esse *jingle* pela primeira vez num intervalo do jornal matinal Hora Um. Sempre há uma atualização da letra, mas o refrão ainda é VAE. Disponível em: <<https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/>> Acesso em: 05 de janeiro de 2021 e <<https://www.youtube.com/watch?v=9SuysZJzbHg>> Acesso em: 19 de agosto de 2022.

¹⁶⁵ O país voltou a apresentar um quadro de insegurança alimentar nos últimos meses em virtude do aumento do preço dos combustíveis que a reboque elevou o percentual da inflação.

Em Sergipe, a PNAD Contínua do IBGE ¹⁶⁶ verificou uma taxa de desocupação de 20,3% no terceiro trimestre de 2020, o que confirma a elevação desse percentual na tendência nacional. Ao lado dos estados vizinhos Bahia e Alagoas, ostentamos as mais altas taxas de desocupação no período que confirmam o elevado e histórico nível de desemprego dos sergipanos frente à média nacional¹⁶⁷.

Cabe ressaltar que esse tipo de serviço na sociedade capitalista já é realizado há muito tempo, mas a diferença da sua oferta no cenário vigente em relação a fases anteriores é o atravessamento das plataformas digitais ao processo. Recorremos a Marx (2003) para justificar que as novas configurações de forças produtivas¹⁶⁸ não devem ser entendidas como os arautos da economia política da sua época ou como os *experts* do mercado hoje a apreendem, ou seja, como dados naturais. O momento é outro, mas o *delivery*, como uma atividade do setor de serviços, manifesta que a face da plataformização do trabalho por meio do exercício de uma atividade precarizada é um produto histórico.

Acompanhamos mais uma vez Benjamin (2012) quando nos diz que os filmes podem despertar percepções a partir da representação do real expressa pela imagem e linguagem cinematográficas, por ser essa a sua tarefa histórica. Assim, somos conduzidos à necessidade de compreensão aos fundamentos da economia do compartilhamento. Recorreremos outra vez ao *Você não estava aqui (Sorry me missed you)*, acerca da alocação do protagonista como motorista de uma franquia de entregas sob a plataformização do trabalho.

Nesse roteiro, sua companheira também desempenhava uma atividade de trabalho sob essas circunstâncias, realizando o serviço de *home care*¹⁶⁹. Essa disponibilidade de ocupações baseadas na plataformização do trabalho vem se constituindo na opção disponível de empregabilidade precária para muitos desempregados, seja em Londres seja em Aracaju.

Segundo seus entusiastas, é a oportunidade que faltava para recuperar a dignidade da vida pelo trabalho. Ficar à disposição de outrem rompe todo o véu da aparente chefia de si e do controle do tempo. No filme aludido, Rick tinha como instrumento de trabalho um *scanner* com a tecnologia do GPS, que definia as rotas e os prazos de entrega, emitindo um alerta –

¹⁶⁶ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29519-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-10-das-27-ufs-no-3-trimestre-de-2020>
Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://datasebrae.com.br/economia-em-sergipe/> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

¹⁶⁸ Cientes de que o conceito de forças produtivas marxiano guarda uma conexão com o processo de trabalho material nas indústrias, não podemos nos furtar das considerações que captam uma maior imbricação entre as naturezas dos trabalhos no tocante ao caráter material e imaterial, produtivo e improdutivo, haja vista que a diversificação e crescimento do setor de serviços, bem como a diminuição do emprego da força de trabalho no setor produtivo, impuseram uma outra dinâmica ao entendimento das forças produtivas na atualidade.

¹⁶⁹ Serviços prestados por profissionais de saúde de forma domiciliar. No filme, Abby é uma cuidadora de idosos e deficientes que trabalha vinculada a uma plataforma digital.

notificação – caso ele ficasse parado por mais de dois minutos. O controle ubíquo da atividade e do trabalhador sem dignidade e isento de obra explícita a prevalência da instrumentalidade da razão pelo reforço à culpabilização individual em torno do êxito ou do fracasso na vida das pessoas.

O padrão de entrega que assegurava a reputação da franquía da ficção tinha como custo a humilhante situação vivida pelos motoristas em carregarem no veículo uma garrafa *pet* vazia para realizar necessidades fisiológicas sem comprometer o tempo. É curiosa essa condição dos senhores do seu próprio destino que sequer podiam realizar tranquilamente uma necessidade fisiológica básica. É comum aos protagonistas do *processo de vida real* – os entregadores ciclistas de aplicativos – muitas vezes estarem famintos enquanto transportam alimentos.

Para o trabalho supostamente livre retratado no filme, o controle do tempo determinado por um aparato tecnológico digital, no caso o *scanner*, demonstra a falácia dessa narrativa. Tanto na representação cinematográfica quanto na realidade concreta, o tempo não é controlado por esses *empreendedores de subsistência*. Sendo assim, não é negligenciável que

a pressão sobre os trabalhadores de serviços para que minimizem o tempo de transação cria uma abordagem semelhante à lida de produção e enfatiza metas quantitativas. O interesse das agências que prestam serviços está em garantir que todos os funcionários sejam completamente produtivos o tempo todo. Isso requer um tipo de equipe mais *just in time* do que *just in case*, uma vez que esta última implicaria haver alguns funcionários ociosos em épocas de menor movimento. O resultado é que, em períodos movimentados, ter de esperar para ser atendido é quase inevitável, mas é o tempo do cliente em vez do tempo do trabalhador que é desperdiçado na espera. Assim, o mesmo tempo que cria estresse para o trabalhador também causa frustração ao consumidor (Huws, 2017, p. 250-251).

Recordemos que Foucault (2022) apreende a governamentalidade no sentido de uma arte neoliberal de governo e o seu princípio regulador sustentado no mercado e na concorrência, espalhando-se como modos de ser, pensar e agir. Para tanto, Saad Filho e Moraes (2018, p. 97, grifo nosso) contribuem ao diagnosticarem que o neoliberalismo executa uma segunda etapa na sua marcha e maturidade, em que se destaca no Brasil

[...] a consolidação do papel ampliado do setor financeiro na reprodução econômica e social, o gerenciamento, por esse setor, do novo modo de integração internacional, a estabilização das relações sociais impostas na fase anterior, *a promoção de uma subjetividade neoliberal* e a introdução de políticas sociais neoliberais para gerir as privações impostas às camadas populares no processo de transição.

A vida cotidiana marcada pela onipresença das tecnologias digitais manifesta nos aparelhos eletroeletrônicos e nos aplicativos engendra o *efeito psicológico* de uma *cerca invisível*, em que há uma aparência de liberdade, mas sem correspondência ao alcance da emancipação (Morozov, 2018). Noutra reflexão pertinente, somos advertidos por Han (2020) para o fato de que o neoliberalismo transmutou a exploração numa *(auto)exploração*, que é alheia às classes sociais, o que seria inconcebível para Marx.

E nesses termos, como todos se *(auto)exploram*, as possibilidades de uma revolução social esvaem-se tendo em vista a não percepção dos elementos distintivos entre quem explora e quem é explorado. Convém frisar que esse é um entrave ao agir comum do sujeito neoliberal, monetário etc., da sociedade que combina altas doses de *desempenho e cansaço* e que, ao explorar a si próprio, afasta-se da dimensão das lutas coletivas, consumando a subjetividade neoliberal em franca capilarização.

Essas doses diárias de *desempenho e cansaço*, reforçam que as pressões físicas foram combinadas às pressões psíquicas, alimentando uma espécie de ressentimento direcionado contra si mesmo, ao invés de voltar-se contra a ordem social e as injustiças. Esse aspecto reafirma o que Horkheimer (2002) apreendeu sobre a impossibilidade de os sujeitos conhecerem os mecanismos que os reprimem.

Ao atribuir indistintamente o *status* de empreendedor, veiculado como uma distinção social, a narrativa subjacente às plataformas digitais amplia o alcance dessa pressão, que não perde sua dimensão física, mas martela nas subjetividades. Por isso, o ressentimento não se volta contra a ordem social predominante, mas recai sobre os (auto)disciplinados, sujeitos neoliberais, que se encontram incapazes de realizar um *contrauso dos seus corpos*.

Antunes (2018) capta a franca expansão da denominada uberização do trabalho que tem no aporte do trabalho *on-line* a superação da barreira entre o tempo de trabalho e o tempo liberado do trabalho. Isso implica que agora estamos diante de uma completa sujeição ao ideário corporativo no onipresente mundo digital, caracterizado pelo aumento exponencial dos intermitentes globais. Autônomos e *pejotizados*¹⁷⁰ personificam o contingente crescente de homens e mulheres que se *(auto)exploram* submetendo seus corpos-emprego à *feitorização de si*.

Tais circunstâncias confirmam as constatações de Sennett (2012) sobre as modalidades de trabalho e os efeitos da revolução tecnológica e da automação, seja ao trabalho intelectual

¹⁷⁰ Pessoas jurídicas (PJs), ou “pejotizadas”, é uma falsa condição de normatividade, ou seja, um disfarce de assalariamento para o trabalho informal. Rapidamente o ilusório aumento de rendimentos mostrou sua face nefasta: elevada carga de trabalho a fim de promover uma compensação à falta de garantias e benefícios sociais.

seja ao braçal – os entregadores ciclistas de aplicativos se enquadram nessa segunda dimensão –, em que a alocação das tarefas é eficiente e direta, por meio dos leitores de códigos de barras e QR codes, chats e a interface das plataformas digitais ordenando os chamados para as tarefas, evocando o adágio do sujeito digital em toda sua plasticidade precária.

A *BBC News* Brasil fez uma reportagem sobre o trabalho dos entregadores, conseguindo o feito raro de contactar os gestores de duas plataformas digitais que operam no país. A equiparação a uma proeza foi devido ao nível de impessoalidade, pois a dificuldade de acesso a obtenção de informações pelas *startups*, lembra-nos os inacessíveis senhores do castelo que nunca falaram com o agrimensor K., chamado a realizar alguns serviços na aldeia da trama kafkiana, toda comunicação ocorria através de terceiros (Kafka, 2008). Vamos à elucidação da relação estabelecida entre ambas as partes (aplicativo e entregador). Sob a ótica das *startups*, analisemos as duas passagens abaixo:

O *Uber Eats* é uma empresa que oferece oportunidades a profissionais autônomos que podem se beneficiar da tecnologia para gerar renda extra ao toque de um botão. Os entregadores parceiros são autônomos, escolhem como e quando utilizarão o aplicativo como geração de renda¹⁷¹.

E prossegue num entendimento similar sobre as oportunidades:

Estes profissionais autônomos atuam por conta própria, portanto, podem se conectar e desconectar do aplicativo quando desejarem. A flexibilidade permite que esses profissionais usem a plataforma da maneira que quiserem e de acordo com suas necessidades. Não há relação de subordinação, exclusividade ou cumprimento de cargas horárias¹⁷².

Estar à disposição engendra uma relação subordinada, na medida em que os entregadores de aplicativos são trabalhadores autônomos, podemos afirmar que é uma autonomia controlada e parcial. Esses sujeitos encontram-se diante de um processo de formalização da informalidade. Nos termos de condições de uso do *iFood* para entregadores, por exemplo, na cláusula primeira, menciona-se que toda e qualquer relação entre a citada plataforma e o entregador é regulada por esse pseudocontrato¹⁷³. O entregador declara unilateralmente que compreendeu o seu conteúdo e deve aceitá-lo.

¹⁷¹ Uber Eats. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

¹⁷² Rappy. *ibid.*

¹⁷³ Portal do entregador iFood. Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/termos/termosdeuso/> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

Por essa razão Slee (2017) nos adverte que a economia do compartilhamento é um movimento pela desregulação sob a batuta do capital financeiro e de importantes fundos de capital de risco, que fazem prevalecer os interesses desses grupos em desestabilizar as legislações democráticas em escala planetária, a fim de expandir a lógica do livre mercado a todas as dimensões da vida. O verdadeiro lema da economia do compartilhamento pode ser assim sintetizado: o seu corpo não é seu, mas do mercado.

Fatalmente, aos *novos desvalidos* restam seus corpos como empreendimento, os quais devem ser regulados. Por isso, a tônica foucaultiana do corpo dócil e disciplinado é retomada sob uma nova base. A fábrica, os presídios, as escolas e os hospitais eram, segundo Foucault (2003), as instituições coercitivas e disciplinares que impunham o controle aos corpos. Hoje a docilização encontra-se em marcha, mas o princípio disciplinar é pela submissão ao tempo abstrato, numa disciplinarização algorítmica.

A partir da *flânerie* por meio das nossas primeiras observações diretas ao campo empírico, em contato direto com os sujeitos entregadores ciclistas de aplicativos que compõem a amostra do universo desta pesquisa, inferimos que há uma submissão da espera ao chamado/notificação da plataforma, convocando-os para a tarefa. Enquanto os entregadores aguardavam, constatamos uma aparência de tempo ocioso ou “livre”, mas que se tratava de uma não-liberdade permanecer *on-line* por obrigação, visto que essa situação desenvolve um certo nível de ansiedade, haja vista a incerteza de ser ou não ser designado para realizar a tarefa.

Considerando que a média de horas trabalhadas entre a realização de corridas/entregas e a espera é algo em torno de dez horas por dia, como nos indicaram parcialmente os instrumentos de registro de dados, reforça-se aqui a metáfora da tornozeleira eletrônica anteriormente citada. Essa mescla de ócio aparente e execução da atividade exige uma docilização corporal, que se não é mais exercida pelas instituições tradicionais da era fordista, certamente está ao encargo da onipresença do controle virtual da *era digital-informacional*.

Ao afirmar que a vida social foi monetizada, Harvey (2011) aponta entre suas consequências a transformação qualitativa do tempo e do espaço. Contribui numa outra análise com alguma aproximação a noção de *flexitempo* elaborada por Sennett (2006), que desenvolveu esse conceito quando as plataformas digitais ainda estavam em gestação. Contudo, os entregadores de aplicativos e seus corpos flexíveis, encontram-se absortos frente ao *flexitempo* da *sociedade tecnológica avançada*, que perpassa o trabalho precário mediado pelos aplicativos, incidindo como um controle direto, mas que é ocultado sob uma forma de relação impessoal. Baixa remuneração e imersão da vida ao tempo abstrato são as verdadeiras

promessas cumpridas pelas plataformas digitais, os senhores reais sob uma aparência virtual no *novo capitalismo*.

O *Carlitos* do *capitalismo de plataforma e vigilância* permanece afetado física e psiquicamente dentro e fora do trabalho. Por isso, apesar das promessas, é pouco plausível o alcance de uma vida transbordante de sentido em todas as dimensões humanas, dentro e fora do trabalho (Antunes, 1999). As TICs nos colocam diante da possibilidade real de liberdade, da superação da barreira entre trabalho e não-trabalho. Em contrapartida, num momento em que as subjetividades introjetaram a pressão por desempenho, não há comunhão com esse ideal. Não podemos esquecer que “o neoliberalismo é um sistema muito eficiente – diria até inteligente – na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e às formas de expressão da liberdade (como a emoção, o jogo e a comunicação) é explorado” (Han, 2020, p. 11).

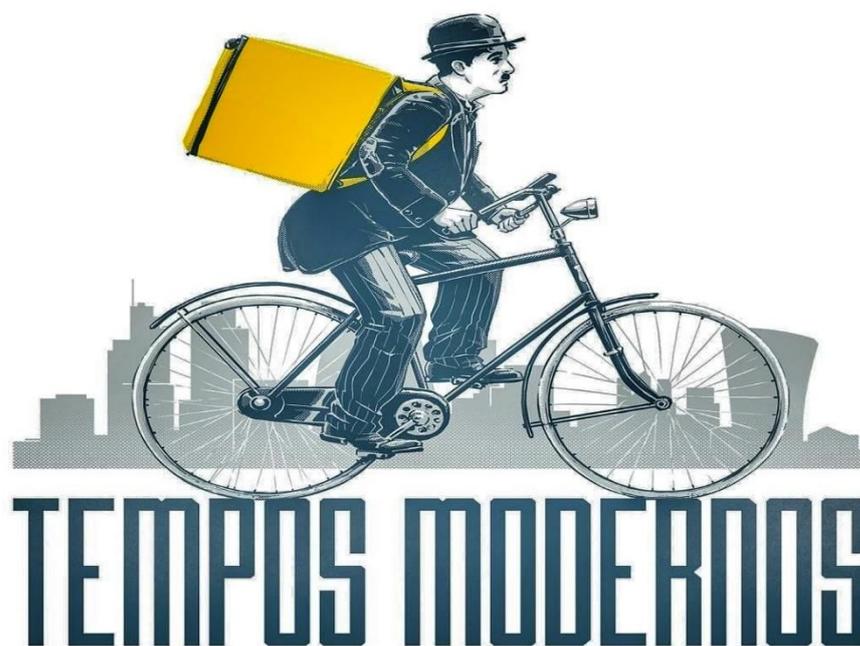


Figura 5 – Carlitos dos tempos modernos na *sociedade tecnológica avançada*
 Fonte: ENTREGADORES ANTIFASCISTAS. [Sem título]. São Paulo. 04 de set. 2021. Instagram:
 @entregadores_antifascistas

Permanecem nos novos tempos modernos o problema do puritanismo e a questão dos lazeres, conforme aguçada observação de Thompson (1991), a partir do contexto do capitalismo industrial, cuja lógica foi a conversão de seres humanos a novas unidades de tempo. O *flexitempo*, como expressão do capitalismo contemporâneo, impregna, agora, todos os interstícios da vida social, impondo uma autocorção ao desempenho. Contribui Ehrenberg

(2010) ao apreender o sentido de uma nova manifestação de exercício do poder, que traduz um novo paradigma da eficácia, não apenas pela imposição da disciplina, mas sobretudo pelo estímulo ideológico da pretensa autonomia, partindo da manipulação dos sentimentos e emoções, mas deixando a encargo dos próprios sujeitos a imposição a si próprios de uma (auto)disciplina reveladora do caráter narcisista e ascético cultivado.

Os entregadores ciclistas de aplicativos e a contingência da atividade executada com o aporte da interface digital demonstram tacitamente que a emancipação não está nos horizontes das TICs. A autonomia no exercício dessa atividade reside no fato de eles usarem o *smartphone*, mas o trabalho que realizam paradoxalmente não é condizente com o *status* da máquina inteligente, da qual recebem as demandas estabelecidas por uma programação algorítmica, e sob as quais não possuem qualquer controle.

A *flânerie*¹⁷⁴ foi iniciada a fim de subsidiar o que deveríamos observar no trabalho de campo. Encaminhamo-nos aos locais a seguir: Extra, *Burger King* (BK) e *McDonald's*. O primeiro, um hipermercado que passou a pertencer a outra rede do mesmo serviço e na sequência duas conhecidas redes de *fast-food*. Esses três estabelecimentos foram selecionados de acordo com nossa percepção, na época, relacionada ao fluxo de entregadores nas imediações das suas instalações, ao que chamamos provisoriamente de complexo comercial do *delivery*. Contudo, a cidade, em maior ou menor incidência, foi tomada pelo *delivery*.

O que é importante situar da região aludida é o fato de ela abrigar espacialmente bairros de classe média (em graduações que oscilam da baixa à alta) e uma concentração de estabelecimentos comerciais diversos, como hipermercados, farmácias, *shopping centers*, restaurantes, lanchonetes e *fast-foods*). Reafirmamos que eles são vistos em uma amplitude territorial considerável da capital, mas para fins de exequibilidade dessa pesquisa delimitamos essa área.

Chegamos BK por volta das 11h30¹⁷⁵, sentamo-nos numa mureta e ficamos a observar a movimentação de entregadores *motoboys* e ciclistas. Deparamo-nos frente a dois jovens do gênero masculino, sentados na grama do jardim do estabelecimento, aproximamo-nos deles, e numa breve conversa, ambos tinham 18 anos de idade, eram estudantes de escolas da rede oficial de ensino, os quais, devido aos efeitos da pandemia na educação, começaram a fazer entregas há cinco meses aproximadamente.

Nesse dia e no mesmo local, uma jovem entregadora ciclista que abordamos, também estudante, de 18 anos e negra (segundo a nossa percepção em relação ao seu fenótipo),

¹⁷⁴ Essa etapa do trabalho de campo compreendeu os dias 15 e 16 de outubro de 2020.

¹⁷⁵ Registros do dia 15 de outubro de 2020.

informou-nos que fazia entrega há aproximados cinco meses, pelo fato de não estar estudando, ou como relatou brevemente, devido ao ensino remoto. Por isso, resolveu acompanhar o exemplo do seu namorado. Noutra abordagem, conversamos com um entregador *motoboy*, que nos revelou encontrar-se nessa situação há menos de três meses. O que o levou a fazer entregas por aplicativos foi a sua demissão do *Shopping Jardins*, onde atuava como bombeiro civil, encontrando uma alternativa de trabalhar por meio de sua motocicleta e dos aplicativos.

No dia seguinte¹⁷⁶, por volta das 11h, chegamos ao estacionamento do hipermercado Extra. Havia duas vagas adaptadas para veículos, numa espécie de ponto de espera para entregadores. Estava equipada com bancos de madeira e tomadas para carregamento dos celulares. Três entregadores *motoboys* ocupavam o local, quando apresentamos as credenciais de pesquisador, solicitando permissão para fazer um registro fotográfico, pleito que foi acatado prontamente. Apesar da infraestrutura básica, o calor estava forte e provavelmente não haveria sombra em determinado período. Chamou-nos à atenção o fato de dois deles estarem jogando dama e o outro a observar a partida.

Do lado externo ao hipermercado, encontramos um entregador ciclista de aplicativo¹⁷⁷, que foi por nós abordado, seguindo-se de uma breve explicação do motivo da nossa presença ao local, ao que manifestou não haver qualquer problema. Era um sujeito do gênero masculino, de 45 anos e residente no bairro Santa Maria¹⁷⁸. Foi o que ele nos respondeu. Questionado sobre sua rotina de trabalho de entregador ciclista de aplicativo, disse-nos que fazia as corridas das 10h30 até por volta das 19h. Pelo fato de o local de sua residência ser perigoso, referindo-se à violência e aos riscos de assaltos e roubos, assim afirmou que normalmente essa era sua jornada de trabalho.

Não retornava para almoçar em casa a fim otimizar o tempo que seria dispendido para essa finalidade. Realizava suas refeições na rua e trazia na própria *bag* a marmita com o almoço. Segundo ele, a média do pagamento pelas entregas naquela ocasião¹⁷⁹ era de aproximadamente R\$ 5,30. Apesar de ter as plataformas digitais *iFood* e *James* instaladas no *smartphone*, avaliava que era mais vantajoso dedicar-se somente ao segundo aplicativo, devido ao fato de a demanda de compras no Extra, conforme sua avaliação, ser alta e satisfatória.

Ao comentar sobre suas experiências de trabalhos anteriores, a fim de responder a nossa pergunta, elencou que foi vendedor de picolé por cerca dez anos; foi carroceiro e mencionou

¹⁷⁶ Registros do dia 16 de outubro de 2020.

¹⁷⁷ Registros do diário de campo, da observação direta realizada no dia 16 de outubro de 2020, na área externa do hipermercado Extra, no horário das 11h às 11h30.

¹⁷⁸ Referiu-se à localidade como Terra Dura, o nome anterior do bairro.

¹⁷⁹ Os valores das entregas são determinados pelas plataformas digitais unilateralmente.

que também trabalhou muito de “*pá e enxada*” – numa alusão aos trabalhos braçais que já realizou. Por mais absurdo que pareça, esse sujeito nunca teve uma ocupação formal anterior, conforme expressou. Falou ainda que não sabia como vivia naquela época, exprimindo uma comparação com a atual ocupação de entregador ciclista de aplicativo como algo vantajoso, um bom trabalho em relação às outras atividades que já havia exercido. Conversamos ainda sobre o trânsito, a segurança, a aquisição da *bag*, o pagamento etc. Ele nos fez lembrar a resignação de Coriolano; afinal, só ele sabia o que tinha passado e passava para sobreviver.

Dirigimo-nos posteriormente ao *McDonalds*, nessa mesma avenida, cerca de 3km na direção do centro da cidade. Defronte ao mencionado estabelecimento, encontravam-se alguns entregadores *motoboys* e ciclistas. Um deles – ciclista – estava de saída para fazer uma entrega, terminando de acomodar o produto na *bag*. Fomos falar diretamente com o outro entregador ciclista que permaneceu. Era um jovem, negro, com uma idade aproximada de 18 anos, o qual, demonstrando muita propriedade, explicou-nos sua visão sobre o trabalho de entregador a partir da sua experiência social. Relatou-nos que esteve enfermo, havia contraído recentemente a covid 19, e isso o impossibilitou de realizar entregas por um período de aproximadamente 15 dias. Ao retornar ao trabalho percebeu que sua pontuação acumulada foi perdida; ou seja, sua avaliação/reputação junto às plataformas digitais em que atuava baixou de nível.

Alegou-nos que não foi beneficiado com qualquer tipo de assistência, não obteve quaisquer rendimentos nesse período em que ficou sem trabalhar por razões de saúde. Disse-nos que era um entregador nuvem. Ao questionarmos do que se tratava, explicou-nos a diferença entre o entregador nuvem e o OL. Uma empresa terceirizada pelo *iFood*, segundo ele, recruta um grupo específico e selecionado de entregadores *motoboys* e ciclistas, colocando-os na praça. Isso significa que, diferentemente dos entregadores nuvens, os OLs cumprem turnos previamente determinados. Sobre sua compreensão acerca do cumprimento de uma jornada, afirmou-nos que é por demanda, não por hora de trabalho. Para ele, trabalhar ou não trabalhar dependeria da vontade da pessoa, manifestando que ficava *on-line* ou *off-line* quando quisesse.

Contou-nos também sobre os bloqueios promovidos pelas plataformas digitais aos entregadores, o tratamento de alguns clientes e do tempo para a realização das entregas. Os atrasos, de acordo com a sua percepção, interferiam numa perda de prioridade; era como se existisse uma invisível fila de espera. Prosseguiu sobre essa questão, buscando demonstrar uma compreensão da lógica algorítmica ao nos dizer que o algoritmo analisava a frequência do tempo em que ele permanecia *on-line*, se estava engajado e disponível. Essa vigilância algorítmica, portanto, traçava o perfil do entregador e, para ele, era o fator que interferia na distribuição das entregas.

Esses primeiros contatos no campo empírico evidenciaram-nos que a economia do compartilhamento, uma das nomenclaturas embusteiros para se referir às mudanças na dinâmica do trabalho mediado por tecnologias digitais, com certa leveza na narrativa, teve suas premissas assentadas em casos anteriores; mas, a *Uber* tornou-se emblemática nesse segmento, ao ponto de se tornar a referência para denominar as formas de trabalhos e de prestação de serviços mediados por aplicativos, que se desdobraram a partir dela, circundados pela *cerca invisível* do algoritmo.

A *uberização* não deve ser empregada fortuitamente, pois sua melhor compreensão remete à observação de mudanças que se processaram a partir da intermediação tecnológica, permitindo a conexão entre consumidores e transações reais, da locação de imóveis aos serviços de transporte de pessoas e produtos, numa onda de novos negócios que receberam a denominação de economia de compartilhamento (Slee, 2017).

Entre alguns significados da palavra compartilhamento, destacam-se os sentidos de partilha, tomar parte de algo em conjunto, entre outros. A economia do compartilhamento (*sharing economy*), para Slee (2017), não comunga com o seu próprio lema “*o que é meu é seu*”, que numa concepção inicial previa a realização de trocas pessoais num nível restrito a partir de uma ideia de comunidade e cooperação. Ao contrário, adverte-nos o autor que prevaleceu a sanha disruptiva e ambiciosa em termos globais, capitaneada por empresas poderosas apoiadas em montantes bilionários de capital de risco, perseguindo por meio das tecnologias que desenvolvem, enfraquecer as leis democráticas.

O uso de corpos por essa lógica confirma que se trata de sujeitos monetários, são objetos/coisas compartilhadas em desigualdade de condições, prefigurando o estatuto da liberdade real sob o *capitalismo de plataforma*. O que é seu – corpo – é meu – plataformas digitais. Os corpos-emprego aliçados da dinâmica do trabalho formal atualmente encontram consonância em Kurz (1993), ressaltando que ainda há um grau de dependência dos processos produtivos pela exploração do trabalho abstrato, tal qual um cão que recebe um osso para roer e não quer largar. A situação ganha contornos dramáticos no tocante ao enfrentamento do desemprego estrutural, no qual o Estado se exime e joga a conta aos próprios sujeitos.

Esse problema é perpassado por múltiplas determinações, mas não foi mera coincidência o crescimento do número de entregadores de aplicativos, especialmente durante a pandemia da covid-19. Somente no mês de março de 2020, a plataforma digital *iFood*¹⁸⁰,

¹⁸⁰ O *iFood* é uma empresa de tecnologia brasileira (capital fechado) que, desde a sua fundação em 2011, atua no ramo de entregas de alimentos pela internet. É a líder desse segmento na América Latina, presente no México, na Argentina e na Colômbia.

empresa do ramo de entregas e presente em mais de mil cidades brasileiras, registrou 175 mil inscrições de entregadores¹⁸¹. Sob a aparência de oportunidade, oculta-se uma forma inovadora de explorar a força de trabalho no precário setor de serviços digitais.

A condição de liberdade para a venda da sua força de trabalho, que outrora caracterizou o proletariado, hoje se transmutou numa condição de liberdade para o compartilhamento dos seus corpos. Lembra-nos Morozov (2018) que não podemos negligenciar a narrativa do Vale do Silício na fase atual do capitalismo, combinando uma oferta de serviços eficientes e preço baixo, plasmando tudo que o *ethos* do consumidor deseja.

Os entregadores ciclistas de aplicativos arriscam-se no tráfego disputando espaço e mobilidade com os demais veículos automotivos, motocicletas e pedestres. Embora em Aracaju exista um quantitativo razoável de ciclovias¹⁸², nem sempre elas perfazem rota mais ágil para cumprir os itinerários das entregas. Transportar remédios, alimentos e compras de supermercado faz parte da rotina de produção/reprodução da existência dessas pessoas. São seres humanos prescindíveis sob a ótica da precariedade existencial de brasileiros que experienciam nos seus corpos alçados ao estatuto de empreendimento, a experiência social da subcidadania (Souza, 2018b). Os subcidadãos aqueles que se encontram permanentemente em exclusão social, são sujeitos objetificados, porém imprescindíveis à cadeia de prestação de serviços oferecida pela economia do compartilhamento no *novo capitalismo*.

Subsidiados pelas informações obtidas com as observações, conversas e registros no diário de campo, elaboramos os parâmetros a fim de procedermos com uma *flânerie* mais densa, tanto na perspectiva das abordagens, quanto nas nuances, condutas e comportamentos a serem observados e registrados. Na primeira etapa das observações diretas¹⁸³, estivemos munidos de um maior rigor aos pontos observáveis, e numa imersão ao *processo de vida real*, a fim de registramos alguns comentários dos entregadores enquanto aguardavam a notificação do aplicativo para a realização de entregas.

A conversa entre eles girava sobre os estabelecimentos que não faziam questão de atender aos chamados, apesar da consequência da perda pecuniária ou da longa espera por outra corrida, conforme a fila de espera algorítmica. Destacaram a discriminação sofrida e os maus

¹⁸¹ Número de entregadores de aplicativo cresce após covid-19. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/numero-de-entregadores-de-aplicativo-cresce-apos-covid-19,a260720f923439424d686333ed8d32ee9arc7ofd.html>> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

¹⁸² Dados estimam que há em Aracaju aproximadamente 70km de ciclovias que, em termos proporcionais, conferem a essa capital o maior quantitativo nacional. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/noticias/111/aracaju-tem-maior-proporcao-de-ciclovias-do-pais.html>> Acesso em: 21 de setembro de 2021.

¹⁸³ Registros do diário de campo da *flânerie*, por meio da observação direta realizada no dia 10 de dezembro de 2020, na área externa do supermercado Pão de Açúcar.

tratamentos recebidos, sempre acompanhados de perto pelos seguranças e muitas vezes convidados a se retirarem, sob a justificativa de que não podiam adentrar os espaços em questão com a *bag*, além de não poderem deixar suas bicicletas paradas em qualquer local dos *shopping centers*, enquanto aguardavam a preparação dos pedidos efetuados por aplicativos, pelos restaurantes e demais estabelecimentos das praças de alimentação.

As condições de isolamento e distanciamento sociais advindas da pandemia levaram à ampliação da oferta dessa necessidade de conexão entre consumidores e provedores de serviços, por meio das plataformas digitais. O consumo sempre essencial manteve-se em alta para certos setores, e o *delivery* realizado pelos entregadores foi crucial para essa finalidade. Não por acaso, a brasileira *iFood* obteve o aval da *Agência Nacional de Aviação Civil* (Anac) para realização de testes com drones a fim de realizar entregas de alimentos. Como toda bem-intencionada iniciativa, “devido ao avanço da pandemia de covid-19, a empresa está avaliando o momento mais adequado para dar início ao projeto, levando em consideração o bem-estar e a saúde dos colaboradores e parceiros¹⁸⁴”.

Nessa linha que aponta a aplicação da tecnologia digital, nos EUA, apesar das consequências do atropelamento seguido do óbito de um pedestre, a *Uber* garantiu uma nova permissão para retomar seus testes com os carros autônomos, em São Francisco, berço do Vale do Silício¹⁸⁵. Em breve, operadores de drones e controladores de sistemas de carros autônomos irão compor, juntamente com os entregadores de aplicativos, o quadro do precariado digital.

Num momento de dominância do vocábulo *smart* (inteligente), dispomos de eletroeletrônicos, casas e até cidades inteligentes. No entanto, há uma evidente contradição que, nesse caso, leva-nos a concordar com o fator econômico prevalecendo sobre o tecnológico. A *era digital-informacional* não pode abrir mão, no setor de serviços *delivery*, dos corpos e do dispêndio muscular-nervoso que situa os entregadores de aplicativos no ramo dos trabalhos degradantes. Essa degradação é intensificada no caso dos ciclistas que, em sua maioria¹⁸⁶, tracionam o veículo por meio do emprego de força física, dos movimentos dos seus corpos.

¹⁸⁴ Essa foi a nota expedida pela empresa, justificando os testes e os seus propósitos. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/ifood-recebe-aval-da-anac-e-comecara-a-testar-delivery-de-comida-por-drones-em-breve/>> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

¹⁸⁵ Disponível em: <<https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/uber-volta-a-testar-carros-autonomos-nos-eua-apos-2-anos-10032020>> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

¹⁸⁶ Durante o trabalho de campo, constatamos alguns ciclistas entregadores de aplicativos com o seu instrumento de trabalho, a bicicleta, equipado com um motor. Contudo, continuavam enquadrados, segundo os termos e condições de uso da plataforma digital, como ciclistas, apesar de uma suposta vantagem em relação aos que não dispunham desse meio. Entretanto, os comentários em geral referiam-se ao motor instalado na bicicleta mais como um tormento do que um benefício, em face da sua fragilidade, o que levava a quebras constantes e consequentemente um maior gasto com manutenção.

O *savoir-faire* dos entregadores ciclistas de aplicativos consiste em manusear um *smartphone*, compreender ou pelo menos se localizar por meio do mapa e da rota apresentada pelo GPS, além de entender os comandos demandados pela plataforma digital a que está vinculado. Há ainda a exigência de um nível de condicionamento físico e de resistência ao calor para suportar os minutos e horas de espera, enquanto ficam na expectativa do chamado/notificação para a realização das entregas.

De forma contundente, Morozov (2018), emprega a metáfora da sociedade como um *aquário digital* povoado por peixes mortos, mas que, apesar disso, nadam de forma milagrosa, numa referência cristalina à realidade de um mundo impregnado pela tecnologia e em colapso do ponto de vista social. Prossegue em sua reflexão o autor bielorrusso, desmascarando as utopias vãs em torno do potencial democratizante de uma sociedade em rede baseada na internet. Pelo contrário, as empresas de tecnologias e a oferta dos seus serviços mantêm-nos numa bolha fazendo desmoronar quaisquer premissas de constituição de uma aldeia global, apesar das conexões promovidas pelas TICs.

A bicicleta ou motocicleta, o *smartphone* e a *bag* tornaram-se marcadores simbólicos que identificam imediatamente os entregadores de aplicativo. As atribuições consistem, em alguns casos, fazer as compras, mas a função precípua é transportar e entregar os produtos no destino. Sob a prerrogativa de não trabalharem para ninguém, uma vez que são empreendedores, manifestando que “a liberdade individual, que atualmente assume uma forma excessiva, é nada mais nada menos do que o excesso do próprio capital” (Han, 2020, p. 13).

Retomando as bases aristotélicas, Agamben (2017) promove uma densa reflexão sobre o uso dos corpos dos escravos. Podemos inferir a partir do pensamento desse autor que os entregadores de aplicativos, também reconhecidos como escravos digitais, não pertencem a si mesmos, mas a outrem, pois não há quaisquer vestígios do corpo sujeito, segundo a sofisticada acepção de Merleau-Ponty (2006). No cenário tecnológico, o uso dos seus corpos pelas plataformas digitais situa-os como os apêndices necessários às limitações do virtual com a materialidade. Os produtos podem até ser adquiridos por um clique, mas a efetivação do consumo de muitos itens ainda é palpável. Assim, eles precisam chegar aos consumidores pela via do dispêndio de energia corpórea de quem os transporta.

Sem padrões, ou melhor, padrões de si mesmos, detêm uma suposta liberdade de escolha para decidir os horários de trabalho. Se o Estado lava as mãos e fecha os olhos em relação aos direitos sociais, basta fazer o *download* do aplicativo adequado e tudo estará resolvido como num passe de mágica. De aluguéis baratos a motoristas, entregadores (*motoboy*s ou ciclistas), diaristas, professores etc., sempre disponíveis, a ideologia do Vale do Silício promete, por meio

do *solucionismo tecnológico*, alternativas aos problemas do desemprego, da ineficiência do transporte e mobilidade, da locação de imóveis, do ensino, enfim, da prestação de serviços diversos (Morozov, 2018).

A precariedade do trabalho não é uma condição recente. Desde a emergência do trabalho sob o capitalismo, a sua conotação não se desvinculou da etimologia da palavra latina *labor*. Barros (2018) afirma que a precarização do trabalho e a precariedade da existência são crias da acumulação do capital sob o processo de produção capitalista. Trabalhar, portanto, é submeter-se ao martírio de exercer uma atividade por obrigação. Todavia, as plataformas digitais, ao entrarem em cena, estão deslocando o caráter da obrigação para um tipo de vocação inata ao empreendedorismo.

O trabalho na modernidade circunscreve-se aos dilemas humanos e aos anseios de liberdade por ser através dos corpos e pelos corpos que o drama dos trabalhadores e o peso em realizar uma atividade para a satisfação das necessidades deixam escancarada a dominação social. Sob qualquer configuração do sistema capitalista, “o processo de trabalho, cujo resultado é a mutilação e o embrutecimento dos órgãos do trabalhador, garante que o desenvolvimento da sensibilidade, nas camadas inferiores da pirâmide social, não vá além da medida tecnicamente exigida” (Marcuse, 1997, p. 184). Ainda que manuseiem uma interface tecnológica-digital e em vez de trabalhadores sejam chamados de empreendedores, além da mutilação e do embrutecimento, o sofrimento que abrange as dimensões psíquica e física é outro fator que entra em cena a fim de cercear quaisquer possibilidades do desenvolvimento da sensibilidade para perceber-se como explorado.

Segundo Morozov (2018), a inserção e alcance da ideologia neoliberal não podem ser assumidas acriticamente, desartando a discussão sobre a tecnologia do bojo das questões econômicas e políticas. Dardot e Laval (2016) corroboram essa perspectiva ao constatarem a vigência de uma sociedade empresarial que incorporou e ressignificou o modelo do empreendedor-inovador desenvolvido por Schumpeter, desembocando num neoschumpeterismo.

A finalidade precípua de toda empresa é vender seus produtos e obter lucros. Este seria o adágio simplificado da sociedade empresarial sob a vigência da economia do compartilhamento. Embora se afigurem como o auspício de uma sociedade pós-trabalho, as tecnologias digitais a ela agregadas acentuam formas de exploração do trabalho dignas dos primórdios da revolução industrial, sem falar na ausência de coesão identitária desse novo trabalhador que emerge destituído de laços classistas (Scholz, 2016). Um olhar correlato apreende que sob a premissa da economia do compartilhamento prevalecem o cultivo da

desigualdade e a busca franca por desregulações, confirmando-se que a monetização está na ordem do dia, e seu propósito travestido de benevolência é ocupar o lugar das instituições democráticas através do dinheiro (Slee, 2017).

Ao expor as condições do trabalhador livre e produtivo quando o capitalismo industrial engatinhava, Marx (2002) trazia dados de condições desumanas. Certamente, houve o aprofundamento da reificação na contemporaneidade que incidiu sobre a força de trabalho compartilhada. Os efeitos se sobressaem, recaindo sobre centenas de milhares de corpos produtivos desocupados, subocupados e em desalento. As pessoas sob tais circunstâncias tomam a aparência de liberdade no discurso do empreendedorismo, pela própria liberdade.

A partir das reflexões lukacsianas sobre o trabalho produtivo, podemos afirmar que o trabalho digital, no seio da racionalidade moderna, tem como característica a falta de vontade, de forma que o caráter ativo do trabalho é suprimido ao aspecto contemplativo. Diz-nos o filósofo húngaro que

a atitude contemplativa diante de um processo mecanicamente conforme as leis e que se desenrola independentemente da consciência e sem a influência possível de uma atividade humana, ou seja, que se manifesta como um sistema acabado e fechado, transforma também as categorias fundamentais da atitude imediata dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível do espaço (Lukács, 2003, p. 204).

Não esqueçamos que o pretense chefe de si tem uma jornada incerta. A quantidade de entregas não é decidida por ele. Para não sermos injustos com os aplicativos, o atendimento e aceitação da notificação são opcionais, pois os entregadores têm a autonomia para declinar das corridas. Mas a tomada de decisão “autônoma” gera uma consequência que podemos constatar *in loco*, quando após três corridas/entregas consecutivas realizadas para o GPA, estabelecimento cliente dos aplicativos, o entregador ciclista que acompanhávamos¹⁸⁷ optou em sua liberdade ilimitada por não atender à notificação seguinte, esse fato ocorreu por volta do meio-dia.

Ao questionarmos sua decisão, alegou-nos que a distância do local de destino da entrega notificada, o horário e a taxa a ser recebida não compensariam o deslocamento e o dispêndio de energia física. A autonomia dessa decisão foi interpretada pelo impessoal algoritmo como o fazer “corpo mole”, num dia que até então parecia promissor no tocante ao alcance da meta

¹⁸⁷ Registros do diário de campo de um pesquisador *flâneur*, por meio das observações diretas realizadas no dia 10 de dezembro de 2020, na área externa supermercado do Pão de Açúcar.

diária por ele estabelecida. Após essa recusa amargou um longo período de molho, foi jogado ao fim de uma longa e obscura fila de espera até o chamado seguinte.

Dejours (1992) atenta-nos para a questão do medo e da apreensão dos trabalhadores que exerciam uma atividade imersa no risco no caso das indústrias petroquímicas. Na esfera da informalidade mediada por aplicativos, a execução de tarefas pelos entregadores ciclistas podem guardar relação ao exemplo do autor mencionado, uma vez que essa modalidade de trabalho também impõe aos sujeitos elevados níveis de ansiedade que, aliados à exigência do empenho físico na atividade, atuam na extenuação e desgaste desse grupo destituído de defesas coletivas.

Ao acompanharmos os sujeitos ciclistas entregadores fazendo o uso dos seus corpos em compartilhamento junto aos aplicativos, pedalamos num dia de campo uma distância aproximada de 33km. Desse montante, cerca de 10km compuseram o deslocamento de ida e volta para casa. Pensando na rotina real desses *empreendedores de subsistência* para produzirem/reproduzirem suas existências, logo nesse trajeto (casa-trabalho e vice-versa) há uma exposição direta aos riscos dos acidentes de trânsito. Muitos desses entregadores, inclusive, percorrem uma distância maior por residirem em bairros mais distantes e até na região metropolitana da cidade. Há ainda o risco de serem assaltados, um dos seus instrumentos de trabalho, o celular, tornou-se um objeto visado pelos assaltantes.

Embora essa atividade de trabalhador nuvem não tenha um local fixo, o tempo de movimentação, em outras palavras, de realização das corridas/entregas e o tempo decorrido enquanto se aguarda o chamado, é emblemático dessa condição de precariedade e prevalência do *flexitempo*. Os entregadores ficam à disposição da plataforma digital – *on-line* – uma média de oito horas, além de esperar muitas vezes em torno de duas horas para realizar uma entrega, confirmando-se

a singularização cultural dos indivíduos em personalidades fechadas em si mesmos, portadoras de sua realização em si mesmas, afinal corresponde ainda a um método liberal de disciplina que não exige domínio sobre um determinado plano da vida privada. Ela deixa o indivíduo persistir como pessoa enquanto não perturba o processo de trabalho, deixando as leis imanentes desse processo de trabalho, as forças econômicas, cuidarem da integração social dos homens (Marcuse, 1997, p. 122).

As forças econômicas atuantes nesse processo de integração social, sob a perspectiva da jornada de trabalho dos entregadores e do tempo ocioso em que permanecem *on-line* aguardando os chamados, instituem-se por meio de uma nova disciplina. Essas pessoas se

submetem à incerteza das demandas de trabalho sem quaisquer garantias de que vão atingir as metas diárias de ganhos, apesar de se disporem à rotina estabelecida pelos aplicativos.

Essa imersão nos levou a correlacionar a empiria a partir desses *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, ao que Standing (2020) definiu sobre o precariado no tocante ao sentimento de frustração e à ansiedade, combinando a *(auto)exploração* e o engajamento às plataformas digitais. Em consonância com as análises de Alves (2013), o precariado é o indicativo no seio do capitalismo tardio, de uma crescente parcela social imersa na precarização do trabalho e precariedade existencial sob a dinâmica global do capital.

Por isso, além das condições insalubres e até perigosas, esses párias que ficavam sentados ao relento nas calçadas e canteiros dos hipermercados, redes de *fast-food* e *shoppings centers* expunham-se durante a pandemia ao coronavírus, ao sol, ao calor e à chuva. As plataformas digitais estabelecem um *modus operandi* que mobiliza as emoções, por meio da estimulação da *ilusão* ou o *sentido do jogo* e seu potencial em captar o envolvimento dos que jogam.

Temos uma compreensão, partindo de Huizinga (2008), sobre a tolerância dos participantes envolvidos no jogo, no qual normalmente os desonestos são aceitos, pois burlam, mas continuam jogando, ao passo que o estraga-prazer é aquele que põe fim ao envolvimento. As plataformas digitais representam aqueles jogadores desonestos, mas que deixam o jogo fluir, não quebrando a magia e o envolvimento dos jogadores enquanto jogam.

Os entregadores de aplicativos demonstraram em alguns momentos certa insatisfação com o valor das taxas, os bloqueios indevidos, as reservas de horários etc., mas a sua experiência social precária distancia-os do que Braga (2017), numa densa análise conjuntural do período iniciado em junho 2013¹⁸⁸, a partir do Movimento Passe Livre (MPL), quando apesar das expectativas sobre um possível despertar do gigante, ele não aconteceu. Sem dúvidas, sob o ponto de vista da experiência social e histórica, aqueles incipientes levantes populares contra o aumento abusivo das tarifas do transporte público, a corrupção etc., foram momentos relevantes por mobilizarem vários segmentos de classes sociais no Brasil, mas o movimento aludido arrefeceu com a consumação do golpe em 2016, por meio do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e foi capturado por outra tendência. Braga (2017), acertadamente

¹⁸⁸ Cf. Essa menção ao fato ocorrido visa apenas localizar um ponto da nossa discussão, pois trata-se de algo complexo e que vai além do que estamos propondo a investigar nesta pesquisa. Entre algumas referências que ajudam à compreensão dessas manifestações que impactaram a recente história do país, apontamos as seguintes, a título ilustrativo: GOHN, M. da G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019; MARICATO, E. *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

aponta o entrelaçamento entre a mercantilização, a exploração e a expropriação do trabalho, que no calor das tensões sociais foi paulatinamente afrouxando.

Pretendemos enfatizar com a explanação acima, que concebidos isoladamente, os entregadores ciclistas de aplicativos, integrantes do precariado global, não dispõem de força para encampar a luta de classes. Justamente, encontram-se sob a constituição de uma experiência social precária e dispersa, impregnada da subjetividade neoliberal, cultivando uma percepção embaçada, desarticulada e sem correspondência entre sua situação social e sua situação de classe.

Bourdieu (2011) nos traz, a partir da *illusio*, alguns pontos de compreensão sobre o trabalho dos entregadores ciclistas de aplicativos, pelo fato de o envolvimento com a atividade assemelhar-se a uma espécie de aprisionamento ao jogo e pelo jogo. Esse o *sentido do jogo* que os faz permanecer *on-line* para os aplicativos numa expectativa por uma tarefa incerta. O que em outras palavras, poderíamos sintetizar que, a fim de garantirem a sobrevivência, é legítimo serem aliciados por submissão; afinal, a plataforma digital cumpre seu papel, oferecendo-lhes a oportunidade de chefiarem a si mesmos. Entregar/jogar ou não entregar/não jogar, eis a questão?

Apesar de ser um trabalho citadino, há uma sazonalidade no seu exercício sob o crivo do critério algorítmico que define anonimamente a distribuição das entregas. Assim, às vezes eles migram para as proximidades de outros locais que julgam ter uma demanda de serviços melhor no momento. Não há a liberdade numa atividade ou tarefa que é determinada por combinações algorítmicas e o tempo de entrega também é pré-estabelecido. O conhecimento e os corpos dos entregadores de aplicativos ficam subordinados a um controle virtual, mas real.

Não há dúvidas de que o trabalho digital realizado requer um nível razoável de aptidão física dos entregadores ciclistas de aplicativos. Recordamos o relato¹⁸⁹ de um deles sobre o *cansaço* ao chegar em casa, muitas vezes sem a meta de rendimentos atingida. Por isso, nos enunciou que viu muitos desistirem da empreitada devido à exigência física de uma atividade de trabalho que a pessoa se disponibiliza a realizar, mas a remuneração é incerta, por mais que se dediquem.

A nossa experiência social não foi tão visceral quanto aquela vivida por Cant (2021), que atuou por necessidade de produção/reprodução da sua existência como entregador de aplicativo no Reino Unido. Contudo, ao buscarmos uma aproximação compreensiva ao que denominamos de uma *flânerie* sob a perspectiva dos entregadores ciclistas, pudemos captar *in*

¹⁸⁹ Registros do diário de campo, da observação direta e da etnografia em movimento realizadas no dia 10 de dezembro de 2020, na área externa do supermercado Pão de Açúcar.

loco que, além do componente físico exigido, há uma elevação dos níveis de ansiedade, denotando um forte engajamento para que uma pessoa permaneça *on-line*, à disposição do aplicativo, aguardando o chamado. Confirma-se, portanto, que

os processos de trabalho ativo que residem em potencial na força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc. que para todos os fins práticos podem ser considerados infinitos, tanto mais que novos modos de trabalho podem ser facilmente criados mais rapidamente do que serem explorados. O capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital (Braverman, 1980, p. 57).

A plasticidade e a capacidade de exploração dos corpos pelo capital encontraram, por meio da sobreposição dos diversos processos de trabalho mediado por tecnologias digitais no *novo capitalismo* (economia do compartilhamento, uberização, capitalismo de plataforma etc.), aliados para sua expansão ilimitada. As plataformas digitais são empresas do *novo capitalismo* que dependem de relações econômicas e sociais pré-existentes, possuem um caráter parasitário, lucrando satisfatoriamente sob as bases já assentadas (Morozov, 2018). Portanto, a forma da plataformização do trabalho é a aparência fenomênica, o conteúdo e a essência da lógica do capital visa sempre a acumulação desmedida.

O desemprego e a necessidade de renda para sobreviverem são certamente motivos plausíveis que levam os sujeitos aos aplicativos. Para muitos corpos jovens, a atuação como ciclista entregador de aplicativos vem sendo a primeira experiência de trabalho. Aos nos submetermos ao trânsito aracajuano acompanhando¹⁹⁰ um jovem ciclista entregador, percebemos que ele freava a bicicleta com dificuldades quando nos aproximávamos dos cruzamentos e dos semáforos fechados (vermelho) na direção do nosso deslocamento. Observamos o cabo de aço do freio quebrado; e ao lhe perguntarmos o motivo pelo qual não havia consertado, a resposta foi taxativa: não tenho dinheiro no momento para efetuar esse reparo. Encontramo-nos cerca de duas vezes de uma semana para outra, e o seu instrumento de trabalho continuava com a avaria indicada.

Para o combate ao desemprego estrutural, eis a solução: plataformas digitais, também chamadas de empresas de tecnologia ou *startups*. Bourdieu (1998) nos diz que o poder do mercado foi sacralizado. Dessa maneira, as regulamentações que outrora asseguravam direitos aos trabalhadores foram destroçadas em nome da liberdade econômica. Mais uma vez vale

¹⁹⁰ Registros do diário de campo sobre a observação direta e a etnografia em movimento realizadas no dia 10 de dezembro de 2020, na área externa supermercado do Pão de Açúcar.

lembrarmos que, diferentemente de muitos países europeus no período pós-guerra, não foram implementadas no Brasil as políticas do Estado de bem-estar social, portanto,

o novo na precarização do trabalho estaria na perda de direitos e uma espécie de retorno ao capitalismo original, com a predominância de um darwinismo social como ideologia. Os melhores sobreviverão no mercado, o trabalhador é responsável por sua empregabilidade e deve correr atrás dela, os demais são descartáveis (Lima, 2002, p. 21).

Frente ao neoliberalismo, os corpos como empreendimento arriscam-se sob o preço da integridade física e da vida. Não chefiam a si mesmos, mas se submetem à realização de entregas a fim de cumprir as exigências dos aplicativos em busca de uma boa reputação, expondo-se, na linha de frente, ao risco de contágio do novo coronavírus. Ainda que a conquistem, não existe qualquer manutenção de uma rotina e renda.

O cinismo dessas empresas chega ao extremo, com a opção da gorjeta que os consumidores (clientes) podem pagar – voluntariamente – caso avaliem os entregadores (ironicamente também clientes) como merecedores de tal conquista. Agora a responsabilidade não é mais pela busca das escassas oportunidades de empregabilidade, mas sim pela introjeção do darwinismo social que leva as pessoas a feitorizarem-se a si mesmas nos subempregos disponíveis.

Sennett (2006) lembra-nos de que o nosso senso de caráter pode ser corroído à medida que há uma elevada exposição ao risco e a um perene cenário de incertezas. A imediatividade, prossegue o autor, não permite planejamento a longo prazo, desorientando qualquer atitude nesse sentido, além de fragilizar o estabelecimento de laços de confiança.

O nível de precariedade do trabalho na *era digital-informacional* causaria inveja às jornadas e condições de trabalho do século XIX. Dir-nos-á Han (2015) que a *(auto)exploração* de si manifesta-se em decorrência da busca excessiva por desempenho e trabalho, criando um simulacro de liberdade, uma vez que os sujeitos têm dificuldade ou não conseguem diferenciar o explorado do explorador. É justamente essa liberdade aparente, patológica e paradoxal, ainda na sua concepção, uma fonte de sofrimento psíquico e físico que se alia as outras consequências sociais que tornam plausível uma retomada do termo *desvalido*, para nos referirmos aos corpos que estão situados entre a exploração e a *(auto)exploração*, cujos usos confirmam a precariedade da vida como norma.

A conversão dos sujeitos despossuídos em trabalhadores livres não foi um processo pacífico e natural no início da industrialização. A esse respeito, Marx (2002) descreve com riquezas de detalhes as medidas que usurparam as terras dos camponeses e fomentaram a

acumulação primitiva. Na contemporaneidade também se verifica o pouco apreço ao uso dos corpos de muitas pessoas convertidas em sujeitos monetários ou *ralé estrutural*, restando-lhes vender, ou melhor, alugar a própria pele para esfolamento.

Os entregadores e seus corpos dispensáveis contraditoriamente carregam um caráter socialmente necessário aos processos de trabalho diretamente produtivos mediados por tecnologias digitais. A ótica neoliberal no tocante ao conflito capital *versus* trabalho segue ao ritmo das desregulamentações e flexibilizações no que tange ao trabalho. Considerando-se esses fatores a partir de uma realidade como a brasileira, é mister destacar que “a formalização das relações de trabalho no país sempre atingiu parcela minoritária dos trabalhadores, agora afetados pelo novo contexto econômico” (Lima, 2002, p. 22).

Esse processo intensifica-se atualmente no corpo como empreendimento, que também é um corpo submisso, derrotado, pressionado e sem expectativas. Encontra-se preso à imediaticidade e mergulhado na precariedade. Os trabalhadores de plataformas digitais ou aplicativos englobam diaristas, professores, entregadores (*motoboys* ou ciclistas), motoristas, entre outros. Todos sob tais circunstâncias cumprem essa sentença. A narrativa do neoliberalismo sobre a diminuição do peso do Estado e a regulação da vida social ao encargo do mercado não passa de falácia.



Figura 6 – Empreendedor de subsistência em ação

Fonte: Trabalho de campo. Registro fotográfico realizado em 18 de dezembro de 2020.

Isso confirma a análise de Safatle (2021) sobre o caráter intervencionista do neoliberalismo atuando como um procedimento de engenharia social, impactando diretamente tanto na forma dos conflitos sociais quanto na estrutura psíquica dos sujeitos. Se a tônica do Estado é se eximir das responsabilidades e direitos sociais, o mercado como regulador é a bússola para a acumulação ilimitada. O preço não importa, desde que a segurança seja garantida aos investidores, ao custo da precariedade existencial e da devastação ambiental, personificando o que Morozov e Bria (2019) sagazmente denominaram de regime de bem-estar privatizado, persistindo a monetização de tudo como o princípio balizador da ordem do dia.

Os entregadores ciclistas de aplicativos expressam uma parcela dos novos *desvalidos* exercendo uma atividade que combina o uso de tecnologias digitais com a exploração da força de trabalho no sentido do dispêndio de energia física, embora, nesse limiar, ocorra também um brutal processo de *(auto)exploração*. A percepção que os sujeitos elaboram em face dos fatores coercitivos externos é atenuada, uma vez que o conflito social é dissolvido e convertido em num dilema individual, pela introjeção de uma subjetividade típica de um atleta em busca de *performance* (Safatle, 2021).

Durante o acompanhamento a um entregador ciclista de aplicativo¹⁹¹ atuante com maior ênfase pela *startup* colombiana *Rappy*, embora dispusesse no seu *smartphone* de outras plataformas digitais instaladas, sua opção por ela partia do fato de ser detentor de uma reputação diamante¹⁹², o que lhe garantiria uma preferência para as entregas. Isso aliado a um suposto domínio da dinâmica do aplicativo¹⁹³, assegurar-lhe-ia a consolidação da sua meta diária ideal, estabelecida entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00. Manifesta-se a experiência social precária, que Souza (2018b) denominou de *habitus* precário, com a qual esse autor se refere a um conjunto de pessoas cujo estigma, seja a etnia seja a posição social, por exemplo, impõe a perpetuação desse *habitus* mediado por uma experiência social precária, restando-lhes submeterem-se – cumprindo a sina heroica do *self-made-man* – a condições de trabalho e vida degradantes.

Os entregadores dispõem nas suas mentes das estruturas que lhes confere o *sentido do jogo* empreendedor? A capacidade de submeter-se à precarização do trabalho e a suportar a precariedade da vida implica, em consonância com o pensamento de Bourdieu (2011) a seguinte leitura: os entregadores ciclistas de aplicativos reconhecem e se submetem às demandas do

¹⁹¹ Registros do diário de campo, da observação direta e da etnografia em movimento realizadas no dia 18 de dezembro de 2020, no hipermercado G. Barbosa do Shopping Jardins.

¹⁹² A alusão a uma pedra preciosa remetia ao seu nível de reputação como entregador.

¹⁹³ Nesse período ele ficava apenas no hipermercado da rede G. Barbosa, no *Shopping Jardins*.

empreendedorismo de subsistência porque seus espíritos foram estruturados por esse *habitus* oriundo de uma experiência social precária que para eles faz o jogo valer a pena.

O *habitus* proveniente de uma experiência social precária confere o sentido que faz o jogo valer a pena, o que, segundo Souza (2018b), é uma forma de classificar objetiva e simbolicamente os sujeitos a partir de sua situação de classe. Então, subprodutores e subcidadãos são os arquétipos dos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* das sociedades periféricas que (re)produzem socialmente uma *ralé estrutural*.

Nesse dia, em particular, ficou evidente a supremacia do tempo à disposição do aplicativo de pouco mais de oito horas, em detrimento do tempo efetivo de realização das corridas/entregas, que ocorreram em torno de uma hora. Reiteramos mais uma vez que o entregador não tem qualquer controle sobre o tempo e demandas de entrega. A quilometragem também foi abaixo da média. Essa rotina atípica foi esclarecida nas conversas com outros entregadores, a qual eles classificavam como um dia de movimento fraco por causa de um *bug* que teria ocorrido na mencionada plataforma digital, ocasionando problemas no funcionamento do GPS e a consequente falha na distribuição dos chamados para as entregas.

Encontramo-nos com A.¹⁹⁴ por volta das oito horas no hipermercado localizado num *shopping center* de Aracaju. Prendemos cautelosamente nossas bicicletas nas grades que delimitam as áreas externa e interna desse empreendimento comercial a fim de os seguranças que fazem a ronda de motocicleta não implicarem, uma vez que a normativa do estabelecimento é manter esse meio de transporte acomodado no bicicletário para essa finalidade. Esse espaço específico para tal veículo não é bem localizado para aqueles que realizam entrega, além do protocolo, que consiste em receber um *ticket* que deve ser apresentado ao trabalhador do bicicletário quando for sair.

Nós entramos e ficamos aguardando o chamado/notificação próximos a uma das saídas do hipermercado, sentados onde eram acomodados os carrinhos de compras. Por volta das nove horas da manhã ele recebeu a notificação da primeira corrida. Entramos juntos na loja e começamos a percorrer os corredores em busca dos itens do cliente. É importante esclarecer que algumas plataformas digitais utilizam o trabalho do *shopper*¹⁹⁵, mas no caso de A., além de entregador ciclista, também acumulava essa função.

¹⁹⁴ Apenas retomando, optamos pela utilização de uma letra do sobrenome como forma de identificar os sujeitos participantes, garantindo-lhes a preservação da confidencialidade, além da referência à impessoalidade, tal qual um personagem kafkiano. Conhecemos A. durante a *flânerie* do trabalho de campo. A figura 6 é um registro do dia 18 de dezembro de 2020, realizado do hipermercado G. Barbosa, do Shopping Jardins. A. foi o quinto entregador ciclista entrevistado, portanto voltará à cena no terceiro capítulo.

¹⁹⁵ As plataformas digitais Rappy e James têm *shoppers* específicos e exclusivos. No Super Bom Preço (outrora pertencente ao Grupo BIG, agora parte do Carrefour), localizado na avenida Pedro Valadares, nº 780, bairro

Os traços característicos da exploração capitalista são visíveis, numa combinação de gerenciamento pessoal algorítmico aliado à *(auto)exploração* em busca do alcance ou manutenção da boa reputação atingida – sua classificação junto à plataforma era elevada –, o que lhe permitia prioridade – ao menos essa era sua crença – para obter os chamados.

A expectativa de aguardar uma tarefa e renda incertas faz-nos concordar uma vez mais com a ideia de que esses sujeitos estão presos ao jogo, pois, em busca da subsistência, desenvolveram as disposições que lhes possibilitam o reconhecimento de alvos; em suma, consubstancia-se um duplo investimento, a saber, psicanalítico e econômico (Bourdieu, 2011). Essa dimensão de uma dupla prática tem em Baudrillard (1995) uma similaridade ao pensamento anteriormente exposto, visto que o corpo não é negado, mas as estruturas que regulam a produção e o consumo sob o *capitalismo de plataforma e vigilância* estimulam disposição aos corpos, tanto como capital quanto como objeto de consumo. Essas condições exigem dos sujeitos sob essas circunstâncias uma profunda determinação no tocante aos investimentos econômico e psíquico.

Imbuído de tais disposições, A. realizou o registro dos produtos mediante a leitura do código de barras (*QR code*) pelo aplicativo correspondente. Quando não havia o item solicitado, deveria entrar em contato pelo *chat* com o cliente, que poderia optar pela substituição ou cancelamento de algum produto. Essa intermediação não era tão ágil; levava um tempo maior no aguardo da resposta do cliente. Mas de acordo com ele, o valor do pagamento oferecido por esse aplicativo, em particular, compensava o trabalho extra realizado pelo entregador. Outro fato que merece explicitação era uma das formas de pagamento realizada por meio do cartão de crédito/débito do próprio entregador, com o ressarcimento posterior.

Indagado sobre a segurança e compromisso da plataforma com esse pagamento, ele nos alegou que era efetuado. Entretanto, às vezes ocorriam atrasos e valores creditados de forma equivocada, normalmente abaixo do que foi desembolsado. Convém lembrar que o pagamento destinado aos entregadores é quinzenal, com depósito efetuado em conta corrente.

As compras efetuadas lhe renderam pouco mais de R\$ 20,00. Foram solicitados pelo cliente/consumidor os seguintes produtos: creme de leite (3 unidades), detergente (4 unidades), leite semidesnatado (2 litros) e hortelã miúda (2 maços). Saímos do supermercado às nove horas e quinze minutos e chegamos ao local de entrega, um edifício de luxo num bairro nobre da cidade, por volta das nove horas e vinte minutos, concluindo com êxito as tarefas demandadas.

Jardins, há um setor exclusivo para as compras por aplicativos – inclusive há um aplicativo para essa finalidade pertencente ao próprio estabelecimento –, no qual trabalhadores dessa empresa são designados ao papel de *Shopper*.

Felizmente, todos os itens solicitados foram encontrados facilmente, garantindo um trabalho rápido e tranquilo, apesar de nem sempre ser assim. Retornamos ao local inicial para aguardarmos um novo chamado. A chefia de si envolve uma submissão à espera.

O que parecia um dia de metas favoráveis não se confirmou. Voltamos à área externa do hipermercado, e até por volta das onze horas não houve nenhum chamado. Então, A. desativou o modo *on-line* do aplicativo e seguiu para almoçar em sua casa. A partir dessas observações iniciais, podemos acompanhar as instigantes reflexões de Sennett (2006) sobre o papel da tecnologia na padaria que ele analisou, numa correlação aos seus impactos no trabalho dos entregadores que não detêm qualquer controle sobre a atividade.

O exemplo do *bug* na plataforma digital demonstra tacitamente a ausência de controle, que naquela circunstância engendrou uma falta de engajamento e o pouco interesse com a atividade, restando a esse entregador apenas a opção de esperar. Aos trabalhadores vinculados aos aplicativos, essa inexistência de elo identitário é ampliada. Os entregadores de aplicativos não se veem numa dimensão coletiva; para eles o que vale e lhes garante as metas e rendimentos estabelecidos é a *performance* individual.

Ao retornamos por volta das treze horas para reencontrarmos A., também estava no local um entregador *motoboy* que compartilhava a ansiedade da espera conosco, chegando a comentar que deveria ter ido à praia aproveitar o sol e o calor, num dia sem movimento como aquele, alegando que seu tempo para o lazer era restrito. Nesses momentos de imersão ao *processo de vida real*, obtivemos revelações dos efeitos da flexibilidade e suas consequências à subjetividade.

Entre uma conversa e outra, foi mencionado ainda por esse *motoboy* que ele não mais se envolveria com as paralisações¹⁹⁶, alegando que, em vez de unir-se em prol da pauta de reivindicação, a maioria aproveitou para ficar *on-line* e fazer entregas, referindo-se aos breques dos *Apps* ocorridos há alguns meses. Trazendo Scholz (2016), em diálogo com a nossa empiria, remetemos ao entendimento do fenômeno da economia do compartilhamento como

¹⁹⁶ O movimento Entregadores Antifascistas nasceu durante a pandemia, na cidade de São Paulo, para reivindicar melhores condições de trabalho, além de se contrapor às manifestações de extrema direita na capital paulista. Paulo Lima, o galo, um *motoboy* carismático e articulado, ganhou visibilidade como uma das lideranças do movimento, participando de *lives*, esclarecendo à sociedade a exploração dos entregadores pelas plataformas digitais e a necessidade de unir e organizar a categoria. Nos dias 1º e 25 de julho de 2020, ocorreram essas mobilizações dos entregadores de aplicativos chamadas de breque dos *Apps* e conclamadas pelas redes sociais. O alcance desses eventos requer um maior debruçar-se, considerando que na grande mídia, como esperado, não houve o devido destaque, talvez pela pouca amplitude em termos de adesão. Em 2021 ocorreram outros breques dos *Apps*, mais dispersos ainda que os do ano anterior. Vale ressaltar que em consonância com as manifestações contra o presidente da república, o entregador Paulo Galo foi preso por participar do ato que derrubou e queimou a estátua do bandeirante Borba Gato, no estado de São Paulo, no dia 24 de julho desse mesmo ano.

desdobramentos do neoliberalismo que promoveram a desestabilização dos sindicatos e a sua credibilidade perante os trabalhadores, além de defasar os laços de solidariedade.

O sujeito de desempenho ao tornar-se seu próprio chefe, não encontra sentido em aderir a uma paralisação a fim de reivindicar direitos, afinal, para ele o sucesso ou fracasso são responsabilidades individuais correspondentes à (auto)gestão de si, consequência do seu esforço e dedicação.

O dia de acompanhamento à rotina dos entregadores ciclistas de aplicativos, a partir da experiência social de A., contou ainda com mais dois chamados no período da tarde. Houve entre eles, um longo e desconcertante intervalo (gelo). Na última corrida, próximo das dezessete horas, o supermercado já estava com um movimento mais intenso e filas maiores aguardando nos caixas. Assim, ficamos guardando o lugar na fila enquanto o entregador fazia seu papel de *shopper*, afinal, sob a ótica *just in time* não há tempo a perder, quando ele retornasse com as compras, estaria numa posição mais próxima do atendimento no caixa do supermercado, garantido a celeridade da entrega ao cliente.

A jornada de trabalho, apesar do marasmo e do *bug*, não foi de toda perdida, haja vista que o valor conquistado com o somatório das três entregas foi de R\$ 57,12 – que ficou dentro da meta mínima estabelecida por esse trabalhador flexível (para ele entre R\$ 50,00 e R\$ 80,00, considerando uma jornada diária de aproximadamente 8 horas, distribuída em dois períodos, um matutino e outro vespertino).

O jovem A., de 25 anos, revelou-nos durante nossas conversas que tinha o curso superior incompleto na área de construção civil. Observamos que durante a longa espera entre os chamados, ele assistia a algumas aulas no *YouTube* sobre investimentos, *trade* e bolsa de valores, com o fito de aprender, justificando que adentraria nessa seara. Só um detalhe: faltava-lhe dinheiro, o insumo principal para ele se tornar um investidor. Mas também, entre seus projetos futuros, urgia a aquisição de uma motocicleta, o que, segundo ele, ao ascender ao *status* de entregador *motoboy*, iria obter uma melhoria substancial nos seus ganhos.

Se o momento é de mudança paradigmática, onde se migra da sociedade disciplinar rumo a uma sociedade de desempenho, cujo inconsciente social é povoado pelo desejo da maximização produtiva, a disciplina não é simplesmente abolida, mas incorporada ao vigente ideário do desempenho (Han, 2015). Os impactos físicos e psíquicos dessa lógica nas pessoas são evidentes, como pudemos constatar no ainda incipiente processo de trabalho de campo. O *novo capitalismo* exige igualmente uma nova relação psicocorporal que não significa emancipar-se da disciplina do capital, mas sim da manutenção de corpos úteis, produtivos e submissos (Alves, 2005).

A ascensão do sujeito de desempenho assinalado por Han (2015) perpassa pela tônica na qual “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 2003, p. 118). Os corpos como empreendimento são aqueles que respondem às demandas disciplinares e do desempenho com utilidade, eficiência e submissão. Isso quer dizer que “o sujeito de desempenho continua disciplinado” (Han, 2015, p. 26).

Executar tarefas no tempo determinado, no caso em tela, entrega de alimentos, remédios, compras de supermercado etc., compõe parte da rotina dos entregadores, *motoboys* ou ciclistas. Eles recebem as demandas de forma impessoal e não têm contrato de trabalho, assumindo como consumidores e usuários dos serviços oferecidos pelas plataformas os *termos e condições de uso*. Explicita-se uma falsa autogestão a esse *empreendedorismo de subsistência*, uma vez que o capital não renuncia ao controle que assegura sua reprodução (Filgueiras e Antunes, 2020).

Numa perspectiva correlata, Abílio (2021a) comenta que as plataformas digitais de transportes monopolizaram esse segmento, aprofundando a precarização do trabalho e a precariedade existencial dos entregadores, posto que são altamente explorados; ou seja, precisam trabalhar muito, permanecer um longo tempo à disposição dos aplicativos para receberem valores mais baixos.

Confirma-se que o sujeito de desempenho não se livra da exploração externa. A submissão a si próprio implica um potente processo de internalização disciplinar. O desenjarular em relação às instâncias dominadoras de outrora não desconsidera a necessidade da obediência. A aparente liberdade é, de fato, o estabelecimento de uma (in)feliz coincidência entre uma liberdade ilusória e uma coerção real (Han, 2015).

Ao recorrermos mais uma vez a Kafka (2013), numa analogia entre os entregadores ciclistas de aplicativos e o condenado – da novela *Na colônia penal* –, a programação algorítmica exerce um papel similar ao da máquina de tortura. Afinal, ainda que questionemos, a exemplo do observador, se o condenado conhecia a sentença que lhe foi imputada, a resposta do oficial expressa os princípios balizadores das instituições do *novo espírito do capitalismo*, proferindo alto e bom som que não é necessário conhecê-la, uma vez que sua aplicação incide sobre o uso dos seus corpos. Assim, esses sujeitos de desempenho seguem sentenciados à formalização da informalidade, chancelada pelo *capitalismo de plataforma e vigilância*, nem trabalhadores autônomos e nem empreendedores. O que são afinal? Como sobrevivem e o que pensam a respeito da sua condição?

CAPÍTULO 3 – CORPOS QUE FALAM: AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE PECULIARES CORPOS SUPÉRFLUOS SOCIALMENTE NECESSÁRIOS

O destino revela-se, portanto, na observação de uma vida como algo de condenado, no fundo como algo que começou por ser condenado para depois ser culpado.
(Walter Benjamin, Destino e caráter, 2020)

Reiteramos que o neoliberalismo é aqui apreendido para além de um conjunto de preceitos da doutrina econômica. A lógica neoliberal expressa por uma racionalidade correspondente constituiu-se num modo de vida pautado num impulso economicista que repercute em todas as esferas da existência, da intimidade, dos afetos, da estética, da família, do trabalho, do lazer; enfim, em todas as atividades humanas (Brown, 2019).

O pensamento supracitado acompanha as reflexões de Foucault (2022), ao diagnosticar a capilarização do *modus operandi* da empresa aos modos de vida, em que os comportamentos e as condutas humanas foram balizados pelos princípios da economia, numa incidência da governamentalização ao processo de subjetivação, cujo capital humano e o conjunto dos investimentos que os sujeitos fazem em si mesmos são a manifestação desse *ethos* empresarial engendrado socialmente, mas assumido como um dado natural; em suma, uma *patologia da normalidade*¹⁹⁷.

O aparente triunfo do neoliberalismo e as premissas finalísticas da história não devem ser entendidos fatalmente como um beco sem saída, mas sim como um movimento processual que teve suas origens ainda no século XX, bem antes dos meados da década de 1970, quando o termo ganhou destaque. A figura do general Pinochet foi um dos seus emblemas, a partir do golpe executado no Chile (1973) que instaurou uma sangrenta ditadura militar, apoiada pelos EUA. Vale ressaltar que esse país latino-americano foi uma espécie de laboratório de aplicação de políticas econômicas e princípios sob a cartilha neoliberal (Dardot *et al.*, 2021).

O processo aludido não deve ser reduzido à crise estrutural do capital em face do esgotamento e incapacidade do padrão fordista e da orientação político-econômica keynesiana, uma vez que a crise abrange camadas mais profundas de todo o tecido social. Na realidade, encontramos-nos diante de manifestações de “[...] crises do dispositivo geral de governamentalidade [...]” (Foucault, 2022, p. 91). Neste sentido, os antecedentes são mapeados

¹⁹⁷ Cf. Fromm, E. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

desde a exposição do flanco frágil do liberalismo no segundo quartel do século XIX¹⁹⁸, tornando-se insustentável a partir da deflagração da Primeira Guerra Mundial e durante o período intersticial belicoso (entre guerras). Para tanto, o neoliberalismo conciliou as demandas intervencionistas estatais aos pressupostos de concorrência do mercado, instituindo na centralidade da vida social e individual o princípio da concorrência (Dardot e Laval, 2016).

As teorias e argumentos elaborados por economistas como Ludwig Heinrich Edler Von Mises, Friedrich Hayek, Milton Friedman – apenas para ilustrar alguns nomes relevantes desse pensamento econômico e não uniforme, expressos também no *ordoliberalismo* alemão¹⁹⁹, ou em outras correntes do pensamento econômico – levariam um tempo de maturação e decantação até o experimento chileno mencionado e os desdobramentos contemporâneos emanados dos princípios econômicos adotados nos países hegemônicos.

Não pretendemos fazer uma retrospectiva do seu desenvolvimento, pois entendemos que esses pontos já são bem analisados por Dardot e Laval (2016), Brown (2019), entre outros, ao se referirem à atmosfera de crise do liberalismo clássico e dos esforços em sua reabilitação. Todavia, o marco da ascensão do neoliberalismo foi estabelecido pelo Colóquio Walter Lippmann²⁰⁰, que foi realizado em 1938 na cidade de Paris. Interessa-nos expor sociologicamente o processo de subjetivação neoliberal, a partir de alguns dos seus efeitos em pessoas reais – os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) –, os quais, em suas singularidades, correspondem universalmente a um *desvalido* da *era digital-informacional*.

Encaminhar-nos-emos às possíveis leituras e compreensões dos efeitos da lógica neoliberal à corporeidade de peculiares sujeitos do desempenho circunscritos ao capitalismo sob a égide da organização do trabalho pela plataformização, os quais se revelam sujeitos de corpos supérfluos, invisibilizados e periféricos. Em uma sociedade na qual uma das marcas é o *cansaço*, tanto os níveis quanto as atividades que geram fadiga e sofrimento não se impõem uniformemente, posto que as desigualdades sociais interferem em graduações dessa incidência.

¹⁹⁸ Para Fromm (1963), o que marca uma mudança no capitalismo do século XIX é a centralidade da produção e dos negócios, uma acentuação da esfera econômica como lei suprema em que as amarras morais de outrora foram rompidas, fazendo emergir o mercado e sua autonomia na regulação das relações sociais.

¹⁹⁹ Cf. Dardot e Laval (2016). O prefixo *ordo* significa ordem. O termo *ordoliberalismo* consiste na versão alemã do liberalismo, que, no aspecto doutrinal, legitimou na Alemanha o Estado liberal-democrático, fundamentado na economia de mercado.

²⁰⁰ O texto de Huberman (2002, p. 258-259) foi publicado em 1936 e nele há um destaque sobre o que era o objetivo do capitalismo, pelo próprio Walter Lippmann, em 13 de julho de 1934, na sua coluna no *Herald Tribune* ao afirmar: “Não adianta falar de recuperação nas atuais condições, a menos que os capitalistas, grandes e pequenos, comecem a investir em empresas com o objetivo de obter lucro. Não investiram para ganhar medalhas. Não farão por patriotismo, ou como ato de serviço público. Só o farão se tiverem oportunidade de ganhar dinheiro. O sistema capitalista é assim. É assim que funciona”. Reprodução ampliada do capital, *valorização do valor*.

Por exemplo, o gatilho da ansiedade de quem está esperando uma corrida nas imediações do bairro Jardins em Aracaju, a fim de realizar, pedalando, a entrega de produtos de um supermercado ao cliente não é idêntico à fonte desencadeadora de ansiedade do investidor na bolsa de valores, que teve um prejuízo considerável pela baixa na cotação de determinadas ações devido à flutuação, instabilidade do mercado e oscilações do dólar, ou ainda, do assalariado médio (em que os valores recebidos o situam cerca de dez vezes mais do assalariado mínimo), que está em dúvida sobre a cor do modelo do veículo automotivo que pretende adquirir.

Ao argumentar em favor de uma abordagem marxista de classe, Wright (2015) aponta-nos um caminho, mas sem perder de vista as imbricações entre exploração e dominação, não desprezando a conexão entre a troca e a produção, a dimensão do conflito, as relações de poder e os meandros que levam da coerção ao consentimento a partir de uma perspectiva analítica que considera os aspectos histórico-comparativos das classes. Isto posto, vamos aos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, aproximando-nos de uma possível leitura de classes a partir dos óculos do marxismo, mas sem negligenciar a dimensão dialógica ampliada, tendo por fio condutor os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) que personificam uma das matizações dos sujeitos neoliberais que experienciam em seus corpos os efeitos da conversão de si próprios numa empresa, sob a tônica da *viração*.

Somos lembrados por Kurz (1993) que o erigir do sistema produtor de mercadoria moderno assentou-se num imperativo nem tão categórico. Portanto, quantitativos consideráveis de corpos supérfluos são socialmente necessários, na medida da sua objetificação ao cumprimento das demandas do trabalho abstrato na sociedade dominada pelo mercado.

3.1 – Um perfil analítico-descritivo provisório de sujeitos de *desempenho sob circunstâncias desiguais*: os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE)

No filme *Tomb Raider: a origem*²⁰¹, a protagonista Lara Croft²⁰², no início da história, é uma entregadora ciclista de aplicativo, antes de revelar-se uma mocinha dotada de habilidades

²⁰¹ Ficha técnica: direção de Roar Uthaug. 118 min. Produzido em 2018, nos Estados Unidos da América.

²⁰² Interpretada nesse filme pela atriz sueca Alicia Vikander, Lara Croft é uma personagem do universo dos jogos eletrônicos de ação. Não é nosso propósito fazer uma análise crítica de cinema acerca do conteúdo do filme, uma vez que essas cenas são iniciais e posteriormente não haverá mais qualquer alusão aos entregadores de aplicativos. Contudo, são emblemáticas por contextualizarem um país europeu que, apesar do desmanche aos direitos trabalhistas pelas políticas neoliberais, as pessoas experienciaram o chamado Estado de bem-estar social e, apesar do declínio, o padrão desse período ainda ecoa. Embora a inserção das plataformas digitais de entregas não se dê uniformemente nos países, de acordo com suas legislações e direitos sociais, trata-se de uma tendência até o momento irrefreável.

extraordinárias ao estilo hollywoodiano. Numa dessas passagens iniciais, atesta-se a condição precarizada de sua ocupação, quando ela é pressionada a pagar as mensalidades em aberto pelo proprietário da academia onde pratica a luta como atividade física no seu “tempo liberado do trabalho”. Pouco antes dessa cobrança, na cena do vestiário, sua *performance* ao lutar contra uma adversária foi insatisfatória, e assim a mocinha foi finalizada no ringue com uma técnica de estrangulamento.

Enquanto se arrumava e já com a *bag* nas costas ajustando o capacete, ela indagou ao proprietário do espaço: “acha que me visto assim por diversão?” (Tomb Raider..., 2018, 04:17 min.). Seja no plano ficcional ou real, ser uma entregadora de aplicativo não era estar empregada. A bicicleta, de acordo com o seu uso, pode ser um instrumento de lazer ou de trabalho. Somos levados a refletir sobre as disposições de uma trabalhadora nas circunstâncias dadas, pelo tipo de atividade experienciada na ocupação do seu tempo livre, praticando uma atividade física intensa, a exemplo da luta, o que lhe exigiria, outra vez, mobilizar suas capacidades corpóreas.

Outro ponto que devemos observar diz respeito à compreensão sobre emprego, e talvez este seja um dos aspectos mais importantes, a saber: o fato de estar pedalando pelas ruas fazendo entregas seria algo divertido ou não obrigatório? Praticar uma atividade física – pedalar – e ainda se ganhar dinheiro por isso até que parece divertido; mas há uma diferença entre parecer e ser.

Na sequência, ainda na academia, a tomada da câmera destaca um cartaz com o lema “*no pay, no play*”²⁰³ fixado na porta do vestiário. Inequivocamente visa enfatizar que muitas das atividades de lazer não estão desvinculadas do consumo. A atividade física por ela praticada suscita que sua ocorrência era no tempo livre, porém devemos lembrar que não era gratuita.

Noutra ocasião exibida que devemos ressaltar, a nossa heroína, a fim de ganhar £ 600,00 (seiscentos euros), aceita participar de uma aposta entre os entregadores ciclistas de aplicativos da sua plataforma. Nessa representação, os *patrões de si mesmos* decidiram divertir-se coletivamente nas ruas. Aqui, há uma nítida romantização aos aspectos positivos desse trabalho, no sentido de que essa categoria dispõe de tempo livre para uma caça à raposa sobre bicicletas, segundo o retratado em cenas de perseguição repletas de ação pelas ruas londrinas.

É sugestivo, considerando que supostamente os trabalhadores informais de aplicativos têm controle sobre o seu próprio tempo de trabalho, e assim é possível eles realizarem uma atividade distintiva de lazer durante o tempo de trabalho. Aqui traremos a contundência de

²⁰³ Sem pagamento, sem jogo. Mas no contexto do filme, refere-se ao fato de pagar a mensalidade para poder se divertir lutando, usufruir do uso do espaço e do serviço oferecido.

Adorno (2021) sobre a reprodução e funcionalização da necessidade de liberdade pela lógica mercantil, uma vez que o querer é imposto às pessoas pela integração do lazer ao tempo de trabalho. Elas não se dão conta da inexistência de liberdade por mais que haja uma aparência de liberdade, justamente porque a ausência de liberdade lhes foi abstraída.

A caça à raposa também não é fortuita na cena; é uma atividade distintiva de classe. Segundo Hobsbawm (2002), numa instigante análise histórica sobre os esportes e a invenção de tradições, fornece-nos uma pista sobre essa distinção entre as práticas corporais da elite e das massas. Havia uma divisão social também nesse aspecto; ou seja, o críquete seria um esporte mais relacionado à aristocracia e às classes médias em detrimento da luta livre ou boxe, manifestando-se que o uso dos corpos é diferenciado. O historiador levanta a possibilidade de o boxe, por exemplo, recrutar os seus adeptos, onde “[...] a capacidade de dominar o corpo era útil para a sobrevivência, como nas grandes favelas urbanas, ou fazia parte de uma cultura ocupacional de masculinidade, como nas minas” (Hobsbawm, 2002, p. 297).

Do que captamos por meio das observações durante a *flânerie*, podemos inferir que há uma completa discrepância em torno do caráter de liberdade e autonomia, eis que da *subjetividade como coisa* à *subjetividade como máquina*, adentrou-se à *subjetividade como recurso*. Castro (2020) apreende e reflete sobre o momento do individualismo efêmero que se combina à manifestação da *subjetividade como capital*, por meio da monetização de todos os poros da vida social, de tal forma que são destituídos os lastros coletivos, tipificando uma das fontes causadoras de mal-estar. Todos são afetados, mas as circunstâncias se agravam e são degradantes, conforme a inserção na estratificação social.

O segmento populacional brasileiro que tem a capacidade do domínio corporal para sobreviver nas periferias, mobilizando seu *corpo-empreendimento* a partir da *subjetividade como recurso*, certamente encontra na fração representada pelos entregadores ciclistas de aplicativos da capital sergipana um dos seus protótipos. Como eles se compreendem diante da atividade que realizam? Será que se consideram empreendedores de fato? Conseguem captar a diferença entre empreendedorismo e uma atividade de trabalho semiautônomo mediada por tecnologias digitais?

Para efeito comparativo, a pesquisa da Aliança Bike, realizada em São Paulo capital no ano de 2019, a maior metrópole da América Latina, apreendeu um instigante perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos daquele município. Da abrangência e das condições de uma cidade cuja *intensificação nervosa* amplifica-se em *violência neuronal*, chegou-se à seguinte representação:

Entregador ciclista de aplicativo (típico): Ele é brasileiro, homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade e com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia, com ganho médio mensal de R\$ 992,00 (Aliança Bike, 2019b, p. 6).

Notadamente homens jovens, negros e desempregados que se tornaram *empreendedores de subsistência*, realizando uma jornada diária de aproximadamente 10 horas, todos os dias da semana, a fim de ganharem o equivalente a um salário mínimo, têm a mobilização da sua *subjetividade como recurso*. Nesse espectro, a racialização transpassa as disparidades de inserção entre ocupações prestigiadas (trabalho intelectual) e desprestigiadas (trabalho manual).

Para nosso estabelecimento de um perfil provisório dos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), aproximamo-nos metodologicamente da pesquisa realizada pela Aliança Bike. Considerando as diferenças do quantitativo populacional, da economia e do espaço geográfico das cidades de São Paulo e Aracaju, aplicamos o instrumento questionário a um total de 41²⁰⁴ entregadores ciclistas de aplicativos, todos do gênero masculino – durante essa fase não foram encontradas entregadoras ciclistas nos locais –, os quais foram abordados aleatoriamente nas imediações dos bairros Jardins (região do *McDonalds*), Grageru, Suissa e Atalaia, e eram convidados, após uma breve explanação sobre os propósitos da pesquisa, a participar e responder voluntariamente.

As 24 perguntas que compuseram o mencionado questionário eram lidas pelas pesquisadoras que aplicaram esse instrumento²⁰⁵. As respostas verbalizadas pelos voluntários eram registradas nas opções correspondentes. Os eixos das perguntas em ordem crescente foram os seguintes: a) 1 a 8 perfil sociodemográfico, b) 9 a 20 condições de trabalho e c) 21 a 24 experiências e relações de trabalho anteriores.

Com o fito de aprofundarmos as possibilidades analíticas, em outro momento realizamos uma entrevista semiestruturada com nove sujeitos participantes. Nesse grupo não houve respondentes ao questionário, o que não seria um problema, mas o questionamento se eles haviam participado da fase anterior era feito e todos responderam negativamente. Nessa fase obtivemos o depoimento de uma única entregadora ciclista de aplicativo, o que foi

²⁰⁴ Levando-se em consideração as diferenças entre as duas capitais, a aplicação de 41 questionários é significativa ao perfazer aproximadamente 15% dos 270 respondentes da pesquisa realizada pela Aliança Bike em São Paulo, que calculou o tamanho da amostra num intervalo de 90% (confiança) e 5% (erro), considerando a população infinita.

²⁰⁵ Relembramos que a aplicação dos questionários ocorreu nos dias 19 de dezembro de 2020 e 02 de janeiro de 2021. Houve a colaboração das pesquisadoras e professoras Nathália Dória Oliveira e Karine dos Anjos Santos, com cujo auxílio pudemos contar em virtude das nossas participações numa experiência anterior em um projeto de pesquisa.

importante para a variabilidade em relação ao gênero. As entrevistas aconteceram em formas distintas de abordagem, local e período de realização.

Os cinco primeiros depoimentos foram obtidos em 2021. M.²⁰⁶ e S.²⁰⁷, respectivamente o primeiro e o segundo entrevistados, foram contactados diretamente na rua enquanto trabalhavam, mas aguardavam o chamado das entregas no entorno do estabelecimento Pão de Açúcar. Os dois relatos foram registrados nessas condições, por volta do meio-dia, ao relento e na tensão do recebimento de uma possível notificação para alguma corrida. Essas circunstâncias afetaram tanto os entrevistados quanto o pesquisador, seja pela timidez dos envolvidos seja pelos elementos externos, a exemplo do ruído dos veículos a trafegarem nas vias, das conversas entre entregadores que estavam próximos a nós etc.

A respeito de N.²⁰⁸, o terceiro entrevistado, tivemos conhecimento dele por meio da divulgação de uma rifa num grupo de *WhatsApp*, a fim de angariar fundos para que um entregador ciclista (N. era irmão do integrante do grupo que fez a postagem) pudesse comprar uma nova bicicleta e retomasse os trabalhos após sofrer um assalto. Nesse sinistro, houve o roubo do seu instrumento de trabalho. Contribuímos com a causa e aproveitamos a circunstância para entrar em contato com o citado entregador ciclista, após solicitarmos a seu irmão que mediasse uma aproximação preliminar. Ao manifestar consentimento, marcamos o dia e o horário. A entrevista foi realizada na Praça Iselte Fernandes Azevedo, no bairro Jabutiana, quando N. chegou de bicicleta, capacete e *bag*, ou seja, estava no expediente, fazendo uma pausa para nos conceder o depoimento. Apesar das circunstâncias, foi uma entrevista mais tranquila e menos tensa para ambas as partes.

Durante a pandemia, através do *Instagram*, tomamos conhecimento da postagem de um estudante de nossa instituição de trabalho, indicando que ele atuava como entregador ciclista. Foi assim que entramos em contato com P.²⁰⁹, o quarto sujeito, num procedimento similar ao anterior, obtendo o depoimento na Praça Santiago Dantas, no bairro Ponto Novo, nas proximidades de seu domicílio. Nesse caso, ele não estava fazendo entregas. Isso, aliado ao fato de já nos conhecermos do âmbito da instituição de ensino, também proporcionou uma fluidez no processo de obtenção do depoimento.

Sobre A.²¹⁰, o quinto entrevistado, conhecemo-nos ainda durante a *flânerie* em 2020, na realização das observações iniciais do trabalho de campo, quando o acompanhamos

²⁰⁶ M., 22 anos, gênero masculino e autodeclarado preto. Depoimento colhido em 24 de maio de 2021.

²⁰⁷ S., 24 anos, gênero masculino e autodeclarado pardo. Depoimento colhido em 25 de maio de 2021.

²⁰⁸ N., 35 anos, gênero masculino e autodeclarado pardo. Depoimento colhido em 04 de junho de 2021.

²⁰⁹ P., 33 anos, gênero masculino e autodeclarado preto. Depoimento colhido em 07 de junho de 2021.

²¹⁰ A., 25 anos, gênero masculino e autodeclarado pardo. Depoimento colhido em 08 de junho de 2021.

aleatoriamente durante sua jornada de trabalho fazendo entregas na primeira vez em que nos encontramos. Posteriormente pedimos sua autorização – houve a anuência – para o acompanharmos exclusivamente durante uma rotina diária completa desse entregador (do início ao fim da jornada de entregas)²¹¹, com o fito de ampliarmos os olhares sobre a dinâmica da atividade. Esse contato nos permitiu uma maior familiaridade e a aceitação prévia da sua participação como depoente *a posteriori*.

Nesse ínterim, A. havia conseguido uma ocupação formal, iniciando, por assim dizer, uma transição de trabalhador informal para trabalhador com carteira assinada. Apesar das novas rotinas, destinou parte do seu tempo para conceder-nos sua entrevista, que ocorreu num dia e horário que não interferiram no treinamento do qual estava participando para assumir o novo posto de trabalho. O depoimento foi colhido numa lanchonete da Praça Eronildes de Carvalho, no bairro Salgado Filho. Os contatos prévios que havíamos estabelecido também permitiram uma maior intimidade ao desenvolvimento da entrevista.

Após uma pausa, voltamos ao campo empírico em julho de 2022, percorrendo, dessa vez a pé, alguns pontos da região do bairro Jardins. Visivelmente a ambiência e a disposição dos entregadores em geral sofreram mudanças com o retorno às atividades proporcionado pelas flexibilizações a partir do parcial controle da pandemia ocasionado pela vacinação. Contactamos dois entregadores que estavam aguardando, dentre os quais um manifestou o interesse em participar e nos forneceu o número de seu telefone para um contato posterior; já o outro disse não ter interesse. Ligamos duas vezes para o número informado, mas não obtivemos resposta.

Prosseguindo a procura por voluntários, noutra investida aos espaços em que os entregadores aguardam as corridas, conhecemos W.²¹², o sexto depoente, numa interpelação direta quando ele estava sentado num banco da Praça Alda Mesquita Teixeira²¹³. Ao manifestar anuência para prestar o depoimento ao participar da pesquisa, organizamos o roteiro e o celular acionando o aplicativo de gravação, realizando imediatamente o registro num quiosque do local. O citado espaço público tem uma localização estratégica para os entregadores em geral, pois nas suas adjacências há uma gama de edifícios residenciais e casas de classe média alta, além de estabelecimentos comerciais diversificados, a exemplo de supermercados, restaurantes,

²¹¹ Esse encontro ocorreu no dia 06 de maio de 2021.

²¹² W., 21 anos, gênero masculino e autodeclarado pardo. Depoimento colhido em 27 de agosto de 2022.

²¹³ Esse espaço público, situado no bairro Jardins, zona nobre da cidade, foi uma obra inaugurada pela Prefeitura Municipal de Aracaju, em janeiro de 2015. O interessante é a presença dos entregadores (*motoboy*s e ciclistas), contrastando com localização privilegiada e o perfil dos moradores dos edifícios luxuosos, tornando-se um ponto de espera aos chamados pela categoria.

lanchonetes, farmácias, lojas de vestuário, livrarias, escolas de idiomas, bancos etc. Por esta razão, constitui-se num ponto em que são encontrados muitos entregadores em espera de corridas. O desenvolvimento da entrevista foi satisfatório, pela empolgação de W. em relação à pesquisa e à preocupação manifesta, segundo ele, à categoria.

O acesso a L.²¹⁴, o sétimo entrevistado, ocorreu após a indicação de uma amiga professora, quando, numa conversa informal no início do ano 2022, o assunto chegou ao desenvolvimento deste trabalho. Então, ela nos forneceu o número do celular de um ex-aluno que havia trabalhado como entregador ciclista de aplicativo para se sustentar durante a pandemia, por compreender que ele poderia contribuir aos nossos propósitos, uma vez que ele cursava nesse período um curso de pós-graduação (*Stricto Sensu*). Posteriormente marcamos um encontro num dia e horário compatíveis para ambos.

Assim, realizamos a entrevista na recepção de um prédio localizado na Rua Dom Bosco, bairro Suissa. A justificativa para compormos a amostra com sujeitos que não atuavam mais como entregadores visou aprofundar algumas questões a partir de corpos que sentiram, pensaram e agiram através da experiência de exercerem essa atividade. Tal necessidade aflorou diante da transição de A. – o quinto entrevistado –, que estava deixando de atuar junto às plataformas digitais e migrava para um trabalho formal, conforme anteriormente descrito.

A atividade de entrega com a utilização da bicicleta e as exigências que ela impõe revelaram-se, nos termos de uma atividade a ser exercida temporariamente, um bico, mas para alguns torna-se uma condição persistente e duradoura. Essa entrevista também se desdobrou em outras perguntas suscitadas pelas respostas e para além do roteiro, reforçando a característica do instrumento entrevista semiestruturada.

Apesar de estabelecermos a composição da amostra prevendo a participação de ao menos uma entregadora ciclista, diante da menor quantidade de mulheres nas ruas exercendo essa atividade, havíamos nos resignado de que não seria possível obter esse depoimento. Eis que casualmente nos encontramos com B.²¹⁵ – a oitava entrevistada – quando saíamos de uma consulta médica e ela estava entrando num restaurante por volta do meio-dia, entre as ruas Riachuelo e Arauá, no centro da cidade. Surgiu a oportunidade, então ficamos a esperá-la na calçada próximo a sua bicicleta.

Assim que ela chegou apresentamo-nos por meio de uma abordagem cuidadosa, expondo sucintamente os objetivos da pesquisa. Solicitamos o seu contato telefônico, ao que ela nos informou, manifestando interesse em participar da entrevista. Marcamos o dia, local e

²¹⁴ L., 29 anos, gênero não binário e autodeclarado pardo. Depoimento colhido em 03 de agosto de 2022.

²¹⁵ B., 27 anos, gênero feminino e autodeclarada parda. Depoimento colhido em 10 de agosto de 2022.

horário de acordo com sua disponibilidade e colhemos seu depoimento enquanto ela aguardava um pedido no estabelecimento Recanto da Comida Caseira do Silvio, localizado na Av. Mamed Paes Mendonça, 1161, bairro Getúlio Vargas, próximo à Central de Abastecimento de Sergipe (Ceasa). Apesar de estar em ação no trabalho, o depoimento foi registrado durante esse intervalo de espera.

Por fim, chegamos a J.²¹⁶ – o nono e último depoente – por meio da indicação de outra professora, que nos informou sobre um estudante matriculado em sua disciplina na UFS, e que já havia exercido a atividade de entregador ciclista. Contactamo-lo, prestando as devidas explicações e agendamos o que definimos como a última entrevista. Seu depoimento foi registrado num estabelecimento localizado no bairro Rosa Elze, município de São Cristóvão.

O critério para coletar os depoimentos mediante as anuências dos sujeitos que participaram, independentemente de estarem na ativa ou não, era que os entregadores tivessem ao menos três meses de exercício nessa atividade. Esta exigência é justamente a do período dos contratos de trabalho temporários, supondo-se, em analogia ao emprego formal, o tempo de aquisição de alguma experiência ou de *mostrar serviço* que poderá ou não firmar o aspirante à vaga ao *status* de trabalhador com carteira assinada. Mas devemos lembrar que os entregadores ciclistas de aplicativos, por mais que tenham um desempenho produtivo elevado, considerando as condições atuais, inclusive no plano da legislação, não têm a perspectiva do exercício de uma ocupação formal²¹⁷.

A *flânerie* evidenciou que na atividade de entregador ciclista há o predomínio do uso de corpos masculinos. Embora existam menos mulheres na realização de entregas por aplicativos, o número de entregadoras que pilotam motocicletas foi mais expressivo, ao passo que encontrar entregadoras ciclistas chegou a ser incomum. Por isso normalmente chama à atenção nos depararmos com alguma mulher na rua utilizando a bicicleta e uma *bag* nas costas. Nas modalidades de trabalhos com aplicativos de transportes, as motoristas também são em número menor, porém são vistas com maior frequência.

Certos modelos de veículos automotivos, em cujos painéis os/as motoristas tenham o celular visível, a exemplo da inequívoca *bag*, tornaram-se marcadores simbólicos, indicativos dos trabalhadores/as de aplicativos do ramo de transporte. Durante o trabalho de campo, além da entrevistada, deparamo-nos (sempre em deslocamento) com poucas mulheres²¹⁸ pelas ruas e

²¹⁶ J., 22 anos, gênero masculino e autodeclarado pardo. Depoimento colhido em 08 de setembro de 2022.

²¹⁷ Decidimos encerrar com o depoimento prestado por J. a etapa da coleta de dados, no mês de setembro de 2022, em virtude do tempo que restava dentro do prazo regimental previsto no PPGS para a conclusão da pesquisa.

²¹⁸ Além da entrevistada, durante a *flânerie*, houve uma outra entregadora ciclista de aplicativo que foi abordada na fase em que buscávamos depoentes, porém, ela não demonstrou interesse em participar da pesquisa.

locais em que geralmente os entregadores aguardavam as corridas. Desses encontros fortuitos, contabilizamos, no total, quatro entregadoras ciclistas de aplicativos que trafegavam pelos locais que frequentamos durante o trabalho de campo.

Podemos inferir que se evidenciam lugares de gênero e a não atratividade de um trabalho desgastante fisicamente para as mulheres? Ressaltamos que em São Paulo/SP e Porto Alegre/RS existem os coletivos femininos e de pessoas LGBTQIA+²¹⁹ atuantes no serviço de entregas, combinando na perspectiva da micromobilidade que parte do princípio do uso de um meio de transporte leve, aliado às dimensões da ciclomobilidade (locomoção através da bicicleta) e ciclologística (transporte de produtos e mercadorias por meio da bicicleta), as quais atendem e contemplam os propósitos do ciclismo utilitário²²⁰.

O Observatório do Cooperativismo de Plataforma (OCP) realizou um documentário sobre o coletivo *Señoritas Courier*²²¹, no qual explicita como se deu a adesão de entregadoras/es ciclistas que atuam na cidade de São Paulo. Porém, distintamente das plataformas digitais do tipo *iFood*, *Rappy* e congêneres, ele representa uma alternativa contraposta às plataformas por se basear nos princípios do cooperativismo, sob a premissa de fortalecer as pessoas que fazem as entregas como gestoras do próprio negócio, opondo-se à precarização do trabalho e valorizando os/as entregadoras/es, numa oferta de trabalho decente (condições, gestão e representação justas) que alia a construção de novos sentidos para a mobilidade urbana, sustentabilidade e o ciclismo utilitário. Ao longo dos seus quase três anos de existência, completados em 2021, ano de publicação do documentário na plataforma digital *Youtube*, foi informado que o coletivo, na época da produção audiovisual, contava com nove pessoas, uma das quais centralizava as funções administrativas e operacionais das entregas (redes sociais, contato com aos clientes etc.).

Na época o quantitativo indicou-nos que o *senso de honra* voltado ao cooperativismo e à participação coletiva não é muito sedutor. A iniciativa é válida do ponto de vista de figurar como uma alternativa de resistência às plataformas digitais, mas diverge do *ethos* do empreendedorismo de si, propalado e embutido nas *novas técnicas de poder* e seus dispositivos

²¹⁹ Sigla que designa a diversidade no tocante à orientação sexual e identidades de gênero. Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexuais, pansexuais, não-binários etc. O sinal de mais (+) é o não fechamento às possibilidades existentes.

²²⁰ Informações constantes no perfil do *Instagram* @messageiracosmica, numa postagem de 21 de janeiro de 2022.

²²¹ *Señoritas Courier*. Esse documentário curta-metragem tem seu elenco composto pelas/os integrantes do coletivo. A direção coube a Caio Castor, e a coordenação, a Rafael Grohmann. Produção do *Observatório do Cooperativismo de Plataforma* (OCP). É um projeto do Laboratório de Pesquisa *DigiLabour*, financiado pela Fundação Rosa Luxemburgo. Ainda contou com apoio de fundos do Mistério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha. Produzido em 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qEy4AMy9dRw> Acesso em: 06 de março de 2023.

de indiferença, que no momento apresentam-se mais sedutores e por meio das plataformas digitais manifestam sua *expertise* na aplicação da ciência e dos algoritmos para físgar os pretensos *padrões de si mesmos* pelo emocional, mobilizando os valores da concorrência tão difundidos e cristalizados na vida social.

Mesmo em São Paulo, a atuação do gênero feminino é baixa, a qual fica aquém considerando-se o predomínio do gênero masculino e dos que são vinculados às plataformas digitais/*startups*. Inclusive, fizemos o *download* de dois aplicativos para entregadores, o *iFood* e o *Rappy*. Embora não o tenhamos concluído devido às exigências de alteração e permissão de acesso aos nossos dados pessoais, podemos dizer que a interface é sugestiva ao gênero masculino, pois, ao menos nessas duas plataformas, não vimos um indicativo a respeito do gênero do entregador/a, o que não significa a impossibilidade²²².

No entanto, de acordo com o documentário curta-metragem supracitado, em se tratando de pessoas LGBTQIA+, conforme depoimento de Joaquim, de 23 anos, homem trans e cooperado da *Señoritas Courier*, conheceu o coletivo por meio do *Instagram* e no início da pandemia havia feito entregas de bicicleta pelo *iFood* e *Uber Eats*. Ele atribuiu que por não ser trans identificado, seu cadastro na *Rappy* não foi aprovado. Noutro depoimento, uma entregadora foi bem elucidativa: “assim, era muito mais difícil encontrar mulheres trabalhando. Eu era uma das poucas, entendeu? Até quando você faz o cadastro no aplicativo, quando você é mulher, ele demora mais a te aprovar, entendeu? Demora mais tempo para ser aprovado²²³”. Neste caso, seria o algoritmo sexista?

Não obstante as questões de gênero estarem fora do nosso escopo para quaisquer aprofundamentos, é relevante indicar que a situação da mulher no Brasil, no que se refere a sua inserção aos postos e modalidades de trabalho, é desigual, apesar de compor o maior quantitativo populacional. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) divulgou uma análise a partir de dados da PNAD Contínua (3º trimestre de 2022) apontando que em apenas dois dos setores de Agropecuária, Indústria e construção, Comércio e reparação, Administração pública, Educação, saúde e serviços sociais, Serviços domésticos e Serviços²²⁴ há um prognóstico de um quantitativo maior das pessoas ocupadas ser de mulheres. Vale dizer que nos *serviços domésticos*, apesar das estimativas

²²² É possível que desde o nosso acesso, os aplicativos tenham passado por uma atualização, corrigindo a etapa da identificação dos usuários.

²²³ TRABALHADORES DE APPS EM CENA. **8 de março dia de luta**. Rio de Janeiro. 08 de mar. 2023. *Instagram*: @trabalhadoresdeappsemcena. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpiErDIrobP/?igshid=MDJmNzVkMjY=> Acesso em: 08 de março de 2023.

²²⁴ Exceto Serviços domésticos, Administração pública e Educação, saúde e serviços sociais.

computadas pelo IBGE, de 5,4 milhões fazendo parte dessa força de trabalho, 1,3 milhão tem carteira assinada como doméstica, 26 mil realizam trabalhos familiares auxiliares e 4 milhões são domésticas sem carteira assinada. Esses números trazem à luz uma taxa de informalidade de 75,7% para o gênero feminino no setor, sendo também esse o percentual das que obtêm rendimentos de até um salário-mínimo, combinando gênero, precarização e precariedade. Esses fatores conectam-se ao fato de 41 milhões de corpos, algo em torno de 23,4% da população brasileira, correspondem a mulheres negras.

Seria o tradicional posto de trabalho doméstico um *locus* de absorção e aproveitamento considerável da mão de obra dos corpos periféricos femininos? A precarização do trabalho relaciona-se ao gênero, e se for o caso de mulher, negra, lésbica e oriunda de uma classe social desprestigiada, eleva-se a opressão, refletida nas relações de poder. A esse respeito, Akotirene (2018) atribui importância aos estudos que partem da *interseccionalidade*²²⁵ como uma ferramenta de orientação crítica essencial à ampliação dos olhares compreensivos das identidades fluidas, subalternas e subordinadas às dimensões do preconceito, do gênero, fundamentadas numa peculiar manifestação da opressão colonial que subjaz a uma compreensão objetificada dos corpos femininos.

Além de serem maioria da população brasileira, as mulheres estão ocupando gradativamente, e à custa de uma luta incansável, espaços outrora socialmente determinados e exclusivos ao gênero masculino. Uma maior adesão feminina à atividade com entregas mediada por plataformas digitais em virtude do desemprego estrutural, talvez seja uma questão de tempo; ou o *solucionismo tecnológico*, criará outras modalidades de trabalho precário baseadas numa programação algorítmica mais afeita ao gênero feminino. Se isso ocorrer, não temos qualquer conquista a celebrar, afinal, o caminho permanece longo e íngreme para uma almejada equidade das diferenças no tocante à valorização entre os gêneros e a possibilidade do trabalho decente.

²²⁵ Não pretendemos uma arqueologia do conceito evocado, mas num sentido panorâmico, partimos da síntese de Akotirene, porém as intelectuais Kimberlé Williams Crenshaw e Bell Hooks, representantes do feminismo negro, expuseram reflexões originais sobre a interseccionalidade, demonstrando os efeitos dos marcadores sociais da raça, do gênero e da classe social no cerne da subordinação e inferiorização dos grupos atravessados por esses marcadores, sobretudo os corpos femininos negros. Também se destacam Angela Davis, Patricia Hill Collins, Sirma Bilge, entre outras. A abordagem de Roswitha Scholz, embora parta de outra matriz epistemológica, tem na crítica do valor-cisão um potente prisma analítico para os descompassos entre as relações de desigualdade de gênero sob a prevalência da *forma valor* a partir do plano estrutural que compartimentaliza certas atividades reprodutivas, restritas às mulheres na forma dissociada do valor. Reafirmamos que Scholz é de outra linha, porém muito original e potente ao debate do feminismo. Nessa linha, destacamos no âmbito local a pesquisa em desenvolvimento de Brenda de Sousa Seixas, junto ao Mestrado do PPGS, sob o título a seguir: “O tempo do leleô acabou, sou negra mais não sou escrava”: trabalho doméstico remunerado e clivagem racial na região metropolitana de Aracaju.

A respeito de B., a única mulher entregadora ciclista entrevistada, ela nos informou – ao menos até a ocasião do depoimento – que não havia sofrido qualquer situação de preconceito ou discriminação por gênero num ambiente de predomínio masculino.

Mas ao responder sobre a necessidade de as plataformas assegurarem um trabalho decente, ela explicitou-nos o seguinte: “Tem que valorizar a gente de bike, porque, tipo assim, na minha equipe mesmo que é a *****²²⁶, nós temos sessenta e três pessoas, quatro pessoas de bicicleta, o restante é só moto. Três pessoas mulheres, o restante é só homem. Duas de moto²²⁷”. Ela percebeu as disparidades entre a inserção de homens e mulheres, no trabalho precário sob a batuta das plataformas digitais.

A pesquisa de Reis (2022, p. 171-172), também sobre trabalhadores/as de plataformas digitais do serviço de transportes, no caso, motoristas, apreendeu que as mulheres também são um contingente reduzido, e os motivos possíveis seriam:

a discriminação dos usuários, que alegam não confiar em uma mulher no volante, fruto de uma postura machista que ideologicamente domina a gramática cotidiana de que ‘mulher não sabe dirigir’; a falta de segurança, que se agrava ainda mais com o sexo feminino, sobretudo relacionado aos assédios sexuais; o preconceito da sociedade em torno de essas profissões estarem relacionadas à figura masculina, e quando muito, as mulheres que aderem a elas são estereotipadas como ‘mulher-macho’; entre outros fatores.

Ainda sob o aspecto do gênero, é importante ressaltar que um dos entrevistados autodeclarou-se uma pessoa não-binária, ou seja, uma orientação sexual e uma identidade de gênero que se referem aos grupos minoritários. Foi evidenciado por sua contundente fala que sua orientação sexual, enquanto exerceu o trabalho de entregador ciclista de aplicativo, ao menos nesse meio, não lhe causou situações de antagonismo. Segundo ele:

Às vezes, me confundem como uma pessoa hetero. Então, é muito mais um lugar que eu me sinto. E na minha condição, eu acho que esse aspecto ainda não foi um gerador de conflito. Mas ainda eu percebi, meninos com mais aspectos femininos no corpo, né. Assim, com mulheridades presentes, na expressão, masculinidades femininas. Mas eu não vi um certo desarranjo, né. Inclusive alguns ainda afirmavam sexualidade, tinha as brincadeiras, algumas chacotas. Mas eu não adentrei ainda num espaço de chegar a perceber muito conflito. Eu posso ter sentido algumas coisas em relação ao ser negro, ter o cabelo grande, às vezes deixar solto. Então, certos posicionamentos

²²⁶ Optamos por ocultar o nome relatado a fim de resguardar a identidade de depoente. Ao ser questionada sobre o termo citado, ela nos disse: “É uma equipe, que é a equipe da gente. Como a gente é OL, a gente tem que ter uma equipe para botar a gente no turno, entendeu. Hoje ele bota a lista para saber quem trabalha amanhã” (B., Entrevista concedida em 10/08/2022).

²²⁷ B., Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022.

demonstravam uma característica de racismo, né (L., Entrevista concedida em 03 de agosto de 2022).

Esse comentário foi motivado ao questionarmos se ele havia sofrido algum tipo de preconceito no meio das entregas pelo fato de ser uma pessoa não-binária. Porém, a questão étnico-racial sobressaiu-se. Se partirmos dos dados nacionais, estes nos revelam uma predominância de pessoas negras (pretas e pardas) submetidas ao exercício desse trabalho informal. Pelas autodeclarações dos entregadores ciclistas respondentes, os questionários aplicados explicitaram o seguinte quadro: 27 pardos, cinco pretos e nove brancos. Apesar de uma amostragem reduzida na pesquisa, os dados confluem. O conjunto das pessoas negras é inequivocamente o mais afetado por essa condição.

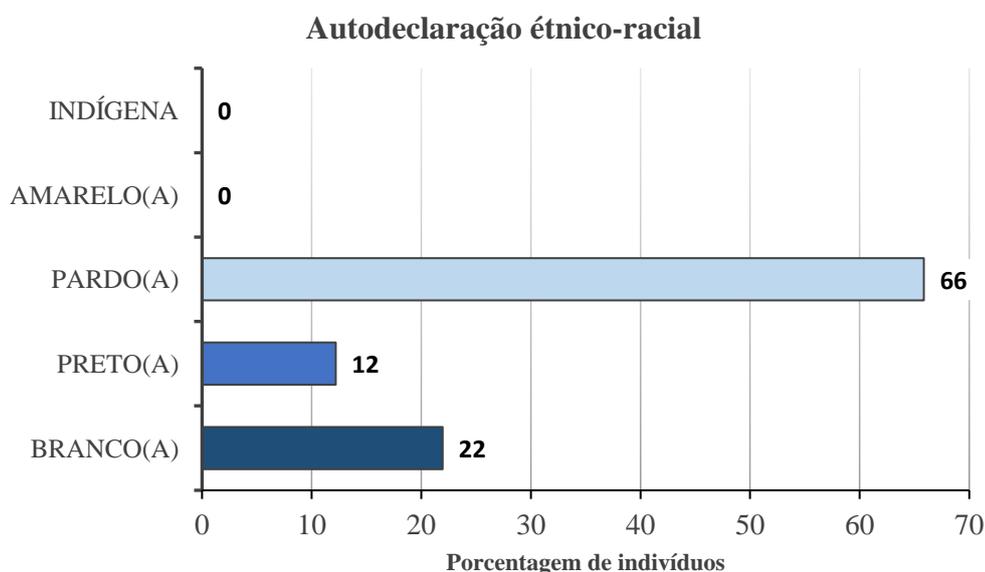


Gráfico 1: Autodeclaração étnico-racial

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos através dos questionários.

Souza (2018b) reafirma a naturalização das desigualdades nacionais impondo aos corpos negros a precariedade como norma. *Per se*, os corpos negros são supérfluos, invisibilizados e periféricos, subsumidos à *subjetividade como capital*. O estigma da pele seria o que Goffman (1978) indica, num sentido irremediavelmente visível, que certamente interfere nos fluxos de iteração, mas ao tempo que estes não passam despercebidos, paradoxalmente os corpos negros são extremamente ignorados, negligenciados e passíveis de degradação vista com naturalidade. A cor da pele, os traços fenotípicos e os cabelos são irremediavelmente visíveis.

Ramos (1995) cunhou com propriedade a prevalência de uma patologia social do “branco” brasileiro. O racismo é um tema amplo, mas do que podemos trazer à nossa discussão,

a partir do que nos foi revelado no trabalho de campo e fundamentados no pensamento desse sociólogo, uma tradição não pautada na branquidade ainda é uma tarefa do porvir na edificação de outras estruturas psíquicas apartadas dos moldes da colonialidade, sob novas condições objetivas de vida capazes de assegurar plena cidadania a todos os brasileiros.

Os corpos negros, como expressaram os dados, são os que persistem majoritariamente – 56,1% de pessoas negras, das quais 9,1% são pretas e 47% são pardas, de acordo com a PNAD Contínua 2021 – no conjunto da população nacional residente, imersos numa situação social que os identifica com o trabalho precário e uma existência em precariedade, que abrange o desemprego, os trabalhos desprestigiados socialmente (braçais), a residência em locais perigosos e desassistidos pelo Estado, os níveis de escolaridade, a faixa salarial etc.

O estado de Sergipe circunscreve-se, por assim dizer, na faixa que corresponde ao *Brasil Crioulo*, uma das matrizes da nossa identidade étnico-nacional e que espacialmente ocupou a faixa litorânea do Nordeste colonial, explorando os corpos escravizados no empreendimento açucareiro materializado nos engenhos (Ribeiro, 1995). Não estranha, portanto, o fato de que em nível estadual, de acordo com dados do IBGE, a maior parte da população seja autodeclarada preta e parda, perfazendo 79,7%.

No imaginário social foi impregnada a lógica colonial, por isso, aos corpos negros desde a escravização, a objetificação e redução a uma *subjetividade como coisa* marcaram-lhes tais quais os açoites do chicote. Encontramos em Poulantzas (1980) um possível esteio para problematizarmos essa situação. Embora as questões raciais não estivessem no centro das suas discussões, ainda assim podemos fazer as seguintes adequações e leitura: o poder exercido pelo Estado afirma a relação entre trabalho intelectual, dominação social e política, ao passo que o trabalho manual corresponde a uma cisão que impõe uma condição de unilateralidade ao uso dos corpos negros. Dessa forma, os corpos afeitos histórica e socialmente ao exercício de atividades corpóreas sem prestígio são excluídos e relegados ao mero papel de fazer e obedecer. Não é coincidência o fato de as pessoas negras serem as mais afetadas por tais circunstâncias.

Confirma-se que a divisão social entre trabalho das mãos e trabalho da inteligência, apesar da *sociedade tecnológica avançada*, é intensificada quando atravessada pela questão racial em nosso país, marcado indelevelmente pelo longo período escravocrata e pelas consequências desse *modus operandi* que reverberam na subjetividade e nas práticas cotidianas.

Diante da taxa de desocupação em Sergipe – a 6ª mais alta do país –, não é fortuito que os pretos e pardos sejam os mais afetados pelo desemprego, numa escala de 17,1% de pessoas nessa situação. O racismo estrutural, tão bem explicitado por Almeida (2021) e Ribeiro (2019), confirma a prevalência de uma sociedade que reproduz a dinâmica das relações sociais em que

os corpos negros são submetidos a um sistema de opressão e desigualdade que vilipendia a dignidade. O uso dos corpos e o lugar social das pessoas negras são o que historicamente vem sendo relegado ao desprestígio e à negação dos direitos humanos e sociais, ocupando a base da pirâmide das desigualdades sociais.

É mister mencionarmos para reforçar os argumentos anteriores, a contundente reflexão de Moura (2021, p. 49), uma vez que a importação de mão de obra qualificada dos europeus para o Brasil, além de visar uma política de embranquecimento populacional, demarcou o *não-lugar das pessoas negras* como trabalhadores, afinal, “o que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva”.

Isso posto, os corpos negros e periféricos encontram-se disponíveis ao exercício da atividade de entregador ciclista de aplicativo em Aracaju (SE). Eis que, além de negro, a qualidade requerida é a juventude, tanto do ponto de vista biológico, quanto sob o aspecto de categoria social. Se desde as idades tenras o fortalecimento da educação emocional, a motivação ao empreendedorismo e o culto à *performance* forem assentados no caráter dos sujeitos, o ideal de uma sociedade gerida pela mão invisível e também algorítmica do mercado garantirá a ocupação de todos aos seus lugares e papéis sociais sem romper a abstração que cinde o intelectual (saber e poder) do manual (fazer e obedecer).

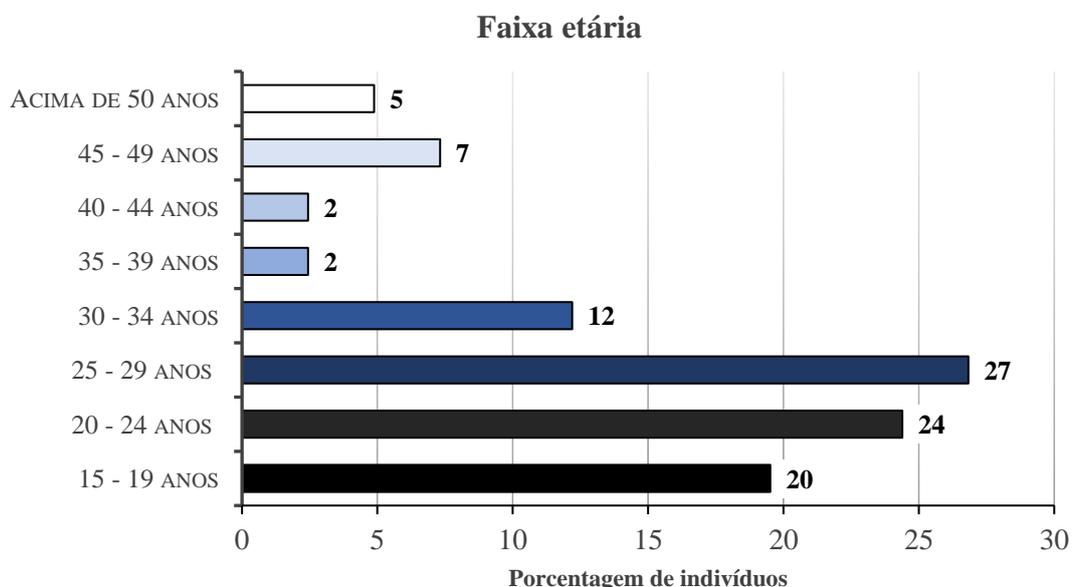


Gráfico 2: Faixa etária

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos nos questionários.

Cirurgicamente, Abílio (2021) também capta a denominada subsunção real da *viração*, em que os corpos dos ciclistas entregadores de aplicativos – por ela designados de *bike boys* –

são atrelados a modos de vida que correspondem tipicamente ao perfil dos jovens negros e periféricos, sendo a invisibilidade social imposta a forma estruturante das novas demandas e relações de trabalho, aliadas ao processo de acumulação e *valorização do valor* nas periferias.

Não por acaso, a faixa etária de maior percentual corresponde a homens jovens (inclusive adolescentes). Pode haver algumas possibilidades de leitura pela *flânerie*, entre elas, que a pandemia e o ensino remoto levaram muitos jovens de famílias com renda *per capita* baixa a buscarem uma alternativa de atividade para ajudar nas despesas de casa. O participante mais jovem a responder ao questionário era uma pessoa do gênero masculino, pardo, de 16 anos, que estava a cursar o 2º ano do ensino médio, solteiro, residente em Aracaju, e iniciou seu trabalho como entregador ciclista de aplicativo durante a pandemia. Quando respondeu ao questionário, exercia a atividade há pouco mais de seis meses²²⁸. O mais velho foi um homem de 52 anos, pardo, casado, com ensino médio incompleto, residente na capital e que também começou com as entregas na pandemia há aproximados seis meses.

No cenário anterior à pandemia, a condição de muitos corpos jovens já era distinta entre aqueles cujas demandas materiais da vida estavam garantidas; mas durante esse fato, a distinção se agravou. Os integrantes da classe média brasileira puderam dedicar-se exclusivamente aos estudos, dispendo de internet com sinal de boa qualidade, equipamentos eletroeletrônicos, necessidades básicas atendidas etc., pavimentando e cultivando seus projetos e expectativas de futuro.

Se considerarmos a faixa etária de 20% de jovens respondentes em idade escolar, cursando, concluindo ou tendo concluído a educação básica, entre 15 e 19 anos²²⁹, a realidade é outra. Os questionários nos revelaram que apenas 5% deles tinham ensino fundamental completo, a maioria, 66%, era composta por sujeitos com o ensino médio completo e 22% com ensino médio incompleto. No que se referia ao ensino superior, 5% tinham esse nível completo e 2% incompleto. Uma vez que esse instrumento foi aplicado durante a pandemia, parte dos que tinham esse nível incompleto pode estar inserida nos que ainda frequentavam a escola, conforme indicado por seis dos respondentes.

Portanto, expressa-se uma condição do que Abílio (2020) denominou de *juvenilização* na exploração da força de trabalho e seu rebaixamento no ramo dos aplicativos de entregas, em que as marcas dessa espécie de informalização são a perda da referência da identidade

²²⁸ Ele respondeu ao questionário no dia 19 de dezembro de 2020.

²²⁹ O IBGE subdivide dois grupos etários correspondentes a esse: a) 14 a 17 anos e b) 18 a 19 anos, perfazendo 8,7% da população residente em 2021, estimada em 212,7 milhões de pessoas.

profissional, aliada à instabilidade e flexibilidade, recaindo sobre os corpos periféricos jovens. A periferização de pessoas negras e jovens é um processo em execução.

Souza (2018a) compreende que a ocultação das desigualdades de classes visando atenuar o seu papel às perspectivas de inserção em lugares sociais de prestígio imputa a esses sujeitos a culpabilização individual pelos seus destinos “fracassados”, expondo o alheamento das suas escolhas. Os jovens que compuseram a amostra e, portanto, alocados nessa faixa etária integram a *ralé* e, num sentido kantiano, são os responsáveis por sua minoridade. A classe social aqui é apreendida para além dos rendimentos mensurados; é uma categoria que também resguarda todo um acervo simbólico, valorativo, moral e existencial que se transmite *hereditariamente* (Souza, 2018a). Em outras palavras, a visão de mundo inerente a uma classe que aspira distinção corresponde aos valores da autodisciplina e do autocontrole que lhe permitem o alcance de uma vida bem-sucedida e satisfatória.

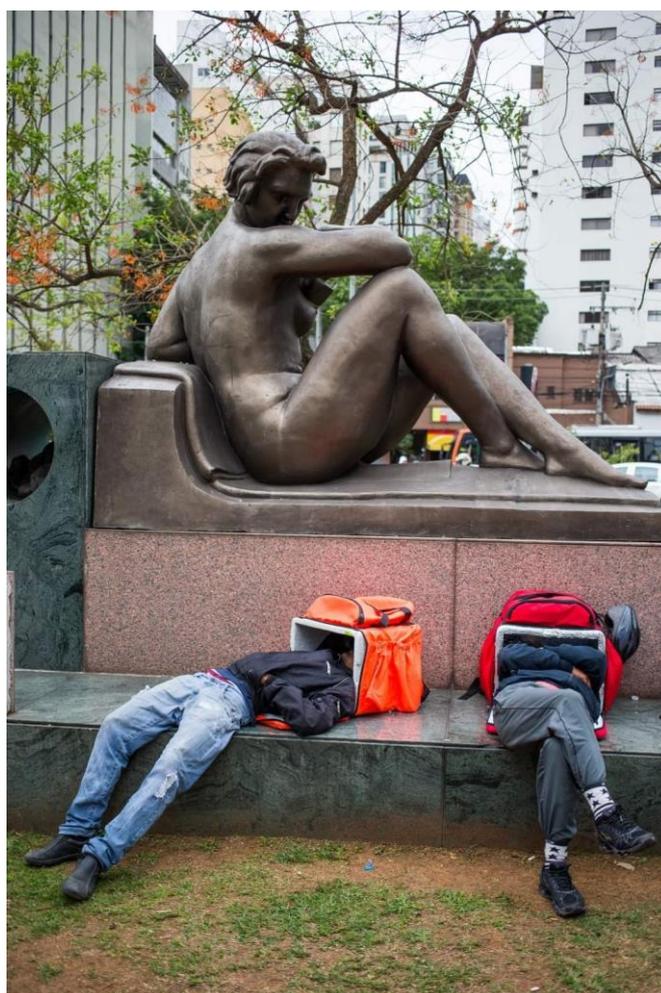


Figura 7: O descanso dos *bikeboys*.
Fonte: Tiago Queiroz Luciano, 2019.

Aos integrantes da *ralé estrutural brasileira* – um contingente de pessoas reproduzidas durante gerações sob a marca da precariedade – hereditariamente também é transmitida uma visão de mundo que os distinga e permita-lhes ascensão social pelo cultivo da autodisciplina e autocontrole. O que eles almejam como ideal de êxito é tornarem-se, a exemplo de Coriolano, *patrões de si mesmos*, movendo-se por seus próprios e árduos esforços a fim de um dia integrar o grupo dos *batalhadores*. Eles não percebem que “o real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível” (Souza, 2012, p. 57).

Num momento de elevados níveis de desemprego, que já assumem uma dimensão estrutural, a falta de adesão e identificação das classes trabalhadoras à organização coletiva e sindical leva ao que Cant (2021) constatou a partir da sua experiência social como entregador no Reino Unido, a saber: que a única escolha é trabalhar de qualquer forma que for oportunizada, mesmo que degradante. Esta situação impõe-se aos corpos periféricos em geral, com alguma similaridade, seja no Norte seja no Sul globais²³⁰. Os integrantes da *ralé* aspiram a chegar ao *status* de *batalhadores*, por meio da aquisição de uma motocicleta, em que a transmutação a entregador *motoboy* de aplicativo seria sinônimo do êxito proporcionado meritocraticamente pelo desempenho. Ao ascender a *motoboy*, o ciclista movimentou-se na direção de uma mudança de nível na escala da estratificação social?

A fim de ouvirmos o que pensam e sentem os sujeitos de carne e osso, *smartphones*, *bags* e bicicletas, podemos expor preliminarmente uma síntese provisória da tipificação dos peculiares entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE): são majoritariamente sergipanos e homens negros²³¹, entre 16 e 29 anos de idade, com o ensino médio completo; iniciaram o trabalho como entregador durante a pandemia; estavam desempregados; trabalham em média seis dias por semana, envolvendo três turnos (manhã, tarde e noite), numa jornada de trabalho entre 10 a 12 horas diariamente, com rendimentos mensais “incertos” na ordem de aproximadamente R\$ 900,00.

Em consonância a Ehrenberg (2010), podemos afirmar que eles protagonizam a heroica aventura do empreendedorismo; afinal, ela está ao alcance de todos aqueles que têm vontade de vencer. A ideologia do empreendedorismo foi entronizada, e não há obstáculo intransponível

²³⁰ Muitas pessoas que exercem a atividade de entregador de aplicativo nos ditos países desenvolvidos são imigrantes ilegais. Acerca disso, Cant (2021) relata o caso da fiscalização realizada em 2016 pela Agência de Fronteiras do Reino Unido – UK *Boder Agency* (UKBA), junto aos restaurantes londrinos, a qual consistiu numa ação de fiscalização imigratória, resultando na detenção de aproximadamente 20 trabalhadores informais e suas posteriores deportações.

²³¹ O número de mulheres é reduzido. Elas não são vistas com frequência circulando em suas bicicletas.

ao empreendedor – ainda que de subsistência. A vitória depende exclusivamente da vontade. Evidencia-se que muitos corpos são condenados a permanecerem “submissos aos ganhadores bem remunerados da globalização, eles têm que ganhar sua vida como trabalhadores ultrabaratos e escravos democratas na ‘sociedade de prestação de serviços’” (Grupo Krisis, 2003, p. 20).

“O descanso dos *bikeboys*” – na figura 7 apresentada anteriormente – conquistou o 2º lugar no 37º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo em 2020, na categoria fotografia. A cena capturada na avenida Faria Lima, na cidade de São Paulo, contrasta com esse espaço que é um importante centro comercial e financeiro brasileiro. O mercado encontra nesse endereço um local privilegiado dos grandes investidores e especuladores. O registro pelo olhar fotográfico do jornalista permite-nos ratificar o que Antunes (2018) conceitua como trabalhador de segunda categoria, o que pode ser extensivo à cidadania.

No Brasil, considerável parte da população é composta por cidadãos de segunda categoria. Tais circunstâncias são cristalinas sobre a barbárie que baliza o processo civilizatório. Por isso, ao falarmos de precarização do trabalho, não restringimos à dimensão das atividades e ocupações em si, ou à perda e fragilização dos direitos nesse campo. Alves (2013) menciona enfaticamente e com propriedade as implicações psíquicas dos sujeitos que trabalham, afetados cada vez mais por quadros depressivos, de ansiedade, enfim, transtornos psicológicos.

O próprio mercado, cuja *mão invisível* deve ser livre de amarras para conduzir a economia e a vida cotidiana, é facilmente irritável e instável, passando a operar em baixa, quando, por exemplo, o governo ataca os juros altos do Banco Central (BC) ou chama os gastos sociais de investimentos, mas permanece inabalável diante do fato naturalizado em que duas pessoas cochilam com a cabeça dentro das suas *bags* sob os olhares distantes e desinteressados das *Musas*²³², que, em vez de inspirar-lhes criatividade artística ou científica, inspiram-lhes ao empreendedorismo. O custo é o *duplo investimento econômico e psicanalítico* nos seus corpos, o involucro da mercadoria peculiar que impulsiona a dinâmica das relações de trabalho sob o *capitalismo de plataforma e vigilância*.

A partir do instrumento entrevista semiestruturada, delimitamos eixos categoriais potencialmente reveladores de categorias analíticas, manifestas pela experiência social dos entregadores, assim distribuídos: a) aspectos circunstanciais, b) condições de trabalho, c) remuneração, d) controle pessoal, e) empreendedorismo de si, f) consciência de classe, g)

²³² O Monumento das Musas é localizado na praça Luís Carlos Paraná, localizada nas imediações da Av. Brigadeiro Faria Lima (Itaim Bibi). Além da importância financeira, segundo a Aliança Bike (2019), é o maior e mais utilizado eixo cicloviário do país.

aspectos situacionais. O próximo tópico abordará o entrelaçamento dos eixos que evidenciam as representações sociais dos entregadores ciclistas de aplicativos frente à exploração e à *(auto)exploração*.

3.2 – Corpos *outsiders*: entre o risco e a liberdade de empreender a própria pele

Os aspectos circunstanciais, as condições de trabalho e a remuneração apontaram para a dinâmica da patente precarização da atividade e a reflexividade num quadro de precariedade existencial. Na visão desses trabalhadores informais, o corpo é o empreendimento possível. Para aderirem ao engajamento, ao apelo e à exacerbação da suposta liberdade, os desejos são mobilizados pela saturação e excessos da sociedade do desempenho, promovendo o empobrecimento da experiência vivida, não havendo tempo para o fruir, pois prevalece uma analogia à lógica do *fast-food*, em que o indivíduo-consumidor ingere o alimento apressadamente, em pé e sem saboreá-lo (Konder, 2000).

Os entregadores ciclistas de aplicativos expressam o indivíduo-consumidor ao qual se agrega o caráter precário do trabalho, sob forte *violência neuronal*, trafegando apressados em suas bicicletas, transportando alimentos e lanches, muitas vezes com fome ou enfrentando outras necessidades. Contudo, a sanha em se tornar um bem-sucedido patrão de si indica a indiferença ou *caráter blasé* na era da *smartificação* da vida.

Esse grupo corresponde a uma fração/amostra dos *sujeitos monetários sem dinheiro* sob a orientação da razão neoliberal, os quais precisam submeter-se ao onipresente controle algorítmico travestido de autoiniciativa. Neste sentido, “a intensificação do trabalho é uma característica geral do sistema capitalista. Mas quando se trabalha nas ruas, isso tem uma implicação bastante específica: uma pressão contínua para elevar os riscos que se corre” (Cant, 2021, p. 89). Se correr riscos é uma escolha individual; logo, a dimensão coletiva se afrouxa, turvando uma apreensão crítica da situação de classe em detrimento da culpabilização individual.

Esses *corpos-empreendimento* expressam a abstração que insiste em separar da totalidade humana o mental e o corpóreo, prevalecendo um valor e uma maior atribuição de *status* ao primeiro componente. Propondo um diálogo, apesar das suas distinções analíticas, entre o conceito de *paixão autocomsumptiva* de Sennett (2012) e a *compulsão (must)*, termo elaborado por Bauman (1999), em suas discrepâncias e filiações, os autores se aproximam ao nos indicarem os problemas que afetam os sujeitos de desempenho na busca da satisfação dos

desejos, e a aparência do livre exercício da vontade na realidade oculta a exigência de novos desempenhos impostos como passos ao almejado gozo, sempre insaciável.

Ampliam-se os quadros patológicos de estresse, ansiedade e depressão, ratificando o impulso das paixões que engendram sofrimento psíquico na *sociedade do cansaço*. As desigualdades sociais não podem ser negligenciadas da análise sociológica, uma vez que a plataformização e a vigilância repercutem em diferenciações aos efeitos *autocomsumptivos* e *compulsivos* do desempenho, conforme o lugar de classe.

Atentemo-nos ao que Veblen (2018) enfatiza sobre o estilo de vida das classes do ócio, cujo fundamento são o *consumo* e o *lazer conspícuos*²³³; isso quer dizer, marcados por traços de uma *paixão autocomsumptiva*. Tomando como exemplo, uma pessoa que viaja a fim de pedalar num polo do turismo²³⁴, essa situação não resguarda qualquer analogia com aqueles sujeitos mobilizados a trabalharem no tempo livre, realizando entregas através de aplicativos e se deslocando por meio de bicicletas. Nesse caso, a *paixão autocomsumptiva* é a medida da (auto)exploração, trabalhar até a exaustão para fazer-se a si mesmo.

O *consumo* e o *lazer conspícuos* aludidos são uma prerrogativa que distingue o estilo de vida entre as classes sociais e a atividade física do ciclismo experienciada no tempo livre, que não pode ser confundida com o trabalho dos entregadores ciclistas de aplicativos. Uma pessoa que precisa fazer entregas pedalando para sobreviver sofre duplamente, física e psiquicamente. Todavia, o que engendra esse processo diferencia-se da ansiedade de alguém que pretende concluir com êxito um desafio compartilhado no *Strava*.

Em Aracaju, há uma tensão entre os corpos estabelecidos e os corpos *outsiders*, à maneira de uma Winston Parva, com maior requinte de estigmatização. Elias e Scotson (2000) inequivocamente são trazidos a reforçar os nossos argumentos a partir do seu estudo acerca de uma comunidade urbano-periférica. Contudo, nossa pesquisa aproximou-se de uma compreensão das relações entre os *estabelecidos* e os *outsiders*, porém, enfatizando menos os pontos de conflito dos grupos de prestígio social no bojo de uma comunidade, cuja notoriedade foi adquirida pelo tempo de residência.

²³³ O *consumo conspícuo*, por exemplo, seria adquirir e possuir uma quantidade de carros de luxo, joias, roupas etc., bens cujo proprietário não dispõe de tempo para usufruí-los; o *lazer conspícuo* tem na recentemente inaugurada *era do turismo espacial* ou numa viagem de submarino para visitar os destroços do *Titanic* no fundo do mar exemplos crassos daqueles que podem se distinguir socialmente, pagando milhões a fim de experienciar momentos únicos (Veblen, 2018).

²³⁴ O Vale Europeu em Santa Catarina (médio Vale do Itajaí), é um dos circuitos de cicloturismo mais procurados para a experiência do lazer através da bicicleta. Percorre-se cerca de 300 km durante sete dias por áreas rurais e urbanas.

Ao debruçarmo-nos sobre a dimensão dos corpos *outsiders*, esses, ao tempo em que circulam indistintamente em zonas nobres e não nobres da cidade, explicitaram a contradição de serem sujeitos supérfluos, mas socialmente necessários à emanação do *status* de superioridade dos sujeitos *estabelecidos*. Ou seja, os entregadores ciclistas de aplicativos são, duplamente *outsiders*: tanto nesse ramo precarizado se comparado aos entregadores *motoboys*, quanto ao pertencimento de classe, visto que “o real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível” (Souza, 2012, p. 57).

Embora a cidade seja um complexo do *delivery*, tornou-se evidente que a área do *Shopping Jardins*, *McDonalds*, *BK* e *Pão de Açúcar*, além do seu entorno é mais visada por esses sujeitos e seus corpos *outsiders*, geralmente residentes nas zonas periféricas da capital ou na região metropolitana (Grande Aracaju). Embora o número de entrevistados não nos permita uma generalização, dos nove depoentes no período de realização das entrevistas, seis informaram que residiam em bairros sob essa classificação. Mas a dimensão de periferia aqui adotada vai além da localização geográfico-espacial. Há um processo de periferização que relega à maneira do estigma certos corpos a essa condição.

Como já vimos, o *Vamos ativar o empreendedorismo* (VAE)²³⁵ é verbalizado pela sigla e paronomásia mencionada entre parênteses, consistindo num chamado à tomada de atitude, ao faça você mesmo. Basta entoá-lo ao modo de um mantra que o medo de se aventurar nas searas incertas e arriscadas do empreendedorismo será dissipado. É preciso lembrarmos que os níveis de desocupação eram preocupantes antes da pandemia, e a disseminação dessa doença catalisou o quadro de desemprego estrutural experimentado nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil.

Distintamente de W., de 21 anos, que era empregado formal num supermercado na função de operador de loja, mas realizava esporadicamente corridas (fazia um bico) a fim de garantir uma renda extra nas suas folgas, todos os outros oito entrevistados foram levados ao *empreendedorismo de subsistência* na tipificação de entregadores ciclistas, em decorrência de estarem desempregados, inclusive antes da pandemia. Contudo, W., ao ser demitido, segundo argumentou, no dia 24 de agosto de 2021, assumiu a partir dessa situação o exercício da atividade de entregador ciclista de aplicativo em tempo integral e como a principal fonte de renda de subsistência para si e sua família, composta pela companheira e uma filha de um ano de idade.

²³⁵ Informe publicitário VAE. <https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/> 09/08/2022

O desemprego é o aspecto motivacional e o fator precípua que levam esses sujeitos ao trabalho com aplicativos. No caso da pesquisa da Aliança Bike, esse percentual foi 59% da amostra. Os questionários que aplicamos revelaram que 63% dos respondentes tiveram alguma experiência de trabalho precedente; ao passo que 27% experienciavam o *primeiro emprego* por meio das entregas para plataformas digitais. Contudo, é preciso frisar que dentre os que alegaram experiência de trabalho prévia, 63% corresponderam ao âmbito da formalidade e 37% ao da informalidade. Já em relação aos entrevistados e sua adesão aos *termos e condições de uso*, confirmou-se também que o desemprego e as necessidades de subsistência foram causas que os levaram ao trabalho como entregadores. Seria a manifestação de um *ethos* que se contrapõe à narrativa monetarista do desemprego voluntário²³⁶? O *solucionismo tecnológico* e sua pretensa resposta ao problema do desemprego apreenderam bem a concepção monetarista e reformularam-na diante das decrescentes ofertas de postos de trabalho formais, pois qualquer um, ao ajustar o seu *mindset*, pode encontrar e acatar um trabalho de forma precária. Só permanece desempregado quem quer.

O que motiva as pessoas ao empreendedorismo, ou melhor, o que as faz crerem que são empreendedoras? Será que realmente se consideram empreendedoras? A (re)produção das existências pode ser uma resposta, mas é preciso ir além a fim de tirar o véu acerca dessa falácia, pois empreender e ser bem-sucedido nessa atividade não se reduz aos fatores vontade ou coragem. As desigualdades sociais e a precariedade existencial dos sujeitos revelam as matizações do empreendedorismo. Reiteramos que os entregadores ciclistas aplicativos não aderem a essa atividade simplesmente por gostarem de pedalar, por cultivarem um estilo de vida ativo, ou por estarem preocupados com a mobilidade urbana e a sustentabilidade no tocante ao meio de transporte que utilizam, mas sim por admitirem que há o cultivo de uma nova ascense intramundana.

Analisemos em bloco e por ordem algumas das entrevistas semiestruturadas realizadas em que os depoentes expuseram o motivo em optarem pela bicicleta como instrumento de trabalho. Veremos que a bicicleta, uma “máquina” criada no período da segunda *Revolução Industrial*, mas sem visar aos propósitos tecnológicos que marcaram essa fase, distancia-se de quaisquer perspectivas de permitir que o uso dos corpos sobre duas rodas pelos entregadores

²³⁶ Cf. Nunes (2003), ao contrapor-se aos princípios monetaristas dos pensadores neoliberais, esclarece-nos em sua análise que os princípios aludidos promoveram o ataque e esvaziamento das políticas sociais e do pleno emprego, justificando uma urgência de confrontar e controlar a inflação. Assim, essa ótica enviesada admite que o desemprego é uma condição voluntária dos que se encontram desempregados, pois, em vez de aceitarem um emprego com salário mais baixo, eles optam por continuar a busca por uma nova ocupação.

tenha um sentido emancipatório. A máquina potencialmente libertadora torna-se para certos corpos mais uma máquina de tortura e menos um meio para fruição.

A fim de vencer o desemprego voluntário, a opção e escolha em trabalhar exercendo a função de entregador ciclista de aplicativo é-nos revelada: “Porque eu já tinha, né. E para poder trabalhar com moto ia ter que comprar e não daria certo para mim (M., Entrevista concedida em 25/05/2021). Prosseguindo com as motivações, temos o seguinte depoimento:

Foi pela questão de tipo, pela questão da pandemia. Eu tinha um emprego já tudo certo, já tinha feito exame e tudo. Mas na mesma semana pausou, eu tive que parar e, tipo, teve esse tempo todo. Com o decorrer do tempo, eu fui procurando opção, fui vender umas coisas. Tipo dá uma renda, só que não chegava a suprir minhas necessidades. Aí eu peguei e fui para outras coisas, aí até chegar ao ponto, do tipo, tenho uma bicicleta. Vou pegar um dinheiro que eu tenho, conserto ela e compro uma *bag* e vou para rua (S., Entrevista concedida em 26/05/2021).

Se a atividade de trabalho dos entregadores *motoboys* é indicadora do subemprego, um termo eufêmico para informalidade e a desocupação – pessoas que vivem de bicos –, exercer a atividade de entregador ciclista é o aprofundamento dessa degradação. Explicita-se que precarização no âmago da informalidade nivela por baixo um problema social crítico da sociedade brasileira. Correlacionam-se sujeitos da *ralé* (*motoboys* e ciclistas) desejan-tes ao alcance do nível seguinte; ou seja, pretensamente visam tornar-se *batalhadores*. A aspiração de muitos entregadores ciclistas é uma mudança de *status* para *motoboys* pelo fato de eles perceberem que a posse de uma motocicleta é uma espécie de um triunfo ou uma vitória possível, que, conquistada por meio dos seus desempenhos e esforços incansáveis, aproxima-os nessa ânsia de movimentação na estratificação social, permitindo-lhes ascender ao rol dos *batalhadores*.

Rapaz, eu podia, pelo incentivo do meu pai, era para ser motorista de aplicativo, de *Uber*, que ele até disse que ajudava a alugar um carro de ano, para pegar. Só que andar de carro para mim sempre foi complicado. Eu não me dou bem dirigindo, aí acho complicado. Aí como eu tinha bicicleta, tinha essa disponibilidade também da bicicleta, aí eu tentei. É pela bicicleta mesmo, ficar andando por aí (N., Entrevista concedida em 04/06/2021).

Porém, distante de quaisquer preocupações sustentáveis pela adoção de veículos não poluentes, a escolha em realizar entregas pedalando explicita as desigualdades sociais e o reduzido leque de alternativas de muitas pessoas, cuja disponibilidade das ocupações possíveis exige-lhes um acentuado uso dos seus corpos e das suas capacidades físicas no exercício de

atividades de trabalho, ainda que mediadas por uma interface digital. Realizar entregas para os aplicativos pode ser considerado trabalho digital? Quais razões inclinam as pessoas a essa atividade? Vamos ouvi-los²³⁷: “Porque era o transporte que eu tinha. Eu via que muitas pessoas conseguiam sobreviver através da bicicleta, entregando lanches e tal. Aí foi o que eu pensei, não, vou para bicicleta, aí fui” (W., Entrevista concedida em 28/07/2022).

Esses sujeitos expressam a exigência de desempenhos desiguais sob o prisma de outras das suas possíveis matizações identitárias, os *sujeitos monetários sem dinheiro*. Vejamos outra resposta: “Porque eu não tinha carteira de moto e nem tinha uma moto, e também não tinha o carro, né. Aí mais fácil era a bicicleta. Eu sempre andei de bicicleta. Para mim era mais prático, né” (A., Entrevista concedida em 08/06/2021). Além de desempregados, os custos de obtenção da CNH, da motocicleta, da manutenção do instrumento de trabalho motorizado e outras necessidades seriam altos para quem dispõe de recursos financeiros exíguos.

Até para a lógica neoliberal de investimento no capital humano, esses sujeitos em particular encontravam-se numa situação social de precariedade posta por condições desiguais de investirem nos seus *corpos-emprego*. Podemos acompanhar Srnicek (2019) na proposição de uma dimensão ampliada do trabalho no *capitalismo de plataforma*, no sentido da *(auto)exploração* a que são submetidos esses trabalhadores, pois, além da exploração da sua mão de obra para entregas mascarada pela apresentação das plataformas digitais como empresas de tecnologia mediadoras dos consumidores envolvidos (entregadores, estabelecimentos e compradores), os dados produzidos são apropriados por elas.

Em nível psíquico, os sujeitos se *(auto)exploram* justamente pelo fato de o neoliberalismo balizar-se numa razão de Estado, que, nos termos foucaultianos, utiliza *dispositivos de saber-poder*, que são aperfeiçoados no sentido de conduzir as ações, as emoções e os pensamentos das pessoas, sob uma percepção ou mesmo uma crença de autonomia, porém, ilusória.

Os entregadores ciclistas de aplicativos sofrem o impacto desses dispositivos sob a amplificação da situação social degradante que os converte em *self-made-man* precários, mas fervorosos em superarem a culpa da minoridade ou a vergonha da dependência por não haver correspondência com a situação de classe. O preço da submissão a essa racionalidade e suas ramificações em modos de ser, pensar e agir possivelmente engendram nesses trabalhadores precarizados o que Sennett (2006) verificou nos trabalhadores tecnológicos possuidores de

²³⁷ As respostas dos sujeitos P., L., B. e J., cujas entrevistas respectivamente foram realizadas em 07/06/2021, 03/08/2022, 18/08/2022 e 08/09/2022, expressaram uma justificativa semelhante.

status da IBM²³⁸, uma subjetividade pautada na desconfiança e o esfacelamento de laços coletivos.

Os indivíduos entregues à própria sorte empenham a si próprios física e psiquicamente, explicitando que “a autonomia não é mais o que precisa ser erradicado a todo preço, mas o meio de governo da eficácia: todo mundo, compreendendo-se aqui aquele que está embaixo na escala hierárquica, é considerado um sujeito da razão” (Ehrenberg, 2010, p. 89). O autor analisava a conversão dos trabalhadores circunscritos à vigência do fordismo, enquanto *modus operandi* da organização do trabalho, de operários-executores a operários-empresendedores, cuja fundamentação era a gestão participativa. Entretanto, esse ideário de tomar a iniciativa da boa conduta por si próprio semeado na *Era do Ouro* colheria muitos frutos a partir dos anos de 1970, no declínio dessa fase de prosperidade do capital sob o chamado capitalismo de Estado. Mas indubitavelmente a conversão numa espécie de autocontrole do processo civilizador que subjaz à racionalidade neoliberal fortaleceu-se no cenário contemporâneo em que prevalece uma gestão participativa de si.

Os sujeitos entregadores ciclistas de aplicativos seriam, parafraseando Fontes (2017), *trabalhadores sem emprego* sob o simulacro de empresários? Ou são sujeitos da razão neoliberal? O sujeito do desempenho é, por excelência, um sujeito da razão neoliberal; porém, não esqueçamos que vivemos numa sociedade de classes, por isso a amostra que compõe a presente pesquisa indica que eles estão hierarquicamente situados abaixo dessa escala. A gestão participativa de si próprio não é tão glamourosa quanto é vendida. Não basta entoar VAE ou ter coragem para os sonhos poderem acontecer.

Há uma pedagogia algorítmica que repercute à corporeidade? Não devemos perder de vista que “os corpos são educados por toda a realidade que os circunda, por todas as coisas com as quais convivem, pelas relações que se estabelecem em espaços definidos e delimitados por atos de conhecimentos” (Soares, 2004, p. 110). Mas os atos de conhecimento e as relações vigentes expõem – e insistiremos nesse ponto – a submissão do corpo reproduzindo as relações sociais e de classes. Um dos sujeitos entrevistados, ao comentar sobre o seu processo de adaptação à atividade de trabalho, explicitou-nos o seguinte: “no começo, você, pela questão de seu corpo não estar acostumado, só cansa muito rápido. Mas com um, dois, três dias, eu consegui acostumar, tipo, foi pouco tempo” (S., Entrevista concedida em 26/05/2021).

Referenda-se que essa categoria é fiadora de si mesmo, além do aspecto da exigência do *esforço muscular-nervoso* da pedalada que, combinado ao *esforço nervoso-cerebral* da

²³⁸ *Internacional Business Machines Corporation* (IBM).

supervisão algorítmica e demandas digitais, confirma o papel do neoliberalismo na promoção de modos de ser, pensar e agir ao uso dos seus corpos. Neste sentido, dialogando com Ehrenberg (2010), o emprego dos novos *dispositivos de saber-poder* visa incutir nas massas uma mentalidade, um *ethos* de automotivação permanente; afinal, nada mais autônomo que sermos nós mesmos. A palavra foco, no sentido de uma qualidade das pessoas bem-sucedidas – porque são focadas –, representa a ideologia que simploriamente resume o sucesso ou insucesso de alguém à capacidade de concentrar-se em um propósito até conquistá-lo. A *sociedade do cansaço* é também uma sociedade do *doping*.

Isso posto, os *novos dispositivos de saber-poder* não renunciam à disciplina, mas recorrem às inovadoras técnicas autocoercitivas, mais econômicas e eficazes, que expressam o investimento na (auto)disciplina. O ideário do empreendedorismo de si impõe a coerção a fim de obter o consentimento, não apenas coagindo os corpos, uma vez que as técnicas de poder exclusivamente disciplinadoras não se mostraram tão eficazes. Desta maneira, a exploração ganha contornos sutis, uma vez que a conquista do consentimento é obtida porque a *(auto)exploração* incorpora-se ao processo de subjetivação. Acompanhemos a experiência social de um entregador ciclista de aplicativo e sua percepção sobre o uso do seu corpo:

Em relação à bicicleta, como eu tinha uma certa frequência de andar, então, não teve assim, tanto desgaste. E como era a única atividade que eu estava fazendo no momento, não conseguia desenvolver outra, pela intensidade que eu precisava de pedalar e conseguir entregas. Então, não tive assim, adequação de tempo, não, né. Assim, às vezes a situação para me adaptar era como conciliar um *App* e outro. Porque a gente ficava muito nessa, para ganhar muito mais. Ainda mais eu, que entrei num período que já começou a liberar mais os espaços e as pessoas já transitavam de carro para pegar. Então, às vezes estava a caminho de uma entrega, já chamava outro. E aí, nesse tempo de acelerar mais para chegar no outro, às vezes gerava alguns desconfortos. Mas até o tempo que eu fiquei em um *App*, em outro, ou desligava um, uma hora depois começava a entregar em outro (L., Entrevista concedida em 03/08/2022).

Podemos dizer que L. seria uma pessoa focada ou sem foco? Vale lembrar que ele concluiu uma pós-graduação *stricto sensu*/mestrado e encontrou-se, após o término do curso e consequentemente o encerramento da bolsa de estudo, frente à necessidade de sobreviver. Naquele contexto havia poucas perspectivas para uma pessoa qualificada encontrar um posto de trabalho condizente. O que lhe restava era a condição de desempregado. Estamos trazendo um caso entre muitos, em que pessoas, apesar de uma elevada qualificação, defrontam-se com exíguas oportunidades de inserção ao âmbito formal. Evidentemente o momento pandêmico

teve um peso ao mundo do trabalho, considerando que houve um decréscimo geral nas vagas e oportunidades de emprego/ocupação em escala planetária. Contrariamente ao discurso neoliberal, a condição de desemprego não é voluntária. Neste sentido, recorreremos uma vez mais à literatura, que nos brinda com propriedade e contundência na seguinte representação:

E, por aí, neguinho com o diploma na mão catando lata de cerveja, vendendo churrasquinhos, fazendo brinquedo com ossos de boi. Gente disputando a tapa restos de comida com os urubus nos lixões. É triste. Ele sai de manhãzinha pra ver se arruma algum, assustando as pessoas com essa tosse braba. Inda outro dia, encontrei o Samuel, uma das melhores promessas dos meus tempos de ginásio, tentando vender um enorme urso de pelúcia entre a Laranjeiras e a João Pessoa. Inesquecível o olhar (Santana, 2002, p. 102).

Não é incomum entregadores com diplomas universitários, alguns inclusive pós-graduados, e ainda assim precisaram recorrer às entregas ou a outras modalidades de trabalho precário para tirarem os seus sustentos. Muitos jovens promissores do ensino médio e destaques no nível superior não tiveram as devidas oportunidades para concretizarem seus talentos na vida. Na era da (auto)culpabilização, o fracasso atesta, ao gosto da narrativa neoliberal, que eram incompetentes e que essas circunstâncias foram ocasionadas por não terem se esforçado o suficiente, por não sentirem vontade, por não terem feito *jus* ao mérito.

Quando Eagleton (1998) trouxe considerações sobre a vigência de uma nova *somatologia do corpo*, visava indicar o efeito de algo que estava sendo imposto às pessoas. A este respeito, podemos inferir que o depoimento de L. aponta para a autorregulação de si a essas demandas, sem quaisquer traços de autonomia, ou escolha livre, mas, sobretudo, em como saber lidar com o manuseio de mais de uma plataforma digital simultaneamente a fim de realizar as entregas de forma intensa e acelerada para obter alguma renda.

Para L., a atuação de entregador ciclista de aplicativo foi temporária, não que seja uma regra, mas no seu caso a qualificação apreendida como a posse de um capital simbólico, nos termos bourdieusianos, permitiu-lhe ingressar no serviço público mediante concurso, após algumas inserções como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), de trabalho formal (Alma Viva, área administrativa de uma escola particular, contrato na Prefeitura Municipal de São Cristóvão) e informal precarizado que lhe garantiam a subsistência.

Ainda que possuam algum capital cultural, nem todos vão conseguir. Revela-se o duplo processo que afirma ser toda alienação uma (auto)alienação também, posto que as forças coercitivas sob aparência da liberdade de escolha atuam sobre as pessoas pelo pressuposto do

condicionamento, evidenciando uma forma eficaz de modificação comportamental empregada pela faceta do *capitalismo de vigilância*, na conformação dos sujeitos de desempenho. A busca pela satisfação das necessidades básicas explicitada no relato aludido, aliada à conexão e utilização dos aplicativos de entregas, promoveu o que Zuboff (2020) chamou de uma predição de *superávit comportamental*, e este é um possível óculo para uma compreensão provisória das motivações engendradas por reforços, avaliações e recompensas que orientam as ações dos entregadores e a *illusio* correspondente dimensionada pelos algoritmos, como esclarecem abaixo alguns pressupostos dos *termos e condições de uso* do *iFood* em sua unilateralidade:

Você pode desempenhar as Atividades de Entrega livremente e sem influências, inclusive utilizando outras plataformas de forma simultânea. O Entregador ou Entregadora não tem a obrigação de dar continuidade a esta relação.

O incentivo à flexibilidade continua: “Você, assim como o *iFood*, é independente e responsável pelos seus custos operacionais, despesas, taxas, contribuições e tributos relativos à manutenção de suas atividades²³⁹”. Em meio a tantas benesses, as plataformas digitais exercem o monopólio de descontinuar a relação com esses clientes/parceiros por meio dos bloqueios ou exclusões dos cadastros, bem como da falta de critérios transparentes para a distribuição das entregas.

Constatamos que aqueles corpos jovens que se predispõem a sair de casa muitas vezes amargam uma espera (que eles chamam por aqui de tomar gelo) e a incerteza de que vão garantir as suas metas diárias. Será que falta foco a quem permanece esperando trabalhar sem qualquer certeza de que vai realizar a atividade e do que irá auferir monetariamente?

Todo empreendedor precisa ter, além de criatividade, um pequeno capital para abrir o seu próprio negócio. Analisemos alguns dos investimentos/gastos que os sujeitos da pesquisa precisaram fazer para iniciar a atividade de entregador ciclista de aplicativo:

A bicicleta eu já tinha e o celular também. O celular eu fui comprar depois de já estar trabalhando, porque o anterior não suportou. Mas o gasto inicial mesmo foi com a *bag* e com o pacote de dados (M., Entrevista concedida em 21/05/2021).

Outro entrevistado expôs:

²³⁹ Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Termo-de-uso.pdf> Acesso em: 24 de março de 2023.

Foi na *bag* e no pacote de dados, porque eu não colocava muito crédito no celular. Justamente aí para ter pacote de dados, para começar a andar *on-line* mesmo na rua, eu tive que pegar um pacote e a bicicleta eu já tinha (N., Entrevista concedida em 04/06/2021).

A autonomia tem seu preço:

A bicicleta meu padrinho me deu uma que ele tinha, né. Eu fiquei utilizando ela. Eu precisei trocar os pneus, os freios, né. A sela também para ficar confortável, os pedais. E o celular foi uma amiga minha que queria desfazer, eu só fiz ajeitar ele, botar uma tela nova, né. Era o modelo Moto G3. A *bag*, eu adquiri na própria empresa, né, que disponibilizou e disse que, como eu não tinha dinheiro para pagar logo de cara, aí ela disse assim, você pode pagar fazendo entrega. Divida o tempo que você vai fazendo e vai pagando aos poucos (P., Entrevista concedida em 07/06/2021).

A precariedade pode ser uma condição provisória ou permanente da vida de muitas pessoas, mas certamente os entregadores ciclistas de aplicativos estão imersos nela. A este aspecto alia-se o fato de que o exercício da atividade mediada pelas plataformas digitais agrega a precarização do trabalho. Os dados dos questionários indicaram que aproximadamente 90% dos entregadores dispõem entre seis horas e 12 horas de seu tempo destinadas às plataformas, permanecendo *on-line* na sua jornada de trabalho, o que indica uma dedicação integral pelo cumprimento de uma carga horária. Uma chave compreensiva para tanta abnegação seria em torno do modo de vida assentado na *viração*, pela centralização do autogerenciamento subordinado que se incorporou à estrutura do caráter social dos sujeitos (Abílio, 2021b).

Essa média foi similar nos depoentes, com variações pontuais nos turnos e dias da semana trabalhados, mas que mantém a generalidade. Portanto, há uma jornada de trabalho que sempre é cumprida. Há também um ponto importante sobre os equipamentos personalizados, a exemplo da *bag*, que leva o sujeito a iniciar o trabalho, contraindo uma dívida, conforme o último depoimento do bloco anteriormente mencionado.

Fazer entrega utilizando-se de uma bicicleta não é uma atividade leve. A média de quilômetros percorridos por dia, segundo o apurado, foi de aproximadamente 60km. Porém, a depender do movimento e da quantidade de corridas, essa distância pode ser bem maior. Afirmamos que muitos não demonstraram preocupação com a mensuração da quilometragem; afinal, atendiam com os seus corpos às demandas da existência. Mas ainda que o indicado seja aquém, não deixa de ser uma marca relevante, uma pessoa pedalar semanalmente uma média de 360km a 400km.

Confirma-se que a atividade de trabalho é exigente do ponto de vista do componente físico, insalubre e periculosa, respectivamente, devido às exposições aos riscos como a radiação

solar e aos acidentes no trânsito. A autonomia é atestada nos *termos e condições de uso* da plataforma: “Entregadores e Entregadoras são independentes e não exclusivos(as). Atuam por conta própria e utilizam seus próprios recursos para a realização das entregas, não havendo qualquer relação de subordinação entre o *iFood* e os Entregadores e Entregadoras”²⁴⁰.

No caso de acidentes ocorridos durante as entregas, eles estão entregues à própria sorte. Vamos mais uma vez enfatizar que no período da pandemia, somente após denúncias e repercussões nas mídias e redes sociais, algumas plataformas passaram a disponibilizar máscaras e álcool em gel aos entregadores. De acordo com a nossa *flânerie*, o uso de máscara, apesar de importante e cientificamente comprovado para evitar o contágio do novo coronavírus, era pouco eficaz aos que permaneciam ao relento. Embora eles a utilizassem, é bem provável que os efeitos protetivos estivessem atenuados em virtude de o suor encharcar a máscara entre uma entrega e outra, além dos dias chuvosos.

Correlacionando-se ainda à segurança do ciclista, o capacete é um EPI básico, mas o trabalho de campo evidenciou que a maioria dos entregadores dessa categoria não o utilizava. A justificativa era o dispêndio financeiro ou falta de costume com o equipamento. A constatação foi checada tanto *in loco* quanto nos depoimentos. Apenas N. e L. informaram que usavam o capacete. O primeiro, inclusive quando nos encontramos numa praça, ao chegar pedalando, fazia uso do citado equipamento de segurança.

O risco é um espectro que ronda constantemente aqueles que realizam essa atividade. Assaltos e acidentes no trânsito são acontecimentos que perpassam a rotina desses trabalhadores. Acompanhem alguns relatos a esse respeito. Vejamos o primeiro:

Bom, falta uma segurança, tanto no sentido de segurança física, quanto monetária, né. Em caso de acidente, alguma forma da gente ter uma estabilidade financeira nesse momento. Por exemplo, as transportadoras, que a gente pode comparar, normalmente trabalham fazendo manutenção dos veículos que são utilizados. O nosso é por conta própria, né. A gente é que é o responsável por manter o veículo, manter a *bike* e se acontecer algum acidente ou algo do tipo, o prejuízo é todo nosso (M., Entrevista concedida em 21/05/2021).

Outra percepção que merece destaque:

Não, segura não é. Agora você tem que ter muito cuidado, tem que ter muita atenção. Porque tem sempre aqueles motoristas que gostam de passar fino. Eu

²⁴⁰ Disponível em: <https://entregador.ifood.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Termo-de-uso.pdf> Acesso em: 24 de março de 2023.

mesmo, tem muitas vezes, andando de lado, um espaço enorme na pista, o motorista sempre gosta de passar fino. Teve uma vez que passou tanto fino, que eu quase bati no carro que estava estacionado. Ainda, quase arranquei o retrovisor do carro (N., Entrevista concedida em 04/06/2021).

Não restam dúvidas sobre a periculosidade. Segundo W., “é muito risco, não vou mentir. Porque o trânsito é maluco. Muitas localidades que a gente vai é de risco, tem muita malandragem. Aí tem lugar que a gente fica com muito medo” (W., Entrevista concedida em 28/07/2022). Não obstante a cidade de Aracaju ter uma malha cicloviária de mais ou menos 70km, percorrê-la para realizar entregas em tempo hábil geralmente não corresponde à melhor rota para os entregadores durante as corridas.

Inegavelmente as ciclovias oferecem mais segurança e proteção do ponto de vista da exposição e disputa no tráfego com os veículos automotores. Fazemos essa afirmação a partir da nossa experiência pedalando a fim de deslocarmos-nos para executar o trabalho de campo, alternando trajetos pelas vias ciclísticas específicas e pelas tradicionais; mas também, pelo observado em relação às opções dos entregadores no tocante ao deslocamento para o destino das entregas. Seria esse caráter decisório dos caminhos a seguir a promessa de autonomia na execução desse trabalho?

Self-made-man autoproclamados, esses sujeitos assumem individualmente os riscos de permanecerem nas vias na faixa à direita, trafegando pontualmente pelas ciclovias. Frequentemente precisam lançar mão de manobras arriscadas na contramão e na travessia das ruas e avenidas, sob uma tirania e consciência do tempo algoritmo, aliados à batuta de uma nova disciplina do trabalho.

Na *sociedade do cansaço*, sob a regência do compasso algorítmico, a expressão *tempo é dinheiro*²⁴¹ para os corpos supérfluos manifesta o caráter regulatório da temporalidade. Entra também em cena, a autorregulação, que exprime através do *habitus* social as correlações entre a apreensão do tempo no sentido social e a regulação do comportamento humano e da sensibilidade por forças coercitivas civilizatórias (Elias, 1998). Assim, podemos situar, em consonância ao pensamento desse autor, que a marcha do processo civilizador, hoje, inculca uma consciência moral a partir de um modelo social (auto)disciplinador pautado performaticamente no alcance de desempenhos. As forças coercitivas civilizatórias não mais escondem sua inclinação à barbárie.

²⁴¹ Tempo é dinheiro (*Time is Money*) é uma frase de uma longa passagem de Benjamin Franklin citada por Weber (2004), cujo teor é inequívoco no sentido de uma moral utilitária. Aqui a descontextualização é proposital para ressaltar a impregnação do *ethos* mercantil em todos os poros da vida social e a reificação do tempo.

Relembrando que o nosso contato e conhecimento sobre N. ocorreram em virtude do assalto que ele sofreu, quando sua bicicleta foi roubada. Acompanhemos sua narração acerca dessa ocorrência:

Na entrada do JK onde eu falei desse carro, foi justamente nessa entrada. Estava o cara do outro lado da rua, no outro lado da calçada, eu entrando na calçada aqui, eu dei uma olhada para ele, acho que ele viu que eu olhei para ele e já devia estar procurando alguém desatento, por assim dizer. Nem se importou com os carros passando, os carros passando numa rapidez. Acabou derrubando a bicicleta. Ainda queria levar o celular. O papoco aqui olhe, mostrou o revólver. Não, está doendo aqui rapaz, aí ele viu que estava demorando, acho que ficou com receio de que algum carro parasse, se bem que ninguém parou não. Aí ele pegou a bicicleta, ajeitou o guidão e foi embora (N., Entrevista concedida em 04/06/2021).

O entregador confirmou a premissa das plataformas sobre a assunção dos riscos individuais. O assalto ocorreu quando ele retornava de uma entrega, mas não recebeu qualquer assistência; ficou sem trabalhar e conseqüentemente sem garantir sua renda, até a aquisição de uma nova bicicleta. Noutra vivência dos riscos, o relato de W., que não é entregador nuvem, mas OL, revelou-nos nuances contraditórias, uma vez que o exercício da sua atividade corresponde a uma dupla terceirização. Vamos esclarecer novamente que a plataforma digital *iFood* tem no bojo da exploração da força de trabalho dos entregadores, sob o signo da precarização, uma distinção e categorização, a saber: entregador nuvem e Operador Logístico (OL).

O primeiro não goza de prioridade para as entregas; o segundo não pode rejeitar entregas, além de cumprir, a serviço de uma empresa terceirizada, uma jornada fixa. De acordo com a sua narração, ao menos até a ocasião do depoimento, W. nos informou que havia sofrido uma tentativa de assalto e três acidentes. Destes, somente o mais recente deixou-o impossibilitado de trabalhar por 18 dias. Porém, conforme assinalou, houve assistência:

Aí foi que entrou o dono da empresa do OL, que o *iFood* próprio me deu trinta dias para analisar meu caso, para me dar auxílio medicação. E aí eu falei com o dono da empresa e aí foi que ele me deu um auxílio, por esse período que eu fiquei parado (W., Entrevista concedida em 29 de julho de 2022).

Atuando predominantemente pelas plataformas *James* e *Bee*, instaladas no seu *smartphone*, e nas quais permanecia *on-line*, S.²⁴² vivia uma situação distinta de W., pois quando nos concedeu sua entrevista encontrava-se com o antebraço direito enfaixado com uma

²⁴² S., Entrevista concedida em 26 de maio de 2021.

atadura. Observamos que o estado do freio dianteiro da sua bicicleta estava avariado. Ao perguntarmos o que ocorreu, ele apontou para o local do seu membro superior machucado, dizendo-nos que o freio quebrado e o machucado foram consequências de um acidente sofrido recentemente, que o levou a ficar parado – sem entregar e sem receber – por duas semanas, não obtendo qualquer assistência dos aplicativos aos quais estava “vinculado”. Eis o tom dessa parceria de sucesso.

Os entregadores ciclistas de aplicativos e o uso dos seus corpos sob a racionalidade neoliberal ratificam o eixo categorial correspondente aos aspectos situacionais, às condições de trabalho e à remuneração em seu entrelaçamento com a precarização do trabalho e a precariedade existencial. Reiteramos que uma vida cheia de sentido no trabalho (objetividade) somente poderia correlacionar-se à plenitude de sentido da vida fora do trabalho (subjetividade), sob outra orientação que não a do uso dos corpos reduzidos ao trabalho abstrato no capitalismo. É esclarecedora a reflexão que capta a impregnação da abstração do trabalho, considerando-se que

o trabalho no sentido moderno é, portanto, a forma específica de atividade da ‘economia desvinculada’ determinada pelo contexto do sistema impessoal emergente. Assim como a atividade do antigo escravo, definida como abstração social ‘trabalho’, era indiferente ao que se fazia, pois se tratava sempre do dispêndio de ‘energia servil’, o conteúdo geral da reprodução social tornou-se indiferente, porque se trata sempre da mesma transformação da energia humana abstrata em dinheiro (Kurz, 2020, p. 67).

O propósito das *startups* não é um segredo. Embora se arvorem empresas de tecnologia, as plataformas digitais de entregas precisam converter os corpos periféricos e sua energia em dinheiro. Partindo do que a maioria dos respondentes do questionário atestou ao informar que suas metas diárias, mas sempre incertas, giravam em torno de R\$ 50,00, verificamos o acerto diagnóstico de Kurz (2020) acerca do processo secular que tornou o regime concorrencial hegemônico e o dinheiro seu emblema, subsumindo a vida social ao fim em si mesmo do dinheiro. Esse valor também foi a média citada pelos entrevistados. Ou seja, saem de casa sem garantias de que vão fazer as entregas necessárias ao alcance da meta, ficam expostos ao sol, ao calor e à chuva, sem as mínimas condições de acesso a banheiro e água; são muitas vezes maltratados pessoalmente, além de submeterem-se ao risco de assaltos e acidentes no trânsito. O que os leva a essa servidão voluntária? Seria a situação do desemprego? Há uma mobilização das suas disposições, numa suposta crença de que trabalham para si próprios.

Souza (2018a) traz-nos um ponto de iluminação compreensiva a partir do seu conceito de *ralé estrutural*. Assim, os entregadores ciclistas de aplicativos são (*auto*)*explorados* pelas

plataformas digitais e por seus próprios desejos, reduzindo-se a corpos supérfluos, que podem ser desgastados fisicamente, além de estarem disponíveis e rebaixados a um preço irrisório, a fim de realizarem um trabalho desqualificado e de remuneração incerta. Do *gorila amestrado* do taylorismo à serpente gestora de si do neoliberalismo, a metáfora é inequívoca: muitos corpos são animalizados e as diferenças de capital cultural, ou as oportunidades de aplicação desse capital, restringem-nos à realização de atividades desprestigiadas e de domínio do físico.

A formação social capitalista contemporânea é bem distinta do modo de produção escravagista da antiguidade. Entretanto, é pertinente o olhar de Aristóteles (1998) acerca do que seria a virtude dos escravos, a qual, resguardadas similaridades e injeções simbólicas aos entregadores ciclistas de aplicativos, consiste ainda em fazer bem a tarefa designada; se os primeiros deviam obediência ao seus senhores, os segundos, inequivocamente são pessoas livres circunscritas às *sociedades democráticas modernas*; portanto, devem obedecer a suas vozes interiores, posto que suas virtudes são restritas, não devendo deixar de cumprir suas obrigações por falta de vontade ou coragem.

A respeito da remuneração, o depoimento de A.²⁴³ expõe o seguinte: “Já teve mês que eu ganhei quinhentos, mês que eu não ganhei. Atualmente, não faz mais, não”. A submissão à lógica do trabalho de entregas mediado por aplicativos é demonstrativa de que não faltam a esses sujeitos necessariamente vontade, coragem e foco para exercerem uma *práxis* fetichizada por meio da capacidade mobilizadora das emoções, sonhos e desejos desses *batalhadores*, guerreiros que não fogem à luta pela sobrevivência e por uma melhor localização na estratificação social.

A insatisfação com os ganhos obtidos é outro fator que merece atenção, porque articula a precarização do trabalho à precariedade da vida (reificação existencial). A maioria dos entrevistados relataram não estarem satisfeitos com os valores recebidos pelas entregas, cujas respostas evidenciaram o desgaste da atividade e uma remuneração baixa. Destacamos a seguir as duas respostas que consideramos mais contundentes e representativas. A primeira apreende:

Não, não. Foi uma fase, assim, de muita tensão, de muita preocupação, muita mesmo. É tanto que eu não conseguia nem parar, e dizer assim, não, vou continuar pensando para estudar para o doutorado. Não tinha pensamento nenhum. Aí depois, quando eu comecei a me aliviar mais, foi que eu parei para iniciar estudar para concurso, cursinho. Ou com a ajuda de outra pessoa, que passava a senha do material. Ou conseguia comprar no cartão e dividir, assim, parcelado, né. Mas não era, assim, possível, porque era muita

²⁴³ A., Entrevista concedida em 08 de junho de 2021.

preocupação. Acordava pensando no dinheiro, que tinha que fazer para pagar aluguel ou comprar comida ou medicação quando precisava (L., Entrevista concedida em 03/08/2022).

Na visão da entregadora ciclista de aplicativo entrevistada:

Não, de jeito nenhum. Poderia ser mais valorizado, poderia ser muito mais valorizado. Porque a gente está na rua pedalando no sol quente e ninguém olha isso. Porque uma corrida de 4km para *bike*, eles pagam R\$ 6,00 e para moto é oito, R\$ 9,00. Então, para mim, eu sei que a moto tem gastos, tem? Mas poxa, o nosso gasto é nosso esforço físico, pô, que é muito pior, entendeu? A gente tem que comprar protetor solar, a gente tem que ter um chapéu, uma blusa UV, porque senão, não vai. E a gente é muito desvalorizado nessa parte de dinheiro, entendeu, é muito baixo, cara, muito baixo (B., Entrevista concedida em 10/08/2022).

O primeiro relato expõe a situação do entrevistado que atuou como entregador após o fim da bolsa do mestrado, evidenciando o sofrimento psíquico entre os anseios dos estudos, seja para prosseguir rumo ao doutorado seja para prestar concursos, haja vista sua qualificação. Entretanto, estava diante de um dilema existencial: estudar ou fazer entregas? Eis a questão.

A segunda resposta da depoente que atuava como OL do *iFood* foi taxativa. Trouxe uma visão cuja ênfase é o sofrimento físico, a exposição ao sol e o desgaste provocado na pedalada. Sob a ótica desses *sujeitos de desempenho, neoliberais, monetários sem dinheiro e precários*, na *sociedade do cansaço, o novo espírito do capitalismo* ratifica sua vocação ao que Souza (2012) apreende como necessidade de reprodução no tempo para assegurar-se como sistema de dominação. Por esta razão é preciso levar as pessoas a acreditarem em si próprias e no que fazem, e a conquista dessa adesão ocorre por meio de um intenso processo de legitimação e introjeção do ideal do *self-made-man*.

A motivação de ambos para o exercício da atividade é a subsistência. Sennett (2004) faz uma consistente análise sobre autoestima, respeito mútuo e desigualdades sociais a partir de suas lembranças quando era aspirante a violoncelista. Trazendo seus argumentos para os sujeitos que compõem esta pesquisa, poderíamos inferir que essa nova dinâmica do trabalho e o *ethos* correspondente apresentam-se como uma carreira aberta ao talento? A capacidade pessoal de cada um em suportar as demandas da existência (aluguel, comida etc.) e as exigências físicas para realizar entregas pedalando são o critério suficiente para conquistar a recompensa. Contudo, é mister trazer duas visões divergentes dos entregadores ciclistas em relação à carreira aberta ao talento, uma vez que, na ocasião da cessão do depoimento,

demonstraram estar satisfeitos com os seus rendimentos. Ao ser questionado, N.²⁴⁴ respondeu: “rapaz, por enquanto eu estou. Como eu não vivo sozinho, é só ajuda, por enquanto eu estou satisfeito e ainda fica um pouco para mim”. Numa linha análoga, W.²⁴⁵ nos disse: “no momento eu estou, por causa das produções de OL”.

Ser um colaborador eventual da renda familiar levou o primeiro entrevistado supracitado a uma percepção positiva dos seus ganhos, de forma que, para N., estes contemplavam as demandas da colaboração e ainda sobrava dinheiro para si, ao que informou ser uma renda média mensal de R\$ 600,00 naquela ocasião. A satisfação do segundo depoente, embora fosse a pessoa responsável pela renda principal da família, assentava-se na sua submissão ao “vínculo” de OL. Segundo nos informou, seus rendimentos mensais médios eram em torno de R\$ 2.000,00.

Não bastassem as diferenças entre *motoboy* e ciclistas, partindo da quantidade de corridas, dos valores etc., o *iFood* ainda inovava com essa hierarquização entre OLs e entregadores nuvem. Reiteramos que os primeiros tinham preferência de entregas, em detrimento dos segundos, além de outras obrigações caracterizadoras de vínculo por não terem de fato e direito a liberdade de trabalhar quando quiserem, conforme prometido, embora cumpram uma jornada prévia. Para sermos o mais cristalinos possível, o OL é um entregador que cumpre uma jornada pré-estabelecida e é vinculado a uma empresa de entregas que presta serviços ao *iFood*, que, embora atue somente no Brasil, é a maior plataforma digital desse tipo de serviço na América Latina.

Parece-nos que no bojo do processo de formação do caráter, os dois entregadores entrevistados prezaram pelo autodesenvolvimento, não desperdiçando os seus talentos a fim de atenderem aos critérios que balizam a conquista da estima social (Sennett, 2004). O *senso de honra* em ajudar, contribuir e garantir o sustento financeiro de si próprios e muitas vezes como renda principal do núcleo familiar aqui expressou que a absorção da vida cotidiana à satisfação das necessidades imediatas leva-os a não perceberem a exploração.

Lembre-mos de que toda exploração engendra uma *(auto)exploração*, portanto, balizada pela ideologia neoliberal que, ao fetichizar o aspecto exploratório do capitalismo e do rastro promotor de desigualdades sociais naturalizadas, reduz-se às possibilidades do êxito ampliando-se os sucessivos fracassos das capacidades individuais dos sujeitos, e desta forma a percepção da exploração é atenuada e confundida. Consoante Kurz (2020),

²⁴⁴ N., entrevista concedida em 04 de junho de 2021.

²⁴⁵ W., entrevista concedida em 28 de julho de 2022.

o próprio trabalho tomou o lugar de Deus, de modo que todos os homens são agora ‘servos de Deus’, diferindo um dos outros apenas pela posição funcional na hierarquia de uma ‘atividade de sofrimento’ sem qualquer significado para além de si mesma. Também o ‘*management*’ é parte do trabalho e toma para si a cruz terrena a fim de encontrar nela o seu poder masoquista – a partir de agora completamente secularizada, já despida dos motivos protestantes e sem consciência das próprias origens (Kurz, 2020, p. 68).

Se para o budismo viver equivale a sofrer, aos que estão na base da hierarquia social, acreditar piamente que se trabalha para si próprio é a *paixão autocomsumptiva* e a *compulsão* que justificam algum significado transcendente. A experiência social dos entregadores ciclistas de aplicativos no exercício da sua atividade livre de empreendedor encontra nesse trabalho precário uma forma de combater o tédio e a rotinização dos trabalhos tradicionais.

A ascese intramundana em aderir voluntariamente ao trabalho como servidão confirma o que Benjamin (2013) apontou a respeito dos sujeitos contemporâneos que, imersos em preocupações, vivem angustiados e atravessados por uma consciência de culpa insolúvel, haja vista o caráter não expiatório desse culto que é o capitalismo. A purificação, portanto, advém dessa servidão (in)voluntária ao deus trabalho. Quanto maior o desempenho e o sofrimento, supostamente em escala diretamente proporcional serão maiores as recompensas. Encontramo-nos numa “[...] sociedade em que cada um se torna inimigo dele próprio e dos demais, pois a todos cabe servir ao mesmo Deus secularizado do capital [...]” (Kurz, 2020, p. 74).

Não iremos debruçar-nos ou aprofundar uma discussão sobre as plataformas digitais de entregas, porém, elas correspondem a um tipo de empresa tecnológica – *startup* – em ascensão no capitalismo de *plataforma* e *vigilância*. A exemplo de toda empresa capitalista, as *startups* não perdem de vista os princípios normativos da sociedade. Seja para os fins de entretenimento e lazer como jogos, vídeos, músicas, sociabilidade, relacionamentos etc., seja para prestação de serviços como transportes, compra e venda de produtos variados, entre outros, todos os usuários consentem com os *termos e condições de uso*.

Esse *pseudocontrato* em sua aparência inofensiva garante a essas empresas o acesso irrestrito aos dados dos usuários, a localização, a câmera e os arquivos, por exemplo. Todas essas permissões geralmente são aceitas sem questionamento, devido às promessas oferecidas e a demandas da utilização. No caso em tela, interessam-nos menos as empresas e mais as pessoas que precisam utilizá-las como aporte ao ganho de renda, em particular aquelas que atuam no ramo de transporte para entrega de produtos fazendo uso da bicicleta. Porém, no levantamento obtido por meio dos questionários, tivemos um indicativo provisório dos principais aplicativos instalados nos *smartphones* dos entregadores ciclistas.

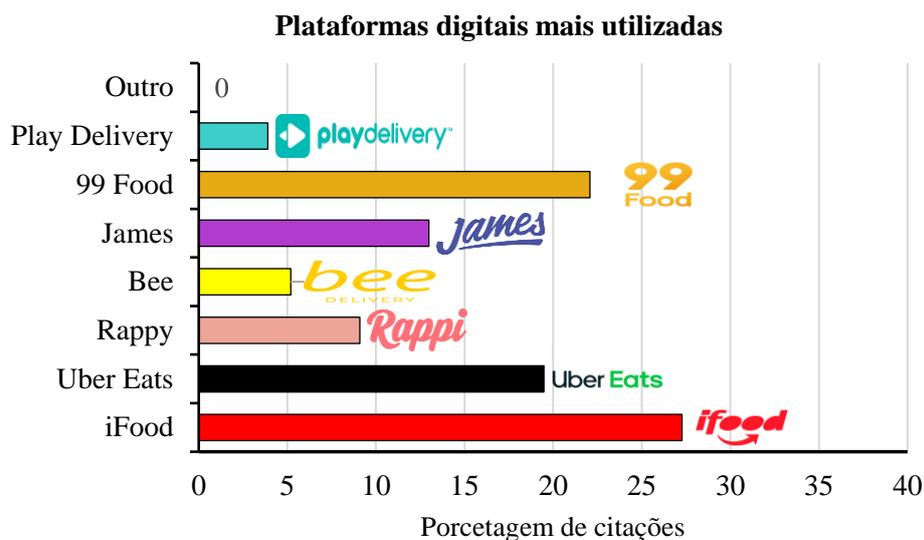


Gráfico 3: Plataformas digitais mais utilizadas.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos nos questionários.

Durante o trabalho de campo, os dados obtidos e expostos no gráfico 3 revelaram-nos quais eram as plataformas digitais de entregas mais mencionadas. Contudo, muitos ficam *on-line* em duas ou três ao mesmo tempo, por sua vez, outros creem ter compreendido o algoritmo dedicando-se com maior afinco a uma delas. Mas por segurança e a fim de não ficar na mão, o ideal para os entregadores nuvem é ficar *on-line* ao menos em dois aplicativos. A brasileira *iFood* foi disparada a mais requisitada e citada, apesar das constantes reclamações. Embora muitas vezes a *bag* utilizada seja de outra *startup*, as sacolas vermelhas dessa plataforma aparecem com frequência na paisagem das ruas e avenidas aracajuanas e são, portanto, as mais vistas. Por ocasião da *flânerie* do trabalho de campo, podemos inferir que em termos de contraste visual, ela era hegemônica no segmento.

Há certamente uma diferença entre as dinâmicas das capitais. Ao tomarmos São Paulo para fins comparativos, as distâncias, a população, a quantidade de estabelecimentos, as demandas de entregas e outras variáveis são ampliadas se as relacionarmos a Aracaju. Na capital paulista, inclusive, alguns entregadores ciclistas usam o serviço de bicicleta compartilhada. Ou seja, por meio de um aplicativo que cobra uma taxa de utilização, eles alugam em estações/pontos específicos esses meios de transporte que são seus instrumentos de trabalho. No período de realização da coleta de dados, a capital sergipana não dispunha desse serviço.

Não possuir uma bicicleta seria o indicativo de uma existência ainda mais precária? Se os ganhos ou demandas de corridas podem ser maiores na “terra da garoa”, os gastos com o

mencionado compartilhamento de um dos principais instrumentos de trabalho podem pesar nas despesas individuais. Para essa finalidade, o serviço *bike* Itaú oferece planos de acordo com as necessidades do usuário em SP, a partir de 260 estações. Para quem pedala eventualmente, o que não é o caso dos entregadores ciclistas de aplicativos, pode-se experimentar 10 dias de gratuidade. O pacote oferece quatro viagens de até 45 minutos diariamente, em bicicletas convencionais. A cada 30 minutos extras, ou se houver a ampliação do percurso, serão acrescidos R\$ 4,90. O aluguel de *bikes* elétricas tem outro valor. Após os 10 dias de experiência, o plano é renovado para o Básico Mensal. Certamente, pela jornada que os entregadores realizam, eles ultrapassam a quantidade de viagens e minutos em todos os planos disponíveis, o que gera uma despesa a mais para trabalhar.

Não é o nosso propósito detalhar essa questão, mas vale pontuarmos que em 2015 a Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) e a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), em uma parceria com a NET²⁴⁶, implantaram estações de aluguel de bicicletas compartilhadas em alguns locais da cidade por meio da *startup Caju Bike*²⁴⁷. Todavia, esse serviço não obteve uma adesão significativa entre os aracajuanos naquele momento.

Ainda registramos, a partir da nossa *flânerie* diária²⁴⁸, que outras cores de *bags* surgiram no cenário. Entretanto, faremos uma breve menção à plataforma digital *Quero Delivery*²⁴⁹, fruto da *inventividade meritocrática* de um empreendedor sergipano que, diante das dificuldades, num certo dia, segundo justificou, ao pedir um sanduíche no município de Tobias Barreto (SE) onde morava, teve um *insight* e desenvolveu esse aplicativo, a princípio, para atender aos pequenos negócios nas cidades do interior, onde é patente a limitação do serviço de entregas por meio das plataformas já consagradas. Embora timidamente, já são vistos entregadores pela cidade com as *bags* exibindo essa nova logomarca²⁵⁰. Independentemente da proliferação das

²⁴⁶ A NET era uma empresa brasileira do ramo de telecomunicações, propriedade do conglomerado mexicano *América Móvil*, que oferecia os serviços de televisão por assinatura, internet e telefonia fixa. Em 2015 foi incorporada juntamente com a Embratel ao grupo Claro S/A. Os nomes de fantasia foram mantidos, apesar da fusão.

²⁴⁷ Disponível em: [Caju Bike: cinco novas estações começam a funcionar em Aracaju | Sergipe | A8 Sergipe](#) Acesso em: 30 de março de 2023.

²⁴⁸ Houve um período específico e delimitado da etapa de coleta dos dados, por meio dos instrumentos respaldados cientificamente. Porém, os sujeitos entregadores, seja os ciclistas seja os *motoboys*, são vistos cotidianamente. Então, nas nossas atividades do dia a dia, como uma ida ao supermercado ou farmácia, sempre víamos esses trabalhadores. Inclusive um dos entrevistados mora no mesmo bairro, não sendo incomum os encontros face a face. No trânsito em nossos deslocamentos, apesar de estarmos de passagem, sempre visualizamos um ciclista ou *motoboy* com a *bag*, que se tornou uma espécie de marcador simbólico da categoria.

²⁴⁹ Disponível em: [quero Delivery: aplicativo atende cidades do interior \(uol.com.br\)](#) Acesso em: 30 de março de 2022.

²⁵⁰ Detectamos novas plataformas digitais de entregas, além das que foram indicadas na ocasião da coleta de dados, por meio do aspecto visual de novas cores e logomarcas estampadas nas *bags* e do acompanhamento aos perfis de entregadores nas redes sociais e das notícias em geral.

plataformas digitais de entregas, cumpre ressaltar sua finalidade precípua ao entrelaçado processo de produção capitalista junto às esferas da circulação e consumo. Ainda que seja factível uma nova orientação à organização dos processos de trabalho ditada pela perene inovação no setor produtivo, salientamos que “a inovação não é mais subordinada somente à racionalização do trabalho, mas também aos imperativos comerciais” (Lazzarato; Negri, 2013, p. 65).

É nessa seara que a produção sob a égide do *capitalismo de plataforma e vigilância*, apesar da narrativa de uma sociedade que, além do *cansaço*, não deixa de ser do consumo, implica que a aparente valorização somente ao aspecto final do circuito não prescinde de demandas produtivas aceleradas. Haveria demanda de consumo sem produção? Talvez os trabalhadores que exercem suas atividades precarizadas junto aos aplicativos correspondam à tendência de empregos no setor de serviços que lidam diretamente com os consumidores/clientes, também chamados de *front-office* (Lazzarato; Negri, 2013). Isso em si não é novidade. O que há de inovação é a mediação ou terceirização das plataformas digitais entre as empresas fornecedoras, os consumidores/clientes e os trabalhadores/entregadores que atuam na logística/transporte, fazendo os produtos chegarem ao destino numa relação de formalização da informalidade.

De trabalhador autônomo a empreendedor de subsistência, a saga da precarização do trabalho ganhou nova conotação com a entrada das *startups* em cena. Essas empresas de tecnologia, ao tempo em que se apoiam nos pressupostos da economia do compartilhamento, por meio de formas de oferta e exploração de trabalho flexível e *freelancer*, esboçam uma visão positiva acerca de um suposto empoderamento desses empreendedores (Sundararajan, 2018). Certamente, o desemprego estrutural interfere na busca pelos aplicativos para o ganho de alguma renda, mas há um outro fator, o típico trabalho formal que, embora seja garantido do ponto de vista do salário pactuado em consonância com a legislação e direitos trabalhistas, paradoxalmente é herdeiro da fixidez de jornadas regulares e espaços determinados, que hoje não mais satisfazem a dinâmica da temporalidade algorítmica.

O empoderamento almejado por quem precisa fazer entregas por aplicativos utilizando uma bicicleta ainda não é exercido e tampouco é factível, uma vez que essa categoria é desprestigiada socialmente. Convém observar o recente caso em que um entregador ciclista de aplicativo – um homem negro – foi agredido por uma mulher na cidade do Rio de Janeiro²⁵¹.

²⁵¹ A *subjetividade como coisa* confirma-se aos corpos supérfluos, invisíveis e periféricos dos entregadores ciclistas de aplicativos. O episódio de um homem negro e entregador que foi agredido no Rio de Janeiro por uma mulher branca e, inclusive, chicoteado com uma coleira de cachorro é um caso emblemático. Disponível em:

Esses *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* que põe o uso dos seus corpos a serviço das plataformas encontram-se em face de uma formação de subjetividades balizada por um empoderamento ilusório, uma vez que o trabalho formal não responde mais aos anseios profissionais, sobretudo dos mais jovens.

Nesse sentido, Schaff (1995) mencionava em sua análise controversa que a ética do trabalho nos termos weberianos e a própria compreensão do trabalho que tradicionalmente o conhecemos começaram a ruir, emergindo um novo *ethos* do trabalho e um novo estilo de vida dos sujeitos. Alguns entrevistados explicitaram que, caso conseguissem um emprego formal, não abandonariam as entregas, mas tentariam conciliar as duas atividades. Lembremos outra vez a premissa na interface do aplicativo para entregadores *iFood*: “*fique disponível para entregar quando você decidir*”. Algum poder decisório é somente designado aos entregadores nuvens. Mas há um preço. Convém lembrar que os OLs cumprem uma jornada fixa.

M., o primeiro entrevistado, afirmou que não estava procurando outro emprego na ocasião, por causa dos estudos. Ele cursava o nível superior na UFS. Desta forma, trabalhar realizando entregas permitia-lhe a flexibilidade de horários que lhe garantia algum tempo para estudar. De fato, a ética do trabalho exige uma outra ascese. Segundo afirmação de A., que estava em transição para uma oportunidade de trabalho formal, ele buscava a conciliação entre as duas atividades, e o motivo era legítimo: “porque ainda quero, tipo, angariar bastante dinheiro para pegar minha moto, para facilitar minha vida, muito. Para isso eu preciso conciliar essas duas coisas” (A., Entrevista concedida em 08/06/2021).

Concordamos com todos os elementos problemáticos que engendraram críticas com propriedade, porém há uma manifestação de cautela em Schaff (1995), ao referir-se às mudanças na sociedade sob o advento de uma nova revolução industrial de cunho informacional, enfatizando que seus prognósticos eram afeitos aos países avançados e desenvolvidos. Aos emergentes ou àqueles em desenvolvimento, na época classificados pela nomenclatura *Terceiro Mundo*, o novo *ethos* do trabalho e o novo estilo de vida não se aplicariam.

Mas o que o autor apreendeu sobre as mudanças ocasionadas pela tecnologia e os seus impactos à sociabilidade, embora não seja original, traz um esteio para a ampliação do quadro de desemprego estrutural, o que indubitavelmente tem afetado, resguardadas as proporções, o Norte e o Sul globais por meio das medidas políticas e práticas neoliberais e sua governamentalidade *sui generis*.

Os dois entregadores ciclistas OLs, marcadamente terceirizados no bojo da *formalização da informalidade*, ou seja, a terceirização da terceirização²⁵², conforme o que foi descrito anteriormente, explicitaram essa falência das rotinas dos trabalhos formais e a incongruência com os anseios, sobretudo dos jovens, acerca do sonho cultivado outrora em trabalhar de carteira assinada. Acompanhem os seus pontos de vista a seguir:

Só se fosse algo não envolvendo supermercado. Aí eu iria, porque, infelizmente acabei pegando trauma. Eu busco todo dia abrir meu próprio negócio. Sair dessa vida, só se for para abrir o meu próprio negócio. Estou projetando juntamente com minha mulher, para futuramente com fé em Deus, a gente abrir um açai (W., Entrevista concedida em 28 de julho de 2022).

Numa apreensão similar:

Não trabalharia de carteira assinada. Eu recebo mais aqui, entendeu. É muito mais cansativo, é. Mas a gente tem prioridade de toda hora estar em casa, que a gente trabalha na rua. Não tem ninguém pegando no pé da gente, entendeu. A gente é praticamente, é um emprego que é livre. Então, eu não queria um emprego de carteira assinada. Não deixaria, entendeu (B., Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022).

Dois sujeitos jovens – um do gênero masculino, de 21 anos de idade, e o outro do gênero feminino, de 27 anos – tinham experiência profissional anterior no âmbito das ocupações formais; ou seja, foram batizados pelo registro da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), porém, suas subjetividades sob a lógica neoliberal apresentam indícios dos aspectos competitivo e concorrencial que os inclinam a aceitarem a incerteza da informalidade, pois compreendem claramente o *sentido do jogo*; e apesar dos riscos, os aspectos atrativos são preponderantes.

W. afirmou estar traumatizado com as rotinas fixas quando era funcionário de um supermercado. B., por sua vez, ao seu modo, atentou para os rendimentos e a flexibilidade da sua nova ocupação. A dimensão da *ilusio* e os valores introjetados do mercado que os predis põem ao jogo são uma possível chave para entendermos a mobilização da *subjetividade como recurso*, cujo entretenimento oferecido, de forma análoga a um cassino, é um jogo de azar. O *sentido do jogo* para os Coriolanos e Coriolanas da *sociedade tecnológica avançada* nunca foi tão cristalino, afinal, eles preferem submeter-se aos *moinhos de gastar gente*

²⁵² A notícia cuja chamada foi “Falência de empresa ligada diretamente ao *iFood* gera desespero em restaurante” é emblemática e esclarecedora sobre a dinâmica da terceirização da terceirização que aqui evocamos. Disponível em: <https://www.otvfoco.com.br/falencia-de-empresa-ligada-diretamente-ao-ifood-gera-desespero/> Acesso em: 09 de junho de 2023.

algorítmicos, feitorizando-se a si mesmos ao invés de serem feitorizados por terceiros. O que não percebem imediatamente é que estão enredados numa *(auto)feitorização*. No século XXI, confirma-se o que Fromm (1963) observou sobre a vida própria do mercado governando os seres humanos *pari passu* aos avanços técnico-científicos digitais.

Diante do que efetivamente ocorre na realidade concreta, não será preciso uma espera de longo prazo, conforme compactuado por Sundararajan (2018), para atestarmos que a economia compartilhada e suas empresas de tecnologia criam inquestionavelmente empreendedores, porém marginalizados. Essa dinâmica de pauperização existencial, seja em nível material seja na dimensão da subjetividade, tendencialmente é a tônica que se impõe ao uso dos corpos em escala planetária.

Cada um compartilha aquilo de que dispõe. Os entregadores ciclistas de aplicativos e seus corpos supérfluos são uma espécie de uma moeda de troca que, apesar de desvalorizada, não para de circular, pois “o fato continua sendo o mesmo; um homem, um ser humano vivente, deixa de ser um fim em si e torna-se um meio para os interesses econômicos de outro homem, ou de si mesmo, ou de um gigante impessoal – a máquina econômica” (Fromm, 1963, p. 100).

Atualmente, os gigantes impessoais, os seus circuitos digitais e *softwares* baseados na gamificação têm nomes: *big techs*, *startups*, plataformas digitais e congêneres. Contudo, a liberdade que fulgura sob os auspícios da *sociedade do cansaço* tem, nos *termos e condições de uso* dos aplicativos, o papel que cabe aos proponentes, e desta forma pode ser aceito ou rejeitado pelos aspirantes a entregadores ou outros prestadores de serviços tutelados por aplicativos, que são os aceitantes, cujas demandas e necessidades de sobrevivência urgem.

Não restam dúvidas de que os seus corpos, ao aceitarem “livremente” esse contrato unilateral disfarçado de *termos e condições de uso*, tornam-se meios para atender ao desiderato econômico das grandes empresas de tecnologia, reforçando o caráter socialmente necessário do uso de certos corpos para alimentar a voracidade da máquina econômica. Kurz (2014, p. 370) apreende que o fetiche do capital institui um movimento de (auto)sacrifício autonomizado. Segundo esse autor, “embora todos os recursos humanos e materiais estejam disponíveis, partes crescentes da população mundial veem cerceadas e negadas as condições de vida mais elementares”.

Estamos investigando pessoas a cujos corpos periféricos, apesar de serem postos ao sacrifício, são justamente negados os “direitos humanos” fundamentais. Veremos adiante os impactos sociais, psíquicos e físicos a esse grupo do qual a precariedade é a tônica.

3.3 As repercussões psicofísicas do trabalho de entregas por aplicativos aos corpos periféricos

Em diversos países estão em andamento ações trabalhistas que reivindicam o estabelecimento de vínculo empregatício entre os trabalhadores (motoristas e entregadores) e as plataformas digitais. O caso da *Uber* ganhou destaque midiático, mas todas as *startups* congêneres relacionadas ao oferecimento do serviço de transportes respondem ou poderão responder a algum processo judicial dessa natureza.

É mister fazer uma digressão: a última reforma trabalhista brasileira em 2017 teve um conteúdo impregnado dos pressupostos neoliberais. Fugindo de maniqueísmos, sua aprovação deu-se num momento de ascensão das plataformas digitais de transporte; e apesar de a orientação do Governo Federal em exercício diferenciar-se em alguns pontos da agenda social ou antissocial das duas últimas gestões – Jair Bolsonaro (2019-2022) e Michel Temer (2016-2019), é pouco provável que ocorra uma mudança substancial no seu cerne, posto que a marcha da formalização da informalidade prossegue vigorosa.

A plataforma digital *iFood*, por exemplo, foi condenada a pagar indenização à família de um *motoboy* que morreu em serviço²⁵³. As informações dessa notícia têm como fonte o Tribunal Regional do Trabalho – TRT-2, 8ª Vara do Trabalho da Zona Sul-SP. A juíza responsável pelo caso, reconheceu que havia vínculo empregatício entre o *motoboy* e o mencionado aplicativo. Ainda cabe recurso, mas a sentença preliminar determina que seja paga à família do entregador uma pensão mensal – danos materiais – e uma indenização a cada membro familiar – danos morais. Um dos pontos do argumento para a conclusão da sentença foram os registros de cancelamento de corridas nos horários próximos ao acidente, confirmando que o *motoboy* estava logado ao aplicativo (*on-line*).

A narrativa de retomada do crescimento e geração de empregos formais é uma retórica que não mais condiz ao nível de desenvolvimento técnico-científico e às suas aplicações à esfera da produção. Rompendo com o determinismo tecnológico, Lojkine (1995) é enfático ao situar que antes do taylorismo, por exemplo, muitos trabalhos já não eram exclusivamente artesanais. Esse autor adverte-nos ainda que significativos setores também não foram submetidos a essa forma de organização científica do trabalho e, apesar disso, não deixaram de passar do maquinismo manufatureiro à industrialização. Os novos processos de desenvolvimento

²⁵³ Cf. *Ifood* terá que indenizar família de *motoboy* que morreu em serviço. Disponível em: <https://ctb.org.br/direito-do-trabalho/ifood-tera-de-indenizar-familia-de-motoboy-que-morreu-em-servico/> Acesso em: 04 de março de 2023.

industrial repercutiram no desaparecimento de ofícios tradicionais, mas em contrapartida, outros tipos de trabalho emergiram nesse cenário. A industrialização, aqui compreendida no sentido de uma manifestação decorrente da revolução industrial em seu caráter científico, seria a tônica a partir de então.

A produção imaterial expressa no *software*, no algoritmo e nas plataformas digitais vem ditando muitas mudanças nos postos de trabalho (extinção e surgimento), além de criar formas de inserção no mercado de trabalho. Tendencialmente, num cenário em que os elos da coletividade encontram-se afrouxados, triunfa a lógica das novas empresas capitalistas. Está em declínio o protótipo do trabalhador fixo, permanente e de carreira; mas está em ascensão o trabalhador volátil, flexível e aberto aos talentos. Na *sociedade do cansaço*, aqui propondo um diálogo nem tão antagônico assim, “novas formas de trabalho requerem pessoas que consigam passar facilmente de uma tarefa a outra, de um emprego a outro, de um lugar a outro” (Sennett, 2004, p. 101).

Não estamos reduzindo o papel do maquinário e das tecnologias a apenas um aspecto negativo, porém, vale recuperar que desde sua implantação de forma ampliada no bojo do capitalismo industrial, durante a mecanização, a contundente exposição de Perrot (2017, p. 18) observou que “a maioria dos folhetos de propaganda das novas máquinas insiste na facilidade de sua utilização pelas crianças”. O manuseio dos aplicativos mantém essa essência, e os seus idealizadores mencionam que essa tecnologia é intuitiva²⁵⁴. Não por acaso, jovens geralmente periféricos, muitos menores de 18 anos, que possuam um *smartphone* e uma bicicleta, estão abertos ao talento do ramo da logística e dos serviços de entrega. O *solucionismo tecnológico* dos aplicativos, apenas com uma cajadada, resolve o problema do desemprego e do uso dos corpos para fins utilitários.

Serpentes motivadas que são, esses autônomos sem autonomia representam uma parcela dos sujeitos que se movimentam constantemente e acreditam ser livres, porém, o rumo dessa trajetória é a mobilização das suas subjetividades como recursos, em que “o imperativo da renúncia [da liberdade] transforma-se em apelo [à liberdade] de produzir, consumir e ter direitos” (Castro, 2020, p. 340). Seria o direito ao uso dos seus corpos para fins de empreendimento a reivindicação que submete os entregadores ciclistas ao controle impessoal e ubíquo dos aplicativos? Uma perspectiva otimista nos diz que “diversos fatores individuais explicam por que alguns trabalhadores sob demanda recebem mais que outros, incluindo seu grau de experiência, localização e certificação na plataforma” (Sundararajan, 2018, p. 236).

²⁵⁴ Crianças que ainda não foram alfabetizadas conseguem manusear um *tablet* ou *smartphone*, por exemplo, pelo reconhecimento dos símbolos/ícones, permitindo-lhes acessarem jogos e vídeos de sua preferência.

Todos os nove sujeitos que entrevistamos tinham um nível de experiência acima de três meses nas plataformas digitais em que atuavam, além de avaliações em sua maioria satisfatórias, segundo eles. Vale lembrar que as avaliações são as manifestações dos clientes após a realização das entregas que podem ser positivas (*like*) ou negativas (*deslike*). No primeiro caso, às vezes uma boa avaliação vem acompanhada de gorjetas, bonificação essa que fica a encargo do cliente/consumidor.

Para um empreendedor, há uma pressão em trabalhar preocupado com a emissão de uma avaliação pelo cliente. Portanto, as plataformas digitais que se escondem sob a alcunha de empresas de tecnologia ocultam e mascaram, mas não deixam de exercer a conhecida exploração típica do capitalismo em quaisquer de suas configurações. A percepção dos entregadores ciclistas sobre a avaliação não deixou nenhuma dúvida sobre o seu caráter coercitivo. Vejamos as respostas em bloco:

Em relação à entrega, né. Porque quem avalia de forma geral é o cliente. É o cliente quem diz se gostou ou não da sua entrega. Às vezes existem clientes que avaliam mal, simplesmente por avaliar, mas de forma geral, eles avaliam bem (M., Entrevista concedida em 25 de maio de 2021).

Ou

pela consideração também com o cliente. Consideração de estar lá. Às vezes o cliente não pode descer do apartamento dele. Aí ele ainda pergunta se pode subir. Aí você, não, eu posso subir também. Aí nisso já é uma boa avaliação. Teve um cliente mesmo que, não se preocupe não, que eu vou dar uma gorjeta a você, só porque você subiu (N., Entrevista concedida em 04 de junho de 2021).

Ainda se pode cultivar a seguinte autopercepção: “porque eu sou rápido. Sou pontual, né, na entrega. Não demoro. Qualquer coisa se eu não souber onde é o lugar, eu chego para o cliente e falo pelo telefone, mando mensagem, entendeu. Peço um ponto de referência. Aí pronto” (P., Entrevista concedida em 06 de junho de 2021). Na linha da celeridade, outra compreensão sobre a avaliação admite:

Acho que você ser rápido. Você não subtrair produtos dos clientes. Você comprar os produtos sugeridos pelos clientes e dar sugestões, no caso da *Rappy*, né, ideais para o cliente. Mas é subjetivo, né. De certa forma alguns clientes acham que você fez alguma coisa de errado. Mas é subjetivo (A., Entrevista concedida em 08 de junho de 2021).

A avaliação aparece na interface dos aplicativos para os clientes após a entrega, geralmente com as opções positiva (um ícone de um polegar apontado para cima) e negativa (um ícone de um polegar apontado para baixo), além de um campo para digitar alguma justificativa, elogio ou reclamação pelo serviço prestado. Os pedidos realizados pelos clientes levam um tempo até serem aceitos pelos estabelecimentos, e os entregadores nas imediações dos locais são acionados para ir buscar os produtos. No caso de refeições ou lanches, muitas vezes o tempo de preparo não é rápido. Então, até para as distâncias mais curtas comparadas com aquelas percorridas pelos *motoboys*, levando-se em conta variáveis, a exemplo do dia da semana, horário e as rotas para o destino das corridas até os clientes, algumas situações alheias podem influenciar a avaliação. Vejamos o relato de quem sentia na pele essas circunstâncias:

Mas teve um problema com o endereço da entrega e isso já era mais de meia-noite, a rua batia aqui e o endereço era lá no Bairro Industrial, que o cara dizia, não é aí, é no Bairro Industrial. E eu disse está marcando aqui. Aí eu liguei e disse, olhe, está marcando aqui e eu não vou me deslocar para lá, porque vai ser muito mais *cansaço*, desgaste físico. Aí foi quando eles disseram, você pode descartar, que a gente vai mandar outro para esse cliente. Aí eu consegui falar com atendente. Agora o *iFood*, o 99, a *Rappy*, não. Inclusive vários problemas no *App*, que às vezes travava ou sumia e a gente não tinha nem retorno. Fora que teve um período, isso na *Uber Eats*, começou a reduzir o preço e botava distâncias muito longas, colocando duas entregas ao mesmo tempo. Eu ia, pegava ali naquele Acarajé da Jaíra, ia entregar num lugar aqui atrás, para depois ir lá para Coroa do Meio. Aí era assim, uma rota muito grande para ganhar cinco conto, né. Mesmo de bicicleta, mas tinha o nosso desgaste físico, né, emocional. E às vezes eu ia e devolvia no lugar. Eu dizia, eu não vou entregar, não. Acabava tendo desconto, porque não tinha a opção, de dizer assim, devolver para entregar para outro entregador levar lá. Aí acabava descontando no valor, o valor todo, do pedido (L., Entrevista concedida em 03 de agosto de 2022).

Presenciamos *in loco*, no acompanhamento a um entregador ciclista de aplicativo, o que vamos chamar de falha de localização no GPS que lhe indicava um local, mas era outro. Ele levou algum tempo para conseguir respostas do consumidor pelo *chat* do aplicativo, até levarmos o produto ao endereço correto. Isso confirma o fato relatado acima e a questão mais uma vez ressaltada do nível de exploração à qual são submetidos os entregadores ciclistas de aplicativos nas suas dimensões física e psíquica. Existem os casos das compras de supermercados. Na ocasião da *flânerie* verificamos quando um entregador ciclista dispendia parte do seu tempo para localizar os itens da lista, atuando pela *Rappy*. Se acontecesse de algum produto não ser encontrado, esse ajuste entre o entregador e o cliente demandava algum tempo de resolução, seja para o cancelamento seja para substituição do item.

É inegável que esses sujeitos são disciplinados, mas, apesar de tamanha abnegação, não conseguem uma regularidade dos seus rendimentos. Por que a disciplina não é suficiente? A qualidade potencialmente asseguradora de uma avaliação satisfatória é ressaltada por eles e tem relação com o físico, ou seja, o uso dos seus corpos aliado à capacidade de pedalar o mais rápido possível para ser pontual na entrega. Apesar do alarde em torno da virtualização e suas vantagens para esses sujeitos e seus corpos, as TICs materializadas nos aplicativos são os supervisores que lhes exigem disponibilidade e prontidão. A ambiência entre as corridas e a espera é um momento tenso. O sujeito acaba de cumprir os requisitos de uma entrega satisfatória e bem avaliada pelo cliente, mas ainda assim passa um longo período submetido a uma grande espera, sem qualquer justificativa.



Figura 8: Como desmobilizar uma greve
 Fonte: BRASIL DE FATO. O fórum “secreto” do iFood. *Instagram:* @brasildefato

Aqui faremos um destaque a um fator gerador de sofrimento psíquico, a saber: depender da avaliação de terceiros. Segundo os entrevistados, a importância de uma boa reputação ou *score* positivo é um critério que interferia na quantidade de chamados e até nos bloqueios unilaterais impostos pelas plataformas digitais aos entregadores.

Outra questão polêmica é o entregador ter a obrigação de subir no andar do edifício onde mora o cliente para entregar o produto em mãos. Aos que se recusam a não realizar a entrega

na porta do apartamento ao gosto do cliente, a atitude pode gerar uma avaliação negativa para eles. Num comentário alusivo a essa situação, foi-nos explanado o seguinte:

Essa semana mesmo, eu tomei nove *deslike*, entendeu, de clientes que eu não quis subir em apartamentos, que a gente não é obrigado a subir. E o cara paga R\$ 6,00 numa corrida de 5 km, e quer que a gente suba no condomínio, ainda. Isso não existe. Aí como eles não gostam, eles sempre dão o *deslike*. Mas aí, é de acordo com cada pessoa, né. A gente não tem como fazer. Eu não sou obrigada a subir. Eu sou obrigada a chegar até a porta da sua casa, agora não subir o apartamento. E isso gera desgaste, *deslike*, né. Só por isso mesmo (B., Entrevista concedida em 18 de agosto de 2022).

O entregador que não tem qualquer vínculo empregatício com a plataforma, mas presta uma etapa crucial do serviço oferecido, é, a exemplo do consumidor dos produtos, também um cliente. Entretanto, sua situação submete-o não apenas ao aplicativo, mas ainda ao cliente/consumidor. Eis que mais uma vez o absurdo vem à tona para um trabalhador que não tem patrão. Apesar de também serem consumidores do serviço oferecido pelo aplicativo, os entregadores devem obedecer aos caprichos dos clientes que fazem os pedidos para conquistar uma avaliação positiva ou até mesmo gorjetas.

Marx e Engels (1998b) expuseram que a classe proletária, diante da exploração na fase do capitalismo industrial, ao tomar consciência dessa condição, lutaria pela transformação radical da ordem social vigente. No século XXI, uma fração da *classe-que-vive-do-trabalho* em sua prescindibilidade e invisibilidade social não acena nesse princípio do seu (re)fazer-se de classe com quaisquer vislumbres no sentido de levar adiante uma luta que almeje mudanças sociais em profundidade.

Aos privilegiados pela servidão que se movem frente ao *processo de vida real* nessa forma de escravidão (in)voluntária moderna, não negligenciamos que buscam reivindicar melhorias das suas condições. Inclusive, os entregadores da plataforma *iFood* planejaram uma paralisação no dia 9 de junho de 2023, abrangendo o ponto facultativo do feriadão de *Corpus Christi* em vários estados brasileiros.

Pela falta de destaque na mídia tradicional, além de observarmos entregadores *motoboys* e ciclistas atuando normalmente no nesse período em Aracaju, podemos deduzir que a adesão ao movimento foi baixa, a exemplo das outras manifestações desse segmento, conhecidas como breque dos *Apps* (aplicativos). Não apenas esse fato isoladamente, mas nessa categoria da *classe-que-vive-do-trabalho*, a questão da consciência de classe torna-se ainda mais

problemática. Em 2021 houve o chamado Fórum “secreto” do *iFood*²⁵⁵, realizado em São Paulo, evento no qual os representantes dos entregadores foram escolhidos de acordo com os interesses da *startup*, sem levar em consideração a categoria em sua abrangência.

A *(auto)exploração* evidencia-se no sentido de que ao tempo em que as pessoas serpeiam pela sociedade neoliberal, o modo de vida expresso por sua lógica abrange as pessoas objetiva e subjetivamente. A forma supracitada de incluir uma bonificação às entregas, com o fito de desmobilizar uma greve, confirma que as empresas de tecnologia não renunciam à típica exploração capitalista. Sem dúvida, há aspectos da relação *senhor e escravo*. Segundo Fromm (1963), o primeiro tem o desejo de explorá-los ao máximo para se satisfazer; o segundo se defende como pode para um mínimo de gratificação.



Figura 9 – Taxa de entrega e promoção na interface do aplicativo *James*
Fonte: coleta de dados da pesquisa

Essa forma de mobilizar a subjetividade e o engajamento por meio do aspecto monetário guarda uma relação com o despertar nos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*,

²⁵⁵ Cf. O fórum “secreto do iFood. Brasil de Fato no Instagram (@brasildefato). Disponível em: https://www.instagram.com/p/CXdfgXwMBIf/?utm_medium=share_sheet Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

aqui representados na tipificação dos entregadores ciclistas de aplicativos, sendo “[...] a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista, que, contudo, [...] apenas pode satisfazer mediante o sacrifício do seu espírito (*Geist*) e de seu corpo” (Marx, 2004, p. 27).

Tomando o devido cuidado para não forçarmos uma barra interpretativa, é possível inferirmos que a reflexão expressa anteriormente traz-nos alguns indícios dessa dinâmica da (*auto*)*exploração* que apresenta um grau de aperfeiçoamento na configuração contemporânea do *novo capitalismo*. A precarização e a precariedade são duas faces da mesma moeda. O crescimento de ambas e seus aspectos degradantes à condição humana são diretamente proporcionais. Ou seja, à medida que a precarização do trabalho é instituída no arcabouço das legislações trabalhistas, a precariedade da vida é justificada racionalmente, e a culpa de estar sob essa situação recai exclusivamente sobre aqueles que não se empenham o suficiente a fim de sacrificar seus espíritos e seus corpos. É pouco provável que, por mais dedicado que seja, algum trabalhador enriqueça ou conquiste alguma estabilidade financeira fazendo entregas.

Ao compartilharmos na realização da *flânerie* momentos na companhia de A. durante sua rotina de trabalho como entregador ciclista de aplicativos, presenciamos fatos que aludem à reflexividade entre a exploração (objetiva) e (*auto*)*exploração* (subjetiva), nas quais o absurdo do *score*, no caso específico da plataforma digital *iFood*, foi um dos motivos que impulsionou a demanda pela paralisação programada para o feriado reportado. A infâmia reside na reserva de dias e horários específicos, em que era acrescida uma bonificação (promoção) à taxa de entrega, a fim de engajar os entregadores de acordo com as necessidades da plataforma digital.

A possibilidade de ganhar um valor acrescido de quase 50% a mais ao que se pagava ordinariamente explícita, em parte, a submissão dos entregadores aos aplicativos. Eles são físgados no âmago de suas necessidades por meio da expectativa que o valor promocional cria no tocante ao incerto rendimento diário. A (*auto*)*exploração* é o escasso meio disponível a muitos corpos supérfluos para lhes proporcionar os pressupostos básicos das suas existências. Sob outras bases e conjuntura socioeconômicas, a dialética entre o *senhor e o escravo* revigora-se ao ritmo do compasso algorítmico.

A distinção aristotélica dos três modos de vida (*bioi*) à disposição da livre escolha dos seres humanos é inconcebível sem levar em conta as classes sociais. Em qualquer sociedade nem todos têm escolhas ou opções, por isso a *vita activa* “em suma, excluía todos aqueles que, involuntária ou voluntariamente, por toda a vida ou temporariamente, já não podiam dispor em liberdade dos seus movimentos e atividades” (Arendt, 2015, p. 15).

Durante o trabalho de campo, quando estabelecemos uma convivência com os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), os tênues limites entre a submissão

voluntária ou involuntária aos aplicativos expressaram que, sob a aparência de liberdade de escolha, o desenvolvimento da atividade e realização das corridas por tarefas, bem como os seus movimentos, não lhes pertenciam.

As plataformas digitais – empresas de tecnologia ou *startups* – apresentam-se como oferecedoras de serviços e criam para esse propósito uma regulação própria nos unilaterais *termos e condições de uso*. Esse aspecto regulatório segue a cartilha do neoliberalismo, partindo de uma desproporcional relação de forças, em que a promessa da parceria entre ela e os entregadores oculta a assunção dos riscos individuais e do desamparo em relação aos direitos e garantias trabalhistas.

Sobre essa questão, Sennett (2006) atenta que a configuração das instituições do *novo capitalismo* atribui aos sujeitos, individualmente, tanto a responsabilidade quanto o mérito pelos esforços que os levarão a transformarem suas vidas. Mas é preciso vontade em se adaptar à flexibilidade, à não rotinização e à realização de atividades de curto prazo em face da *desregulação tempo-espacial* do trabalho.

Todo mérito supostamente alcançável pela (auto)iniciativa dos sujeitos que compuseram a amostra da pesquisa revela o risco e as incertezas inerentes aos que saem dispostos a trabalhar, a darem o melhor de si. Ainda que busquem cumprir os requisitos e exigências de uma boa avaliação/reputação junto aos aplicativos, já mencionamos que a distribuição das tarefas/corridas não estava sob o controle deles. Acompanhamos no cotidiano dessa atividade o que eles chamam de *tomar gelo* quando recebiam inadvertidamente um amargo período sem notificação para realizar entregas. Isso causava um elevado sofrimento psíquico, expresso por eles por meio dos sentimentos de impaciência, desvalorização, desânimo, frustração, agonia, dor, preocupação, chateação etc.

Por que se submetem? A resposta não é tão objetiva quanto aparenta. O desemprego em massa figura do ponto de vista macroeconômico na posição de fator primordial para inclinar uma pessoa a atuar na prestação de serviços vinculados aos aplicativos. O termo empreendedor é vulgarizado numa tentativa de atenuar o fato de estar desempregado. Obviamente, os que estão na informalidade computam o percentual dos desocupados, mas socialmente esse abrandamento engendra o vislumbre de um autossacrifício. Na sua contestação à ética do trabalho weberiana, Sennett (2006) diverge do ascetismo leigo na busca da conquista do poder sobre si. Ao contrário, a ética do trabalho no *novo capitalismo* acentua o sujeito motivado e flexível, que almeja justificar-se.

Na visão de Kurz (1997, p. 31), a prevalência fenomênica da lógica do mercado sobre a vida em geral reflete o fetichismo moderno incapaz de incluir a maioria da população mundial,

para a qual as promessas vãs do processo civilizador não passam de uma irrupção à barbárie. Do ponto de vista da apreensão dos corpos supérfluos sob a perspectiva macroeconômica do *capitalismo-cassino*, fiar a própria pele é para o *neossujeito* em formação sua autojustificação.

Por vias distintas, somente aqueles que, sob a posse de um capital simbólico, são dotados da estrutura que lhes confere o *sentido do jogo* levam em consideração participar do desafio. Sobre esta analogia, analisemos num nível pessoal um possível indício dessa constituição de um *sentido do jogo precário*:

Já aconteceu. Chegava lá no ponto e não receber corrida. Primeiro mês eu fui duas vezes e teve uma agora, nessa última vez, né, de 2021. Onde eu tinha retornado, aí tinha pegado aquele tempo ali, né, de início, quando você não recebe muita demanda. Só que no terceiro mês e no último, eu fiquei um dia, um sábado, eu me lembro muito bem, sem receber nenhuma corrida. Aí eu achei muito estranho aquilo. Fiquei perguntando para a galera, aí a galera ficou me perturbando, né. Não, você começou agora, começou agora, tal. Não eu, não comecei agora, não. Mas, assim, me senti como palhaço, né. Mas no outro dia eu estava lá, porque não tinha para onde correr. Só que no outro dia, por exemplo, eu tive que ir mais cedo. Fui onze horas da manhã e fiquei das onze até às vinte e três. Doze horas trabalhando para realmente ver se tinha, aí eu recebi muita demanda, né, naquele domingo (J., Entrevista concedida em 8 de setembro de 2022).

Huizinga (2008), ao tratar das características gerais do jogo, contribui ao entendimento das condições objetivas e subjetivas que promovem o engajamento e adesão dos sujeitos. Afinal, o interesse dos jogadores pelo jogo está envolto numa atmosfera de tensão e incerteza. Isso implica que um jogo muito fácil e previsível não garante o engajamento dos participantes por um período longo. Na constituição do caráter dos sujeitos de desempenho, foi incorporado um elevado nível de autocontrole das emoções, pois em se tratando dos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, suportar uma jornada incerta por cerca de doze horas e pagamentos irrisórios sem se rebelarem, revela a fusão da fração controlada automaticamente na estrutura das suas personalidades (Elias e Dunning, 1992).

Essa mobilização das emoções faz-nos questionar o que mantém um entregador de aplicativo *on-line* cumprindo uma jornada de trabalho, mas sem a garantia que fará alguma entrega? Ainda que a gamificação, por meio das promoções, bonificações etc., esteja presente no esquema algorítmico e na interface dos aplicativos de transporte e entregas, é imprescindível ter esse sentido do jogo precário, essa nova vocação para persistir; ou, como dissemina o discurso *Coach*, ser resiliente.

Esse sentido do jogo precário, que leva os entregadores ciclistas de aplicativos a submeterem-se ao que expressou o depoimento supracitado, encontra nos *dispositivos de saber-*

poder instrumentário outro aporte explicativo, uma vez que, de acordo com o diagnosticado por Zuboff (2020), o *capitalismo de vigilância* aplica, de uma forma que foge à nossa consciência, um processo de moldagem comportamental. Essa é uma importante chave analítica para nos aproximarmos de uma compreensão acerca dos motivos que levam pessoas a trabalharem (ficar à disposição do aplicativo) doze horas por dia, o que remete às jornadas dos primórdios da industrialização e não corresponde a uma jornada flexível, em que supostamente os sujeitos decidem quando e quanto tempo vão trabalhar.

A lógica dos jogos subjacente à programação algorítmica das plataformas digitais de entrega – gamificação – captura a mobilização dos jogadores por meio de uma isca que se dá por meio de bonificações, passagens de fase, mudanças de cenário etc., uma vez que “jogamos ou competimos ‘por’ alguma coisa” (Huizinga, 2008, p. 58). Os aplicativos para entregadores e os algoritmos desenvolvidos para essa finalidade realizam essa vigilância ubíqua através da verificação em tempo real do período em que os entregadores permanecem *on-line*.

A permanente tensão e possibilidade de os sujeitos monetários alcançarem seus objetivos e metas financeiras podem ser um caminho indicativo do que promove a *ilusão* e o engajamento a essa atividade. Para os sujeitos monetários, Marx (2003, p. 134) advertiu que “o dinheiro não é só um objeto da paixão de enriquecer; ele é o próprio objeto. Essencialmente, esta paixão é a *auri sacra fames* [a maldita sede do ouro]”.

Por que eles jogam ou competem nessa seara? Se na compreensão do jogo como elemento da cultura, ganhar implica a manifestação de uma *expertise*, ou de um *status* de superioridade do jogador frente ao jogo, tal superioridade, conforme nos dirá Huizinga (2008), implica a conquista de estima e honrarias. Contudo, aqui a dimensão competitiva diverge do jogo lúdico. A competitividade assenta-se nessa mobilização do ganho individual, na qual as vitórias não são passadas ao grupo. As estimas e honrarias esperadas dizem respeito à conquista do dinheiro, posto que a paixão pelo enriquecimento é amplamente cultivada como o fim em si mesmo do sucesso pessoal.

Acompanhamos o fio condutor de Antunes (2018), ao trazer o que de fato representa o empreendedorismo e sua disseminação tanto em nível da narrativa dominante quanto da incorporação pelas pessoas, sendo uma mistificação ou uma aparência de trabalho autônomo, evidenciando o *claro-escuro* ocultador do assalariamento, que, no bojo da *sociedade tecnológica avançada*, repercute social, psíquica e fisicamente no tipo humano sujeito de desempenho, mas recaindo com um maior peso nesse segmento sobre os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* que compuseram a amostra da presente pesquisa.

É possível enriquecer realizando entregas com uma bicicleta? No nosso escopo, os entregadores ciclistas de aplicativos são uma fração dos corpos supérfluos no bojo da situação na qual se encontram centenas de milhares de pessoas imersas num *processo de exclusão em massa*, que abrange o cerne da crise do sistema produtor de mercadorias, regiões e grupos sociais permanentemente excluídos, além de não serem reconhecidos socialmente, o que nunca foi novidade em qualquer fase do capitalismo (Trenkle, 2020). Portanto, a constituição de uma disposição a atuar sob a precarização do trabalho e a reflexividade de uma precariedade existencial não são dados naturais, mas partem de um processo ampliado e diversificado que envolve uma certa institucionalização, chegando a todos indistintamente por meio das novas técnicas de poder. Chegar indistintamente a todos não significa afetar uniformemente.

O discurso do empreendedorismo de si é matizado pela localização na estratificação social. Weber (2004) admitia que o indivíduo era circunstanciado ao um cosmos no qual estava enredado mercadologicamente, além de normatizar as ações econômicas. Esta condição era inalterável. Ainda apontava dois exemplos em que se aplicava a coercitividade desse cosmos concorrencial na seleção dos sujeitos a ele inerentes, e as consequências aos que tentassem burlar as regras. O primeiro exemplo referia-se ao empresário, cuja inadaptabilidade o levaria à eliminação. Considerando a situação do operário, sua insurgência à adaptação consistiria numa condição de desemprego.

Visando a alguns aprofundamentos e possibilidades compreensivas a essa questão, lançaremos alguns olhares às representações e percepções que os sujeitos apreendem de si próprios. Não há dúvida de que todos estamos num cosmos econômico e tecnológico, mas se o desemprego é a norma, é factível que o *solucionismo tecnológico* das *big techs* a esse problema tem no mote da nova adaptação requerida a assunção do *empreendedorismo de subsistência*, engendrando um novo processo de seleção econômica dos sujeitos neoliberais. Embora a dimensão weberiana de um cosmos apreendido nos termos de uma cultura tenha sua importância, Löwi (2015) adverte-nos que as classes sociais não podem ser negligenciadas da análise sociológica, posto que não há processo de conhecimento isento de juízos de valor.

Buscando uma aproximação sucessiva aos aspectos da subjetividade, os entregadores ciclistas de aplicativo que compuseram a amostra explicitaram elementos que envolviam desde a vulnerabilidade social ao reconhecimento de si como trabalhadores; enfim, pessoas que buscavam o cumprimento do dever (*senso de honra*), passando pela motivação, incentivo e o sentimento de esperança. Também não poderia faltar a esse leque de opções a autopercepção de que eram pessoas guerreiras e que estavam correndo atrás do pão de cada dia, a fim de atender às necessidades de sobrevivência. A poética do saudoso cantor e compositor

Gonzaguinha²⁵⁶ não nos deixa esquecer que os(as) guerreiros(as) também choram, são frágeis, precisam de carinho, alento, remanso, sono etc. Esses sujeitos não estão em desacordo com as regras econômicas vigentes, porém, estão desempregados, embora realizem uma atividade remunerada.

Evocar a palavra guerreiro(a) em sua belicosidade visa atribuir às pessoas que são adjetivadas por ela a fibra e a resiliência destas, numa comparação àqueles que estão num campo de batalha e que não desistem. Mas vulnerabilidade é atestada pelas situações já descritas, tanto dos riscos aos quais precisam submeter-se em virtude da ferocidade do trânsito nas ruas e avenidas, quanto dos roubos e assaltos, sobretudo dos seus aparelhos celulares *smartphones*. Há alguns pontos que devemos trazer em virtude de presenciarmos durante a *flânerie* que foram justamente a invisibilidade social e o tratamento dispensado aos entregadores em geral.

Relembremos que durante o período da pandemia eles sequer podiam sentar-se nas cadeiras da praça de alimentação (vazia) de um *shopping* de Aracaju que estava fechado ao público, e eram recorrentes notícias desconcertantes acerca do tratamento dispensado a esses trabalhadores, que sofrem açoites com coleira de cães, agressões físicas e psíquicas, enfim, um tratamento subalterno.

As percepções deles sobre o tratamento que recebiam dos clientes quando realizavam as entregas, e dos outros profissionais nos estabelecimentos comerciais, nas portarias dos condomínios e no tráfego nas vias, são explicitados nos dois relatos a seguir:

Assim, eu vou levar umas categorias. Tipo, a questão dos motoristas, assim, no trânsito não respeitam nada, nada. Tem alguns, tipo, tem a exceção, assim, que tem uns que te ajudam, não te trancam ou tentam passar por cima de você. Na questão dos porteiros, a maioria até hoje foi gente boa, não destrata. Mas tem outros que é como se você não estivesse lá. Falava com a pessoa, só que quando chegava outra que você via que tinha um alto escalão, jogava você de canto, atendia aquela, atendia outra e você ficava lá parado, esperando, gelando, até que eles quisessem te atender. Já aconteceu isso comigo (S., Entrevista concedida em 26 de maio de 2021).

A situação da invisibilidade e desprestígio é evidenciada, pois:

Tem alguns que eu percebo que eles valorizam, ainda. Agora tem outros que você vai entregar o produto, é mal-humorado, não sei se está tendo problema em casa. Mas atende de mau humor, às vezes nem olha para você direito, né.

²⁵⁶ Cf. Aludimos à quinta faixa intitulada “Um homem também chora (guerreiro menino)”, constante do álbum (LP) *Alô, alô Brasil*, de Gonzaguinha, lançado em 3 de abril de 1983. Acessamos sua versão digital.

Às vezes nem cumprimenta, aí você que precisa cumprimentar a pessoa, aí às vezes nem recebe cumprimento, nem nada. Dos funcionários de estabelecimento é tudo normal, acho que é porque é tudo funcionário, ali. Está tudo no mesmo patamar. Porque eles trabalham para entregar e a gente trabalha para fazer as entregas daquilo que eles fizeram. Dos motoristas têm aqueles arrogantes, mesmo! Aqueles que não respeitam, é só isso (N., Entrevista concedida em 4 de junho de 2021).

Arriscar-se no trânsito e aceitar tratamentos que confirmam o desprestígio social desses sujeitos ratifica e entrelaça a condição do exercício de um trabalho precário e de precariedade existencial. Constatamos *in loco* que o acesso dos entregadores às dependências da praça de alimentação do *shopping center* só era permitido se eles deixassem as *bags* do lado de fora, acomodadas no chão. Numa das incursões do trabalho de campo junto à rotina de trabalho de A.²⁵⁷ com as entregas, enquanto ele adentrou o estabelecimento, ficamos na área externa aguardando-o numa calçada. O segurança que fazia a ronda de motocicleta pediu educadamente que nos retirássemos do local, alegando que, segundo as normas daquele centro comercial, não poderíamos permanecer ali.

Os entregadores ciclistas de aplicativos oscilam numa condição em que o uso dos seus corpos sofre uma exploração sob o cosmos da plataformização do trabalho, não desvinculada de uma *(auto)exploração*, que é a manifestação tácita de uma incorporação da ideologia do empreendedorismo de si. Esse *habitus* oriundo de uma experiência social precária é reforçado por uma *disciplina do trabalho*. E ainda sob a predominância da *sociedade do cansaço*, a *tiranía do relógio* converteu-se numa *tiranía dos aplicativos*, e sua programação algorítmica medeia as vidas e molda nos sujeitos uma *consciência do tempo abstrato*. Aqui são alguns dos aspectos que incidem sobre o caráter social das pessoas, ao que Fromm (1963) denomina de uma estrutura de caráter não estática e compartilhada no seio de uma dada cultura pela maioria dos sujeitos, elucidando que a função do caráter social parte de uma atuação em nível subjetivo.

Se os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* desta pesquisa afirmassem, a título de um tipo nem tão ideal, o cumprimento dessa função do caráter social, uma vez que são pessoas cujas ações não passam pelo crivo de uma decisão consciente no tocante ao cumprir ou descumprir as normas sociais, os comportamentos descritos e o que expressaram nos depoimentos, a cultura do empreendedorismo baseada na *(auto)exploração* é o comportamento desejado, pela influência dos modos de ser, pensar e agir que repercutem na estrutura do caráter social sob o neoliberalismo. Isso quer dizer que se comportavam como deviam, confirmando-

²⁵⁷ Registros do diário de campo da *flânerie*, por meio da observação direta realizada no dia 6 de maio de 2021, na área do estacionamento do *Shopping Jardins*.

se que “em outras palavras, a função do caráter social consiste em moldar e canalizar a energia humana de uma determinada sociedade, para que esta possa continuar funcionando, continuamente” (Fromm, 1963, p. 87).

Para o funcionamento adequado da *sociedade tecnológica avançada*, é mister que a força de trabalho e as energias mobilizadas sejam delineadas pela dominação social sob a aparência de liberdade e escolha. Assim, o uso de corpos supérfluos reproduz-se no tempo e espaço sociais em que prevalece uma aceitação tácita de uma forma de escravidão voluntária, o caminho árduo e doloroso a ser percorrido e superado, pelos guerreiros e guerreiras circunscritos ao *capitalismo de plataforma e vigilância*. Em consonância com Sennett (2004), o capitalismo moderno instituiu, no sentido de um valor universal, a ideia da dignidade do trabalho. Os entregadores ciclistas de aplicativos revelaram-nos uma ambivalência entre a suposta realização de um trabalho autônomo, flexível e empreendedor, e um *senso de honra* ligado à ideológica premissa da dignidade do trabalho. Neste sentido, analisemos a perspectiva que segue:

Como eu disse, eu ainda não tenho essa visão de empreendedorismo, de empreendedor, que como eu disse agora há pouco, eu só cumprio minha obrigação, que eu estou fazendo aquilo para ganhar aquela determinada quantia, para eu poder ajudar. Mas eu entendo essa questão de ser seu próprio patrão, porque eu mesmo, eu me fiz a segunda-feira feriado para mim. [...] Você ter seus próprios horários, então se você tem seus próprios horários, você é empregado de si mesmo, apenas (N., Entrevista concedida em 4 de junho de 2021).

A nossa insistência na matização dos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, a partir da peculiaridade dos corpos periféricos, afina-se à crítica de Santos (2021) ao entendimento da inevitabilidade da globalização, cuja percepção impõe aos males das crises do sistema produtor de mercadorias remédios únicos e amargos. As soluções propostas desconsideram as desigualdades social e de classe. No caso de grupos invisibilizados, a formação do caráter social é perpassada por fatos e valores, que por sua vez não devem ser tomados por deduções não obstante expressarem uma relação sociológica (Löwi, 2015). No trecho acima destacado, o entregador ciclista admite uma autonomia no seu trabalho vinculado às plataformas digitais, mas o seu (re)fazer-se na experiência social contradiz a percepção anterior de um *patrão de si*, ao afirmar-nos:

Eu tenho meus próprios horários. Bom, se eu quiser parar aqui agora, mas como a pessoa sempre tem uma meta, aí às vezes fica complicado. Você pode ser empregado das metas, que você mesmo faz para você. Agora, empregado

do aplicativo, não. Agora de metas (N., Entrevista concedida em 4 de junho de 2021).

A relação entre precarização do trabalho e precariedade existencial como uma condição mais afeita a certos grupos sociais e seus corpos invisibilizados deve acompanhar o questionamento: por que eles são mais afeitos à *(auto)exploração*? O funcionamento contínuo da sociedade exige uma adesão voluntária à *escravidão digital*, e as metas são o fim em si mesmo. Mas será que elas são feitas pelos próprios sujeitos neoliberais? Por que agem dessa forma? Em nossa visão, Lohoff (2020) é cirúrgico ao aventar um quarto impulso de expropriação²⁵⁸ que caracteriza o nosso tempo, diferindo dos impulsos anteriores que incidiram sobre a eliminação dos obstáculos à independência da valorização, de forma que até mesmo nos centros do capitalismo, um exército de corpos supérfluos encontra-se à mercê da servidão, desamparado e sem qualquer escudo protetivo à dignidade humana.

O entregador W.²⁵⁹, segundo suas próprias palavras, considerava-se um trabalhador autônomo, uma pessoa que trabalhava para si, porque se em determinado dia que não quisesse trabalhar não o faria, via-se, pois, como uma pessoa livre. Contudo, o preço da liberdade ilusória é o sofrimento psíquico manifesto na (auto)culpabilização, “porque como eu informei anteriormente, que eu ganho por aquilo que eu faço, e às vezes eu folgo, mas com aquele sentimento que eu perdi x (xis)²⁶⁰”. Cristalinamente

o gerenciamento algorítmico hoje vigia/gerencia cada indivíduo e, ao mesmo tempo, o fluxo da multidão. Os arranjos cotidianos do trabalhador – as estratégias cotidianas de sobrevivência – são também incorporadas como dados, elementos da gestão, geram novos comandos, que, do lado do trabalhador, fomentam novas estratégias. Nessa desigual retroalimentação permanente, as empresas detêm o poder de determinar as regras do trabalho (Abílio, 2021a, p. 63).

As estratégias dos que trabalham mediados por plataformas digitais que comandam ubiquamente as demandas da atividade reforçam aqui a busca em fugir da menoridade kantiana

²⁵⁸ Seguindo as reflexões de Lohoff (2020), o capitalismo é um sistema que se erigiu privando as pessoas de outras formas de relações sociais, que não as que passam pela mediação do dinheiro. Sobre as fases da expropriação de forma sintética e corroborando com o autor, a primeira separou os seres humanos da terra, o crime original que levou a uma acentuada deterioração das condições de vida, por meio da destruição da economia tradicional. A segunda encontra no processo de produção fabril no século XIX e na subsunção do trabalho ao capital a expropriação da capacidade produtiva, cuja participação no montante da riqueza social somente ocorreria pela subordinação ao maquinário. A terceira expropriação se dá no período posterior à Segunda Guerra Mundial, que, aliada ao fordismo, deu o seu grande salto, concretizando o que fora iniciado na fase anterior, retirando qualquer vestígio de independência dos trabalhadores frente aos processos de trabalho. Todos os interstícios da vida social tornaram-se, de forma direta, dependentes da empresa capitalista.

²⁵⁹ W., entrevista concedida em 28 de julho de 2022.

²⁶⁰ *Ibidem*.

da qual se é culpado e resplandece na orientação do agir, em que o sentimento de culpa e a lógica da produtividade impregnam o tempo livre ou liberado do trabalho. Abílio (2021a) mais uma vez captou com propriedade a face despótica do algoritmo, uma vez que a incerteza do trabalho ao ficar disponível, ainda que não seja acionado para entregas, comunga ao valor neoliberal do dar o seu melhor.

Fromm (1963) observara a relação alienada do consumo determinando também o uso do tempo livre. Logo, o trabalho assalariado travestido de trabalho autônomo dos entregadores ciclistas de aplicativos é alienado e abstrato, além de impor ao seu tempo livre uma pressão por desempenho, que não permite que esse tempo liberado seja usufruído de uma forma ativa e significativa, afeita ao pleno desenvolvimento humano. Esta configuração da exploração do trabalho consoma a lógica e a racionalidade da *(auto)exploração* destinada a certos corpos.

Para superar a (auto)culpabilização pela menoridade, o *sujeito de desempenho* precisa ativar o seu *mindset* de vencedor. Todavia, empreender o próprio corpo não é uma tarefa fácil.

Mas era uma coisa a *migúe*²⁶¹, solta assim, você não sabe também para quem você está trabalhando. Você está solto, porque você não tem uma assistência que vai lhe guardar. Ah, fiquei doente! Não vou botar um atestado, não vai ter desconto. Não, é você fazendo, se não fizer não vai ter nada, né. E vai ter que ir doente do jeito que está, porque não tem assistência nenhuma. Então, não é uma relação de parceiro, nem de colaborador. É você, por você mesmo (L., entrevista concedida em 3 de agosto de 2022).

Considerando ainda essa ideologia do empreendedorismo ao alcance de todos, os sujeitos que precisam realizar esse tipo de atividade têm uma percepção claudicante acerca da liberdade prometida. O reconhecer-se livre no exercício do trabalho de entregador ciclista de aplicativo ao mesmo tempo nega essa condição. Em suma, a percepção da liberdade está enredada num *claro-escuro* que afirma o fato de o *novo espírito do capitalismo* incidir distintamente na orientação das ações de acordo com o lugar na estratificação social e de classes. Qualquer premissa que esteja fundamentada exclusivamente numa objetividade não tem sustentação duradoura. Acompanhemos esta explanação:

Porque, tipo a gente está na rua, a gente tem toda liberdade, mas ao mesmo tempo a gente não tem. Porque, que nem agora, eu estou na subcentro, seu for para a minha casa agora, que é na frente do *****²⁶², eu fico em restrição. Então, eu sou obrigada a ficar aqui nesse local. Então, eu não estou nessa liberdade toda que eu queria estar. Então, eu sou praticamente empregada do

²⁶¹ A palavra em destaque corresponde a uma gíria, algo como uma desculpa esfarrapada, solto, descaso, enganoso.

²⁶² Omitimos o nome do estabelecimento comercial a fim de preservar o anonimato ou quaisquer indicativos de identificação da depoente.

iFood, né. Uma funcionária, empregada do *iFood* (B., Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022).

Fazem todo o sentido as elaborações que evocamos em momentos anteriores; afinal, trabalhar para as plataformas digitais consiste num *status* precário de um *trabalhador sem emprego*, que executa as atividades para um *empregador sem rosto*. Apesar da suposição de trabalhar para si, o *modus operandi* das plataformas digitais impõe uma supervisão e distribuição das tarefas a serem executadas, sem qualquer transparência. O relato de B. expresso anteriormente leva-nos a reiterar sua atuação de OL, uma hierarquização no rol da precarização do trabalho por meio de aplicativos, exclusiva do *iFood*, o que confirma a exploração e o estabelecimento de uma jornada de trabalho pré-definida. Essa situação não é exclusiva dos OLs, mas também dos entregadores nuvem, pois:

Se a gente passa dois dias, três dias sem ligar o aplicativo, recebe menos corrida também. Há uma obrigatoriedade de você estar ativo, e inclusive tem alguns aplicativos que criam essa certa obrigatoriedade como ficar ativo, né. Tem um horário para você ficar ativo. É quase como você bater um ponto (M., Entrevista concedida em 21 de maio de 2021).

O que M., um jovem entregador ciclista de aplicativo *nuvem*, revelou na sua fala expressa sua experiência social nessa seara do trabalho precária mediado por tecnologias digitais. Esvaem-se, portanto, quaisquer pretensões sobre o *empreendedor de subsistência* ser o seu próprio patrão. O debruçar de Dejours (1992) sobre a psicopatologia do trabalho nas empresas capitalistas tradicionais não perde sua relevância para observarmos as *startups* que oferecem serviços de transportes, pois elas não renunciam às relações de trabalho, há hierarquia, chefia e supervisão, além do ritmo que é imposto.

Embora os trabalhadores não tenham contato físico com uma cadeia hierárquica, esta existe e constitui-se numa fonte geradora de ansiedade. Ressaltemos que “é uma ansiedade superposta na medida em que a supervisão²⁶³ tem por encargo específico manter essa ansiedade com relação ao rendimento de cada trabalhador” (Dejours, 1992, p. 75).

De acordo com as palavras mais utilizadas, ao ligar o aplicativo, os entregadores acionam uma espécie de registro de ponto não oficial. O tempo *on-line*, a quantidade de entregas realizadas ou rejeitadas, os valores auferidos etc. são consignados nas plataformas digitais. Ou seja, todos os dados pessoais e preditores do comportamento dos entregadores são disponibilizados a elas.

²⁶³ Nesse caso uma supervisão ubíqua e algorítmica.

O controle social do *capitalismo de plataforma e vigilância* sobre os corpos periféricos é incutido nessa forma de entoar o mantra do VAE, em que tudo depende exclusivamente de si mesmo, do esforço individual, do foco, da força de vontade e da reprogramação do *mindset*. No dia em que entrevistamos W., o tempo estava chuvoso na cidade. Então, ao perguntarmos se era frequente ele trabalhar na chuva, sua resposta de empreendedor foi inequívoca:

Eu tenho a minha capa de chuva. Coloco a capa de chuva e vou embora. Não paro, não. Tocou eu vou. Tem dias que meu celular fica todo molhado. Eu fico com medo de perder, mas vou embora. Não paro e muitas das vezes, por causa da chuva, aí muitos que trabalham em horário avulso, né, eles param. E aí é na hora da gente aproveitar, e fazer mais corridas (W., Entrevista concedida em 28 de julho de 2022).

Não há dúvidas de que ele tem um caráter social empreendedor, embora este seja de subsistência e precário. Em suma, alguém dotado de um *mindset* disruptivo, uma pessoa disposta ao (auto)sacrifício. Contudo, chama à atenção o fato de essa condenação à precarização do trabalho e a precariedade existencial não virem acompanhadas de um sentimento de revolta, mas de uma resignação e de um certo orgulho. Eis que se consuma a aquisição de um *habitus* a partir de uma experiência social precária que é assimilado com a naturalidade pelos *corpos-empresendimento*.

Ainda que os entregadores sintam alguma indignação, frustração e angústia, estes sentimentos voltam-se menos a uma apreensão da exploração à qual se submetem, e mais a si próprios. Se a “*maldita sede do ouro*” afeta a todos, aos que vivem na imediaticidade da satisfação das necessidades básicas restam poucos momentos e espaços para a *consciência de si*, para elevar-se a uma *consciência para si*. Na *sociedade de cansaço* é mister um alto nível de autocontrole, uma vez que a disciplina ubíqua promove a *consciência de si* reificada da *(auto)exploração*. O processo civilizador encarna sua essência neoliberal que promove a obnubilação da correspondência entre a situação social e a situação de classe.

As empresas de tecnologia e os monopólios das *big techs* empregam o seu *dispositivo de saber-poder instrumentário* para extrair de todos o que há de melhor. Por isso, o *caráter blasé* da *era digital-informacional* consiste num processo de institucionalização que é caracterizado pela subordinação das atividades humanas ao controle social (Berger e Luckmann, 1985). A indiferença a si mesmo nos aspectos de glorificação ao sofrimento é um traço do caráter social dos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* que contribui para uma visão de mundo obnubilada da realidade humano-social à qual estão circunscritos.

São recorrentes fatos que envolvem os entregadores em geral, a exemplo de quando são tratados agressivamente pelos clientes ou obrigados a subir para deixar os pedidos às portas dos apartamentos. Entretanto, não há uma resistência organizada em termos de classe. Geralmente eles agem como uma turba, conclamando os entregadores ao local da ocorrência e se dirigem numa espécie de manifestação e apoio ao membro da categoria que foi hostilizado, agredido ou maltratado. Em todo caso o efeito é mais intimidador e momentâneo do que resolutivo e duradouro. A satisfação buscada é imediata, e possivelmente esse êxito é obtido por acreditarem que fazem justiça por meio das próprias mãos. Os modos de ser, pensar e agir da ordem neoliberal esvaziariam a dimensão do pertencimento de classe.

Há, individualmente, nesse nicho trabalhadores portadores de uma formação política e visão de mundo que se contrapõe ao que está posto, ou seja, que têm uma consciência de classe. Essa elaboração pressupõe no plano coletivo o movimento dialético da classe em si rumo a uma *classe para si*. Há um regozijo individual quando os algozes sofrem as reprimendas imputadas pelo grupo. É o tal do lavar a alma. Entretanto, essa força não se manifesta com a mesma intensidade nas convocações para as paralisações, conhecidas por breques dos *Apps*.

Uma autopercepção de si sobre a desigualdade de condições da ativação do empreendedorismo pode ser assim explicitada:

Assim, eu me sentia como mais uma pessoa, mais um jovem ali que está em busca de oportunidade, que não tem para onde correr, né. Ou é trabalho informal, ou é criminalidade, infelizmente, né, de onde eu venho. E assim, eu ficava até feliz quando eu via uma galera do meu bairro que já foi envolvida com coisas, trabalhando com entregas. Mas ao mesmo tempo, eu ficava: ah, não é isso que esse pessoal, que essa galera merece, né? Merece um trabalho digno, com direitos e tal. Mas infelizmente, era o que tinha, e tinha que se sujeitar a isso (J., Entrevista concedida em 8 de setembro de 2022).

O *senso de honra precário* expõe a contradição das classes sociais quando, diante da escassez de oportunidades de postos de trabalho formal, sujeitam-se à informalidade mediada digitalmente, que é a opção existente e possível para muitos corpos jovens que se encontram entre a cruz e a espada. Aqui se explicita que para alguns corpos, a fragilização dos pressupostos do trabalho dignificador do ser humano caiu por terra há muito. Ao tempo em que se celebra a não inclinação à criminalidade, reconhece-se que o preço é fiar a própria pele aos desígnios do trabalho sem direitos.

Os sujeitos neoliberais que se prezam devem elevar-se pelos próprios méritos. Talvez por isso quaisquer perspectivas de uma visão de classe e coletividade tenham se tornado *démodé*. Mais uma vez, a (auto)culpabilização pela menoridade é um ponto que não pode ser

negligenciado para se pensar na ética e ascese dos trabalhadores precários sob o *novo capitalismo*. O Coriolano ficcional de uma sociedade ainda analógica, sobrevivente de um não-lugar, já acenava os custos pessoais de ser *patrão de si* próprio.

Contudo, o apelo discursivo do “faça o que você ama”, como nos expõe Zanon (2017), cria uma ilusória percepção de que os desejos das pessoas se orientam a fim de conquistarem prazer e satisfação por meio do trabalho. Afinal, fazer o que se ama não é estar trabalhando. Uma das diferenças em trabalhar para terceiros e trabalhar autonomamente é a incidência de *pressão por desempenho* manifestada pelo próprio eu, geralmente como um *patrão de si* despótico. A decisão de não trabalhar implica não ganhar dinheiro; logo, para *sujeitos monetários sem dinheiro* o sofrimento psíquico evidenciado pela ansiedade e sentimento de culpa são eficazes na dominação social, haja vista que não há um algoz externo, a exemplo do chefe, do supervisor, do escritório, da fábrica etc. A revolta é canalizada para si mesmo, pois, se o sujeito faz o que ama, o sucesso ou fracasso depende dele próprio.

O senhor Fabrício Bloisi, um legítimo *self-made-man* e empreendedor neoschumpeteriano, cultiva o singelo desejo de tornar a sua plataforma digital *iFood* o maior *hub* de tecnologia do planeta no segmento do *fast-food*. Ao explicitar suas preocupações e contribuições ao futuro²⁶⁴ na esteira da inovação, afirmou que sua *startup* planeja uma expansão e diversificação que incluirão a fabricação de veículos sustentáveis. Revelou sua motivação ambiental a fim de colaborar com o plano para zerar a emissão de carbono, produzindo em breve as motocicletas elétricas que os entregadores irão conduzir. Na ocasião da entrevista concedida, estava em andamento um projeto-piloto com 30 entregadores. Como todo bom adepto da *economia compartilhada*, ele ansiava²⁶⁵ pela regulamentação de melhores condições às pessoas, mas sem renunciar a uma legislação moderna, inovadora e flexível, que não freasse o desenvolvimento.

Não esqueçamos que um cenário inovador e disruptivo exige igualmente configurações de trabalho e obtenção de renda inovadoras e disruptivas. Curiosamente, a *flânerie* pelo ciberespaço das redes sociais dos entregadores que passamos a acompanhar apontava, entre suas reivindicações difusas, não o interesse em estabelecer relações contratuais tradicionais, mas conciliar a liberdade e flexibilidade às garantias protetivas básicas, sobretudo aos acidentes que os deixam desassistidos. Quando não fazem entregas não ganham.

Diante do que foi exposto até o momento, acreditamos que há uma clareza sobre a atividade dos entregadores ciclistas de aplicativos ser uma modalidade de trabalho precário.

²⁶⁴Revista “Isto é dinheiro”. Ano 22. 05 Mai/2021. p. 30-35

²⁶⁵ *Ibidem*.

Neste sentido, constatamos que o nomadismo e rotatividade são também uma característica, embora reafirmemos que o desiderato para alguns deles seria a ascensão nessa atividade, migrando de ciclista para *motoboy*. O *self-made-man* que alcança esse objetivo simboliza uma mudança de *status* positiva no imaginário social dos entregadores. Mas até quando é suportável trabalhar dessa maneira? Os sujeitos em tela não divergem de outros trabalhos precários mediados ou não por tecnologias digitais, no tocante à contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O fator juventude conecta-os mais ao presente. A esse respeito e diante do que apuramos, todos os entrevistados informaram não efetuar qualquer pagamento relacionado à previdência social.

Ganhos incertos não permitem um pensamento voltado ao futuro ou de longo prazo. Os trabalhadores vinculados às plataformas digitais têm de arcar com o suprimento de necessidades imediatas. A última reforma previdenciária brasileira incluiu opções de planos para o recolhimento de alíquotas destinadas aos trabalhadores autônomos. Os planos simplificados para os MEIs e para os prestadores de serviços (pessoa jurídica) são as possibilidades disponíveis aos entregadores. Vamos considerar o plano MEI por ser o mais adequado à condição financeira dos sujeitos da pesquisa, uma vez que o percentual da alíquota previdenciária é de 5%, que, tomando como base o valor do salário mínimo corrente²⁶⁶, corresponderia a uma contribuição mensal de R\$ 66,00. Na média dos rendimentos dos entregadores ciclistas de aplicativos que subsidiaram a presente pesquisa, dispor desse valor mensalmente é oneroso e provavelmente não será possível a muitos que trabalham na incerteza.

Embora não contribuíssem na ocasião das entrevistas, alguns expuseram o que apreendiam sobre aposentadoria: “para eu fazer isso, né, eu tenho que estar pagando o INSS, né. O INSS, para acontecer isso. E eu não ando pagando o INSS, aí complica um pouco para o meu lado, né” (P., Entrevista concedida em 26 de maio de 2021). Considerando que reforma da previdência tornou esse direito social atingível para a maioria da população, por volta dos 65 a 70 anos, será muito difícil que trabalhadores nas circunstâncias vigentes a alcancem, posto que a “aposentadoria, seria aquele alívio. Mas o negócio não é você ficar parado. Porque não adianta se aposentar. Parafraseando a música, ficar sentado com a boca escancarada, esperando a morte chegar, depois” (N., Entrevista concedida em 04 de junho de 2021). Expectativas longas não estão no escopo de quem vive pela imediatividade, apesar de um reconhecimento acerca da finalidade em se contribuir para a aposentadoria.

²⁶⁶ Para o ano de 2023, o salário-mínimo foi estabelecido no valor de R\$ 1.320,00.

Tipo, para mim se aposentar, né? Então, vou começar a pagar agora o INSS, aí, já que eu não tenho pretensão de trabalhar de carteira assinada, é esperar o tempo e pronto. E curtir o dinheiro depois. Da aposentadoria (B., Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022).

O artifício das plataformas digitais é exitoso em mobilizar essa ânsia de vencer por si mesmo. A programação algorítmica é concebida para alternar ganhos acima da média num dia, e noutro dia fazê-los amargar rendimentos pífios. Indubitavelmente, se o entregador dedicar-se *de corpo e alma* ao *delivery*, ele vai obter ganhos acima do salário-mínimo, mas há um custo, a saber:

Eu até pensava, sim. Vou precisar, às vezes para comprar uma coisa que era futuro, uma geladeira. Eu pensava, pensava, pensava. Tentava juntar, mas o que sobrava não dava conta, aí eu percebia, não, isso aqui não dá, não. Tem que ser um emprego de carteira assinada, mesmo que seja na Alma Viva, que é um salário fixo. Aí daria, né, para comprar algumas coisas de utensílios de casa e até para pagar a previdência. Sendo ciclista, acho que para ter até uma renda, você teria que ligar de manhã e só desligar à noite, e ficar para cima e para baixo rodando (L., Entrevista concedida em 03 de agosto de 2022).

As prioridades para os que têm rendimentos sempre incertos e baixos são outras. Ainda que eles dediquem seu tempo exclusivamente às entregas, lembremos que continuam à deriva. O tipo de empresa neoliberal encarnada pelas *startups* conseguiu, inclusive legalmente, a façanha de não ter qualquer responsabilidade sobre os parceiros a ela conectados, usuários dos serviços oferecidos pelas plataformas, para o uso dos seus corpos na prestação de serviços autônomos de transportes. O dinheiro, em sua exterioridade, é o desencadeador da nova *maldita febre do ouro*. Recordemos o que Marx (2004) expusera sobre o seu poder inversor, contrapondo-se às pessoas e a todas as relações sociais, pois o dinheiro permite a uma pessoa adquirir os atributos que não tem em razão de sua exterioridade, constituindo-se no objeto do desejo para quaisquer realizações individuais.

Os vislumbres de aposentadoria para um entregador ciclista de aplicativo devem passar primeiramente pela obtenção do dinheiro, dos ganhos necessários, uma vez que a busca pelo dinheiro seria a vocação efetiva, ainda nos termos marxianos, para a aposentadoria. Sem obter sua posse, não existe efetividade. Outro ponto importante diz respeito às opções de ocupações formais, que são cada vez mais distantes do trabalho decente. A *AlmavivA* do Brasil de Telemarketing e Informática S/A supracitada é uma conhecida empresa do ramo de *call center*, e seu conceito e reputação acerca da exploração e das condições às quais são submetidos os trabalhadores não são novidades nos noticiários locais. Definitivamente, somos levados a

afirmar que a aparência de autonomia na atividade de entregador ciclista de aplicativo é mais atrativa.

Em face do dilema da exploração por outrem e da *(auto)exploração*, é melhor acreditar que o próprio indivíduo é um patrão melhor para si mesmo. Ao menos, não há restrições para a realização das necessidades básicas quando se está ao relento ou mesmo no percurso de uma entrega. Ainda sobre a questão previdenciária, J.²⁶⁷ disse-nos ter criado o seu MEI pensando no seu trabalho de redator – informal. Mas sem cultivar ilusões de futuro, a crueldade do mundo para os corpos periféricos levava um jovem de apenas 22 anos a constatar que dificilmente se aposentaria. Então, esses *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* vão somente a reboque do dinheiro? Não há dúvidas de que eles agem, mas há uma mediação dessa cultura do dinheiro nos modos de ser e pensar que levam a um agir utilitário e pragmático, uma *práxis* fetichizada. Embora trabalhadores supostamente autônomos, cujos *padrões sem rosto* não demonstrem preferências ou desacordos face a face, há uma certa tensão e uma sutil disputa entre esses *self-made-man*.

Verificamos ainda, que a principal estratégia utilizada por eles era ficar o mais próximo possível do estabelecimento a que se visava realizar uma entrega. Alguns acreditavam que a proximidade física iria conferir-lhes prioridade. Não eram incomuns as perguntas sobre quantas corridas o parceiro já havia realizado enquanto estavam na espera, porém, o surpreendente para quem trabalha para si e não tem que provar nada ao outro, e apesar de algumas atitudes de solidariedade – nem todos ratificaram a existência de rivalidade – é factível o andamento de um processo de corrosão do caráter, conforme atestado:

A disputa é nitidez, né. Tem muitos que usam aplicativos e extensões de GPS, para poder receber mais corridas na frente dos outros, ou então ficar mais próximo de algum lugar porque chama mais, e enfim, essas coisas. Às vezes segregar alguns (M., Entrevista concedida em 21 de maio de 2021).

Seriam estratégias de sobrevivência sob a lei do mais forte?

Eu já estava na terceira e ele não tinha feito nenhuma, ainda. Ele chegou três horas e eu cheguei seis horas da noite. E ele ficou com raiva, porque ele não estava fazendo nenhuma, e eu estava fazendo. Ele: por que está acontecendo isso? Eu disse assim: Você começou quando? Comecei essa semana. Então é por isso. Porque quando eu comecei eu era assim, fiquei duas semanas sem fazer entrega. Eu rodava, ia rodar por aí afora, mas não conseguia fazer entrega nenhuma. Depois da terceira semana, foi que eu comecei a conseguir fazer entrega (P., Entrevista concedida em 07 de junho de 2021).

²⁶⁷ J., Entrevista concedida em 08 de setembro de 2022.

As plataformas digitais impõem uma espécie de batismo. Ou seja, ao iniciar as atividades de entregas, não se obtém sucesso de imediato. Trata-se de um teste à tão evocada resiliência. As disputas para um *trabalhador sem patrão* são evidentes. Conforme diz este entregador,

é disputa o tempo todo. É como se fosse uma selva, né. Normalmente o pessoal gosta de ficar mais perto do ponto que toca. Aí, eu lembro que quando eu comecei, para eu, tipo, ficar num ponto que toca, foi um pouquinho, foi meio hostil no começo. Mas depois houve aceitação, né. Mas, tipo, por parte de um outro rapaz que se tornou meu amigo. Tinha um ponto ali no G. Barbosa, que o pessoal sempre ficava lá. Aí teve um rapaz que, meio que não me tratou bem. Me destratou. Aí, tinha um outro rapaz que virou meu amigo, que estava sentado lá e falou: não, velho, deixe o rapaz aí. Venha aqui, sente aí, pode ficar à vontade. Aí, às vezes tem gente que lhe destrata e tem pessoas que lhe tratam bem. Depende da pessoa, também (A., Entrevista concedida em 08 de junho de 2021).

Sob a lógica de mercado e os princípios neoliberais, a concorrência é uma das forças propulsoras que permeia as relações sociais. Tornar-se um *empreendedor de subsistência* é estar sob as incertezas típicas dos jogos de azar, sem poderem estabelecer planos de médio e longo prazos. As incertezas aludidas assemelham-se às expectativas criadas no imaginário social pelos *Reality Shows*²⁶⁸, cuja busca para ser bem-sucedido no jogo, além de sorte, requer a eliminação do outro. A ascense dos empreendedores de subsistência revela-se como o envolvimento num ritual de sofrimento sintomático dos motivos pelos quais as pessoas se predispõem a algumas *performances* de forma engajada (Viana, 2012).

Se cada um é por si, dissolvem-se os laços coletivos, não esqueçamos que o aspecto concorrencial é parte da ambiência até mesmo para os patrões de si. Neste sentido, a observação de N.²⁶⁹ foi elucidativa: “a disputa, concorrência, acho que tem muito. Porque, eu na James mesmo, eu pegava aqui, era chamado o tempo todo. Quando eu cheguei um dia desses, tinha um cara da James montando base dentro do ****²⁷⁰”. O padrão *Reality Show* comunga ao mote do neoliberalismo e suas implicações aos modos de ser, pensar e agir. Reverencia, por um lado, a competitividade e a responsabilidade individual, por outro, rechaça as alternativas que

²⁶⁸ Os *Reality Shows* são programas televisivos que proliferaram no início dos anos 2000, colocando pessoas famosas ou não em uma espécie de confinamento, numa disputa submetida à avaliação do público, a fim de eliminar ou manter no jogo aquele participante que agrada as expectativas dos telespectadores. O *No limite* e o *Big Brother Brasil*, espetáculos dessa natureza, transplantados no país, são exemplos desses programas.

²⁶⁹ N., Entrevista concedida em 06 de junho de 2021.

²⁷⁰ Nome do estabelecimento comercial.

impliquem na coletividade, porque o coletivo é visto como um entrave ao movimento das forças do mercado (Standing, 2020).

Ao incorporarem um *sense de honra* baseado na ética da responsabilidade individual e irrestrita por todos os riscos, esses sujeitos assumem o estatuto do *patrão de si*, que implica viver para o atendimento da imediaticidade. Com efeito, Dardot e Laval (2016, p. 349) observaram que, “em virtude do pressuposto da liberdade ilimitada do indivíduo [...] o sujeito é considerado responsável tanto por esse risco como pela escolha de sua cobertura”. A liberdade não é ilimitada. De fato, a ambiência do trabalho por aplicativos sugere em sua aparência fenomênica o ápice da autonomia e da liberdade.

Numa das imagens registradas nas primeiras etapas do trabalho de campo, vimos dois entregadores *motoboys* jogando damas no horário da jornada de trabalho – figura 10 adiante –, sugerindo uma ocupação que permite à pessoa divertir-se e trabalhar a um só tempo. Contudo, o fenômeno não revela a essência. Por isso é mister lembrar que eles estão *on-line*, à disposição das demandas de tarefas distribuídas pelas plataformas digitais. Assim, considerar somente a execução da tarefa – entrega realizada –, desconsiderando o tempo disponibilizado entre as notificações recebidas, leva ao equívoco da pressuposição de uma liberdade ilimitada.

Essas pessoas estão disponíveis às exigências das plataformas digitais, são monitoradas em tempo real, têm seus movimentos e rotas registradas, além de os *scores* das avaliações dos clientes serem pouco acessíveis e transparentes como já o vimos. A administração total algorítmica é celebrada. Existem formas de burlar os aplicativos, a exemplo dos extensores de GPS, da utilização do cadastro de outro entregador, da escolha de atalhos durante as corridas, do extravio de algum produto para comer etc., indicativos que designam uma agência desses *subcidadãos*, entretanto o referido agir dos atores sociais em cena é limitado. Em contrapartida, a adesão aos *termos e condições de uso* dos aplicativos formaliza a informalidade sob o aspecto do oculto vínculo, uma vez que as ordens de tarefas emanam das diretrizes dos aplicativos.

A condição *sine qua non* para os padrões de si mesmo é o equivalente a registrar um ponto. Por que não se revoltam contra o *iFood*, por exemplo? Onde está a rebeldia desse precariado? A ilusória liberdade encontra ressonância no que Chamayou (2020) aponta como uma das táticas do “*neoliberalismo ético*”, e a fuga de qualquer regulamentação é seu princípio basilar. Assim, boa vontade e voluntarismo comungam com a atribuição de (auto)responsabilidade que atua no processo de formação de subjetividades autônomas.



Figura 10 – A liberdade enquanto aguardam os chamados
 Fonte: Trabalho de campo. Registro fotográfico realizado em 09 de dezembro de 2020.

Por isso, o golpe de mestre da ética neoliberal do trabalho é o derretimento da percepção e do lugar de classe. Ser um trabalhador está *out*, ao passo que ser um empreendedor tornou-se *in*. Se na objetividade dos espaços físicos de trabalho, ainda regido por um aparato minimamente protetivo, o trabalhador é um empecilho, pela latente capacidade de rebelar-se ao praticar o absenteísmo ou a organizar uma greve, a subjetividade forjada no trabalho de tarefas por demanda digital encontra no uso dos corpos dos entregadores sua essencialidade, que os converte em algozes de si próprios, haja vista a turva percepção da sua alocação na classe trabalhadora.

Trazemos aqui uma densa reflexão sobre o processo de produção da consciência de classe que não é uma mera consciência individual, posto que o agir das classes é por ela mediado a partir da totalidade. Lukács (2003, p. 143 grifo do autor), em meio aos seus próprios dilemas entre o ideal e o real, ressalta que “[...] do ponto de vista abstrato e forma, a consciência de classe é, ao mesmo tempo, uma *inconsciência*, determinada conforme a classe, de sua própria situação econômica, histórica e social”. Reafirmamos que a *classe-que-vive-do-trabalho* encontra-se diante de determinadas circunstâncias que refletem os aspectos conjunturais, econômicos e sociais nas diversas formas de ser, pensar e agir. Se tendencialmente o quadro aponta para o crescimento exponencial das ofertas de trabalhos precários, o discurso que exalta

o sujeito empreendedor reforça a manutenção dessa inconsciência dos indivíduos circunscritos à ambiência impregnada de exaltação aos valores da ética neoliberal do trabalho.

A convivência entre os entregadores possibilitada pela *flânerie* permitiu-nos observar *in loco* alguns elementos que se comunicam aos esforços de Reich (1976) em sua análise sobre os desafios de formação de uma consciência de classe. Sem dúvida, prosseguindo a partir das suas elaborações, os trabalhadores precários e informais apresentam uma consciência de classe do tipo pessoal; em outras palavras, desconhecem quaisquer pressupostos das contradições econômicas do capital, as alternativas ao capitalismo e as possibilidades de mudança social latente nos explorados.

Considerando que os sujeitos desta pesquisa são uma amostra da *classe-que-vive-do-trabalho*, predomina-se neles uma vocação para serem dominados. Apesar de haver iniciativas e ações organizacionais para contraporem-se à dominação unilateral das plataformas digitais, a introjeção da conquista por mérito do esforço individual sobressai-se ante a percepção da dominação que lhes recai. A formação de subjetividades despartadas do individualismo exacerbado é indicativa da persistente patologia social da razão neoliberal na formação de mentalidades correspondentes; ou seja, é a manifestação da consciência de classe de tipo pessoal, cuja perspectiva não apreende o processo histórico, mas o trivial, o banal, o imediato (Reich, 1976).

Tomando os devidos cuidados para evitarmos generalizações precipitadas e deterministas, destacamos que oito entrevistados não conheciam ou não tinham ouvido falar do chamado Movimento Entregadores Antifascistas. Tal ação consistiu na mobilização das paralisações da categoria dos entregadores em geral, conhecida também como breque dos aplicativos (Apps). Além da maioria não saber sequer da existência do movimento, manifestaram pouco discernimento sobre a pauta das reivindicações, mas foram unânimes ao reconhecer a importância de a categoria organizar-se numa representação coletiva que encampe a luta por direitos. Ademais,

[...] a pauta comum que organiza o movimento nacionalmente gira em torno de condições mais justas, formuladas dentro e não fora dos termos de uma relação de trabalho uberizada. Fim dos bloqueios indevidos, fim dos sistemas de pontuação e melhores taxas foram demandas que pautavam condições mais decentes de trabalho, fora do esquadro da formalização (Abílio, 2021b, p. 944).

Contudo, a subjetividade neoliberal cria um *claro-escuro*, uma ambivalência sobre a percepção do problema. N., ao responder-nos sobre sua visão acerca da regularização do

trabalho de entregador, não obstante sua criticidade, afirmou-nos: “Porque esse negócio de criar vínculo, também você vai começar a ter o patrão. Você vai começar a ser empregado”. O tom ambíguo reforça certa crença de que se é *patrão de si* próprio. Captou ainda que o vínculo empregatício iria de encontro à ideia primordial dos aplicativos, porque se trata de algo que demandaria muito tempo e luta para se concretizar.

O risco do vínculo, segundo ele, seria o poder do empregador em demiti-lo. Todavia, quando o indagamos se os bloqueios indevidos não seriam uma forma de dispensar o trabalhador, somente a encargo do aplicativo, sua resposta foi emblemática:

Não, mas veja bem, quando ele bloqueia o entregador ou é porque o entregador foi negligente, não cumpriu com aquilo, ou então como acontece muito, muitos entregadores pegam o produto, ficam para si e quem perde é o próprio estabelecimento. Aí seria a mesma coisa que você ser mandado embora sem justa causa. Então... (N., Entrevista concedida em 04 de junho de 2021²⁷¹).

A culpa é individual e o entregador em sua menoridade kantiana foi incapaz de se adequar e superá-la. Falhar no trabalho é o motivo que leva à demissão. Por isso, é evidente que, sob uma nova configuração, elementos coercitivos da sociedade disciplinar foram absorvidos pela *sociedade do cansaço*. A imposição da disciplina é atenuada pela dinâmica supostamente flexível e mais atrativa inerente à atividade de entregador, e que ilusoriamente lhe confere uma perspectiva de autonomia do trabalho, de trabalhar de acordo com a sua decisão, disponibilidade e vontade.

Alguns setores da sociedade civil têm produzido discussões e iniciativas relevantes sobre a necessidade de estabelecer aos trabalhadores intermediados por aplicativos regulamentação e garantias protetivas previstas pelo INSS, a exemplo do auxílio-doença e da pensão por morte; mas o apelo de que não há um patrão para fiscalizá-los e demiti-los é mais sedutor. Portanto, a vocação ao cooperativismo é pouco crível no momento, em detrimento da vocação competitiva contra si próprio. Qualquer tipo de dependência é algo vergonhoso, uma manifestação de fraqueza. E os pretensos autônomos do *novo capitalismo* vociferam com veemência quaisquer formas de assistência em detrimento da livre iniciativa e do estímulo ao esforço individual (Sennett, 2004).

Numa sociedade de consumidores, o triunfo da ideologia do *self-made-man* e do *habitus* constituído por uma experiência social precária encontra o reforço ao adágio que para não ser um *desvalido* da sorte, um perdedor, o sujeito precisa esmerar-se na sua eficiência e

²⁷¹ N., Entrevista concedida em 04 de junho de 2021.

performance individuais. Desta forma, o capitalismo exige a produção em massa de perdedores, que, imbuídos de uma ascese que glorifica a disposição ao trabalho como simbologia do vencedor, na realidade engrossam os integrantes da massa supracitada (Kurz, 1993).

As *startups* que personificam as empresas do *novo capitalismo* são concebidas sob uma lógica contratual sem contrato, em que os *termos e condições de uso* estabelecem uma troca voluntária (Chamayou, 2020). Assim, os entregadores, aspirantes ao trabalho autônomo que os levará a vencerem por si próprios, recorrem às plataformas digitais, que os conectam a empresas e clientes que precisam dos serviços de transporte. Se outrora a definição das empresas no capitalismo assentava-se no papel da autoridade de uma cadeia hierárquica, os *termos e condições de uso* característicos dos aplicativos fazem cessar essa dimensão gerencial, mas trazem uma implícita subordinação. Em suma, “lá onde se admitiam relações de poder e de autoridade não se acha, a partir de então, nada além de contratos e de conflitos de agência” (Chamayou, 2020, p. 168).

A baixa adesão às paralisações propostas pela categoria comprova o estado da inconsciência acerca das situações social e de classe em que se encontram; afinal, há de fato uma agência nesse processo de troca voluntária? Quem leva a melhor nesses conflitos? Ressaltemos que, para os entregadores, adoecerem ou sofrerem algum acidente constitui-se em não fazer qualquer remuneração. Por isso, havia uma dubiedade quando atribuíam importância aos direitos trabalhistas, mas sem desejarem as rotinas do trabalho assalariado formal e sua jornada pré-estabelecida.

Recordamos que A.²⁷² concedeu-nos sua entrevista em transição para um trabalho formal. No mês seguinte, pouco tempo após o período de treinamento ao qual se submeteu, foi dispensado e, por isso, voltou à informalidade. O curto período exercendo uma atividade formal de consultor de vendas de uma operadora de telefonia celular e internet, para alguém que nos revelou não ter experiência anterior no âmbito da formalidade, provavelmente contribuiu para a cristalização do seu *senso de honra* baseado numa conduta de (auto)responsabilidade. Não por acaso, sua motivação era poder juntar algum dinheiro e abrir no futuro o seu próprio negócio ou adquirir sua motocicleta.

J.²⁷³, que atuou como entregador ciclista de aplicativo, tinha posicionamentos destoantes, até porque, durante o ensino médio, foi ligado ao movimento estudantil, fato crucial para sua formação política. Em sua visão, o trabalho por aplicativos era percebido como uma tendência à precarização. Não obstante atribuir importância à organização classista para poder

²⁷² A., Entrevista concedida em 08 de junho de 2021.

²⁷³ J., Entrevista concedida em 08 de setembro de 2022.

lutar contra a corrente, apreendia que os entregadores eram geralmente despolitizados, por esta razão seria essencial que outros movimentos consolidados e a arena política, por meio dos partidos progressistas, manifestassem atenção à categoria.

O seu desabafo trouxe contundentemente a reafirmação dos sujeitos neoliberais que integram a massa dos excluídos, dos corpos supérfluos, relatando-nos: “Recentemente, mesmo, um entregador morreu fazendo entrega, né. E onze dias depois o *iFood* decretou lá, que ele estava desconectado do aplicativo, por algum motivo banal, assim. Enfim, é perceptível que os corpos dessa galera dos entregadores, não vale nada, né²⁷⁴”. Desta forma, ratifica-se que “a generalização do salve-se quem e como puder dá visibilidade à centralidade da *viração*. Mas as taxas de letalidade seguem tendo classe e cor” (Abílio, 2021a, p. 68 grifo nosso).

O aumento do desemprego e o crescimento exponencial das tecnologias digitais são indicativos da queda dos postos de trabalhos formais e da oferta do chamado trabalho decente. Para corpos jovens, negros e periféricos, fazer entregas apresenta-se muitas vezes como uma oportunidade. É por meio dessa experiência precária de trabalho que eles constituem sua consciência de classe ou inconsciência. A dominação social encontra terreno fértil para sua manutenção quando, em vez de se perceber um integrante da classe trabalhadora, o sujeito se autoproclama empreendedor, sendo incapaz de contestar o *status quo*. No seu depoimento, J.²⁷⁵ ainda nos afirmou com propriedade que “muita gente que precisa daquilo para se alimentar, para viver daquilo, para sobreviver. É a galera da periferia”. O *novo capitalismo* nas aqui ressaltadas dimensões de *plataforma* e *vigilância* – sem excluirmos outras denominações analíticas – mantém seus propósitos de ampliação e acúmulo de capital, mesmo porque seu estatuto civilizatório é par da barbárie; aos corpos supérfluos, “dada a sua descartabilidade, o fracasso de sua existência é oferecido para confirmar o empenho de cada um – inclusive os membros individuais dessa massa – em mais um esforço de continuidade” (Menegat, 2019, p. 55).

Os corpos sobrantes, cujas existências fracassadas confirmam uma inovação histórica, são corpos dispensáveis; por isso propomos aqui um diálogo ao que Gilroy (2012) aborda sobre a *dupla consciência* a partir de Du Bois, mas trazendo à tona a percepção dos entregadores ciclistas de aplicativos. Ou seja, para esse segmento social de sujeitos prescindíveis, ela é o triste entrelaçamento dos modos de ser, pensar e agir promovidos pela lógica neoliberal em que o uso dos seus corpos expressa uma necessidade social na medida da objetificação e finalidade

²⁷⁴ *Ibidem.*

²⁷⁵ *Ibidem.*

pragmático-utilitária à qual são destinados, a fim de cumprirem sua descartabilidade frente a uma ambivalência entre a percepção de que são explorados, mas suportam, e o conformismo da *(auto)exploração* como um triunfo da sua resiliência, foco e *mindset*, o que confirma a assertiva de que “os indivíduos resilientes sobrevivem à guerra e ao capitalismo, adaptam-se ao real caótico no interior do qual estão mergulhados e conseguem até mesmo se realizar apoiando-se nessas realidades” (Illous e Alaluf, 2017, p. 84).

O capitalismo e sua razão neoliberal consumaram o controle social por um ajustamento das condutas emocionais, isto porque as emoções são um capital humano gerenciável. Assim, sob uma pretensa oferta de adesão ao exercício de uma atividade qualitativa, acompanhamos Chamayou (2020) sobre o que está em xeque, implicando que a mobilização não está apenas nos rendimentos que um trabalho possa oferecer – embora esse seja um elemento crucial –, mas também, e sobretudo, no sentido da atividade. Demonstram-nos Illous e Alaluf (2017) o exacerbamento que explora a emoção positiva e é o caminho ao desenvolvimento da resiliência, cuja essência diz respeito à capacidade de os trabalhadores adaptarem-se às consequências da precarização do trabalho e suportá-las.

A autonomia, segundo Chamayou (2020), é um dos fatores que conferem uma percepção positiva em face da realização de algum trabalho; o outro é o menor desgaste físico. Os entregadores ciclistas de aplicativos encontram um sentido na atividade exercida pela ilusão da autonomia de ser *patrão de si*, mas realizam uma atividade fatigante, cansativa e desgastante fisicamente, representando um grupo *sui generis* de sujeitos neoliberais forjados sob uma experiência social precária. Se por um lado, eles creem na autonomia da atividade, por outro, sentem nos seus nervos e músculos as agruras do trabalho manual. Porém, a autonomia não passa de uma promessa vã. A *dupla consciência* da exploração e *(auto)exploração* é explicitada lucidamente a seguir:

Sim. Porque o entregador está muito sujeito ao aplicativo como eu já disse, e eles dizem que a gente é parceiro, só que o parceiro tem total conhecimento daquilo do que ele está participando, coisa que para a gente não acontece. É simplesmente ativar o aplicativo e receber chamado. E dependendo, você recebe ou não, né. Tem a possibilidade de você passar o dia inteiro e não receber uma corrida (M., Entrevista concedida em 21 de maio de 2021).

Um jovem negro de 22 anos e estudante universitário articula uma compreensão realista; e além da inexistência de autonomia, ratificou noutro momento a exigência física da atividade. Contudo, o imperativo da sobrevivência e a sua condição de corpo periférico não lhe proporcionava muitas escolhas. De acordo com suas projeções, a ideia era permanecer fazendo

entregas até concluir o curso superior na UFS, habilitando-se para perseguir alguma oportunidade na sua área de atuação, no campo educacional²⁷⁶. Um *habitus* não precário e a possibilidade de aquisição de um capital cultural proveniente da educação acenavam-lhe – apesar dos riscos e incertezas – uma outra perspectiva existencial.

Na sociedade contemporânea, embora seja corrente o enaltecimento às conquistas do progresso e de tudo o que poderia minimizar os esforços e o sofrimento das pessoas, prevalecem o estresse, a tensão e o *doping* (Braudrillard, 1995). É o feitiço virando-se contra o feiticeiro. Os entregadores ciclistas de aplicativos relataram majoritariamente o *cansaço* e a exaustão generalizados ao voltarem aos seus lares. As plataformas digitais, exemplos de conquista do progresso, para eles não minimizam o esforço físico. Alguém poderia deduzir que em meio à submissão há algum aprendizado ou aquisição de experiência. A resposta de P.²⁷⁷ sobre o aprendizado obtido é emblemática: “Sim, paciência, entendeu? Saber se organizar, ser pontual. Não demorar a fazer a entrega. Não demorar, ficar pedalando devagar, né. Eu gosto, pegou o alimento, entregar logo. Não gosto de demorar, não”.

Noutra exposição sobre que tipo de conhecimento ou aprendizado foi conquistado com as entregas, S.²⁷⁸ desabafou: “falo assim mais pela questão da vida. De você até valorizar um pouco mais a vida, pela questão de tipo, você sai de casa e não sabe se vai voltar. Em questão mais disso, né”. Indubitavelmente, é uma atividade que engendra sofrimento físico e psíquico, sofrimento infligido sobre a totalidade desses seres humanos. A atuação da nova disciplina do tempo ritmada pelos algoritmos exige-lhes celeridade e diligência, sem as quais não se é bem-sucedido, além de uma dose elevada de coragem para assumir riscos, mesmo que a vida seja o preço a pagar.

As tecnologias denominadas *smart* não se mostram afeitas a contribuir qualitativamente para a vida dos seres humanos – não obstante possamos destacar aspectos que indubitavelmente trouxeram benefícios. O retorno às jornadas de trabalho semelhantes àquela dos operários no auge do capitalismo industrial ratifica o que importa: assegurar o *status* de consumidor bem-sucedido, até porque

o consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente (Santos, 2021, p. 62).

²⁷⁶ Estivemos na Biblioteca Central (BICEN) da UFS, no mês de fevereiro de 2023, para devolver alguns livros, quando, coincidentemente, encontramos M. num intervalo entre as aulas, o qual nos revelou estar exclusivamente dedicado aos estudos, não exercendo mais o trabalho de entregador ciclista de aplicativo.

²⁷⁷ P., Entrevista concedida em 07 de junho de 2021.

²⁷⁸ S., Entrevista concedida em 26 de maio de 2021.

O traço identitário marcante a qualquer matização dos sujeitos de desempenho é a *vocação* ao consumo, o mediador comum ao estímulo das subjetividades de uma forma ambivalentemente democrática. Sob a tônica da mercantilização de tudo, o ascetismo praticado tem como pressuposto a ética neoliberal do trabalho em busca dos desígnios da cultura do dinheiro para o atendimento da demanda sagrada do consumidor (auto)disciplinado, o consumo. Entretanto, Konder (2000) atenta-nos que não se trata de uma execração do consumo e sua necessidade aos aspectos vitais da existência, mas justamente da necessidade de contraposição ao fundamentalismo consumista, que se tornou a finalidade sacrossanta da nova ascese neoliberal.

Os sujeitos guiados por tal austeridade pagam com o sacrifício dos seus corpos. Ainda que alguns postos de trabalhos formais e informais requeiram o lidar com as disruptivas interfaces digitais, muitas atividades sob o signo do novo capitalismo mantêm a sanha devoradora de corpos, sobretudo daqueles invisibilizados socialmente. Sobre esse ponto, Konder (2000) pondera sobre o expansionismo do mercado em sua trajetória de barbárie, e sua incapacidade de incluir as pessoas, uma vez que o preço dessa expansão é a exclusão social, que contraditoriamente exige a assimilação de novos consumidores.

As *novas técnicas de poder* entram em cena, no forjar da subjetividade neoliberal dos que são excluídos socialmente, mas assimilados pela *práxis* fetichizada da desejável identidade do consumidor, que também é um *sujeito monetário sem dinheiro*. Esse engajamento não é conquistado pela mera demanda de satisfação das necessidades. Conforme Bauman (2001), o desejo é o orientador das ações consumistas, e mesmo a sua volatilidade confirma a insaciabilidade. A mercantilização, pelo fato de ser a tônica da *práxis* fetichizada, tem seu mote na criação de pseudonecessidades, que é o combustível insaciável dos desejos de consumo.

Essa faceta do sujeito neoliberal tem na incorporação do princípio individualista *fitness* “*no pain, no gain*”²⁷⁹ a marca da instrumentalização do *corpo-emprego*. Convém ressaltar que no caso dos que praticam o *empreendedorismo de subsistência*, o assegurar das demandas existenciais é o balizador, o que não significa ausência de desejo. Para M., o que o exercício da atividade de entregador ciclista de aplicativo lhe legou foi “apenas o agravante da situação social, que está cada vez mais difícil. O conhecimento que a gente tira é isso, porque muitas pessoas estão precisando”. Nessa fala, ele demonstrou mais uma vez uma acurada leitura da realidade em face dos aspectos situacionais. Em que pese a possível classificação no rol do trabalho imaterial, mas que contribui ao processo material do circuito *produção-*

²⁷⁹ Sem dor, sem ganho.

circulação/distribuição-consumo, a percepção sobre o componente prevalecente ou as possibilidades criativas inerentes à atividade merecem o nosso debruçar.

Evocamos anteriormente o termo *fitness* em toda sua carga ideológica ao chamado estilo de vida, que tem se constituído numa qualidade distintiva das variantes do sujeito neoliberal. Se a prática de exercícios físicos e esportes é, para alguns, uma expressão de *status* e distinção social, para os que demandam do componente corporal do trabalho, ainda que os desempenhos sejam elevados, não há heroísmo. O ganho por meio da dor ao qual se refere o lema supracitado é a conquista de um corpo nos padrões de beleza convencionados. Para os entregadores ciclistas de aplicativos, os seus esforços muitas vezes hercúleos não têm apelo ou *glamour* porque é um tipo de trabalho

físico e cansativo. Porque a gente está todo dia, no meu caso, em uma bicicleta. Às vezes a gente encontra com um cliente mal-educado, que trata o entregador mal. O próprio estabelecimento, também trata o entregador mal, então, é muito cansativo isso (M., Entrevista concedida em 21 de maio de 2021).

As características que atribuem um maior desgaste físico à realização de entregas por meio de bicicletas deixam escapar a afetação subjetiva devido aos possíveis momentos em que os entregadores são desprezados ou desacatados enquanto trabalham. Não há sofrimento psíquico que não incida nos corpos condenados à periferização.

Para os que estão nessa situação, pedalar é uma atividade tão mecânica quanto as tarefas realizadas por Lulu. Não obstante, a princípio, ser um pelego, um fura-greve, um trabalhador cooptado pela gerência da fábrica, havia ainda, na perspectiva do contexto retratado no filme, os sindicatos exercendo uma função de luta ativa por direitos sociais e trabalhistas, que o acolheram quando sua visão de pertencimento de classe deixou de ser de tipo pessoal e migrou uma autoconsciência de classe; em suma, sua situação social passou a ter correspondência com sua situação de classe. Sob o *novo capitalismo*, prevalece o incentivo à livre iniciativa de si. Aos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, a aptidão física é uma qualidade requerida; ou, como refletira Bauman (2001), a disposição ao enfrentamento do não-usual, do não-rotineiro e ao inesperado.

Já vimos que para comer é preciso trabalhar. Esses corpos em suas *performances* invisibilizadas apreendem outras caracterizações das entregas em que há desgastes físico e mental e até possibilidade de criatividade. Alguns entregadores ciclistas equipam esses instrumentos de trabalho com um motor a combustão como uma estratégia de proporcionar a si mesmos um desgaste físico menor, quando muitas vezes as distâncias dos locais de entrega –

apesar do pagamento de uma bonificação – superam as que são estabelecidas para os ciclistas. “Tem lugar que você leva, tipo, eu já levei para quase perto da Atalaia. Já levei daqui para lá, para o final da Coroa do Meio, quase perto da Atalaia, também” (S., Entrevista concedida em 26/05/2021).



Figura 11 – O escritório do entregador

Fonte: Trabalho de campo. Registro fotográfico realizado em 30 de abril de 2021.

O corpóreo é o componente mais desgastado. Essa afirmação baseia-se na unanimidade das respostas entre os entrevistados, não obstante ter havido algumas menções ao componente mental da atividade. Quando não se encontram a pedalar, os entregadores ciclistas de aplicativos ficam sentados geralmente no chão das calçadas, nas imediações das áreas comerciais, ao relento. Na fase da coleta, poucos estabelecimentos dos que frequentamos dispunham de um local específico para que esses trabalhadores aguardassem. É patente que não é um trabalho decente, mas precário. Logo, as condições objetivas que repercutem na formação das subjetividades pautam-se numa normalização da precariedade existencial.

A imagem apresentada acima é típica e representativa do momento de espera das chamadas ou do tempo em que os entregadores aguardam a preparação dos produtos nas ruas de Aracaju, sobretudo nas imediações dos bairros Jardins e Garcia, devido ao padrão de vida dos seus residentes, bem como, da gama de lojas e estabelecimentos de produtos e serviços variados combinados ao *delivery*. Os entregadores ciclistas arraigados aos princípios

concorrenciais cobram a si próprios melhores desempenhos, por isso os intervalos de espera entre as entregas causavam um sentimento de improdutividade, conforme evidenciado a seguir:

pela questão de você se sentir meio que, pela questão, tipo, já que eu estou aqui parado, eu não estou fazendo nada. E você tem que, meio que uma obrigação de bater uma meta, para poder ter um rendimento no final de semana, no final do mês, para poder, como eu falei, comprar as coisas para casa, tipo, tem a questão dos sonhos da pessoa. Em particular, eu abrir o meu negócio, ou uma coisa do tipo. Comida, sonho. Você precisa de uma manutenção, um crédito, e assim vai, várias coisas (S., Entrevista concedida em 26 de maio de 2021).

Esse jovem entregador de 24 anos foi o nosso segundo entrevistado. Do seu relato é explícito o sofrimento psíquico, causado pela sensação de não fazer nada, quando as tarefas são designadas pelo obscuro critério de distribuição da programação algorítmica. Os entregadores colocam-se à disposição, sem garantias. A preocupação com as metas que estabeleceram a fim de custear a reprodução da sua existência e a incerteza de que iriam obtê-las também se sobressaem. Ainda que as *startups* sejam uma empresa leve, elas não abdicam dos princípios das tradicionais empresas capitalistas do ramo produtivo.

Prosseguindo o pensamento de Dejours (1992), a atividade dos entregadores, embora não seja diretamente produtiva, promove e cultiva a ansiedade como uma resposta do fato de a distribuição das tarefas não ser algo previamente acordado. Só que nesse caso, o medo não é o risco de não acompanhar o ritmo imposto, mas sim a incerteza de alguém que se disponibiliza a um trabalho sem qualquer garantia de que será designado para realizar as entregas.

Aderindo as características da sua geração, S., cuja escolaridade era o ensino médio completo, tinha o sonho de abrir o seu próprio negócio. Comida e sonho são a síntese do pressuposto de que a história requer seres humanos vivos. Sim, “viver é melhor que sonhar²⁸⁰”, por isso ele expressa o que Marx e Engels (1998) expuseram a respeito da constatação da organização corporal, ou seja, somos seres corpóreos, e as condições de vida para fazermos a história perpassam pela satisfação das necessidades (comida, roupa, moradia etc.), e outras coisas a mais (realizar sonhos, por exemplo).

O domínio de um tempo não qualitativo ao desenvolvimento humano é patente, a partir dos registros que obtivemos pelo uso da plataforma digital *Strava* durante a *flânerie* ciclística. O mencionado aplicativo requer a autorização para acessar o GPS do usuário em tempo real,

²⁸⁰ Trecho da música “Como nossos pais”, de autoria de Belchior, que foi eternizada na interpretação de Elis Regina. In: BELCHIOR. Como os nossos pais. **Alucinação**. Rio de Janeiro: Gravadora PolyGram, Selo Philips, 1976. (Faixa 3). Acessado e disponível na plataforma digital de *streaming Deezer*.

monitorando todas as rotas realizadas. É uma vigilância que os aplicativos dos entregadores também impõem. O tempo total à disposição do aplicativo destaca-se e ratifica o cumprimento de uma jornada aproximada de oito horas²⁸¹. Existe a variável do deslocamento para chegar ao local e para retornar às suas casas, e muitos disponibilizam um maior tempo *on-line*. Geralmente, os entregadores ciclistas de aplicativos moram em locais mais distantes da área privilegiada dos usuários do serviço de *delivery* em Aracaju, por essa razão percorrem distâncias maiores nesse deslocamento.

Diário de um pretense pesquisador <i>flâneur</i>				
Data da <i>flânerie</i> ciclística	Distância (km)	Tempo em movimento (pedalando)	Tempo total (contabilizando espera e entregas)	Velocidade (Km/h)
09/12/2020	24,13 km	1h 27min 32 s	4h 30min 11 s	15,75 km/h
10/12/2020	33,36 km	2h 15min 01 s	8h 01min 47 s	14,8 km/h
18/12/2020	15,71 km	1h 03min 00 s	8h 21 min 00 s	15 km/h
09/02/2021	11,32 km	39min 51 s	4h 04min 34 s	17,1 km/h
30/04/2021	21,35 km	1h 13min 54 s	8h 22m 44 s	17,3 km/h
03/05/2021	45,64 km	2h 40min 10 s	7h 58min 10 s	17,1 km/h
06/05/2021	24,45 km	1h 30min 14 s	6h 14min 22 s	16,3 km/h
24/05/2021	11,73 km	40min 06 s	5h 37min 21 s	17,6 km/h
25/05/2021	22,65 km	1 h08 min 03 s	4h 05min 38 s	20 km/h
26/05/2021	18,4 km	48min 01 s	3h 35min 45 s	23 km/h
27/05/2021	19,35 km	1h 10min 22 s	4h 20min 57 s	16,5 km/h

Tabela 3 – Registros da *flânerie* ciclística pelos aplicativos *Strava* e *Relive*. Elaboração própria. Fonte: Trabalho de campo.

Nossa subsistência não dependia desse trabalho, mas ainda assim compartilhamos da ambiência tensa dos que se predispunham a realizar entregas, baseados no princípio da incerteza. Nosso aplicativo de registro de atividade física monitorou todos os nossos deslocamentos, tal qual o *iFood*, *Rappy* e similares fazem em relação aos entregadores. Os

²⁸¹ Para os nossos propósitos, vamos considerar os registros dos dias 30 de abril, 3 e 6 de maio de 2021, quando, para fins de uma captação mais precisa do cotidiano e rotinas dos entregadores, acompanhamos exclusivamente A. As datas anteriores e posteriores a esse período delimitado tiveram uma outra dinâmica de acompanhamento e observação.

pressupostos do *novo capitalismo* têm sua síntese no lema “responsabilizar os outros para melhor se desresponsabilizar” (Chamayou, 2020, p. 299). Portanto, não há razões para reclamar; afinal, ao aceitarem os *termos e condições de uso*, os entregadores declaram que fizeram a leitura e concordam expressamente sem ressalvas ou reservas com os termos propostos. A concordância integral e inquestionável é a condição exigida para utilizarem a plataforma. Podemos apreender, ainda acompanhando Chamayou (2020), que estamos diante do paradoxo de uma autonomia da heteronomia.

Quaisquer pretensões do *corpo próprio* proposto se desvanecem. Da sua instigante reflexão sobre a liberdade, com efeito Merleau-Ponty (2006, p. 582) explicita-nos:

Também é inconcebível que minha liberdade possa ser atenuada; não se poderia ser um pouco livre, e, como se diz frequentemente, se motivos me inclinam em uma direção, de duas coisas uma: ou eles têm a força de me fazer agir, e então não existe liberdade, ou eles não a têm, e então ela é inteira, tão grande nas piores torturas quanto na paz da minha casa.

Se os motivos que levam pessoas a disponibilizarem seus *corpos-emprego* às plataformas digitais são forças geradoras da ação, afirma-se que não há liberdade, uma vez que a necessidade impõe-se sobre elas. Mas se a direção ao agir não é impulsionada por motivações, torna-se, assim, um entregador ciclista de aplicativo, submetendo-se voluntariamente a uma tortura psicofísica, seria a prova cabal da liberdade? A afirmação de que há liberdade ilimitada na *sociedade do cansaço* precisa ser posta em xeque.

A contribuição de Reich (1976) é acurada ao observar a liberdade sob os aspectos positivo e negativo. Para ele, o agir conformador é o aspecto cruel do renunciar, por negar as possibilidades de um agir transformador. O *ethos* do *empreendedorismo de subsistência* sob a aparência da liberdade ilimitada e das *novas técnicas de poder* vem capturando corações e mentes no sentido de, em vez de levarem os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* a reagirem frente às condições de exploração disfarçadas de oportunidades, levam-nos à resignação e a uma aceitação da responsabilidade individual pelos êxitos ou fracassos nas suas existências. Eis a *(auto)exploração*. Estamos diante de uma clara manifestação da liberdade em sua acepção negativa. O solapamento das lutas coletivas e dos sindicatos encontrou no princípio de renúncia, sob a ilusão da escolha, uma maneira eficaz, nociva e estúpida de cultivar o reacionarismo (Reich, 1976).

Prevalece aos corpos periféricos e cindidos o estatuto no qual “a responsabilização é também o nome do adiamento da contradição na vida psíquica dos indivíduos, o de uma nova figura da consciência infeliz associada a uma forma de *governo pelo dilema* (Chamayou, 2020,

p. 302 grifo do autor). É importante frisarmos que a *pedagogia do algoritmo* incide sobre eles à maneira de um conjunto de técnicas dos corpos supérfluos. Ao partirmos de Mauss (2003), se a atividade da consciência é mediada por um sistema simbólico, diríamos que se tudo em nós é fruto de uma imposição, as pessoas sob essas condições de trabalho passam por um adestramento da sua corporeidade, a fim de adquirir a capacidade de responder às demandas do rendimento que a atividade lhes exige.

Há o desenvolvimento de destrezas que se manifestam no sentido da naturalização à precarização do trabalho ao responderem com seus corpos às necessidades da vida, numa assunção da precariedade como norma das suas existências. A patologia social do neoliberalismo forja uma visão de mundo turva ao erigir o empreendedor como arquétipo do sujeito dotado por sua razão, preocupado demais em autogovernar-se e geralmente alheio às condições objetivas e opressivas que recaem sobre os seus ombros. As *novas técnicas de poder* têm mostrado eficácia conforme a exemplificação reichiana de duas pessoas com fome, pois, ao enfatizarem a ideia do empreendedor, têm levado os sujeitos à condescendência da situação social.

Trabalhar com entregas por meio de aplicativos não traz uma percepção dos sujeitos tão afeita à alguma aprendizagem significativa. Esta afirmação encontra ressonância nas falas dos entrevistados, porém, ainda assim, encontramos algumas respostas que reconheceram pontos positivos e apreciáveis sob o crivo das suas experiências sociais. Dentre o que foi possível apreenderem como válidos, a falas destacaram: habilidades comunicativas, relações interpessoais, o conhecimento das ruas, paciência, organização, humildade, contato real com a precarização etc.

Contudo, é preciso reforçarmos que o desconhecimento dos entrevistados sobre a tentativa de organização classista por meio do *Movimento Entregadores Antifascistas*²⁸² comunga com o momento de apatia e resignação. Acena-se no horizonte a possibilidade de vencer sozinho mediante os próprios esforços, dedicação e foco, não havendo motivos para se envolver ou se engajar com as demandas coletivas. Todavia, em consonância com Reich (1976), essa ausência de motivos transforma-se numa barreira à consciência de classe por se sustentar na ordem neoliberal e no individualismo.

Podemos acompanhar Huws (2017) quando se refere às habilidades combinadas. Uma vez que o trabalho dos entregadores ciclistas de aplicativos exija-lhes destreza física ao pedalar,

²⁸² Esse movimento foi pouco destacado na mídia tradicional. Apesar da velocidade e alcance dos meios digitais, ele não demonstrou força para mobilizar a categoria dos entregadores, e que estes, apesar das exceções, geralmente estão alheios a essas questões.

há uma combinação com alguma exigência de elaboração mental, como por exemplo, decidir uma rota melhor que aquela traçada pelo GPS ou compreender a interface do aplicativo. Podem ainda ser agregados à combinação aludida, o compromisso ao seguir as diretrizes dos *termos de condições e uso*, além de cumprir os requisitos para as entregas. O principal é manter o foco e concentração, sempre atentos à dinâmica e perigos do tráfego nas ruas, num permanente estado de prontidão.



Figura 12 – O pesquisador *flâneur* pela ótica do entregador ciclista *flâneur*.

Fonte: Trabalho de campo. Registro fotográfico espontâneo de A., realizado em 06 de maio de 2021.

As técnicas dos corpos precários encontram, no ideário *fitness* e da aptidão física veiculados, um certo aporte que exprime as relações sociais contemporâneas. Tais relações sociais têm, ainda que relativamente, alguma margem de interferência e conformação por uma consciência infeliz em que os sujeitos encontram satisfação diante das injustiças, apresentando dificuldades de agirem contra essas situações opressoras (Marcuse, 2015). Dialogando com Reis (2023, p. 160) a partir da sua pesquisa junto aos motoristas de aplicativos, podemos correlacionar que

a precarização da forma de trabalho em suas instâncias objetivas é determinadamente clara nesse caso, em suas faces de controle do corpo, do tempo para trabalhar ao tempo para descansar, porém o que a de se atentar ainda mais é sua forma de constrangimento, de ‘expição’ do indivíduo em

seus múltiplos níveis, desde a forma direta em saber das necessidades vitais do organismo físico até a proibição taxativa do alívio do corpo, gerando uma ‘mente precarizada’ que se forma ao redor da sua existência laboral.

Pedalar todos os dias vários quilômetros com uma *bag* nas costas, além de oferecer um trabalho a pessoas desocupadas, tem o duplo benefício de combater o sedentarismo e promover a saúde. Esse seria um possível ponto de vista dos que pregam o *solucionismo tecnológico*. Não podemos esquecer que a interação com a interface digital não deixa de exigir dos corpos que atuam sob a formalização da informalidade uma boa aptidão física. As manifestações expuseram a perda de peso, melhora na resistência, aumento na musculatura dos membros inferiores, velocidade, aumento no desempenho – se comparado ao começo –, combate ao sedentarismo e melhor condicionamento físico. Estes pontos exprimem algo em comum na exposição dos entrevistados.

No transcorrer da *flânerie*, observamos que os entregadores ciclistas de aplicativos utilizavam bicicletas que não atendiam às recomendações ergonômicas²⁸³ – algo corriqueiro para eles. Este fato, a médio e longo prazos, poderia ocasionar danos à saúde, sobretudo no desenvolvimento de problemas posturais e dores nos joelhos. Levamos em consideração nossa incipiente experiência de uso da bicicleta para fins de lazer, o que nos conferia alguma adaptação ao ato de pedalar. Della Fonte (1996) traz um olhar crítico sobre a aptidão física, cuja apreensão é traduzida popularmente por uma boa forma, sendo essa uma capacidade de resistir à fadiga, durante a realização de atividades variadas, a exemplo das laborais, as rotineiras, as de lazer, enfim, todas que exijam algum esforço físico. Acompanhem os relatos destacados:

Eu ganhei mais perna, né. Porque antes eu era um pouquinho mais magrinho. Mas de tanto pedalar, eu fiquei com mais massa muscular nas coxas. Mas no longo prazo minhas articulações do joelho, começaram a doer de vez quando, e aí quando doía eu comecei a parar, né (A., Entrevista concedida em 08 de junho de 2021).

Ou ainda:

Eu enxerguei mais benefícios. Porque como eu trabalhava no supermercado, aí era muita poeira e eu sou asmático, e tenho rinite, e minha asma era direto. E eu vi que minha asma se controlou mais, após eu começar a pedalar. Eu consigo manter um ritmo maior hoje, por conta da pedalada. Coisa que anteriormente eu não conseguia. Me sentia como se fosse um menino novo, só que sedentário, e hoje não (W., Entrevista concedida em 27 de julho de 2022).

²⁸³ Há uma recomendação ergonômica que se refere ao uso da bicicleta para fins esportivos de *performance*, lazer e uso diário que se baseia nas medidas da altura/estatura do ciclista para o tamanho do quadro adequado correspondente. A justificativa desse princípio é evitar lesões e dores nas costas e joelhos.

A *smartificação* que adjetiva a IA das TICs onipresentes e oniscientes no cotidiano revelam-se, no seio da vida *smartificada*, como fortes ferramentas que consomem na *sociedade tecnológica avançada* a administração total pelo algoritmo – que é fruto de uma prévia programação intencional. Imersas numa existência *smartificada*, as TICs passam a interferir na capacidade de decisão e escolhas e a concorrer com essa capacidade. Deve ficar claro que não estamos abordando aqui os sujeitos como meras marionetes, mas, sim, as possibilidades diante das atuais condições objetivas. Entretanto, no momento não apresentam esboços de reações mais contundentes; ao contrário, vigoram a conformação e uma maior inclinação à sujeição a certos corpos.

O enaltecimento ao trabalho digital precisa passar pelo crivo da crítica social, pois a condição humana na *sociedade tecnológica avançada* repercute em caráter psicofísico, como o relato que segue: “eu emagreci bastante, né. Eu tenho cinco meses no *iFood*, acho que eu já emagreci uns 15kg, cara, uns 15kg, viu. Não é brincadeira, não” (B., Entrevista concedida em 10 de agosto de 2022). Nas alterações corporais involuntárias percebidas, quem pedala para sobreviver compreende, de uma maneira não muito prazerosa, que não há nada de lúdico no uso dessa máquina potencialmente emancipatória, cria da *segunda Revolução Industrial*.

O sentido reichiano da liberdade negativa está *pari passu* à alternativa da vida *smartificada* neoliberal; ou seja, “a liberdade do capital se realiza por meio da liberdade individual. Desta maneira, o indivíduo livre é rebaixado a órgão genital do capital (Han, 2020, p. 13). A fim de fugir desse rebaixamento a mero reprodutor do capital na esfera da *consciência de si*, ao autoproclamar-se um empreendedor, um *self-made-man* que está no controle do seu destino, demonstra-nos que não apenas a ciência e a política, como descreveu Max Weber ou o ócio atribuído por Thorstein Veblen, são vocações de alguns predestinados.

Aos *desvalidos do novo capitalismo* resta, por um lado, a conformidade da vocação à servidão voluntária, sob o estatuto da liberdade individual em serem *patrões de si mesmos*; por outro, o sentido involuntário da servidão; afinal, as asas do anjo da história, apesar de impulsionarem-no ao irrefreável futuro, não tiram seu olhar perplexo à barbárie social que tomamos como mero acontecimento (Benjamin, 2012). Estamos afirmando que não se chega imediatamente ao âmago dos processos e variáveis que atuam na formação da experiência subjetiva das pessoas que são levadas a trabalhar com os aplicativos.

O que buscamos foi uma aproximação compreensiva e diagnóstica provisória, partindo das variáveis elencadas por Wrigth (2015), no que toca às condições de trabalho. Portanto, temos a clareza de onde os entregadores ciclistas de aplicativos estão localizados no seio das relações de classe, as quais não devem ser ocultadas, apesar da pretensão empreendedora

conferida aos sujeitos. A autonomia conferida a esses trabalhadores é reveladora das relações de poder na sociedade capitalista. Sobre esta questão, Adorno (2001) afirma que o princípio unificador de todo poder era fruto da conversão do poder econômico em poder social, plasmando a predestinação irracional que se baseia numa coesão pautada na horrenda desigualdade social e econômica.

Derivam-se efeitos sociais, psíquicos e físicos que o capitalismo contemporâneo promove indelevelmente aos corpos supérfluos, periféricos e invisibilizados – em particular, na fração aqui representada pelos entregadores ciclistas de aplicativos aracajuanos em sua singularidade. Devemos também considerar que o incentivo ao empreendedorismo à maneira de um *ethos* mostra eficácia na ocultação da exploração objetiva em face da introjeção da *(auto)exploração*. Suas percepções ao manifestar como se sentiam ao retornarem as suas casas, após a jornada de entregas, foram elucidativas: *cansaço*, mente desanimada, revigorante, satisfatório quando as entregas são realizadas, exaustão física e mental, confiança etc. Elas formam uma síntese do que exprimiram os depoentes. Logo depreendemos que, sob um tempo de trabalho empobrecedor, o tempo liberado das atividades produtivas segue essa tônica.

Para os *desvalidos* contemporâneos, a alternativa de explorarem-se a si próprios como uma empresa (*corpo-emprego*) não é apreendida como falta de sorte, ou desamparo, mas como uma oportunidade de jogarem e conquistarem um resultado favorável. Cada um oferece aquilo de que dispõe aos que se encontram destituídos de recursos financeiros; sendo assim, nada mais natural do que serem fiadores dos próprios corpos. Disfarçado de livre iniciativa, o trabalho com os aplicativos tem como par um tempo livre, tempo liberado ou ócio – quando não se está *on-line* – empobrecedor da experiência subjetiva e atenuador da percepção das desigualdades social e de classe.

Considerando-se as restrições advindas das medidas sanitárias de controle da pandemia, a *flânerie* e os relatos dos depoentes indicaram uma função utilitária desse momento, quando não estavam *on-line*; afinal, ter uma vida repleta de sentido no trabalho e conseqüentemente uma extensão à vida fora dessa dimensão não está em afinidade com os princípios morais e éticos da razão neoliberal.

Trazendo Marx (2004, p. 141) mais uma vez, seus comentários sobre a ascensão da época industrial que presenciou, dois tipos ascéticos podem ser ilustrados sob a *sociedade tecnológica avançada*: o avaro (o que usufruía, esse equivale ao empreendedor neoschumpeteriano) e o escravo (que produzia, o correspondente ao *empendedor de subsistência*). Não restam dúvidas de que “ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, só é permitido querer viver para ter”. Embora o contexto seja outro, os fundamentos e princípios sob o

capitalismo de plataforma e vigilância têm por base a autorrenúncia e/ou renúncia à vida, uma vez que a pressão por desempenho exercida pelos *patrões sem rosto* é contraproducente a uma vida decente e plena.

À guisa de um incipiente epílogo, a vocação empreendedora confirma a ascense prevista aos que se *(auto)exploram*. Para o segmento dos entregadores ciclistas de aplicativos, um dos desejos explicitados era adquirir uma motocicleta e ascender ao *status* de *motoboy*. Tal mudança de *status* atestaria que eram vencedores, guerreiros e guerreiras resilientes como se apregoa.

A entrevista semiestruturada foi um dos instrumentos do trabalho de campo, cuja riqueza é um ordenamento maleável das questões e perguntas, permitindo que novas questões e perguntas, além das previstas no roteiro, sejam lançadas conforme as respostas. A esse respeito, acompanhemos a seguir o relato sobre uma competição/desafio promovido aos entregadores OLs de uma das prestadoras de serviço ao *iFood*, quando solicitamos ao entrevistado uma melhor explicação sobre o fato:

Eles têm uma espécie de funcionários, né, eles prestam serviço para o *iFood* e a gente presta serviço para eles. Eles têm aqui em Aracaju, Maceió, Paulo Afonso e Arapiraca. Aí em janeiro eles vieram, porque a sede é em Maceió. Eles vieram para cá e falaram de um campeonato que iria rolar para os bikers, e também outro que era para moto e bike. Só que assim, não era quantidade de corrida. *Você tinha que ficar um mês sem folgar, trabalhar de domingo a domingo e você tinha que manter o seu tempo on-line, ou seja, você não podia ficar off-line de jeito nenhum. Desligar o GPS, nem pensar, nem nada. Você tinha que ficar ali, arrumar um carregador portátil, chuva ou sol, você tinha que estar ali. Tinha que estar com internet muito boa. Porque no iFood se sua internet oscilar e você receber um chamado, aí conta como rota rejeitada. Se você pegasse uma rota rejeitada, era menos dois pontos, e aí também, tem a questão de que quando você aceita corrida, você tem a previsão para chegar no estabelecimento. Se naquele tempo você não chegar, chama deslocamento, você perde a corrida. Não poderia acontecer isso, de jeito nenhum, era menos um ponto e meio. Você tinha mais possibilidade de perder ponto, do que ganhar, e aí para ganhar, só se você escolhesse, tipo, quero rodar manhã e tarde. E a noite muita gente abria mão, porque ninguém gosta de rodar de noite, até tarde, e aí quando surgir uma vaga, você ali, olhe, quero rodar de noite. Aí você ganhava zero ponto trinta, nem um ponto era. Você ganhava. E aí você ia encorpando, encorpando, subindo posições. E aí com, acho que sete, oito dias no campeonato, eu peguei a primeira colocação. Aí fui mantendo, mantendo, mantendo. Passou quinze dias, aí minha internet oscilou, ali no estacionamento da sementeira²⁸⁴, minha internet oscilou. Eu peguei um rejeito, desci para terceiro e aí eu fui, mantive, mantive a pegada. Disse não, eu vou conseguir, se for para ser minha, eu vou conseguir. Mantive a pegada, faltando dez dias, um *biker*, também, lá de Paulo Afonso, ele não conseguiu manter o tempo *on-line* dele. Desligou o GPS. Aí eu subi para segundo.*

²⁸⁴ Alusão ao Parque Augusto Franco, mais conhecido como Parque da Sementeira, localizado na região do bairro Jardins, e uma espécie de local de espera, onde muitos entregadores ficam no seu entorno aguardando os chamados para as corridas.

Quando faltou dois dias para acabar o campeonato, o primeiro colocado, a internet dele oscilou e ele pegou três rejeitos de uma vez só. E aí como não era obrigatoriamente você fazer corrida, era só ficar *on-line*. No último dia de campeonato eu fiquei *on-line*, o dia todo no *Wi-Fi*, que eu disse, olhe, agora não vai cair de jeito nenhum, está no *Wi-Fi*. E aí eu fiquei o dia todo em casa, quando foi na quarta-feira saiu o resultado, eu ganhei a habilitação. Fiquei muito feliz e grato até hoje, por isso (W., Entrevista concedida em 28 de julho de 2022).

Temos na longa exposição a ratificação da consciência infeliz perpassada por *dispositivos de saber-poder instrumentário*, aos modos de ser, pensar e agir. O entrevistado confirmou-nos que havia feito a prova teórica e já estava com data marcada no Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe (DETRAN/SE) para a realização da prova prática, a fim obter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), categoria A, que lhe credenciaria a conduzir veículos de duas (motocicletas) ou três rodas (triciclos). Um passo essencial para a realização do seu desejo de ascensão no *empreendedorismo de subsistência*, e o melhor, tudo custeado sob a pechincha de permanecer durante um mês inteiro com aplicativo *on-line*. Tal competição, conforme relatado, foi sugestiva de um experimento social ao modo *Reality Show*, o prêmio em tela – a CNH –, e para conquistá-la, demonstrou todo potencial de uma experiência social precária na constituição do *habitus*, e a prevalência de uma autonomia da heteronomia.

A consciência infeliz supracitada remete-nos a uma breve digressão ao relato-apólogo de Heródoto, que descreveu a situação dos escravos dos citas²⁸⁵, cujos olhos eram vazados para que melhor se submetessem à escravidão e à tarefa de ordenhar o gado sob a formação social escravagista. A este respeito, Rancière (2018) diz-nos que houve uma geração desses escravos que nasceu e se desenvolveu com os olhos abertos, e assim eles perceberam que eram iguais aos seus senhores, levando adiante uma revolta feroz. Esse autor continua enunciando que durante o embate, um dos senhores compreendeu que rechaçar os escravos pela força seria contraproducente, ao empregar meios similares entre desiguais. Então solicitou aos seus iguais – os senhores – que eles baixassem suas armas e empunhassem os chicotes usados nos cavalos. Ao verem seus oponentes com os chicotes nas mãos, os escravos fugiram abandonando a luta.

Se na sociedade disciplinar o exercício do domínio ocorria de uma maneira próxima à coerção que os senhores imputavam aos citas, incidindo diretamente sobre os corpos a fim de dobrá-los, no *novo capitalismo*, os próprios *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* empunham os chicotes contra si mesmos, consumando a *(auto)exploração* e arrefecendo a luta.

²⁸⁵ Pastores nômades e equestres de origem iraniana, que na antiguidade ocuparam a estepe pântico-cáspia, conhecida à época com Cítia.

Do *tripalium* da escravatura, ao *labor* da burguesia, o uso dos corpos passou por diversas configurações diante da dinâmica societal. Do escravismo à servidão e desta ao trabalho na sua acepção moderna, quando o desenvolvimento técnico-científico alimentou o sonho de libertação do castigo de trabalhar realizando *esforço muscular-nervoso* para satisfazer as necessidades elementares da existência, confirmou-se o esvaziamento de quaisquer finalidades sociais e emancipatórias do capitalismo.

Na contemporaneidade, o uso dos corpos migra do dispositivo da eficácia lastrado na disciplina adestradora dos corpos, rumo à autodisciplina gestora das mentes (Dardot e Laval, 2016). Ainda sobre essa questão, verificamos que “o apelo à liberdade de produzir e consumir ganha novas formas, próprias ao humano como capital e à exaltação do efêmero, fortemente tensionado pela totalização regressiva que produz em larga escala a escassez” (Castro, 2020, p. 358).

Os *empreendedores de subsistência* aqui representados pelos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), que se movem e pedalam no *processo de vida real* frente aos seus dilemas e necessidades, são sujeitos ativos das suas histórias. Contudo, a ambivalência em face da emancipação que uma *sociedade tecnológica avançada* e suas máquinas inteligentes poderiam proporcionar, aponta mais ao que Agamben (2017) conjectura sobre uma possível congruência constitutiva entre escravidão e técnica, o que não é tomado por novidade, pois não seria ilógico admitirmos o posicionamento diante de uma nova e inaudita forma de escravidão.

O acelerado crescimento, disseminação e a forma como utilizamos e nos relacionamos por meio das TICs no cotidiano fazem repercutir essa lógica no bojo das relações sociais. Portanto, prosseguem as visões de mundo, sociedade e indivíduos calcadas nos privilégios de classe, expressando uma crassa vinculação da liberdade negativa, independentemente da posição na estratificação social.

Sobre os *novos desvalidos* em tela e seus corpos supérfluos socialmente necessários, a narrativa da exaltação ao empreendedor (*neossujeito*) e ao empreendedorismo (estilo de vida), numa pressuposição de igualdade e oportunidades vãs, ignora um detalhe crucial: toda peleja relatada de forma empolgante anteriormente por W.²⁸⁶ indica que muitas pessoas têm em seus corpos o único bem ou capital disponível para empreender. Simplesmente a vontade livre assenta-se no que os sujeitos neoliberais podem fiar como moeda de troca; em geral, pagam o preço com o sacrifício dos seus corpos na *sociedade do cansaço*, ao tempo que evidenciam um certo orgulho pelos feitos alcançados,

²⁸⁶ W., Entrevista concedida em 28 de julho de 2022.

porque não adianta você ter o sonho de uma moto e não ter habilitação. É a mesma coisa que você ter uma Ferrari e não saber dirigir. Então, foi um campeonato, muito, muito, muito bom. Não teve enrotação, assim, eles provaram [...] Eles mandaram imediatamente o valor total da habilitação, com taxa e tudo. E eu estou aí, na luta (W., Entrevista concedida em 28 de julho de 2022).

Seria conformidade ou resistência? Para Marx e Engels (1998a, p. 92), “é somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo possui os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; é somente na comunidade que a liberdade pessoal é possível”. Sem dúvida eles estão lutando, e a sobrevivência diante do olho da barbárie requer capacidade de adaptação às novas exigências.

Ainda se encontra no plano do devir o desenvolvimento pleno das faculdades capazes de impulsionar a liberdade pessoal sob uma demanda comunitária e coletiva, haja vista a tendência ao isolamento e fechamento em si mesmo; ou, como afirmara Eherenberg (2010), cultiva-se uma heroização do empreendedorismo. Afinal, se qualquer coisa pode ser objeto do ato de empreender, com o corpo não seria diferente. A criação pessoal está ao alcance de todos, basta querer. Enquanto isso, a condição objetiva possível de reação numa sociedade de classes, balizada por princípios orientadores da *economia do compartilhamento* vigentes, oculta o antagonismo das classes, em que certos corpos, particularmente os periféricos e seu caráter prescindível, sempre pagam e assim não se vislumbram, ainda, quaisquer horizontes emancipatórios onde vigora o heroísmo de si (Ehrenberg, 2010).

Resta-nos esperar no sentido benjaminiano da rememoração: que os atos e as vozes dos oprimidos e perdedores da história, sem *glamour* ou apelos heroicos, possam obter capilarização e ressonância em detrimento dos rasos e superficiais discursos *coaching* amplamente disseminados e facilmente assimiláveis sobre o simplismo de que bastam persistência e força de vontade para vencer.

Recorreremos mais uma vez a Rick, personagem que representava um trabalhador análogo aos nossos entregadores ciclistas de aplicativos. Ele foi vítima de um assalto e de agressões físicas enquanto exercia a atividade, quando o controle ubíquo do seu *scanner* ditava impessoalmente o ritmo das tarefas e quantidades das entregas a cumprir. Apesar do apelo da mulher e filhos, após retornar do hospital onde foi atendido, ficar um dia sem trabalhar seguindo as recomendações médicas não era uma opção plausível e possível, pois acumularia mais dívidas referentes às diárias do veículo alugado e não faria os valores necessários. Mesmo muito machucado e à revelia dos pedidos familiares diante das suas condições físicas, além do

psíquico abalado pela violência sofrida, o herói de si que era não podia hesitar; saiu às escondidas para que seu *corpo-emprego* não tivesse um dia improdutivo.

Bourdieu (1983), em suas incursões ao esporte na sociedade, apreendeu sagazmente o *ethos* esportivo nos termos de um capital simbólico, que resultava em alguns *lucros de distinção*. Porém, a distinção entre o uso dos corpos é evidente entre as classes sociais, posto que analogamente a Rick, os entregadores ciclistas de aplicativos explicitam uma relação instrumental. Essa ascese precária, baseada no sacrifício pessoal como o caminho para as gratificações *a posteriori*, tem na gamificação um forte apelo devido à exploração do *ethos* esportivo aludido.

Ao pressupor, através do princípio concorrencial, afirma-se que a competição contra si mesmo equilibra muito bem o sentido esportivo captado por Elias e Dunning (1992) em que a mobilização de certa excitação emocional controlada ao correr riscos assenta-se numa expectativa prazerosa acerca de uma incerta gratificação. Arriscar-se é preciso, viver nem tanto. Os autores nos lembram, pela ótica dos esportes, que se a contenda consagrar rapidamente um vencedor, a tensão-emoção do prazer não é durável. Talvez, por essa razão, eles aceitem tacitamente o *sentido do jogo*, analogamente à aceitação aos *termos e condições de uso* das plataformas digitais. É preciso sofrer, dizem os *Coachs*, para a vitória ser mais valorizada.

Os sujeitos que compuseram a amostra da presente pesquisa expuseram certa conformidade – apesar de alguns vislumbres críticos – aos princípios da *sociedade tecnológica avançada*, e aqui fazendo uma adequação ao que Marcuse (2015, p. 61) submeteu ao crivo da reflexão filosófica a partir da *sociedade industrial avançada*, não obstante os avanços técnico-científicos, encontramos-nos sob uma *escravidão digital-algorítmica*. Entretanto, “[...] as coisas dão ritmo mais que oprimem e transmitem seu ritmo ao instrumento humano – não apenas a seu corpo, mas também a seu espírito (*mind*) e até mesmo a sua alma”.

O *habitus* constituído por experiências sociais precárias plasma-se na assunção aos riscos assumidos pelos trabalhadores informais e seus *corpos-emprego*, com tentáculos que chegam aos seus âmagos. Desta forma, esses constituintes de um exército-massa dos excluídos da sociedade que na busca de conferir sentido às suas vidas, vão sobrevivendo diante da catástrofe social, acreditando realizarem atos heroicos através do modo de vida pautado na *viração*.

Mas não devemos esquecer que “a empresa, quando adquire o sentido de ação de empreender, simboliza o gosto pelo risco e pela *performance*; torna-se um modelo de ação” (Ehrenberg, 2010, p. 51 grifo nosso). Nesse cenário, o modelo de ação racional citado anteriormente se dirige a fins pragmáticos e utilitários, expressam uma *práxis* fetichizada. Não

é de nos admirarmos, em consonância com Fromm (1963), que a patologia social da razão neoliberal põe obstáculos a uma perspectiva de sociedade não baseada na exploração para fins alheios ao pleno desenvolvimento humano e com um fim em si mesmo, diante de todo conhecimento e avanços tecnológicos historicamente produzidos e acumulados, mas que efetivamente não promovem a emancipação, visto que seus vínculos reforçam a dominação social.

Em *Os desvalidos* da literatura periférica, o sujeito ainda analógico e benthamiano representado por Coriolano, em meio ao desabono de ser seu próprio patrão, encontrou, por um breve momento da sua trajetória, alguma tranquilidade e a estabilidade que os *empreendedores de subsistência* podem experimentar. E malgrado o predomínio dos sujeitos digitais e de desempenho contemporâneos que se arriscam diante das incertezas, a exclamação do nosso herói reverbera à maneira de um desejo de todos aqueles que são corpos supérfluos em qualquer época da *civilização capitalista*: “se sempre sonhei com um serviço mais maneiro de que o diabo da enxada, agora tinha esse de me encher as medidas!” (Dantas, 2012, p. 194). Infelizmente, a má sorte, o desamparo e o sofrimento o acompanhavam, evidenciando que “o mundo é um lugar malsão!” (Dantas, 2012, p. 248).

O desafio consiste em como levar os oprimidos e perdedores a uma apreensão do *processo de vida real*, superando essa patologia social que impregna os modos de ser, pensar e agir, de tal forma que não se confundam com os vencedores da história, uma vez que “em cada época, é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (Benjamin, 2012, p. 243-244).

Esse passo é crucial para que, em vez de *patrões de si*, os óculos adequados lhes permitam se tornarem sujeitos dos seus desígnios, uma necessária superação do *tipo humano homem burguês*²⁸⁷ em sua manifestação identitária de *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*, para além da égide do neoliberalismo, a fim de nos aproximarmos do que Löwy (2005), interpretando a *Tese VI, Sobre o conceito da história*, de Walter Benjamin, compreende como a necessidade de ruptura às visões cristalizadas e cômodas do progresso ininterrupto da história.

Para Marcuse (2015), trata-se de recuperar a compreensão da posição negativa das classes sociais, especialmente da classe trabalhadora ou *classe-que-vive-do-trabalho*, que no

²⁸⁷ A proposição de Konder (2000) está para além da categoria sociológica do detentor dos meios de produção. O tipo humano que inclui diversas variantes refere-se a todos os seres humanos que são perpassados pelas condições objetivas e subjetivas da sociedade burguesa hegemônica e vigente, portanto, a autossuperação deve ser encaminhada em níveis teórico e prático.

momento encontra-se dispersa em meio à *viração*, especialmente os que desenvolvem sua atividade de produção/reprodução da vida, através da mediação de plataformas digitais. Aqui a perspectiva de agência ou de uma capacidade de fazer dos sujeitos não é negligenciada, mas coaduna com o agir e/ou ação humana no processo histórico, lembrando a ponderação marxiana de que não há teleologia na história. Apesar das conformidades e submissões, há resistências, lutas e contraposições, explicitando-se que essa nova configuração de classe em meio às relações de trabalho em voga está (re)fazendo-se em termos da sua experiência social de classe, a fim de superar a precariedade imposta.

O próximo capítulo constitui-se numa singela produção audiovisual, um recorte dos registros do trabalho de campo, que apresenta parcialmente um olhar sobre a atividade dos entregadores ciclistas de Aracaju (SE), ressaltando e reforçando, por meio dessa forma de linguagem, toda discussão e análise realizada.

4 – A *FLÂNERIE* NA CONSTRUÇÃO DE UMA CARTOGRAFIA DA EXPERIÊNCIA SOCIAL DOS ENTREGADORES CICLISTAS DE APLICATIVOS DE ARACAJU (SE)

Já devem ter notado que Sísifo é o herói do absurdo. Tanto por causa de suas paixões como por seu tormento. Seu desprezo pelos deuses, seu ódio à morte e sua paixão pela vida lhe valeram esse suplício indizível no qual todo o ser se empenha em não terminar coisa alguma. É o preço que se paga pelas paixões desta Terra. Nada nos dizem sobre Sísifo nos infernos. Os mitos são feitos para que a imaginação os anime.

(Albert Camus, O mito de Sísifo, 2020).

Este capítulo é um tipo, por assim dizer, de produto, a saber, um vídeo-síntese. Nele consta em forma de recorte uma edição do que julgamos importante expor acerca do que foi registrado durante a realização desta pesquisa por meio do trabalho de campo, com excertos de entrevistas, alguns registros fotográfico e iconográfico, além da cartografia em movimento proporcionada pelos aplicativos *Strava* e *Relive*, que, a exemplo de toda plataforma digital, exigiu como contrapartida a aceitação tácita dos *termos e condições de uso*. A edição do material também foi realizada por meio dos aplicativos *Kinemaster* e *Blink*, ferramentas de editoras de vídeos disponíveis na *Playstore*.

Advertimos que a expressão, utilização e apresentação desse recurso audiovisual não objetivam substituir a interpretação sociológica da tese, mas condensam, por meio dessa forma de linguagem, uma possível cartografia recortada e as vozes dos entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), num dado momento do (re)fazer das suas experiências sociais de

classe. Há trechos que foram, inclusive, explicitados no texto, mas falam em forma de áudio que nos impacta de uma maneira diferente, devido à entonação, as pausas, enfim, ao estado emocional dos depoentes.

Na sequência, traremos as nossas considerações finais, a fim de apresentarmos as principais constatações e conclusões, sempre inacabadas e incipientes sobre a problemática levantada, os objetivos e a questão eleitos nesta pesquisa. A provisoriedade aludida refere-se ao movimento dialético do conhecimento em face das possibilidades do (re)fazer-se humano, apesar das circunstâncias.

4.1 – Vídeo-síntese (QR code)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Janaína acorda todo dia às quatro e meia
 E já na hora de ir pra cama, Janaína pensa
 Que o dia não passou, que nada aconteceu
 Janaína é passageira, passa as horas do seu dia
 Em trens lotados, filas de supermercados
 bancos e repartições, que repartem sua vida.
 Mas ela diz
 Que apesar de tudo ela tem sonhos.
 Ela diz
 Que um dia a gente há de ser feliz.
 (Álvaro Biritá, André Sheik, Bruno Gouveia, Carlos Coelho
 e Miguel Flores, “*Janaína*”, Biquíni Cavado, 1998).

Enquanto aguardamos a massificação dos drones no serviço *delivery*, os testes desses equipamentos apresentaram resultados promissores, comprovando sua eficiência. Na Região Metropolitana da Grande Aracaju, precisamente no município de Barra dos Coqueiros, desde janeiro de 2022, os drones trafegam pelo espaço aéreo, decolando do *Shopping Riomar* rumo ao *droneport*²⁸⁸ instalado nesse município vizinho, cruzando o Rio Sergipe²⁸⁹. Embora sejam pilotados remotamente, os drones²⁹⁰ e sua tecnologia *smart* ainda não prescindem dos operadores²⁹¹ – seres humanos e sua mercadoria peculiar, a força de trabalho dos seus corpos.

O incontestável êxito ao encurtar consideravelmente a distância entre o *shopping* localizado no bairro Coroa do Meio e a região supracitada (cerca de 2,8km por via aérea e de 15km por via terrestre) requer uma intermediação da empresa responsável, a *Speedbird Aero*²⁹² junto ao *iFood*, para que na sequência a chegada dos produtos aos consumidores seja assumida pelos entregadores *motoboys* e ciclistas, concretizando a logística.

²⁸⁸ *Droneport* é o aeródromo para as operações de decolagem e aterrissagem dos drones. Resguardadas as devidas proporções, é o equivalente a um heliponto para helicópteros.

²⁸⁹ O Rio Sergipe tem extensão de 210km e atravessa o estado de oeste a leste, desaguando no Oceano Atlântico. Apesar de nascer no município baiano de Pedro Alexandre na Serra Negra, a Lagoa das Areias é uma das suas principais nascentes em solo sergipano, situada no município de Monte Alegre de Sergipe.

²⁹⁰ As regras da ANAC para operação de drones são as seguintes: a) equipamentos com menos de 250g, não exigem qualquer cadastro, b) equipamentos com mais de 250g e até 25kg requerem o cadastro na citada agência, e c) equipamentos com mais de 25 kg exigem habilitação específica.

²⁹¹ O CBO tem no código 781310, a caracterização que se refere ao operador de aeronaves não tripuladas, operador de aeronaves pilotadas remotamente, entre outras. Operador de drone também é uma referência prevista no código para designar esse profissional.

²⁹² De *startup* para *startup*, o *iFood* não dorme no ponto. A premissa original da *Speedbird Aero* era aperfeiçoar o serviço de entregas na área de saúde, medicamentos e amostras de exames laboratoriais. Mas o *iFood* obteve o pioneirismo, tornando-se o primeiro cliente. Disponível em: *Speedbird Aero: startup de entregas por drones capta R\$ 10 milhões e chama atenção da EMBRAER*. <https://imlog.com.br/noticias/speedbird-aero-startup-de-entregas-por-drones-capta-10-milhoes/> Acesso em: 08 de agosto de 2023.

O céu é o limite, considerando-se a missão revolucionária da plataforma digital *iFood*, uma bem-sucedida *startup foodtech*²⁹³. Eis que a escalada das forças produtivas, perpassadas pelo avanço das inovações tecnológicas, comungam aos pressupostos dos modos de ser, pensar e agir impulsionados pela razão neoliberal. O aporte no consumo sustenta a identidade do sujeito consumidor, aliando a tradicional exploração objetiva do capitalismo às novas formas de *(auto)exploração* subjetiva.

Embora o nosso tempo histórico apresente uma dinâmica distinta no que concerne ao desenvolvimento das forças produtivas, Marx (2014), em seus escritos, já enfatizava, a partir da sua empiria, que o consumo era a condição *sine qua non* à realização do valor de uso das mercadorias. Na *sociedade tecnológica avançada*, o *delivery* – ou serviço de entregas – segue em crescente disseminação e capilarização, cumprindo essa finalidade na promoção do deslocamento espacial a fim de conectar as esferas do circuito *produção-circulação/distribuição-consumo*, agregando a cadeia produtiva e a logística de distribuição das mercadorias. Para as *big techs*, conglomerados de empresas leves que representam o *capitalismo de plataforma e vigilância* e personificam o seu *novo espírito*, o *delivery* é um recurso imprescindível ao circuito aludido. A tendência é o seu aprofundamento e massificação.

Convém lembrarmos que as crises sistêmicas do capital jamais foram por escassez; paradoxalmente, manifestam-se por excesso de produtividade. Para haver consumo, precisamos reiterar o óbvio: faz-se mister haver produção, ou melhor, superprodução. Mesmo quando o sustentáculo e modelo da organização do trabalho balizava-se predominantemente no padrão fordista, marcado pela produção em massa que delineou o pós-guerra (1945), sob o aporte dos princípios da intervenção estatal na economia – *keynesianismo*²⁹⁴ –, as políticas que visavam assegurar o pleno emprego não contemplavam todas as pessoas em idade produtiva; e nos países em desenvolvimento – na época chamados de *Terceiro Mundo* – as condições não eram análogas àsquelas do mundo desenvolvido – *Primeiro Mundo* –, apesar da pretensa uniformidade do discurso globalizante. Experimentou-se, sem dúvida, um período de maior empregabilidade, e o capital naquele momento dependia amplamente de uma maior quantidade de trabalho vivo. Estamos, pois, falando de pessoas de carne e osso, ou seja, de trabalhadores e seus corpos.

Contudo, não devemos negligenciar que as diferenças entre o Norte e Sul do mundo contrariam olhares homogêneos e etnocêntricos. Na periferia esse processo teve um *modus*

²⁹³ *Startups* especializadas no desenvolvimento de soluções ao ramo alimentício de serviços que envolvem toda cadeia produtiva, até a logística de distribuição.

²⁹⁴ Referência à doutrina do economista britânico John Maynard Keynes, cujos pressupostos foram implementados nas políticas econômicas do pós-guerra no continente europeu, período também denominado de *Era do ouro* ou *30 anos gloriosos* (1945-1975).

operandi diverso, daquele que ocorreu no centro global. Tomemos como exemplo o Brasil, cuja industrialização deu-se tardia e bruscamente para inserir o país nos trilhos da modernização, sem conseguir acompanhar, no campo produtivo, o tom disruptivo imposto pelas inovações tecnológicas da *segunda Revolução Industrial*. Malgrado o descompasso nacional nesse setor da economia, a reestruturação produtiva como resposta à insuficiência do fordismo no bojo de mais uma crise cíclica do capital impôs a desindustrialização sobre uma industrialização parcial e incompleta.

O mercado e seus mecanismos sendo os balizadores ao oferecimento do pleno emprego, acentuaram a precarização do trabalho justamente quando o desenvolvimento tecnológico evidencia um maior potencial emancipatório. Cabe recordarmos que a precarização do trabalho não é um fenômeno recente. A *exploração orgiástica* dos corpos periféricos dos trabalhadores nos primórdios da industrialização²⁹⁵, nas insalubres fábricas inglesas, com jornadas longas e extenuantes, além dos baixos salários na *primeira Revolução Industrial*, são evidências históricas expostas e fundamentadas nos textos de Marx, Engels, Thompson, Hobsbawm etc. Talvez menos orgiástica na aparência, a *(auto)exploração* no contexto de uma *quarta Revolução Industrial* é sutil, mas real, posto que os próprios sujeitos tornam-se *fatores de si*, afinal, não existem mais desempregados, todos são empreendedores. Vencer na vida, é um problema individual que os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* devem resolver com *o suor dos seus rostos*.

Não bastassem todas as boas intenções, sobre a utilização dos drones supracitados, elas não se encerram somente no oferecimento de um serviço de logística célere, mas explicitam também uma preocupação ambiental, pois esses equipamentos contribuem, dizem os especialistas, para que os modais de emissão zero de carbono consolidem-se²⁹⁶. É alentador sabermos que as *startups* estão empenhadas na preservação do planeta, pela adoção de uma governança e condutas empresariais sustentáveis, além de práticas inovadoras nas relações de trabalho, compatíveis com o *novo espírito do capitalismo*.

Nesse sentido, a preocupação do CEO do *iFood* e sua inventividade empreendedora estão conectadas a outro nicho: a produção de motocicletas elétricas, visando atender ao nobre propósito ambiental aludido e brindar um sem-número de postos informais de trabalho. O que os arautos da narrativa disruptiva festejam dessa compreensão unilateral acerca das questões

²⁹⁵ Não esqueçamos também que esses marcos temporais são eurocêtricos, haja vista que a realidade das colônias e de seus povos originários era bem distinta.

²⁹⁶ Cf. *Delivery por drones já é realidade em Aracaju (SE)*. <https://www.metropoles.com/conteudo-especial/delivery-por-drones-ja-e-realidade-em-aracaju-se?amp> Acesso em: 08 de agosto de 2023.

sobre o ser humano, a natureza, o meio ambiente e o trabalho, oculta que as baterias elétricas são compostas por lítio²⁹⁷, mineral que depende, para sua extração, do trabalho dos mineradores.

Outro aspecto cuja aparência não deve ser tomada por essência é precisamente o aprofundamento da *formalização da informalidade*, quando vem à tona a pauta do trabalho contemporâneo. As próprias *startups* do tipo *foodtechs* são emblemas da expertise no uso dos corpos, em que a exploração da força de trabalho dissimula-se na *(auto)exploração dos sujeitos de desempenho*, sob uma promessa de liberdade ilimitada e de empreendedorismo. O seu discurso afirma que essas novas empresas apenas oferecem os meios de conectar a gama variada de serviços aos consumidores.

Os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE), a partir de suas experiências sociais, expuseram-nos com propriedade alguns dos impactos da razão neoliberal e sua suposta alternativa meritocrática à busca do *sentido da vida* sob a égide do *capitalismo de plataforma e vigilância*. A luta de classes estrategicamente atenuada pela sedutora oportunidade de empreender é descaracterizada, criando uma confusão à apreensão e ao discernimento entre privilégios, direitos e exploração. No seu cotidiano, as pessoas em geral encampam atitudes que visam superar a menoridade e a dependência, concebidas como um pecado original. Ser alguém dependente é uma condição deveras vergonhosa, e por isso precisa ser rechaçada pelos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*.

O *sujeito de desempenho* não deve ser tomado numa vã universalidade. Estamos reiterando que para esse tipo peculiar de sujeito imerso na precarização do trabalho e da precariedade instituída – aqui representado pelos entregadores ciclistas de aplicativos, embora tracem suas estratégias a fim de fugirem da sina (auto)culpabilizadora do *desemprego voluntário*²⁹⁸, eles acabam sem muitas opções de escolhas, restando-lhes como alternativa cadastrarem-se numa plataforma digital, trabalharem duro, fazerem algum reparo na bicicleta quebrada há muito tempo encostada no quintal, a qual lhe atribuirá uma função utilitária. Assim, cumprem os desígnios dos *novos desvalidos* que almejam não serem feitorizados por terceiros, mas por si próprios através do *empreendedorismo de subsistência*.

Ainda, se preciso for, investem na aquisição de um novo *smartphone* e um pacote de dados que lhes permita permanecer *on-line* (pré-pago ou pós-pago); e o principal, cultivam no

²⁹⁷ A Bolívia, país andino, possui no momento as maiores reservas desse mineral.

²⁹⁸ Nunes (2003) submete ao crivo da crítica a tese monetarista que fundamenta esse conceito. Segundo essa corrente econômica, situação de desemprego é culpa do trabalhador que não aceita menores salários e prefere o lazer.

seu caráter a paciência para amargar longas esperas. Essas disposições lhes possibilitam quando forem notificados – receberem o chamado do aplicativo – pedalam como se não houvesse amanhã para cumprir a demanda. Esse é o caminho que os tornam empreendedores e os afasta do destino do desemprego, superando parcialmente a vergonhosa minoridade. Quiçá, de entregador ciclista de aplicativo, o sonho da ascensão social a *motoboy* se concretize. A toupeira é um avatar em declínio, visto que na *sociedade tecnológica avançada*, a serpente ascende ao posto do avatar desejável a todo empreendedor que se preze.

A singularidade da amostra acessada por meio do trabalho de campo e das técnicas e instrumentos da pesquisa permitiu-nos traçar um perfil provisório desses sujeitos: majoritariamente jovens, negros e do gênero masculino, com ensino médio completo, os quais permanecem *on-line* à disposição dos aplicativos entre 8h a 12h por dia, seis dias por semana, tracionando por meio da força motriz dos seus corpos – especialmente dos membros inferiores – essa criação potencialmente emancipatória, datada da época da *segunda Revolução Industrial* – a bicicleta, para realizarem entregas.

Se admitirmos que estamos sob os impactos de uma *quarta Revolução Industrial* na *sociedade tecnológica avançada*, talvez os seus esforços os levem a conquistar algum *status* social. Contudo, não há garantias, haja vista que o *novo capitalismo* – e o capitalismo em qualquer período histórico – jamais prometeu o alcance do êxito em decorrência do empenho, do foco e da dedicação pessoal. O *sapere aude* kantiano passou por uma inovação: *ouse arriscar-se e seja flexível*. Em suma, a sorte somente pode sorrir para quem joga, compreende o *sentido do jogo* e se dispõe a pagar o preço, muitas vezes ao custo da própria pele, para desviar-se da sina dos *desvalidos* e do estigma do desempregado.

A autoproclamação de que todos são empreendedores (ao menos em potencial), capitaneada pela razão neoliberal e habilmente inserida no *sentido do jogo*, mostra-se eficaz ao estabelecimento de uma letargia da ação frente ao quadro societal catastrófico. Raciocinem o quanto quiserem, mas não tenham medo de empreender. Essa disposição requer a assunção individual dos riscos, não ter medo de empreender e ser resiliente para suportar e superar os momentos adversos nos caminhos dos guerreiros e guerreiras. Aos que suportam pelo cultivo na nova ascense intramundana, o principal desígnio é a conquista do efêmero privilégio de superar a dependência, de fazer-se por si próprio, de bater no peito e se reconhecer um *batalhador*. A barbárie amalgamou-se à estrutura social do caráter, essa é uma das tônicas da *(auto)exploração*.

Se outrora as inovações tecnológicas mecânicas inseridas nos processos de trabalho substituíam a força motriz manifesta corporalmente. No cenário em tela, as inovações *smart*

visam a substituir a atividade da consciência. Não pensem, fazemos isso por vocês. A reificação expressa-se à maneira de uma subjetivação, em que as *novas técnicas de poder* contribuem para a mobilização das emoções que impulsionam um *senso de honra* a partir de experiências sociais precárias, a fim de atribuir um caráter meritório à *feitorização de si*.

A dimensão da dignidade do trabalho é reconfigurada e posta na mesa, mas essa reformulação não é uma ruptura ao fetichismo da mercadoria. As reflexões lukacsianas já enfatizavam que as influências extrínsecas e intrínsecas aos modos de ser, pensar e agir sob o capitalismo são exercidas e balizadas por relações mercantis e monetárias, tanto de forma objetiva quanto subjetiva.

Portanto, a aceitação das regras do jogo do mercado, em seu papel de guia das relações sociais, torna a assunção dos riscos algo trivial a um número considerável de pessoas em escala planetária. A força mobilizadora do desejo de ascender socialmente ao *status* de consumidor funciona para atenuar a percepção do antagonismo de classes. As realizações tornam-se mais heroicas quando os caminhos incertos e íngremes da *via crucis* levam ao sucesso, muitas vezes passageiro. Estar *preso ao jogo* implica a disposição ao autossacrifício, a fim de compensar o duplo e alto investimentos psíquico e econômico dispendidos. As *novas técnicas de poder* encontram aporte na narrativa em que não assumir os riscos individualmente no *processo de vida real* é algo assustador, por isso os sujeitos serpeiam incansavelmente na *sociedade tecnológica avançada*, num *mundo* ainda mais *desencantado* pelos efeitos preditivos comportamentais dos algoritmos.

A regulação da vida social pelos princípios do mercado e a defesa das liberdades individual e concorrencial tornaram-se parte dos direitos inalienáveis dos cidadãos contemporâneos; e tais prerrogativas inferem sobre uma isenção do Estado no tocante ao social para que os indivíduos livres conquistem exclusivamente, pelos seus esforços individuais, os seus intentos e possam se desenvolver sem amarras. A paixão que mobiliza os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* acena que esse estar *preso ao jogo* representa o agir humano numa busca incessante a fim de alcançar o *status* do *self-made-man*, ou seja, aquele que *foi* forjado por si próprio.

A sanha dessa pretensão rumo ao *status* de um bem-sucedido e privilegiado *patrão de si* é indicativa do novo *caráter blasé* que repercute social e psiquicamente na vida mental *smartificada* das cidades (*smart cities* ou não). Essa indiferença compromete a apreensão das condições objetivas; assim, as possibilidades de ações políticas e organizadas de classe tornam-se rarefeitas e pontuais. O nível de autocontrole sobre as pulsões atingiu um ponto culminante.

A rebeldia e a revolta contra o estado de coisas não se externalizam, e passam a ser combatidas como fraquezas individuais. Por isso, o *patrão de si* é implacável contra esses sentimentos.

As perspectivas das lutas coletivas fragilizam-se, posto que a *(auto)exploração* é irmã siamesa do enaltecimento ao autossacrifício. Não faltam mantras inspiradores: “faça você mesmo”, “seja resiliente”, “mude sua atitude mental”, “altere o seu *mindset*” etc., cujo tom é sempre a (auto)culpabilização. De acordo com essa narrativa, todos têm em pé de igualdade um interruptor, geralmente escondido, mas que quando é descoberto, basta apenas ser acionado para a pessoa encontrar-se a dois passos do sucesso. O que se persegue não é uma transformação social num sentido marxiano, mas individualmente almeja-se a obtenção de prestígio social pelo cultivo ou inserção a um estilo de vida; ou seja, nos termos weberianos, autodeclarar-se empreendedor corresponde diretamente a uma aquisição de *status*.

Os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* encontram no culto à *performance* uma compatibilidade aos estímulos que afloram um tipo de competição contra si mesmos, a fim de provarem o mérito individual, em total consonância com a liberdade de mercado. Por isso estamos diante de um possível arquétipo de *novos desvalidos*²⁹⁹, aqui representados na amostra desta pesquisa numa outra configuração das relações sociais e trabalhistas, sob o *capitalismo de plataforma e vigilância*. Desta feita, apesar das TICs, prevalece o que Lafargue (1999), com propriedade, cunhou de lei implacável da produção capitalista, pois o *empreendedor de subsistência*, analogamente ao proletário do capitalismo industrial, permanece consumido pela paixão de trabalhar, só que supostamente para si, sem qualquer clareza de que o aumento do aporte de capital de risco nas *startups* é inversamente proporcional às misérias individuais acumuladas na sua matização identitária de *sujeitos monetários sem dinheiro*.

Ganham os investidores, as *startups* tornam-se mais rentáveis nas bolsas de valores e seguem se expandindo ao custo da precarização do trabalho e da precariedade existencial de muitas pessoas – a exemplo dos atores sociais que compuseram a amostra desta pesquisa – que tomam essas circunstâncias como a oportunidade de conquistarem o suprassumo do privilégio fetichizado da (auto)feitorização. A precarização do trabalho e a precariedade da existência, reiteremos uma vez mais, não são fenômenos recentes e/ou exclusivos da contemporaneidade, mas sim uma marca do capitalismo desde a sua fase industrial, cujo efeito *Carro de Jagrená*, em sua trajetória errática, promovia (e continua promovendo) um rastro de barbáries.

²⁹⁹ Os entregadores ciclistas de aplicativos correspondem apenas a uma fração dos trabalhadores que realizam atividades vinculadas às plataformas digitais.

Os entregadores ciclistas de aplicativos representam um contingente que pode ainda não ser significativo quantitativamente, mas é crescente nas modalidades de trabalho que compõem o processo de periferização dos postos de trabalho. Ao nosso olhar, eles personificam os devotos cujos corpos são mais suscetíveis a (auto)sacrificarem-se e serem sacrificados pela divindade hindu. A particularidade das experiências sociais dos sujeitos da pesquisa trouxe à tona o problema racial, posto que a descartabilidade no tocante ao uso dos corpos negros é o *modus operandi* da razão neoliberal.

Recordemos que no Brasil, a civilização se impôs pela colonização fundamentada na escravidão por mais de três séculos, legando-nos disposições à ação atravessadas por um *habitus* e um *sentido do jogo* a partir de uma experiência social, tanto cruel, uma vez que os escravos eram considerados semoventes, quanto desigual, sob a edificação de uma república na qual o racismo é estruturante. Nesse aspecto, distanciamos-nos de Giddens (1991), mas o inserimos respeitosamente no debate proposto, pois, para os corpos periféricos e negros, a *segurança ontológica* nunca foi uma opção disponível; e as experiências sociais racializadas e precarizadas dessas pessoas não foram e ainda não são respeitadas. A elas não foi assegurada a possibilidade que lhes permitisse a constituição de um estado mental dignificante acerca das suas vidas e corpos periféricos e negros, a fim de inseri-los no exercício da cidadania³⁰⁰.

Considerando-se os efeitos catalisadores da pandemia em escala global aos conhecidos problemas sociais, no periférico Brasil, o desemprego que já apresentava números preocupantes aprofundou-se, segundo a confirmação dos dados da PNAD contínua (IBGE) que foram taxativos, pois cerca de 20% da população brasileira, algo em torno de 38,1 milhões de pessoas no mês de fevereiro de 2021, perfaziam o montante dos desempregados (14,4 milhões) e dos que exerciam atividades por conta própria (23,7 milhões)³⁰¹. Os números revelam-nos que a maior parte da população considerada ocupada, conforme os critérios adotados pelo instituto, encontrava-se na informalidade.

No tocante ao apurado acerca dos entregadores ciclistas de aplicativos aracajuanos, 71% dos respondentes aos questionários informaram ter iniciado no serviço de entregas a partir da deflagração da pandemia, o que reforça os impactos da crise sanitária aos postos de trabalho, em virtude das muitas demissões. É importante fazermos essa ponderação, uma vez que a

³⁰⁰ Moura (2021) destrincha com rigor e detalhes quando aborda que o período pós-abolição é o adentrar do país no mote do trabalho assalariado, sendo evidente a inexistência de políticas de inserção e integração dos escravizados ao novo sistema, sob uma concorrência desigual com os imigrantes que vinham ao Brasil venderem sua mão de obra e assumirem o papel de trabalhadores livres.

³⁰¹ Cf. Economia em foco. Indicadores econômicos da Cotec/FIEG. Disponível em: https://fieg.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg/download/Pesquisas/PNAD_Continua_trimestral_mov_el_fevereiro_2021.pdf Acesso em: 12 de agosto de 2023.

flânerie desenvolveu-se predominantemente sob os holofotes do cenário aludido, e desta forma pudemos captar durante o trabalho de campo algumas manifestações que se referiam ao contexto anterior à pandemia, percebido positivamente por esses sujeitos; ou seja, antes da covid-19 havia menos entregadores e mais entregas, supostamente os rendimentos e as demandas eram maiores.

As pessoas negras (pretas e pardas), historicamente relegadas a uma *subcidadania*, foram ainda mais afetadas por essa calamidade. Os *moinhos de gastar gente*, agora *smartificados*, consomem com voracidade os corpos de jovens negros, que quando não são assassinados em abordagens e ações policiais violentas marcadas pelo racismo estrutural, são condenados sumariamente, em vida, a uma eufêmica forma de escravidão. Deprendemos dessas considerações, a partir do desenvolvimento da presente pesquisa e suas limitações, que há uma gama de estudos por fazer, visando a uma compreensão ampliada acerca das relações de trabalho sob o predomínio da plataformização, entrecruzando questões raciais, de gênero, juventudes, classes e o uso dos seus corpos com base em novos olhares e enfoques.

Se a *sociedade tecnológica avançada* tão alardeada pelo desenvolvimento da IA, fundamentada na *smartificação*, é emancipatória, para certos corpos os ranços do *continente do labor* e da escravidão permanecem. Tristemente e com certa naturalidade são recorrentes os casos de brasileiros resgatados em condições de trabalho análogo à escravidão no século XXI. Mas diante dos nossos olhos, a escravidão voluntária é confundida por autonomia e empreendedorismo, e assim enaltece uma das sutilezas da barbárie civilizada. Resumindo-se a uma disposição em ativar uma capacidade inata ao empreendedorismo, basta ouvir e repetir para si palavras semelhantes ao VAE e outros termos que acionam o gatilho necessário à mobilização do desejo pelo sofrimento. Todo sofrimento é válido, desde que seja glorificável. Assim, as pessoas movem-se em busca do sonho possível de realização; para tanto, basta dizer a si próprio como um ato de contrição: eu não tenho medo de empreender.

Contudo, apreendendo o *habitus* para além dos imobilismos e determinações das disposições à ação, mas a partir do dinamismo social, embora os riscos sejam evidentes e as relações de poder sejam desiguais, a aquisição de capital simbólico – sobretudo o cultural – por meio da retomada ou conclusão dos estudos em nível da educação superior, acenou para alguns dos sujeitos entrevistados numa possibilidade de mudança das circunstâncias individuais de acordo com as suas percepções. Todavia, para os corpos periféricos não há garantias de êxito, uma vez que muitas pessoas que têm o ensino superior e até pós-graduação exercem, exerceram ou poderão exercer, em algum momento de suas trajetórias de vida, qualquer trabalho vinculado aos aplicativos (motoristas, entregadores, fazenda de cliques etc.).

A ênfase que atribuímos aos *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais* é para mantermos alerta a origem social do privilégio numa sociedade de classes que, no caso brasileiro, não deixemos esquecer, balizou-se pelo colonialismo e escravidão ainda impregnados no imaginário social. A perspectiva weberiana sugere um entremear entre classe, *status* e poder. Desta forma, os sujeitos reais em tela, os quais buscam o *status*, não pressupõem, por mais bem-sucedidos que se tornem, integrantes de um *status* superior. Certamente as pessoas de carne e osso que deram vozes a esta pesquisa não cultivam um estilo de vida superior ou nobre, pois são concebidos socialmente sob uma (des)classificação fundamentada na dimensão exterior e corpórea da inferioridade, assinalando a degradação naturalizada (Souza, 2012).

O *solucionismo tecnológico* vendido pelas plataformas digitais de entregas – *iFood*, *Rappy*, *James* etc. – apresenta-se como uma alternativa ao desemprego e é, para alguns, similar a um Programa Jovem Aprendiz³⁰², porém, paralelo, *formalizador da informalidade*, mobilizador do sentido do jogo precário e das vantagens efêmeras para os que têm autoiniciativa. Eis o árduo caminho que conduz à ascensão social. A crise do trabalho abstrato no mote da *ofensiva neoliberal* normatiza a precarização do trabalho e a precariedade existencial. A vida *smartificada* é, sobretudo, uma vida fetichizada, mas o fetiche nas análises marxianas não se restringe aos aspectos ilusórios de uma compreensão da realidade humano-social, mas aponta para os aludidos processos de subjetivação do capitalismo (Postone, 2014).

A *bag* nas costas ostentada por *motoboys* e ciclistas, bem como algum veículo automotivo (modelos geralmente populares), em que o celular esteja fixado e visível no painel, tornaram-se marcadores simbólicos que designam, respectivamente, entregadores e motoristas de aplicativos. Os entregadores ciclistas, em particular, compõem uma parcela do chamado precariado, segundo a conceituação de Standing (2020). Porém, não concordamos que tenha emergido uma *nova classe perigosa*. O precariado é uma expressão do crescente contingente de pessoas frente a uma vida *smartificada*, as quais têm seus corpos dominados socialmente, cumprindo uma função pragmática e instrumental, exigida pelas relações de trabalho e o ordenamento produtivo sob o *capitalismo de plataforma e vigilância*.

Predestinados que são, o seu privilégio consiste na *(auto)exploração*; isso porque, o exercício da *tiranía da intimidade* não se baseia na coerção brutal de outrora, mas numa sutileza fortemente sedutora, que incide sobre o desejo que leva as pessoas à crença de governarem a si

³⁰² O citado programa atende a adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos que estejam matriculados ou tenham concluído o ensino médio em escola pública. Geralmente, a adesão ocorre por meio do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), cujo *know-how* para essa finalidade é reconhecido.

próprias, sem a exigência das figuras que emanem a autoridade (Sennett, 2014). A fé reformulada sobre a dignificação por meio do trabalho para os novos *self-made-man* orienta suas experiências sociais, à maneira de um padrão assimilado ao enfrentamento da realidade. Portanto, a promessa de ser o seu próprio patrão é deveras sedutora para aqueles que almejam distanciar-se da *ralé*.

O agir para eles é dirigido e alimentado pela possibilidade de ascender socialmente. Souza (2012) percebeu que certas disposições são amalgamadas ao caráter dos sujeitos. Acreditar que o trabalho árduo é dignificante representa o caminho para tais sujeitos alcançarem um patamar distintivo, isto é, tornarem-se membros de uma espécie de elite ao menos em relação à *ralé estrutural*. Os peculiares aspirantes a *batalhadores* desta pesquisa resistiam à incapacidade de inclusão pelo mercado de trabalho formal, que, diante da dinâmica disruptiva do *novo capitalismo*, não contempla os anseios dos jovens nos empregos tradicionais.

Esse segmento teve o forjar de suas disposições através da ideologia da flexibilidade, apreendida como um princípio qualitativo e uma competência. Ser um *patrão de si* e romper com o destino da feitorização por outrem tem um preço: implica submissão a si próprio à maneira de um patrão; em muitos casos, um patrão tão ou mais tirano e sádico do que os tipos tradicionais. A conta não fecha. Os entregadores ciclistas de aplicativos, considerados pelas plataformas digitais como trabalhadores autônomos e parceiros livres para escolher, não têm tantas escolhas.

Não estamos negligenciando o agir deles. Esses atores sociais, por exemplo, instalam extensores de GPS, alguns motorizam a bicicleta, outros posicionam-se o mais próximo possível de algum estabelecimento, buscam pedalar rapidamente, decidem seguir uma rota diferente da prescrita pelo aplicativo para chegarem ao destino e permanecem *on-line* em três ou mais aplicativos ao mesmo tempo. Há casos em que subtraem algum item do pedido devido à fome ou comem o sanduiche que o cliente rejeitou e deveria ser devolvido ao estabelecimento para descarte etc. Inequivocamente são algumas expressões de resistência, mas a questão não deve ser romantizada. Trata-se de uma manifestação da *consciência tirânica do tempo abstrato* sob a disciplina ubíqua do algoritmo, haja vista que não há nenhum privilégio em vender o tempo de vida ao exercício de uma atividade cuja qualificação requerida é a chamada intuitividade. Ou seja, basta saber operar o aplicativo, ter paciência na ordem imprevisível e obscura de chamados, e a aptidão física em suportar o trabalho que alterna esperas angustiantes ao relento e pedaladas que, acumuladas ao longo de um dia razoável de entregas, perfaz distâncias consideráveis e desgastantes.

A assunção dos riscos no sentido de ser um dos componentes que atuam na formação da estrutura do caráter social é a inquietação da serpente; por isso, flexíveis e dinâmicos que são, ficar parado não é uma opção. Esses aspirantes a *batalhadores* precisam todos os dias suar as camisas para manterem-se distintos da *ralé*, ou ao menos acreditarem que se distinguem. A vitória para eles é sempre fugaz. O privilégio almejado exige-lhes diligência permanente, uma ascese precária e necessária ao alcance dos desígnios monetários dos *empreendedores de subsistência*. Não há dúvidas de que agem, mas sem uma correspondência entre a situação social e a situação de classe. Todavia, consideramos que essa fração peculiar da *classe-que-vive-do-trabalho* está (re)fazendo-se num movimento dinâmico em que os modos de ser, pensar e agir, impregnados da razão neoliberal, expressam as relações sociais de poder e dominação vigentes.

Reiteramos que a consciência de classe não pode ser concebida numa diretriz unívoca e determinada, mas sob quais condições os sujeitos podem desenvolvê-la. A este respeito, reforçamos nosso alinhamento a Thompson (1987), ao atribuir importância à experiência social; ou seja, os trabalhadores de aplicativos em geral têm suas experiências de classes mediadas por relações de produção e poder estabelecidas, mas não imutáveis. Entretanto, os entregadores ciclistas em particular, embora atuem por intermédio dos aplicativos, desenvolvem e exprimem uma experiência social diferente da dos *motoboys*, por exemplo. Eles representam aquela parcela submetida ao ápice da formalização da informalidade no seio da precarização do trabalho e da normatização da precariedade existencial. Comparado ao trabalho dos *motoboys*, o trabalho dos entregadores ciclistas é ainda mais desgastante e degradante, porque são maiores as exigências físicas para realizar as entregas (trabalho pesado), aliadas à *pressão por desempenho* da impessoalidade algorítmica que lhes impõe o sofrimento psíquico.

Apesar das diversas ações que podem ser consideradas transgressoras, a atitude de contraposição dos entregadores ao uso dos seus corpos evidencia-se, no momento, mais conformista do que combativa, sem ainda prenunciar o amadurecimento de uma consciência subjetiva pautada por interesses em comum ou por uma consciência de classe.

Desejosos de se tornarem *batalhadores*, podemos inferir que cultivam uma ética neoliberal do trabalho atrelada à satisfação primária das necessidades de subsistência, almejando diferenciarem-se da *ralé*, em que a internalização de certas disposições aprendidas e apreendidas, quanto ao uso dos seus corpos às exigências da organização do trabalho sob o *novo espírito do capitalismo*, não passa pelo crivo do privilégio de escolha (Souza, 2012). Dominados pela *tirânica consciência do tempo abstrato*, eles até têm sonhos, mas o pressuposto para que façam história encarcera-os, em consonância com o autor supracitado, às incertezas

de um eterno presente na satisfação da imediatividade. Comprar comida e pagar os boletos do fornecimento de água e energia não podem ser um projeto de futuro.

Mencionamos que há resistências e contrapontos, inclusive por meio de coletivos de entregadores (*Señoritas Courier*, por exemplo) e do *Manifesto Plano de Ação para Cooperativismo de Plataforma no Brasil*, que defende a urgência da regulamentação do trabalho pelas plataformas digitais, articulando políticas públicas ao cooperativismo de plataforma e às potencialidades das TICs assentadas nos fundamentos cooperativos, comunitários e na economia solidária. Aqui, não foi possível aprofundarmo-nos nessa discussão, mas indicamos que se apresenta também ao rol de novas possibilidades de pesquisas que merecem um debruçar pela candência da temática. Essas questões sobre o cooperativismo de plataforma não se restringem ao Brasil. Na América Latina e em outras partes do mundo, um grupo robusto de intelectuais, instituições e atores sociais que trabalham por aplicativos empenham-se na contenda.

Ao nosso incipiente e provisório olhar, a razão neoliberal e os seus modos de ser, pensar e agir, por um lado, levam-nos a inferir que seja pouco provável no momento despertar o interesse dos governantes e legisladores em restituir e reeditar políticas públicas protetivas do social em franca debandada e destruição. Por outro, muitos dos próprios sujeitos que exercem trabalhos por meio das plataformas digitais têm, a partir de experiências sociais precárias, a formação de consciências subjetivas e sociais fragmentárias (Hobsbawm, 2015a). O cooperativismo implica um princípio coletivo, o que é pouco vislumbrado no segmento e na subjetividade dos entregadores ciclistas de aplicativos. Prevalece a sanha do *self-made-man* à maneira de uma compulsão em assegurar suas existências pelo próprio *suor dos seus rostos*. Mais individualismo e menos cooperação, eis o *sentido do jogo precário*.

Reafirmamos que a tônica do corpo dócil não foi abolida, mas invertida. Ao investir-se de antemão na docilização da vontade, visa-se dominar de forma totalizante as dimensões social, psíquica e corporal pela introjeção da *(auto)exploração*. Os sujeitos *(auto)explorados* que perdem a compreensão do seu lugar ou situação de classe passam a se revoltar contra si próprios.

As *big techs*, que geram dividendos vultosos aos investidores e CEOs, além de prestigiar os cursos e profissões voltadas às TICs, a exemplo da engenharia de programação – responsável pela qualificação dos profissionais que concebem os algoritmos – não visam, entre as finalidades dessas ferramentas tecnológicas, à emancipação dos sujeitos. O crescimento exponencial dessas empresas que exprimem as características do *novo capitalismo* é inversamente proporcional à restituição dos direitos trabalhistas e à influência que os sindicatos

e as entidades representativas de classe tinham outrora, pois, se num polo beneficia financeiramente agentes privados e investidores de risco (grupos restritos e privilegiados), noutro, a agenda da desregulação em andamento impõe aos corpos supérfluos uma adesão voluntária, disfarçada da oportunidade de empreender para tais corpos exercerem trabalhos precários.

Podemos dizer que a forma do capitalismo mudou na aparência – o prefixo novo em referência ao capitalismo é provocativo e não assertivo – mas o seu conteúdo mantém sua essência voltada à dominação social. Até que os pressupostos da economia solidária fisgarem os corações e mentes, o estar *preso ao jogo* em vigência mantém-se ancorado à livre iniciativa e ao fervor do mercado. Desta forma, confirma-se a assertiva: a coesão de classe não é uniforme; há níveis e graduações na adesão (Hobsbawm, 2015a).

Ser autogestor de si, além de autodeterminado, reforça o momento de derrocada de muitos direitos sociais, o que não está em colisão, mas em harmonia com a razão neoliberal, cujo mercado exerce o papel de guia e regulador da vida social, opondo-se às iniciativas e às políticas públicas voltadas ao social. Se o mesmo Estado empreendedor que investiu em jovens meio *hippies* e excêntricos que começaram numa garagem resolvesse financiar também tecnologias com finalidades emancipatórias e coletivas para plataformas digitais, o libertar-se do *sentido do jogo* vigente seria algo plausível. A *tradição dos oprimidos*, de que Benjamin (2012) era tributário e a qual ele evocava, recorda-nos da necessidade de uma escrita da história a contrapelo. Isso quer dizer que a falta de condições objetivas não pode rechaçar o fator subjetivo da história, apesar do cenário catastrófico.

Entre os contatos, conversas genéricas, entrevistas e convivência junto aos sujeitos partícipes – direta e indiretamente – desta pesquisa, os seus corpos invisibilizados eram bem visíveis para nós e transcendiam ao trabalho de campo formal. Sem exageros, podemos afirmar que todos os dias encontrávamos algum entregador trafegando pelas ruas de Aracaju, no transcorrer dos nossos deslocamentos pela cidade, durante o exercício de nossas rotinas. A *flânerie* desdobrou-se por vias virtuais, aos perfis dos entregadores no *Instagram* (individuais e coletivos), ao *WhatsApp*, e por vias concretas, em que, além das ruas e estabelecimentos comerciais, quando episodicamente, proporcionaram-nos outras interações face a face, inclusive com alguns dos entrevistados, em momentos posteriores ao trabalho de campo.

É relevante mencionarmos um encontro recente e fortuito com um *motoboy*, que embora não tenha participado diretamente como sujeito da pesquisa, foi um interlocutor importante na etapa do trabalho de campo devido à sua atenção e esclarecimentos durante nossas conversas entre os momentos de aguardar os chamados e as corridas. Relatou-nos que estava atuando no

ramo de mototáxi, havia deixado os aplicativos de entregas, mas permanecia no serviço de transportes mediado pelas plataformas digitais. Passou a transportar pessoas em motocicletas. Esta é uma outra área de atuação, em franca expansão dos serviços oferecidos pelas plataformas digitais. Para ele, apesar de os gastos com o abastecimento serem maiores, compensavam os rendimentos, segundo sua narração empolgada. Inclusive, figurava a possibilidade de aquisição de um veículo automotivo; um investimento em estudo e apoiado por sua companheira. Tornar-se motorista de aplicativos é uma oportunidade de ascender a outro patamar, na dinâmica da informalidade. Trata-se de um projeto de futuro para os muitos corpos invisibilizados que buscam algum *status*. Inequivocamente, a situação nos recordou o personagem Rick, do filme *Você não estava aqui (Sorry me missed you)*.

Dos sujeitos envolvidos diretamente nesta pesquisa, três desdobramentos distintos merecem destaque: a) A.³⁰³ adquiriu sua motocicleta e encontra-se realizando entregas somente para o pequeno empreendimento que possuía juntamente com a companheira, vinculado à produção de alimentos (doces, bolos, tortas etc.). Animadamente nos informou que eles estavam num momento de expansão dos negócios; 2) N.³⁰⁴ continuava como entregador ciclista de aplicativo. Esta confirmação foi obtida num encontro casual na filial de uma *Drugstore*. Disse-nos ainda que as demandas de entregas nesse nicho de medicamentos aumentaram consideravelmente, garantindo-lhe bons rendimentos; mostrou-se satisfeito; e 3) W.³⁰⁵ ascendeu a *motoboy*. Esta informação foi lograda por meio de contato pelo *WhatsApp*. Seu empenho na competição em que permaneceu *on-line* por um mês, durante 24 horas, e lhe rendeu como premiação a CNH não foi em vão.

A *datificação e vigilância do novo capitalismo*, as quais simbolizam parte dos avanços tecnológicos, engendram subjetivamente aos sujeitos um sentimento satisfatório e gratificante de serem vencedores no jogo. Realizar sonhos, ampliar os negócios, melhorar de vida, ganhar mais, adquirir uma motocicleta são ambições/desejos que satisfazem os *sujeitos de desempenho sob circunstâncias desiguais*. Esses jovens não eram meramente inertes ou simplesmente alienados; representavam, sobretudo, as pessoas que buscam apenas sobreviver com alguma dignidade. Eram pessoas inteligentes, responsáveis, dedicadas. Entre eles havia leitores de Nietzsche, poetas³⁰⁶, professores de música, estudantes universitários (graduação e pós-

³⁰³ A., Entrevista concedida em 08 de junho de 2021.

³⁰⁴ N., Entrevista concedida em 04 de junho de 2021.

³⁰⁵ W., Entrevista concedida em 28 de julho de 2022.

³⁰⁶ “Semelhante a alguém sem existência, ando em meio a multidões com passos silenciosos, ansioso para que ao gritar diante a existência presente. Tive que ir de encontro com um ser “*****”, falando-me: acalme-se, ninguém pode lhe ouvir, a não ser você mesmo. E continuo a seguir com educação, em sair esbarrando entre as paredes”.

graduação) etc. Havia também aqueles que manifestavam posições ideológicas de esquerda e direita; em suma, eram pessoas dotadas de sensibilidade estética e de discrepantes visões de mundo, sociedade, ser humano e trabalho.

Mas aqui se entrecruzam as reflexões de Marcuse (2015) e Fromm (1963) em nosso esforço compreensivo. Do primeiro, podemos inferir, diante dos casos supracitados, que na *sociedade tecnológica avançada* reproduz-se a esfera pulsional, haja vista que a gratificação dos casos bem-sucedidos reforça o estatuto voluntário da submissão e o enfraquecimento de uma conduta contestadora; do segundo, que o efeito da submissão é o desejo de satisfação das necessidades existenciais básicas dos seres humanos. Em suma, o *sentido do jogo* ao trabalhar com as plataformas digitais, cria uma expectativa de obtenção de prazer e gratificação que compensará os investimentos econômico (gastos e ganhos com o exercício da atividade) e psíquico (o sentimento de gratificação, de alguém que se faz por si mesmo, um vencedor, um *batalhador*). Entretanto, a dimensão da produtividade gratificante volta-se contra os próprios sujeitos de desempenho, e marcadamente para a parcela majoritária que está sob circunstâncias desiguais, esse processo de *dessublimação repressiva*³⁰⁷ assegura a manutenção da dominação social.

O *senso de honra* forjado a partir de experiências sociais precárias constituiu-se numa forma de conferirem sentido as suas existências. Tornar-se *patrão de si mesmo* é a conquista de uma espécie de *sonho brasileiro*. A dominação social é consumada pela promessa de liberdade. A subjetividade neoliberal explora o desejo em sobreviver pelo sentido do jogo mediado pelo *senso de honra* sob experiências sociais precárias que os tornam exímios jogadores envolvidos. Apesar disso, objetivamente as chances de vitórias são rarefeitas, mas o envolvimento e o desejo de satisfazerem suas necessidades mantêm essas pessoas fervorosamente a cultivarem um sentimento de vitória. A *(auto)exploração* aqui abordada caracteriza-se pela perda da compreensão do seu lugar ou situação de classe; ou seja, quando a revolta é dirigida a si próprio, exprime uma totalizante reificação.

A flexibilidade celebrada em conjunto à intuitividade para manusear os comandos das plataformas digitais é a qualidade precípua, sob uma concepção de corporeidade unilateral e reificada. Todo objeto flexível quando dobra ao limite da sua resistência e volta à posição inicial pode não apresentar alterações visíveis, mas internamente sofreu ranhuras, geralmente imperceptíveis ao olhar sobre o aparente. As pessoas objetificadas em sua maleabilidade

Esse poema foi postado no *feed* do perfil do *Instagram* de S., Entrevista concedida em 26 de maio de 2021. A postagem é de agosto de 2022. As reticências visaram ocultar a referência a um nome de pessoa.

³⁰⁷ Cf. Marcuse (1999, 2015).

corpórea são afetadas psíquica e fisicamente, seja pela angústia geradora de ansiedade, diante da obscura distribuição das demandas de entregas de forma impessoal, seja em meio à degradação e exaustão ocasionadas pelos riscos de acidente, intempéries e quilometragem das pedaladas.

Voltemos aos drones, equipamentos eficazes quando utilizados como armas de guerra, e que marcam a contemporaneidade, mas que, para o *delivery*, eles provavelmente cumprirão a finalidade distintiva das classes, a saber, evitar o inconveniente encontro face a face dos integrantes das classes do privilégio com os entregadores ciclistas de aplicativos, membros e aspirantes a uma *elite da ralé*. O pensamento marcuseano retoma uma categoria dialética importante, explicando-nos que a negação é um movimento dinâmico, que parte do que não se é rumo ao que se é. Os *subcidadãos* agem e buscam tornar-se cidadãos, porém, esse segmento da *classe-que-vive-do-trabalho* precisa perceber-se desigual, a fim de despertar uma *consciência de si* que possa migrar a uma *consciência para si*.

O alcance da plenitude do desenvolvimento humano não foi sacado dos vislumbres emancipatórios. Da perspectiva de diálogo que propusemos entre a *Sociologia do Trabalho*, a *Sociologia do Corpo* e as sociologias necessárias, provisoriamente inferimos que a condição humana dos *novos desvalidos* na sociedade contemporânea (do consumo, do cansaço, da decepção, do desempenho etc.) é marcada por consequências sociais que repercutem nas dimensões psíquica e física das pessoas, porém distintas daqueles grupos sociais prestigiados, também suscetíveis aos efeitos mencionados.

Os que sobrevivem da realização do trabalho autônomo mediado por aplicativos no *novo capitalismo*, entregadores ciclistas, se comparados aos que pedalam no tempo livre, encontram-se igualmente imersos à patologia social da razão neoliberal e de uma vida *smartificada*, sem dúvidas. Entretanto, a alocação na estratificação das classes sociais e a participação nas relações de poder ditam diferenças de níveis e graus da incidência patológica sobre os corpos. Uma coisa é vender tempo de vida para sobreviver pedalando diuturnamente; outra coisa é usufruir do tempo de vida pedalando em busca de *likes* nas redes sociais.

Podemos afirmar, consoante Bourdieu (1983), que eles aderem às exigências do desempenho sem obter os lucros de distinção. Ou seja, o uso legítimo dos seus corpos ao trabalho, ainda que utilizem a bicicleta, é um o uso distintivo negativo, se confrontado com o uso dos corpos por aquelas pessoas que praticam o ciclismo no seu *tempo livre*³⁰⁸ ou de lazer,

³⁰⁸ Sem perdermos de vista todas as implicações que esse conceito traz subjacente.

visando às curtidas *likes* ou *kudos*³⁰⁹ dos seus seguidores nos aplicativos para essa finalidade. Inferimos que na *sociedade do cansaço*, as *performances* cumprem propósitos distintos e distintivos a partir do lugar de classe ocupado. Mas numa dada situação todos ficam quase em pé de igualdade, e a dominação não é imposta, mas geradora de dependência; “assim, o seguinte aviso é inerente ao capitalismo do *curtir*: <<Proteja-me do que quero>>” (Han, 2020, p. 28 grifo do autor).

Essa distinção de classe social contempla a dimensão simbólica do uso dos corpos, e por isso o pé de igualdade não se confirma. As pessoas que executam trabalhos de predomínio físico geralmente se distanciam de buscar uma atividade de lazer que lhes requeira um novo dispêndio de energia corporal (Le Breton, 2012). Após uma jornada aproximada de 10 horas entre entregas e espera, ação e inércia, perdas e ganhos, tensão e angústia, os entregadores ciclistas de aplicativo acumulam fadiga; além disso trabalham exposto ao sol em meio às imprevisibilidades do tráfego hostil.

A utilização da bicicleta para locomoção, requer a capacidade humano-fisiológica da aptidão física, porém, quanto aos usos, inferimos que as técnicas corporais não são idênticas. Os limites entre o corpo como empreendimento e o empreendimento do corpo são tênues, mas substancialmente discrepantes. Pedalar a fim de garantir a subsistência não é similar à prática da atividade física pedalar quando objetiva lazer. Em ambos os casos, há investimento econômico e psíquico, porém inversamente proporcionais. A ansiedade engendrada pela incerteza de que os rendimentos não estão garantidos, por mais que a pessoa se dedique à atividade e ao aplicativo, não pode ser confundida com a ansiedade ocasionada pela busca em cumprir mil quilômetros pedalados em um mês para concluir o desafio proposto pelo *Strava*. Ambos os exemplos são casos de *(auto)exploração*, mas o *sentido do jogo* não.

À guisa de uma síntese provisória, os que lutam e buscam apenas sobreviver, apesar das circunstâncias alheias às suas vontades, tomando os entregadores ciclistas de aplicativos de Aracaju (SE) como um emblema possível dos *novos desvalidos*, o uso dos seus *corpos-empreendimento* atende a fins utilitários. Contudo, tal expressão da condição humana no *novo capitalismo* não é estática ou imutável, haja vista que potencialmente o agir dos seres humanos

³⁰⁹ Os *kudos* são os equivalentes a *likes* (curtidas) dos usuários do aplicativo *Strava*, uma *startup* criada nos Estados Unidos, em 2009, baseada na tecnologia do GPS. A plataforma digital oferece os serviços de monitoramento e rastreamento de atividades físicas, como corrida, ciclismo etc., por meio de recursos pautados pelas redes sociais. Há uma versão gratuita e outra *premium* (paga). A última aludida tem recursos ampliados. Segundo os idealizadores da plataforma, os *kudos* significam honrar e elogiar o esforço, além de indicarem uma demonstração de respeito e apreço ao desempenho físico realizado pelos usuários.

no processo histórico, ainda que subsumido às relações sociais e de poder dominantes, carrega o germe da sua própria negação, como nos ensina mais uma vez a *tradição dos oprimidos*.

O uso dos corpos não se desvincula de uma experiência social de classe, ainda que esta, no momento para os corpos supérfluos, periféricos e invisibilizados, seja constituída a partir de condições objetivas precárias e fetichizadas. No entanto, a história nos ensina sociologicamente a não negligenciarmos o seu fator subjetivo. Isto posto, há o vislumbre de um *contrauso dos corpos* frente à *(auto)exploração* e aos modos de ser, pensar e agir neoliberais, o que em outros termos trata-se da *negação da negação* ao padrão civilizatório e patológico em voga e a uma condição absurda subsumida à proletariedade. Não obstante a profundidade da posição *camusiana*, concebemos que somente a luta com o fito de chegar ao cume é insuficiente para preencher os corações e mentes dos seres humanos sob tais circunstâncias. Quaisquer possibilidades de ruptura rumo a um *contrauso dos corpos* requerem que imaginemos os Sísifos, os Coriolanos, os Stephens, as Albertinas, os Lulus, os Ricks, os M., os W., as B. etc., em suma, os corpos supérfluos, invisibilizados e periféricos, desenvolvendo uma *fidelidade superior* mais afeita à revolta e à insatisfação frente as suas realidades, do que felizes e resignados com as suas sinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e artigos

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas* (18)3, 2019. In: <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>

_____. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 39, n. 3., set.-dez., 2020. p. 579-597

_____. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. In: **Margem esquerda**. Revista da Boitempo, 36. 1º semestre. São Paulo: Boitempo, 2021a. p. 55-69

_____. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just-in-time* na periferia. In: **Contemporânea**. Dossiê alternativas infernais, v. 11, n. 3, set.-dez. 2021b. p. 933-955

ADORNO, T. W. **Minima moralia**. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **Educação e emancipação**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Indústria cultural e sociedade**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AGAMBEN, G. **O uso dos corpos**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG); Letramento: Justificando, 2018.

ALAS – Asociación Latinoamericana de Sociología. **Controversias y Concurrencias Latinoamericanas**. Vol. 11, Núm. 20 - abril - septiembre 2020.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALVES, E. T. **Parassubordinação e uberização do trabalho**: algumas reflexões. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

ALVES, G. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. In: **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. V. 3, nº 3, 2005. p. 409-428.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Dimensões da precarização do trabalho**: ensaios de sociologia. Bauru: Canal 6, 2013.

ANDRADE, C. D. de. As contradições do corpo. In: ANDRADE, C. D. de. **Corpo**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 231-238

_____. **O continente do labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Proletariado digital, serviços e valor. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 1999.

ARISTÓTELES. **A política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARENDT, H. **A condição humana**. 12ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. 9ª reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

BARBOSA, D. **A precariedade politicamente induzida e o empreendedor de si mesmo no caso Uber sob uma perspectiva de diálogo entre Butler, Dardot e Laval**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

BARBOSA, I. F.; XAVIER, J. dos S.; ANDRADE, V. H. **Precarização**: transformações e crises na estrutura social do trabalho. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020. Livro digital.

BARBOSA, I. F.; BARBOSA, V. S. de L.; ARAÚJO, M. R. M. de (orgs.). **Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho**. 1ª ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021.

BARBOSA, I. F.; ALVES, V. H. A. O trabalho precário e não assalariado no horizonte da sociologia do trabalho latino-americana. In: BARBOSA, I. F.; BARBOSA, V. S. de L.;

ARAÚJO, M. R. M. de (Orgs.). **Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho**. 1ª ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. p. 15-53

BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI> Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

_____. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **O capitalismo como religião**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O anjo da história**. 2ª ed. 4ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____. **Baudelaire e a modernidade**: 1ª ed. 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOLTANSKI, L. **As classes sociais e o corpo**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

BOTTOMORE, T. Formação social. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 159

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

_____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

_____. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais. 2ª ed. rev. e aumentada. São Paulo: Perspectiva, 2021.

BRAGA, R. Limites do atual modelo de desenvolvimento periférico. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 389-399

_____. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1980.

BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 15-43

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUCK-MORSS, S. Hegel e Haiti. In: **Novos estudos CEBRAP**. Edição 90, n. 30, v. 2, julho de 2011. p. 130-171

BUKKYŌ DENDŌ KYKŌAI. **A doutrina de buda**. 4ª ed. revisada. Tokyo, 1998.

BUSARELLO, R. I. **Gamification**: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

CANT, C. **Delivery fight!** A luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.

CARDOSO, A. C. M. **Relações de trabalho mediadas por plataformas digitais**. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. Florianópolis, SC: UFSC, 2019.

CARELLI, R. de L.; CAVALCANTI, T. M.; FONSECA, V. P. da. (Orgs.). **Futuro do trabalho**: os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília – DF: ESMPU, 2020.

CASTRO, F. G. de. **A subjetividade sem valor**: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

CASTTELS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, A. D. Taylorismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4ª ed. rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 309-311

CHAMAYOU, G. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

CHAN, J., PUN, N., SELDEN, M. A política de produção global: Apple, FOXCONN e a nova classe trabalhadora chinesa. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-43

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999. p. 9-56

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

- DANTAS, F. J. C. **Os desvalidos**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- DANTAS, I. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DESAI, M. Capitalismo. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 51-54
- DICKENS, C. **Tempos difíceis**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DRUCK, G. A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões. In: **EM PAUTA: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro – 1º semestre de 2018 – n. 41m v. 16, p. 68-92
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.
- DWECK, C. S. **Mindset: a nova psicologia do sucesso**. Objetiva: São Paulo, 2017.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização**. Vol. 2. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993.
- _____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2011.
- ELIAS, N., DUNNING, E. **Deporte y ocio en el proceso de la civilizacion**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.
- ELIAS, N., SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- EHRENBERG, A. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FERNÁNDES ENGUITA, M. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FERREIRA, V.; AMAURY, A. **De Virgolino a Lampião**. Aracaju, 2009.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59-78

FONTES, A. **Os Corumbas**. São Paulo: Livraria José Olímpio Editora. 1974.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. In: **Colóquio Marx e o Marxismo 2016**: capital e poder. v.5, n.8, jan/jun 2017. p. 45-67

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. 6ª ed. rev. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

FREUD, S. **Além do princípio de prazer**. 1ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FROMM, E. A psicanálise da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. **Conceito marxista do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

_____. **O medo à liberdade**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

GAIA, F. S. **Uberização do trabalho**: aspectos da subordinação jurídica disruptiva. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. 6ª reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

GILROY, P. **O atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. 2ª ed. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GODELIER, M. Trabalho. In: **Enciclopédia Einaudi**. Modo de produção Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, vol. 7. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986. p. 11-62

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2004.

GOHN, M. da G. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRESPLAN, J. **Revolução Francesa e Iluminismo**. São Paulo: Contexto: 2003.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: características e alternativas. In: ANTUNES, R. (Org.), NOGUEIRA, A. M. et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 93-109.

- _____. **Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- GRUPO Krisis. **Manifesto contra o trabalho.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. **Teoria do agir comunicativo, 2: sobre a crítica da razão funcionalista.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- HAN, B. C. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- _____. **Agonia do eros.** 3ª reimp. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- _____. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** 7ª ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 21ª ed. Edições Loyola: São Paulo, 2011.
- _____. **Paris: capital da modernidade.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015. [recurso eletrônico]
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito.** 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014.
- HOBBSAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A era dos impérios: 1875-1914.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **A era das revoluções: 1789-1848.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- _____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária.** 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- _____. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado.** 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.
- HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão.** São Paulo: Centauro, 2002.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. 21ª ed. rev. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1986.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HUWS, U. Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó. In: HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2017. p. 319-361.

HUXLEY, A. **Admirável mundo novo**. 22ª ed. São Paulo: Globo, 2014.

_____. **Retorno ao Admirável mundo novo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2021.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ILLOUS, E.; ALALUF, Y. B. O capitalismo emocional. In: **História das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2017 p. 74-100

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

JAPPE, A. *et al.* **Capitalismo em quarentena**: notas sobre a crise global. São Paulo: Elefante, 2020.

KAFKA, F. **O castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Na colônia penal. In: KAFKA, F. **O veredicto e Na colônia penal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27-70

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: Kant, I. **Textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117

KONDER, L. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KURZ, R. A ditadura do tempo abstrato: o trabalho como desajustamento da era moderna. In: **Margem esquerda**. Revista da Boitempo, 35. 2º semestre. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 55-78

_____. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise de economia mundial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Os últimos combates**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Razão sangrenta: vinte teses contra o assim chamado Esclarecimento e os “valores ocidentais”. In: KURZ, R. **Razão sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010. p. 37-82

_____. A substância material abstracta do fetiche do capital. In: KURZ, R. **Dinheiro sem valor:** linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. 1ª ed. Lisboa: Antígona, 2014.

LA BOÉTIE, E. **Discurso sobre a servidão voluntária.** São Paulo: EDIPRO, 2017.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

LAPA, R. S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE. In: INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise. v. 1, n. 0, Brasília: IPEA: Ministério do Trabalho, 2021. p. 41-57

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial:** formas de vida e produção de subjetividade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LE BON, G. **Psicologia das multidões.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo.** 4ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

_____. **Adeus ao corpo:** antropologia e sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

_____. **Antropologia do corpo e modernidade.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização:** o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

_____. (Org.). **Outras sociologias do trabalho:** flexibilidades, emoções e mobilidades. São Paulo: EdUFSCar, 2013.

LOHOFF, E. A quarta expropriação. In: **Margem esquerda.** Revista da Boitempo, 35. 2º semestre. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 46-53

LOJKINE, J. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.

LÖWY, M. Barbárie e modernidade no século XX. In: LÖWY, M.; BENSÄID, D. **Marxismo, modernidade e utopia.** São Paulo: Xamã, 2000. p. 46-56

_____. (Org.). **Revoluções.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Ideologia e ciência social:** elementos para uma análise marxista. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUNA, N. T. C. de; OLIVEIRA, A. S. M. de. Os entregadores de aplicativos e a fragmentação da classe trabalhadora na contemporaneidade. In: **Revista Katálisis,** Florianópolis, v.25, n. 1, jan.-abr. 2022. p. 73-82

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACHADO, N. M. C. Estranha forma de vida: o conceito de trabalho marxiano como universal concreto ou identidade-na-diferença. In: **Sinal de menos**. Ano 11, n.14, v.2, 2020. p. 36-52.

MANARCORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSE, H. **Five lectures**: psychoanalysis, politics, and utopia. Boston: Bacon Press, 1970.

_____. **Eros e civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1999.

_____. **Cultura e sociedade**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. Lisboa: Avante!, 1991.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. 2. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. 1. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro. 2003b.

_____. **Capítulo VI inédito de O capital**, resultados do processo de produção imediata. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004b.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998b.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona Editores Refratários, 2017.

MEIRELES, C. **Romanceiro da inconfidência**. 13ª ed. São Paulo: Global, 2015.

MENEGAT, M. **Depois do fim do mundo**: a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

_____. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaio. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICELLI, P. **As revoluções burguesas**. São Paulo: Atual, 1987.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 32, nº 95, junho, 2017. p. 1-18

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 4ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (org.), DESLANDES, S. F., GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MODA, F. B. **O trabalho dos motoristas Uber**: as práticas gerenciais e a indústria contemporânea. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém, PA: UFSC, 2021.

MOROZOV, E. **BIG TECH**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente**: tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1981.

_____. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 20)

NOGUEIRA, C. **Regulação jurídica do trabalho por aplicativos**: entre o empreendedorismo e a precarização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: MINAYO, C. G. et al. **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 27-41

NUNES, A. J. A. **Neoliberalismo e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

OFFE, C. Trabalho como categoria ontológica fundamental? In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”. Vol. 1 – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 13-41

_____. Crescimento do setor de serviços. In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A., 1994. p. 131-165

OLIVEIRA, D. A.; POCHMANN, M. **A devastação do trabalho**: a classe do labor na crise da pandemia. 1ª ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2013. p. 29-119

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ORY, P. O corpo ordinário. In: CORBIN, A., COURTINE, J-J., VIGARELLO, G. (Orgs.). **As mutações do olhar**: o século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 155-195

PETRAS, J. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

PETROVIC, G. Alienação. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 5-9

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiro. 7ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

POLANYI, K. Nossa obsoleta mentalidade de mercado. In: POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 209-227

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

RAMOS, A. G. O negro no Brasil e um exame de consciência. In: **Relações de raças no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Quilombo, 1950. p. 33-46

_____. Patologia social do branco brasileiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 215-240

_____. O negro desde dentro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 241-248

REICH, W. **O que é a consciência de classe?** São Paulo: Martins Fontes, 1976.

_____. **Psicologia de massas do fascismo**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do corpo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

_____. O homem-máquina hoje. NOVAES, A. **O homem-máquina: a ciência manipula o corpo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 37-64.

ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre as ciências e as artes. In: ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: precedido de discurso sobre as ciências e as artes**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 5-132

SAAD FILHO, A.; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFATLE, V. A economia moral neoliberal e seus descontentes. In: SAFATLE, V.; JUNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (Orgs.). 1ª ed. 1ª reimp. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 17-46

SANTANA, Jeová. A ponta das costelas. In: SANTANA, J. **A ossatura**. Recife: Ed. do Autor, 2002. p. 101-103.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 32ª. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SANTOS, R. C. F. A. Corpo, trabalho e dominação social: plataformas digitais e empreendedorismo de subsistência. In: **Repositório Institucional UFS**. Anais do III Seminário Nacional de Sociologia – Distopias dos extremos: sociologias necessárias, 2020.

_____. O corpo sempre paga: neoliberalismo e (auto)exploração na sociedade do cansaço. In: **Repositório Institucional UFS**. Anais do III Seminário Nacional de Sociologia – Desafios contemporâneos da sociedade brasileira e o futuro da sociologia, 2022.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasiliense, 1990.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia de compartilhamento corporativa. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. 7ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 2005.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SENNETT, R. **Respeito**: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, P. M. F. da. **A corrida pela entrega**: dinâmica laboral mediada por aplicativos sob a perspectiva teórica do trabalho não clássico. 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém, PA: UFSC, 2021.

SILVA, R. N. da. Notas para uma genealogia da psicologia social. In: **Psicologia & Sociedade**. 16 (2). Maio/ago. 2004. p. 12-19

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, nº 2, Oct. 2005. p. 577-591

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOARES, C. L. Corpo, conhecimento e educação: notas esparsas. In: SOARES, C. L. (Org.). **Corpo e história**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 109-129

SOARES, J. C. Escola de Frankfurt: unindo materialismo e psicanálise na construção de uma psicologia social marginal. In: JACÓ-VILELA, A. M., FERREIRA, A. A. L., PORTUGAL, F. T. (Org.). **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2007 p. 473-501

SOUZA, J [et al.]. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. V. 01, n. 01. Jan/Jul/2013. p. 129-158.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3ª ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018a.

_____. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018b.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataformas**. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1ª ed. 6ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

SUNDARARAJAN, A. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 44-93

_____. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. V. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

_____. **A miséria da teoria e outros ensaios**. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

TONELO, I.; MELLO E SILVA, L; FILHO, R. F. Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade e a mobilização internacional. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 24, n. 60, mai.-ago., 2022. p. 140-168.

TRENKLE, N. Miséria informalizada: sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil. In: **Margem esquerda**. Revista da Boitempo, 35. 2º semestre. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 40-53

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VEBLEN, T. **A teoria da classe do lazer**. Actual Editora: Lisboa, 2018.

VEROTTI, A. Capa. In: VEROTTI, A. **Muito mais que entregar comida**. Isto é dinheiro. Ano 22. 05 Mai/2021. p. 30-35.

VIDIGAL, V. Circulando entre o Neoliberalismo e a Necropolítica: o caso dos trabalhadores via plataformas na pandemia de COVID-19. In: **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 20, n. 48, mai.-ago., 2021. p. 123-152.

WALLERSTEIN, I. **O capitalismo histórico seguido de A civilização capitalista**. Porto: Estratégias Criativas, 1998.

WEBER, M. Classe, *status*, partido. In: VELHO, O. G. C. A., PALMEIRA, M. G. S., BERTELLI, A. R. **Estrutura de classes e estratificação social**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 61-83.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ciência e política**: duas vocações. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

WIGGERSHAUS, R. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

WOODCOCK, J. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: ANTUNES, R. (org.), NOGUEIRA, A. M. *et al.* **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 23-45.

WRIGHT, E. O. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. In: WRIGHT, E. O. (Org.). **Análise de classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 19-46

ZARETSKY, E. **Segredos da alma**: uma história sociocultural da psicanálise. São Paulo: Cultrix, 2006.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Teses e dissertações

BARROS, A. de. **Prekärer**: análise dos fundamentos da precarização do trabalho a partir da crítica da economia política. 2018. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

BOTELHO, M. **Crise da sociedade do trabalho**: teorias em conflito. 2009. 380 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

DELLA FONTE, S. S. **Cultura corporal e saúde**: um discurso ideológico. 1996. 210 f. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

DURÃES, B. J. R. **Trabalhadores de rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI.** 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. **“Camelô de tecnologia” ou “Camelô global”:** novas formas de expansão do capital na rua. 2011. 276 f. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

HILÁRIO, L. C. **Por uma teoria crítica periférica: crise, colapso e constelações no projeto da modernidade.** 2016. 331 f. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

REIS, I. M. **Na rota dos calçados: a Vulcabrás Azaleia em Sergipe.** Um estudo das transformações do mundo do trabalho. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. Sergipe.

_____. **Precarização e sofrimento no trabalho: o caso dos motoristas de aplicativos.** 2022. 252 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. Sergipe.

RIBEIRO, S. D. D. **Da fábrica ao campo de futebol, vender tecido e vender espetáculo: tecendo os fios da história de um “Casamento Feliz”.** 2005. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

WEISS, H. C. **Quem vai correr por nós? A luta por reconhecimento dos entregadores-ciclistas na sociedade das plataformas.** 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Filmes, documentários e músicas

A CLASSE OPERÁRIA VAI AO PARAÍSO (*La classe operaia va in paradiso*). Direção: Elio Petri. Itália, 1971. (125 min.). Disponível no YouTube. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

Álvaro Biritá, André Sheik, Bruno Gouveia, Carlos Coelho e Miguel Flores. Janaína. Intérprete: Biquíni Cavado. In: **biquini.com.br**. Rio de Janeiro: BMG Ariola, Selo BMG Brasil, 1998. (Faixa 1). Acessada e disponível na plataforma digital de *streaming Deezer*.

GIG: a uberização do trabalho. Direção: Carlos Juliano Barros, Caue Angeli, Maurício Monteiro Filho. Brasil: Repórter Brasil, 2019. (60 min.). Disponível na plataforma *streaming Filme Filme*. Acesso em: 05 de julho de 2020.

BELCHIOR, A. C. Como nossos pais. Intérprete: Belchior. In: BELCHIOR. **Alucinação**. Rio de Janeiro: Gravadora PolyGram, Selo Philips, 1976. (Faixa 3). Acessada e disponível na plataforma digital de *streaming Deezer*.

NASCIMENTO JÚNIOR, L. G. Um homem também chora (guerreiro menino). Intérprete: Gonzaguinha. In: GONZAGUINHA. **Alô, alô Brasil**. Rio de Janeiro: Universal Music Group, 1983. (Faixa 5). Acessada e disponível na plataforma digital de *streaming* *Deezer*.

SEÑORITAS Courier. Direção: Caio Castor. Coordenação: Rafael Grohmann. Observatório do Cooperativismo de Plataforma. Laboratório de Pesquisa Digilabour. Fundação Rosa Luxemburgo. Brasil: OCP: Digilabour, 2021. (6 min.) Disponível no Youtube. Acesso em: 06 de março de 2023.

TEMPOS MODERNOS (*Modern times*). Direção: Charles Chaplin. EUA, 1936. (87 min.). Acervo pessoal. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

TOMB RAIDER (Tomb Raider: a origem). Direção: Roar Uthaug. EUA: Warner Bros., 2018. (118 min.). Disponível na plataforma *streaming* Telecine Play. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

VOCÊ NÃO ESTAVA AQUI (*Sorry me missed you*). Direção: Ken Loach. Bélgica, França e Reino Unido: BBFI Film Forever, BBC Filmes, Wild Bunch, 2019. (100 min.). Disponível na plataforma *streaming* Telecine Play. Acesso em: 30 de maio de 2020.

Documentos oficiais e legislação eletrônica

BRASIL. Lei 12.288, de 20 de julho de 2010. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm> Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

_____. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Brasília, DF, março 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113429.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF, julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113467.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

_____. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social. Brasília, DF, novembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm> Acesso em: 29 de março de 2020.

_____. Medida Provisória nº 905, de 2019. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/139757>> Acesso em: 12 de outubro de 2022.

_____. Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021. Brasília, DF, abril de 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

Sites, links e demais fontes digitais

ALIANÇA BIKE. **Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. 1. Portal da Associação do Setor de Bicicletas, São Paulo, jul. 2019a. Disponível em: <<http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativos>> Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

_____. **Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. 2. Portal da Associação do Setor de Bicicletas, São Paulo, jul. 2019b. Disponível em: <<http://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativos>> Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

ANTÔNIO SAMARONE. **O proletariado da Era Digital**. Aracaju. 05 de dez. 2019. *Instagram*: @antoniosamaroned. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/B5sQnIJBpWC/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

ARACAJU tem a maior porção de ciclovias do país. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/noticias/111/aracaju-tem-maior-proporcao-de-ciclovias-do-pais.html>> Acesso em: 21 de setembro de 2021.

ATÉ 14 HORAS de trabalho e 80 km pedalados: conheça os entregadores por aplicativos. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ate-14-horas-de-trabalho-e-80-km-pedalados-por-dia-conheca-os-entregadores-por-aplicativo/>> Acesso em: 23 de abril de 2020.

BILIONÁRIO Richard Branson viaja ao espaço em foguete da Virgin Galactic. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/ao-vivo/bilionario-richard-branson-viaja-ao-espaco-em-foguete-da-virgin-galactic.ghtml>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

CAJU BIKE: cinco novas estações começam a funcionar em Aracaju. Disponível em: <[Caju Bike: cinco novas estações começam a funcionar em Aracaju | Sergipe | A8 Sergipe](#)> Acesso em: 30 de março de 2023.

CÂMARA aprova medidas de proteção a entregadores de aplicativo durante pandemia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/833785-camara-aprova-medidas-de-protecao-a-entregadores-de-aplicativo-durante-pandemia/>> Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

CARTA Encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html> Acesso em: 27 de janeiro de 2023.

CERCA de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/12/cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda>> Acesso em: 09 de julho de 2021.

COR OU RAÇA. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou->>

[raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,9%2C1%25%20como%20pretos>](#)
Acesso em: 29 de novembro de 2022.

CREATE BRASIL. Empreendedor de subsistência. Disponível em:
<<https://createbrasil.com.br/empreendedor-de-subsistencia/>> Acesso em: 09 de agosto de 2022.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 12 de dezembro de 2022.

DELIVERY por drones já é realidade em Aracaju (SE). Disponível em:
<<https://www.metropoles.com/conteudo-especial/delivery-por-drones-ja-e-realidade-em-aracaju-se?amp>> Acesso em: 08 de agosto de 2023.

DESEMPREGO segue em queda e chega a 8,3% no trimestre encerrado em outubro. Disponível em:
<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35632-desemprego-segue-em-queda-e-chega-a-8-3-no-trimestre-encerrado-em-outubro>> Acesso em: 04 de dezembro de 2022.

DESEMPREGO é de 11,8% e atinge 12 milhões de trabalhadores, aponta IBGE. Disponível em:
<<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/10/27/desemprego-e-de-118-e-atinge-12-milhoes-de-trabalhadores-aponta-ibge.htm>> Acesso em: 31 de julho de 2021.

DORMIR na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>> Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

ECONOMIA Sergipe. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/economia-em-sergipe/>>
Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

EM MEIO a casos análogos à escravidão, deputado quer fim do Ministério Público do Trabalho. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-casos-analogos-a-escravidao-deputado-quer-fim-do-ministerio-publico-do-trabalho/>> Acesso em: 27 de abril de 2023.

EMPREENDEORISMO. Disponível em: <[quero Delivery: aplicativo atende cidades do interior \(uol.com.br\)](#)> Acesso em: 30 de março de 2023.

ENTREGADORES ANTIFASCISTAS. [Sem título]. São Paulo. 04 de set. 2021. *Instagram*: @entregadores_antifascistas. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/p/CTaumNZHiRo/?igshid=MDJmNzVkMjY=>> Acesso em: 03 de julho de 2021.

FALÊNCIA de empresa ligada diretamente ao *iFood* gera desespero em restaurante”, é emblemática e esclarecedora sobre a dinâmica da terceirização da terceirização que aqui evocamos. Disponível em: <<https://www.otvfoco.com.br/falencia-de-empresa-ligada-diretamente-ao-ifood-gera-desespero/>> Acesso em: 09 de junho de 2023.

GOVERNO e empresas discutem MEI digital para entregadores. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/08/governo-e-empresas-discutem-mei-digital-para-entregadores.shtml>> Acesso em: 31 de agosto de 2021.

I FOOD recebe aval da anac e começara a teste *delivery* de comida por drones em breve. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/ifood-recebe-aval-da-anac-e-comecara-a-testar-delivery-de-comida-por-drones-em-breve/>> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

I FOOD terá que indenizar família de *motoboy* que morreu em serviço. Disponível em: <<https://ctb.org.br/direito-do-trabalho/ifood-tera-de-indenizar-familia-de-motoboy-que-morreu-em-servico/>> Acesso em: 04 de março de 2023.

MAPA da vacinação contra a covid no Brasil. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>> Acesso em: 29 de setembro de 2021.

MENSAGEIRA CÓSMICA. [Sem título]. Porto Alegre. 21 de jan. 2022. *Instagram*: @amensageiracosmica. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CY_InQ7OJMD/?igshid=MDJmNzVkMjY=> Acesso em: 04 de março de 2023.

MULHER bate em entregadores no Rio e chega a usar coleira em agressão. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/04/10/mulher-e-acusada-de-lesao-corporal-por-bater-com-coleira-em-entregador.htm>> Acesso em: 23 de abril de 2023.

NISKIER, A. Os desvalidos da sorte. Academia Brasileira de Letras. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academia/quem-somos>> Acesso em: 20 de julho de 2021.

NÚMERO de entregadores de aplicativo cresce após covid-19. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/numero-de-entregadores-de-aplicativo-cresce-apos-covid-19,a260720f923439424d686333ed8d32ee9arc7ofd.html>> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

O FÓRUM “segredo” do iFood. Brasil de Fato. *Instagram*: @brasildefato. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CXdfgXwMBIf/?utm_medium=share_sheet> Acesso em 15 de janeiro de 2021.

PAÍSES pobres rejeitaram mais de 100 milhões de vacinas contra a Covid em dezembro, diz a Unicef. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/01/13/paises-pobres-rejeitaram-mais-de-100-milhoes-de-vacinas-contr-covid-em-dezembro-diz-unicef.ghtml>> Acesso em: 29 de novembro de 2022.

PEC das domésticas: 5 anos de uma conquista. Disponível em: <<https://domesticalegal.com.br/pec-das-domesticas-5-anos-de-uma-conquista/>> Acesso em: 11 de novembro de 2022.

PESSOAS pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento> Acesso em: 29 de novembro de 2022.

PESQUISA Nacional por Amostras de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=27138&t=resultados>> Acesso em: 20 de julho de 2020.

POPULAÇÃO rural e urbana. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>> Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

PORTAL do entregador iFood. Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/termos/termosdeuso/>> Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

QUEM está pesquisando o trabalho de entregadores no brasil. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2020/06/28/quem-esta-pesquisando-o-trabalho-de-entregadores-no-brasil/>> Acesso em: 03 de janeiro de 2021.

REPÓRTER BRASIL. Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>> Acesso em: 04 de outubro de 2022.

SPEEDBIRD AERO: startup de entregas por drones capta R\$ 10 milhões e chama atenção da EMBRAER. Disponível em: <<https://imlog.com.br/noticias/speedbird-aero-startup-de-entregas-por-drones-capta-10-milhoes/>> Acesso em: 08 de agosto de 2023.

TERMOS E CONDIÇÕES DE USO IFOOD PARA ENTREGADORES. Disponível em: <<https://entregador.ifood.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Termo-de-uso.pdf>> Acesso em: 24 de março de 2023.

TRABALHADORES DE APPS EM CENA. 8 de março dia de luta. Rio de Janeiro. 08 de mar. 2023. *Instagram:* @trabalhadoresdeappsemcena. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CpiErDIrobP/?igshid=MDJmNzVkMjY=> Acesso em: 08 de março de 2023.

UBER voltar a testar carros autônomos do EUA após 2 anos. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/uber-volta-a-testar-carros-autonomos-nos-eua-apos-2-anos-10032020>> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

VAE especial publicitário G1. Disponível em: <<https://vae.g1.globo.com/especial-publicitario/>> Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

VITOR TEIXEIRA. “Autônomos”. Aracaju. 29 de abr. 2019. *Instagram:* @vitorcartum. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Bw2nOY_ggbY/?igshid=MDJmNzVkMjY= Acesso em: 11 de julho de 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento: Questionário

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

QUESTIONÁRIO

PERFIL DO CICLISTA ENTREGADOR DE APLICATIVO DE ARACAJU-SE

1. Qual o seu gênero?

Masculino Feminino Prefiro não informar Outro: _____

2. Como você se autodeclara étnico-racialmente?

Branco(a) Preto(a) Pardo(a) Amarelo(a) Indígena

3. Qual a sua idade? _____ anos

4. Qual o seu nível de escolaridade?

Não alfabetizado
 Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo
 Ensino médio incompleto
 Ensino médio completo
 Ensino superior incompleto
 Ensino superior completo
 Pós-graduação
 Curso técnico de nível médio
 Curso tecnológico de nível superior
 Outro: _____

5. Está estudando atualmente?

Sim _____ Não

6. Qual o seu estado civil?

Casado(a) Solteiro(a) Viúvo(a) divorciado(a) Outro: _____

7. Você é natural de Sergipe?

Sim Não _____

8. Você mora em Aracaju?

Sim Não _____

9. Quando começou a trabalhar como ciclista entregador(a) de aplicativo?

Antes da pandemia Durante a pandemia

10. Há quanto tempo você atua como ciclista entregador(a) de aplicativo?

menos de 3 meses
 entre 3 a 6 meses
 entre 6 meses a 1 ano
 entre 1 ano a 2 anos
 entre 2 anos a 3 anos

mais de 3 anos

11. Em qual/quais plataforma(s) digitais/aplicativo(s) de entrega você está cadastrado(a) e fica *on-line*?

iFood Uber Eats Rappy Bee James 99 Food Play delivery

Outro: _____

12. Quais dias da semana você trabalha?

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

13. Em média, quantas horas por dia você fica (*on-line*) à disposição do aplicativo?

de 2h00 a 4h00 de 4h00 a 6h00 de 6h00 a 8h00 de 8h00 a 10h00 de 10h00 a 12h00

mais de 12h00

14. Qual/quais o(s) período(s) em que você trabalha?

Manhã Tarde Noite Madrugada

15. Quantos quilômetros em média você percorre da sua casa até o principal local onde aguarda as entregas?

Não sei dizer Até 5 km 5 km a 10 km 10 km a 15 km mais de 15 km

16. Quantos quilômetros em média você percorre diariamente fazendo entregas?

Não sei dizer Até 20 km 20 km a 40 km 40 km a 60 km 60 km a 80 km

mais de 80 km

17. Quantas entregas em média você faz diariamente?

entre 2 a 4 entregas

entre 4 a 6 entregas

entre 6 a 8 entregas

entre 8 a 10 entregas

entre 10 a 12 entregas

mais de 12 entregas

18. Qual a sua meta de rendimento diário com as entregas?

Não tenho meta diária até R\$ 50,00

entre R\$ 50,00 a R\$ 60,00

entre R\$ 60,00 a R\$ 80,00

mais de R\$ 80,00

19. Qual a média dos seus rendimentos semanais?

entre R\$ 50,00 a R\$ 100,00

entre R\$ 100,00 a R\$ 150,00

entre R\$ 150,00 a R\$ 200,00

entre R\$ 200,00 a R\$ 250,00

mais de R\$ 250,00

20. Qual/quais produto(s) você entrega?

Compras de supermercado em geral

Alimentos em geral (refeições, lanches, *fast food*)

- Medicamentos/remédios
- Outro: _____

21. Você exerce alguma outra atividade de trabalho além de ciclista entregador(a) de aplicativo?

- Não Sim

22. Qual o tipo?

- Fixo
- Bico
- Outro: _____

23. Você já teve outro trabalho antes?

- Não, esse é meu primeiro emprego
- Sim

24. Qual era o tipo de relação trabalhista dessa ocupação?

- Formal (carteira assinada)
- Informal/sem vínculo empregatício

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) no processo de trabalho de campo da pesquisa **CORPOS SUPÉRFLUOS SOCIALMENTE NECESSÁRIOS**, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal de Sergipe – UFS. A pesquisa em desenvolvimento é de autoria do doutorando Roger Carlos Ferreira Alves Santos (matrícula 201911000435), sob orientação da professora Dr.^a Tânia Elias Magno.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, bem como fui esclarecido de que o depoimento concedido por meio da presente entrevista será resguardado eticamente e utilizado para fins acadêmicos.

Aracaju (SE), ____ de _____ de 202____.

Entrevistado(a)



Pesquisador

79 99819-5385

rogecarlos@gmail.com

APÊNDICE C – Instrumento: Roteiro da entrevista semiestruturada

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

*** Solicitar a manifestação de consentimento em relação à entrevista ao iniciar o processo de gravação.**

- Perfil dos sujeitos entregadores(as) entrevistados(as)

Filtro: Realiza entregas pelos aplicativos há no mínimo 3 meses? () sim () não

- Qual a sua idade?
- Qual o seu gênero?
- Como você se autodeclara étnico-racialmente?
- Qual o seu estado civil?
- Tem filhos?
- Depende parte dos ganhos com pensão alimentícia? Quanto?
- Qual o peso dos seus rendimentos com atividade de entregador(a) na renda familiar? Principal renda ou colabora?
- Qual o seu nível de escolaridade?
- Qual o seu local de residência?

- Aspectos circunstanciais

- Quando você começou a trabalhar como ciclista entregador(a) de aplicativo?
- Quais despesas você realizou para começar a exercer essa atividade (celular, pacote de dados, bicicleta, bag etc.)?
- Por que optou pela bicicleta?
- Você estava desempregado antes de começar a fazer entregas por aplicativos?
- Você já teve outra ocupação antes de atuar como entregador (a) ciclista? Qual? O tipo de vínculo era formal (carteira assinada) ou informal?
- Em quais plataformas digitais/aplicativo você fica *online* e realiza entregas frequentemente?
- Há algum local preferido para aguardar o chamado/notificação para as entregas? Qual?
- Você se adaptou facilmente a essa atividade ou teve algum tipo de dificuldade? Qual?
- Se surgisse outra oportunidade de trabalho que não entregador(a) ciclista, você largaria as entregas?

- Condições de trabalho

- Diariamente, quantas horas você permanece *online* à disposição das plataformas digitais?

- Quais períodos (manhã, tarde, noite, madrugada) geralmente você trabalha com as entregas?
- Você sabe quantos quilômetros em média são do seu deslocamento de casa para o local de espera das corridas/entregas?
- Quantos quilômetros você pedala diariamente para realizar as entregas?
- Você faz em média quantas entregas por dia?
- Você trabalha com entregas quantos dias na semana?
- Quando você vai realizar alguma refeição, permanece *online* ou *offline*?
- Você compra a comida ou traz de casa?
- Há um horário definido para realizar suas refeições? Onde você as realiza?
- Você utiliza algum tipo de EPIs? Qual/quais? Por qual motivo não usa?
- A(s) plataforma(s) digital(ais) lhe fornece(m) algum tipo de EPIs? Qual?
- A(s) plataforma(s) digital(ais) lhe fornece(m) algum meio de proteção e prevenção contra a covid-19 ou algum recurso para a aquisição desses itens?
- Você considera que a sua atividade de ciclista entregador(a) oferece algum perigo/risco/periculosidade ou é segura?
- Como é a comunicação com o aplicativo no caso de algum imprevisto durante a entrega, por exemplo, pneu furado distante do local, assalto etc.?
- Você está satisfeito com suas condições de trabalho de ciclista entregador e a assistência oferecida pelo aplicativo a esse respeito?

- Remuneração

- Você tem uma meta de rendimento diário com as entregas?
- Semanalmente, qual a média dos seus ganhos?
- Por mês qual a sua média de rendimentos?
- Sua renda sofre muita variação no valor, por exemplo, você tem ou não tem garantia de contar com a quantia necessária para custear suas despesas básicas (alimentação, roupas, contas de água e energia, medicamentos etc.)?
- Você tem uma noção do gasto para manutenção da bicicleta, pagamento do pacote de dados do celular e outras despesas relacionadas à manutenção dos equipamentos necessários à realização do seu trabalho?
- Você está satisfeito com o que ganha com essa atividade?

- Controle pessoal

- Qual o nível da sua reputação/avaliação junto às plataformas digitais?
- A quais motivos você atribui essa avaliação?
- Você considera transparente essa avaliação? Por quê?
- Os clientes geralmente lhe avaliam bem?
- É comum você receber gorjetas dos clientes?
- Você percebe se a boa ou má avaliação dos clientes interfere na quantidade dos chamados que você recebe para as entregas?
- Quais outros fatores você considera importantes para receber um maior número de chamadas para as entregas?
- Como você se sente quando passa muito tempo sem receber uma chamada para entregar estando *online* e à disposição, cumprido as exigências de reputação e dos *termos e condições de uso* do aplicativo?

- Empreendedorismo de si

- Como você se vê, se percebe, ao sair de casa com sua bicicleta, seu celular e sua bag?
- Como os clientes, os outros profissionais que trabalham nos estabelecimentos nos quais que você vai buscar os produtos para entregar, os porteiros nos condomínios, os motoristas no trânsito lhe tratam? Qual a sua percepção sobre essa situação?
- No geral os aplicativos para entregadores(as) ciclistas usam as palavras como “controle de tempo”, “aumento de renda”, “seja seu próprio chefe”, “trabalhe quando quiser”, entre outras frases empolgantes. Você se considera um empreendedor ou alguém que trabalha para si mesmo? Por quê?
- Os aplicativos usam o termo “parceiro” referindo-se aos(as) entregadores(as) ciclistas. Você se considera como um trabalhador autônomo ou um empregado do aplicativo?
- Você cultiva alguma expectativa de crescimento ou progressão profissional exercendo essa atividade junto aos aplicativos?
- Existe alguma concorrência ou disputa entre os entregadores(a) ciclistas pelas corridas/entregas ou prevalecem a solidariedade e cooperação entre vocês?
- Você tem contribuído com a previdência social, na categoria autônomo?
- O que você pensa ou entende sobre a aposentadoria? Tem alguma expectativa dela?
- Se você sofrer algum acidente ou ficar doente, há algum tipo de assistência do aplicativo ou do Estado para esses dias de inatividade por motivo de saúde?
- Você pensa em trabalhar nessa atividade por quanto tempo? Já fez alguma projeção a esse respeito?
- Você percebe que trabalha muito realizando entregas ou é algo insuficiente diante da sua vontade, capacidade e disposição para trabalhar?

- Consciência de classe

- Você teve conhecimento do Movimento Entregadores Antifascistas?
- Você soube ou participou dos breques dos Apps, as paralisações que ocorreram para reivindicar direitos e melhores condições de trabalho aos(as) entregadores(as)?
- Você participou de alguma dessas paralisações? Por quê?
- Você teve acesso ao que se reivindicou nessas paralisações?
- Você considera importante a organização dos(as) entregadores(as) como categoria profissional, numa entidade sindical ou associação que possa lhe representar para lutar por direitos?
- Você entende que as plataformas digitais devem regularizar a relação de trabalho com os entregadores(as)? Por quê?

- Aspectos situacionais

- O que lhe motiva a sair todos os dias para realizar as entregas?
- Você destaca algum aprendizado ou ampliação de conhecimento e saberes durante esse período em que atua com a atividade de entregador(a) ciclista?
- Você definiria seu trabalho como predominantemente físico ou mental, cansativo ou criativo? Uma combinação deles? Por quê?
- Como você se sente ao voltar para casa após sua jornada de trabalho como entregador(a) ciclista?

- Ao pedalar todos os dias muitos quilômetros, você percebeu algum benefício ou problema à sua saúde, ou também, alguma alteração corporal marcante? Qual?
- Quando geralmente você fica *offline* para os aplicativos, tira o seu dia (ou dias) de folga?
- O que você gosta e prefere fazer no seu tempo livre – quando não realiza entregas – como atividade de lazer?